Raízes de São Gotardo

José Pessoa

José Pessoa

Raízes de São Gotardo

São Gotardo - MG
2001

Todos os direitos reservados ao autor
Edição revista e ampliada

Pessoa, José. 1930-
Raízes de São Gotardo / José Pessoa.
2ª ed, São Gotardo, MG: Gráfica Zardo, 2001.

Revisão: Vânia Amâncio Abdulmassih

Design Gráfico:
Studio Stela Mary
Uberlândia - MG

Impressão:
Gráfica Zardo
Uberlândia - MG

Impresso no Brasil
Outubro, 2001

Agradecimentos

Ao Sr. Lazito de Souza, arquivo vivo de nosso passado.

Ao Professor Carlos Anselmo do Nascimento, passagem obrigatória das publicações culturais em São Gotardo.

Aos meus filhos, genro, noras e netos.

À minha cunhada Hellen.

À memória de Fernando e José Eduardo.

Ao meu amor Dilu, minha esposa, pelo seu constante apoio e compreensão.

À memória daqueles conterrâneos, que nos deixaram por outra vida, mas que assinaram presença nas páginas de nossa história.

Nossa Capa

Minha netinha Eduarda (Duda), debaixo das folhagens de uma "Colocasia Gigantea."

Colocasia Gigantea

Sin.: *Colocasia Gigantea* indica *Alocasia* gigante. *Angiospermae* - Família *Araceae.*

Inhame gigante; orelha de elefante.

Herbácea perene, ereta, entouceirada, com rizoma inicialmente subterrâneo e com o templo espesso, volumoso, elevando-se a cerca de 50 cm da superfície, de grande efeito ornamental pela folhagem, com vários metros de altura, originária da Malásia e Java. Folhas muito grandes (as da gravura chegaram a 1,90 m), peltadas, largo-ovaladas, com nervuras branco-acinzentadas, destacadas, com pecíolo robusto e carnoso, de cor verde-esbranquiçada.

Inflorescência em série de 4-5 dispostas em leque, formadas principalmente no verão e muito visitadas por mamangavas (zangões).

Adequada para plantio isolado ou em grupo, a meia sombra ou pleno sol, protegida do vento, em canteiros férteis, mantidos sempre umedecidos.

Multiplica-se por sementes (com muito baixo poder de germinação) e por brotações laterais do rizoma original.

Descrição pela Dra Rivanda S. Rego, professora de Biologia na Universidade Federal da Bahia - Salvador - BA.

Sob suas folhas, Duda, minha neta mais nova, disputa a beleza e o valor das **raízes** são-gotardenses e asiáticas.

Índice

Introdução 07
São José das Perobas 13
O Termo Jurídico de Pitangui 45
As Irmandades Religiosas 49
A Passagem dos Pintores 67
O Povoamento de São Gotardo - I - A Influência do Ouro 80
O Povoamento de São Gotardo - II - A Influência do Diamante 86
A Seca de Pitangui 101
A Incógnita "Joaquim Gothardo de Lima" 104
A Civilização Caipira 113
A Sociologia da Civilização Caipira 129
O Concelho Distrital de São Gothardo 142
Ruas Frei Paulino e Padre Kerdole 150
A Construção da Igreja Matriz 153
O Quilombo do Ambrósio 162
Um *Chevrolet* "Gigante", lotado de história 172
Tiros já foi a Capital dos Diamantes 178
Os Baianos 189
Estádio Olavo Bilac de Resende 197
O Futebol e a Bola de Futebol 204
Escola Estadual José Caetano Ribeiro 209
Praça 14 de Julho 213
Praça Cyro Franco 216
Rua Antônio de Oliveira Campos 219
Rua Bento Ferreira dos Santos 223
Rua Cel. Fonte Boa 226
Rua Cel. Frederico Coelho 228
Rua D. Silvério 235

Rua Dr. Joaquim dos Santos Siqueira 242
Rua Gérson Duarte Coelho 250
Rua João Alves Franco 252
Rua Joaquim Rocha Filgueiras 254
Rua José Maria de Melo 258
Rua José Ribeiro de Souza 259
Rua Lino Francisco Soares 264
Rua Luytprant de Mello 266
Rua Major Olympio Franco 269
Rua Naitheres de Resende 278
Rua Papa João XXIII 279
Rua Pedro Romeiro 282
Rua Pinheiro Machado 286
Rua Prefeito Sebastião Lopes Fonte Boa 290
Rua Professora Maria Coeli Franco de Lima 293
Rua Rio Paraná 295
Rua Rochael Francisco Alves 307
Rua São Pio X 309
Rua Tabelião Antônio Melgaço 310
Rua Tabelião João Lopes Fonte Boa 311
Avenida 30 de Setembro 312
Avenida Brasil 314
Avenida Prefeito Erotides Batista 316
Avenida Presidente Vargas 317
Avenida Rui Barbosa 325
Avenida Tabelião João Lopes 327
Avenida Vereador Antônio Inácio da Silva 331
O Censo Demográfico do Terceiro Milênio - São Gotardo 332
As Zonas Produtoras de Café e o Censo 2000 342
Gabriel Rodrigues Ribeiro 355
O Final da História 366
Consultas Bibliográficas 368

Introdução

Um fato comum, que não chega a ser surpresa ou mesmo notado pela maioria dos habitantes de qualquer cidade, é o desconhecimento de episódios usuais que dizem respeito à história de sua cidade. Em outras palavras, de maneira geral, existe um menosprezo e/ou indiferença pelo presente e principalmente pelo passado cultural, dos habitantes de cada cidade.

Sempre tive minha atenção despertada para saber o significado dos nomes colocados em nossas vias públicas, em placas esmaltadas, colocadas geralmente em paredes dos prédios ou residências de esquinas, indicando os topônimos de ruas, avenidas, praças e logradouros. Sabemos que a maioria é de nomes de pessoas, logicamente pertencentes ao nosso passado, que os dirigentes municipais julgaram por bem homenagear.

Eu não conheci a maioria dos personagens que deram seus nomes às ruas de São Gotardo. Afinal, não residindo há tanto tempo nessa cidade, não poderia conhecer todos os valores do seu passado. Passei então, a perguntar, por curiosidade, aos moradores de determinadas ruas quem foram aquelas pessoas importantes que tiveram seus nomes gravados nas placas de suas ruas. Quase ninguém sabia o que representavam aqueles nomes, fossem eles de pessoas de nossa sociedade ou não; outros disseram que nunca tinham ouvido falar deles, quanto mais o significado de datas que, na verdade, nada dizem a respeito à nossa cidade. Talvez 80% não o sabem.

Para a realização desse trabalho, fiz prolongadas pesquisas sobre nossos antepassados ou acontecimentos a eles inerentes e percorri este passado em diálogos com parentes e amigos deles.

Em relação aos ex-conhecidos, foi como se voltasse e entrasse novamente em suas intimidades, em suas atividades e voltasse a conviver com seus momentos de alegrias ou de tristezas. Com os estranhos, sobre os quais, de alguns nem ouvira falar ou outros conhecera, mas cujas imagens o tempo apagou de minha memória, foi como reconstruir um novo círculo de relacionamentos ou amizades levadas pelo tempo ou renovar afeições de pessoas e fatos que haviam se ausentado de minha lembrança. Esse trabalho não teve suficiente abrangência para falar de toda a população que se foi, mas nem por isso deixaremos de prestar-lhe uma comovida homenagem e preito de gratidão, lembrando-nos de que, para a formação de São Gotardo, mesmo o atual, ela colaborou direta ou indiretamente com os que vieram depois deles e contribuíram para o nosso progresso

material ou moral. Naturalmente que se trata de um relato muito simples: são páginas de recordações, apenas para que a realidade histórica seja relembrada por todos a quem ela interessar. Nada de pesquisas ou interpretações complicadas, em que a erudição seria enfadonha.

Como poderemos notar, ao lermos as páginas dessa publicação, será recordar alguns períodos históricos de nossa cidade, que poderiam continuar um tanto ou completamente desconhecidos por insuficiência de escritas ou documentos. É o caso a que me referi sobre a Real Extração de Diamantes no Rio Indaiá, cujos documentos estão no Arquivo Público Mineiro, desconhecidos e praticamente inacessíveis, mesmo para aqueles que são os responsáveis pela formação e ensinamento de nossa cultura.

O povo é a história de cada cidade e este livro pretende refletir sobre e gravar para o futuro, pelo menos, tópicos da história de São Gotardo e dar uma explicação racional a alguns fatos, para muitos, obscuros, do passado São Gotardo.

Devemos no entanto, dar um brado de alerta contra o extermínio sistemático de nossa antiga e tradicional toponomia e não permitir que os nomes de nossos amigos, *atores de nossa história,* sejam desprezados ou substituídos por outros, que provavelmente não tenham tido participação na história de nossa cidade.

Essa despretensiosa publicação não se alça a caráter científico; tem apenas um embasamento em pesquisas. É um labor de muita curiosidade, porque grande número das personalidades e fatos aqui registrados eram, até então, estranhos para mim. Embora sejam dados compilados, na maioria dos casos, têm valor cultural, porque desenterrarão muitos fatos e dados históricos de nosso passado e darão a conhecer a muita gente, coisas que ignoravam até então, mesmo dentro de suas famílias.

São contagiantes as revelações; por isso, acredito, poderão obrigar muitos leitores a prosseguirem a leitura deste livro até o fim e ficarei satisfeito se alguém comentar: – " Eu que não sabia disso". "Nem sabia desses meus parentes...".

Infelizmente, o hábito da leitura no Brasil é muito reduzido, ao contrário do que acontece nos países evoluídos. É uma questão cultural. O leitor poderá fazer um teste perguntando a cada 10 vizinhos sobre livros de autores nacionais ou internacionais, que sejam romances ou técnicos, que eles lêem ou leram. Tome como exemplo o consagrado e popular Jorge Amado. Sofrerá certamente uma decepção. Não pergunte se alguém algum dia, foi a uma ópera, um evento comum nos países de primeiro mundo.

O valor e a intenção de se imortalizar personagens importantes de nossa história são incontestáveis, justos. Mas é também, baseado na construção histórica de nossa cidade, que muitos nomes de nossas ruas deveriam sofrer uma reavaliação, isto é, se deveriam permanecer ou serem substituídos e principalmente, evidenciarem alguns que foram esquecidos.

Interpretamos, facilmente, que alguns daqueles nomes foram inscritos naquelas placas em obediência a circunstâncias excepcionais, por uma imposição implícita de diversos momentos históricos, que hoje deveriam ser evitados, como nos períodos de terrores políticos, das ditaduras, ou mesmo, por imposições de períodos até esporádicos de militâncias políticas locais.

Para essas realizações existiram razões injustificáveis, como imposições pessoais, felizmente pouco comuns. É, por isso, que vemos com freqüência e surpresa, mesmo com decepção, ruas com nomes de pessoas que nada tiveram a ver com nossa cidade e que, com nada contribuíram para nossa história. Jamais lançaria dúvidas sobre os valores de nossos antepassados homenageados, alguns, que mal conheci, mas que pelo menos foram nossos conterrâneos, que partilharam de nossas amizades ou emoções, mas conservo um sentimento estranho sobre alguns "pára - quedistas" que, inexplicável e surpreendentemente, embarcaram em nossa história.

Como a História é dialética, dinâmica, novos dados da atualidade poderiam entrar em julgamento e forçar uma revisão da nomenclatura de algumas vias públicas, porque, amiúde, filhos ilustres de nossa cidade, que colaboraram para o nosso progresso material, social ou cultural, tiveram seus nomes preteridos por ilustres desconhecidos. O simples fato de morarmos numa cidade nada significa; o importante é participarmos de todos os seus momentos de transformações, sociais ou culturais.

A substituição de nomes de ditadores ou de políticos alheios aos nossos meios e interesses, com valores desconhecidos por nós, datas sem nenhum interesse público, presença de valores contestáveis, será muito simpática, para melhor dizer, oportuna, apesar dos problemas burocráticos que trazem estas substituições aos poderes públicos e aos próprios moradores das ruas. Não existe, porém, história sem sacrifícios.

Sabemos que qualquer indicação ou mudança de nomes será unicamente de responsabilidade e julgamento das autoridades legislativas que foram eleitas por nós.

Neste documentário citarei o nome de algumas ruas, avenidas, praças principais ou logradouros; apresentarei sua localização, percurso, instituições públicas ou particulares neles situados e farei alguns comentários correlatos àqueles nomes que despertarão um pouco mais o interesse de estudantes por sua leitura, e convidarão muitas pessoas a relembrarem seus conhecimentos histórico - gerais e, principalmente, para não tornar a narração monótona.

Evidentemente não poderei citar todas as ruas, porque a cidade tem mais de 400 nomes entre ruas e avenidas. Terei que fazer essas limitações mais por uma questão prática desta publicação, sem intenções de querer evidenciar as mais importantes.

Considero essa publicação como uma continuação da primeira, que levou o nome de *São Gotardo, sua gente, sua evolução.* Ela poderia ser considerada carinhosamente como o São Gotardo da "porteira para fora" e essa, o São Gotardo de "porteira fechada", por trazer referências mais às famílias aqui radicadas.

Trata-se de um documentário com finalidade de trazer para o presente algumas lembranças e coisas que já estavam quase arquivados no limiar do esquecimento ou já consideradas fora do conhecimento do público. Coisas, fatos e documentos, que estariam arquivados nas estantes do desconhecido, não fosse nossa iniciativa em dialogar com pessoas mais antigas, que ainda se lembram de fatos e lugares históricos e registrá-los para nossos descendentes; *trata-se de não deixar a cidade sem memória.*

Em tempo, manuseei alguns documentos antigos sobre São Gotardo, que estão nos arquivos da Prefeitura de Carmo do Paranaíba, quando "São Gothardo era districto daquele termo juridico", que gentilmente me foram mostrados pelo Sr. Hélio Hilton Resende, historiador que escreveu "Cem anos de Carmo do Arraial Novo", isto é, a história de Carmo do Paranaíba, em seu centenário.

Naqueles documentos li e registrei a lista de eleitores federais do distrito de São Gotardo, alistados em 1898, que votaram em Campos Sales, o primeiro presidente civil na República Velha, portanto, registros que já ultrapassaram cem anos. Esses eleitores tinham vinte, trinta, quarenta, cinqüenta, até sessenta anos, portanto eleitores nascidos lá pelos 1870. Naquela lista constam também os nomes dos pais daqueles eleitores, portanto, voltando aos anos de 1850. Despertará o interesse de muitos para relembrarem seus antepassados. Poderá essa lista interessar a poucos, principalmente para aqueles que não sabem que foram eles os construtores da história de nossa cidade.

Li documentos sobre a divisão da Fazenda "Confuzão", no "districto de São Gothardo", arquivados em cartório do Município de Carmo do Paranahyba, com documentários que remontam aos anos 1800. Vi o documento primitivo da Fazenda "Confuzão", nossa célula-mãe rural, datado de 1802, com citações dos posseiros e de inúmeros sucessores daquela fazenda, entre compradores e herdeiros.

Visitei e consultei muitos documentos do Arquivo Histórico de Pitangui, que eram passados nos cartórios daquela cidade, a cujo termo jurídico também pertencemos antes de Carmo do Paranaíba, nos anos 1840-50, quando o arraial de São Gotardo se chamava São Sebastião do Pouso Alegre.

As outras comarcas às quais pertencemos no passado, como Abaeté e Dores do Indaiá, que também visitei, nada apresentaram de interesse prático. Estive algumas vezes no Arquivo Público Mineiro, onde colhi poucos dados. Muito importantes realmente foram os depoimentos de pessoas antigas de nossa cidade. Se as recordações dos cidadãos mais antigos não forem aproveitadas, registradas, dentro de poucos anos São Gotardo estará desmemoriada.

Como é edificante ouvir depoimentos sobre pessoas oriundas de famílias humílimas, erradamente consideradas sem raízes sociais, mas que podem, no decorrer de suas existências, criar raízes, evoluírem pela mobilidade social, característica que se destaca nos seres humanos e desempenhar papel importante dentro de suas comunidades ou mesmo fora delas, cujos exemplos são incontáveis. Pelo contrário, existem pessoas de famílias tradicionais que, por inércia, se marginalizam, enfraquecem suas raízes de sustentação e como as árvores numa floresta, que tiveram suas raízes degeneradas, caem, apodrecem, tornando-se espécies em extinção.

Trata-se, enfim, de uma publicação para consultas, para ser arquivada nas estantes, para futuras revisões, discussões e correções, que alguém julgá-las oportunas e que despertarão mais o interesse dos futuros narradores de nossa história. Que não poderá parar por aqui.

São Gotardo, mês de outubro do ano 2001.

O autor

São José das Perobas

"O Último dos Moicanos" - É realmente a memória, ao lado da consciência, o maior dom que Deus pôde dar ao homem. Por ser possuidor de memória, o homem é o único ser tridimensional na natureza, porque reconhece o hoje, lembra-se do ontem e prevê o amanhã. Por ela o homem sabe que existe o amanhã; é por ela que o homem aprende a falar.

Sem memória o homem seria um ser mecânico, um robô, uma matéria no tempo, não seria humano; seria um ser sem consciência, sem história, seria um ser de negação. É só observar um homem desmemoriado pela senilidade ou por outra patologia, quando não puder dispor mais da sua memória, ele se transformará em um ser fora do tempo e do espaço.

Fui, para essa publicação, à procura de dois importantes documentos do nosso passado, para nossa formação social, que são o *Quilombo do Ambrósio* e o arraial de *São José das Perobas*. O quilombo, como um acidente colonial e Perobas, que eu considero como a protocélula de São Gotardo. A cidade de São Gotardo não existiria se não tivesse existido o arraial das Perobas.

Acredito que São José das Perobas seja o mais importante monumento histórico de São Gotardo. Haja vista que foi a estrutura econômica de nossa construção social e o manancial de uma plêiade de filhos ilustres, que tanto contribuíram para a formação de nossa sociedade, principalmente a rural.

Fui visitar o local onde fora o arraial de São José das Perobas, devidamente assessorado pelo Sr. Lazito de Souza. Ele viveu intensamente aquele ambiente das Perobas, foi nascido e criado lá. Muito inteligente e perspicaz, dotado de uma memória invejável, apesar de seus 76 anos. Sabe de detalhes capciosos sobre o local e o povo daquela região. É, sem dúvida, entre nós, um dos poucos arquivos vivos, capazes e competentes, em condições mentais de relatar a história das Perobas e colaborar para a formação desse arquivo, para que os futuros habitantes de São Gotardo saibam de onde veio sua cidade.

Não restam dúvidas de que a cada ano que passa menos informantes teremos sobre nossa história. O povo vai se distanciando dos fatos passados, esquecendo-os, ou melhor, os fatos vão sendo lentamente apagados da memória das pessoas idosas pela borracha inexorável do tempo.

Disse ao Sr. Lazito que, também nós deveríamos passar esses acontecimentos para o papel com certa urgência, porque se nos acontecer algum acidente fisiológico ou patológico, a história de São Gotardo ficaria sem um arquivo histórico sobre Perobas, porque não se teria mais onde buscá-lo e de onde transcrevê-lo.

Fui a Pitangui, Abaeté e Dores do Indaiá, onde percorri arquivos, cartórios e casas paroquiais à procura de documentos antigos, pois àquelas comarcas já pertencemos. Fomos *termos* daqueles municípios, no século XIX.

Notei que esses documentos estão praticamente desaparecidos e não serão mais encontrados, se existirem. No Arquivo Histórico de Pitangui não havia praticamente nada, assim como nos cartórios daquela e outras comarcas. Diziam-nos os funcionários que esses documentos foram mandados para tal lugar; íamos a tais lugares citados e lá diziam que foram mandados para outro. Diziam-se sem condições de manipular aqueles papéis, que porventura existissem, por falta de organização dos maços continentes. O certo é que não foi possível um encontro entre mim e esses documentos. Inclusive no Fórum de Dores do Indaiá fomos informados de que viera uma ordem para incineração de documentos velhos.

Os atuais e principalmente os futuros moradores de Matutina e São Gotardo ficarão sem saber sobre muitas de suas personalidades predecessoras, que tanto contribuíram para nossa formação. Acredito que o Sr. Lazito seja o último e único portador de um potencial histórico daquela região e que precisa ser explorado como fiz, para o bem dos arquivos de nossa história.

A localização do arraial - O arraial das Perobas situava-se nos altiplanos da Serra do Selado, ramo da Serra da Mata da Corda. Subindo-se pelo leito do Rio Pirapetinga, vindo dos lados do Córrego Fundo, chega-se a uma área plana, com pouco mais de um alqueire de terra, circundada de montanhas por todos os lados.

Em visita ao local, chegamos por outra via, por um chapadão muito elevado, na fazenda do Sobrado, do espólio de João do Nico, pelo lado de Matutina, onde tive a curiosidade de medir sua altitude, que é de 1120 metros, pouco mais alto que São Gotardo.

Chegando por esse lado, para descermos ao plano onde existia o arraial, tivemos que descer por um declive muito abrupto, talvez de 100 metros de desnível, antes de chegarmos a um plano por onde se vai até ao arraial.

Situado entre esses morros altos está o vale das Perobas, madeira de lei, que lhe emprestou o nome e que como o arraial, já passou para a história. Descemos por estradas íngremes, em região úbere e lá não mais encontrei o arraial. Encontrei somente sua história narrada pelo meu companheiro, um arraial cronometrado pelo relógio do tempo e que a história impiedosamente sepultou. Afinal, a História tem um escritório onde todos os fenômenos sociais e econômicos são controlados, deletados até, se ela achar conveniente, como fez com São José das Perobas.

Tive, ao ver aquela baixada, onde se situava o arraial, a mesma sensação quando vira, dias antes, a região do Quilombo do Ambrósio, próximo a Ibiá. Uma vegetação rasteira constituída de braquiária e provisório, exuberante, coberta por macaúbas de pequeno porte, que dificultam sobremaneira a locomoção no local. Perambulando por aquele terreno plano, eu curtia um medo terrível dos cascavéis, que os sei abundantes naquelas paragens, porque "cascavel é ramo de cultura".

Mas ainda dava para se pensar: onde estariam pelo menos os escombros das construções do arraial e onde seus habitantes? Como disse o poeta Bandeira: "- Estão todos deitados... estão todos dormindo... profundamente..." Também como cantou Luiz Guimarães Júnior, o poeta da "Visita à Casa Paterna": "Uma ilusão gemia em cada canto, chorava em cada canto uma saudade".

Eu nunca havia visitado aquele local, mas senti um profundo, até mesmo inexplicável sentimento de saudade ao vê-lo. É como diz o codificador da Terceira Revelação, Allan Kardec: "A saudade é uma revelação de laços espirituais afetivos do pretérito".

Do alto do morro, a 1200 metros de altitude, pode-se esquematizar o local onde fora o arraial: um pequeno terreno em forma de triângulo, com uma superfície menor que dois alqueires de terra. Triângulo cujo vértice é formado pela confluência de dois córregos e tendo como base, um paredão de pedras. Um triângulo de topografia plana, incrustado entre morros elevados por todos os lados, que pareciam abranger, abrigar e defender um arraial fantasma, contra um inimigo imaginário. Foi nossa impressão naquele momento.

Um local de difícil acesso. Mais difícil, porém, seria explicar como ele ali fora se incrustar, como nasceu ali. O certo é que nasceu entre um conjunto de morros e seu acesso se dava somente por uma entrada, uma garganta por onde celeremente escapa o Rio Pirapetinga. Acesso somente por cavalo, vindo de baixo, das bandas do Córrego Fundo e Indaiá, subindo-se pelas margens do Pirapetinga que tem suas origens no arraial. A primeira impressão é que esse arraial fora formado por garimpeiros, por causa da confluência dos córregos margeando os sopés das montanhas. Mas não foi assim, como veremos em seguida.

Alguém mais ousado cortou outra estrada para trânsito de carros de bois, para cima, rompendo a base do triângulo, em direção ao atual Gordura, estrada que margeava e se dirigia para a nascente do Córrego do Vira-Saia.

Foi um fenômeno ímpar, histórico, como esse arraial morreu exatamente pela sua má localização. Em Medicina existe um fenômeno chamado "gravidez ectópica", isto é, uma gravidez em que o produto da concepção se localiza fora do lugar normal (útero), razão pela qual terá vida somente por algum tempo, sempre curto, por não ser uma localização normal, que possa oferecer condições de continuidade. Pelo mesmo fenômeno, chegou-se a um tempo em que o arraial das Perobas, sem saídas, encurralado pelos morros e castigado pelas enchentes, se viu isolado do mundo e a única solução foi trasladá-lo para outro arraial adredemente preparado para recebê-lo, o Gordura. Perobas foi abortada; seus restos concebidos vazaram pelo Pirapetinga abaixo.

Como dissemos, o vértice desse triângulo invertido é formado por dois córregos, o da Bocaina, do lado esquerdo, que nasce próximo à rodovia que hoje liga São Gotardo ao Gordura e o outro, da direita, o Córrego do Vira-Saia. Encontram-se no vértice do triângulo para formar o Rio Pirapetinga, que ali se iniciando e margeando a Serra do Selado, vai desembocar no Rio Indaiá, muitos quilômetros abaixo.

Notamos que esses cursos d'água nascem a mais de 1000 metros de altitude. O Pirapetinga, formado no fundo do arraial, desce precipitadamente dali para o Rio Indaiá, com grande desnível. Como não tem poços, não forma lagoas por vazamentos em baixadas, as chamadas *lagoas cativas*, no período das chuvas; por isso, não é um rio maleitoso, muito menos um foco de esquistosomose, que são doenças tropicais de regiões de águas paradas, desconhecidas naquela zona. Em compensação deve ter sido o berço, se não foi o maior, pelo menos foi um importante foco de Doença de Chagas e de lepra.

Do alto do morro de onde contemplávamos o ex-arraial, víamos ainda, rompendo a base do triângulo, cortes profundos da antiga estrada, em direção ao Gordura, que ao alcançar a fazenda do Luytprant, bifurcava-se em um ramo para esquerda, que ia em direção ao Gordura; outro para a direita, em direção a São Gotardo. Essa estrada, ao sair do arraial das Perobas, cruzava obrigatoriamente o Córrego do Vira-Saia, por uma ponte, única via de saída do arraial, em direção aos comércios, ponte que sempre levada pelas enchentes, obrigou a mudança do arraial das Perobas para o Gordura.

O patrimônio - Conforme o "Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais", do Professor Waldemar de Almeida Barbosa, no Arquivo Público Mineiro, em 1826, a Câmara de Pitangui pedia a criação do distrito do Funchal, desmembrado que seria de Quartel do Espírito Santo, e indicava o Alferes Domingos Pereira de Araújo Caldas para Capitão de uma Companhia de Ordenanças. *Capitão de Ordenanças* era o posto militar mais alto no interior da Província.

Um pouco abaixo do Rio Indaiá, cerca de 20 quilômetros de distância da barra do Ribeirão Funchal, surgiu o povoado de São José das Perobas, que foi elevado a distrito em 17 de setembro de 1923, pela lei 843. Depois passou a denominar-se Funchal, pelo decreto 148 de 17 de fevereiro de 1938; atualmente o Gordura, ou Vila Funchal segundo aquele historiador.

O terreno, o patrimônio, onde foi construído o arraial de São José das Perobas foi doado pelos fazendeiros, que tinham terras nas beiras do arraial. O Sr. Germaninho, Antônio Joaquim de Souza (avô do Lazito), a fazendeira conhecida por Dona (matriarca dos Fonte Boa), o Sr. Juca Manoel (filho de Dona), o Sr. João Camilo da Silveira, Sr. Custódio Chaves, Sr. Pedro Lopes, Cesário Rodrigues de Aguiar e outros.

Em "Os antepassados e sua terra", o Padre Deputado Estadual e Federal, Pedro Maciel Vidigal, diz com autoridade sobre o patrimônio das Capelas, marco inicial para a formação dos arraiais:

"A Igreja (referindo-se às dioceses, paróquias, mosteiros, conventos e irmandades religiosas) é uma pessoa jurídica de direito público e de direito privado. Ela tem, como sempre teve, capacidade de adquirir bens. Bens que formam o seu patrimônio, cujos rendimentos são empregados no bom e completo aparelhamento e na conservação da Casa de Deus, que deve estar sempre à altura das cerimônias religiosas do culto católico.

Esses bens, legalmente adquiridos, móveis ou imóveis, por doações ou por algum legado ou com recursos de doações, esmolas, subscrições, por compras, pertencem legalmente à Igreja, mas se acham todos sob a suprema autoridade do Papa."

Pelos anos de 1700, 1800, ou mesmo 1900, qualquer Capela tinha e deveria ter o seu patrimônio, que quase sempre consistia em alqueires de terra. Esses terrenos constituíam o "patrimônio", a propriedade da Igreja. Esses espaços eram chamados pelos ruralistas como *patrimônio,* que ficou como sinônimo de *arraial.* Nesses terrenos, por influência da Capela, eram construídas as casas de famílias do povoado do arraial, que depois, dependendo de seu desenvolvimento econômico seria vila, até cidade ou desapareceria, como aconteceu com grande número. Sempre se reservava uma área para o cemitério.

Sobre esse terreno a Igreja possuía e possui um domínio pleno e de utilidade para diversas construções e benfeitorias. Houve numerosos casos de invasões desses patrimônios por indivíduos sem escrúpulos, atrevidos, violentos, que neles se instalavam como se deles fossem possuidores.

O arraial de Perobas nasceu para ser pequeno - Perobas não tinha espaço ao se formar, encurralada entre montanhas não tinha, portanto, ambição de infinito. Seu povo, ainda com genes indígenas amaina-

dos, não tinha espírito nômade; ninguém saía, ninguém se mudava. Mantinha-se naquela letargia e isolamento sociais, sem aspirações, onde as carências eram fatores dominantes: carência de alimentos e de qualquer forma de conforto, a fome crônica pós - mineração, como em todas as formações rurais da época.

Não há documentações, provas ou relatos de casas grandes, sobrados com aquelas numerosas janelas azuis, que enfeitaram as obras históricas de nossa colonização, evidenciando gente rica e poderosa, que revelassem poder, que se erguessem como representantes de uma sociedade economicamente poderosa, daquele tipo de sociedade descrita por Gilberto Freyre ou como se vê nas regiões de grandes plantações de café, pertencentes aos barões.

O povo - Embora pareça mostrar pelo seu tipo de localização, pela topografia ímpar, entre montanhas dominantes, São José das Perobas não nasceu sob a influência do diamante, nem do café, mas sob a influência da criação de gado. Anos mais tarde, o arraial foi impulsionado pelo fulgor da cafeicultura.

Já dissemos em livro anterior, que os primeiros povos a aparecerem nas minerações eram compostos por alguns paulistas, bandeirantes, que eram portugueses originais, mas a grande maioria era cruzamento de portugueses com índios, produtos já da terra em colonização.

O certo era que esse povo remanescente dos garimpos teria que produzir e trabalhar para comer. Nosso povo não tinha escravos para trabalharem para ele.

Os sertanejos, ou melhor, os caipiras - Os tempos passavam e São José das Perobas continuava com a mesma cultura, desse tamanhinho, por falta de intercâmbios sociais, formando-se assim uma população com vigorosa autodefinição regional, com costumes e cultura genuinamente sertanejos. Por isso era normal andar-se nas ruas com carabinas a tiracolo e revólver na cintura. Era normal e chique dar tiros nas ruas. Formou-se uma área cultural **sertaneja** *sui generis* ou como queiram, **caipira**.

A população de S. José das Perobas, desatrelada de qualquer contato com zonas urbanas (estas também ainda incipientes), não podia ainda receber a benévola designação de conservadora, porque na realidade, o que ela era, era mesmo atrasada. Ela não repelia inovações culturais ou políticas; ela apenas não tinha como obter conhecimento de suas existências.

Explica-se em Sociologia que cada grupo social, como o das Perobas, tem um espírito, um caráter e hábitos que lhe são peculiares e que se manifestam por meio de representações coletivas, com seus usos e costumes, festas comemorativas, educação familiar; eram grupos sociais que tinham suas próprias leis. As representações coletivas (portar armas até nas procissões) constituíam a realidade social de Perobas, se transmitiam naturalmente de geração a geração e se impunham aos indivíduos. É o que se poderia chamar de *quisto grupal.*

O espelho – O espelho é uma das maravilhas do mundo. Permite ao homem ver-se, contemplar-se, examinar-se, julgar-se. O homem olha-se no espelho e nele vê sua imagem, vê o seu presente. Toda pessoa tem um monte de fotografias antigas, suas, de seus familiares e amigos. O espelho social permite-lhe comparar-se com seus antepassados, isto é, permite-lhe ver o seu passado. O espelho é um historiador.

O homem, hoje, perante o espelho social, faz comentários muitas vezes com risos disfarçados ou mesmo com gestos hilariantes, comparando os indivíduos de hoje com os de ontem. Mas ele não ri do físico, do orgânico de seus antepassados; ele ri é de seus usos e costumes, das partes que lhes são externas, criadas por ele, a sua cultura, que é o que realmente muda. Isto é, ele ri de contar sua cultura passada, como seus descendentes rirão dele daqui a cem anos pelos mesmos motivos. Ele ri do chapéu de sua mãe, principalmente do de sua avó. Ri da fotografia de sua mãe montada a cavalo numa sela muito especial chamada *silhão.*

O silhão é uma sela especialíssima, que só tem estribos do lado esquerdo. A senhora monta o cavalo pelo lado esquerdo, com ambas as pernas para o mesmo lado, sendo que o pé esquerdo fica na caçamba (um estribo em forma de sapato turco) e o direito fica livre, pendurado. Não seria permitido cavalgar com pernas abertas, uma de cada lado do cavalo, enganchado. Tudo conseqüência da mentalidade da época, para que o pudor não fosse ferido. Calças compridas seriam um acinte aos bons costumes e ao pudor da madame. As saias, naturalmente muito compridas, para que tudo fosse tapado, pois assim exigiam a decência e as boas maneiras. Havia até alguns cavalos, mais valorizados, como se dizia, próprios para mulheres, porque "eram puros de andadura", com uma marcha especial. Qualquer condução naquela época girava em torno do cavalo.

Nosso atual vivente continua olhando as fotos de seus parentes de São José das Perobas. Vestimentas engraçadíssimas: as femininas confeccionadas com o máximo do pudor; os "meninos homens" só punham botinas aos 10 anos de idade, assim como calças compridas. Era comum a expressão, "Eu ainda usava calças curtas", querendo dizer, "Faz muito tempo". Gastou-se mais de duzentos anos para a saia subir do dorso dos pés até abaixo dos joelhos.

Pelo espelho da história ele vê também seus parentes nas ruas de Perobas, elegantemente exibindo revólveres na cintura ou carabinas a tiracolo. Chegavam a tirar fotografias, em que o retratista, no terreiro ou quintal das casas, punha um cobertor deselegantemente esticado atrás dos

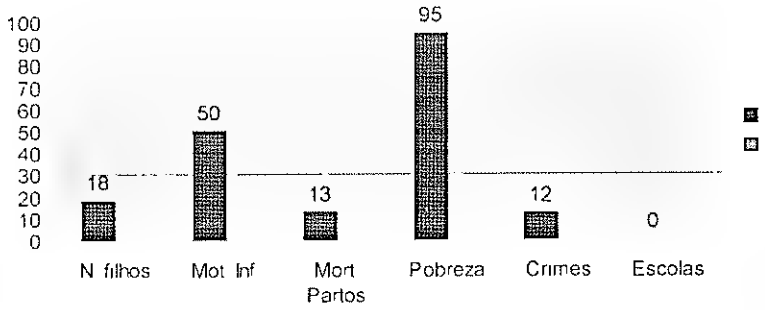
artistas, servindo de fundo e eles distintamente exibiam seus pendores bélicos com oito filhos, uma "escadinha", todos de chapéus e descalços; pais e filhos com camisas e outras roupas feitas do mesmo pano.

Essas imagens apenas mostram a formação cultural, os usos e costumes da época de São José das Perobas, que se tornavam leis, não escritas, mas plenamente obedecidas e seguidas. O antropólogo inglês **Ashley Montagu** definiu a cultura como *o modo particular como as pessoas se adaptam ao seu ambiente*. Nesse sentido, cultura é como um povo vive. Cada um com a sua.

Aplicando-se ao nosso caso, o nosso observador está apenas contemplando a cultura de São José das Perobas no período dos fins de 1800, ultrapassando a barreira dos 1900. Uma cultura criada, instituída e perpetuada por eles, segundo sua vontade, sem influências externas, de acordo com suas conveniências, necessidades e possibilidades.

Para eles aqueles padrões culturais eram os certos; convinham a eles, agradavam-nos. Queriam e achavam que a vida seria daquela maneira e pronto. Eles não viam, não tinham notícias de outras culturas; na realidade não conheciam outros modos de vida.

Quem foi criado ou viveu em outros arraiais poderá notar que os padrões culturais sertanejos eram os mesmos para todo o interior mineiro. Eu vivi minha infância no arraial da Espinha do Peixe, município de Tiros, bem longe e sem nenhuma ligação com Perobas. Sei hoje, pelo conhecimento da vida de Perobas, que não há diferenças nos padrões culturais de um arraial para o outro. Os usos e os costumes eram exatamente os mesmos. A descrição de um arraial servirá como modelo social para todos. Era o espírito de uma época, a contaminar todas as sociedades.



Esse gráfico imaginário, no âmbito social, dá uma idéia da universalização da cultura regional para todos os arraiais mineiros, com pequenas variações regionais. Para mais. Os dados que mais se sobressaem são os indicadores de pobreza, como mortalidade infantil, número de filhos, dados sociais, que somados dão muita evidência à coluna "pobreza".

Mas como a cultura é uma coisa adquirida, criada, formada e nunca permanecerá estacionária, esses hábitos e costumes dos arraiais teriam que ser modificados com o tempo, pelo contato com outros grupos mais evoluídos. Teria que haver uma aquisição por contato. Foi o que se verificou no Brasil do século XIX com hábitos introduzidos por imigrantes alemães, italianos, japoneses, irlandeses, espanhóis, holandeses e de tantos outros países europeus. Tais costumes vão se incorporando às sociedades rurais, como aconteceu com Perobas e com o tempo; novas formações culturais vão sendo assimiladas e transmitidas aos componentes do grupo, como herança de caracteres adquiridos.

Um fator de grande importância foi quando alguns pais iluminados, mais esclarecidos e influenciados por parentes mais evoluídos, passaram a mandar seus filhos para estudar em colégios de padres, em regime de internato. Traziam daqueles colégios costumes diferentes, pelo menos um pouco mais evoluídos, que iriam modificar o sistema de vida nas habitações rurais de seus pais e conseqüentemente em toda a sociedade. Esses estudantes tiveram muita influência para que fossem construídas as primeiras instalações sanitárias, um grande avanço no sanitarismo.

Aquelas sociedades rurais, pelos sucessivos e constantes contatos urbanizadores, foram abandonando aquela cultura caipira. Se observarmos a vida dos colonos americanos nos anos 1700, veremos pelos filmes e romances históricos, que eles passaram pelos mesmos padrões culturais pelos quais passamos, só que nos superaram "de passagem", com muito maior rapidez e eficiência, por uma criação cultural rápida.

Existiam ou se formaram outros arraiais no Município de São Gotardo, mas a pujança de Perobas, sua superioridade sobre os demais distritos, como Três Capões e Cruzeiro, foi evidente.

A cafeicultura - Nos meados do século XIX, nos anos 1800, começaram as primeiras atividades da cafeicultura às margens do Rio Indaiá. Foi uma atividade mandada por Deus, para salvar seus filhos das Sete Fomes.

O café, como produto exportável, começou a trazer dinheiro para aqueles rincões, possibilitando um melhor desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, social para aquela região.

Paralelamente àquela nova economia, produção de café, Perobas passou a desfrutar de melhores níveis de vida. A produção cafeeira, que trazia maior renda para os lavradores, passou a exigir a presença de um comércio mais pujante na vizinhança (olhe os emboabas!), onde pudessem, produtores e trabalhadores, comprar suas precisões.

Para o cultivo do café, não havia necessidade de grandes extensões de terras, como exigia a pecuária. A criação do gado, como se fazia,

demandava extensões grandes de fazendas e dava poucos empregos. O cultivo de café, pelo contrário, poderia ser feito em pequenas extensões, com alta demanda de mão-de-obra. Dava ainda oportunidade para que muitas pessoas até então desocupadas pudessem produzir por conta própria, em outras palavras, que mais produtores passassem a ser donos de seus meios de produção, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento social.

Em síntese, houve uma mudança no sistema de produção como resultado da introdução de uma economia mais elevada, a do café. Outra conseqüência social foi a fixação do homem ao campo e a elevação do índice demográfico nas regiões de cafeicultura.

A política - São José das Perobas pertenceu a dois períodos políticos importantes, ao Império e à República Velha. Tanto é que na lista de classificação de eleitores anexa a esse trabalho, feita logo após a proclamação da República para a eleição dos primeiros presidentes civis (Campos Sales), há numerosos residentes no arraial de São José das Perobas. Perobas exibiu um contingente proporcionalmente grande de eleitores, que conseguiam desenhar seus nomes, porque era uma região muito habitada.

Evidentemente que no tempo da Monarquia não havia eleições, pois se tratava de regime absolutista, com D. Pedro II no poder. No tempo da República, passou-se a realizar eleições, mas o povo que votava, apenas votava; não participava das demarches políticas, não tinha poder de participação na escolha dos nomes dos candidatos à presidência (eles já vinham prontinhos para os eleitores, cuja função política era só votar). Era como nos casamentos daquela mesma época: a noiva conheceria o noivo no altar. Em ambos esses acontecimentos, políticos e sentimentais, não havia necessidade de participação; alguém resolveria por eles. Se era uso, teria que ser obedecido: votar de acordo com a vontade dos chefes políticos e se casar de acordo com as necessidades dos pais.

Eleições com participação popular, em que o povo passou a participar, discutir, decidir, exercer o poder de crítica em todos os acontecimentos e marchas políticas, só tiveram início após a ditadura de Vargas, em 1946. Como se diz, a política passou a pegar fogo, o povo participando e decidindo. As conseqüências foram as grandes brigas políticas.

Nas Perobas onde o povo, como já dissemos, era muito apático, não havia muita divergência política, porque após curto período republicano em que os candidatos lhe eram impostos, sem direito a discutir, veio a ditadura Vargas, em que não houve eleições por 15 anos. O clássico coronelismo político não tinha razão para se manifestar em Perobas por se tratar de uma estrutura econômica e social inadequada para se tornar palco de debates políticos.

O chefe político de Perobas, aquele que mais tinha força política com o prefeito da ditadura, era o Zé Pereira. Mas a dimensão de seu poder político era do tamanho da distância entre Perobas e São Gotardo; não ia além. O prefeito de São Gotardo era a máxima autoridade com quem ele poderia ter contato e diálogo.

O Zé Pereira era o chefe da política da situação. Tudo dependia dele, e tudo era ele que resolvia com o Prefeito Bento Ferreira dos Santos. Seus adversários eram muito poucos, sem influência ou poder político e, logicamente, sem seguidores, ou melhor, como se diz hoje, não tinham votos. Não havia brigas políticas, não havia assassinatos por motivos políticos. Eram seus adversários o Gabrielinho, Joaquim Isac e Sadock Pereira, filho do Major Leopoldino Pereira, mais tarde udenistas ferrenhos.

Dessa situação valeu-se muito José Maria Pereira, o matador, que era irmão do Zé Pereira e que por isso gozava de alguma proteção política, como a do Major Olímpio Franco, que o acobertava muito nos julgamentos, quase sempre livrando-o de condenações.

Assim surgiu Perobas, filha do gado, neta do café – No início da vida dos arraiais, nos períodos iniciais da República, no limiar dos 1900, a principal atividade financeira e comercial era a pecuária. As mineirações já haviam chegado ao fim.

Mas aquela pecuária não era como a de hoje, em que os fazendeiros tiram o leite, os caminhões das indústrias de laticínios passam e levam-no para as indústrias. Não havia para quem vender o leite, ou melhor, quem o buscasse. Só mais tarde surgiram os burros cremeiros. Mas é outra história, que pouca influência teve sobre a economia de Perobas.

Como o leite é um produto condenado pela história a ter pouco valor, passou-se a fazer o queijo, que também era de pouco consumo, mas era um alimento para a população e que tinha um subproduto muito importante para engordar porcos, o soro. Dizia o Luytprant que o leite é condenado pelo deus da natureza porque é furtado dos bezerros.

Na época, um dos grandes entraves para se levar o leite aos centros consumidores era o transporte, que além de ser deficiente, era impróprio para um produto perecível. A engorda de porcos era a atividade que mais dava renda e com mais freqüência. A solução seria engordar porcos, usando-se o soro. Ter-se-ia que dar consumo ao leite nas fazendas.

Mais tarde, o leite seria desnatado nas fazendas e os fabricantes de manteiga em São Gotardo mandavam buscar o creme em tropas, as famosas *tropas cremeiras*. O creme era mais resistente; podia ser guardado por alguns dias, até chegar a tropa do transporte.

Além da engorda de porcos, a outra atividade mais explorada era a criação de gado, cuja rentabilidade era muito pequena, pela baixa

rotatividade e falta de consumo da carne. A base alimentar da época era a carne de porco, e não de gado, porque o porco podia ser criado no arraial, nos quintais das casas ou mesmo solto pelas ruas. Porcos e galinhas. Muitas pessoas, mais pobres, podiam criá-los e engordá-los, já o gado vacum precisava ser criado nas fazendas e o povo, de modo geral, não tinha capital para essa criação e também, pouca renda para ter acesso a esse tipo de carne. Além da carne de porco em pequena escala, outros alimentos básicos eram o feijão e mandioca; o arroz era usado mais aos domingos e seu substituto natural era a canjiquinha de milho.

Era uma alimentação evidentemente pobre, que não variava e que por suas deficiências naturais, principalmente proteicas, mantinha uma população subnutrida com o aparecimento até dos papos.

Não existiam os óleos para fazer comida; ela era feita à base da gordura de porco, assim como todas as frituras, biscoitos, lingüiças, bolos de milho e pamonhas. Felizmente, naquele tempo, ainda não fora inventado o tal colesterol.

As pessoas mais importantes, inicialmente, eram os pecuaristas, boiadeiros criadores de gado, isto é, os fazendeiros. Mas a pobreza, mesmo no meio dos fazendeiros, era muito grande e ninguém tinha renda. Não se usava mandar os filhos para estudar, porque dificilmente teriam condições para pagar, porque a média de filhos era 12 ou mais por família.

Foi quando Deus teve dó de nossos fazendeiros e mandou para eles a cafeicultura. Com essa reviravolta econômica, os cafeicultores passaram a ser as personalidades importantes no meio produtivo e, portanto, social. Só eles passaram a ter dinheiro, o que levou os fazendeiros a se dedicarem com todo afã à cafeicultura.

Os fazendeiros foram suplantados pelos cafeicultores em importância econômica e social, principalmente pela democratização da economia, porque na cafeicultura o dinheiro passava pelas mãos de mais gente, produtores e trabalhadores; havia mais gente manipulando mais dinheiro e mais dinheiro circulante, que não ficava nas mãos de somente poucos fazendeiros na pecuária. Houve elevação no *modo de viver*, em conseqüência daquele novo modo de produção, não digo explicitamente do *nível de vida*, porque este exigiria outros valores sociais ainda por virem.

Essa melhora econômica com a cafeicultura exigiu o aparecimento de pequenos núcleos comerciais nas vertentes do Rio Indaiá, Abaeté ou Borrachudos, que correm muito próximos, como São José das Perobas, Fragata, São José do Canastrão, Cedro do Abaeté, Quartel Geral, Quartel São João, Campos do Domingos Pereira e outros.

Os primeiros comerciantes e profissionais - O primeiro comerciante de Perobas, ainda no Império, foi o Sr. Germaninho, com uma loja de secos e molhados. Foi, no início do arraial, a única loja. Depois que morreu, o Sr. Procópio Lopes Fonte Boa comprou a loja. Passou-a mais tarde ao Sr. Heitor Resende, irmão dos Srs. Chico e Joanico Resende, que foi o último comerciante de lá, justamente no período em que Perobas seria mudada para o Gordura. Hoje ele reside em Belo Horizonte.

Havia várias vendas: a do Cezário Rodrigues de Aguiar, do Crisógono Fonte Boa, do Sr. Gabriel Carlos Ribeiro (Gabrielinho, delegado de São Gotardo, mais tarde), do Antônio Honorato e do Aristides Lopes Fonte Boa (pai do Miltão eletricista). As mercadorias para o comércio do arraial das Perobas eram fornecidas principalmente por um viajante de Juiz de Fora, chamado Artur Trindade e ele próprio as entregava em Perobas, trazidas por tropas.

A maioria eram mercadorias importadas, inglesas, através do Rio de Janeiro, mas Juiz de Fora já iniciara suas atividades industriais, principalmente de tecidos. As ferramentas eram importadas da Inglaterra, como navalhas *Solingen, Gilette;* canivete *Roger, Solingen* e *Corneta;* serrote *Greaves;* enxadas *Jacaré* e *Duas Caras;* machados *Collins,* etc.

O primeiro cartório foi do Sr. Dimas Campos, que depois foi adquirido pelo Sr. Nico Germano.

A atividade farmacêutica na década de 1920 foi exercida em primeiro lugar pelo Sr. Walter, genro do João Barba. Certo dia ele se meteu a engraçadinho com uma senhora casada; deram-lhe uma coça, ele atravessou o Indaiá para nunca mais aparecer no arraial. "Atravessar o Indaiá" tornou-se um neologismo regional, geralmente citado "entre dentes", porque seria perigoso falar alto; significava "prudência" e "auto-conservação". Seria anoitecer, atravessar o Indaiá, amanhecer e não voltar mais a Perobas.

Depois veio o farmacêutico Claudiano Morato, de Abaeté. Posteriormente, de Pitangui, veio seu irmão Sr. Sizenando Morato (Zico), substituindo-o. Depois se mudou para o Sapecado, pertinho de São Gotardo, depois para a Espinha e finalmente para Pimentas (Matutina). Tornou-se o patriarca, pelas suas qualidades morais, daqueles dois arraiais por onde passou e de Matutina (arraial de Pimentas na época).

Lá nas Perobas foram registrados dois empresários importantes, filhos do Sr. Zico Morato: Dr. Francisco Morato e Dr. José Morato, residentes em Brasília e Goiânia, respectivamente, além do Sr. Paulo Morato, do ramo petrolífero e do "álcool", em Matutina. Ainda entre nós, filhos do Sr. Claudiano, que são o Sr. Miro, agrimensor, residente em São Gotardo (faleceu quando ainda escrevia essa crônica), pai do Giovanni Morato, do comércio de som e sua irmã D. Claudianinha, esposa do Sr. Walquírio Bueno, residente em Matutina.

O Sr. Claudiano depois se mudou para São Gonçalo do Abaeté, onde teve mais tarde, notáveis brigas políticas com o Padre Matos, líder do PSD local. Diz o Chiquinho Morato que seu tio Claudiano sairia do local desde que o progresso ameaçasse entrar.

Depois do Sr. Sizenando, foi farmacêutico o Delvarte Pereira, irmão de Zé Pereira, o político e do Zé Maria Pereira, o bravo. Foi a última farmácia de Perobas; levou-a para o Gordura onde a vendeu para o Juvêncio de Freitas Brito, um baiano muito popular, conhecido como Freitas. A mudança da farmácia do Delvarte para o Gordura foi também um fator acelerador da mudança do arraial de Perobas.

O Sr. Freitas era o "tratador" na recém-formada Gordura. Para lá se mudara o Sr. Quincas Oliveira, um dos baianos pioneiros da cafeicultura no Indaiá. Ele teve uma pneumonia e Freitas, sem antibióticos, tentou e não conseguiu salvá-lo. Uma filha teve o mesmo destino. Por isso o Gabrielinho Ribeiro criticou-o severamente durante o velório, chamando-o de incompetente (não se sabe quem seria mais incompetente; se quem julgava ou era julgado, mas ninguém conhecia os limites de suas incompetências) e que merecia um processo! Imaginem. Foi severa e igualmente respondido em público pelo Freitas, inclusive convidado para um duelo naquele momento. Gabrielinho, dias depois, mandou matá-lo, numa tentativa frustrada. Mas o Freitas, por isso, mudou-se para Goiás.

Na atividade odontológica, era dentista prático, Sr. Martinho Fidélis Campos, tio do Osmar Fidélis Campos, ex-comerciante em São Gotardo. Martinho, genro do Padre Inácio, foi casado com a filha de D. Ritinha, mulher do padre. Seus filhos foram Woodworth, Taylor e Edward. Parece que queria diferenciar-se, como erudito.

Fabricava arreios, em Perobas, aliás, muito requisitados na época, pelo seu largo uso, o Sr. Francisco Batista Leite (Sinhô Batista), pai do Sinhozinho e avô do Chicão Cuiudo e do Severo. Ele mesmo fazia a sola para fabricar seus arreios, curtindo o couro com casca de angico e barbatimão. Fazia estribos de madeira e cobria-os com couro. Fazia botinas e as consertava. Era também violeiro e cantador muito solicitado. Dizem que morreu em conseqüência de uma operação de sinusite.

João Mateus, o ferreiro, também ocupou o cargo de delegado.

Joãozinho Londe, o major, filho do Sr. João Londe, o valente, também foi delegado lá. Ele, mais tarde, foi condenado por assassinato. O Gabrielinho não exerceu essa função lá.

Encarregado dos serviços postais era o Xixico do Rancho, que vinha a São Gotardo três vezes por semana para este fim.

Quem "matava vaca" no arraial era o Sr. Iracy, pai do Zé Iracy, meu cunhado, lá de Tiros. Era conhecido também por Iracy Batateiro, possivelmente por exercer esta outra atividade agrícola.

Grande parte do fornecimento de mercadorias era feito por carros de bois, que iam buscá-las principalmente em Abadia, hoje Martinho Campos. Lá pelos 1930, o Sr. João Rosa ou João Doido começou a ir a Perobas em um Fordinho 29, mas só na seca. O Sr. Lazinho Ribeiro, às vezes, levava mercadorias de caminhão, um caminhãozinho para mil quilos, *International*, com cabine de madeira e somente duas rodas na parte traseira. Mas esse transporte por caminhão somente poderia ser feito durante o período das secas, porque no período das chuvas, das águas, como se diz popularmente, o arraial ficava inacessível ao "transporte rodoviário".

Não havia referências sobre a presença de comerciantes de diamantes ou de garimpos no arraial, apesar da existência de dois córregos limitando-o das montanhas.

Terminadas as minerações, e sendo as beiras de rios, principalmente do Indaiá, de má qualidade para pastagens, impróprias para a agricultura e pecuária, essa população evadiu-se mais para o interior. Foi quando e como surgiram os arraiais das Perobas, de São Gotardo e outros. Arraiais que pela sua própria localização topográfica não se prestavam a "dar assistência aos garimpos", porque não eram zonas de garimpo. O arraial de São Gotardo ficava a mais de 50 quilômetros de distância dos barrancos do Indaiá e de outros rios diamantíferos. Ninguém iria morar a 10 léguas de seus garimpos, quando nem condução havia. Ninguém poria picaretas nos ombros e peneiras nas mãos para se mandar para os rios nestas distâncias. Se nem escolas havia, muito menos preocupação com alfabetização. Sem a presença de outras vantagens sobre as zonas rurais, para que vir morar nessas lonjuras, no arraial de São Gotardo?

Religião - A religião era, por tradição, ainda por influência colonial, somente a católica. Quem dava assistência espiritual ao arraial era o Padre Ziquinha, antes dele, o Padre Kerdole e o Padre Inácio. Esses padres, de vez em quando, por lá apareciam, principalmente nas comemorações de festas religiosas.

Os habitantes, reunidos, construíram a igreja. Ela era uma das três construções de tijolos no arraial, mas com esteios de aroeira. Uma típica e imutável concepção arquitetônica de igrejinha de arraial. Marco indiscutível da presença de Deus entre os humildes. A única fotografia que conseguimos das Perobas foi da igreja, uma foto logicamente deficiente. Não há outros documentos fotográficos do arraial, apesar de intensa pesquisa a respeito, feita por mim. Usava-se muito pouco a *kodak* que, naqueles tempos, seria uma grande novidade. Prestigiando a foto (pág. 43), deitados em frente à igreja, preguiçosamente sobre a grama, os Srs. Edson Souza e Mundinho Mendes. Se saudade matasse...

A igreja de Perobas, posteriormente, foi aumentada em duas partes laterais, uma delas era destinada à sacristia. Foi pintada e decorada por pai e filho de origem italiana: o velho se chamava Enrico Fornelli e o filho Nicotti Enrico Fornelli. Da igreja não há vestígios, porque em se retirando seus esteios de aroeira e não tendo alicerces de pedra, nada ficou para a história. Na mudança para o Gordura os esteios também foram levados. D. Aurora, a quitandeira, rogou de joelhos uma praga, segundo a qual aquele que subisse àquela igreja para demoli-la, iria cair e quebrar o pescoço. Mas demoliram. A praga foi transferida para a Igreja do Gordura, quando o Hildebrando caiu e quebrou o braço, nas suas obras. Atrapalhou até a idéia dele.

Quando visitamos Perobas, não vimos vestígios de construções, a não ser algumas pedras que foram usadas nos alicerces da cadeia. As casas não tinham alicerces, feitos de pedras, cimento e areia dentro de valetas; as paredes eram sustentadas por esteios de madeira e baldrames, estruturas essenciais para a técnica de construção de casas de pau-a-pique, paraíso dos barbeiros. Retiradas essas estruturas de madeiras e levadas para o Gordura, não ficou sinal do arraial. Como se diz - "Não ficou pedra sobre pedra".

A Folia de Reis – Outra tradição religiosa levada a sério nos arraiais era e ainda é, embora em escala muito inferior, por falta de habitantes na zona rural, a *Folia de Reis*. Coisa semelhante aconteceu com o futebol, porque os "técnicos" não conseguem 11 jogadores para se fazer um time. O social só existe em grupo; não existem fatores isolados.

É uma festa popular, de tradição portuguesa, que atravessou séculos, e está sob ameaça de extinção. É realizada em dezembro, geralmente com início à meia noite do dia 24, por ser comemorativa do nascimento do Menino Jesus. Usa-se muito para pagar promessas por graças alcançadas através de votos.

A religião também está sofrendo com o êxodo rural, porque as vilas ficaram desertas, como o resto da zona rural, e a *Folia de Reis* não tem casas para serem visitadas. Há dificuldade numérica para se fazer o bloco de foliões, assim como a *Festa do Rosário* não tem mais condições satisfatórias para ser realizada na roça.

As crismas – É, ou melhor, era, outro movimento religioso muito concorrido nos arraiais, com a presença indispensável do Bispo da Diocese. Nas Perobas, só a presença do Sr. Bispo era uma festa. O Bispo do Aterrado (Luz), D. Manoel Nunes Coelho, vinha para as crismas, de sete em sete anos. Ficava lá por dois dias, crismando os meninos e esperando as costumeiras doações dos fazendeiros. Dizia-se que fazia uma bela arrecadação.

Procissões – Em Perobas, como nos outros arraiais, nas festas

dos santos tidos como mais importantes para a comunidade, havia a clássica procissão. Nas procissões, os padres levavam as imagens dos santos mais dignos dessa homenagem, cantando hinos, com o povo todo em fila dupla. Saindo da igreja, davam uma volta por trás dela, onde passavam por baixo de uma grande mangueira na porta da Aurora quitandeira, irmã do Antônio Biel; desciam em direção ao Córrego do Vira-Saia, davam uma guinada por uma estrada de carro de bois para a esquerda, para voltarem novamente para a igreja. Extensão de mais ou menos três quarteirões, porque o arraial não dava mais do que isto.

Ato litúrgico herdado do colonialismo, as procissões eram de elevada importância também ideológica, além de religiosa, principalmente para fazer frente à condenação às imagens e aos atos litúrgicos em geral, preconizada pelos protestantes, a partir do período da Reforma.

Foi numa procissão em homenagem a São João, que Cristiano Biel, irmão do Antônio Biel, que normalmente levava nas procissões uma carabina a tiracolo e uma *mauser* na cintura (não era só ele...), desentendeu-se com um baiano e resolveu matá-lo a tiros. Atirou no baiano com a *mauser*, que falhou; ele tirou a carabina do ombro e atirou, só que o tiro atingiu foi outro elemento na procissão, que nada tinha com a briga, o Quinhá. Morreu na hora. Dizem que São João, aproveitando-se daquela confusão, desceu do andor e até hoje... Deve ter atravessado o Indaiá também, fazendo coro com tantos outros habitantes do arraial nos momentos de apertura, que até hoje não voltaram lá, por amor à pele.

Vi a cruz que assinalou o crime, como era costume, no local. Tem 1m e 20 cm de altura, com as iniciais do falecido, por sinal artisticamente trabalhadas a formão pelo Procópio Fonte Boa. Cruz de aroeira ainda íntegra, com 83 anos, podendo durar mais 80 tranqüilamente. Porque madeira é aroeira. A inscrição marca o dia do falecimento. Dia 24 de junho de 1917. Essa cruz e a gameleira onde pousam marias-brancas e anus, sem saberem que ali existiu um passado importante, são os únicos sinais da existência de Perobas (foto na pág. 43).

Marcas de uma civilização – Quando visitei o local onde fora o arraial, essa cruz foi o único sinal, artificial, acusando a presença de uma civilização que ali existira há um século. Lamentavelmente um sinal de atraso e de violência. Sinal de uma civilização que se autodestruíra.

Mas o marco da passagem humana pelas Perobas estava lá, indelével, solitária, "dormindo em paz na solidão", aquela cruz de aroeira, sinal não de devoção ou de fé, mas de alguém vítima do atraso social e da falta de cultura de uma civilização regional. Essa era uma marca do "social" nas Perobas; não poderia haver Perobas sem ela. A memória também dos que morriam nas estradas era imortalizada por uma cruz e devia haver

uma disputa quantitativa entre as cruzes que marcavam um assassinato ou morte por Doença de Chagas, ambas sinais de atraso. Elas eram os atestados de óbitos da época.

Além daquele sinal artificial existem mais dois sinais, naturais, que trazem de volta a lembrança do arraial: uma mangueira grande debaixo da qual passava a procissão, situada atrás da igreja e uma gameleira, ou *barriguda,* que ficava situada na praça do arraial. Ainda resistem aos tempos como não resistiram seus companheiros humanos. Dizem que numa autópsia dessa gameleira poder-se-ia retirar de suas entranhas muitos quilos de chumbo. Sinais de comemorações no arraial, onde o povo "afinava" suas armas.

A Justiça nas Perobas – A crônica social sobre Perobas não está muito longe de uma crônica policial. Pelo relato do Sr. Lazito pareceu-me que quase toda família perobense tinha até à primeira geração um assassino ou um assassinado; pelo menos tentativas de homicídios teriam existido.

Na visita que fiz à história de Perobas, tive oportunidade de ver algumas pedras dos alicerces da cadeia do arraial. Vi que era uma construção muito pequena pelo atendimento que teria que dar a tão numerosas arruaças, tentativas de crimes ou mesmo assassinatos, que eram ocorrências muito comuns. Era uma construção de dois pavimentos, sendo dois cômodos na parte inferior, um deles a cela com grade e no pavimento de cima, a parte burocrática da delegacia, sala do delegado, de depoimentos e naturalmente, pelas circunstâncias, dos cambalachos, dos arranjos, do "toma lá, dá cá".

O primeiro delegado de Perobas foi o Sr. Melquíades de Souza França, um baiano, pai do atual Manoel Melquíades, que ainda reside no Gordura. O Sr. "Merquia" era um baiano "inerjo", assim conhecido. Dizem que dava homéricas correções nos presos, ou arrancava deles pelo menos a promessa de "atravessar o Indaiá" para nunca mais aparecerem nas Perobas.

Na Revolução Constitucionalista de 1932, em que Minas teve que participar e mandar os soldados para a ponte do Rio Grande, perto de Uberaba, o Sr. Melquíades foi ao escrivão Nico Germano pedir ajuda para nomear dois "bate-paus" (pára-polícia requisitada entre os membros da população, nas emergências), porque a revolução requisitara toda a polícia e ele era muito responsável e zeloso pela ordem nas Perobas. Foi nomeado "bate-pau" o Chico Buraco, outro baiano. Um humorista não diria que nas Perobas havia uma "baianada" ou uma "panelada" de baianos.

Joãozinho Londe, o major, filho do Sr. João Londe, o valente João Lona, também foi delegado lá. Ele, mais tarde, foi condenado por assassinato. O Gabrielinho não exerceu essa função lá. João Mateus, o ferreiro, também ocupou o cargo de delegado.

Indústria – *Como a tecnologia dos perobenses era muito primitiva, seus implementos eram fabricados lá mesmo. Carros de bois, ferragens, instrumentos, somente alguns poucos, viriam de Juiz de Fora. A responsabilidade seria dos ferreiros locais fazerem foices, enxadas, facas e facões.*

Ferreiro era o João Mateus, também delegado, que depois se mudaria para Matutina. Na *carapinagem* eram Chico Andreza e João Novato, que era o fino na construção de carros de bois, até instrumentos de cordas, como cavaquinho, viola, violão. Mas o profissional mais conceituado era Procópio Fonte Boa (pai do Wilson Fonte Boa ou Wilson Procópio) junto com o irmão Tico Fonte Boa. Procópio, pai do Sr. Wilson Procópio Fonte Boa, mais tarde mudou-se para o Chalé.

O Sr. Iracy Caetano, pai do Zé Iracy, meu cunhado, era quem matava vaca para fornecimento de carne, como já foi disse antes.

A fabricação de tecidos ficava por conta de D. Maria José do Antônio Pedro. As roupas eram praticamente feitas no arraial; raramente eram compradas nas lojas, que eram chamadas de "negócios". Os panos eram de algodão, tecidos lá mesmo e eram usados para confeccionar roupas de uso pessoal, cortes de calças, camisas e roupas de cama. D. Maria José, além de tecer, também tingia os panos, com aleerim e urucum; nada de produtos químicos, que só apareceram mais tarde vindos da Inglaterra. Quase todas as donas de casa tinham sua roda fiadeira para confeccionar os fios de algodão, uma cardadeira, descaroçador de algodão e uma máquina de costura tocada à mão. Todas essas ferramentas, produtos das manufaturas inglesas.

D. Maria fabricava e vendia cortes de calças, camisas, lençóis, cobertas de todos os tipos e de todas as cores. As calças de algodão, quando molhavam, iam esticando e de vez em quando era preciso cortar um pedaço de suas barras. O sertanejo teria que ser antes de tudo um forte, como disse Euclides da Cunha, para carregar aquelas vestimentas pesadas, de algodão de fabricação caseira.

Usos e costumes - Naquele tempo capa boa era da marca "Ideal", "Três Coqueiros", "Cruzeiro" ou "Gaúcha"; chapéu era "Sarkis" ou "Três Coroas".

As capas de chuva eram transportadas não como hoje, em capoteiras na parte traseira do arreio, sobre a garupa do cavalo, mas atravessadas transversalmente e amarradas à cabeça do arreio. Sobre a capa, também transversalmente, amarrava-se uma carabina, calibre 38 ou 44, peça indispensável, usada como utilidade e moda ou como se dizia, "para ataque e defesa", além de um também indispensável revólver ou *mauser* na cintura. Era moda e pronto. O facão "jacaré" também fazia parte da indumentária do cavaleiro, pendurado ao lado do arreio. Seria muito útil, até para se andar nos matos.

Usava-se muito na época, para pessoas mais bem possuídas, camas importadas, naturalmente da Inglaterra, um pouco mais estreitas, de madeira, com fundo de molas tipo tela, chamadas "catre", corruptela de "cot", cuja pronúncia *é cat*.

Uma peça muito usada pelos cavaleiros era a *guampa*, feita de um chifre grosso, curto, bem trabalhado, lixado. Era ornada, arrematada com bordas de metal amarelo ou prateado, com uma fina e comprida corrente para que o cavaleiro, ao chegar numa aguada, não precisasse apear para pegar água. Atirava-se a guampa, que se enchia de água e pela corrente era recolhida para ser bebida. Não seria até muito prudente um cavaleiro ficar apeando com freqüência nas aguadas; seria expor-se muito à pontaria de indivíduos que gostavam de trabalhar atrás das moitas. Ninguém estaria livre.

Um rapaz de posses, de bom nível, independente, seria aquele que já usasse um revólver na cintura. Era o símbolo de masculinidade e de virilidade. Os mais modestos usavam garruchas 320, 380 ou 44 e ninguém andava sem uma faca na cintura; faca "pacua", ferreira, porque era de fabricação local, pelos ferreiros. Os crimes com faca eram muito freqüentes, quando não, as lesões e ferimentos por tentativas de homicídio. Havia também os famosos punhais que, sem cortes, tinham por função somente furar e, mesmo naqueles tempos, já era uma peça tão ignóbil, que pouca gente gostava de exibir. Eram mais usados pelos maus caracteres.

Fazia parte de usos e costumes os habitantes andarem, desfilando pelas ruas com carabinas a tiracolo, carregadas por uma alça passando pelo ombro. Com esses acessórios, andavam tranqüila e normalmente pelas ruas. Com a maior naturalidade, assistiam às missas, acompanhavam as procissões. Nos foguetórios, nos dias de festas, ninguém conseguiria distinguir o espocar de foguetes dos tiros de carabinas, revólver ou garrucha. Toda e qualquer comemoração seria motivo merecedor de uma "sarva" de tiros.

Eliminatórias para tiro ao alvo, esporte hoje olímpico - À frente da venda do Germaninho havia um toco de moreira grosso, ornado com argolas pregadas em todo o seu diâmetro, estacionamento onde os roceiros amarravam seus cavalos, quando vinham ao arraial fazer compras, beber uma pinga, ou tentar um namorico.

Dentro daquela venda, bebendo uma pinga, dois "artistas", como no *far-west* americano, se propuseram a exibir suas perícias e refinamento na arte do tiro ao alvo. O fino seria, de dentro da venda, colocar as balas na "mosquita" das argolas, pregadas no toco de moreira, na praça, usadas para amarrar cavalos. O dono de um dos cavalos, meio assustado e medroso, pediu que esperassem para que ele fosse lá tirar seu cavalo do ambiente das balas. Sofreu uma admoestação por um dos peritos, dizendo-lhe que iriam atirar era dentro das argolas e não no cavalo amarrado em outras argolas. Que não se preocupasse; seria até uma desconsideração para com a arte de atirar bem, e para com eles, os reis do tiro.

O jogo - O jogo era bravo nas Perobas. Os fazendeiros, que pouco tinham o que fazer, a não ser tirar algum leite, fazer uns queijos e tratar de seus porcos, dispunham de muito tempo para jogar. O Sr. Antônio Mariano era o dono do cassino, bancador e promotor dos jogos. Havia mais dois donos de jogos nas Perobas. Os jogos mais comuns eram o pacau, o 21, 31 e o búzio.

O Sr. Nico Germano, pai do Lazito, perdeu uma fazenda de 16 alqueires e um cartório numa noite de jogo, assim como outros perdiam pertences vários, até sua condução, a mula arreada. Os maiores jogadores eram o João Nuta, Zé Maria Pereira, o matador, Chico Afonso e Sebastião Novato, além de outros. Jogava-se dia e noite, à luz de lamparina; a picumã colorindo as ventas dos jogadores. Com a mudança para a Gordura, como as lavouras de café exigiam mais serviços e atenção dos donos, o jogo era em menor escala. Diminuiu aquela jogatina desenfreada, embora não tivesse acabado.

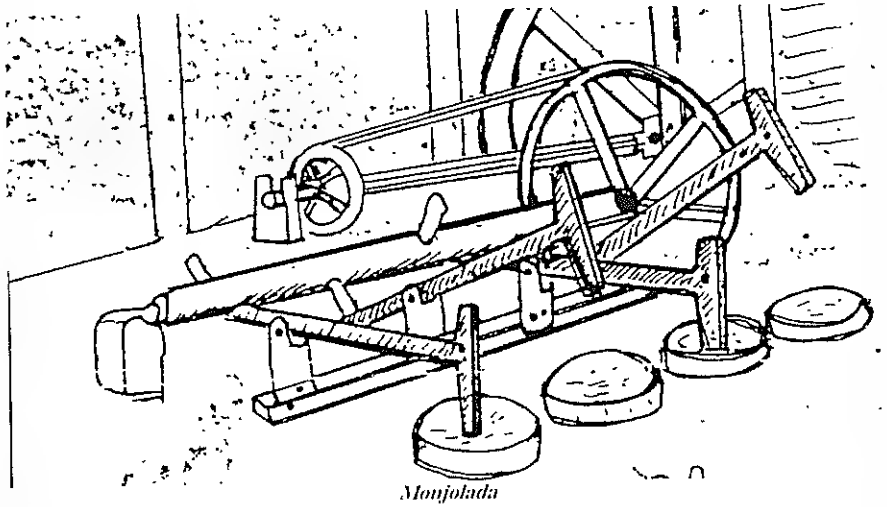
O material para jogo do búzio era feito com milho. Seis grãos ou quatro. Tirava-se o olho de alguns grãos de milho, escurecia-o com carvão. Ficavam olhos pretos e brancos. Eram os dados de hoje.

Os fazendeiros - Os fazendeiros da vizinhança das Perobas eram Antônio Machado Rodrigues, conhecido por Antônio Alcebíades, ou Antônio Cibia, pai do Antônio Alcebíades Filho e de Zé Tonho, lá da Matutina. Sua fazenda, que hoje pertence ao espólio de Ivan Caetano, foi comprada da Sra. Dona. Também havia Levindo Lopes da Silva; Clementina Fonte Boa, mãe do Divino Carvalho; Cesário Rodrigues de Aguiar; Pedro Lopes da Silva; João Camilo da Silveira; Custódio Chaves; Miguel Lopes Campos; Lafayette Joaquim de Souza, filho de Germaninho; Gustavo Lopes e outros.

O Sr. Leopoldino Pereira, mais para o lado do Grotão, pau-de-óleo, já tinha café, porém mais para as margens do Córrego Fundo e o Sr. Zé Pereira, que já era o maior produtor de café da região, tinha suas lavouras distantes do arraial, também mais próximas ao "Corgo" Fundo. Ele se mudou para as Perobas à procura de melhor ensino para seus filhos. Apesar de tudo, daqueles extravagantes usos e costumes, os germes da cultura já faziam cócegas em alguns habitantes daquele recanto.

Evolução da indústria cafeeira - Naqueles tempos não havia

máquinas de beneficiar café. O café era trazido, ainda em pequena quantidade, das beiras do "Corgo" Fundo e Indaiá, para ser beneficiado, limpo, na *monjolada*, que era um conjunto de vários monjolos, movidos por água, que tinham um eixo em comum, sistema dos virabrequins (árvore de manivelas) para maior rendimento.



Monjolada

Esse café depois seria levado para Abadia (Martinho Campos) ou Melo Viana, por carros de bois. Era a primária indústria de beneficiar café.

As monjoladas pertenciam ao Juca Manoel Fonte Boa, tocadas pela água de uma bica grande de madeira, que levava água do Córrego da Bocaina para movê-las. Só mais tarde o Sr. Juca Manoel, um cabra inteligente, comprou, não se sabe onde, uma máquina de beneficiar café a vapor. Deve ter vindo do interior de São Paulo, que já tinha uma cafeicultura mais adiantada. Tudo em decorrência do progressivo aumento da produção cafeeira. Ele mesmo, muito jeitoso, montou aquela máquina, e todo o café beneficiado era vendido ao Sr. Cel. Frederico Duarte Coelho, residente em São Gotardo, o único comprador e exportador de café da região.

A máquina de beneficiar café do Sr. Juca Manoel Fonte Boa foi assentada à beira do Pirapetinga (examinei o local), do lado oposto ao arraial, num local de difícil acesso para os produtores que traziam seu café do Córrego Fundo, embora fosse o único. Era a vapor, uma inovação aparecida com a Revolução Industrial.

O Sr. Juca Manoel vendeu sua máquina para o Sr. Adolfo Ribeiro Xavier, que a vendeu para seu cunhado Pedro Bueno, que a transportou para o Gordura. Lá a vendeu para o Sr. Juca Cordoval, genro do João Londe, que a vendeu para o Mundinho Mendes e seu pai José Mendes Sobrinho, que a venderam para o Sr. Vicente Mascate, lá do Cedro. Esse a vendeu para o Sr. Altino Ferreira, que por último a vendeu para Antônio Isolina (irmão de Pedro Isolina) e Floro (filho do Leopoldino Pereira). Ela voltou para o Mundinho em 56, 57 ou 58, que a vendeu para pagamento de dívidas ao Lili Fidélis, um demoníaco agiota de Dores do Indaiá e nas mãos dele teve suas atividades encerradas. Agiotagem é inimiga do progresso.

***Crack* nas Perobas –** Em outubro de 1929, aconteceu o *crack* da Bolsa de Valores em Nova York com repercussão em todo o mundo e... nas Perobas!

A queda da Bolsa desencadeou uma onda de falências nos Estados Unidos e em todo o mundo. Houve necessidade de restringir o crédito, o que levou a falências em cascatas por todo o mundo, que teve suas economias arrastadas pela crise. O comércio exterior em todo o mundo foi de 74 para 14 bilhões de dólares. O preço de nosso café (das Perobas) de 67 foi para 14 libras. O preço caía, mas a produção aumentava.

Em 1931, Vargas resolveu comprar os estoques dos cafeicultores. Fez montanhas de café, mandado pelos cafeicultores desesperados, mas o mercado não absorvia praticamente nada. Que fazer com aquele café? A única solução foi queimá-lo, pois ninguém comprava. Em Campos Altos, no IBC (Instituto Brasileiro de Café), houve queima de café. Jogou-se também muito café ao mar. Desse modo 78 milhões de toneladas de café foram inutilizadas. No fim, Getúlio não pagou ninguém, o prejuízo para todo o povo foi total. O comércio em geral, como conseqüência, sofreu terrivelmente.

Não sendo o café um produto essencial, seu consumo sofre restrições em períodos de crises econômicas. Foi o que aconteceu de 1929 a 1939, quando a depressão econômica mundial provocou drasticamente a diminuição no consumo do café nos Estados Unidos e na Europa. Naquela época, o prejuízo causado aos produtores e comerciantes de café no Brasil foi muito grande. O Sr. Juca Manoel foi um exemplo.

O *crack* provocou suicídios em New York e Perobas - A queda vertiginosa dos preços do café em 1929, levou o Sr. Juca Manoel, então comerciante do café, à bancarrota. Deprimido, já morando em Dores do Indaiá, pôs uma dinamite dentro da calça, acendeu o fogo no estopim, deitou-se e ficou escutando o chiado da bomba, não mais confiante no futuro, preferindo ir para os ares e desaparecer junto com suas dívidas. Dizem que um parente lamentou a perda do relógio de ouro, de bolso, que usava.

Também seu irmão, Sebastião Fonte Boa, futuro prefeito de São Gotardo, próspero comerciante de café e lojista, teve sua casa *Boa Vista* fechada e cessadas suas atividades no comércio do café.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos aumentaram o consumo do produto e passaram a importar maior quantidade, melhorando a situação econômica, agora de Gordura, porque Perobas já sofrera uma deletação pelo clima.

Vejam como a economia rege as atividades em todo o mundo. Antes, os habitantes das Perobas não sabiam o que se passava ali em São Gotardo, a quinze quilômetros, embora estivessem do lado de cá da Serra do Selado, onde também se situava São Gotardo. Mas o acontecido na economia em Nova York veio repercutir nas Perobas, provocando desordens na sua economia.

A máquina de beneficiar café era a peça mais importante na vida econômica das Perobas. Era ela que trazia movimento para o arraial, que lhe dava estabilidade econômica. Ela significava para aquela cidade uma indústria no setor cafeeiro. Mas ela situava-se num local de acesso difícil para os cafeicultores trazerem seu café, agora em maior quantidade, para ser beneficiado. No Gordura, por sua localização em relação às lavouras cada vez maiores à beira do Indaiá, "Corgo" Fundo traria muito mais facilidade para o acesso do café a ser beneficiado. Então para lá o Sr. Pedro Bueno se transferiu com a sua máquina. Isso aconteceu nos anos 30.

E a Saúde? – Até há pouco tempo, um grande contingente de portadores de hanseníase (lepra) morava na zona rural do Município de Matutina, numa região chamada Mata, muito próxima às Perobas, portanto duas populações que não se diferenciavam socialmente e eram contíguas. E ao que tudo indica, pelas suas características, Perobas deveria ter sido um foco propagador de hanseníase. Um foco desconhecido ou não notado, muito menos pesquisado, como acontecia naquele tempo.

Todos os habitantes que moraram naquela região e naquele tempo relatam freqüentes casos de mortes por partos nas famílias. Não seria muita surpresa, porque não havia nenhuma assistência médica, nem na Vila de São Gotardo. Como já disse, os médicos daqueles tempos não tinham conhecimentos melhores que as parteiras, nenhuma vantagem tecnológica, pois a incompetência era a mesma.

A mortalidade infantil era enorme; morriam quase o mesmo tanto que nasciam. Fraturas eram tratadas por curiosos, sendo que aparelhos muito usados na "tecnologia" para o cuidado das fraturas eram telhas de barro ou talas de bambu. As gangrenas, em decorrência, eram freqüentes. O nível máximo de vida dificilmente chegaria aos 50 anos, em média. *As mortes em Perobas eram por ch* - chumbo e Chagas.

A Doença de Chagas era desconhecida pela população e mesmo pela Medicina, porque ela foi descoberta em 1912 e Perobas já era arraial havia muito tempo. O barbeiro seria obrigatoriamente, pelas condições higiênicas daquelas habitações, um coabitante normal para o homem. Até hoje carregam fama os barbeiros do "Corgo" Fundo. A mortalidade infantil, associada à Doença de Chagas, se somavam como fatores determinantes para que não houvesse aumento global da população, para o bem da economia das Perobas.

São Gotardo não tinha a importância de Perobas - Interessante é que a força de atração social e comercial de São Gotardo sobre as Perobas era muito pequena, quando vila e mesmo como cidade, porque as atividades comerciais que demandavam mão-de-obra estavam era lá na roça. São Gotardo, pela inexistência de qualquer indústria, com um comércio rastejante, não oferecia ocupação para os trabalhadores rurais, que permaneciam na zona rural, nas roças, na agricultura.

Inovações na tecnologia do transporte - A caldeira do Sr. Pedro Bueno foi transportada para o Gordura num carro de boi. Deve ter sido uma dificuldade tremenda colocar essa caldeira de grande volume e peso, em cima de um carro de boi, na base das pancas e energia humana, sem um guindaste; tudo conforme a tecnologia da época. Mas puseram. Nada impede a intrepidez, a vontade de realizações dos pioneiros, a não ser o governo.

Foi problemática a passagem a vau no Córrego da Bocaina, porque tinha-se que passar por dentro e atravessar todo o arraial para alcançar a estrada para o Gordura. Foram usadas muitas juntas de bois para puxar o carro. Na travessia do córrego o carro atolava, mas a boiada era tocada por vários carreiros que, aos gritos e ferroadas, conseguiram passar o carro para a banda de lá. Os habitantes se entusiasmavam com o tamanho e a excepcionalidade daquele empreendimento. Nas descidas de morro, na fazenda do Luytprant, por exemplo, poucos quilômetros à frente, tinha-se que passar várias juntas de bois para trás do carro, para funcionarem como freios. Foram amarrados quatro sogões (cordas) na rabeira do carro, para resistir à força dos bois da corda, como eram chamados ou os "freios" do carro.

O Sr. Pedro Bueno foi um pioneiro, foi um homem de muita fibra e exemplo social. Era filho da Sra. Cota Franco, irmã do Major Olímpio Franco. Casou-se nas Perobas com D. Nair Fonte Boa, filha de Sebastião Lopes Fonte Boa, e D. Firmina. O Sr. Pedro Bueno não tinha fazenda nas Perobas; vivia na base das catiras (barganhas). Foi nessa atividade que comprou a máquina de seu cunhado Adolfo Ribeiro.

O café limpo na máquina do Sr. Pedro era levado para Barra do Funchal, ou Abadia (*Martins Campos*), *locais servidos por estrada de ferro.* De lá traziam produtos para o comércio de Perobas, como querosene, sal, arame, tecidos, medicamentos, e também pequenos implementos agrícolas,

como enxadas, foices, facões, etc. Como havia pouco dinheiro em circulação, acontecia praticamente apenas uma troca de mercadorias com os armazéns das terminações de estradas de ferro. "Toma lá, dá cá".

Como se sabe, o transporte na era colonial, por muito tempo, foi feito por elementos humanos, índios e escravos, logicamente muito deficiente. Nas viagens que durassem meses haveria mortes por cansaço ou fome. Só que não imaginaram substituir a energia humana pela animal, pois um burro levava até 150 quilos, muito acima da capacidade de um ser humano. Era facilmente demonstrável que o transporte por cavalos e mulas seria muito mais eficiente em peso e rapidez do que o transporte humano, mas a obsessão pela escravidão cegava as mentes humanas à lógica. Isso no século XVIII.

Tropeiros embaixadores – Não se sabia por que apareceu lá nas Perobas um forasteiro que devia estar fugindo da Justiça de Guanhães. Chamava-se Pedro Caldeira, que passou a exigir que fosse chamado por Pedral, talvez por segurança. Estranhou por que o café era levado de Perobas para Barra do Funchal ou Abadia em carros de bois e não por tropas, como se faziam nas minerações de ouro.

Esse sistema de transporte por tropas ainda não era usado nas Perobas; era mesmo desconhecido. Houve certa relutância, mas finalmente concordaram. Ele foi a Guanhães, onde comprou dois lotes de burros (cada lote tinha 10 burros). Trouxe-os tocados. Vendeu 10 burros (um lote) para o Florisberto Pereira (tio do Lazito) e 10 para Antônio Norato (irmão do Chico Norato). Era o protótipo de uma nova atividade: a do *tropeiro*.

Essa inovação tecnológica não poderia deixar de ser usada em Perobas. Se até acontecimentos em Nova York podiam abalar a estrutura de Perobas!!! As mulas chegaram e os carros de bois tiveram suas atividades a longo alcance diminuídas, superados pelo transporte por burros. Esse transporte oferecia muito mais vantagens. Um burro levava oito arrobas de café, portanto, dez burros ou uma tropa levavam oitenta arrobas, o mesmo tanto que um carro de boi. Só que, no cômputo final, um burro equivalia a um carro de boi. Começava-se a ter pressa.

Os carros de bois que saiam das Perobas em direção à Barra do Funchal, por exemplo, faziam a primeira jornada até o Mangueiro, num alto que divide as fazendas do Prof. Carlos e Zé do Quinzinho, onde faziam pouso. No outro dia, outra jornada até Alto do Paixão e, no terceiro dia, chegavam à Barra do Funchal. Então um carro de bois gastava quase uma semana para ir e voltar de Melo Viana e os burros faziam estas viagens diariamente. Saindo de manhã, voltariam à tarde. A pressa e a velocidade já eram conseqüências da tecnologia moderna entrando em Perobas.

Assim, por força da tecnologia, nas Perobas, os carros de bois foram substituídos pelas tropas de burros em viagens longas. Os carros de bois limitavam-se, agora, às viagens domésticas, que eram muitas e durante todo o ano. Portanto Perobas, graças ao café, teve necessidade de transformar e importar mudanças tecnológicas. Das monjoladas passou para a máquina de beneficiar café movida a vapor; do transporte lento e custoso dos carros de bois passou ao transporte por tropas. A Revolução Industrial, tecnológica, na Inglaterra, começou assim...O café era a mola propulsora desse desenvolvimento de Perobas. Quem amansou alguns burros do Felisberto Pereira foi o jovem Pedro Bueno de Oliveira, o dono da máquina de café.

Educação e Cultura : um encontro feliz – O primeiro guru das Perobas foi o Mestre Domingos. Teria vindo de Nova Lima e comprou um pequeno terreno nas Perobas. Ainda se pergunta por que veio aquela dádiva para Perobas. Como incógnita também era aquela perna amputada que o obrigava a andar de muletas. Morreu nas Perobas. Deixou seu nome numa rua do Gordura.

A verdade é que poucas pessoas adultas em Perobas eram alfabetizadas. Deveriam ser pelo menos semi - alfabetizadas, mas não passavam disto, pois os professores estavam nesse mesmo nível escolar. Afinal, cultura não era uma preocupação maior em Perobas.

Posteriormente o ensino passou para a professora D. Mazília, filha do Sr. Clodoaldo Faria de Aguiar. Depois a Professora D. Ernestina Santana (irmã do Euclides Santana), que era esposa do Sr. Juca Benfica, mais tarde um teimoso carpinteiro em São Gotardo. Depois D. Geralda Eduarda de São José e posteriormente D. Ana Rocha, que depois foi para o Gordura com a transferência das Perobas e, posteriormente, para Matutina.

A Casa da Escola em Perobas foi construída pelo Sr. Bento Ferreira dos Santos, prefeito de São Gotardo, no tempo da ditadura do Getúlio.

Nico Germano era também inspetor escolar, tendo com freqüência que intervir na escola, porque o povo mal civilizado, às vezes, desconsiderava o bom trato com as mestras, que pediam sua intervenção.

O Zé Pereira mudou-se para Perobas, vindo do "Corgo" Fundo, por causa da escola dos filhos. Ele achava que a escola das Perobas era melhor, embora tivesse no Campo Grande uma Casa de Escola dentro de sua fazenda, com uma professora. Essa professora, do "Corgo" Fundo (Campo Grande), era D. Ana Rocha, esposa do Sr. Otávio Resende e filha do Bem Rocha. Todos eles moravam no "Corgo" Fundo, na fazenda do Zé Pereira.

O local da Casa de Escola onde D. Ana atuava no Campo Grande está dentro de uma propriedade que hoje me pertence. Tendo sido noticiado isso, fui ao local pesquisar e lá estava, ao lado de um grupo de frondosas mangueiras, que por si já demonstrava que outrora ali teriam

morado seres humanos. Encontrei emocionantes vestígios de uma arcaica formação cultural rural.

Em certa ocasião fez-se um encontro cívico-pedagógico entre os alunos da Escola do Campo Grande (Campo Grande, Selado), sob chefia de D. Ana Rocha e os da Escola das Perobas, de D. Ernestina Santana. Uma espécie de piquenique cultural, que se deu debaixo de uma grande gameleira, que ainda existe, cerca de 200 metros além da casa da fazenda de D. Auta.

As autoridades das Perobas compareceram: o delegado Melquíades de Souza França; o juiz de paz, Sr. Levindo Uê; o *bate-pau* Chico Buraco; tocadores de sanfona; cantadores e repentistas. Eram cerca de 80 alunos. Um dos momentos mais pitorescos do encontro foi quando um cantador, Itagiba Fonte Boa (pai de Creoni e Milton, eletricistas), filho do Levindo Uê, já chegado ao gole, para o deleite do convescote e sob respeitoso silêncio dos presentes, cantou os seguinte versos, seguidos de calorosos aplausos, pela erudição:

O tatu subiu na serra
Com intenção de beber vinho
Apertou-lhe a garganta
E vomitou pelo focinho.

***Dellenda* Perobas** - Ou o transplante de Perobas para o Gordura.

Houve uma temporada em que o mundo parecia desmanchar-se sob chuvas copiosas e constantes. Nas Perobas, um pontilhão (era uma ponte forrada de madeira, tábuas atreladas sobre o brejo) que dava acesso ao Brejão foi soterrado por um deslize de terra, ficando intransponível aquela saída das Perobas. A outra ponte que daria acesso ao Gordura, sobre o Vira - Saia, foi arrancada, rodou, foi levada pelo Rio Pirapetinga. Perobas ficara incomunicável com o resto do mundo.

O Zé Pereira, chefe político local, procurou o Prefeito Bento e explicou-lhe a situação. Bento disse-lhe que se virasse, fizesse as reconstruções e lhe apresentasse as contas. O Zé Pereira convocou o Otávio Resende e o Bem Rocha, carpinteiros competentes e famosos, que reconstruíram as pontes. No próximo período de chuvas, aquelas novas comunicações foram novamente carregadas e dizem que até hoje ainda não foram vistos seus destroços.

O Zé Pereira voltou ao Prefeito Bento e expôs-lhe a situação. Daquela maneira Perobas, isolada do mundo, iria à fome. Já dissemos que até normalmente os meios de comunicações de Perobas com os vizinhos eram precários.

Foi, após longa reunião e troca de idéias, decidido o destino de Perobas. Teria que desaparecer, mais por forças de sua estúrdia e exígua localização. A Prefeitura não teria condições de continuar reconstruindo suas vias de comunicações todos os anos.

Perobas parecia encapsulada; se tornara um quisto social, inserida entre montanhas que a circundavam por todos os lados, tornando seu acesso praticamente impossível, invulnerável. Decidiu-se pela mudança das Perobas para o Gordura. Perobas seria libertada, entraria em contato com um mundo de horizontes largos, um lugar do qual e para o qual se poderia dirigir a qualquer dia, a qualquer hora e sob quaisquer condições climáticas; sairia daquele "lugar abafado" entre círculos de montanhas. O Zé Pereira foi autorizado a fazer a transferência, usando os meios que lhe aprouvessem.

Zeus, seguramente, seria o patrono de Perobas. Foi ele quem plantou Perobas naquele ninho de montanhas e de cima de uma delas, vigiava-a. Se alguém fizesse ponte sobre o Córrego do Vira-Saia para ligá-la ao mundo, ele, contrariado, destruía-a; não admitiria sua comunicação exterior. Decretada sua mudança para Gordura, resolveu destruir o arraial. O homem, criação dos deuses olímpicos, não podia destruir o que os deuses faziam. Não ficou pedra sobre pedra. Continuaria o mito de Perobas.

O terreno para a futura Gordura - Aqueles terrenos da vizinhança do Gordura que hoje são dos herdeiros do Luytprant, eram do Coronel Antônio Luciano Pereira. O Pedro Bueno comprou sete alqueires do Coronel para montar sua indústria cafeeira.

Como a Prefeitura precisaria de um terreno para plantar ali o Gordura, o Sr. Pedro cedeu-o pelo preço que comprara. Dava para fazer o arraial. Bento Ferreira, o Prefeito, mandou fazer a planta do arraial. Pode-se notar que o Gordura tem um traçado prévio. Uma praça principal central por onde passam as ruas, que têm larguras marcadas, sem estreitamentos ou irregularidades, retas, com nomes de pessoas rurais importantes para a época.

A máquina de beneficiar café, que antecedera aquela mudança, já estava instalada no Gordura. Com essa atitude, a estrutura econômica das Perobas foi transportada em carro de bois, alegoricamente. Não mais haveria razão para Perobas continuar naquele local e dirigir a economia de uma vasta região agrícola. Em seguida as casas foram arrancadas e trazidas para o Gordura. A igreja também; só ficou o cemitério. O Sr. Heitor Resende foi o primeiro a transferir sua loja das Perobas para o Gordura, onde hoje é a casa do Sr. José Catita.

Requiem in pacem.

Todos os habitantes da primeira e segunda geração que presenciaram aquela mudança já morreram; os da terceira estão chegando ao fim.

Os Fonte Boa – Tive notícias de que os Fonte Boa vieram de Cajuru, uma "cidade perto de Belo Horizonte". Os Fonte Boa eram os descendentes da Sra. Dona, fazendeira nas beiras das Perobas. Ela era dona de uma fazenda, hoje espólio de Ivan Caetano, que fora vendida por seus herdeiros ao Sr. Antônio Alcebíades Machado.

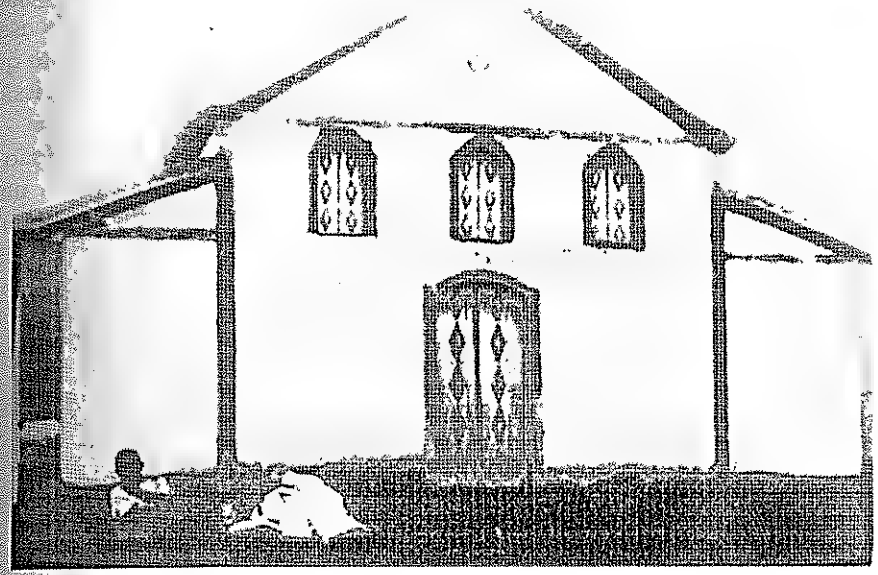
O nome original da família era Lopes de Bessa, mas resolveram mudar para Fonte Boa. Em cartório.

Eram eles:

- Tonico Fonte Boa, que veio para S. Gotardo onde montou uma farmácia, e na política foi vereador e prefeito (agente executivo) .
- Juca Manoel, dono e instalador da primeira máquina de limpar café.
- Sebastião Fonte Boa foi prefeito nomeado, em São Gotardo.
- João Fonte Boa, foi tabelião em S. Gotardo.
- Procópio Fonte Boa, que se mudou para o Chalé.
- Francisco Fonte Boa.
- José Fonte Boa (esses dois últimos não vieram para São Gotardo).
- Carmelinda Fonte Boa, casada com Levindo Uê, que foi Juiz de Paz.
- Clementina, avó do Lázaro Pé-de-Pato.

Os Fonte Boa, juntamente com outros elementos vindos das Perobas, tiveram muita influência na formação burocrática, política e social de São Gotardo.

O Zé de Melo me disse que, menino da escola, participou daquele encontro. Decorou e de olhos no chão recitou a poesia *Cai, cai, balão,* que poucos devem ter ouvido. Confirmou em minúcias o que eu dissera. Contou-me que naquele dia o Joãozinho Londe se tornara um herói para a meninada que assustada, assistia ao abate de pássaros a tiros de revólver, dando uma "excelente" demonstração pedagógica, como queria o encontro de tudo que era errado. *Anti-social*, por andar de revólver na cintura e com bolsos cheios de balas, exibidos às crianças; *anti-ecológica*, porque seria permitido matar pássaros, também. Mas cada terra com seus usos e costumes, que eles, em sua cultura, achavam que deviam ser preservados.



Esta é a Igreja de N. S. do Rosário de São José das Perobas, única fotografia que consegui do arraial. Deitados languidamente, à frente da igreja, Mundinho Mendes e Edson Souza.

O que restou do Arraial de São José das Perobas: esta paineira recheada de balas e uma cruz de aroeira, único atestado de óbito da época.

Um perobense "esquentado" – Não pode haver uma foto mais ilustrativa do que essa, para descrever o homem de Perobas, o perobense.

A cavalo, carabina a tiracolo, *mauser* no bolso. Do jeito que chegava a cavalo podia descer, entrar na igreja, acompanhar uma procissão, não dispensando a carabina.

Foi nesse dia que matou o Quinhá, na procissão de São João e, dias depois, o sobrinho da vítima, também sem motivos. Deixou uma lembrança, único sinal humano nas Perobas, uma cruz, atestando a morte de sua vítima. Poderá haver um atestado de ignorância ou falta de civilização maior do que essa foto demonstra?

Eram tão atrasados que não conheciam a ignorância.

Foto de Cristiano Biel, avô do Dalmo Otoni e orgulho de seu bisneto Jairo, da *Casa Veterinária*.

O Termo Jurídico de Pitangui

São Gotardo, para melhor nos situarmos nos meados dos anos 1800, São Sebastião do Pouso Alegre, pertencia à Comarca de Pitangui; por isso, sabemos, nossas documentações oficiais de cartórios eram feitas lá e os registros eclesiásticos dos movimentos das paróquias eram enviados e arquivados naquela vila, sede de Comarca.

Fui a Pitangui verificar alguns documentos históricos sobre São Gotardo e ao mesmo tempo conhecer uma cidade de grande importância histórica, que emergiu da terra junto com o ouro.

Pitangui situa-se às margens do Rio Pará, na bacia do São Francisco, mais ou menos a 200 quilômetros de São Gotardo. Fiz um cálculo que, em 4 ou 5 dias de jornadas a cavalo, nossos antepassados conseguiriam ir até Pitangui passar alguns documentos. Lá, também a cavalo, foram buscar um médico para acabar de cortar o braço do João Bastião, em Matutina, que um engenho de moer cana começou.

Quem achar que São Gotardo é uma cidade amorreada, que é só de ladeiras, precisa conhecer Pitangui, que é muito mais acidentada. Só no centro comercial, ao redor da antiga Estação Ferroviária, existe uma rua plana. Ao ver o prédio daquela estação, fez-me lembrar o tempo em que a gente viajava obrigatoriamente de trem de ferro para Belo Horizonte. O transporte ferroviário era feito pela "Rede Mineira de Viação Oeste de Minas", pela famosa locomotiva a vapor, Maria-Fumaça, cujos pontos terminais eram Barra do Funchal e Belo Horizonte. Eram 18 horas de viagem; Pitangui era um ponto de passagem, antes de Pará de Minas.

Desconhecendo a cidade, dirigi-me à Prefeitura, como ponto de referência. Expus meu objetivo e disseram-me que teria que me dirigir ao Arquivo Histórico.

– Como? perguntei. Não conheço nada aqui.

Um funcionário municipal muito gentilmente convidou-me a acompanhá-lo. Da porta da Prefeitura ele apontava para o local do Arquivo, sem dizer nomes de ruas, o que seria realmente inútil.

– O Arquivo Histórico fica lá no alto daquele morro, naquela rua muito íngreme, naquele prédio colonial amarelo com vidraças em toda sua frente, ao lado daquela igreja grande, que é a nossa Matriz. Em seguida me mostrou vários outros locais, muito visíveis de onde estávamos, porque se situavam sempre nos altos dos morros.

– E o Morro do Batatal?

– Fica ali à esquerda, apontou-me.

Eu estava curioso para ver esse morro, a respeito do qual tanto

lera na história das minerações. E ali estava à minha frente, quase ao meu alcance. Jamais deixaria de ir lá e pisar nele.

Parti em direção ao prédio do Arquivo Histórico. Ruas íngremes. Dever-se-ia tomar muito cuidado ao volante; inclusive várias delas só davam uma direção, por falta de espaço. Uma cidade espremida pelos morros. Felizmente não há aqueles calçamentos de ruas com lajes grandes e irregulares como a maioria das cidades históricas.

Até os meados de 1700, a Vila de Pitangui era de grande importância, como sede das paróquias: a de Nossa Senhora das Dores da Serra da Saudade do Indaiá (Dores); de Nossa Senhora da Conceição do Pará (Conceição do Pará); de Santana, no arraial de Nossa Senhora da Santana da Onça; de São Joanico; de Paraopeba (Paraopeba); de São Gonçalo (São Gonçalo do Pará); de Brumado (cidade próxima a Pitangui); de Nossa Senhor do Bom Despacho do Picão; de Nossa Senhora das Dores de Patafufo (Pará de Minas). São Gotardo ainda não existia; surgiu depois de 1800.

Cheguei ao Arquivo às treze horas. O funcionário-diretor só trabalha pela manhã, mas a funcionária-atendente disse que poderia procurá-lo na sua residência, sem constrangimentos. Mora na Rua N. S. da Penha, que também já me despertou interesse porque este nome também pertence à história do ouro e da cidade de Pitangui.

Na rua procurei confirmar o endereço, perguntando a alguns pedestres:

– O Sr. Messias mora ali no Batatal, Rua N.S. da Penha. Será que o Batatal é o tal Morro do Batatal?

Fui atendido pelo diretor e após as identificações, perguntei:

– Onde é o Morro do Batatal?

– O senhor está pisando nele. Essa rua com calçamento com pés-de-moleque onde o senhor está de pé, está em cima do Morro do Batatal.

– Quer dizer que foi aqui que o Velho da Taipa e sua trupe catavam ouro para encher balaio?

– Exatamente, aqui no fundo de meu quintal ainda existe uma caverna feita por eles, como tantas outras naqueles morros lá em cima, apontou.

Olhei para baixo e vi um livro aberto sob meus pés, onde consegui ler muitas páginas da história das Minas Gerais, dos bandeirantes e por que não de São Gotardo? No passado nós dependemos muito de Pitangui, por causa de seu ouro. Fiquei entusiasmadíssimo, como uma criança inebriada, jubilante ao receber um brinquedo inédito. Estar ali, em cima do famosíssimo Morro do Batatal!

Dirigimo-nos ao Instituto Histórico, localizado em um vetusto prédio colonial. Pintura nova, assoalhos e escadarias de tábuas largas, que crepitavam sob os meus pés. Chamou-me a atenção a largura das escadarias.

O Arquivo é uma instituição particular; somente os funcionários são pagos pela municipalidade. Como entidade cultural e histórica, luta com deficiências inerentes a todas as instituições deste gênero. Por exemplo, ainda não entrou para a informática. Para se localizar um arquivo tem-se que dar o nome da pessoa procurada, certinho; procurar os nomes em livros grandes, grossos, com listas de milhares de pessoas, inclusive homônimas. No livro, encontrado o nome, ele tem um número correspondente ao maço e ao número do arquivo. Como achar os nomes naqueles livros imensos? Muito difícil. Sem computador...

Entre outros documentos, consegui localizar um de meu tetravô, José Antônio de Morais Pessoa, com sua sesmaria à beira do Indaiá, Nau de Guerra, Córrego Barbatimão, Rio Pirapetinga. Só que não consegui ler o documento, de 1802. Muito estragado, letras arabescas, bordadas, difíceis de serem entendidas. Parece que nunca havia sido manipulado. Tinha páginas coladas e rombos enormes causados pelas traças; páginas enfeitadas, até bonitas, confeccionadas pelas traças rendeiras. Lamentável. De qualquer maneira é louvável a manutenção daquela instituição cultural e histórica de Pitangui, que demonstra, inclusive, a erudição de um povo.

Pitangui de hoje é uma cidade sem ouro. *A Saint John Del-Rey Minning Co.* esteve lá pesquisando ouro, naturalmente sem dar respostas ou satisfações a ninguém. A cidade agora tem sua economia baseada na produção de ferro gusa, com três instalações industriais para este fim. Também tem fábrica de tecidos e pecuária, principalmente de leite. O carro-chefe, empresário que puxa a economia da cidade, é o "homão", nosso ex-governador Newton Cardoso, que também possui duas fazendas modelares nos arredores da cidade. Se mais, não sei.

A cidade de Pitangui é um pouco menor que São Gotardo, com 22.000 habitantes; São Gotardo tem 28.000.

Grosso modo, a Comarca de Pitangui era termo de Sabará do Rio das Velhas, e o Termo de Pitangui vinha até o Rio Indaiá, próximo à Serra da Marcela ou da Saudade. Do outro lado da Serra, de cá, ficava o Campo Grande, vastas extensões de chapadões onde situava Paracatu, cujo Termo ia dos sertões de Goiás até às proximidades da Serra da Saudade.

Dessa maneira estávamos praticamente no Município de Pitangui. Daí os registros históricos citarem tanta gente vinda de Pitangui para a região de São Gotardo e tanta influência para o nosso povoamento e atividades agrícolas, afinal, sobre tudo. A gente achava muito longe, mas a Comarca de Pitangui estava do outro lado do morro da Saudade; ela de lá e nós de cá.

Conversando com o Sr. Messias, perguntei se o garimpo ficara limitado àquele morro onde eu estava. Ele me disse que se estendera a vários quilômetros e as terras destes quilômetros foram totalmente remexidas; afinal, fora mais de um século de atividades.

Havia o garimpo em aluviões, em que o ouro era retirado, bateado do fundo dos córregos. Havia também a garimpagem de grupiaras, fora do leito dos córregos, cujas terras arrancadas eram levadas para um córrego mais abaixo para serem lavadas e retirado o ouro, o que deu a esse córrego o nome de *Corgo da Lavagem.*

O ouro de Pitangui era dito como o melhor em qualidade nas Minas Gerais, em região extremamente concentrada do mineral, e de extração muito fácil. Tudo era favorável a Pitangui.

Os quilombolas, negros fugidos das minerações do Rio das Velhas, Sabará e das bandeiras, chegaram a formar numerosos quilombos, na

região da Serra da Saudade e vizinhança. Esses pretos já conheciam a garimpagem lá da África e já faiscavam no Rio Pitangui. Os bandeirantes mais tarde encontraram os vestígios de atuações mineradoras desses negros fujões.

Bartolomeu Bueno da Silva, o futuro *Anhangüera,* apoderara-se dos sertões de Sabará do Rio das Velhas até aos vãos do Rio Paraopeba. Grande minerador, grande líder, ninguém entrava em seus redutos sem suas ordens. Antônio Rodrigues Velho era seu genro. Ele ficou conhecendo um guia mameluco que já viajara até Goiás, com outros fidalgos, portanto conhecedor daquelas picadas para os sertões de Goiás. Contratou-o para uma nova expedição para aquelas terras do poente, na expectativa de encontrar minas de ouro naqueles sertões.

Com alguns dias de viagem, o guia contratado foi mordido por uma cobra urutu, nas alturas do Rio Pitangui. O guia morreu e os componentes da bandeira, como se diz popularmente, "ficaram no mato sem cachorro", num mundo desconhecido, de matas virgens, sem nem saberem onde estavam. A única picada que eles conheciam era aquela por que vieram. Teriam que voltar, para Sabará ou para São Vicente.

Quiba (víveres e apetrechos de viagem) pronta para a volta, Antônio Rodrigues Velho na frente da expedição derrotada e deprimida, ao dar partida para o retorno teve sua atenção voltada para uma coisa amarela, na terra que um tatu recentemente revirara ao fazer um buraco. Examinou e viu que era ouro.Todos examinaram e viram que era ouro e do bom.

Um tiroteio de bacamartes e uma chuva de chapéus atirados para o ar foi a comemoração imediata. Foi uma alegria indescritível.

– Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. É ou-ro!

– Que seja louvada por toda a eternidade, Nossa Senhora da Penha! Neste mesmo lugar hei de, por minha fé, construir, por eterna gratidão, uma capela à milagrosa Nossa Senhora da Penha, por ser hoje seu dia, no calendário da Santa Igreja de Jesus Cristo.

A capela foi inaugurada em 1709. Estava criado o arraial de N.S. da Penha, depois N.S. da Piedade e mais tarde Vila de Pitangui.

Quando descobriram o ouro no Batatal, ele era catado como se cata batatas nas tumbas: era só encher as sacolas com aquelas batatas amareladas, mais pesadas. Uma riqueza incrível. Autores mais exagerados dizem que os bandeirantes, tendo à frente o Velho da Taipa, enfiavam as mãos pela terra adentro, terra fofa e iam tateando as "batatas", catando-as, sem instrumentos. Eram batatas de oito, dez, doze onças. Por isso o nome de Morro do Batatal. Era uma mineração pelo tato!

Uma cidade vizinha de Pitangui chama-se Onça de Pitangui. Esse nome nada tem com o nome do felino *felix onça,* mas com a onça, medida inglesa, correspondente a 28 g e 200 centigramas, porque lá foram encontradas pipetas de várias onças.

Como foi dito acima, Pitangui teve muita importância em relação a São Gotardo, porque além de sede do Termo Jurídico, de lá vieram vários troncos de famílias que aqui se estabeleceram, participando da formação de nosso povo.

Irmandades Religiosas

Como existe em São Gotardo esta antiqüíssima instituição religiosa, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e como nosso objetivo é a história, achamos útil buscar os conhecimentos a seu respeito na história das Minas Gerais, Ouro Preto, onde foi criada.

O significado histórico da religião na colônia Brasil - Na pobre sociedade colonial brasileira, havia um padrão dominante no plano religioso - o catolicismo português, trazido de um Portugal onde ainda estavam arraigadas as idéias sacras da Idade Média.

A colônia brasileira, dando prosseguimento a essa religiosidade importada, passou a adotar também a grande intolerância aos judeus e principalmente ao protestantismo, por não aceitar quaisquer exercícios religiosos contrários ao catolicismo. Não se admitia ainda, nenhum desvio da religião católica, isto é, nenhuma liberdade religiosa.

Ordens e Irmandades - Para nós leigos, há alguma dificuldade na compreensão da linguagem religiosa, para se diferençar o que é Ordem ou o que é Irmandade. Passo a fazer algumas explanações sobre a constituição dessas instituições religiosas, que me foram transmitidas pelo Professor Leopoldino de Lima, um expoente da cultura geral e religiosa em São Gotardo.

É preciso notar que *Ordens Religiosas* nada têm a ver com Irmandades. Aliás, a terminologia *Ordem* também já pertence ao passado, à Idade Média. *Ordens* hoje se chamam *Congregações* e são entidades clericais, como a Congregação dos Salesianos, Congregação dos Beneditinos, Congregação dos Vicentinos, etc.

As *Irmandades*, pelo contrário, são entidades leigas, *civis.* Alguns fiéis, admiradores ou devotos de grandes santos fundadores de ordens religiosas na Idade Média, como São Francisco, São Bento e outros, acharam por bem se reunirem e formarem associações leigas, vinculadas àquelas antigas ordens monásticas.

O que é *Ordem Terceira?* O termo *Ordem* desapareceu mais ou menos nos século XV, substituído pelo termo *Congregação*. Podem as Ordens ser classificadas como:

Ordem Primeira: que era dos padres monásticos;

Ordem Segunda: que era das irmãs;

Ordem Terceira: que era civil, embora imbuída de religiosidade. Assim, teremos a Ordem Terceira de São Francisco, Ordem Terceira de N. S, do Carmo, Ordem Terceira de N. S. das Mercês de Ouro Preto, etc. Não sei se poderíamos chamar isso de terceirização do serviço religioso.

Os associados das Irmandades chamavam-se entre si de "irmãos". Esses irmãos recebiam hábitos, embora só os usassem em cerimônias e em seus sepultamentos. Essas Irmandades assim constituídas eram "nacionais", isto é, não necessitavam autorização de autoridades civis e religiosas de Portugal. Necessitavam só de autorização dos bispos locais, que eram nomeados pelas autoridades políticas portuguesas. Haveria uma posterior aprovação do Papa. Por exemplo, a Irmandade de N.S. do Rosário obteve provisão do bispo do Rio de Janeiro em 1733 e o Papa só a aprovou em 1788.

As Irmandades eram formadas por personalidades civis que viviam na Colônia, de diferentes níveis profissionais, de classes, até de raças. As Irmandades eram sempre infiltradas pela Maçonaria.

A Coroa, com Pombal, proibira a entrada das Ordens Religiosas na Colônia e delegou, assim, às *Irmandades Terceiras de civis ou leigos,* a tarefa de sustentar o rito religioso e arrecadar recursos para as construções religiosas, desobrigando o erário régio deste ônus, na Colônia.

As Ordens Primeiras, dos religiosos e padres, e as de Ordem Segunda, de religiosas e freiras, foram impedidas de entrar na Colônia mineradora, no tempo de Pombal, portanto, de exercerem atividades religiosas na Colônia, **atividades atribuídas somente** *às Ordens Terceiras* (civis). As Ordens Terceiras contratavam os padres seculares que já habitavam a Colônia com permissão real, pagos pela Coroa.

Quem descreveu muito bem a situação religiosa inicial foi Roger Bastide, um professor universitário francês, que trabalhou em universidades paulistas por alguns anos. Escreveu "*Brésil, terre de contrastes*", em 1978. Segundo ele, o Brasil, na sua primeira colonização, teve duas civilizações: a civilização do *açúcar* e depois a do *ouro.*

O Brasil do açúcar - Foi a primeira colonização do Brasil, a civilização do Nordeste. O Grão-Mestre da Ordem de Cristo era o Rei de Portugal; a ele cabia, no sistema padroado, a nomeação do clero na colônia Brasil. O Papa ficaria em segundo plano, apenas para aprovar as nomeações do Rei. Ao Rei e não ao Papa competia nomear capelães, vigários e bispos, que eram pagos pelo governo português. Estado e Igreja eram unidos.

Os primeiros religiosos, de ordens monásticas, vieram com o primeiro governador, Mem de Sá. Quando o jesuíta Manoel da Nóbrega chegou ao Brasil com o novo Governador, Tomé de Souza, em 1549, ele traçou um perfil pouco lisonjeiro do clero que viera de Portugal, dizendo

que era uma escória.

A primeira Ordem Religiosa não-monástica a se estabelecer no Brasil foi a dos Jesuítas, a Companhia de Jesus. Participaram das entradas, fundaram colégios e cristianizaram os índios. Entraram imediatamente em choque com os colonos que queriam fazer dos índios seus escravos, única mão-de-obra existente na Colônia.

Outras Ordens monásticas vieram para o Brasil ainda no século XVI: os carmelitas em 1580; em 1584, os beneditinos e franciscanos.

Desde então passaram os jesuítas a exercer grande influência sobre os donos de engenhos ao iniciarem suas atividades, principalmente na defesa dos índios.

A Companhia de Jesus não era uma Ordem monástica; tanto que não tinha a denominação de Ordem, como tinham os beneditinos, carmelitas e outras. Era a Companhia de Jesus e *Companhia* dá idéia de soldado. A Companhia de Jesus nada tinha de beatices ou fundações de conventos; com ela era ação. O poder religioso na Colônia fez-se muito mais forte que o poder civil, principalmente com a chegada dos jesuítas.

Os jesuítas passaram a ter grande influência sobre os donos dos engenhos. No Nordeste do açúcar, a única autoridade que amainava o poder dos senhores de engenhos era a das ordens monásticas (religiosos de conventos), mas principalmente os jesuítas, que logo passaram a defender a liberdade dos índios, a obrigar os brancos a se casarem com suas concubinas, dominando ideologicamente os senhores através da preparação mental de suas esposas no confessionário e pela ideologia religiosa a que também submetiam seus filhos nos colégios. A influência jesuítica era preponderante e isto começou a irritar Pombal.

O Brasil da cana-de-açúcar era um Brasil somente rural, sem formação de cidades; uma colonização puramente litorânea e se penetravam um pouco para o interior, seria seguindo o curso de alguns rios pelos quais escoavam suas produções de açúcar por via fluvial até o litoral.

Não houve no Nordeste um desenvolvimento das artes como se deu no Brasil do ouro, hoje um patrimônio artístico da humanidade. O barroco não se desenvolveu no nordeste jesuítico, porque a Companhia de Jesus, que dominava aquela região, não admitia o domínio do homem, pois o barroco era uma descrição do *poder absoluto,* fosse pontifical ou real e eles só aceitavam o domínio de Deus. Suas igrejas eram simples, sem rebuscos nos altares e ornamentos. Quem deveria estar lá era Deus; não os homens de artes a serviço de autoridades leigas, fazendo altares e outras artes nos interiores.

Não aconteceu como no Brasil do ouro, que demonstrava o domínio do absolutismo que deveria estar à frente de tudo. Na mesma cidade mineradora havia prisões, câmaras, pelourinho, palácio do governador,

às vezes na mesma praça ou no mesmo prédio. O poder real estava vigiando os homens e suas atividades mineradoras.

Tem-se que admitir, no entanto, que o barroco não se desenvolveu no Nordeste porque em Portugal não havia artistas competentes nem atração havia que os estimulasse a virem trabalhar numa colônia sem nenhuma formação cultural. Não havia execução de obras de artes nos templos, das peças para construções. Esse material todo, inclusive imagens, poderia vir facilmente de Portugal e recebido nos locais já destinados, no litoral.

Isso não acontecia nas Minas Gerais, província do interior, cercada de altas cadeias de montanhas, quase intransponíveis, dificultando o transporte de qualquer espécie de material do porto do Rio de Janeiro, para construções ou ornamentação dos templos, a centenas de quilômetros.

Isso obrigou a que se fossem formando quadros de artistas colonos, nas cidades mineradoras com materiais locais, principalmente com pedras macias da região, fáceis de serem trabalhadas, com manuseio puramente no local das construções. Essas carências foram formando artistas colonos através de gerações (Aleijadinho aprendeu as talhar madeira com seu pai, Francisco Lisboa, carpinteiro em Ouro Preto). Formou-se destarte um quadro de artistas colonos, escultores, pintores, desenhistas, carpinteiros, pedreiros que legou obras de arte de uma cultura que causa admiração e que levou cidades mineiras a serem consideradas como pertencentes ao patrimônio cultural mundial.

Interessante notar que Aleijadinho, formado artista em Minas Gerais e dela nunca saiu quando talhara o profeta Daniel em Congonhas. Onde se tornaria obrigatória a figura do leão, fez uma cara de cachorro, pois nunca vira um leão. A baleia do Jonas era dentuça e mal arrumada para um peixe.

O Brasil do ouro – Ao contrário da civilização açucareira nordestina, a civilização da Província de Minas Gerais era essencialmente urbana. As cidades tinham ruas organizadas; eram cidades planificadas, com largura certa, facilitando o vai-e-vem das tropas. Os bairros exibiam chafarizes esculpidos por Aleijadinho com anjos da cara gorda e golfinhos jorrando águas límpidas em bacias de pedra sabão; as ruas tinham calçamentos.

Na época do surgimento das Minas Gerais, o chamado Brasil do ouro, mais de um século depois do Brasil dos engenhos de açúcar do Nordeste (século XVI), Pombal, então ministro do Rei D. José I até nos meados do século XVIII, era quem realmente mandava no reino de Portugal. Como plenipotenciário, resolveu proibir que Ordens monásticas, diferentemente do Nordeste do açúcar (que vieram antes dele), se estabelecessem nas Minas Gerais. Ele era anticlerical, inimigo da Igreja Católica.

Existiu, por acordo com a Santa Sé, o sistema do Padroado, pelo qual algumas pessoas leigas, como o Rei de Portugal (leia-se Pombal),

depois o Imperador no Brasil, após a Independência, adquiriram o direito de *apresentação*, isto é, o direito de indicar os clérigos ou bispos que deveriam assumir as funções religiosas na Colônia e fundar dioceses. Os nomeados deveriam prestar obediência ao ministro, Pombal; não ao Papa.

A partir de 1750, portanto, quem nomeava o clero, bispos, para o Brasil era Pombal e não o Papa. Padres e bispos na Colônia receberiam pagamentos (côngruas) do Governo de Portugal sendo, portanto, submissos às ordenações pombalinas. A Santa Sé podia recusar alguns indivíduos inidôneos, mas isto não aconteceria certamente.

Essas apresentações régias colocavam os eclesiásticos na condição de meros funcionários públicos, tirando-lhes a independência. Isso era muito importante para Pombal, que temia a formação de uma futura oposição cultural a ele, na Colônia.

Surge o Bispado de Mariana - O Padroado fazia, portanto, da Igreja um órgão estatal, uma espécie de cisma religioso na Colônia. Foi D. João V quem criou, cinco anos antes de Pombal assumir o poder, os Bispados de Mariana e São Paulo e as Prelazias de Goiás, esta na Vila Boa (capital de Goiás) e Cuiabá, com a aprovação do Papa Bento XIV.

Quem escolheu o primeiro bispo para o Bispado de Mariana, D. Manoel da Cruz, foi o próprio D. João V, mandando-o vir de São Luís do Maranhão, a cavalo. Essa viagem custou 14 meses de jornada, enfrentando doenças tropicais e antropófagos. Era forte o homem; não teve o destino de D. Sardinha.

Falecendo D. João V, entrou o Marquês de Pombal no poder, como ministro de D. José I. Pelo Padroado, passou a nomear bispos para Mariana, às vezes com intervalos de sete anos de vacâncias. Entre os bispos nomeados por Pombal, alguns eram fidalgos, que nem se dignavam a vir à Colônia; governavam o bispado por procurações. Eles em Lisboa.

Pombal nomeou bispos para Mariana durante 17 anos. Nesse intervalo, a mitra se tornou um emprego esquisito em Minas Gerais. Os bispos recebiam suas côngruas (pagamentos) e punham, com freqüência, governantes interinos em seus lugares, nem sempre dignos e em Portugal permaneciam.

Formou-se, então, em Mariana, uma indisciplina eclesiástica: não havia bispos que tomassem conhecimento das irregularidades do clero colonial; houve uma quase "dissolução do bispado". Deve ter sido uma glória para Pombal, o antieclesiástico, conseguir desorganizar o Bispado de Mariana, mas seu prazer mesmo seria dissolvê-lo.

Saindo Pombal, em 1771, D. Maria I, a nova Rainha, passou a nomear os bispos, que eram prelados virtuosos. Um deles, Pontevel, recusou-se a morar em Mariana. Com bispados remotos, Mariana virou um cabide de intrigas e de empregos também.

O clero mineiro continuava um órgão doente. Para normalizar a situação, a Rainha D. Maria I, para honrar o nome de sua mãe Maria Ana, nome dado a Mariana em sua homenagem, mandou um franciscano bravo para dirigir o Bispado na Colônia: Frei Cipriano de São José. Talvez tenha sido o fundador do Seminário de São José, em Mariana.

As Irmandades em Ouro Preto e outros centros mineradores - Padres não ! - A Igreja não foi nas regiões mineiras, no Sul, uma Igreja de conventos, de Ordens monásticas, como fora na Bahia ou Recife; foi uma Igreja de Confrarias de Ordens Terceiras, leigas.

Pombal, ao assumir o poder e o Padroado, não indicava ou aceitava a vinda de Ordens, padres, cleros ou bispos para a Colônia. Se vieram para o Nordeste, foi porque ele nem existia ainda, nos 1500-600 e poucos.

Pela bula papal *Quaecumque*, por influência de Pombal sobre o Papa, que lhe arrancara o poder de apresentação, o Padroado proibia a criação de conventos no Brasil sem autorização dos bispos locais. Tudo seria emanado da influência de Pombal.

Não se vêem em Ouro Preto obras de conventos. Seria um contra- senso às Irmandades civis, orientadoras do poder religioso. As Irmandades eram poderosas justamente por impedir a proliferação do clero na Colônia. O clero seria apenas funcionário das Irmandades, sem voz ativa.

As igrejas de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei e Sabará não eram igrejas de conventos, de Ordens, como o eram no Nordeste, Bahia ou Recife (antes de Pombal); tornaram-se Igrejas de Confrarias. Padres não! *Essas igrejas passaram a ser governadas por confrarias civis e não por padres.*

Como disse Luiz Jardim: "A Igreja nas Minas Gerais é uma Igreja de sociedades, o que não significa que seja uma Igreja da sociedade".

As Confrarias - O poder das confrarias civis era um poder religioso, que se autogovernava e era tão egoísta e cioso de suas prerrogativas, autodeterminação e liberdade de ações que o próprio padre não guardava as chaves da igreja. Não era uma religião de padres; era uma religião de leigos. Os padres não participavam dos orçamentos, das construções e mesmo das ornamentações das igrejas.

Os próprios vigários das Irmandades eram funcionários contratados pelas confrarias, não participando dos teres e haveres delas, de suas finanças, ignorando a administração e a vida interna das sociedades para as quais apenas diziam missas e rezas, que a leigos não era permitido fazer. Mas receberiam pagamentos para isso.

As Irmandades eram entidades civis. Elas eram sempre agregadas à alguma Ordem religiosa. Alguns fiéis, conforme a tradição portuguesa, devotos e admiradores de grandes santos fundadores de Ordens na Idade Média, como São Francisco, São Bernardo, São Bento e outros, acharam por bem se reunirem e formar associações vinculadas àquelas antigas Ordens monásticas. Passaram a se chamar Irmandade de São Francisco, Irmandade de N. S. do Carmo, Irmandade dos Beneditinos, de N. S. do Rosário etc.

Essas Irmandades eram, portanto, associações civis, compostas de indivíduos que continuavam sua religiosidade juntos com suas famílias; educando-as, continuavam casados. Nunca se decidiriam, naturalmente a uma vida monástica obrigatória, ou clerical. Não tinham como o clero que se dedicava às Ordens monásticas ou seculares, votos de pobreza, de obediência e castidade como orientação de suas vidas religiosas.

A sociedade mineradora subdividiu-se em várias irmandades, que se orientavam em classes sociais. Eram entidades classistas, com classes sociais e raciais onde se congregavam os ricos, intelectuais e políticos. Tancredo Neves pertencia à Ordem Terceira de São Francisco, tanto que foi sepultado no cemitério dessa Irmandade, no fundo da Igreja de São Francisco, em São João del Rei.

A Irmandade Terceira de N. S. do Carmo era a classe dos mineradores ricos; os comerciantes se congregavam na Irmandade Terceira de Nossa Senhora das Mercês. Os escravos, os pretos, como devotos de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito e Santo Elesbão irmanavam-se na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Mas esses tipos de filiações às Irmandades podiam apresentar diferenças de uma cidade para outra.

Além do caráter inteiramente religioso, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário assistia também, financeiramente, à população mais carente e promovia atividades recreativas, como congados, reisados, catupés, moçambiques e festas religiosas. Ainda hoje existem no Brasil cidades que se tornaram famosas pelas comemorações que fazem aos seus santos protetores, como Bom Jesus da Lapa, Senhor do Bonfim, Belém do Pará e as romarias às Igrejas de N.S. da Abadia. Festas populares mesmo, de grandes atrativos, foram as festas de N.S. do Rosário.

Aos associados, as Irmandades prestavam assistência religiosa na morte e no enterro com missa de corpo presente, missas da salvação, enterros em cemitérios da irmandade, geralmente nos fundos da igreja e aos mais proeminentes, mesmo no seu interior.

As Irmandades precediam Pombal - Essas Irmandades já existiam antes de Pombal, em 1735. Sua proliferação se deu no período do ciclo do ouro, com Pombal, que não querendo predomínio clerical na Colônia, entregou essa direção às Confrarias já existentes, porém *agora muito valorizadas* por ele. Em algumas cidades poderiam existir várias irmandades de brancos, pardos e pretos etc.

Elas se rivalizavam na construção e decoração dos templos, aten-

dendo aos pedidos e interesses religiosos da Coroa, porque seriam um posto avançado na propagação da fé e no combate ao protestantismo, uma das grandes preocupações da Igreja naquela época, a época da Contra-Reforma.

Essas Irmandades chegavam às vezes a extrapolar a representação de uma família espiritual ou uma rigorosa concepção de vida espiritual para se transformarem em classes sociais, de políticos, de comerciantes, de viajantes, de intelectuais, da raça negra, numa coexistência de materialismo com espiritualismo, com predominância do materialismo.

Existia entre elas uma certa disputa por prestígio, cada uma querendo construir templos mais ricos e melhor ornamentados. Isso fazia com que as ornamentações, as riquezas de decorações e o esplendor dos altares se tornassem não símbolos de fé, mas de um garantido êxito material.

Cada Confraria desejava eclipsar a outra, com ostentação nas ornamentações, nas pinturas, nas esculturas, nas colunas coríntias ou torsas, nos anjos e nas flores estilizadas; faltava, porém, nessas construções, uma visão de conjunto arquitetônico, principalmente naquelas erigidas pelas confrarias negras. A igreja refletia as condições sociais e econômicas da Confraria.

As Confrarias dos brancos recusavam-se a admitir, terminantemente, homens de cor. As Confrarias dos mulatos ou homens pardos recusavam os negros – os negros-crioulos, orgulhosos de sua assimilação à civilização brasileira; não queriam saber dos africanos recém-chegados. Refletiam, realmente, a formação de classes sociais em vez de formação religiosa.

As Igrejas - A religiosidade e a intensidade da fé daqueles povos coloniais são facilmente compreensíveis pelas monumentais obras eclesiásticas que brotavam nas cidades mineradoras.

A maioria das igrejas e das capelas eram construídas com doações de fiéis; nunca pela Coroa, que explorava a religiosidade do povo colonial, repassando-lhe estas obrigações. Esse talvez tenha sido o motivo do florescimento dessa riqueza arquitetônica e cultural de abrangência mundial.

As doações vinham dos grandes proprietários e comerciantes, em dinheiro, imóveis, fazendas, moradias, ou emolumentos provenientes de testamentos como forma de garantia da vida eterna, dando assim prosseguimento aos sentimentos religiosos da Idade Média.

No período colonial a vida religiosa e civil do brasileiro girava em torno das paróquias. Como não existiam cartórios, todos os registros civis e de qualquer natureza teriam que ser feitos nas paróquias. Até nos dias atuais ainda existem esses processos nas igrejas, pois somente há alguns anos se passou a registrar os filhos em cartórios e quando havia necessidade de algum documento de idade ou de nascimento, só poderiam ser encontrados nos batistérios das paróquias.

O Protestantismo já assustava - Uma das funções mais importantes atribuídas à Igreja Católica era a propagação da fé, e após a reforma protestante, combater este cisma. O Protestantismo adotara na Europa uma atitude de violência radical contra o culto às imagens, às cerimônias litúrgicas, assim como outras cerimônias acompanhadas de grandes solenidades como as procissões carregando imagens de santos. Essas pretensões protestantes feriam profundamente a concepção de religiosidade do povo colonial, um atentado às suas tradições.

Como não havia estudos doutrinários, pelo isolamento cultural de além-mar, houve uma reação um pouco desordenada ao Protestantismo na Colônia, só conseguida pela supervalorização da fé exterior e de elementos estéticos como o barroco, condenado pelos protestantes, e valorização também das solenidades litúrgicas, principalmente pelas procissões concorridíssimas e emocionantes. A Igreja continuava dando valor central à beleza dos altares e ornamentações esplendorosas de seus interiores, para a exposição de seus santos de devoção. Somente assim demonstraria oposição ao Protestantismo.

Os altares eram luxuosíssimos, ficando às vezes até obscurecidos, abafados, tapados pelos rebuscamentos e enfeites talhados em seu redor com pinturas maravilhosas. Tudo iria contra ou seria feito em réplica à abolição feita pelos protestantes dos altares e imagens em seus templos. As liturgias nas ruas como as grandiosas procissões, também uma complementação de uma réplica ao Protestantismo.

Nota-se nesse aspecto que o Protestantismo adotara na Europa uma atitude de violência radical ao culto das imagens, às cerimônias litúrgicas e outras cerimônias revestidas de altas solenidades, tão a gosto de Ouro Preto e cidades mineradoras, principalmente procissões com imagens. Para os protestantes só bastava a leitura da Bíblia e hinos cantados em conjunto. Esse gosto português ou ibérico reagiu a essa posição do Protestantismo, que feria violentamente as propensões e tradições religiosas mineiras.

Podia-se construir e embelezar as igrejas - O embelezamento das igrejas era feito à proporção que recebiam fundos de doações, que podiam estar relacionados aos descobrimentos de novos veios auríferos, emolumentos de testamentos ou doações de fazendas e outros imóveis.

A construção de uma igreja podia levar até 50 anos e com freqüência mostrava várias fases de construção, porque eram feitas em épocas e por pessoas diferentes.

Ouro Preto, capital da Província - A *Villa Rica de Ouro Preto* conquistou categoria de cidade em 1711. Nasceu com a avalanche de mineiros chegantes para o garimpo. Era a quinta-essência da civilização do

ouro. Com a abundância do ouro recolhido, a primeira preocupação daquele povo foi construir palácios para Deus, embora continuasse morando em choupanas. A maioria desses templos surgiu nos meados de 1700.

Se o ouro era requisitado pela Coroa com impostos pesadíssimos, como escreveu Celso Furtado, nem todo o ouro extraído evadia-se para a Europa. A economia colonial era regida pelos mercadores de ouro, pelos donos das minas, e os grandes proprietários de terras, que repartiam entre si a mão-de-obra gratuita dos escravos. Eles eram obrigatoriamente contrabandistas do ouro; desviavam muito ouro devido à Coroa pelos impostos. Conforme pesquisadores, talvez 10% do ouro extraído das minas seriam contrabandeados, o que levava a um grande aquecimento da economia colonial, possibilitando esbanjamento e desperdícios. Fazer o que com tanto ouro?

O mesmo ouro que promovia o desenvolvimento da Revolução Industrial na Europa, por questões de diferenças culturais, no Brasil, era usado e desviado para a construção de templos suntuosos, além de grandes e ostentosos palácios residenciais particulares, como se vê em São João del Rei, Mariana e Ouro Preto; para o ostentação de compra de jóias, roupas e móveis de alto luxo e manutenção de numerosos serviçais; desperdício em festas faustosas e no culto a Deus.

A riqueza e o poder dos comerciantes de Ouro Preto excediam em muito os mais florescentes mercadores de Lisboa.

Nos meados do século XVIII surge o diamante em Serro Frio. Minas Gerais oferecia ouro e diamante em casamento e em proporções semelhantes para o enriquecimento e desenvolvimento industrial da Europa. Também no Tejuco, a sociedade diamantina passou a exibir riquezas sem par, na Colônia e na Europa.

O Bispado de Mariana escapou de Pombal por um triz- Ou melhor, por três anos. Relacionando as datas podemos ver que Pombal governou Portugal de 1750 a 1777, durante todo o reinado de D. José I.

O Bispado de Mariana foi criado em 1745, com D. João V no poder, antes portanto de Pombal, chegando a Mariana o primeiro Bispo, D. Manoel, em 1748, que faleceu em 1764 já com Pombal no poder.

Pombal nomeou três bispos sucessores para Mariana, mas por coincidência, nenhum apareceu por aqui. Governavam lá de Portugal. O Bispado de Mariana com Pombal virou uma bagunça. Somente com a morte de João V e com a Rainha Maria I, a louca, no poder, agora sem Pombal, ele foi reorganizado com a nomeação de D. Frei Cipriano de São José. Dentre os bispos nomeados por Pombal, para Mariana, alguns eram fidalgos, pagos por ele, que possivelmente diria para eles que não precisavam ir para Mariana, porque, como anticlerical, não tinha o mínimo interesse na sobrevivência daquele Bispado.

Tem-se impressão que se ele tivesse assumido o poder três anos antes, não seria fundado o Bispado de Mariana, que fora criação de D. João V, em 1745. Nas reconstruções históricas de Ouro Preto, patrimônio cultural da humanidade, não se vêem seminários ou palácios episcopais. Eram localizados em Mariana, pré-Pombal. As igrejas monumentais de Ouro Preto não foram obras eclesiásticas e, sim, das Irmandades leigas.

Na ausência e com a proibição de clero por Pombal, fez-se com que as sociedades mineradoras se dividissem em Irmandades religiosas, que embora leigas, passassem a dirigir a Igreja no lugar do clero, função que deveria ser dele.

As Ordens Terceiras guardavam as chaves das Igrejas - A partir de 1735 as confrarias multiplicam-se – Ordem Terceira de São Francisco, Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo; Irmandades dos Mulatos, dos Negros Crioulos, dos Negros Africanos, todas sociedades civis.

Cada Irmandade, em lugar de representar uma família espiritual, ou uma certa concepção de vida religiosa, exprimia mais uma classe social, constituída por políticos, intelectuais, comerciantes, viajantes, da raça negra etc. Entre essas classes sociais que estruturavam as confrarias existia uma disputa, não de fé, mas de poderio material.

Alma herdeira - A psicologia daqueles tempos refletia-se fielmente nos testamentos em que se instituía por herdeira a própria alma, deserdando em grande parte até os herdeiros, por direito. Era o terror do inferno que dirigia os últimos instantes da vida, de forma estritamente egoística e pessoal (nada aos outros, tudo para si). Em tais documentos geralmente não constava nem uma soma destinada a alguma obra de caridade, ao desenvolvimento e apoio social. Os próprios filhos eram deixados ao abandono financeiro pelos testamentos. Com freqüência, eram indivíduos testamenteiros que tinham levado uma vida de licenciosidades e lascívia, que doavam toda sua fortuna à Igreja em troca da obtenção do paraíso.

De onde vinha o dinheiro - As receitas dessas Irmandades, que faziam construções pomposas, eram compostas de pagamento de jóias iniciais dos associados e donativos dos "irmãos", que doavam grandes somas, geralmente em testamentos, fazendas, casas e outras propriedades. Esses costumes chegaram aos finais do século XX, principalmente em relação à Sociedade São Vicente de Paula.

Era costume, na época colonial, fazerem-se doações a entidades religiosas antes de morrerem, obtendo em troco a salvação de suas almas e passagem direta pelo purgatório. Podiam alguns recursos financeiros para as Irmandades advir de pedidos de esmolas, e também do comércio de escravos

e outras mercadorias, como vendas de doações. Como a Igreja, no período colonial, se pautava por uma ideologia que justificava o cativeiro, os escravos eram incluídos nos bens das irmandades como "bens eclesiásticos".

A concorrência em riquezas entre as Irmandades contribuiu para a construção de numerosos templos, excessivas em número e ostensividade, em relação ao tamanho da cidade. Daí as inúmeras igrejas em Salvador, Ouro Preto, Mariana, Sabará etc, às vezes na mesma praça ou na mesma rua. Em Ouro Preto foram construídos 16 templos. As construções por fora poderiam parecer singelas, mas seus interiores eram riquíssimos. O valor estético dos monumentos religiosos se devia ao poder financeiro da Irmandade, que procurava prioritariamente, ostentar prestígio e riqueza.

Cidades, Patrimônios Mundiais da Cultura – Pelo isolamento e pelas grandes distâncias da Europa, essas Irmandades se tornaram responsáveis pela estimulação e formação de profissionais, que não existentes na Colônia, difícilmente poderiam ser deslocados de Portugal para cá. Formaram-se assim, por necessidades locais, artistas de toda natureza, alguns deles até se tornaram notáveis escultores, pintores, arquitetos, carpinteiros etc, que legaram ao patrimônio artístico regional, obras-primas que passaram depois a refletir a cultura colonial mineira no mundo inteiro, tanto que hoje Ouro Preto é um *Patrimônio Mundial da Cultura.*

A Irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos – A Irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos, da Freguesia de N. S. do Pilar de Ouro Preto, foi erigida no ano de 1715, sendo seus estatutos aprovados e confirmados pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Francisco de S. Jerônimo. Portanto, fundada no Brasil dos negros, a Irmandade de N. S. do Rosário, existe praticamente há trezentos anos.

Encontram-se nos seus estatutos várias disposições dignas, por curiosas, de serem citadas. Diz o Capítulo 1:

"Toda pessoa preta ou branca, de um ou outro sexo, forro ou cativo, de qualquer nação que seja de origem, (da África) que quisesse ser Irmão dessa Irmandade, irá à mesa, ou à casa do escrivão da Irmandade...".

No Capítulo 2:

"Haverá nesta Irmandade um rei e uma rainha, ambos pretos de qualquer nação de origem, os quais serão eleitos todos os anos em mesa e mais votos e serão obrigados a assistir com seu estado (séquitos) as festividades de Nossa Senhora e demais santos, acompanhando no último dia a Procissão atrás do Pálio". O Juiz e as Juízas serão pretos de qualquer nação que sejam, forros ou cativos, o Escrivão e o Tesoureiro brancos, o Procurador preto, o Andador também preto".

Propunha-se a fazer festas de N. Senhora do Rosário, S. Benedito, Santo Antônio de Catalegerona, Santo Elesbão, Santa Efigênia e Natal.

O culto ao Terço - No Brasil, a devoção ao Santo Rosário foi dirigida de início pelos missionários e logo se espalhou, principalmente entre os pretos escravos que nela encontraram as orações mais simples, mais populares, mais fáceis de serem rezadas, que mais se adaptaram à sua simplicidade, cultura de seres humanos oprimidos, que nem puderam aprender a rezar; aprenderam simplesmente a repetir todos os dias as mesmas orações, tudo maquinalmente, tanto que, com freqüência pelo cansaço físico da obrigação diuturna vigiada e forçada, eles dormiam durante a repetição das orações, pela monotonia e pela impossibilidade de uma diversificação mental ou espiritual. Repetem um *Pai Nosso*, várias *Ave-Marias*, e no fim uma solene *Salve Rainha*. Sempre a mesma coisa. Um "tira" o terço, os outros "sussurram"; era aquele zunzum monótono na senzala, até que o Senhor tivesse piedade deles e os levasse.

Era comum entre os escravos, mesmo entre os forros, o uso de um "colar", constando de algumas contas, uma semente cultivada por eles mesmos, enfiadas em um cordão sujo, pois não o tiravam do pescoço. Esse colar não era a reprodução do terço integral, mas apenas algumas contas, cinco, seis ou dez, somente. Eles nem sabiam quantas deveriam ser, na realidade.

O *terço* era toda a liturgia daqueles pobres escravos, no momento em que elevavam suas almas a contemplar os mistérios da vida de N. Senhora e do Menino Jesus, que eles sabiam ter nascido em 25 de dezembro, à meia noite. Parece-me que foi D. Hélder Pessoa Câmara, enquanto presidente da CNBB, de touca vermelha, que quando contemplava um colar de pérolas, dava mais valor àquele fio que conservava as pérolas ou diamantes unidos, do que às próprias pérolas. Seria o símbolo da conservação da união da humanidade. Nos negros, as coisas eram diferentes; era um cordão que não unia nada, conservando poucas contas, geralmente longes umas das outras, parecendo não haver ninguém para ser unido.

Segregados da vida dos brancos, por intransigentes preconceitos raciais, aqueles negros, africanos, que afluíam às desumanas condições de escravidão, impossibilitados de seguirem até a devoção dos brancos ou por não compreendê-la, pois não podiam ser ensinados e mesmo, impossibilitados de prosseguirem no culto das suas divindades fetichistas africanas incrustado em suas almas, escolheram por patronos espirituais os santos com sua cor negra:

– *Nossa Senhora do Rosário.*

– *Santa Efigênia.*

– *São Benedito, preto, embora italiano.*

– *Santo Antônio da Núbia, ou Noto, que era preto, vindo de Núbia, hoje Etiópia, na África.*

– *Santo Elesbão, também preto.*

Mas por que escolheram a Virgem do Rosário, branca e diferente dos outros protetores?

Diz o psicólogo Artur Ramos, que os escravos de procedência *banta*, principalmente os de Angola e Congo, assim agiram porque Nossa Senhora do Rosário já era padroeira deles lá nas tribos africanas, cujo culto fora levado pelos primeiros missionários europeus (principalmente portugueses), que se dirigiram àquele continente negro com a finalidade de converter os selvagens à religião cristã. Outros, no entanto, afirmam que a divulgação da fé à Virgem do Rosário na Colônia, entre os escravos, foi feita pelos missionários franciscanos e dominicanos que tinham trânsito livre e contato permanente com os escravos nos antigos engenhos de açúcar no Nordeste, a primeira civilização colonial.

Em vários estados do Brasil, principalmente em Minas Gerais rural, nas vilas do ouro e dos diamantes, os negros inscreviam-se em confrarias sob o patrocínio de seus santos escolhidos: Confraria do Rosário, Confraria de São Benedito, Confraria de Santa Efigênia. Foram inúmeras as Irmandades do Rosário, mas todas elas em seus estatutos exigiam que os maiorais de suas confrarias fossem pretos, libertos ou cativos, originários de qualquer nação africana, que seriam obrigados a assistir às festividades religiosas acompanhando no último dia da procissão, atrás do pálio. Teriam que presidir todas as festividades devidamente acompanhados de seus séquitos.

Os negros tinham que pagar por sua "divução"- De início seria difícil compreender como sobreviveria a Irmandade de N.S. do Rosário, porque escravo não tinha direito de pôr mão em dinheiro e se encontrados com ouro ou diamante em seu poder, seriam severamente castigados e expulsos não só dos garimpos, mas até da Comarca. As leis eram severas.

A existência dessas associações de negros, Irmandades dos pretos, com sócios contribuintes, revela que grupos de negros haviam atingido certo nível econômico, pois as Irmandades não poderiam existir nas camadas mais baixas da estratificação urbana, desde que não tivessem recursos financeiros para se manterem, exigindo de seus associados um mínimo de recursos, um mínimo de disponibilidade financeira, para fazerem face às despesas como sócios.

A escravidão do ouro, no Sul, era um pouco diferente comparando-se ao Nordeste do açúcar. A escravidão do ouro era mais suave; abria possibilidades para a conquista da liberdade dos escravos, desde que o rendimento dependesse de sua boa vontade, esforço e, portanto, de sua produção. O senhor não podia deixar de recompensar aquele que fizesse sua riqueza. Esses mesmos fatos aconteciam no Tejuco do diamante.

Se um escravo, antes de terminar seu dia de trabalho, encontrasse ouro suficiente para satisfazer seu senhor, este deixava-o trabalhar durante o resto do dia por conta própria, em sua mina, isto é, podia conservar em seu poder o ouro encontrado. Este seria guardado, geralmente para empregá-lo em tempo oportuno na compra da liberdade. No Distrito Diamantino (Tejuco) se um negro encontrasse um diamante de dezessete quilates e meio, seria coroado com flores, conduzido em procissão até ao prédio da Administração do Distrito da Intendência e ali lhe concediam a liberdade. O número de negros livres, destarte, aumentava consideravelmente. Isto levava à estruturação econômica das Irmandades deles, e às construções de suas magníficas igrejas, desde que contribuíssem com a mão-de-obra. Recebiam, nas construções, a ajuda das outras Irmandades. Seria até uma oportunidade delas se verem livres da companhia daqueles negros nas solenidades religiosas. Cada um para seu canto.

A origem dos Ternos de Dançadores - Quanto à origem das danças em louvor à Nossa Senhora do Rosário, diz a lenda que a Virgem do Rosário aparecera numa gruta. O padre do arraial, cientificado, pegou aquela imagem aparecida e levou-a para a capela. Entretanto a imagem desapareceu do altar e, após muita procura, foram encontrá-la novamente na gruta. Por diversas vezes a imagem foi levada para a capela, mas lá não ficava, voltava para a gruta. Havia na vila, negros escravos que se vestiam e dançavam congos e moçambiques, danças de suas tribos. O padre chamou-os e todos compareceram. Arranjaram um andor e nele colocaram a imagem da Virgem. Fizeram uma procissão, foram cantando e dançando atrás do andor até à Igreja; chegando lá os dançadores congos pararam de cantar na porta da capela, mas os moçambiques continuaram a dançar até que a efígie fosse colocada no altar. Desde esse dia, a Virgem não voltou mais para a gruta.

A fim de comemorar esse fato extraordinário, os moçambiques e os congos todos os anos se reúnem em grupos numerosos, para dançar em homenagem à Nossa Senhora do Rosário. Esses grupos são chamados de "ternos".

As Igrejas de N.S. do Rosário - As mais bonitas Igrejas de N.S. do Rosário estão nas cidades históricas do ouro, como Ouro Preto, São João del Rei, Salvador, afinal, em todas as cidades mineradoras; são quase sempre as igrejas mais antigas. A Igreja do Caquende (região da cidade de Ouro Preto) é famosa por sua forma arredondada, denominada de N.S. do Rosário dos Homens Pretos, construída pela Irmandade do Rosário, que era freqüentada, inicialmente por brancos e negros.

A Irmandade do Rosário houve por bem construir uma Igreja maior, que foi erigida no Alto da Cruz, na Ladeira de Santa Efigênia, um bairro de escravos. É a Igreja de Santa Efigênia, que deveria ser freqüentada somente pelos negros. Em seu altar-mor está a imagem de Santa Efigênia, da autoria de Aleijadinho, e no lateral, a de São Benedito, imagem de presença obrigatória nas igrejas dos negros.

O altar-mor é reservado às solenidades da Irmandade de N.S. do Rosário; outras solenidades seriam realizadas nos altares laterais. Ao lado da Igreja de Santa Efigênia fica seu cemitério onde são sepultados os "irmãos".

Esse bairro da Ladeira de Santa Efigênia era residencial dos negros contratados pela Coroa, que trabalhavam exclusivamente para ela, morando em casebres miseráveis, até em grutas, à beira de um córrego em frente à Igreja de Santa Efigênia. Lá também moravam os bandeirantes. Bandeirantes eram paulistas analfabetos, descalços, de baixíssimos níveis culturais, quase iguais aos escravos mesmo.

Nas proximidades da Ladeira de Santa Efigênia, em frente à Igreja, do outro lado de um córrego, residiam Felício dos Santos e Pascoal da Silva, ricos mineradores. Foram os primeiros revolucionários que 50 anos antes de Tiradentes já tinham lutado contra a cobrança abusiva dos impostos pela Coroa. Suas propriedades, terras e minas foram tomadas pela Coroa e queimadas. Ainda se chama àquele local Morro da Queimada. Felício dos Santos foi arrastado por cavalos até seu corpo ser dilacerado para que os outros colonos vissem como seriam tratados em casos de revoltas.

A única Irmandade existente em São Gotardo é a Irmandade do Rosário. Uma capela muito pobre, em bairro de pequeno poder aquisitivo, onde predomina a população negra, tudo de acordo com a secular tradição da Irmandade do Rosário. A presença dessa Irmandade em São Gotardo não poderia passar despercebida pelo grande peso histórico, secular, de que faz parte.

A Irmandade de N.S. do Rosário em São Gotardo – Como toda Irmandade Religiosa que se preza, a Irmandade de N. S. do Rosário de São Gotardo também construiu seu templo. Aliás, raras as cidades e mesmo vilas restantes do Brasil não têm uma Igreja consagrada a N. S. do Rosário. Onde tem negro, tem Igreja ou Capela de N. S do Rosário.

Situa-se no alto do Bairro Taquaril, no ponto terminal da Avenida Vereador Antônio Inácio da Silva, na Praça de N.S. do Rosário. Foi iniciada com a participação do animador José Paixão, filho de D. Luzia, baiana já falecida, sob a orientação do Pároco Padre Ivan, atualmente (19-7-2000) vice-Prefeito de São Gotardo. Foi uma construção muito difícil, como todas as congêneres filantrópicas e religiosas.

Conseguiu-se, pela falta de recursos, construir uma área de apenas 100 metros quadrados (área de 12 x 8 m), sendo que a medida mínima para uma capela é de 120 m² de área construída.

A Irmandade de N.S. do Rosário, sendo uma entidade muito pobre, gastou cinco anos para construir sua capela, com interrupções constantes das obras. Terminou em 1997, já sob orientação do Cônego Monsenhor Olavo.

Ela abriga as imagens de N.S. do Rosário, Sagrado Coração de Jesus e de São Benedito, este, uma indispensável presença nos templos

da Irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos, como já o dissemos.

Em São Gotardo, as festas de N.S. do Rosário são celebradas todos os anos no segundo domingo de setembro, com participação dos congadeiros da região: Ibiá, Campos Altos, Dores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Tiros, Matutina, Carmo do Paranaíba, Patos de Minas, Bambuí, Belo Horizonte, Luz, Gordura; enfim, cerca de 15 ternos costumam vir para participarem dos festejos de N.S. do Rosário.

Em São Gotardo, ano 2000, existem sete ternos de dançadores, entre eles os moçambiques, catupés, congos, etc. O atual animador de comunidade e tesoureiro é o Sr. Heliostáquio Teixeira; o Capitão-Mor é o Sr. Gabriel Barto, taxista aposentado; o Rei é Anastácio Domingos dos Reis; a Rainha, Beraldina de Morais.

A Festa Máxima - A *Festa do Rosário* é o acontecimento festivo mais importante para as comunidades dos homens negros e de onde não se excluem também os homens brancos.

É, tradicionalmente, nos arraiais, a festa religiosa mais importante, ocasião em que se dá um grande afluxo de gente das vizinhanças para o arraial. Promovida pelos homens negros, atraem seus co-irmãos, de todas as localidades vizinhas.

São dias de muita alegria, quando mastros e bandeiras são alegremente enfeitados. Há alvoradas, foguetórios matinais, cantorias pelas ruas pelos grupos formados e ensaiados para tal. Rei, rainha, juízes e o povo vestidos com roupas ornamentadas, principalmente os participantes dos grupos da festa, que são uniformizados.

São dias de muita importância para eles, dias de liberdade, que limpam das mentes as manchas da escravidão. É como se estivessem em suas terras de origens, no continente africano. Tanto é que cantam:

Deus ajuda quem me comprou
Diabo leva quem me vendeu.

Os tamborzeiros, com evidentes heranças atávicas de sua pátria, batem seus tambores com entusiasmo incontido, libertos das lembranças de outras eras, transmitidas por seus ascendentes. Alex Haley, em seu livro *Raízes,* cita os tambores falantes das tribos africanas, que transmitem mensagens em cadeia a centenas de quilômetros. São os elementos mais importantes dos festejos; batem seus tambores o dia todo e cantam canções diferentes para cada região de origem, geralmente em círculo:

Companheiros de palmas que ta pra brincar
Nossa Senhora do Rosário mandou te chamar

As mulheres negras ativamente enfeitam os andores com fitas e papéis coloridos, para serem carregados por toda a cidade. Na hora da missa e da procissão o Rei e a Rainha, autoridades máximas das festas, são buscados e levados para suas casas pelos seus séquitos. Coroados, são levados sob pálios seguros pelos juízes. Durante a missa ficam sentados em tronos. Há coroamento de Reis e Rainhas na Igreja, com transmissão do reinado, anualmente, feita pelo pároco.

A novena que precede os festejos é feita frente à imagem da Virgem do Rosário e as barraquinhas na vizinhança servem para angariar dinheiro para os festejos. Atualmente a Irmandade de N.S. do Rosário não dispõe de nenhum recurso financeiro, nem para a realização de suas festas, necessitando para isso receber recursos da Prefeitura. Realizações como a construção da Capela de N. S. do Rosário, em São Gotardo, só poderão ser feitas com auxílios de doações, esmolas etc. Mesmo assim aquela construção ficou paralisada por cinco anos e, para demonstrar a precariedade de sua existência, construiu-se uma capela com área abaixo da exigida. Somente a fé consegue que essa entidade continue a existir, sustentada por uma Irmandade pobre, em bairro pobre, em um país também pobre.

A Passagem dos Pintores

Quando estudante, morei próximo à Praça Diogo de Vasconcelos. Na ocasião era o que se chamava de "ponto de bonde", um local romântico. Pegávamos o bonde na Praça Sete, que subindo a Rua Pernambuco ia até à Praça Diogo de Vasconcelos, hoje Praça da Savassi. Eram os únicos bondes fechados na cidade, sem estribos, portanto, não permitindo passageiros externos.

Os bondes eram normalmente abertos e muita gente viajava nas horas de maior fluxo nos estribos, onde ficariam expostos a acidentes, ao caírem ou baterem a cabeça nos postes de energia elétrica, que ficavam na parte central das ruas e avenidas. Quando nós estudantes atendíamos no Pronto Socorro Policial (hoje Hospital "Maria Amélia Lins", Rua dos Otoni) eram comuns os atendimentos a acidentados em bondes, com traumatismo craniano.

Ninguém sabia, ou queria saber, por que aquela praça se chamava Diogo de Vasconcelos. Eu nunca tive curiosidade de pelo menos perguntar quem foi aquele indivíduo que deu seu nome a um lugar tão importante em Belo Horizonte. Faltava-me aquela estrutura ou curiosidade cultural.

Para publicar esse modesto trabalho, tive que recorrer a vários tratados da história antiga de Minas Gerais. Tive que ler vários escritores e historiadores sobre o assunto. Foi quando, nessas pesquisas, deparei-me com o nome de Diogo de Vasconcelos, autor de importante livro sobre assuntos que eu pesquisava. Publicara um, chamado "*História Antiga de Minas Gerais*". Sim, era ele, o Diogo que deu o nome a uma praça tão importante em minha vida, na proximidade da qual morei, sem saber quem era o seu patrono.

Aquele mesmo Diogo que eu nunca soubera ter passado uma longa temporada aqui nos fundos de São Gotardo, na Fragata, no Cedro do Abaeté, bebendo água das vertentes do Rio Indaiá. Quase conterrâneo!

Diogo de Vasconcelos fora homem de confiança do Governador Bernardo José de Lorena, em Ouro Preto, no alvor dos anos 1800. Ele fora designado pelo Governador para explorar a região dos Rio Indaiá, Abaeté e Borrachudos, hoje chamada Alto São Francisco e depois chefiar uma exploração de diamantes no mesmo local. Mas acontece que São Gotardo ainda não existia; por isso, ele não me dissera nada.

Naquela época ele saiu com a expedição patrocinada pelo Governador Bernardo de Lorena, de Ouro Preto, com destino ao Quartel Geral do Espírito Santo, o nosso Quartel Geral, tão nosso conhecido, às margens do Rio Indaiá (próximo a Abaeté e Dores do Indaiá de hoje). De lá ele veria, se tivesse vivido mais um pouco, as terras do futuro São Gotardo, do outro lado do rio. Chegou ao Quartel Geral em 4 de dezembro de 1807.

Poderia, voltando ao passado, assentar-me naquela praça ao lado do Diogo e puxar conversa com ele sobre São Gotardo, onde ele atuou como funcionário da Real Extração de Diamantes, da Coroa, nos anos 1800, no nosso familiar Rio Indaiá. Ele, que descrevera o Rio Indaiá pormenorizadamente. Poderia falar-me que foi precursor na formação de tantos arraiais às beiras de nosso Indaiá, como Cedro do Abaeté, Fragata, São José das Perobas, São João; falar sobre o Morro Nau de Guerra, afinal dos logradouros que me legaram o meu DNA.

Poderia falar-me sobre meu tetravô, bisavô e avô, que no findar das mineraçõe, 1808, foram pioneiros da plantação do café salvadora daquela população, que vira seus horizontes se fecharem e eles temerem pela sua sobrevivência. Diria para ele que meus antepassados depois que ele, Diogo, voltou para Ouro Preto, continuaram a tratar daqueles soldados vigias, funcionários da Coroa, que ficaram no Quartel Geral e no Quartel São João, desprovidos até de víveres.

Ele poderia falar-me sobre os relatórios do mineralogista Dr. José Vieira Couto, que também escreveu um importante livro histórico sobre Minas Gerais, nele incluindo nossa região, intitulado "*Memória sobre as minas de Minas Gerais*", também participante da Expedição ao Indaiá, junto com Diogo.

A Junta Administrativa do Tejuco mandou, em face ao maior contingente de extratores de diamantes comandados por Diogo de Vasconcelos para os nossos rios, que se construísse, ou melhor, reformulasse o Quartel Geral (o anterior era muito deficiente) por um construtor mandado vir de Pitangui. O Quartel Geral, na realidade, fora fundado quando da primeira extração em 1790. Quando aquela extração voltou para o Tejuco, lá ficou um diminuto destacamento militar, em volta do qual se juntou um pequeno povoado. Foi isso que Diogo de Vasconcelos lá encontrou.

Alguns dias depois, Dr. Diogo de Vasconcelos mandou um relatório ao Governador em Ouro Preto, falando da inauguração do novo Quartel:

"Após 15 dias de jornadas, e quatro falhas necessárias, cheguei ao Quartel Geral do Indaiá. Lá já eram chegadas as tropas de escravos que vieram de Diamantina. Quanto ao Quartel onde estou, dá casa para o Cofre e Escrituração e para minha morada; não há largueza mas cabemos. Lembro porém a V. Exa. que se não podem dispensar algumas vidraças, por ser o lugar tão desabrido que, nos poucos dias que o habito, me tem sido preciso passar parte deles a janelas fechadas. Com a pequena despesa de trinta e quatro mil réis, mandando-se conduzir os vidros do rio, cessará esse grande inconveniente.

Outro maior tem custado a remediar, e vem ser a falta de sal, pela indesculpável demora da tropa que o conduz do Rio de Janeiro. Previno de muito longe a V. Exa. que a felicidade desta Extração, nascente em país (local) ermo de tudo, depende de munições de todas as espécies. Perto daqui em o Rio Borrachudos segundo ouço, existem serras ao parecer auríferas, farei pesquisas. É o que tenho a dizer e a representar a V. Exa., que Deus guarde, como a Capitania há mister."

Em outro relatório ele narra: "Ah! Com que glória a posteridade falará de nós que, primeiros através de males que apresentam inóspitos climas, surdos aos berros e onças e tigres, que nos cercam e ameaçam. Caminhando sobre cascavel e outros répteis peçonhentos e mortíferos que tapizam esses sertões ásperos e incultos, sem medo aos perigos, demandamos as riquezas que neles encerram a pró de tão Alto como Admirável Príncipe."

Quartel Geral, 11 de novembro de 1807.

Em outra carta de Diogo de Vasconcelos ao Governador, ele relatava a localização dos serviços da Extração Real na Passagem dos Pintores:

"Achei descortinadas as margens do Indaiá, na Passagem chamada dos *Pintores,* (hoje Porto dos Pintores), aonde o administrador Antônio José de Pereira assentou o primeiro serviço, logo que chegou do Tejuco, em agosto do ano passado e as demorou até à Páscoa do corrente."

Neste espaço de tempo cortou o rio em 4 partes, colheu cascalhos de onde tirou mais ou menos diamantes, entre eles um de 1 tostão de peso, dois de 4 vinténs, e mais três, constituindo a primeira remessa *(cortar é uma linguagem de garimpeiro, quer dizer desviar um segmento de uma margem do rio, pela técnica do chiqueiro, que desvia, corta, um segmento do rio, podendo-se retirar o cascalho do seu fundo).* Duas léguas acima fica a *Cachoeira Seca,* com fama de os aventureiros tirarem diamantes. Foi também explorada; em ambos os sítios fizeram rancharias para brancos e negros e construíram rodas para o serviço. Foram construídas estradas para tropas passarem com víveres.

Como os grãos seriam buscados a 20 léguas de distância, por falta de agricultura na região, resolveu-se ocupar escravos com derrubada de matos, para a construção de roças de feijão e milho, permitida nos descortinados às margens do rio.

Em dezembro de 1807, o Caixa da Extração, Dr. Diogo de Vasconcelos, chefe dos serviços, notou que alguns funcionários demonstravam

"má vontade às suas ordens". Estava por isso convencido de que os tejucanos (que o Intendente mandara) malgrado seu empenho "olham para essa Administração Diamantina (formada na Vila Rica) com enjôo e não desejavam seu sucesso". O próprio Governador achava oportuno trocar essa tropa de escravos, muitos forros, outros crianças, outros velhos meio cegos.

A Administração daqueles garimpos foi formada pelo Governador, em Ouro Preto, mas os escravos vieram do Tejuco.

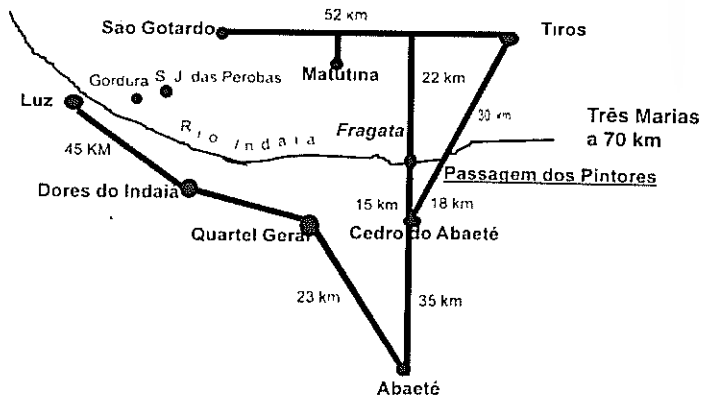
Os funcionários ficavam receosos de que, se aparecesse muita riqueza, eles (escravos e feitores do Tejuco) ficariam inexoravelmente afastados de seus lares e aprisionados nestes lugares. Até os escravos ficavam atacados de banzo. O Governador dava ordens para que houvesse uma permanente prevenção contra esses tejucanos.

Explica-se assim, como uma causa importante para o fracasso da exploração do Rio Indaiá, essa má vontade dos funcionários tejucanos, homens incumbidos dos serviços, contrariados por estarem afastados tanto tempo de seus lares e queriam voltar o quanto antes e tudo faziam para isto, inclusive atos de sabotagem.

O fracasso dessa Extração se deveu na realidade, ao furto de diamantes pelos feitores, pelos negros que fugiam com diamantes valiosos, pela ação dos contrabandistas que pajeavam o garimpo mais de longe. Afinal, nada sobrava para a Coroa; assim seria inevitável o fracasso da Extração.

A Passagem ou "Porto dos Pintores" - Foi depois de ler os relatórios de Dr. José Vieira Couto e Diogo de Vasconcelos ao Governador Bernardo de Lorena, que tive um desejo irresistível de fazer uma visita àquele local, para mim, de enorme peso histórico. Lá estive em dezembro de 2000.

Fomos visitar Porto dos Pintores onde se realizou a Real Extração de Diamantes pela Coroa portuguesa, para fazer um documentário histórico para este livro. Uma passagem histórica, diga-se, desconhecida de nossa população.



A cidade de Cedro do Abaeté fica a 60 quilômetros de São Gotardo. Dessa cidade, volta-se em direção ao Rio Indaiá; após rodar 18 quilômetros chega-se à Passagem dos Pintores, descrita por Diogo de Vasconcelos. A *Passagem dos Pintores* é uma passagem a vau; não tem ponte e nunca terá, em face da involução econômica de todos aqueles rincões.

Essa passagem faz comunicação entre os municípios de Cedro do Abaeté, na margem direita e Tiros, na margem esquerda do Rio Indaiá. No tempo da seca atravessa-se o rio a pé, a cavalo, até em carro de bois; tem pouca água. Vi rastros de carro de bois no acesso ao rio. No dia de nossa visita o rio estava cheio e, conforme nosso "guia turístico", devia estar com mais de 2 metros de água acima do nível costumeiro. Dava até medo ver e ouvir a ferocidade daquela correnteza. Nunca imaginaríamos que por ali passassem seres humanos, que não fosse por cima de uma ponte.

Levamos o relato de Diogo de Vasconcelos para verificar os acidentes do local. As margens do Rio Indaiá naquele local são descortinadas, como normalmente não acontece, porque é um rio entre pedras, com barrancos em penhascos. Apresenta uma ampla e até romântica planície para quem a olha com olhos saudosos (meus antepassados são "oriundi"daquelas plagas) e históricos, uma convidativa superfície plana em sua margem esquerda, cortada ao meio pelo Córrego dos Pintores que, descendo pelo Município de Tiros, deságua no Indaiá. Aquelas terras no Município de Tiros pertenceram ao Sr. Antônio do Monte Furtado, pai do famoso jogador do Atlético Mineiro, José do Monte. Depois passaram a pertencer à Sra. Zélia de Almeida, escritora infantil, filha do Sr. Irineu de Almeida. "capangueiro" na região, depois delegado em Tiros. Atualmente pertence ao Sr. Jorge Juquinha, residente em Martinho Campos. Do lado do Cedro pertenceu ao Sr. Jadir Bernardes, onde conseguiu vários diamantes, sendo um deles de grande valor.

Área própria para se construir rancharias e plantar roças de milho e feijão, conforme o relato de Diogo de Vasconcelos.

Os dois travessões de pedras descritos por ele lá estão visíveis um pouco acima da Passagem. Esses paredões avançam perpendicularmente ao leito do rio, tentando se encontrar, o que produz um estreitamento para a passagem do rio, que fica com a vazão esprimida, no vão que se forma entre eles. A enchente do rio permitia que se visse o dorso de somente um dos travessões; o outro nem aparecia, submerso que estava pela enchente (ver foto na pág.79).

Muito conhecida, pelos habitantes mais próximos, a Cachoeira Seca, situada duas léguas acima da Passagem, aliás um fator de prejuízo à riqueza de peixes a montante, impedidos que são de subirem o rio por este acidente potamográfico.

O Porto dos Pintores é, atualmente, um lugar ermo. Sentíamos naquele momento, na beira do rio, como se estivéssemos isolados do mundo, assustados com aquele amedrontante barulho das águas com nível elevado, uma enchente num local de corredeira, desusado para nós, habitantes de São Gotardo, não acostumados com rios. Desde os gregos que os homens têm medo dos fenômenos da Natureza, que foram feitos pelos deuses do Olimpo para castigá-los.

É um local totalmente desabitado cuja fazenda, desativada, pertence a uma viúva, de outra cidade longínqua, Itaúna. Sem habitantes, portanto sem nenhum suporte para um possível socorro que poderia ser necessário, pela presença de uma estrada de acesso, que embora patrolada não tem cascalho, o que tornou nossa descida ao rio cada vez mais estressante. Não poderia chover, não poderia haver alteração no veículo; ninguém sabia de nossa existência naquele local. Teríamos que andar uma grande distância a pé, à procura de um longínquo recurso, em caso de acidente.

Certamente que houve naquele serviço de extração um grande extravio de diamantes para o contrabando, pelos tijucanos. Por exemplo, dentre as numerosas nomeações de funcionários feitas, houve uma cheia de suspeição: a de José da Silva de Oliveira Rolim, irmão do Padre Rolim, o inconfidente residente no Tejuco. O Padre Rolim foi seguramente o maior contrabandista de diamantes no Tejuco, naturalmente depois do João Fernandes de Oliveira, o contratador, que se tornou o homem mais rico da Capitania, não só do Tejuco. O padre era dono de uma imensa fortuna. Deveria ter influenciado muito para que seu irmão fosse participante da Real Extração, pois seria uma cabeça de ponte para o contrabando de diamantes pelo Padre Rolim, naquela extração do Rio Indaiá. Ele era tão rico, que nas reuniões dos Inconfidentes foi designado para fornecer as armas para o movimento sedicioso.

O Quartel Geral era o quartel central mais importante na região do Indaiá. Outros quartéis ou postos de vigias foram instalados sob a custódia do Quartel Geral, nos cursos dos rios diamantinos, o Abaeté e Indaiá e nos seus afluentes, como Quartel São João, cujo arraial ainda existe às margens do Indaiá próximo a Quartel Geral; o Quartel de Santo Antônio de Tiros, às margens do Córrego de Tiros; Quartel da Guarda dos Ferreiros em São Gotardo, cuja função seria, no entanto, vigiar as cargas de ouro de Paracatu e Goiás, para Vila Rica e Rio de Janeiro.

Durante os serviços dessa Segunda Real Extração, só conseguiram catar *olhos de mosquito* (denominação para diamantes muito pequenos e quase sem valor). Alegavam que as pedras boas já haviam sido catadas pelos garimpeiros aventureiros que os haviam antecedido.

Veio o inevitável fracasso da extração. O Dr. Diogo de Vasconcelos conseguiu dissuadir o Governo, livrando-o de gastos maiores, desestimulando-o mesmo para futuras explorações da Nova Lorena. A ordem de suspensão dos trabalhos veio em janeiro de 1808. Tudo foi recolhido ao Tejuco.

Foi deixado um destacamento militar no Quartel Geral para vigiar o Rio Indaiá dos garimpeiros aventureiros, que queriam contrabandear os diamantes que pertenciam, por monopólio, à Coroa. As roças foram abandonadas, os cascalhos que haviam sido retirados e amontoados para serem lavados foram abandonados e até hoje são vistos pelos garimpeiros, que não lhe dão valor, por serem cascalhos de má qualidade. Eles não sabiam garimpar com técnica; partes foram jogadas de volta ao leito do rio.

Quando aconteceu a suspensão dos serviços da Real Extração o contrabando voltou e agora se dava livremente na região. Num relatório do chefe do policiamento do Quartel Geral, em 1823, portanto 12 anos após o término da Extração dizia-se: "Não se tem meios de impedir o extravio de diamantes; não se pode resistir a mais de 300 pessoas entrando de todo jeito, por picadas, pelo rio, por canoas."

Segundo o historiador Waldemar Barbosa, um amigo de Tiradentes levou às escondidas para o Quartel Geral a esposa Eugênia e um filho menor do mártir da Inconfidência ainda de colo, chamado João, com intenção de escondê-los e livrá-los da sentença condenatória, que julgara infame a memória de Tiradentes juntamente com seus descendentes.

Seus pertences deveriam ser queimados e sobre eles atirado sal para não renascerem. A família fazia parte de sua memória e também deveria ser eliminada. Esse ato secreto de esconder a família do mártir e livrá-la da morte, foi feito pelo "mata-vacas" Luiz de Almeida Beltrão.

Beltrão emprestou-lhe seu sobrenome, "Almeida Beltrão". João de Almeida Beltrão, o filho de Tiradentes, como ficou sendo conhecido, cresceu ali, assentou praça e casou-se com a filha de rico fazendeiro. Com a morte do sogro, os netos de Tiradentes passaram a residir em Dores do Indaiá, de onde se espalharam para outros pontos do Estado, inclusive Goiás. Ainda existem alguns descendentes em Dores do Indaiá que assinam Beltrão. Eles recebiam uma pensão do Estado. Os últimos foram um casal de beatos, que se caracterizava por não gostar de tomar banho. Faleceram, não deixando descendentes. Deram por terminada a raça ou a infâmia de Tiradentes.

Todos esses dados sobre as extrações reais estão no Arquivo Público Mineiro.

Sobre nossa região, principalmente quando enlevou sua alma de mineralogista para a de poeta, Vieira Couto, transcendendo do inanimado dos minerais insensíveis para a área da sensibilidade anímica, talvez tocado pela saudade do lar ou pela beleza do cantar de um sabiá, cantou até versos que lhe tocaram a alma nas beiras do Rio Indaiá:

"Em todos esse dias sobre tardinha, e nas manhãs ao romper da alva, um sabiá em extremo insigne cantor, vinha-se sempre pousar sobre uma árvore que ficava sobre nossas cabeças e aí, vibrando suas asas e todo se remexendo, desfazia-se em gorjeios, que naquela espantosa solidão, onde estávamos, muito e muito mais nos enchiam e penetravam desta suave paixão. Não só as brutas pedras e os criminosos metais terão lugar nessas minhas *Memórias*. Tu também, inocente habitante desses ermos, o terás: se o Céu me escuta, teus dias serão longos pois tanto te agradeci teu canto e tua visita."

Eu, naquela pretensa volta ao passado, dialogando com Diogo de Vasconcelos, poderia retribuir suas agradáveis notícias sobre nossa terra, com outra, que ele, naturalmente não pôde receber, porque os homens só são homenageados com nomes de ruas após sua morte. Poderia dizer-lhe que, segundo um historiador de Abaeté, Dr. José Álvares de Oliveira, seu nome e os de seus companheiros de expedição estavam escritos numa placa lá na bucólica vila de Cedro do Abaeté, que ele ajudou a fundar e que depois veio ser topônimo de uma praça também em Belo Horizonte.

Acredito que na Vila do Cedro do Abaeté ninguém soubesse o que significava aquele nome escrito numa placa pregada numa casa. Possivelmente seu nome e de seus companheiros foram trocados quando a vila se tornou cidade. A prefeitura dispôs do que os homens antecessores mais sensíveis e sem dívidas políticas dispuseram.

Diogo de Vasconcelos. Seu nome em placa em Belo Horizonte pode ser lida milhares de vezes, mas isto nunca o tirou do anonimato. Só a cultura poderia fazê-lo. É por isso que os estudantes nunca sabem o que significa o nome colocado em seus estabelecimentos escolares. É lamentável, também, o domínio do econômico sobre todas as ações do homem, não resistindo nem o cultural, porque a Praça Diogo de Vasconcelos já está com seu nome excluído extra-oficialmente: foi substituído por um nome estritamente comercial. Hoje é Praça da Savassi.

O local, à beira do Indaiá, no tempo da Real Extração, com mais de 300 trabalhadores, deveria ter sido um reboliço de gente trabalhando no rio, nas roças, na construção de vias de acesso naquelas vertentes íngremes para o transporte de grãos para alimentação de seus efêmeros habitantes, tropas de transportes de alimentos e de cascalhos. Choupanas para todo lado; para negros, brancos, dirigentes. Visitantes aproximando-se desconfiados e saindo de volta, possivelmente sorridentes, por um possível bom resultado de suas visitas furtivas, levando algum diamante valioso de contrabando.

Hoje, as únicas certidões de serviços da Real Extração são enormes escavações nos barrancos de onde foram extraídos cascalhos para serem lavados. Dizem alguns garimpeiros que por lá militaram, que ainda podem ser vistos grandes monturos de cascalhos retirados do leito do rio e armazenados nas margens, para serem lavados, porém "cascalhos muito ruins".

A respeito do nome *Pintor* nunca se terá uma explicação plausível. Eu mesmo fiquei a imaginar, porque achei inútil fazer perguntas a respeito. Seria até hilariante um indivíduo barbado, cabelos nos ombros, em frente a um tripé de pintura, de avental branco, com um pincel na mão, naqueles rincões. Impossível conceber esse quadro. Lá estão as belezas naturais para serem retratadas; faltam só os *pintores*.

Lendas aos montes. Nosso guia relata uma revolução dos negros com alguns mortos atirados ao rio; o acidente de um soldado que perdeu seu capacete em disparada, fugindo da perseguição dos revoltados da beira do rio, em direção ao Quartel Geral. Na disparada, seu capacete caiu e ele não teve coragem de descer do cavalo para pegá-lo. O morro ficou com o nome de Morro do Capacete. O Morro do Nau de Guerra ficou assombrado pelas almas dos garimpeiros que os soldados da vigília matavam em trincheiras, garimpeiros que estavam chegando do Tejuco. Nosso guia, por sinal meu parente, que descobrimos lá, Fragata, nos disse convictamente que os garimpos de escravos eram feitos para "um povo rico de Diamantina". O galo cantou, só que não se soube onde.

Conseguiram naquela extração, naturalmente, muitos diamantes, grandes e valiosos, logicamente contrabandeados: um motivo de revolta contra os maus tratos dos feitores e da Coroa para quem estava garimpando. Não se podia esperar produtividade ou mesmo honestidade por parte daqueles que ali trabalhavam sob grande opressão. Todos esses foram fatores negativos, propositados, posteriormente comprovados pelos nossos garimpeiros da região que os substituíram, ao conseguirem extrair grandes e valiosíssimos diamantes, até a data de hoje.

Apesar da praga e maledicência da Real Extração, o Indaiá continua rico - Garimpo não é serviço para qualquer um, é para quem tem motivação, coragem, resignação, vontade de realizar; é como diz o nordestino, é "coisa pra cabra macho". Diarista não tem vez; é um trabalho conjunto, que tem de ser participativo, motivador, para que sobreviva. Não é serviço para indivíduos contratados e mal pagos, como os feitores da Coroa ou feito por escravos, cujo fim seria dar lucro somente para terceiros, sem nenhuma participação, nem salarial. Teriam que partir para o contrabando. É o ditado: "O dono do boi é quem tem que pegar no chifre".

Apesar de duramente vigiados pelos feitores, que tinham mais interesse no contrabando do que no lucro da Coroa, os negros também às escondidas participavam do negócio ilícito. Contam que os escravos velhos ensinavam aos mais novos como esconder pedras, sendo que o método mais usado e mais garantido seria o de engolir os diamantes. O pai ensinava para o filho como enganar os feitores. O filho dizia-lhe já haver engolido

várias naquele dia. O velho assustou-se, porque não vira o filho levar a mão à boca nem uma vez. O fato era que o filho ao ver o diamante na peneira, dava-lhe um peteleco com os dedos polegar e médio da mão direita. O diamante pulava sem que ninguém visse, de dentro da peneira para a boca do garimpeiro aprendiz, daí para o contrabando. "Na terra de cego quem tem um olho é rei; se não, é cego mesmo".

Fomos, nessa visita, ou excursão, gentilmente assistidos pelo Sr. Jady Bernardes, no Cedro, um velho perscrutador do Rio Indaiá, garimpeiro de quatro costados, que nasceu os dentes na beira do rio, contando hoje mais de 60 anos.

Perguntei-lhe sobre aqueles assuntos da Real Extração. Todos sabem que houve um garimpo de negros nos Pintores, mais nada. Perguntei-lhe se o Rio Indaiá tinha empobrecido e não tem mais diamantes, ou pode-se aplicar ao garimpo o termo "não existem mais diamantes como antigamente"? Em resumo, o Indaiá tem ou não tem diamantes conforme o relato da Real Extração?

Respondeu-me de princípio que o mais inteligente e mais conhecedor de diamantes e assuntos sobre garimpos no Rio Indaiá e região foi o Sr. Jafé, de Dores do Indaiá, já falecido. O Sr. Jafé achava que, por uma concepção mitológica, devia haver um manancial de diamantes nas nascentes do Rio Indaiá, soltando pedras continuamente para que os garimpeiros as apanhassem mais em baixo.

Agripa de Vasconcelos, no seu romance sobre o ciclo dos diamantes nas Gerais, *Chica Que Manda*, cita uma lenda sobre a formação dos diamantes. Em conversa de fim de tarde, na botica de um herbanário, um padre e alguns outros elementos eruditos do Tejuco conversavam sobre diamantes, na época o único assunto naquele arraial, para não se dizer nas Minas Gerais.

"– Padre, aqui só se fala em diamantes. Fico pensando como da terra bruta, na ganga (cascalho grosso) empedrada das montanhas, pode nascer tanta coisa linda como os diamantes sob esse chão áspero, onde dormem, debaixo da crosta grosseira, esses diamantes de tantas cores.

– Como se geram essas coisas, como nasce o diamante?

– Os engenheiros explicam a origem do diamante (e do ouro) com teorias complicadas, que não entram na cabeça de ninguém. Quem fez todas essas coisas grandes e puras foi Deus. Quando isso aqui ainda era terra bárbara, que nada valia, ouvi de uma bugra velha como essas coisas preciosas foram criadas. Eu era menino e a índia devia ter ultrapassado os cem anos. Ela contava que esses tabuleiros de terreno ruim não serviam nem para os gentios que aí viviam mal, com caça difícil, pouco peixe e frutas raras. Quase ninguém navegava por esse geral feio.

Os índios eram poucos e fracos, sem alegria e quase todos doentes. Eles contavam que o demônio ria muito da bobagem que Deus fez

ao criar um pedaço do mundo tão sem jeito para homens, bichos e plantas viverem. Falava, criticando Deus:

– Terra assim, até eu faço. . .

Deus foi ficando triste com aquela ironia, mas reconheceu que isso aqui não valia nada mesmo não. Resolveu vir cá dar uns retoques na sua Criação, consertando o que ficara sem valor nenhum. Criou o ouro, mas achou que ainda era pouco, ficando pensativo. Os puris (índios locais) tinham uma festa muito bonita. Nas noites de muitas estrelas no Céu, estrelas de todas as cores e tamanhos, os índios se reuniam no alto de um morro cantando e dançando, para alegrar as estrelas. Eram cantos muito belos e tocavam suas flautas para agradá-las. À meia-noite, quebravam ramos de murta florida, jogando braçadas de flores para o ar, para as estrelas lá em cima.

Deus ficou grato aos infelizes que se lembravam de coisas angélicas e, para do mesmo jeito agradar os gentios, uma noite mandou chover milhares e milhares de estrelas sobre essa região, uma chuva que ninguém tinha visto na Terra. Elas caíam nos morros, nos baixios, nas bocainas, nas águas correntes, nos ribeirões do deserto que era tudo isso por aqui. Essas estrelas, com o tempo, foram se entranhando nas areias, nos cascalhos por aí tudo. Foram ficando frias, transparentes. O mundo foi se enchendo de gente, espalhando o póvo pelo geral grande. E começaram a achar diamantes e mais diamantes. Diamantes que foram a chuva das estrelas que caíram por muitas noites, por ordem de Nosso Senhor."

Continuou o padre: "Isso de chuvas de estrelas para Deus não deve ter sido difícil, porque no verão, em certas noites quentes, costumam tombar dos espaços na terra das Gerais vinte e quatro mil estrelas cadentes por hora. A pedra diamantina, que Violante (a mulher que descobriu o diamante no Tejuco) encontrou foi apenas a primeira daquelas estrelas achada na terra. O mais está nas mãos do que, no mundo foi o peregrino, Yhesus."

O Indaiá sempre teve e sempre terá diamantes. Diamante não se esgota. Os diamantes de superfície já acabaram, porque já foram catados. A extração pode ser atualmente mais difícil, mais onerosa, tornando-se necessário usar uma tecnologia mais eficiente, com aparelhos substituindo os chiqueiros, mariquinhas e outros recursos menos eficientes.

Existe a extração de cascalhos até por escafandros, por intermédio dos quais o garimpeiro pode ficar horas mergulhado, tirando cascalho do leito do rio. Vi também o sistema de *jingle* (anotei o nome conforme disse o garimpeiro), para lavagem do cascalho. O IBAMA não permite mais mexer no leito do rio ou diretamente nas suas margens. Não se pode mais desviar o rio.

Disse-me o Sr. Jady, que quando era permitido o desvio do rio, só numa virada ele tirou 1343 diamantes, desde 5 pontos até 17 quilates, a maioria pequenos, de pouco valor.

A Segunda Real Extração, em mais de 4 anos, somente conseguiu 900 e poucos diamantes, conforme relato do Vieira Couto ao Governador. No mesmo local de atuação da Real Extração, no Porto dos Pintores, o Sr. Jadyr tirou uma pedra de 150 quilates, embora de má qualidade. Porém pedras excepcionais foram retiradas daquele local, pedras de peneira grossa (grandes). Ele mesmo tirou uma pedra boa de 45 quilates em 1985, outra em 1989, pedras de grande qualidade e valor. Ultimamente tirou uma de 65 quilates que foi vendida por 800 mil reais.

Ele tem conhecimento de várias pedras de 70 quilates e inúmeras outras de peneira grossa. Outros garimpeiros tiraram inúmeras pedras excepcionais, como Geraldo Toste, em 1964, tirou uma de 59 quilates, que foi a mais bem vendida até hoje. Jorge de Souza tirou uma de 42 quilates de qualidade excepcional. Antônio Felício tirou uma de 385 quilates e mais trinta outras. Ficou riquíssimo; morreu em 1938, paupérrimo, segundo dizem. Têm saído pedras vendidas por milhões de reais. É uma lista sem fim que ouvi, enquanto almoçávamos em sua fazenda, no Cedro.

Como já disse, muitos negros fugiam do serviço embrenhando-se pelas matas vizinhas. Levavam naturalmente algumas pedras. Esses negros fugidos ficaram no Indaiá, quando a Real Extração levantou barracas. Eram poucos, naturalmente, por esse motivo, como já disse e pouca influência tiveram para o escurecimento de nossa população. O grosso da tropa voltou, aliviada, para o Tejuco.

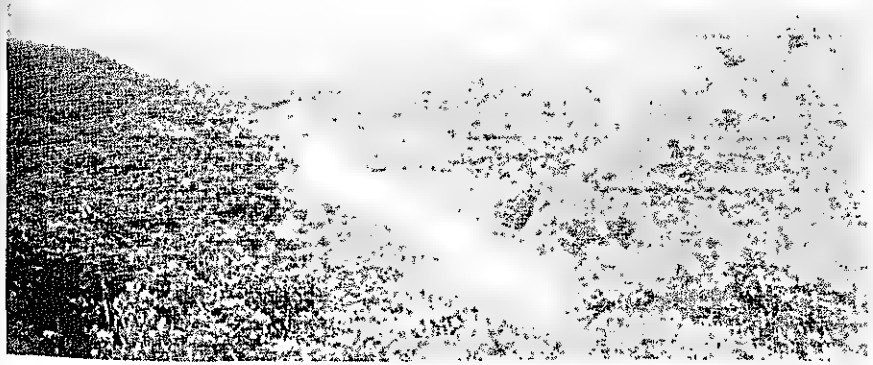
Olhei também para esse detalhe ali na beira do rio. Quem quisesse, podia fugir com a maior facilidade; seria esquivar-se à noite pela beira do rio ou atravessá-lo e entrar nas matas que vinham às portas dos ranchos. O perigo seriam as onças. É por isso que existe um ditado popular que diz (não sou eu quem diz) que "Negro é comida de onça". Tudo tem base.

Os nossos garimpeiros beira-rios, que estavam em cima dos barrancos esperando sua vez, após a saída dos escravos, deveriam ter levantado um pedestal cravado com diamantes com inscrições de louvor a eles.

Essa população escrava e seus dirigentes não contribuíram em nada para nossa formação agropastoril, ao contrário dos pioneiros, que vieram de Pitangui através dos Campos do Domingos Pereira, com propósitos de cultivar e criar gado, não pensando em minerações.

Deram, na verdade, os habitantes da Passagem dos Pintores, uma grande contribuição, embora indireta, para formar nosso povoamento, pela atração que exerceram sobre outras gentes para nossa região. Voltaram levados para o Tejuco, com colares não de brilhantes, mas de ferro preto, especialmente fundido para esse transporte. Partiram, mas deixaram uma grande população por eles atraída.

Diogo de Vasconcelos descreveu dois travessões de pedras, saindo um de cada margem em direção ao outro para o centro do rio. Um deles está submerso pela enchente do Rio Indaiá.



O Rio Indaiá na Passagem dos Pintores, dividindo os municípios de Cedro do Abaeté e Tiros. Fica a trinta quilômetros abaixo de Tiros. Margens com boas planícies, onde Diogo de Vasconcelos mandou plantar roças. Na margem de lá, vê-se o Córrego dos Pintores desaguando no Rio Indaiá.

O Povoamento de São Gotardo _I_

A Influência do Ouro

De onde veio o nosso povo - Pode-se dizer que o povoamento de São Gotardo teve duas frentes de formação: *uma do ouro e outra do diamante*. Fomos, portanto, preciosos em nossas origens.

A frente do ouro - Deu-se pela migração de mineradores do ouro vindos de Pitangui e municípios vizinhos, após a decadência da mineração do ouro naquelas comunas. Esses migrantes, atravessando o Rio Indaiá, penetraram pela região dos Campos do Domingos Pereira, hoje o município de São Gotardo. Poderíamos chamar esse movimento de *migração oeste*. Assim como os acontecimentos políticos no Brasil têm que passar por Minas Gerais, os acontecimentos históricos de São Gotardo têm que passar pelo Rio Indaiá, como veremos.

A frente do diamante - Só para citar, de passagem, porque voltaremos a ela mais adiante. Ela se deu pelo Nordeste. Foi um povoamento feito por uma migração que veio do Tejuco (Diamantina), no Nordeste mineiro, que passando por Tiros, estabeleceu-se às margens dos Rios Indaiá e Abaeté. Foi um povoamento iniciado pela Real Extração de Diamantes, uma instituição da Coroa, como veremos.

A Real Extração instalou-se no Rio Indaiá, no local denominado Porto dos Pintores, cujo nome existe ainda.

Foram dois movimentos independentes, que não se encontraram; um situado na zona dos campos, o outro nas beiras dos Rios Abaeté e principalmente Indaiá. Esses pioneiros, embora numa mesma região, não se conheceram, pois nem se encontraram.

Capitanias hereditárias - Como D. João III, Rei de Portugal, conseguiria povoar essa imensidão de Brasil? Não tinha dinheiro nem gente para mandar para a colônia Brasil. Portugal era um país pobre, de pequena população, sem experiência agrícola. Não suportaria essa sangria de mandar gente para a Colônia.

Lançou mão do sistema das Capitanias Hereditárias. Doar o máximo de terras para terceiros para que as cultivassem e povoassem. Apenas

duas capitanias se consolidaram nessa colonização: Pernambuco, com Duarte Coelho, ao Norte e São Vicente, com Martim Afonso de Sousa, ao Sul.

A maior riqueza concentrou-se na Capitania de Pernambuco pela grande quantidade de pau-brasil, cujo comércio de exportação era mais fácil pela sua localização geográfica, litorânea, mais próxima da Europa que trazia uma conversão rápida em capital e as terras eram próprias ao cultivo, superando a Capitania de São Vicente que não tinha estas qualidades.

Nós, são-gotardenses, somos produtos da colonização pelas capitanias hereditárias, principalmente em relação à Capitania de São Vicente, como veremos a seguir. Portanto de lá viemos; somos vicentinos.

Os portugueses começaram a colonizar a Capitania de São Vicente, onde foi fundada a primeira vila da Colônia. Cada vez mais a vila precisava de escravos índios para a agricultura, principalmente para os engenhos que começavam a ser criados para a produção de açúcar para o excelente mercado europeu.

As bandeiras - Os portugueses e mamelucos (filhos de portugueses com as índias), sem muitas coisas para fazer em São Vicente, resolveram se dedicar à captura de índios para vendê-los, principalmente para a capitania de Pernambuco, que rapidamente florescia com os engenhos e que necessitava de muita mão-de-obra.

Começaram, então, as incessantes partidas de bandeiras para o interior daquele mundo desconhecido, retornando com tribos inteiras escravizadas. Sem respeitar fronteiras, os paulistas avançaram até mesmo pelo interior dos territórios espanhóis, a oeste do continente.

A procura dos índios foi o motivo para as primeiras incursões dos portugueses pelo interior paulista, mas eles sempre cultivavam na mente uma inspiração de entrar para o planalto, à procura de metais preciosos.

Foram, portanto, duas as causas primárias para as incursões dos brancos para o interior: *necessidade crescente de mão-de-obra e ânsia inexplicável em suas mentes para descobrir riquezas minerais.*

A população paulista de São Vicente contava com poucos e modestos engenhos, com comércio muito limitado. São Vicente produzia pouco açúcar e não tinha pau-brasil. Essa falta de comércio levava a capitania paulista a um estado permanente de pobreza e de penúria. Os núcleos paulistas mais importantes eram alguns arraiais com cabanas de adobe e cobertas por sapé.

Procura de minerais - Mas a grande esperança dos paulistas em suas entradas para o sertão, sempre foi deparar com minas de ouro, prata ou pedras preciosas. Se na vizinha América espanhola havia imensas

riquezas minerais, por que não na colônia Brasil? Para isso a Coroa dava apoio, até alguma ajuda oficial e, principalmente, prometia títulos de nobreza para quem descobrisse pedras preciosas.

Por que havia uma avidez ou teimosia por essa procura de pedras preciosas que deviam existir nos sertões desconhecidos de Goiás, que eles nem imaginavam onde seriam? Algum espírito teria avisado aos sertanistas que havia pedras preciosas em Goiás? Todos conjecturavam e conservavam na mente a possível existência dessas pedras preciosas, mas ninguém havia ainda se descolado das costas vicentinas em direção aos sertões de Goiás.

Descoberto o ouro no Rio Pitangui - Nessa jornada através da Capitania de Minas Gerais, na picada rumo a Goiás, ao atravessarem o Rio Pitangui, um afluente direito do Rio São Francisco, descobriram o ouro. Foi um século de parada na jornada para Goiás, para grande número de mineradores. Fundou-se ali o arraial de N.S. da Penha, depois Pitangui.

O Anhangüera, Bartolomeu Bueno da Silva, deixou os mineradores em Pitangui do ouro e continuou com seu bando o roteiro para Goiás. Atravessaram a Serra da Saudade, o Rio Indaiá, na barra do Rio Funchal, próximo à ponte que hoje liga o município de São Gotardo à Serra da Saudade. Em seguida, penetraram no que é hoje o município de São Gotardo, pela região dos Campos do Domingos Pereira, atravessaram a nascente do Borrachudos. Devem ter feito um pouso e uma janta em São Gotardo; atravessaram os Rios Abaeté, Paranaíba, Paracatu e entraram em Goiás. Dizem alguns historiadores, que a 50 quilômetros depois de São Gotardo já seria Goiás, tanto que Araxá, a pouco mais de 100 quilômetros de São Gotardo, foi o terreiro goiano para as farrinhas de D. Beja.

Com essa entrada, Anhangüera abriu picada para que depois de um século ou mais, nossos pioneiros, pelos mesmos caminhos, pudessem chegar a São Gotardo, iniciando seu povoamento.

Pertencíamos ao Pitangui do ouro - Se fizermos uma prospecção em nossa história, veremos que no século XIX, a então Freguesia ou Arraial da Confusão (São Gotardo) pertencia ao Termo Jurídico de Pitangui, assim como Dores do Indaiá, Abaeté, Martinho Campos, São Gonçalo do Pará, Pará de Minas, Bom Despacho e outras comunas.

O Termo de Pitangui vinha até ao Rio Indaiá, não havendo motivos para alguém hoje se assustar ao ver que tanta gente em nossa história antiga tivesse vindo de Pitangui e arredores, para se estabelecerem nesta Freguesia da Confusão, hoje São Gotardo. Ninguém estaria vindo de tão longe, como se poderia pensar; seria só atravessar o Rio Indaiá. Pitangui estava aqui, a uma beiçada, dividindo com São Gotardo. Seria como uma

pessoa sair de São Gotardo para montar uma farmácia em Guarda dos Ferreiros; não haveria imaginações distorcidas de distâncias.

Posteriormente, em outro capítulo, voltaremos a considerar a influência do ouro de Pitangui na formação da população de São Gotardo.

A economia colonial e nossos precursores - Todo povo colonial mantém um certo "sentido" em sua evolução econômica. O Brasil não seria uma exceção. A evolução da colônia Brasil tinha um "sentido", que era fornecer produtos e gêneros tropicais para os países da Europa – pau-brasil, açúcar, algodão, ouro, diamante. Sua *organização de produção* foi estruturada para esse fim.

Os caracteres essenciais dessa organização agrícola, chamada *grande agricultura*, eram três:

1 – Sistema das grandes propriedades – a Coroa, incapaz de enfrentar a colonização, por falta de dinheiro e de gente, decidiu que fossem doadas grandes extensões de terras sob forma de *capitanias hereditárias* e mais tarde pelas *sesmarias*, para que não houvesse limitação da produção. Tanto de terras quanto fossem necessárias. Foi nessas terras que se deu a implantação dos grandes engenhos e canaviais no Nordeste da colônia.

2 - Monocultura – a monocultura sempre acompanhou as grandes propriedades tropicais: concentrar na produção de um produto que tivesse grande aceitação no mercado europeu. O modo de produção nas grandes propriedades agrícolas era feito com trabalhadores incompetentes; não poderia haver alternativas ou apresentar diversificações; pelo contrário, tinha que ser simplificado ao máximo possível.

3 - Trabalho escravo – seria feito por escravos indígenas, africanos ou assalariados livres, porque tudo no fim seria a mesma coisa.

A partir do século XVIII a mineração instalou-se par a par com a agricultura, mas logo superou-a, embora com tecnologia diferente. A estrutura da organização produtiva continuava a mesma – grandes propriedades e trabalho servil com monoprodução, que era o ouro, depois o diamante. O garimpeiro "faiscador" correspondia ao assalariado na agricultura do açúcar.

Com essa estrutura de produção, grande propriedade, monocultura e mão-de-obra escrava, corria a produção do açúcar no Nordeste e do ouro no Sul da colônia. Sem maiores alterações econômicas, assim se passaram três séculos, sem mudanças importantes em nossa história. Era uma colônia que não evoluía. Mas a administração portuguesa estava satisfeita, porque de qualquer maneira estaria mantendo de pé suas finanças mambembes. Qualquer atitude surgida na colônia com intenções de

alterar esse "sentido", seria severamente obstada e admoestada pela Coroa, como no caso das manufaturas, siderurgia e tantas outras.

Foi nesse "sentido" que evoluiu a economia da Colônia. Assistia-se a uma evolução com fases cíclicas de prosperidade e vigor, seguidas dentro de um tempo irregular a um aniquilamento total daquela economia. Então seria uma evolução aos arrancos, um vai-e-vem sem um seguimento regular, tudo dependendo do mercado europeu.

Como se dava isso? Por que ciclos e não continuidade?

Nossas riquezas eram cíclicas - Acontecia que esses processos cíclicos de riquezas, não contínuos, denotavam uma economia instável, assentada em bases econômicas muito frágeis. Havia boas condições financeiras, mas péssimas condições econômicas entre os mineradores e agricultores. Eram economias construídas em alicerces de areia. Não se cuidava de uma estrutura social para a população trabalhadora. Ninguém pensava no amanhã. Não se fazia o "Welfare State" das indústrias americanas ou mesmo a segurança social como no Brasil moderno. Os empregados, acabado o ciclo, estariam totalmente desamparados e suas condições sociais seriam de miseráveis. Nem sentiriam esse baque, porque eram escravos e como tais nem sabiam de alterações, porque elas não aconteceriam em cima deles. Conduzidos para cá ou para lá, seria a mesma coisa para eles.

Os esbanjadores - Os mineradores gastavam fortunas em construções de igrejas com obras de artes barrocas que assombraram o mundo. Eles próprios, que construíam esses templos para Deus, continuavam morando em ranchos de capim. Faziam doações espontâneas, principalmente em testamentos para comprar a salvação de suas almas e deixavam os filhos deserdados, na miséria. Nunca deixaram doações para obras sociais. Os próprios empresários não se preocupavam em estruturar uma riqueza social com suas fortunas fáceis. Eram riquezas puramente individuais e locais, sem aplicação no social.

As imensas riquezas, tiradas pelos escravos africanos no Brasil, enriqueciam os judeus do mundo todo, e estruturaram a Revolução Industrial na Inglaterra que, com os produtos do trabalho dos escravos no Brasil, escravizou o mundo economicamente.

Portanto, as bases econômicas e sociais eram precaríssimas, sem apoio para o povo viver pelo menos humanamente. Os escravos e trabalhadores assalariados eram os propulsores daquela economia, mas dela não tinham a mínima participação. Era uma riqueza ilusória, sem estrutura, que desaparecia com a morte de seus donos, não dando prosseguimento e tremendamente frágil. Se o mercado europeu fizesse a mínima barreira à

importação da monoprodução, sem alternativas, como aconteceu com o açúcar, em face à concorrência do Haiti, a Colônia iria à bancarrota. Se acabassem os produtos naturais, como foi o caso do ouro e do diamante, a miséria viria fatalmente, por falta de uma estruturação econômica daquelas riquezas muito fáceis.

Um dia aconteceu o desastre. Quando terminou, se esgotou a riqueza natural (o ouro). Com ela acabou, desmoronou, dissipou-se a riqueza dos mineradores, acabou a riqueza fácil de Ouro Preto e de todas as vilas mineradoras. Era uma riqueza de "fogo de palha". Nessa bancarrota estava a Vila de Pitangui, nossa matriz.

A solução seria partir para outras paragens à procura de produtos naturais. Quem ficasse para trás, por qualquer motivo, aqueles mesmos que produziram milhões de escudos nas minerações, ver-se-iam repentinamente num estado de decomposição social e financeira, com "sentido" de morrer de fome. Esses trabalhadores das minas (agora os *sem - minas)* possibilitaram à Inglaterra sustentar a guerra contra Napoleão e fazer sua Revolução Industrial. A Inglaterra dominando o mundo e eles passando fome no Brasil.

Era uma economia entremeada com altos e baixos violentos, somando em cada período mais um pouco de destruição e miséria nesta vasta extensão territorial. As riquezas da Colônia traziam mais miséria que bem estar social; não para a Coroa, que nada tinha a ver com a vida dos colonos.

O Povomento de São Gotardo _II_

A Influência do Diamante

Até aqui, descrevemos a influência da frente do ouro sobre o povoamento de São Gotardo, que se deu através do Rio Indaiá pelos pioneiros que vieram da região aurífera de Pitangui. Agora, vamos considerar como se deu a influência do diamante em nosso povoamento.

Antes de 1750, o Rio Indaiá era um rio livre. Naquela época, embora o diamante já tivesse sido declarado monopólio da Coroa, aliás, desde seu descobrimento, em 1729, os garimpos eram proibidos em toda Minas Gerais; garimpava-se, no entanto, livremente nos Rios Indaiá e Abaeté.

Os diamantes, lá encontrados, eram contrabandeados em Pitangui, Bahia ou Rio de Janeiro pelos judeus holandeses. Os garimpeiros nem sabiam que aquilo era contrabando, tão normal era aquele tipo de comércio de pedras preciosas nesses rios.

Antes de 1750, juntavam-se nos Rios Abaeté e Indaiá populações heterogêneas de garimpeiros de origens muito diversas. Naturalmente que a Intendência do Diamante no Tejuco, que só foi criada em 1771, não tinha notícias de diamantes ou garimpos nesses rios.

Na época das minerações de ouro em Pitangui, pouco depois de 1700, muitos negros fugidos das minerações subiram a Serra da Marcela, ou Saudade, onde formaram quilombos, como o Quilombo das Macaúbas (divisa de Tiros com Paineiras) e outros mais longínquos, mas todos considerados pertencentes ao império de Ambrósio. Ambrósio era o rei de um vasto quilombo, repartido em "filiais", cuja sede era "Quilombo do Ambrósio", situado nas redondezas de São Gotardo, próximo a Ibiá. Esses negros escravos, os quilombolas, fugidos das minerações de Pitangui, garimpavam livremente nos Rios Indaiá e Abaeté mesmo antes de se ter conhecimento de diamantes naqueles rincões.

Em 1745, o Guarda-Mor da região do Campo Grande, que é a região que vai das margens dos Rios Indaiá e Abaeté até Goiás, incluindo Paracatu, comunicou ao Intendente do Diamante no Tejuco (Diamantina) o descobrimento de ouro naquela região de Paracatu. Borbotões de garimpeiros inundaram a região de Paracatu e Campo Grande. Nesse afã das escavações para retirar o ouro, chegaram mineradores aos Rios Abaeté e Indaiá que, como o Paracatu, são afluentes esquerdos do Rio São Francisco.

Descoberto o diamante no Rio Indaiá - As autoridades administrativas da Colônia, o Governador Gomes Freire de Andrade e o Intendente do Diamante no Tejuco foram comunicados da presença de diamantes na região do Abaeté-Indaiá. Começou o inferno para os garimpeiros livres, aventureiros, itinerantes naqueles rios.

O Intendente do Tejuco, zelador das causas de S. Majestade, que Deus o guarde, mandou à região do Abaeté-Indaiá um fiscal, Isidoro, para verificar a veracidade do anunciado e principalmente tomar conhecimento de possíveis garimpeiros naquelas beiras de rios e conseqüente contrabando de diamantes da Coroa. Constatada aquela ocorrência, providências deveriam ser tomadas para resguardar e explorar o *descoberto,* principalmente zelar pelos interesses de Sua Majestade, que mantinha o monopólio dos diamantes.

Como o Tejuco dava diamantes demais, suficientes para suprir o mercado mundial, não deram muita importância ao acontecimento anunciado. Bandos de garimpeiros expulsos do Tejuco pela lei de Pombal se mandavam para os Rios Indaiá e Abaeté. Inúmeros outros vieram de Pitangui, após o fracasso das minerações do ouro. O contrabando era uma realidade; perpetrava-se um permanente crime contra Sua Majestade.

Essa população de garimpeiros aumentava de ano para ano, nos municípios de São Gotardo, Tiros, Abaeté. Só o garimpeiro José Basílio, expulso do Tejuco pela milícia da Coroa, aliciou centenas e mais centenas de garimpeiros naquela região e estabeleceu-os em vários locais de garimpos nas beiras de nossos rios.

Soldados para impor respeito - Em companhia do fiscal, o Intendente mandou que alguns soldados do destacamento de Paracatu fossem enviados para impor respeito na beira do Rio Indaiá. Expulsar os garimpeiros aventureiros, ladrões da Coroa. Esses pobres soldados, que não eram bobos, entraram logo em conluio com os garimpeiros. "Toma lá, dá cá". Igualzinho à República do século XXI. Permitiam que os garimpeiros da região trabalhassem nos rios em troca de alguns vinténs dos diamantes contrabandeados. Aumentavam os garimpeiros, aumentava o contrabando, aumentava o júbilo dos milicianos. Exerceram, no entanto, esses garimpos ilegais uma atividade intensa, que atraía mais gente, possibilitando o povoamento de toda nossa região.

A Coroa resolve enfrentar o garimpo - Em face das ocorrências citadas e do conhecimento agora do Intendente sobre os diamantes em nossos rios, a Junta Administrativa do Erário Real entendeu que havia necessidade da Coroa enfrentar a extração de diamantes daquela região e, principalmente, expulsar os garimpeiros aventureiros. Em 1790, a Real Extração de Diamantes

sediada no Tejuco, tomou a iniciativa de explorar a extração de diamantes nos nossos Rios Abaeté, Indaiá e Borrachudos, como veremos a seguir.

A Real Extração fez migrar do Tejuco para a região dos Rios Indaiá e Abaeté, não uma população ativa, migrando livremente, movida ou motivada por interesses econômicos próprios, pelo contrário, ela veio passivamente, para garimpar para a Coroa, atrelada pelo pescoço, comboiada por feitores cruéis, conduzida em bandos como se conduziam boiadas de serviço. Eram os escravos.

População sem direito de ir ou vir - Sem liberdade e com suas ações severamente vigiadas, essa população teve sua atuação circunscrita ao leito daqueles rios, não tendo direito de afastar-se de suas margens. Não chegou a ter, portanto, contato com os habitantes vizinhos, como tiveram aqueles que vieram de Pitangui entrando livremente pela região dos Campos do Domingos Pereira. Eles nem podiam ser visitados naquelas beiras de rios, porque os visitantes seriam obstados e revistados pela Guarda do Quartel Geral. Seriam sumariamente considerados contrabandistas, sujeitos a penalidades impostas pela Intendência do Diamante, a serviço da Coroa.

Essa população de garimpeiros da Coroa teve, portanto, contato só de vista, com os municípios que iam até às margens dos rios, como Abaeté, Paineiras, Dores do Indaiá, Serra da Saudade, Quartel Geral, São Gotardo, Cedro do Abaeté e Tiros.

Não chegou essa "frente do diamante" a passar pelos quintais, onde seria mais tarde, a cidade de São Gotardo. Ela entrou pelas portas dos fundos, através de Tiros.

Essas populações da frente do ouro e do diamante eram independentes e nem se conheciam; não se encontravam, porque entraram por pólos opostos no território que viria a ser São Gotardo. Agiram em localizações opostas e afastadas entre si; mas um século depois sofreriam uma miscigenação; seriam interligadas e igualadas pela grande depressão econômica pós-mineração, cujo denominador comum era a pobreza. Formaram pela sua fusão um segmento da civilização caipira.

Somente os beira-rios, garimpeiros brancos, que ficaram às margens dos rios, entraram nessa formação social regional, porque os escravos, negros, foram levados atrelados pelos libambos, de volta para o Tejuco.

De que maneira a Extração Real colaborou para formar o povoamento de São Gotardo? Como essa frente do diamante, isolada, contribuiu para o povoamento de São Gotardo? Veremos no fim desse capítulo.

Depois de 1750, Pombal estava no poder em Portugal. Era um super-ministro, conhecido por Ministro-Rei. Na realidade, mandava mais que o próprio Rei D. José I. Por analogia com a Revolução Militar de 1964, em que o Brasil passou a ser governado pelo Ato Institucional nº 5, um regimento crudelíssimo decretado pelo Governo Militar e exercido com mãos-de-ferro, o mesmo acontecera em 1750, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, com a decretação do Regimento do Diamante, por Pombal, como veremos a seguir.

Criada a Extração Real do Diamante - O superministro Pombal, percebendo a situação insustentável e incontornável de vigília ao diamante, estruturou um novo sistema para a extração de diamantes no riquíssimo Arraial do Tejuco. Pombal, que nunca viera ao Brasil, determinou que a Comarca de Serro Frio, juntamente com o Arraial do Tejuco, que a ela pertencia, fosse delimitada por um quadrado. A área demarcada media, de norte a sul 12 léguas, de leste a oeste, 7 , englobando 75 léguas quadradas. Essa região assim delimitada, passaria a se denominar Distrito do Diamante e passaria a ser governada por uma legislação muito especial chamada *Regimento do Diamante* que, como já dissemos, era um regimento muito semelhante ao AI-5 de nosso moderno tempo ditatorial, que passou a adquirir até o direito sobre a vida dos cidadãos que a ele se opusessem ou o desrespeitassem.

Além da Junta Administrativa do Erário, Pombal criou um novo cargo para administrar a extração diamantina, decretando a extinção dos contratos: a *Intendência do Diamante*. A Intendência seria o mais alto posto da Colônia e o Intendente, o mais alto e importante funcionário da Coroa na Colônia, em igualdade de poderes com Governador da Província.

O regulamento, isto é, as leis que deveriam governar o Distrito do Diamante, eram chamadas *Regimento do Diamante*, que Pombal mandou editar em um livro que, por ter capa verde, passou a ser conhecido por *Livro da Capa Verde:*

O Livro da Capa Verde
O Regimento Diamantino de 1771
e
A Vida no Distrito Diamantino no Período da Real Extração

O Regimento do Diamante, decretado por Pombal, seria a Constituição do Distrito Diamantino, editada em 1771 e endereçada ao Intendente dos Diamantes no Tejuco, para ser severamente seguida e nunca ser violada. Deveria ficar em exposição permanente na entrada da Intendência.

O Tejuco de Pombal - Formou-se, assim, por exigência de Pombal, uma Colônia dentro de outra Colônia, um país dentro de outro país, um quisto diamantino, porque o Distrito do Diamante passou a não se

relacionar, muito menos, depender do resto da Província. Tornou-se uma colônia independente com uma administração própria, não aplicada ao resto da Província; inclusive não se submeteria ao governo da Província de Minas Gerais. Isso constituiu um motivo para sérios desentendimentos entre o Governador da Província e o Intendente do Diamante, as duas autoridades máximas dentro da Colônia. Foi esse Regimento do Diamante, ditado por Pombal, a revelação máxima do despotismo português, mostrando a sua face mais cruel em relação à Colônia.

Os limites desse "país" poderiam ser alterados pelo todo poderoso Intendente do Diamante, desde que fosse necessário englobar novos *descobertos,* ou novas regiões diamantinas, que por ventura, fossem encontradas. Haveria um aumento da área do inventado "país".

O Intendente inclui a região de São Gotardo no Distrito Diamantino - É de importância salientar, para o nosso caso, nesse capítulo sobre a formação da população de São Gotardo, que a região dos Rios Abaeté, Indaiá e Borrachudos foi abrangida pelos limites do Governo do Distrito Diamantino, após as notícias da descoberta do diamante em seus leitos, limites alterados pelo Intendente, que tinha poderes para isto.

O Diamante é do Rei - Para não dar oportunidade a que ninguém pusesse a mão no diamante do Rei, foi criada por Pombal aquela nova instituição colonial, a *Real Extração de Diamantes,* em 1771, conforme determinações contidas na "bíblia" da capa verde (*Livro da Capa Verde*), que era a presença temível de Pombal na Colônia.

Pelo Regimento do Diamante no *"Livro da Capa Verde, o Regimento Diamantino de 1771 e a Vida no Distrito Diamantino no Período da Real Extração",* o diamante foi reafirmado monopólio do Rei. Os colonos chegavam a se saudar muitas vezes com a expressão profundamente ideológica: "O Diamante é do Rei". A região de São Gotardo passou, portanto, a ser do Rei.

Vigiar o que for de Sua Majestade - Sendo o garimpo, ou melhor, o ato de garimpar, uma exclusividade da Coroa, existia uma grande preocupação em se vigiar as zonas diamantinas contra os garimpeiros invasores, o que significava impedir o contrabando de diamantes. A Coroa jamais veria esses diamantes catados pelos garimpeiros aventureiros, que iam direto para o contrabando. Aliás, no período diamantino, ela não deve ter posto a mão nem na metade dos diamantes.

Abrangida, portanto, pelos limites do Distrito Diamantino, a região do Indaiá estava submetida ao regime ditatorial e cruel do Regimento do Diamante. Os garimpeiros itinerantes da beira do Indaiá e os negros dos quilombos vizinhos que cuidassem de seus pescoços.

Primeira tentativa de extração de diamantes pela Real Extração - Foi em 1790, que se estabeleceu um serviço pela Real Extração na região dos Rios Abaeté, Indaiá e Borrachudos. Foi enviada uma tropa de 200 escravos comandada por feitores, do Tejuco para o Rio Indaiá, para explorar diamantes.

Após algum tempo, passou a existir um zunzum, que mais confundia do que esclarecia, sobre a existência ou não de diamantes na região, o que, aliás, contribuiu para que mais garimpeiros se mandassem para as beiras de nossos rios. É importante notar que um grande contingente deles, que arribaram a essa região, era formado por aqueles que foram escorraçados do Tejuco, pelo policiamento do Regime do Diamante.

Entre esses bandos de garimpeiros aventureiros chegantes do Tejuco e o policiamento do Quartel Geral e São João, houve, conforme dizem, uma batalha nas bases do Morro Nau de Guerra, na Fragata, hoje Município de Tiros. Estabeleceu-se uma frente de fronteiras onde os soldados passaram a matar os pobres garimpeiros. Diz ainda a lenda, que muitos anos depois, foram encontrados restos de bacamartes bocudos nos arredores daquele morro, onde se realizara a batalha.

Os serviços da Real Extração duraram quatro anos e o resultado foi que os diamantes tirados mal deram para as despesas. Mas precisava-se dar continuidade aos serviços, não propriamente para extrair diamantes, mas pelo menos para vigiar os garimpeiros aventureiros, contrabandistas, considerados ladrões da Coroa. Continuariam os serviços, mas a verba de 240 mil réis passou para 120 mil anuais.

Para vigiar os rios foi fundado desde o princípio da extração o Quartel Geral, policiado pela Coroa, para vigiar os caminhos de entrada e saída dos rios.

Desse destacamento militar chamado *Quartel Geral* nasceu a cidade de Quartel Geral, desmembrada do município atual de Abaeté. Fica mais ou menos eqüidistante das cidades de Dores do Indaiá e Abaeté.

Em 1796, no entanto, foi dada como encerrada a primeira tentativa de extração de diamantes pela Real Extração, por ter sido considerada deficitária. Incapaz e improdutiva por si própria, não havia mais dinheiro para sustentá-la. Mais tarde viria outra tentativa.

A Segunda Real Extração e a importância social do Quartel Geral - Embora a extração oficial fracassada tivesse retornado ao Tejuco, em 1796, o diamante do Indaiá continuava sendo do Rei, precisando, por-

tanto ser vigiado. Por ordem régia, os garimpos clandestinos seriam lesivos à Coroa em qualquer local da Capitania de Minas Gerais e os garimpeiros sujeitos a severas penas, se aprisionados.

Apesar disso, o desvio de diamantes não cessava e teve-se notícia de um grande contrabando em Pitangui, em 1796, para onde todos os diamantes contrabandeados em nossos rios estariam sendo levados para serem vendidos. O comércio em Pitangui ainda era muito bom, apesar do fracasso da mineração do ouro.

As finanças da Coroa, com enorme dependência da produção da Colônia, estavam sofrendo uma sangria crônica, pelo contrabando da produção de diamantes pelos garimpeiros aventureiros no Indaiá.

O Governador quer agradar Pombal - Os governadores em Ouro Preto, de tanto ouvirem notícias desses contrabandos, mandaram guardar a região do Indaiá, na esperança de obstar os garimpeiros aventureiros ou pelo menos diminuir o zunzum sobre diamantes riquíssimos na região, abrandando o interesse dos garimpeiros ilegais.

Os governadores precisavam, como diziam, "acabar com essa canalha". Mas, famintos, esses garimpeiros não obedeciam a ninguém. Seria o mesmo que um indivíduo sozinho tentasse impedir que uma porcada faminta não chegasse a um cocho cheio de milho.

Reassumindo suas funções, de volta ao Tejuco, alguns meses depois, a Real Extração e o Intendente foram surpreendidos pela notícia do "aparecimento" do grande Diamante do Abaeté, uma jóia valiosíssima com mais de 27 gramas ou 135 quilates. Foi um acontecimento muito curioso o *aparecimento* dessa gema logo após o encerramento da Real Extração, tirado do local onde ela atuara até há pouco tempo.

Não havia nenhum mistério nesse fato. Podia-se, com toda certeza, afirmar que aquela gema de grande valor fora, como outras, encontrada durante os serviços da Real Extração, mas mantida escondida da vigilância dos fiscais. Isso vinha confirmar a existência de diamantes na região e disso só a Coroa não sabia. Afinal ela ficava a um mês de caravela, no além-mar.

O Governador D. Bernardo de Lorena, em Ouro Preto, recebia com freqüência visitas de garimpeiros com notícias faustosas sobre a riqueza em diamantes do Rio Indaiá. Levavam-lhe de presente valiosos diamantes, porém mais como tentativas de obter perdão até de algum crime ou obtenção de algum cargo militar. Corrupção e diamante andavam paralelos.

Em face dessa situação e das notícias contraditórias sobre as riquezas dos Rios Indaiá-Abaeté, o Governador D. Bernardo de Lorena houve por bem pôr a situação a limpo. Começou por formar uma expedição para estudar e explorar a região. Convidou o Dr. José Vieira Couto para chefiá-la,

no setor da mineralogia. Comunicou seus planos a Pombal; tentaria melhorar as finanças do Rei. Pombal nem se lembrara do Intendente no Tejuco; seu diálogo seria com D. Bernardo , em Ouro Preto.

Você sabe com quem está falando, "Seu" Governador? - Surgiu, no entanto para o exercício dessa expedição, um problema administrativo muito delicado. A região do Indaiá-Abaeté passara a pertencer ao Distrito do Diamante, estava sob jurisdição e determinações do Regimento do Diamante, portanto sob o governo do Intendente do Diamante do Tejuco, que era o Governador de todo o Distrito Diamantino e que não prestava obediência a D. Bernardo, Governador da Capitania. Pelo contrário, dava ordens como senhor absoluto, no Distrito. Afinal, ele era o representante do absolutismo colonial naquele "país diamantino".

Para evitar esse choque com a autoridade régula do Tejuco, o Governador D. Bernardo de Lorena recorreu ao outro Intendente do *ouro*, em Sabará, Dr. Francisco Beltrão, não sujeito ao autoritarismo do colega do Tejuco, por estar fora do Distrito do Diamante. Um era o Intendente do ouro; o outro, do diamante, em áreas e sistemas governamentais diferentes.

O Governador, na Vila Rica e o Intendente do ouro, em Sabará, evitando o Intendente do Tejuco, formaram uma expedição que iria pesquisar as possibilidades ou vantagens de uma exploração do diamante em nossa região.

Assim, foi formada a expedição exploradora:

Intendente – Dr. Francisco Beltrão.

Comandante Militar – Capitão Isidoro Amorim, que dias antes obtivera esse título militar em troca de um diamante de algumas oitavas com que presenteara o Governador. Levou na expedição uma comitiva de 70 garimpeiros seus.

Mineralogista - Dr. José Vieira Couto, autor de *Memórias sobre as minas da Capitania de Minas Gerais.*

Diretor Geral, Caixa - Diogo de Vasconcelos, autor de *História Antiga de Minas Gerais.*

Essa expedição deixou a Capital (Vila Rica) sob os olhares orgulhosos do Governador em abril de 1800. Ele, com intenções de apenas estudar a região, não precisava pedir obediência ao Intendente do Tejuco. Tinha em mente prestar um grande serviço à Sua Real Majestade, zelando por suas finanças abaladas. Tal expedição pesquisou por meses inteiros a região dos Rios Indaiá, Abaeté e Borrachudos examinando e colhendo amostras de minérios e pedras, fazendo e mandando relatórios ao Governador, que ansiosamente por eles esperava.

O país da Nova Lorena - Diogo de Vasconcelos entusiasmado com essa região que percorreu e que abrange grande parte de Minas

Gerais, deu-lhe o nome de *Nova Lorena*, em homenagem ao Governador D. Bernardo de Lorena.

É uma extensa região que se limita ao leste com o Rio Indaiá, até ao norte com os confins de Paracatu; ao sul até Bambuí e a oeste com os sertões de Goiás. Nessa região incluem-se Cedro do Abaeté, Tiros e São Gotardo, além de numerosas outras comunas. Esse nome não pegou e não existe uma paragem ou um lugarejo sequer na atualidade, com o nome de Nova Lorena.

Após sete meses de estudos, voltou a expedição de Diogo de Vasconcelos a Ouro Preto onde foi feito um relatório geral, final, para o Governador.

Estimulado e envaidecido pela homenagem de Vieira Couto, o Governador pretendeu enlevar a região que levava seu nome. Remeteu para Lisboa uma planta da região, com uma descrição de Vieira Couto falando de suas riquezas e junto um belo e valioso diamante de três oitavas (15 quilates) apenas para mostrar as maravilhas dos produtos da região. Expressava-se calorosamente sobre a grande possibilidade de acumular grande riqueza em diamantes naquela região. Pedia ordens ou provisões para isso. A exploração realizada por Diogo de Vasconcelos sugeria os serviços.

O drible do Governador - Em resposta ao Governador, veio uma ordem do Real Erário, em 1801, autorizando a Junta da Real Fazenda, no Tejuco, a fornecer material e escravos para a dita exploração de diamantes. Portugal estava com suas finanças arrasadas e sua esperança seria o diamante da Nova Lorena.

Se falhasse a exploração, a situação de Portugal ficaria insustentável. Pombal comunica-se com o Intendente do Tejuco que pego de surpresa, sem saber o que estava ocorrendo, teve que fornecer tudo que a Extração Real precisasse para a exploração dos Rios Abaeté e Indaiá. Ordens de Pombal.

Foi dada a provisão para os serviços em 1806; outra provisão para que o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos assumisse o Caixa da Extração como chefe de todos os funcionários.

Foi exigido que a sede da Extração Real fosse no Quartel Geral do Indaiá. Não se sabe por que, pois ele ficava distante cerca de 30 quilômetros dos serviços que se localizaram na Passagem dos Pintores, bem abaixo, no Rio Indaiá, onde se levantaram rancharias para abrigar a Real Extração.

D. Bernardo de Lorena fora inteligente, porque querendo valorizar a terra com seu nome, desviou-se do Intendente do Diamante do Tejuco, que certamente não atenderia às suas reivindicações sobre Nova Lorena, porque tinha autoridade para isto, pois ela estava incluída no Distrito do Diamante e seu Governador era o Intendente do Diamante no Tejuco e não D. Bernardo de Lorena, que embora Governador da Província, não era a autoridade máxima no Distrito do Diamante. Isso desgostou muito o Intendente, porque passaram por cima de sua autoridade, mas como a ordem viera de Pombal, teria que obedecer.

Nessa inviabilidade, o Governador contornou aquele Intendente, indo diretamente a Lisboa, para que a ordem viesse dada diretamente ao Intendente do Diamante do Tejuco e não pelo Governador, que não seria certamente atendido. Como funcionário da Coroa, o Intendente se viu na obrigação de obedecer e fornecer material e escravos para a região do Indaiá, mas com muita má vontade, e disto sabiam seus funcionários, para lá enviados. Os funcionários do Intendente talvez, após uma conversa ao pé do ouvido com ele, nunca demonstraram entusiasmo ou boa vontade naqueles serviços de extração. Constituíram-se na verdade em fator negativo para seu sucesso.

Após anos de trabalhos, com a progressiva escassez de diamantes de superfície, estava havendo necessidade de desviar os córregos para atingir os cascalhos não explorados nos leitos, barrancos e morros vizinhos (grupiaras) e isto se tornava impossível porque havia falta de escravos e de dinheiro. Fracassada a tentativa da Segunda Extração Real, decidiu-se por sua extinção. Oficialmente dela nada resultou; os feitores eram despreparados e desinteressados.

Tropas de escravos, feitores, administradores, materiais usados, tudo foi levado de volta para o Tejuco. Mas uma guarda ficaria com incumbência de vigiar os garimpos contra forasteiros. Os garimpeiros beira-rios com sub-reptícias investidas faziam reiterados avanços em direção aos rios, não aceitando que o diamante fosse do Rei, que eles nem sabiam quem era e que, por respeito e submissão àquela autoridade d'além mar, eles continuassem a passar fome. Eles ficavam na região, garimpando, era verdade, em outros locais, mas sempre incomodados pela vigilância da milícia. Apenas esperaram a saída da Real Extração e o afrouxamento da milícia, pobre e sem recursos, facilmente corruptível, para passarem a garimpar livremente.

Índio não quer diamante - Antes das explorações das minas nunca fora noticiado que índios por conta própria, garimpassem, vendessem diamantes, participassem de contrabando de pedras, ou que as índias usassem diamantes como adornos.

Os diamantes não eram bonitos e não tinham nenhum valor para eles, ou melhor, eles não os conheciam. Era o diamante apenas uma pedra branca a mais nos cascalhos dos rios, onde eles preguiçosamente viviam. Essa ignorância significava sua liberdade, perdida no dia em que o ouro e o diamante colocariam, na época, o Brasil como o país mais rico do mundo. A natureza não havia determinado nem escrito a diferenciação social, que foi criada pelo diamante, mudando o destino dos índios, bran-

cos e negros. Essas diferenças foram criadas pelos homens que acharam os diamantes.

Os negros já conheciam e gostavam de diamante - Ao contrário do que acontecia com os índios, não existiu em nosso período colonial minério que não tivesse ligação com o negro. As negras adoravam colares e braceletes de diamantes. O atavismo estava ligado a esse subconsciente do negro. Como disse Marx, queiramos ou não, carregaremos uma dependência psíquica de nossos antepassados. Os negros, lá na África, já tinham tido contato e já conheciam o diamante; mantinham comércio de diamante com os europeus, embora, possivelmente, lá, eles já trabalhassem também como escravos de outras tribos. De qualquer maneira tinham uma cultura mineral e industrial bem à frente dos nossos indígenas.

Os negros passam a garimpar por conta própria - Os negros fugiam permanentemente das minerações, escondendo-se nos matos para se livrarem dos maus tratos a que eram submetidos. Formavam quilombos numerosos, com mais ou menos habitantes. Fizeram nações negras, com reis, exércitos, súditos e economia de subsistência, exatamente como na África.

Os negros fugidos passaram a morar nos matos não longe dos rios. Eles aprenderam muito cedo a catar diamantes; sempre os maiores e melhores nas areias dos rios vizinhos, por serem os pioneiros. Ligavam-se ao comércio de diamantes por intermediários, porque eles não podiam aparecer.

Quando os rios começaram a ser explorados pela Coroa foram encontrados, com freqüência, numerosos indícios da presença dos negros garimpando às escondidas. Chegaram mesmo a ver bandos de negros que corriam para o mato com a chegada dos bandeirantes. Até rodas de madeiras usadas na lavação do cascalho, uma tecnologia do garimpo, foram feitas e usadas por eles. No Rio Pitangui, surpreendidos pelos bandeirantes, não tiveram tempo de pegar as crianças de peito nas areias do rio antes de se embrenharem nos matos. *Pitangui* quer dizer menino; rio dos pitanguis.

O povoamento de nossa região - Em 1729, descobriu-se o diamante no Brasil. Em 1730 começava o povoamento nos territórios dos Rios Abaeté e Indaiá. Os donatários das Capitanias já doavam sesmarias para que houvesse povoamento das terras. Segundo dados no Arquivo Público Mineiro, a Coroa criara as sesmarias em nossa região desde 1737 após a penetração de alguns sertanistas, visando à cultivação do sertão.

Meu tetravô, José Antônio de Morais Pessoa, em 1802, já era possuidor de uma vasta sesmaria naquela região, com terras de sertões incultos, ocupando parte de onde seriam mais tarde Abaeté, Tiros e São

Gotardo. Afinal, as sesmarias, desde Martim Afonso de Sousa, foram criadas para isso.

Descreveu-se em 1738 a existência de sesmarias na região do Abaeté-Indaiá, nossa região, "com finalidade de povoar a Colônia". Foram esses sesmeiros que batizaram nossos acidentes geográficos aleatoriamente, de acordo com seus pensamentos.

O próprio Diogo de Vasconcelos, relator da Extração Real de Diamantes, em 1805, viu que os fundos para a alimentação dessa população eram pequenos para a exploração do Rio Indaiá, havendo necessidade de implantar atividades agrícolas na região pouco povoada. Essa produção agrícola tinha que ser rápida, pelo aparecimento repentino de tantas bocas que chegaram de Tejuco, de um dia para o outro, no Quartel Geral. Essa atividade rural passou a ser lucrativa, chegando a atrair numerosos fazendeiros, a maioria de Pitangui e vizinhanças, que vieram com suas famílias, escravos e agregados. Mineiros desempregados e até os militares dedicaram-se às lavouras. Quando terminou a Extração, esses agricultores ficaram na região na qualidade de fazendeiros, mas a maioria como simples trabalhadores, como os primeiros povoadores da região.

Em torno de 1800, após o término da Primeira Real Extração, houve uma agitação de garimpeiros chegantes pela possibilidade de riqueza, com um afluxo extraordinário de toda classe de gente, de todos os lugares, principalmente aventureiros. Começava assim o povoamento da região de São Gotardo com a Primeira Extração Real.

A importância do garimpo escravo na formação de nosso povoamento - Tiveram aquelas minerações, sem dúvida, uma grande importância para o povoamento inicial de nossa região. Não contribuíram diretamente. Contribuíram para atrair agricultores, criadores de gado, que viam nas minerações um potencial de consumo de seus produtos. Garimpeiros escravos não deviam ser desviados para a plantação de roças; seria ocupação da mão-de-obra do garimpo. Não podiam perder tempo com o plantio de roças. A Extração tinha que mandar buscar mantimentos a mais de 100 quilômetros e teve que contratar mão-de-obra local. Esse foi, como relatou Diogo de Vasconcelos, "o começo da concorrência (ocorrência) de povo; cuida-se da agricultura, que favorece a propagação do povoamento".

A retirada da Extração deixou também, para trás, muitos donos de escravos, que os alugavam à Coroa para o garimpo. Com a dispensa desses escravos, seus donos se tornaram mineradores, agora desempregados. Mesmo militares da guarnição do Quartel começaram a dedicar-se à lavoura, por nada terem a fazer.

Pouco mais tarde, em 1819, teve grande contribuição, também,

para o povoamento de nossa região beira-rio, uma seca avassaladora que acometeu Pitangui, quando se deu a formação de um fenômeno social semelhante ao dos retirantes das secas nordestinas no século XX. Vieram, portanto, no século XVIII, numerosos agricultores fugindo daquela seca para nossa região e aqui se fixaram, constituindo-se em fator de povoamento da Nova Lorena.

Com a chegada dessas populações ruralistas, que viam na mineração um comércio consumidor de seus produtos rurais, foram surgindo zonas delimitadas para cada sitiante, que se apossava de partes das sesmarias inaproveitadas, imensos desertos de terras férteis. Embora muito lentamente, pelo fraco mercado comprador, foi-se formando uma típica economia rural beira-rio, reflexo da extinta Real Extração.

São Gotardo: minoria negra - Uma observação importante é que todos os escravos voltaram para Diamantina, desaparecendo a raça negra das beiras do Indaiá, a não ser alguns fugidos, que se esconderam em nossas matas, ficando para trás.

Isso significa que a raça negra pouco colaborou para o povoamento de São Gotardo, embora nele tenha trabalhado cerca de 10 anos, porque nunca lhes foi permitido na qualidade de escravos, que se misturassem com nosso povo; assim não tendo oportunidade de colaborar etnicamente para a formação de nossa raça. Daí o baixo índice, proporcionalmente, da raça negra mais apurada de nosso povo, se compararmos com outros municípios, que realmente foram mineradores. Explica-se também a falta de registro de escravos e seus filhos nos livros da paróquia, que porventura vieram à luz.

Antônio Realino: mais diamantes que a Extração Real - O balanço final do relator Diogo de Vasconcelos sobre a Extração Real no Rio Indaiá foi 849 diamantes, com peso global de 457 quilates. Realmente muito pouco para tanto trabalho. Quando pensamos que só um dos diamantes encontrados por Antônio Realino, em 1938, pesava 385 quilates, podemos garantir que existiu muita muamba na Real Extração. Até hoje são encontrados naqueles rios numerosos diamantes de excepcionais qualidades e com enorme valor comercial. Só a Real Extração não os encontrou, aliás, encontrou, mas não entregou.

Algumas histórias - Conversava com um meu tio, com seus vividos 96 anos de idade, oriundo da beira do Indaiá, criado em um pedaço de sesmaria de propriedade de seu pai, meu avô, sobre aqueles rumores de garimpos antigos. Tivemos notícias da extração feita por escravos por várias pessoas, mas distorcidas, com interpretações diversas, mesmo inaceitáveis.

Sobre a presença das milícias da Coroa, a idéia geral e que se transmite oralmente, é que deveria haver uma guerra no Morro Nau de Guerra. Como sabemos, através de escritores e pesquisadores, quando a Real Extração se retirou, foi deixada uma guarda militar para vigiar o rio contra garimpeiros aventureiros. Os antigos criaram uma lenda que esses vigias eram um exército, que veio para o Rio Indaiá onde deveria haver outra guerra, como a do Morro Nau de Guerra. Aconteceu que esse exército que viria de fora não apareceu e não houve a temida guerra. Inclusive alguém me disse que esse exército viria de Belo Horizonte que nem sonhava existir.

Disse também que seu pai e avô (meu bisavô) passaram a fornecer comida para esses soldados e que depois da guerra eles pagariam. A interpretação é fácil, porque eles foram lá deixados sem recursos nem para se alimentarem; então viviam mais ou menos de doações dos agricultores vizinhos aos postos, que se situavam numa região onde meu avô tinha uma sesmaria.

A verdade é que a história dos garimpos é real, erudita e científica; é baseada em documentos, pesquisas pessoais e registros. São histórias relatadas por historiadores e escritores e foram devidamente arquivadas no Arquivo Público Mineiro. Mas paralelamente à história erudita existe outra história, relatada, mas não escrita, pelo povo, sem registros e sem documentos: é a história *por ouvir dizer*. Essas histórias foram transmitidas oralmente, de gerações a gerações, sofrendo toda espécie de deturpações através dos tempos e acabaram se transformando em um montão de lendas, que de qualquer maneira, lendas ou más interpretações, criaram um conceito popular, até folclórico, ao bom sabor das criações ou das explicações individuais. Os fatos são reais; só as interpretações são dúbias.

Tudo tem explicação científica, principalmente para esse interessantíssimo fenômeno beira-rio: o garimpo e seu agente, o garimpeiro, esta atividade que tanto faz rendas como lendas. O nosso caboclo, que de modo geral é analfabeto, ou semi, o que não impede que seja um filósofo, capta e transmite então aquelas mensagens de seus antepassados.

Como dissemos antes, a inteligência faz com que todos os fenômenos psíquicos sejam absorvidos e armazenados na consciência onde sofrem transformações e são devolvidos, exteriorizados de conformidade com as interpretações individuais. A mente não é como um espelho que recebe os fatos e os reflete sem interpretá-los, como fazem os irracionais, instintivos, que não têm consciência. Cada indivíduo tem uma consciência e transforma as sensações recebidas à sua maneira, antes de exteriorizá-las. Não existem dois indivíduos iguais. Assim fizeram com as notícias dos garimpos da Real Extração que, se não escritas, fossem com o tempo interpretadas e modificadas à maneira da fantasia de cada indivíduo, transformando-se facilmente em lendas. É como se diz popularmente, a cada notícia que corre entre o povo,

cada um acrescenta seu tanto.

Concluindo o capítulo, é fácil compreender como atuaram as duas frentes de formação de nosso povoamento. Essa descrição mostra como se deu o povoamento pela influência do diamante que não teve muito contato com a futura "sede" da cidade de São Gotardo e não colaborou para nossa formação étnica. Tal povoamento pelo diamante não teve nenhum relacionamento com aqueles pioneiros que penetravam através dos Campos. Esses sim, tiveram muita importância para nossa formação étnica, originando inclusive as famílias até hoje mais numerosas de nossa sociedade.

O grupo da Real Extração foi responsável pela falsa ou verdadeira propaganda sobre os diamantes, um fator de atração de garimpeiros, aos bandos, vindos de municípios longínquos, como Diamantina, Sabará, Pitangui e da própria Vila de São Vicente, e principalmente, sobre aqueles que já moravam na região, que esperavam só a saída da Real Extração para caírem definitivamente nas águas dos Rios Indaiá e Abaeté e escreverem uma página muito importante de nossa história, na formação de nosso povo e para o povoamento de nossa região.

As extrações de diamantes levaram à Nova Lorena (Indaiá-Abaeté) um grande número de habitantes e à fundação de inúmeros núcleos habitacionais nas suas margens, entre eles S. José das Perobas, depois Gordura, Cedro do Abaeté, Quartel S. João, Quartel Geral, Abaeté etc.

As minerações, em se tratando de produtos não-renováveis, se esgotam, têm seu fim, mas levaram às regiões onde se estabeleceram, densas populações, que para lá se mudaram, vindas de outras minerações à guisa de riqueza fácil. Esgotada a mineração, como dissemos, de produtos não-renováveis, os mineradores se mudavam à procura de novas minas, deixando em suas esteiras resíduos de populações que se fixavam e se dedicavam a outras atividades renováveis, como a agropastoril. Foi o que aconteceu com as minerações nos Rios Indaiá-Abaeté, mesmo Pitangui, que, esgotadas deixaram, no entanto, os pioneiros para a formação de nosso povo, fixados pelas atividades agropastoris.

A Seca de Pitangui

A Bíblia cita fenômenos das secas como provocadores de misérias e pestes. Grandes partes do mundo são castigadas pelas secas, que não se constituem, portanto, em nenhuma particularidade para o Brasil.

O Brasil, com extensões continentais, apresenta grandes variações climáticas regionais. As secas levam algumas dessas regiões a grande diminuição de suas produções econômicas.

Não se pode falar de um clima no Brasil porque, na realidade, são vários. Cronistas e sociólogos insistem em dizer que existem vários brasis, cada um com seu clima, com suas típicas e diferentes produções regionais. O próprio Estado de Minas Gerais apresenta grandes variações climáticas regionais em seu território, sendo o Norte sempre mais castigado pelas secas.

As secas prejudicam as atividades agrícolas e pecuárias em todo o mundo, pelas alterações do equilíbrio hidrológico que provocam. Essas diferenças climáticas sempre foram no Brasil motivo para migrações internas, às vezes, de grande vulto. Nesses períodos, com freqüência, grupos humanos flagelados fogem para regiões menos atingidas. São ondas de retirantes, fugindo, às vezes, com destino ignorado, escorraçados por ela. Para essas populações em desespero, qualquer lugar serviria, até como um abrigo.

Transformavam-se esses brasileiros migrantes, com freqüência, em mercadorias humanas ou comerciais, que seriam colocadas em leilão em pontos diversos no percurso de suas fugas, como acontecia nos leilões dos escravos negros nos séculos XVII, XVIII e XIX.

Esses movimentos migratórios levaram os sociólogos a criar um neologismo para determinados grupos miseráveis, caracterizados pela desnutrição e conduzidos em caminhões como animais, vindos do Nordeste para o Sul brasileiro, como mercadorias à venda: os *paus-de-arara*.

São Gotardo recebeu alguns desses povos em migração, vítimas de secas, que acidentalmente vieram até contribuir para nosso progresso agrícola.

A seca de Pitangui – Duas secas provocaram importantes correntes migratórias para São Gotardo. A primeira em1819, ainda no perí-

odo colonial, quando Pitangui foi duramente atingida por uma estiagem muito prolongada, que levou a uma carência muito grande de grãos e outros artigos de sustento para a população do município.

Os rios, como o Pará e o Paraopeba, em conseqüência da seca, passaram a dar vaus em qualquer lugar e mesmo o caudaloso São Francisco permitia que se armassem paris em seu leito (armadilhas para peixes, feitas de taquara). A fome ameaçava matar a população de menores recursos.

A região Indaiá-Abaeté não sofreu tanto com essa seca, que não atingira as grandes matas da Serra da Mata da Corda, a chamada Nova Lorena. Isso fez com que numerosos fazendeiros de Pitangui, transformados também em retirantes do século XIX, assolados pela seca, viessem para nossa região, antevendo, em curto prazo, maiores possibilidades, por melhores condições das terras e climáticas, para suas atividades agropecuárias. Vieram em grande número e aqui se instalaram, criaram suas famílias e deram continuidade às suas vidas.

Esses migrantes não eram necessariamente garimpeiros, porque muitos se instalaram em zonas que não eram locais de garimpos. Isso serviu de estímulo para que outros seguissem seus exemplos e também viessem. Contribuíram muito para o desenvolvimento da agropecuária nas regiões dos rios onde outra população praticava o garimpo.

É importante saber que o Termo de Pitangui atravessava o Rio Indaiá em direção ao Campo Grande do Rio Paranahyba, pois São Gotardo, em 1836, era Termo da Comarca de Pitangui. Éramos vizinhos, não tão distantes uns dos outros, como poderia se pensar hoje.

Assim, para São Gotardo vieram numerosas famílias da região de Pitangui, algumas importantes para nossa história, como Domingos Pereira de Araújo Caldas, em 1838, e o próprio Gothardo de Lima, que veio de Carrancas, um lugarejo no município de Andrelândia.

Os agricultores vieram de Pitangui e se estabeleceram em maior número nos Campos (hoje Campos do Domingos Pereira), região imediatamente de cá do Rio Indaiá, com vistas para a Serra da Saudade. Não é demais repetir a grande importância que o Pitangui do ouro exerceu sobre a formação demográfica, econômica e até religiosa do Arraial de São Sebastião do Pouso Alegre (São Gotardo).

A seca do Nordeste – Outra seca que levou à migração de agricultores para São Gotardo, foi a do Nordeste. Dizem que já houve mais de trinta períodos de secas na região do Nordeste, que sempre foi a região castigada por períodos de secas, quando fica sem chuvas por vários anos ininterruptos.

Isso levava a uma derrocada econômica, quando a produção de alimentos tornava-se insuficiente para o sustento da população local. Foi em conseqüência dessas secas no Nordeste, no princípio do século XX, que vieram em fuga para São Gotardo importantes grupos de baianos, como mão-de-obra para o desenvolvimento de nossas lavouras de café, iniciadas na região do Rio Indaiá. Voltaremos a falar sobre esse assunto em capítulo dedicado aos baianos.

A incógnita "Joaquim Gothardo de Lima"

Não é nossa meta levar o nosso Joaquim Gothardo de Lima a parâmetros ou devaneios dos geniais criadores de obras de artes, que chegaram até a se revoltar contra a natureza, que não permitia que suas obras falassem e se comunicassem com o público e que não dera consciência à matéria. Michelangelo queria que seu "Moysés" falasse, tão ligado estava à sua obra de arte.

Só pensamos que a obra que hipoteticamente lhe é atribuída, a fundação da cidade de São Gotardo, continua apócrifa; seu autor continua no anonimato. Esse autor não assinou sua obra. Não se ligou à sua obra, como faziam os artistas cujas obras eram conhecidas pelos seus nomes. Este quadro é um Da Vinci; esse é um El Greco; aquele um Picasso, etc. Os eruditos conhecedores de obras reconhecem-nas e os autores, sem necessidade de apresentadores.

O Sr. Hélio Hilton de Resende, pesquisador de História e historiador em Carmo do Paranaíba, autor de *"Cem anos de Carmo do Arraial Novo"*, além de outras obras, tem colaborado muito comigo em pesquisas sobre a história de São Gotardo nos cartórios de Carmo do Paranaíba e Rio Paranaíba.

Como *O Distrito de São Gotardo*, nos fins de 1800, pertenceu à Comarca de Carmo do Paranaíba, política e administrativamente, deu-lhe mais oportunidade para pesquisar documentos nos cartórios e livros de Tombos das paróquias de Rio Paranaíba, então S. Francisco das Chagas do Campo Grande e Carmo do Paranaíba.

Todo movimento de registros de títulos, transferências dos mesmos, escrituras públicas, movimentos eleitorais, registros pessoais, afinal, movimentos cartoriais de toda natureza, do distrito de São Gotardo, eram feitos em Carmo do Paranaíba, sede da Comarca à qual pertencia o distrito, o Arraial da Confusão e depois São Sebastião do Pouso Alegre. O mesmo acontecia com os registros paroquiais. O Sr. Hélio é um incansável remexedor de "lixo" histórico naqueles locais.

Juntos, fizemos pesquisas no período de 1800, encontrando muita coisa sobre a história de São Gotardo. Tive ocasião de ver e ler centenas de nomes registrados naqueles velhos documentos amarelados, corroídos por traças, fragmentando-se facilmente, rasgados, referentes a São Gotardo.

Para se ter uma idéia sobre o volume do levantamento de

nomes de pessoas antigas em São Gotardo, só no inventário de Gabriel Rodrigues Ribeiro e do Capitão José Rodrigues Ribeiro centenas de nomes foram observados. Eram, sem dúvida, os maiores proprietários de terras ou donos de títulos de posses em São Gotardo.

Os registros desses inventários foram feitos no Cartório de Carmo do Paranaíba, com cerca de 300 páginas cada um. Nelas constam centenas de nomes de herdeiros, de compradores e de vendedores de títulos, muitos estranhos à família, parentes, testemunhas e correlatos de toda natureza.

Foram dois inventários que propiciaram o levantamento de nomes de praticamente toda a população rural regional vivida nos meados de 1800, justamente na época em que a história de São Gotardo relata a vinda de Joaquim Gothardo de Lima para nossa região. Nesses documentos não há citações sobre o enigmático Gothardo de Lima. Só por eles pode-se afirmar que ele não teve mistura genética com o povo de São Gotardo. Não se têm notícias de descendentes seus entre nós.

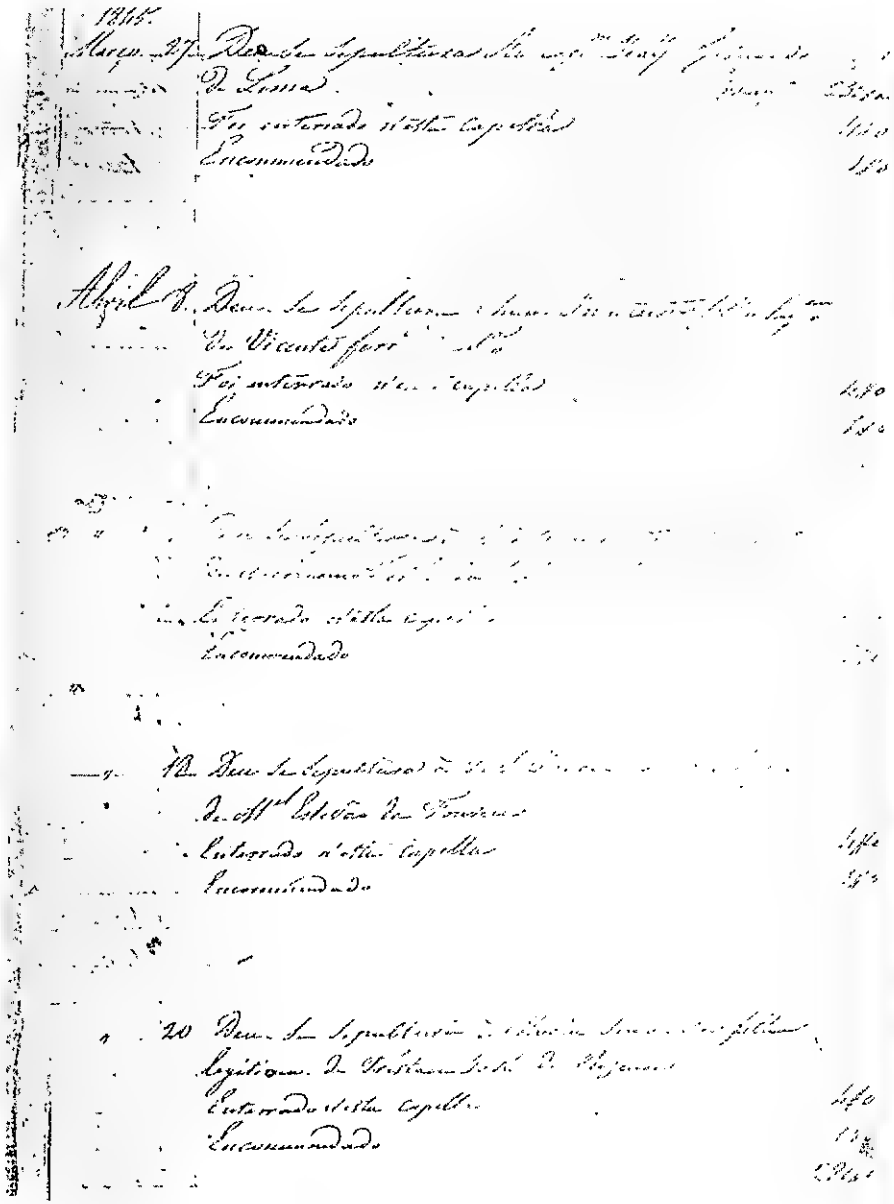
Relata a história de São Gotardo que o Sr. Gothardo de Lima veio para nossa região no ano de 1836. O Sr. Hélio Resende, fossando o livro de Tombos da Paróquia de São Francisco das Chagas do Campo Grande (Rio Paranaíba), descobriu o registro do sepultamento de Joaquim Gothardo de Lima naquela capela, no ano de 1845. Portanto, nove anos após sua chegada à nossa região. Ele só viveu, portanto, nove anos em nosso meio. Vamos repetir: nove anos.

Veja trecho do documento:

Deo-se sepultamento Ao Capm. Joaquim Gothardo de Lima
Foi sepultado nesta capella.. Quatro mil reis
Encomendado.. 1 mil reis.
Data do sepultamento: 27 de março de 1845.

Por curiosidade observamos no mesmo documento, nessa única página, o registro do sepultamento de quatro "innocentes", demonstrando a grande mortalidade infantil naquela época. Quatro por um. Curioso é que nesses registros paroquianos não constam nomes das mães. Só dos pais. É antigo o machismo...

Seu sepultamento no Rio Paranaíba permite-nos suspeitar que estivesse residindo por aquelas bandas, a não ser que São Gotardo não tivesse um cemitério para sepultar seus mortos em 1845. Teria sido levado de São Gotardo num bangüê, na impossibilidade de outro meio de condução, para ser sepultado no Rio Paranaíba? É uma falta de lógica. Gothardo tinha familiares por lá e alguém pagou as despesas do funeral.



Em 24 setembro de 1845, o Sr. Capitão Joaquim Gothardo de Lima foi sepultado no cemitério do Rio Paranaíba. Nunca se ligara a São Gotardo, nem para morrer ou ser sepultado.

Quem não conheceu cemitérios por todos os cantos rurais do antigo arraial de São Gotardo? Eles, naturalmente, só existiam nas zonas rurais, sem responsáveis, sem nenhum protocolo para sua fundação ou funcionamento. Na atual Vila Funchal, por exemplo, existiu um cercado onde

se sepultavam Flausinos e Morais, porque onde se encontrassem haveria um defunto. Então seria só levá-lo para aquele local e fazer um buraco. Os cemitérios existiam não só em volta das capelas, como também nos campos, esparsos, "dormindo em paz na solidão".

Ainda hoje são vistos em vários locais, nem que sejam escombros. O Sr. Lazito de Souza fez um rápido levantamento de cemitérios antigos em nossa região. Nos anos de 1800 existia um na Fazenda Água Grande, do Sr. Butório Lopes; outro próximo ao Rio Borrachudos, a 8 km de São Gotardo, na fazenda hoje do Sr. João Lopes; no Cruzeiro, outro muito antigo; nos Campos do Domingos Pereira, região onde Gothardo de Lima teve seus contatos com a Fazenda Confusão no Indaiá, em nosso município; outro em Guarda do Ferreiros, outro em São José das Perobas; outro na Cerca Velha; outro nos Três Capões ou Serrinha; outro na Capelinha do Abaeté; outro na atual Vila Funchal, na fazenda do Luytprant de Melo, na Espinha do Peixe; na Fazenda Maria Preta nos fundos da Capela de São Pedro, hoje situada na propriedade do Sr. Raimundo Teófilo, também dos 1800 e tantos outros até não lembrados. Onde houvesse gente haveria cemitério. Aqui haveria um também para o Gothardo de Lima, mas ele não morava aqui.

As únicas referências que encontramos sobre o verbete *Gothardo* em todas as nossas pesquisas foi na referência à " Divisão da Fazenda Confuzão", no Arquivo Público Mineiro, em que ele, Gothardo de Lima, deve ter sido um dos condôminos, deve ter se aposseado de um pedaço daquela fazenda, quando aqui chegou. É verdade que não tinha registro de títulos, cuja obrigatoriedade somente veio pelos 1856, quando já era falecido. Mas não há registros por parte de seus descendentes, genros ou filhos; ninguém registrou nada.

Ele, ao que parece, nada representava em nosso palco, não deve ter tido influência pessoal, muito menos social. Se o Sr. Gothardo teve alguma propriedade, deve ter sido efêmera, como foi também sua passagem por aqui. Ao que parece, se tivesse tido alguma parte na Fazenda Confusão, deve tê-la abandonado, desprezado, para se dedicar, quem sabe, ao garimpo, única atividade rentável na época ou deixara as terras para os credores. Não vimos nenhuma citação que a família Gothardo de Lima tivesse exercido qualquer atividade agropastoril em nossa comunidade.

Num registro no Arquivo Público Mineiro, no "Dicionário Geográfico de Minas Gerais" de autoria do Prof. Waldemar de Almeida Barbosa, ele faz referências como: "a Fazenda Confuzão era tão grande que no uso obrigatório de se registrar os títulos de terras, iniciado em 1856, vinte anos após a chegada de Gothardo (ele já era falecido), vamos encontrar grandes proprietários e também pequenos, em número de 21 (mais tarde, quando da divisão da fazenda, segundo documentos que vimos, em 1889,

eram mais de noventa os proprietários da "Confuzão"), constituídos na maioria por moradores dentro dos limites da dita fazenda".

Procuramos citações sobre a família de Joaquim Gothardo de Lima, pelo menos entre os herdeiros da Fazenda Confusão, e encontramos algumas citações de correlatos a ele, somente correlatos:

1 - Sr. Francisco Bernardes Barbosa - morador em Bagagem (Estrela do Sul), com parte herdada de seu sogro Joaquim Gothardo de Lima.
2 - Sr. Manoel Batista Leite – do arraial de Cruzeiro da Fortaleza, era bisavô de Zé Osires, dentista em Matutina, residente em Cruzeiro da Fortaleza. Sua maior parte foi adquirida em praça no inventário e partilha de bens.
3 - Sr. Leonel Pires de Camargos – grande parte comprada de Joaquim Cordeiro Valladares; outra a Francisco Bernardes Barbosa, genro de Joaquim Gothardo de Lima.
4 - Sr. Frutuoso José Raposo - pequena parte comprada de Urcelino Gothardo de Lima.
5 - Maria Francisca de Paula Dias – parte adquirida em praça entre os bens dados para *pagamento dos credores* de Joaquim Gothardo de Lima.

O genro Francisco Bernardes Barbosa morava em Bagagem, Estrela do Sul, cidade histórica, cheia de construções que levam nossa memória às atividades garimpeiras dos anos 1700-1800. Importantes diamantes foram encontrados naquele rio. O filho Urcelino já vendera sua parte e as outras partes do Gothardo foram à praça, para os credores.

Então o Sr. Gothardo deveria ter se mudado para aquela região de garimpo de Estrela do Sul. No fim da vida pode ter passado a garimpar no Rio Misericórdia, também na bacia do Rio Paranaíba, próximo a S. Francisco das Chagas do Campo Grande, onde foi sepultado.

Em seu livro "*História de Abaeté*" o Dr. José Álvares de Oliveira, advogado e historiador de nossa região, residente em Abaeté, cita, à pág. 25, ano 1970:

"Só não me referi ao Distrito de São Sebastião do Pouso alegre ou Confusão, hoje São Gotardo. Este último Distrito foi criado pela Lei 575 de quatro de maio de 1852. Como adminículo à elaboração de sua história, deixo aqui anotadas algumas informações a respeito de seu patriarca *Joaquim Gothardo de Lima,* que legou o nome à povoação em sua fazenda e ao redor de sua casa. Coisas muito vagas.

Biografia – Joaquim Gothardo de Lima nasceu em Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, que se desmembrou do Município de Andrelândia, cidade próxima a Lavras e São João Del Rei. Era filho legítimo de Francisco Alves Fagundes e Maria Teresa de Assunção. Foi casado com Ignácia Cândida de Paiva, *com quem não teve filhos.*

Testamento – Em seu testamento, de onde extraio esses dados, refere-se Gothardo ao Capitão José Caetano e ao Capitão Vicente Ribeiro da Silva, como seus sobrinhos e a Cândido Alves e Martinha, como seus irmãos.

Instituiu como herdeiros os filhos naturais que houve de Mariana Vitória do Nascimento, "suposto que casada foi com João de Deus Vieira", a saber:

1 - Maria, casada com Francisco Fernandes Barbosa, já citado acima como herdeiro da "Fazenda Confuzão".
2 - Coleta – casada com Tristão Tavares de Almeida.
3 - Urcelino Gothardo de Lima."

Deixou 25 mil réis para as obras da Capela de Santo Antônio dos Tiros (devia ser o dízimo, para uma capela que não existia ainda no seu São Gotardo!). Esse testamento foi feito em 1838, em Pitangui. Fomos ao Museu Histórico de Pitangui; nada encontramos.

Em 27 de março de 1845, faleceu Gothardo de Lima, sepultado na Capela São Francisco das Chagas do Campo Grande (Rio Paranaíba). No inventário de seu espólio, sua Fazenda Confusão foi avaliada em quatro contos e oitocentos réis. O nome de sua propriedade era São Miguel do Abaeté das Alagoas da Confuzão, desconhecido por todos. É datado desse lugar um crédito de 700 mil reis que o finado passou ao Alferes Leandro Rodrigues de Provença, em 6 de junho de 1840, proveniente de compra de terras.

Sua mulher, que teria sido casada com João de Deus Vieira, sobrenome exclusivo de Carmo do Paranaíba, lá devem ter tido, e por lá (Bagagem) devem ter vivido seus herdeiros. Por lá devem ter morrido.

Conclusão - Possuidor de terras, mas sem valor, sem meios para cultivá-las, parece que delas não foi usuário, achando melhor trabalhar com uma peneira, ser um garimpeiro itinerante, que só viveu nove anos na região. Mas, não há provas de que viveu "entre nós". Viveu em uma região indeterminada, não documentada.

Não deixou descendentes entre nós. Como teria poder esse homem, sem terras, sem dinheiro, com tão curto período de vida entre nós (apenas nove anos)? Que força social ou econômica, que influência teria para conseguir reunir e firmar numerosos ranchos em volta si? Onde, como e por que teria conseguido tão importante prestígio para formar uma povoação em seu redor? Não seria ele um simples participante desses ranchos? Por que foi ele designado o fundador? Seu tempo não deu para isso. Deve ter pegado o chapéu pela aba e se mandado para outras paragens, sem saber que fora considerado o fundador de uma cidade. Talvez tenham apenas usado seu nome, por ser diferente para nominar aquele ajuntamento de ran-

chos que poderia ter compartilhado com alguns companheiros.

Na época, quando não havia comércio localizado, a única atividade econômica que poderia reunir ranchos em um grupo seria o garimpo. A outra atividade, embora de pouco significado econômico para a época, seria a pecuária, que não exigia congregar a população para sua atividade. Eram os garimpos que reuniam muita gente e São Gotardo (local da cidade), a 40 km do Rio Indaiá, não teve garimpo. Por que esse povo iria formar um arraial, para explorar o quê? O arraial de São Gotardo foi plantado numa região sem garimpos pelos criadores de gado, longe dos córregos diamantíferos. Para garimpar, ter-se-ia que se afastar daquele local.

Temos em mãos uma publicação do "Minas Gerais", Órgão Oficial dos Poderes do Estado, editado na Capital do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, em 20 de junho de 1896, que publica um "edictal de divisão da Fazenda Confuzão".

Essa fazenda de três mil alqueires de terras, situava-se entre a atual cidade de São Gotardo e o Rio Indaiá; aliás atravessava-o até o Município de Dores do Indaiá. Fazenda que pertenceu a Gabriel Rodrigues Ribeiro, vindo de Cajuru, que faleceu em 1910. Esse senhor veio também na época de Gothardo de Lima e viveram, portanto, na mesma época, em torno de 1850. Se ele faleceu em 1910, deixando uma descendência muito grande, deve ter vivido no mínimo 60 anos. Portanto em torno de 1850.

Essa família dos Rodrigues, tão numerosa até hoje, foi a precursora das atividades na pecuária entre nós e temos que admitir que foi ele, *Gabriel Rodrigues Ribeiro*, que propiciou o desenvolvimento de alguns ranchos no Arraial da Confusão. Pode ter tido mais influência no "parto" de São Gotardo do que o próprio Gothardo de Lima. No filme da "Fazenda Confusão", o Gothardo fazia apenas uma "ponta", participante sem vez e sem voz.

Nem tempo ele teve, porque viveu um período de vida muito curto na região: nove anos somente e parte deles passou fora, onde faleceu, pelo lado do Rio Misericórdia ou Bagagem. Deve-se levar em conta também o que representa um período de nove anos perante a lentidão do desenvolvimento das populações pobres, nos meados de 1850, principalmente o povoado de São Gotardo, longe dos córregos e rios de diamantes que produziam riquezas.

Não podemos nos limitar a dar respostas vãs a afirmativas sem fundamentos ou aceitar tudo só porque outros assim pensaram, falaram ou escreveram. Exigimos que as questões sejam respondidas com racionalidade, submetidas a críticas; que sejam, portanto, questões válidas, certas e principalmente provadas. Que as questões constituam um processo de explicações de fatos, formando um conjunto de idéias coerentes que sirvam de provas aos enunciados e demonstradas com racionalidade. Atribui-se a Mark Twain a frase: "Enquanto a verdade ainda está calçando as botinas, a mentira (as inverdades) já andou meio mundo."

Até hoje não se pode provar com exatidão de onde veio o homem. Não é fácil encontrar provas de fatos que aconteceram há tantos anos, se elas não foram devidamente documentadas. Nós não conseguimos provas nos inúmeros documentos que vimos, que nos autorizem a afirmar que Joaquim Gothardo de Lima fosse o fundador de São Gotardo, nem mesmo indícios em documentos, depoimentos, informações míticas, até o momento atual. Não nos deparamos com provas convincentes. As coerências *contra* sua ação pioneira são mais convincentes do que as *prós;* aliás não existem.

Se alguém, posteriormente, coisa em que não acredito, provar e desenvolver racionalmente aquelas possibilidades sobre o Gothardo de Lima, aceitaremos a síntese e seremos obrigados a aceitá-lo como sendo fundador de São Gotardo. Embora não acredite que isso possa acontecer.

Só não quero ser chamado de iconoclasta ou contestador irreverente. Quem põe azeitona na história dos outros é porque existe! Se põe dúvida na história é porque quer saber a verdade. A função da filosofia é combater os mitos, ir à procura da realidade. Caso contrário, não haveria razão para sua existência.

Concluo que não há provas nem sugestões de que tenha sido ele o fundador de São Gotardo.

A propósito do nome *São Gotardo*, já ouvi de muita gente que este santo "São Gotardo" nem existe. Respondendo ou não à questão, encontrei na *Enciclopédia Brasileira Mérito*:

São Gotardo: *Hagiografia* – Prelado alemão: nascido em Ritenbach, cerca de 961; morreu em Hildesheim em 1038. Bispo de Hildesheim a partir de 1022. Fundou aí escolas, hospitais e igrejas. Canonizado por Inocêncio II, em 1131, é comemorado em 4 de maio.

Portou-se o Sr. Gothardo como uma perdiz. Bota, choca e se manda para os campos. Nem olha para trás, largando sua ninhada à mercê dos predadores. Por isso, poucos sobrevivem; é uma espécie ameaçada de extinção. Por sinal a ninhada de ovos do nosso perdigão gorou, porque não deixou descendentes. Gothardo não tinha intenção pela sobrevivência de São Gotardo.

Imagem de São Gotardo, existente na Paróquia de São Gotardo.

A Civilização Caipira

O homem quando se viu apertado, intimidado pelos seus companheiros da natureza, vendo que seu futuro estava ameaçado pelas feras, de ser engolido por elas, pulou para os galhos das árvores e lá passou grande parte de seu tempo.

Pareceu mais um instinto de conservação da espécie ou de defesa, no relacionamento com seus companheiros, que tinham um cérebro menor, portanto mais agressivos. O homem mal havia tirado as mãos do chão e ainda tinha o queixo comprido por necessidade.

O homem naquele tempo, milhões de anos passados, ainda era muito materializado com instintos aguçados, muito mais do que o de hoje, que está tentando substituir o instinto por cultura. Essa é, no entanto, uma tarefa muito prolongada, haja vista a onda de violências nos séculos XX e XXI, que representa uma recaída lamentável em sua formação cultural.

O homem no Brasil Colonial - As construções residenciais de nossos antecessores coloniais (estamos em 1800), variavam naturalmente de acordo com o ciclo econômico em que viviam. As habitações dos senhores de engenhos, no ciclo do açúcar, eram diferentes daquelas dos mineradores no ciclo das minerações, assim como as dos caipiras no ciclo do gado e da pequena lavoura de sobrevivência.

O próprio caráter de uma sociedade estratificada, na qual as condições raciais e econômicas dividiram a colonização brasileira durante quatro séculos, de norte a sul, por gentes de origens e civilizações diferentes, não poderia estabelecer um padrão de vida e de habitações únicos nesses brasis.

As habitações urbanas, no início da colonização nordestina e das minerações, seguiam rigidamente a influência portuguesa, mas as rurais eram edificadas com mais independência, pela introdução de modificações exigidas por um meio muito diferente.

Mas o fundamental era submeter as habitações às condições do tipo de civilização e principalmente das condições econômicas (ciclos econômicos no Brasil) e culturais dos colonos. O domicílio era um palco condicionado pelas condições culturais de seus ocupantes.

Na colonização do Nordeste da cana-de-açúcar, as primeiras ca-

sas eram naturalmente muito simples e pobres, não havendo preocupação em melhorar, porque a esperança de seus ocupantes era uma volta rápida para Portugal. Eram famílias, das quais, naturalmente, muitos componentes ficaram em Portugal, porque vieram com intenções puramente de explorar, extorquir a terra ao máximo e para lá voltarem. As famílias, no entanto, que vieram inteiras com intenções de ficar, logo se firmaram economicamente pelo ótimo comércio de exportação do açúcar e passaram a morar em casas bem construídas, grandes e com utensílios às vezes ricos tais como baixelas inglesas e móveis importados da Europa. Foi quando começaram a aparecer as vivendas e os sobrados. Eram casas que variavam, de acordo com as posses dos proprietários, desde casas simples a sobrados, com quarenta ou mais cômodos.

No período das minerações as habitações tomaram outro caráter. No início, também, casas muito pobres, ranchos, construídos com materiais locais, principalmente madeira, barro e sapé. Grosso modo, as habitações dos senhores de engenhos eram mais modestas do que as dos mineradores ricos.

É importante notar que não houve, em nossa colonização mineradora, sinais de colonização que não fossem portugueses: na arquitetura, na alimentação e nos costumes. Nela não ficaram rastos de outras civilizações.

Na realidade, a "nação" que mais influiu sobre nossos hábitos alimentares foi a indígena, com outras modificações introduzidas mais tarde pelos negros importados como escravos. Comercialmente sim, sofremos influência da Revolução Industrial inglesa, pois somente podíamos usar materiais vindos da Inglaterra, por imposição desta nação, que se firmava como potência econômica (com a Revolução Industrial) e impunha, por contrato, muitas condições a Portugal com reflexos sobre a colônia Brasil. Tínhamos obrigação de usar todas as suas manufaturas e mostrá-las. Aliás, eis a origem da expressão "para inglês ver".

As ruas das cidades mineradoras - Quando se visita uma vila ou cidade, surgida no tempo das minerações, em todas as cidades históricas, o que se nota é que as casas são coladas umas às outras, apertam-se ou se abraçam, não deixando espaço entre si para uma melhor ventilação. Essa urbanização dificulta também o escoamento das enxurradas nas ruas, apesar de serem erigidas em regiões com vastidões de terrenos sem donos.

As ruas sem traçado prévio eram estreitas e sempre tortuosas, construídas ao lado das estradas. Eram, portanto, coladas nas laterais e separadas das vizinhas de frente por um espaço também muito estreito. O ouro, guardado em casa, é que fazia as construções serem feitas desse modo. Ele é sem dúvida um metal de muita energia e historicamente muito disputado. Onde estivesse, constituía-se na atração máxima para os piratas atacarem as caravelas em alto-mar, como os assaltantes em terra.

Essas casas, ao que parece, foram construídas demonstrando um aconchego ou uma preocupação de defesa coletiva, permitindo que qualquer barulho anormal de lutas, arrombamentos e assaltos, que acontecesse em uma casa, fosse facilmente ouvido nas outras; sons que poderiam ser transmitidos mesmo através das paredes contíguas. Vi uma rua em São João Del Rei tão torta que se chama Rua do Cotovelo. As paredes das casas, também fazendo curvas seguindo a rua. Entre as casas não havia muros para não serem pulados; só paredes.

Interessante é que nessas construções históricas, hoje tombadas pelo Patrimônio Histórico, existe a proibição de modificação de suas fachadas, com isto surgindo um problema moderno muito sério, que é a ausência das garages. Naqueles tempos ninguém conhecia automóvel e para ele não foi deixado um abrigo.

Nas cidades mineradoras, como Ouro Preto, Diamantina, Sabará, Mariana e São João Del Rei, no auge das explorações, antes da civilização caipira, os mineradores não sabiam como gastar tanta riqueza fácil, proveniente do ouro e do diamante. Passaram a exibir a beleza da arte barroca, apresentando ao mundo uma ostentação das suas riquezas através destas belezas arquitetônicas, levando-as a serem consideradas Patrimônio da Cultura Mundial.

Eira e beira - Português que é português sempre adorou os brasões. A nobreza era uma classe rica concebida juridicamente, cujos títulos eram, entretanto, distribuídos por graça do Rei. Tanto é que os nobres e fidalgos se perfilavam à frente de D. João V, para fazer-lhe companhia durante suas refeições, numa bajulação humilhante, porém usual e válida para a época. Afinal poderiam ser agraciados com um título de nobreza e viverem às custas da Coroa.

Esse subconsciente de nobreza nunca deixou os colonizadores no século XVII. A estratificação da sociedade era importante para eles. No Brasil, principalmente no Império, o Imperador concedia títulos honoríficos àqueles que se distinguissem em serviços prestados ao país. Aos grandes produtores de café, o título mais alto seria o de **barão;** eram os famosos barões do café, além de outros em menor grau. Aos grandes proprietários de terra no período da agricultura, pós-mineração, eram concedidos os títulos de **coronel,** além de major, capitão ou tenente. Entre nós, nossos antepassados próximos eram chamados de coronéis, majores, capitães. Pagava-se uma taxa e recebia-se oficialmente esses títulos.

Outro distintivo para exibição pública de riqueza e poder era a chamada *eira e beira.* Os potentados urbanos mandavam fazer sob o beiral de suas casas, um enfeite com cal e areia, que eram duas camadas onduladas sobrepostas, com concavidade inferior, em toda a extensão do beiral. Às vezes, casas pequenas ostentavam, como vimos, esses distintivos sob o

beiral de seus telhados. Uma era a eira, a outra a beira. Isso no ciclo do ouro e do diamante. Era sinal de posse e de poder. Por isso o ditado "É um fulano de eira e beira", quer dizer era rico, ou quem "Não tem eira nem beira" era um pobre coitado. Pagava-se imposto para usar esse distintivo.

O monjolo - O monjolo é um aparelho rural, rude, que servia para pilar arroz e café. Não vi referências sobre o monjolo na colonização nordestina. Ao que parece seu uso teve início com a colonização do período das mineirações. Esse sistema de trabalho doméstico foi usado para se "limpar café e arroz e fazer canjiquinha", ou melhor, para tirar a casca desses alimentos. Como hoje já existem máquinas muito eficientes para isso, naturalmente esse aparelho já pertence à História, mas sua importância foi tão grande que atravessou o período colonial, o Império e entrou pela República. Um aparelho encantador, que hipnotiza quem o vê funcionar principalmente pelos ruídos repetitivos.

O pilão - Antes do monjolo se usava o pilão. O pilão é uma escavação cônica, com vértice inferior, feita num toro de madeira de boa qualidade. Existiam as mãos-de-pilão, que eram dois paus cilíndricos com as extremidades mais grossas, que serviam para socar os cereais dentro do buraco. Duas pessoas, geralmente mulheres, com gestos alternativos, ritmados, chegando com o tempo a serem reflexivos, socavam o cereal até tirar sua casca. O monjolo substituiu a energia muscular; já foi um progresso considerável.

Alex Haley em **Raízes** ("Roots") descreve pormenorizadamente os costumes nas tribos africanas, referindo-se ao pilão – "Aconteceu antes do cantar dos galos, o nascimento de Kunta. Seus primeiros sons foram abafados pelos sons ritmados dos pilões de madeira na aldeia, o *bomp-a-bomp-a-bomp;* enquanto as outras mulheres da vila socavam grãos de milho para cuscuz e outras comidas com suas mãos-de-pilão, preparando o tradicional desjejum de mingau ou cuscuz que eram cozidos em panelas de barro sobre um fogo feito entre três pedras". Como aquela tribo faria sem o pilão tocado por duas negras em cada casa?

Era uma peça indispensável em cada propriedade e residência rural, fabricada pelos roceiros mesmos.

Uma dupla de peso - Para se fazer o monjolo pega-se um tronco de madeira de mais ou menos quatro metros de comprimento. Cava-se sua parte traseira, mais ou menos 1/3 da peça, um cocho, o chamado calabouço, destinado a pegar água. Na ponta de sua parte dianteira adapta-se uma peça perpendicular ao monjolo, de mais ou menos 1 m, que é a mão do monjolo. Sua parte central é atravessada por um eixo sustentado por

duas estacas verticais e paralelas, chamadas virgens, de maneira que o peso fica mais ou menos equivalente entre a parte traseira e a dianteira. Ele permanecerá sempre em horizontal. Uma bica de água corre permanentemente enchendo o calabouço.

Quando o calabouço se enche de água, 40 ou 50 litros, aumenta seu peso em torno de 50 quilos, rompe-se o equilíbrio do peso entre as duas partes da peça e faz com que o monjolo levante sua parte dianteira. Essa posição verticalizada faz com que a água do calabouço se derrame, voltando a normalizar o equilíbrio de pesos. A parte dianteira cai pesadamente sobre o pilão onde está o cereal que atingido por essas pancadas continuadas, sofre a pilação. Esse movimento de levanta e cai se repete cerca de seis vezes por minuto. O que equivale a dizer que para se beneficiar uma "pilãozada" (vinte quilos) de arroz ou café gastava-se um dia inteiro. No Brasil colonial, ninguém tinha muita pressa; a vida era mais mansa, a sobrevivência era a meta, ninguém vivia disparado atrás de empregos, de dinheiro ou da dominação. O "struggle for life" (luta pela vida) de Darwin entrou em recessão no mundo caipira, porque ninguém queria dominar ninguém. O importante não era gente que dominasse gente; era gente que fosse gente.

Era assim que se beneficiava o café e o arroz, ou se quebrava o milho até fazer fubá. É um aparelho que se desgasta muito, apodrece depressa (durava cerca de cinqüenta anos caipiras: muito lentos), embora só fosse feito de madeira de lei, porque trabalhava molhado, com água caindo sobre o calabouço e respingando sobre o monjolo em toda sua existência.

Com o aumento progressivo da produção de café, os monjolos e pilões já não eram suficientes para satisfazer à demanda. Inventaram então a monjolada que era um conjunto de mãos-de-pilão: 4, 5, 6, 8 trabalhando ao mesmo tempo. Uma roda de água com um sistema de transmissão acionava um eixo grande horizontal, que move as mãos de pilão. Assim aumentava-se muito a limpação do café. Passaram a chamar essa "armadilha" de *trapizonga*, que significa uma coisa mal arrumada e difícil de ser entendida. Posteriormente foi montada uma máquina de beneficiar café, já utilizando o vapor como energia. Foi um grande avanço no processo energético: de muscular para água e desta para o vapor.

Tive dificuldade para conseguir um monjolo funcionando para fotografar, porque o desuso fez com que se deteriorasse ainda mais depressa, ou abandonado não sofreria mais reformas; teria seus acessórios destruídos e poucos são os remanescentes. São peças históricas. Raras são as citações sobre monjolo na literatura; são aparelhos humildes de fundo de quintal. Elas ficam limitadas ao romantismo das músicas caipiras que me foram fornecidas pelo Bastão Franco, o maior cantador de São Gotardo, ao lado do Luytprant de Melo, que era repentista. Vejamos uma

música de Adelino Moreira:

"Quem não conhece
o anoitecer lá na roça
na porta de uma palhoça
vendo o dia amanhecer?
A lua vem lá detrás dos cerrados
espiando os namorados
procurando se esconder.
Quem não conhece
uma cabocla bonita
com seu vestido de chita
numa noite de São João?

Quem não conhece
Um regato soluçando,
Um ***monjolo*** *maiando*
No peito da solidão ?

Meu pé de cedro
desfolhado, já sem vida
inala uma rósea esperança:
Oh, ***monjolinho,***
quero ouvir tua batida
lembrar minha era de criança."

O moinho de pedra - Foi outra peça de grande importância no Brasil colonial, principalmente no Brasil caipira. Já vimos que no Brasil da colonização caipira, tudo: implementos e meios de subsistência, teria que ser feito pelos habitantes da região. Não dispunham de nenhuma ajuda de tecnologias como hoje, pois não se vendia nada e nada se comprava; tudo teria que ser produzido no local. O fubá, componente da alimentação caipira de muita importância, teria que ser feito no moinho de pedra. A pronúncia caipira é "munho" e não "moinho".

A essência do moinho de pedra era moer milho, como seu próprio nome indica, triturando os grãos entre duas pedras, até virar fubá. A energia usada para seu funcionamento no Brasil colonial só poderia ser a água.

O moinho constitui-se de um eixo vertical, de mais ou menos 3 metros de altura. No extremidade inferior desse eixo está fixada uma roda modelo Pelton, impulsionada com água que faz o eixo girar. Na extremidade superior desse eixo estão as duas pedras do moinho. Uma delas é fixa, chamada *mesa*; a outra é impulsionada pelo eixo rotatório movido à água, fazendo com que gire em sentido horizontal, atritando sobre a fixa, que fica

por baixo. A de cima é cônica com base alargada, para baixo, trabalhando sobre a mesa em atrito.

O milho colocado em um depósito cai grão a grão entre as pedras que, girando, vão reduzi-lo a pó (fubá). É um aparelho de produção também muito lenta, mas o caipira tinha tempo para esperar.

Esse aparelho rural, também fabricado pelos roceiros, é mais difícil de ser encontrado atualmente que o monjolo. Sua manutenção é mais difícil. Situados em buracos nos quintais, constituem-se em atrativo para morada dos marimbondos.

A indústria das pedras: Pitangui de novo - Fui informado que essas pedras do moinho eram feitas em Pitangui, por algum artesão que as fazia de uma pedra chamado granito. Eram feitas à mão, esculpidas com picão e martelo. Devem pesar mais de 50 quilos cada uma. Serviço puramente artesanal. Quem as conhece se perguntará quão difícil seria fazer aquele par de pedras. Depois da morte desse(s) artesão (ões) só se conseguiam pedras de pessoas mais antigas que desistissem da profissão de fazedores de fubá. É peça de museu e como tal, de grande valor histórico pela sua raridade.

Forno de pedra - É outra peça do Brasil saudoso, ou colonial. Naquele tempo não havia padarias, ou se houvesse seriam de utilidade só na zona urbana. A zona rural, totalmente deslocada, ficaria sem alimento.

O forno de pedra era construído pelos roceiros. Tinha forma de um cupim. De forma circular, seu interior poderia ter em média mais de um metro de diâmetro. Feito só com pedra e o barro como argamassa. A energia usada era a lenha. Colocava-se a brasa dentro do forno, esperava-se que ele aquecesse bastante, retiravam-se as brasas, para em seguida varrê-lo com vassoura feita de ramos de alecrim. Os biscoitos de fubá já estariam preparados. Eram colocados em folhas de bananeiras, e levados com uma pá de madeira (muito quente, não se poderia introduzir o braço nele) para dentro do forno. Enchia-se o forno. Tampava-o e deixava assar. É como se diz popularmente: de cada vez saía uma fornada de biscoitos.

Como a alimentação brasileira era na base do fubá e da mandioca, podemos avaliar a importância desses três aparelhos descritos: *monjolo, moinho e forno de pedra,* na preparação dela. Como viver sem eles? Eram os " eletrodomésticos" de hoje.

As casas de pau-a-pique - Hoje muita gente poderá perguntar o que é casa de pau-a pique. *A pique* quer dizer a prumo, verticalmente. Então seria pau aprumado, verticalizado, ao contrário de horizontalizado. Foi a maior herança colonial em nossa história.

No período colonial não havia tijolos queimados. O substituto do tijolo era o adobe. O adobe era feito de argila ou barro, amassados, geralmente com os pés. Esse barro amassado seria colocado em formas e deixado ao sol para secar e adquirir mais consistência. Eram peças de barro, em forma de tijolos, retangulares, porém 4 ou 5 vezes maiores do que o tijolo normal, usado hoje. Só não resistiam muito à chuva porque poderiam se derreter. A maioria das casas eram feitas de adobe, principalmente nas zonas urbanas.

Na zona rural, no entanto predominavam as casas construídas de pau-a-pique, mesmo para a grande maioria das populações ricas. Havia mais facilidade da matéria-prima que era madeira. Era só encher o carro de bois no mato. Madeira roliça, geralmente sem cerne, ou nenhum. Trazia-se já o cipó ou embira para amarrar essa madeira. A embira é a casca de um arbusto que serve como corda para amarrar, geralmente para pear galinhas e mesmo porcos para serem transportados. Já disse sobre a involução econômica da civilização caipira, condenada a produzir tudo no seu local de vivência.

A estrutura das casas era de pura madeira. O corpo da casa era demarcado por quatro paus, nos cantos, geralmente de aroeira, fincados bem fundos (por causa da erosão) e com altura suficiente, o chamado pé-direito. Não havia material para se fazer alicerces como hoje, ferro, brita e cimento. Toda a estrutura da casa seria de madeira.

Esses esteios verticais seriam ligados (travados) com peças horizontais ao rés do chão, chamadas *baldrames*, sobre os quais se ergueriam as paredes. Funcionavam como alicerces. Paus semelhantes seriam colocados na parte superior da casa onde se apoiaria o telhado. Formava-se um quadrilátero de madeira. Podia haver vários baldrames naturalmente, dependendo do tamanho da casa, para dar apoio a várias paredes das subdivisões internas.

As paredes eram feitas de pau-a-pique. Na trave horizontal inferior, o chamado baldrame, se faziam vários buracos, com formão, com cerca de 20 cm de distância um do outro. Buracos correspondentes eram feitos na madeira de cima, de maneira que se introduzia a ponta inferior e superior do pau-a-pique para ficarem presos e firmes. Dessa maneira as paredes ficavam travadas, sem poderem se deslocar.

Em seguida se amarravam madeiras mais finas horizontalmente a esses paus-a-pique para tecer a parede. Pregos? Não... tudo teria que ser feito com recursos locais. Como fixar essas armações de madeira? Só poderiam ser amarradas com cipó ou embira. Não se usavam pregos nessa estruturação para as pessoas mais pobres. O cipó amarrava toda a estrutura da casa inclusive a armação do telhado e das camas. Ele foi um material de construção muito importante no Brasil colonial, imperial e mesmo republicano.

Cimento zebu - As paredes tecidas com madeira bem amarradas com cipó agora teriam que ser revestidas por causa do vento, da invasão de pequenos animais, principalmente das cobras e da privacidade. A massa de revestimento hoje é feita com areia lavada, cal ou cimento. Na colônia as casas eram revestidas só com barro, ao qual se misturava bosta de vaca para dar mais consistência e ligação (aderência). Era o famoso "cimento zebu".

Esse revestimento era feito à mão, tanto que terminada a obra viam-se rastos de dedos nas paredes. Naturalmente que era um revestimento que deixava inúmeros espaços vazios em seu interior, que serviriam de moradas para os barbeiros transmissores da Doença de Chagas. Não se usava colher de pedreiro, muito menos alisador de massa, que teria a função de alisar aquela massa ou dar-lhe um aspecto melhor. Usava-se somente a mão. Claro que não se usava cal, e cal custava dinheiro. As casas tinham a mesma cor, cor do barro, pardacentas pelo "cimento zebu". Mas alguns costumavam caiar suas paredes externas.

Essas paredes tinham uma resistência secular. Embutidas no barro as madeiras brancas (sem cerne) seriam protegidas da erosão, clima etc. A casa da foto (pág. 127) ainda tem estrutura de pau-a-pique e ela tem mais de 200 anos, conforme contas de seu dono, já bem idoso, que a possui legada do bisavô. Essas paredes não caem porque têm muita segurança, muito apoio, encaixadas na madeira grossa que forma a estrutura da casa.

Cobertas de sapé - O telhado era feito também com aquela madeira e coberto com sapé, produto existente em grande quantidade nos locais das construções. *Sapé* é um capim que, colocado e amarrado em camadas sobre a casa, não permitia que se formassem goteiramentos. É bem mais seguro que as telhas comuns usadas na época, por pequena parte da população. As chuvas molhavam somente a camada de cima da cobertura de sapé; a de baixo ficava seca. Era impossível aparecerem goteiras.

Os vãos das portas e janelas podiam ser moldados com madeira serrada pelos próprios donos, mas o mais comum era com madeira lavrada. Algumas portas e janelas eram feitas com os mesmos varões da madeira usados para as paredes; outras eram feitas de tábuas pregadas. As dobradiças feitas de couro, pelo menos, não rangiam. Para a construção dessas casas, ninguém precisava ir à cidade à procura de material de construção.

Geralmente eram casas muito pequenas: uma cozinha com fogão de barro, um quarto ou dois. Era uma promiscuidade muito caipira. Mas dava-se jeito para tudo. Dentro de pouco tempo nelas morariam 10 ou mais pessoas. As camas eram feitas também com aquela madeira que se usava para fazer as paredes. Era só fazer um colchão com um saco que se enchia de palhas de milho e pronto, acomodava-se toda a família e os barbeiros. Outro coabitante comum era o percevejo, secundando em importância, naturalmente, o barbeiro. Onde houvesse falta de higiene, estavam barbeiros e percevejos.

dona da casa queria varrer a casa tinha que salpicar o chão com um pouco d'água, para depois passar a vassoura. Essa vassoura não era comprada em lugar nenhum, era colhida no pasto. Existe uma planta chamada "Vassoura" que é própria para se fazer vassouras. Nada poderia ser comprado; o caipira estava condenado a fazer, a produzir tudo. E as instalações sanitárias? Eram instalações vegetais, bananeiras que eram precocemente plantadas, enquanto se faziam as casas.

Trecho da música de Tonico e Tinoco:

Eu não troco o meu ranchinho
amarradinho de **cipó**
pr'uma casa na cidade
nem que seja bangalô.
Eu moro lá no deserto
sem vizinho, vivo só.
Só me alegro quando pia
Por aqueles cafundó
O inhambu chintã
E o chororó.

Em *Felicidade Cabocla,* música que faz parte do folclore, de autoria de Pichicha Higino Alves, temos:

Todo caboclo tem
uma cabocla e uma canção
Tenho na mente
uma canção bem decorada
uma viola pendurada
no meu **rancho de sapé**
uma cabocla pra cuidar
dos meus trapinhos
na gaiola um passarinho
que me acorda ao amanhecer.

A privacidade nessas casas era muito precária. Com freqüência o passante podia ver lá dentro, tamanha sua má construção, ou o barro das paredes, ressecado, podia cair. As portas e janelas, mesmo de tábuas, podiam apresentar fendas grandes, ou desgastes que não eram reparados

Cabocla Teresa
Raul Torres

Lá no alto da montanha
numa casinha bem estranha
toda feita de ***sapé***
parei um dia meu cavalo
pro mode dois estalos que ouvi
lá dentro batê

Apeei com muito jeito
Ouvi um gemido perfeito
Numa voz cheia de dor
"Ancê Teresa, descansa
jurei te fazer vingança
pro mode o meu amor"

Pela ***réstia da janela***
vi uma luzinha amarela
de uma lamparina se apagando
Vi uma cabocla no chão
um cabra tinha na mão
uma arma alumiando

Joguei meu cavalo a galope
risquei de chicote e espora
sangrei a anca do ta(l)
Desci a montanha abaixo
Galopeando no meu macho
O doutô eu fui chamá.

Com freqüência essas casas eram feitas nas margens das matas ou mesmo em clareiras, quando faziam pequenos desmatamentos para cultivos e moradias.

Sinfonia da mata
Adelino Moreira

Tenho uma viola
que é retida na parede
quando é noitinha
para pontear

tenho um canário na gaiola
Minha rede
Sempre esticadinha pra meu bem sonhar
Quando a lua vem surgindo cor de prata
Ilumina meu pedaço de torrão
Meu ranchinho aqui no seio da mata
Não precisa nem que acenda o lampião:
Na sinfonia de riacho e de cascatas
Minha viola completa a orquestração.

O caipira, este subalimentado - O caipira não tinha como se livrar de uma deficiência alimentar e anemia crônicas. Sua alimentação era feita unicamente à base de carboidratos, sem complemento de proteínas. Era tudo à base do milho e principalmente da mandioca, com seus inúmeros derivados. Alimentavam-se de algumas outras coisas, mas "nos finalmentes" eram milho e mandioca.

O alimento principal da dieta dos caipiras foi durante séculos a farinha de mandioca, preparada de inúmeras formas: bolos, beijus, sopas, angus – misturada muitas vezes somente à água ou ao feijão, mais raramente à carne. Era comum também a farinha de milho. As farinhas eram as substitutas do pão de trigo, alimento caro, reservado às zonas urbanas.

Em algumas regiões a farinha era "a rainha da mesa", segundo Câmara Cascudo. Ela chegou a ser levada em grande quantidade para Portugal onde passou a ser largamente usada, mormente numa época em que houve falta de trigo na Europa, ou para não deixar dúvidas, na época de uma pobreza muito grande em Portugal. Porque alimentação com base de farinha é atestado de pobreza.

Isso quer dizer: o brasileiro comeu sem se alimentar durante os séculos coloniais. Depois vem o governo, já na República, século XX, apelar para a falta de iodo na alimentação como causa do papo. A causa do papo era falta de proteínas na alimentação. O resto é papo-furado. Não se pode acreditar no empirismo, nunca se viu uma pesquisa neste sentido. Não conheço, ou melhor, não conheci papudo rico. Não confundir riqueza material com pobreza cultural e social. A fome era uma constante, acompanhando as grandes riquezas das minerações. A produção de alimentos era deficiente e para justificá-la podia-se dizer que as terras da região das minerações eram de péssima qualidade para a agricultura e ninguém queria perder tempo com plantações. A ânsia era a bateia; não se podia perder tempo plantando, uma atividade de pobres.

As proteínas são essenciais na formação da hematina, uma proteína indispensável para a formação da hemoglobina, que dá a cor vermelha ao sangue. Tanto que o sangue do anêmico é descorado, com ampla confirmação nas análises de laboratórios.

A proteína dos caipiras era de difícil obtenção; certamente que não seria pelo arroz, milho ou mandioca. A principal fonte de proteínas seria as carnes, felizmente presentes quando iniciaram a criação de porcos domésticos em maior escala. Enfim, o brasileiro viveu comendo sem se alimentar.

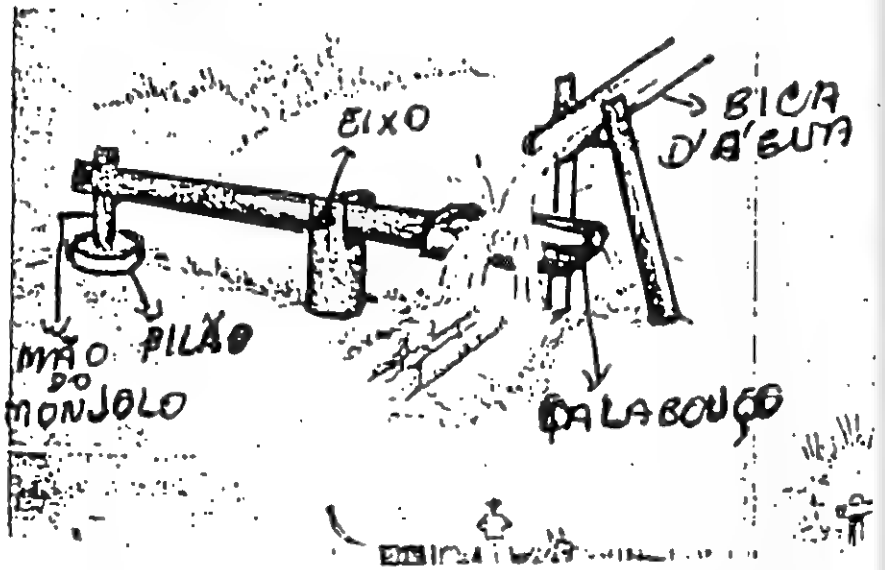
O caipira, este sangrado crônico. A geração Jeca Tatu – Contribuindo para a pobreza alimentar e para diminuir o vigor do caipira, somava-se o peso de algumas doenças anemizantes, crônicas, que o sangrariam constantemente. Os percevejos, por exemplo, são insetos hematófagos e vivem de sugar o sangue do caipira. Estavam lá, aos milhões, nas suas casas, pela inexistência de cuidados higiênicos, uma condição essencial para sua perpetuação. Os barbeiros também são hematófagos, portanto, esses dois insetos sangravam o caipira incessantemente. Eram dias e noites de anemização. Também os carrapatos tinham sua contribuição nesse sangramento. Além desses hematófagos, parasitas externos, havia também outro parasita, interno, o *Necator americanus*, um verme intestinal que também vive de sangue. Esse verme era presença obrigatória nos quintais das casas e ranchos, pelo uso das instalações sanitárias chamadas "atrás das bananeiras". É o verme do amarelão, da opilação, imortalizado por Monteiro Lobato: o principal causador da anemia crônica do caipira, que o levava a apresentar uma palidez da pele, pela diminuição da oxigenação do sangue. Monteiro Lobato foi autor de uma propaganda de um medicamento chamado *Panvermina*, através de um almanaque de propriedade de um laboratório, que foi altamente divulgado pelo interior, lá pelos anos 1940. Recomendava o uso desse medicamento para tratamento da verminose, e ensinava educação sanitária, isto é, como evitar a contaminação pelo verme. Mostrava o caipira, as galinhas, os cachorros, afinal toda a bicharada, calçada de botinas, já que os pés são a via principal de penetração do verme para o organismo. O caipira, chefe de toda essa organização doméstica, foi denominado *Jeca Tatu*, que tinha caminhão com buzina tipo fon-fon, usada para reunir os animais domésticos. Foi uma propaganda altamente instrutiva, principalmente pela educação sanitária. Era uma festa a leitura desse almanaque.

O que se poderia esperar da coragem, energia e vigor daquele caipira anêmico, mal alimentado e subnutrido? Além de se alimentar muito mal, teria que alimentar uma multidão de parasitas externos e verminoses intestinais. O seu caminhão não poderia "levar tanta areia".

Era esse o material humano de que o Brasil dispunha: analfabeto, mal nutrido e opilado, para se projetar e competir com a revolução tecnológica e industrial, na conquista de mercados internacionais.

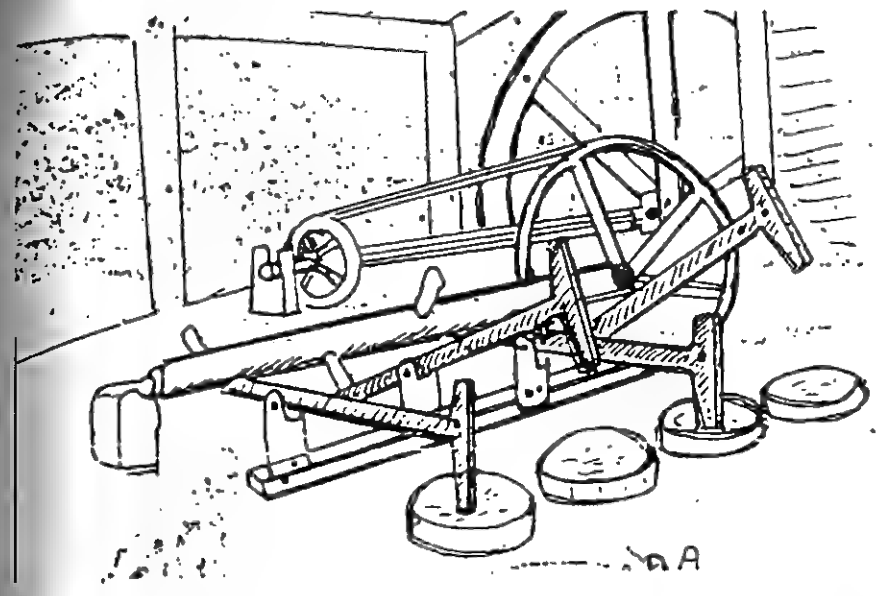
Casa com cira e beira em São João Del Rei

Sinal de riqueza. Abaixo das telhas, duas camadas de enfeites com concavidades para baixo. Pagava-se impostos para tê-los. *Nouveaux riches* (novos-ricos).



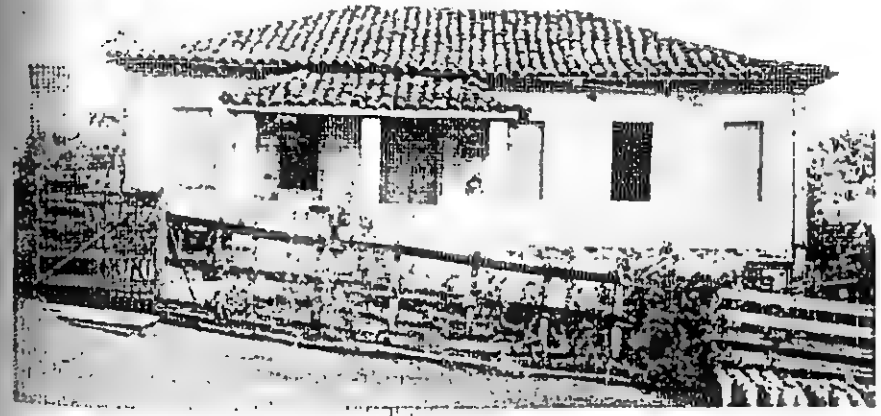
O Monjolo

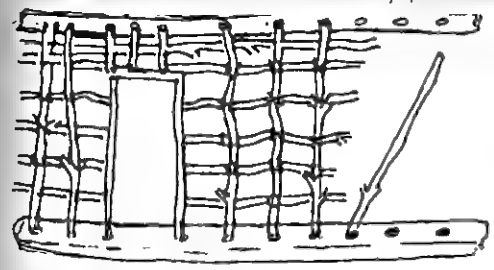
Dos "eletrodomésticos" dos tempos coloniais, esta era a peça-rainha, indispensável em toda residência.



A Monjolada

Pioneira da Revolução Industrial das Perobas. Vários monjolos trabalhando alternadamente. Assistida pelas operárias das Perobas, foi iniciada a produção em série, inventada por Ford.



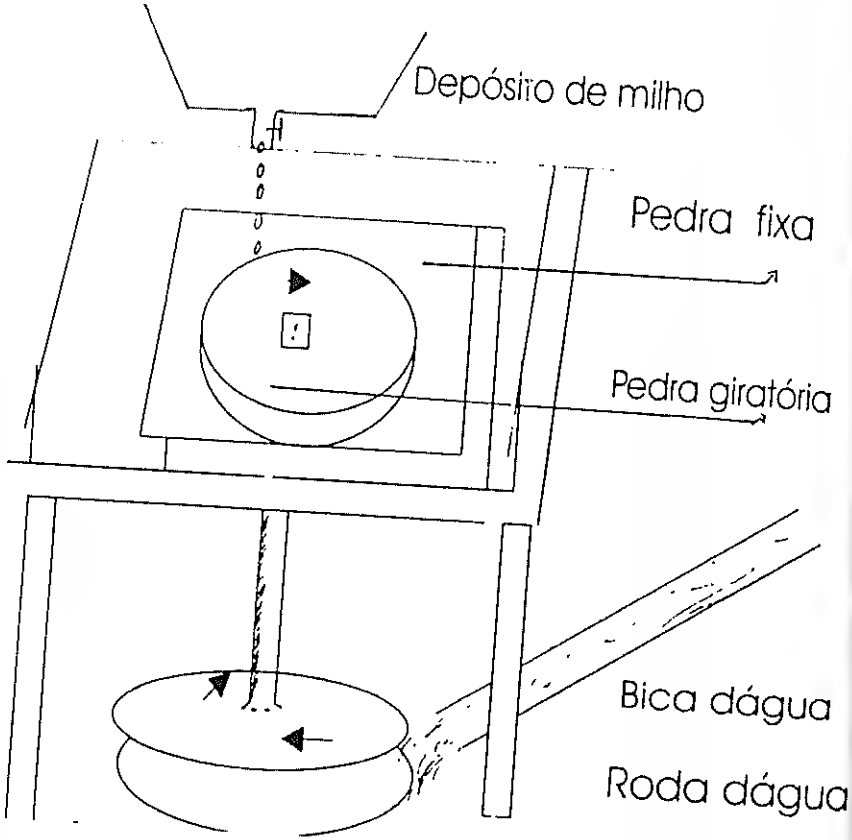


Parede de Pau-a-Pique

Paredes de pau-a-pique

Tecnologia colonial que continua desafiando os tempos. Existem casas com mais de 200 anos que estão "inteirinhas", como esta acima.

Residência do Sr. Nenzico Pereira, em São Gotardo.



Moinhos de Pedra
Outra peça indispensável para a produção de alimentos na Colônia e Império. Responsável também pela formação dos papos, pois não produzia alimentos protéicos.

O tear – Um dos utensílios mais importantes em nosso período colonial. O sertanejo teria que confeccionar suas próprias roupas. Ainda hoje, há quem o utilize para a confecção de tapetes e cobertas. Atuação muito limitada por causa da indústria. É um utensílio feito pelo colono mesmo, a machado. Os existentes hoje datam de mais de cem anos. Fui visitar um deles, ainda trabalhando. O que a tecedeira me explicou foi inútil, não entendi nada. Tem peças demais; até embreagens. Nada posso escrever, apenas citá-lo, pela enorme importância que teve no período colonial, imperial e republicano. Só posso me maravilhar perante a beleza das cobertas. A indústria fabrica colchas; os teares manuais, as cobertas.

A Sociologia da Civilização Caipira

Chega a ameaça da pobreza - Talvez após um século de atividades, esgotou-se o ouro de aluvião de Pitangui. A população mineradora viu-se na iminência de conviver com uma pobreza que se anunciava inevitável. Fazer o quê? Os mineradores e trabalhadores com bateias nas mãos e pás nos ombros não sabiam o que fazer. Não se vislumbrava naquele período histórico nenhuma atividade econômica que pudesse substituir a mineração e não havia outro meio de produção que pudesse sustentar a economia regional.

Os mineradores ricos, que possuíam escravos e que já tinham terras, viraram fazendeiros; os empregados, pequenos mineradores, negociantes e artesãos, se fizeram sitiantes, após se apossarem de *glebas devolutas* que eram ocupadas, em qualquer lugar, não visando à exploração do ouro, mas possibilidades de moradias e cultivo. Não podiam morrer de fome. Teriam que arrumar um novo meio de vida.

A população de Pitangui começa a se *virar:* novos meios e modos de produção - Com a decadência das zonas mineradoras, a escassez do ouro em aluviões e depois dos diamantes nas beiras dos córregos que já não pagavam mais sua exploração, a população se viu na obrigação de partir para a agricultura e principalmente migrar, porque aquelas terras nas zonas mineradoras não se prestavam para a agricultura.

Porém sem terras suficientes e de boa qualidade, sem nenhum conhecimento técnico de agricultura, seria uma aventura aquela nova atividade, que como se antevia, seria uma *pequena agricultura* em sentido oposto à grande agricultura que vinha sendo executada até então, principalmente no Nordeste.

Seria, sem dúvida, uma agricultura apenas de sobrevivência; plantar, criar gado, cavalos, burros e porcos nos serranias onde antes se explorava o ouro. Cultivar visando apenas à sobrevivência biológica, porque a econômica ainda se prenunciava obscura.

Por que não se lançarem à indústria como alternativa ao "nada que fazer?" Esse foi o forte da colônia norte-americana que, no mesmo período, se enriquecia de maneira extraordinária. Para o povo colonial que murchava nas cidades mineradoras decadentes e nos campos paupérrimos, a atividade

industrial se constituía numa esperança, mas para a indústria havia uma proibição expressa da Coroa. A Colônia não podia progredir; seria uma ameaça, seria uma semente para o desenvolvimento dos ideais de independência.

No reinado de D. Maria I, a louca, ela ordenara que fossem quebrados em praça pública os teares existentes na Colônia e proibira a fabricação de novos. Nela não se conhecia ainda a máquina de fiar inventada por Ackwright ou qualquer melhoramento advindo da Revolução Industrial. O atraso mental da Colônia tinha fundamento no seu atraso material.

O setor têxtil já tomara certo impulso na Colônia, mas foi totalmente destruído e com ele, naturalmente cessaram as plantações de algodão. Algumas tendas montadas para fabricar ferramentas foram destruídas pelas tropas da Coroa, que ainda deixavam ordens de não serem reconstruídas, pois estariam sujeitos a graves penalidades. Não havia, portanto, alternativa para a pequena indústria.

Aquela civilização pós-mineração - A civilização pós-mineração, sem trabalho e sem fonte de rendas, desarticulada, sem alternativas, dispersou-se para o centro-sul da Colônia a partir dos focos de minerações à procura da sobrevivência, sem saber o que fazer, com esforço produtivo apenas para satisfazer suas necessidades biológicas.

Isso fez que se formasse uma sociedade rústica, analfabeta e grosseira, de pés no chão, onde o denominador comum era a pobreza. Estabeleceu-se destarte em toda essa área interiorana central da província a chamada ***área cultural caipira,*** uma vasta área sem donos e sem leis.

Essa população caipira daria continuidade no tempo e também no espaço à civilização ex-mineradora. Sem nenhum conhecimento técnico ou incentivo mercantil, passou a viver por viver. Mas foi a única alternativa previsível de sobrevivência, o único equilíbrio encontrado numa variante insólita da economia colonial.

A agricultura de subsistência, que seria exercida por essa população pobre, com mãos sujas de ouro, tinha um "sentido" muito diferente da grande agricultura que se praticava na Colônia. No Nordeste ela tinha três características fundamentais como já vimos:

1 – Era baseada nas grandes propriedades.
2 – Era baseada na monocultura.
3 – Era baseada na produção escrava.

A população caipira - Dessa civilização caipira que se espalhou por todo o centro-sul da Colônia, nós descendemos, todos nós nascidos e criados nos sertões das Minas Gerais e estados circunvizinhos. Quem se achar muito importante ou descontente com suas origens e insistir em

investigá-las, cairá fatalmente naquelas origens. É como se diz: quem se achar de sangue azul, não deve se arriscar em voltar muito à árvore genealógica, porque poderá descobrir que teve suas origens numa vila zulu, bem lá no centro da África.

Essa população teria que correr atrás de qualquer meio de vida que existisse ou dele tivesse notícias, quaisquer novos modos de produção, onde houvesse, para escapulir daquela incômoda pobreza. Foi nessa paraconsciência cultural e emocional que São Gotardo foi descoberto ou fundado. São Gotardo foi um produto de um momento histórico depressivo e sem entusiasmo; nasceu em berço de pobreza.

Essa população passaria, portanto para uma atividade econômica ímpar, ainda não vivida com exclusividade pela Colônia, que era a *pura agricultura de subsistência, ou pequena agricultura.*

1 – A grande produção agrícola se baseava nas grandes propriedades, que geralmente seriam doações de sesmarias, juridicamente legalizadas. A pequena produção agrícola no centro-sul se baseava em pequenas glebas apossadas, sem valor jurídico. Os ex-mineradores eram apenas posseiros.

2 – A monocultura foi substituída por uma microprodução polivalente e cheia de alternativas. A população de subsistência foi condenada pela economia, a produzir tudo de que precisasse para seu sustento, como a roupa, o sabão, o feijão, a carne de porco, arroz, rapadura até a cama. Lembra aquele ditado popular – " A necessidade faz o sapo pular". Seus produtos não eram mercantilizados, não se traduziam em dinheiro. Como nada se vendia, nada podia ser comprado. Não produziam artigos de exportação; produziam artigos para apenas matar a fome.

3 – Mão-de-obra era escrava para a grande agricultura no Norte; na agricultura de subsistência, cada um teria que produzir para si; não podia nem pensar em comprar escravos para sua produção em suas pequenas glebas e suas terras eram tão pequenas, que não compensava nenhuma parceria. Em resumo, cada um trabalhava para si, em pequenas glebas e teria que produzir de tudo. Produzir para uma vida miserável e dentro de um conformismo jobiano em que viviam, não seria tarefa difícil.

A embriologia caipira - Foi essa sociedade caipira fundada por alguma liderança imposta a ela, que trazendo esse povo de Pitangui teria fundado uma nação do lado de cá do Rio Indaiá, como José tirou os hebreus do cativeiro no Egito e levou-os à Palestina ? Não, nunca se provou qualquer liderança para essa população. Foi uma migração espontânea e individual. Teria sido essa população caipira seqüestrada em nossa região por outros povos mais poderosos, para colocá-la sob sua tutela, ou fazê-la sua escrava? Também não; é uma civilização recente e as provas seriam concretas.

Então, como se formou e veio habitar em nossa região aquela sociedade precursora da nossa?

Toda sociedade vem de outra sociedade – Segundo a teoria de Aldous Huxley, "*Omne vivo ex vivo*", todo ser vivo provém de outro ser vivo. Não existe geração espontânea também para as sociedades. Sociedade como ser vivo terá que vir historicamente de outra sociedade.

O filósofo e cientista social, Karl Marx, mais ou menos à época do aparecimento de nossa sociedade, afirmou baseado na teoria do materialismo histórico, que nenhuma sociedade nasce espontaneamente. Também afirmou que toda sociedade vem de outra; que ao sofrer uma transformação econômica no seu seio, transforma-se em novas, e diferentes sociedades. De onde sua famosa interpretação de que *a economia é a parteira da humanidade*, portanto, toda sociedade tem suas bases na estrutura econômica. Que a economia tanto constrói como destrói sociedades.

A poderosa sociedade mineradora sofreu uma implosão em sua economia interna. Ela foi destruída por uma economia letal. Como já dissemos acima, a população caipira foi filha de outra população: a mineira falida, implodida, quebrada; uma população miserável, enfim.

Sociologia caipira - A sociedade caipira era uma sociedade fechada, "intransitiva", isto é, que não se relacionava ou "transava" com outras. Segundo Paulo Freire, conformava-se apenas com as formas mais vegetativas da vida.

Conformava-se aquela população em viver lutando apenas pela sobrevivência, não que fosse uma condição humana; era uma condição criada pelo homem e que só poderia ser resolvida pelo homem. Como os animais, que não se preocupam com melhoria de suas condições de vida, exigência que só o ser humano possui, aqueles ex-mineradores e os irracionais não estavam, nesse sentido, muito afastados na escala zoológica. Não conheciam ambição, desconheciam os prazeres da vida; não criavam, não tinham motivação para estimular suas ações sobre a natureza.

Era uma sociedade que não se preocupava com a apreensão de problemas que se situassem do outro lado das serras que delimitavam suas zonas. Não se preocupava em dialogar com outros homens, nem com o mundo, nem com seu Criador. Ela passou a viver num mundo que era só seu; percebia somente aquele mundo.

Se o homem é pelo modo como ele faz, produz, esses míseros novos meios de produção levaram à formação dessa nova sociedade, que se difundiu paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração. Assim a

antiga área de correrias de indômitos, valentes e vigorosos paulistas na preia de índios e busca do ouro e esmeraldas, transformou-se agora numa vasta região de cultura caipira, com um povo triste, deprimido, sem entusiasmo; com uma população extremamente dispersa, desarticulada, que perdeu a motivação para a vida, desesperada e, principalmente empobrecida, que não via nem procurava meios e possibilidades de sair daquela pobreza; um povo derrotado. Isso aconteceu em todo o interior de Minas Gerais e costa paulista.

O caipira, este deprimido - Depressão, síndrome clínica tão badalada e valorizada nos últimos anos, quase sempre é, no mundo moderno, causada por falta de dinheiro, seja para os indivíduos isoladamente, seja para as sociedades com economia em baixa, como as do Terceiro Mundo; sociedades pobres, deprimidas e oprimidas pelas sociedades ricas do Primeiro Mundo.

Foi nessa depressão econômica que aquela população desesperada encontrou um certo equilíbrio e passou a formar e viver numa *cultura caipira*, agora *não mercantil*, numa economia onde nada se vendia e nada se comprava; onde não circulava dinheiro, pois ninguém o tinha.

Esse momento econômico histórico condicionou aqueles homens rurais, que se constituíram na protocélula são-gotardense, a horizontes culturais e econômicos muito limitados, com deprimidas aspirações, que os faziam parecer sem ambição, imprevidentes, ociosos e até vadios. Tal o quadro como os sociólogos passaram a descrever essa sociedade.

Na verdade esses eram apenas valores que exprimiam os baixos *horizontes culturais e econômicos* daquela sociedade tiranizada por uma economia destituída de qualquer estímulo ou mesmo vontade de realizar, marginalizada e desmembrada de outras sociedades mais evoluídas e motivadas por atividades mercantis.

Tudo que eles precisavam era uma nova mente, e ela teria que ser criada por eles mesmos, aqueles desanimados da vida, ainda que lentamente. Precisava-se, no entanto, descobrir uma maneira de acelerá-la.

O que faltava, na realidade, era um intercâmbio social e cultural com outras sociedades mais evoluídas, para que lhes servissem de espelho ou estímulo ao desenvolvimento e ao progresso. Formou-se um grupo social muito específico com perigo até de perenização, pelo seu isolamento social, perigo de se formar um grupo social anormal, até patológico, porque isolado. Não conhecia outros mundos, e na verdade, nem sabia de suas existências. Era a lamentável sociedade caipira.

O modo como o homem produz e, portanto, forma a economia em que vive, influi de maneira extraordinária no seu aspecto somático e psíquico. É a economia que controla suas motivações, seu humor, seu modo de agir, de se relacionar, que forma suas normas de conduta. Tudo, então,

dependerá do grau da economia em que estiver vivendo. A miséria não estimula nenhuma motivação.

Psicologia do Jeca Tatu - O caipira, nosso precursor, oprimido pela nova e deprimente economia, não poderia ser um homem extrovertido, cheio de vida e vigor, alegre, exibicionista e inovador. É típico da figura do caipira desmotivado o desinteresse pela vida, e, portanto, desinteresse para consigo próprio. Desinteresse pelo seu aspecto físico: roupas remendadas, chapéu roto, descalço, barbas por fazer, desdentado e sua triste e característica aparência de anêmico crônico, imprimindo-lhe um aspecto de humildade. Essa a tradução social de um mau estado sanitário, de verminoses e má alimentação.

Essa sociedade não poderia ter motivação nem condições de levar adiante uma colonização racional e embasada numa economia produtora de riquezas. Tinha pobreza física, mental e fisiológica. A mais deprimente descrição comparativa dos colonos pioneiros ingleses e irlandeses, que formaram os Estados Unidos com os nossos colonos, foi feita por Vianna Moog, em suas investigações publicadas em *Pioneiros e Bandeirantes.*

A sociedade caipira era livre - Aos ciclos econômicos e sociais da colônia, escravidão e garimpo, sucedeu a civilização caipira. A troca daquela economia anterior, das minerações de riqueza fácil, da sorte, embora de paciência, para a economia onde havia certeza só de pobreza, não poderia deixar de incutir em nosso caboclo uma depressão que os sociólogos escreveram como ociosidade, preguiça e desprezo pela vida. Era apenas um homem com depressão econômica, depressão pela vida. O homem deprimido é um homem que se isola facilmente; homem sem humor, evita qualquer convívio; vê-se sem motivações, sem iniciativas, portanto sem ação. Tem até "medo de aparecer"; daí seu aspecto de humildade. Por isso se diz que o caipira é "escanteado", não se mistura com outras pessoas; é desconfiado e recrimina seus companheiros que procuram socialização, os caipiras "exibidos".

A sociedade caipira, que sucedeu à escravidão, era livre. Só que analfabeta, quase nada iria contribuir para uma documentação histórica. O caipira podia ir e vir. Podia escrever, mas somente alguns, raros, sabiam escrever. Podiam dialogar com seus patrões. Reunir-se em grupos no curral dos patrões. Ganhavam água, até café. Foi uma sociedade com direito de comunicação. Seu maior meio de comunicação era a música. Música que foi escrita por terceiros, já pensando na exploração comercial.

Comunicação pela música - Era a música o meio de comunicação na sociedade caipira. Não havia rádio nem jornais, para que eles ficassem sabendo que houve uma guerra mundial e que estava havendo outra. Nem correio havia; alguma carta de algum parente longínquo seria no mano a mano. Música é exteriorização ou alegria? Nem sempre. Vejam os cantos gregorianos: há coisa mais deprimente?

A música era apenas cantada, não escrita. Uma música de lamento, de tristeza, com descrição de sua pobreza, do lamentável estado de suas habitações e sua situação social conseqüente. Cantavam sua personalidade de homem oprimido, de homem triste, morando em ranchos de sapé, de paredes de pau-a-pique, barreados, chão de terra batida, portas e janelas de varão, fincados nos pé-de-morros onde plantavam lavouras em terrenos íngremes.

Seu aparelho musical era a viola, de herança medieval e renascentista, mas fabricada por eles mesmos aqui no interior. Existiam os artistas para fabricar violas. Artesões de grande capacidade, não havia dúvidas.

Disse Berlioz: " – O timbre da viola é, em geral, profundamente melancólico". Devia contribuir, desse modo, para dar mais ênfase à descrição de seus lamentos. Quando muito se formava um grupo musical pela introdução de um aparelho de som africano, o tambor. Aí já se pensava em festa. Alex Haley relata a comunicação por tambores nas tribos africanas, de onde vieram nossos escravos. Por exemplo, o nascimento de Kunta foi anunciado a centenas de quilômetros pelos batidos sucessivos dos tambores falantes de uma tribo para a outra.

As descrições dos historiadores sobre os quilombos citam sempre um Morro do Espia. Era onde ficava uma sentinela, possivelmente com um tambor, cujos batidos teriam um código que dizia o que se passava ao longe. Era esse o meio de comunicação mais eficaz para transmitirem suas mensagens.

Os caipiras cantavam suas misérias, traições amorosas, odisséias românticas, crimes passionais, como se canta hoje. Descreviam sua pobreza e sua dependência assumida em relação aos grandes proprietários, quando descreviam suas virtudes, façanhas heróicas e poder.

"Floor Street" caipira - Vivia-se numa economia sem dinheiro circulante. É nessa base que se instala a economia de subsistência (não-mercantil), porque sua produção não tinha meios de ser comercializada, senão em limites mínimos. Predominaria o sistema das barganhas, da *catira.*

Os economistas de nossas instituições corruptas, que lideram atualmente nossas instituições financeiras, dão nomes pomposos ao sistema, nomenclaturas complicadas para desviar nossa atenção, nós que financiamos esses ladrões da República com altas cargas de impostos. Fazem um cruzamento de línguas diversas para a formação de neologismos. O caipira batizou suas humílimas transações comerciais com uma terminologia local: *a catira.* Tudo nesse mundo caipira deveria ser autógeno; eles

formavam outra cultura dentro de nossa cultura.

Catira é trocar um artigo por outro: uma égua por um porco ou por um alqueire de arroz. Não entraria dinheiro, somente objetos de trocas. Essas transações foram muito usadas na Idade Média, principalmente no alvor da burguesia comercial. Enquanto o colono americano falava em dólares e punha os xerifes a perseguir os corruptos, o nosso falava em catira. A economia deles, estruturada na *Wall Street*; a nossa, na *Floor Street*.

As "traições" hoje se chamam "mutirão" - Os trabalhadores de roça não tinham como receber salários, então trocavam dias de serviço entre si. Essa expressão "mutirão", que se usa hoje nos centros urbanos, expressando uma ação de auxílio coletivo, em que os vizinhos se reúnem para uma ajuda mútua na construção de seus barracos, na sociedade rural caipira, bem anterior à urbana, tinha o nome de "traição" ("treição"). Quer dizer, fazer uma traição ao vizinho, uma surpresa. Os trabalhadores da região chegavam de surpresa para plantar ou capinar as roças do vizinho. Tudo em troca de outras "traições". A comida seria fornecida pelo dono da roça, e era fácil, porque feijão, canjiquinha de milho e carne de porco todos tinham; eram produtos de suas atividades domésticas obrigatórias de sobrevivência. O arroz era pouco usado: era uma plantação mais onerosa e difícil; usava-se mais a canjiquinha de milho quebrada no pilão, como seu substituto. Arroz era comida de domingos. Na realidade a grande motivação para as "traições" era a cachaçada.

Modo de produção caipira - A sobrevivência daquela população deveria ser com produção autárquica, tanto é que se vangloriavam de comprar só sal, querosene, arame, e outros produtos industrializados, impossíveis de serem produzidos por ela. O sal era muito valorizado e teve até monopólio, *o estanco real*, no período colonial.

Estanco era uma série de produtos de monopólio da Coroa e não eram de livre comércio. O estanco poderia, no entanto, ser passado para terceiros, principalmente para os judeus que monopolizavam a comercialização do produto. Deu muita briga quando a Coroa quis, nas minerações, passar a cachaça para o estanco. Houve época em que se comia sem sal; ele estaria ao alcance de poucos com o estanco.

Ter-se-ia que produzir tudo entre eles, porque não tinham dinheiro para comprar nada. Tinham que fazer roupa; sabão com matéria-prima local; procurar no mato tintas vegetais para tingir os tecidos; rapadura; carne e gordura animal; caçar. Faziam seus calçados com couro, as chamadas "precatas", uma corruptela de alpargatas. A produção não era social.

Os únicos recursos com que contava essa economia decadente eram as enormes disponibilidades de *mão-de-obra desocupada e a ocupação de terras virgens despovoadas*, sem donos e desprovidas de valor.

A alfabetização dos filhos - Despesa com educação dos filhos não constituía problema para a sociedade caipira. Perpetuar-se-ia, naturalmente, sem se constituir num fator anti-social ou de admoestação, uma população analfabeta. A língua portuguesa sofreu sério risco de ser deturpada ou mesmo de se criar um dialeto regional. Nem se pensava em mandar filhos para escolas.

A "cultura" era realizada pelos mestres ou "professores" rurais. Também eles, semi-alfabetizados, tinham "sabedência" apenas para se sobressaírem naquele ambiente social. Escolheriam, quem sabe, ou se acomodariam a um meio de vida mais fácil, paralelo e um pouco mais afastado dos rudes serviços rurais. Meu professor nos contava que a Cachoeira de Paulo Afonso era tão forte que por baixo do vão formado pela queda das águas do Rio São Francisco, podia-se passar de automóvel (Fordinho). Assimilávamos tudo. Não me lembro se dizia se havia poeira.

Dava-se, destarte, perpetuação a uma sociedade caipira, uma civilização de retireiros, inculta, que, sem nenhum meio de comunicação, não sabia o que se passava além do morro de suas regiões. Mais tarde, o Chacrinha lançaria o famoso *slogan* muito adaptável àquela sociedade– "Quem não se comunica, se estrumbica."

A ocupação das terras

As sesmarias - *Sesmaria* quer dizer terra inculta ou abandonada. Eram partes de terras que o Rei de Portugal ou seus funcionários graduados, como donatários de capitanias, governadores gerais, mais tarde o Imperador, poderiam doar aos colonos, trabalhadores rurais, os sesmeiros, que se interessassem por elas para cultivo.

Havia necessidade de povoar e cultivar as terras nesse mundão de sertões incultos do Brasil. A terra deveria ser ocupada com finalidade de fornecer produtos para o comércio mercantil europeu, como ocorria com o pau-brasil, açúcar, algodão e couro. A sesmaria que não fosse utilizada seria devolvida ao poder público para novas distribuições num espaço de cinco ou dez anos, dependendo do contrato.

O início das instalações dos engenhos no Nordeste foi feito com sesmarias. Quanto mais terras necessitassem, mais conseguiriam, porque ali era visualizada a única fonte de renda da Coroa.

As pessoas de maiores possibilidades econômicas recebiam essa sesmarias com documentação oficial, dada pelas autoridades; seriam realmente donos. Pagariam o dízimo. Tais sesmarias, documentadas, eram hereditárias.

As posses - Mas existiam outras formas de ocupação do solo

além das sesmarias; eram as *posses*. Os mais pobres ocupavam as terras para trabalhar. Os terrenos eram chamados de *posses e* os colonos que ocupavam esses pedaços de terras eram chamados *posseiros*.

A posse, entretanto, não passava pelos crivos do conhecimento governamental, isto é, não era documentada oficialmente; logo, sem validade jurídica. O usuário tinha apenas domínio sobre a terra, ao contrário das sesmarias qtie eram documentadas pelas autoridades doadoras.

Não devemos aqui usar o termo *invadir terras,* termo agressivo da atualidade, porque *invadir,* é entrar à força ou hostilmente, onde alguém seria desalojado denotando o estado de violência propositada das sociedades urbanas de hoje que, saindo das cidades, passam a usar as invasões de terras apenas com propósitos ideológicos de tomada do poder pela revolução violenta, em vez da intenção de cultivá-las, embora preguem o uso racional da terra.

Ninguém se interessava em fazer monopólio de terras exigindo documentos. Para que terras, se não havia comercialização? Produzir para que e para quem? Pode ficar com esse trambolho de terras, companheiro!

Em São Gotardo, como em todo o Brasil, inicialmente, havia milhares e milhares de alqueires de terras virgens, sem donos, sem nenhum cultivo ou aproveitamento racional. Eram sertões infindos, sem cultivo ou manejo. Terminado o ciclo das minerações, o povo teve que partir para o uso da terra, para o manuseio do gado e da agricultura, o único meio de produção existente. Havia terra à vontade; só não havia gente para cultivá-la e o governo não tinha condições de enfrentar o cultivo dessa imensidão de Brasil.

Esse tipo de ocupação da terra, a posse, era uma ocupação de fato; poderia ser de uma terra devoluta, parte de uma sesmaria abandonada ou só parcialmente aproveitada. Entre os posseiros instituíram-se usos e costumes de formar títulos particulares das terras. Quem vendesse sua posse, daria um título pelo qual transmitia os direitos do domínio daquela posse a outro. Direito de domínio ou de uso e não de propriedade, porque ninguém tinha título de propriedade. Os títulos pelo uso e costume instituídos eram respeitados.

A administração pública fazendária não participaria do trânsito desses títulos, que não podiam ser registrados. Assim, não haveria imposto. Esses títulos puderam, anos depois, por ordem governamental, em 1850, ser registrados em cartórios (no nosso caso, registrado em Pitangui), dando realmente aos seus portadores o direito de propriedade e, ao mesmo tempo, deveres para com o Estado. Passariam a pagar impostos.

Esse sistema dos *sem-terra* funcionou na colonização de São Gotardo, só que os pioneiros se aposseavam de terras sem donos e não de terras documentadas e já em franca produção. Era uma ocupação sem violência, pacífica e ordeira onde todos se respeitavam. No município de São Gotardo não morava ninguém, não se explorava nada. Quem se dispusesse a formar fazendas ou cultivar terrenos em menor quantidade, era só chegar e cercar as terras. Ninguém iria brigar com esses posseiros. Seria brigar às margens do Amazonas por um copo de água.

Os pioneiros - Foi nessa época que chegaram, provenientes de outros municípios, mas principalmente via Pitangui do ouro, vários precursores de nossa formação, visando à criação de gado e à agricultura. Garimpo propriamente dito não era sua meta ou preocupação. Entre esses precursores sobressaíram-se:

- Joaquim Gothardo de Lima – Em 1836, originário de Carrancas, hoje uma cidadezinha próxima a Andrelândia, São João Del Rei e Lavras, zonas de mineração de ouro em franca decadência.
- Domingos Pereira de Araújo Caldas, da região do Rio das Mortes, próxima a São João Del Rei. Fundou a Fazenda Confusão no local chamado Campos do Domingos Pereira, assim denominado por influência desse pioneiro. Dizem que era um mulato. Certa vez fomos a São João Del Rei para conhecer o Rio das Mortes e o famoso Capão da Traição onde os emboabas trucidaram os mineradores paulistas. Um mundo de história ao lado de um universo igualmente histórico, que é São João Del Rei.
- A família de Gabriel Rodrigues Ribeiro, também em torno de 1845, originária de Cajuru, próximo de Divinópolis, estabeleceu-se na região denominada Sapecado, a 12 quilômetros da atual São Gotardo. Fundaram a Fazenda Gameleira, onde mora hoje o Sr. Eurípedes Rodrigues. Foram os senhores Gabriel Rodrigues Ribeiro e o seu genro, Capitão José Rodrigues os patriarcas de uma numerosa e importante família em nosso meio, os Rodrigues, famosos pela pirraça.

O café como novo modo de produção - Somente com a chegada das grandes lavouras (principalmente do café) acabou a liberdade de posses de terras, porque o ressurgimento de um comércio mercantil de exportação, a plantação e exportação de café valorizaram novamente as terras. Acabaram-se aqueles costumes de uso.

Com efeito, passadas as décadas de maior recesso e pobreza (1790, quando cessaram as minerações, até 1840) surgem e se expandem novas formas de produção agroexportadora: café, algodão e fumo, dando início a um rápido processo de reaglutinação das populações caipiras, agora com bases econômicas mercantis (com exportações). Foi um povo que

voltou a se manifestar, reaglutinar, ter valor e ver suas coisas valorizadas. As terras voltaram a ter valor porque passaram a produzir um produto mercantil importante, o café. Até o homem rural passou a ser valorizado. As posses, ou melhor, os títulos, agora registrados significavam, terras valorizadas, animando sobremaneira seus proprietários.

Passaremos a mostrar um documento regido pelo sistema de posse, para exemplificar o que foi descrito. Como exemplo, a título inicial da "Fazenda Confuzão".

Documento da primeira posse; o documento primitivo de posse da "Fazenda Confuzão":

"Dizemos nos abaixo assignados Jozé Francisco do Amaral e Escolástica Maria de Jezus que nos somos senhores e possuidores a dezoito annos (desde 1784) de humas terras de plantar e criar de huma e outra parte do rio Indaya cujas ouvemos por poce que nellas botemoz com concentimento dos Com. Que tem neste destacamento. Terras que confrontam a principio a divisao da parte decá do rio Indaya, hum espigam de Campos procurando rumo direito do rio vão a huns campos que estam na outra parte e decendo pella estrada que . vai para o Quartel de S. João atte um espigam de campo q. vai findar na barra de hum reibeirão chamado Confuzão passando a outra parte do Indaya seguindo pello ribeirão da Confuzão asima de hua parte e outra do dito reibeirão atte hum Espigam de campo limpo que esta da parte do dito ribeirão digo delá incostado no matto passando o ribeirão para a parte delá rumo direito atte hum espigam de campo que confronta com terras de Narciso Lucas de Oliveira as quaiz terras vendemos e com effeito vendidas temos a Antonio da Costa Pinto e pello preço e quantia de trezentoz e sinquenta mil reiz; a conta dos quaiz recebemos .....Matheuz duzentos mil reiz e o resto que são sento e sincoenta mil reiz me passou credito a meu comprador por tempo de ——hum anno cuja razão cedemoz do dominio que. tinhamoz nas terras temoz e passamoz nellas ao comprador ficando nos obrigados a defender alguma duvida que psa haver nas ditas terras sobre poces commo tão bem passar-lhe uma escritura Pública. E por ser assim verdade pedimos a Elias Pinto Coelho que por este por noz.....e nóz só nóz assinamos com presença de testemunhas assinadas hoje Sabado 18 de dezembro de 1802."

José Francisco do Amaral
Alguém assinou por rogo por Maria Escolástica
Eliaz Pinto Coelho
Como testemunha Luiz Marcelino da Costa

Pode-se notar pelos termos – "somos senhores e possuidores", não diz que são donos, proprietários, "a dezoito anos de humas terras de plantar e criar *cujas houvemos por pace* com concentimento do Com. (deve ser capitão-mor).....as quais vendemoz e com efeito vendidas , cedemoz o dominio que tinhamoz nas terras temoz e passamoz ao comprador e defendemoz qualquer duvidas sobre a poce dassas terras."

Como as mulheres eram analfabetas por não terem adquirido ainda direito à alfabetização, alguém teria que assinar por elas por rogo. Documento passado perante autoridades morais lá na beira do Rio Indaiá; só o português usado confirma isto. Nada de cartórios, nada de topônimo *São Gotardo* que ainda não existia. Como se vê, é um documento de 200 anos coincidindo com o fim do ciclo do ouro, em 1808.

Até aqui tratamos da influência do ouro, que foi a origem da população caipira e sua influência sobre o nosso processo de povoamento. Em outro capítulo falaremos sobre a influência do diamante.

O Concelho Distrital de São Gothardo

Concelho Distrital – É um corpo consultivo, eletivo (regulamentado por eleições), que se reúne na sede de cada distrito para superintender todos os assuntos referentes à sua comunidade. Naturalmente que, conforme seu nome próprio nome indica, distrito não é sede de Comarca. As decisões sobre o distrito de São Gotardo seriam tomadas em Carmo do Paranaíba, sede da Comarca. O distrito tinha um governo para se dirigir e este governo era o "Concelho Distrital".

Não se assuste, porque "concelho" é com c mesmo. Deriva do latim *conciliu,* que é "circunscrição administrativa de categoria imediatamente inferior ao município, do qual é uma divisão".

Não se deve confundir com "conselho", que vem do latim, *consiliu* que significa conselho, advertência, reunião de assembléias para tomada de decisões. São duas coisas completamente distintas.

Então, quando se diz que João XXIII convocou uma reunião do Concílio Vaticano II, quer dizer, querer reunir o Concelho do Vaticano, o *Conciliu.* Acontecia, no entanto, que o escriturário dessas atas relativas a São Gotardo, para simplificar as coisas e não complicar a erudição, não fazia diferença entre *s* ou *c*. Ele usava aquela apelação: "- Deu para entender? Então tanto faz s como c". Ele ainda não entendia bem a tal de ortografia ortodoxa; ele era muito democrático.

Considerei interessante transcrever essas atas porque elas relatam um capítulo que muito diz respeito à história de São Gotardo, naturalmente desconhecida pela imensa maioria de nosso povo. É uma revelação de acontecimentos de nosso passado, assumidos por pessoas antigas de nossa sociedade; são fatos de nossa história que precisam ser revelados, conhecidos.

Eu, por exemplo, sempre ouvira falar de um tal *Curral do Concelho,* sempre em tom humorístico, onde deviam ser presos os animais de ruas. Também um *Curral do Concelho de Sentença,* que seria mais ou menos a formação do corpo de jurados nos dias de júri. Talvez uma comparação humorística com o Curral do Concelho, relacionado aos animais de rua.

Ata da 1ª sessão ordinária do Concelho Distrital de S. Gothardo em 15 de março de 1893

Presente João Coelho Duarte, Antonio Alves de Oliveira Franco e João de Deus Bessa, sob a Presidência do primeiro foi aberta a sessão.

Foi apresentado pelo Presidente o estatuto do Concelho Distrital o qual foi unanimemente aprovado pelo Concelho. Começou o Concelho a examinar os concertos de ruas e mudança de pontes dentro do arraial cujos exames serão concluídos em tempo mais oportuno.

E nada mais havendo a tratar o Presidente suspendeu a sessão e os membros do Concelho assinaram a ata;

João Coelho Duarte -presidente do Concelho Executivo Distrital
João de Deus de Bessa
Antonio Alves de Oliveira Franco.

Antônio Alves de Oliveira Franco foi o pai do Major Olímpio Franco, possuidor da fazenda Matutina, perto do Arraial de Pimentas (mais tarde Matutina, cujo nome foi em homenagem ao Major Olímpio Franco, dono da Fazenda Matutina).

Após a morte do Sr. Antônio Alves de Oliveira Franco, sua fazenda foi divida entre os herdeiros, entre os quais o Major Olimpio Franco, filho, e Tobias Bueno, genro. O Sr. Tobias, que era pai do Sr. Pedro Bueno, Chico Tobias, Antonio Tobias e outros. Mais tarde o Sr. Juca Londe adquiriu a fazenda, que hoje pertence aos seus herdeiros.

Ata da 2ª sessão ordinária do Concelho Distrital em São Gothardo em 16 de março de 1893

Presentes João Coelho Duarte, Antonio Alves de Oliveira Franco, João de Deus de Bessa, sob a presidência do primeiro foi iniciada a sessão. Foi nomeado pelo Concelho o cidadão Firmino de Paula Silva para alinhador de casas e outros edifícios nas ruas deste Arraial. Com o qual as contas .....a preço de dois mil reis para alinhar uma casa ou um edifício cujo preço será pago pelo dono do edifício. E nada mais tendo a tratar-se o presidente suspendeu a sessão

Ata da 4ª sessão ordinária do Concelho Distrital em São Gothardo em 16 de junho de 1893

Presentes João Coelho Duarte, Antonio Alves de Oliveira Franco e João de Deus de Bessa sob a presidência do primeiro do mesmo João Coelho Duarte foi aberta a dita sessão. Foi por este Concelho criada e sancionada a

lei nº 2. a taxa criada sobre licença para edificação de casas e passeios dentro da povoação e sobre a marcação de limites exato em metros nesta povoação.

Nota – Tenho impressão que esse João Coelho Duarte foi o pai do Cel. Frederico Coelho Duarte, que veio de outro lugar.

Termo de posse

Aos seis dias do mês de Abril de mil oitocentos e noventa e cinco neste Distrito de S. Gothardo, Município de Carmo do Paranaíba, comarca do mesmo nome, Estado de Minas Gerais perante mim Presidente e Agente Executivo Distrital tomarão posse e prestando juramento de Conselheiros deste Distrito os cidadãos José Severino Ferreira de Aguiar e Pacifico José Pimenta. O que para constar lavro o seguinte termo de posse.

Eu, João Coelho Duarte, Presidente e Agente Executivo Distrital o escrevi.

João Coelho Duarte , Presidente e Agente Executivo
José Severino de Aguiar
Pacifico José Pimenta

Ata da seção extraordinária do Concelho do Distrito de São Gotardo em 12 de outubro de 1897

Presentes João Coelho Duarte, José Severino de Aguiar e Pacifico José Pimenta, sob a presidência do primeiro foi aberta a secção:

O expediente foi a criação de lei seguinte:

Artº - 1º O terreno onde é a Igreja Velha no largo dessa povoação é bem .....atrás no anexo dele descendo até a frente da casa que foi do falecido Dedeca, e hoje pertencente a Pacifico José Pimenta fica de hoje em diante reservado por deliberação do Concelho para nesse erigir um edifício publico que fique servindo de uma Casa de Correção e futuramente edificar-se anexo; do mesmo terreno um outro edifício que sirva de Cadeia e Casa de Comarca quando se julgar oportuno, não podendo jamais ninguém edificar prédio particular dentro do referido terreno sob pena de infração e ser punido com as penas da lei alem de multa que será imposta por este Concelho conforme este .entender

Nada mais havendo a tratar deu-se por concluídos os trabalhos da presente secção extraordinária.

Servindo de secretario - João Coelho Duarte
Servindo de presidente - José Severino Ferreira de Aguiar
Pacifico José Pimenta

Termo de posse

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de 1899 neste Distrito de São Gotardo , Município de Carmo do Paranaíba, perante mim, presidente e Agente Executivo Distrital sob fé de juramento tomavam posse de Conselheiros por este mesmo Distrito os cidadãos José Nunes de Oliveira e Antonio Camillo Boventura Eu, José da Silva Campos presidente e Agente Executivo Distrital servindo de secretario escrevi;

Antonio Camillo Bovaentura
José Nunes de Oliveira

Ata da cessão ordinária do Concelho Distrital de São Gothardo, Município de Carmo do Paranaíba.

Aos 4 dias do mês de Abril de 1899 na sede do Distrito, na casa de residência do cidadão Manoel Marques Guimarães ali presentes os membros do Concelho Distrital, José da Silva Campos, Antonio Camillo Boaventura, José Primo de Oliveira foi aberta a primeira cessão ordinária do corrente exercício. Foi apresentado um oficio do cidadão Manoel Marques Guimarães lembrando a necessidade de remuneração ao Agente Executivo Distrital, criação de faixa de trilhos de carros, nomeação de fiscal e alinhador de casas pra o Distrito.

Posta a sua teoria em discussão sem debate foi resolvido: que um orçamento fique consignado ao Agente Executivo Distrital o subsidio foi quinhentos mil reis anual podendo o Concelho a titulo de gratificação consignar-lhe quantia razoável em razão de seus serviços e rendimentos do Distrito. Do mesmo modo ficou resolvido a criação dos lugares de fiscal e alinhador do Distrito cujo pagamento será feito do seguinte modo - ao primeiro será dado 10% sobre a quantias que arrecadar de multas e taxas, por este Concelho sejam criadas, ao segundo fica dado a quantia de dois mil reis pelo alinhamento de cada prédio que será pago pelo interessado. Ficou também resolvido que o Agente-Executivo Distrital, depois de examinar achar conforme a ponte do trânsito do centro desta povoação para o seu cemitério verificamos o pagamento contatado devendo mandar se prolongue os corrimões em posição diagonal serviços esses a cargo da administrativo do mesmo Agente Executivo que poderá contratá-lo e pagar alguém em melhores vantagens Foi feita proposta que discutida e aprovada que de hora em diante o Concelho cobrará o imposto de sangue, na proporção de dois mil reis por cabeça de gado vacum. Ficou o agente executivo autorizado a contratar com pessoas para o plano orçamentário para o abastecimento de água para a povoação. Ficou deliberado ao Agente Executivo nomeação de fiscal e alinhador de entre as pessoas de sua confiança que com habilitação se mostrar:

José da Silva Campos
José Nunes de Oliveira
Antonio Camillo Boaventura

Declara-se em tempo:

O imposto sobre os carros (de bois) de fora que do Distrito que transitarem nas ruas desta povoação é de dois mil reis cada um, isto todas sas vezes que passar na povoação.

Ata da sessão ordinária do Concelho Distrital de S. Gothardo, Município de Carmo do Paranaíba.

Aos sete dias do mês de setembro de 1889, . Presentes os membros do Concelho foi apresentada pelo presidente do Concelho a necessidade urgente de reconstrução da ponte municipal sobre o Ribeirão da Confusão na estrada que liga este Município com Dores do Indaiá conquanto que esta referida ponte necessita urgente reforma.

Termo de contrato

Aos 5 dias do mês de outubro de 1899 na casa de residência do Sr. José Nunes de Oliveira presentes o presidente do Concelho Distrital, José da Silva Campos, e os demais membros, passaram a rever as propostas dos pretendentes das obras, da contratação da obra da ponte sobre o Ribeirão da Confusão. Todas as propostas de todos os licitantes, foram recebidas e abertas, durante os apuros verificaram que a oferta de Gonçalves José Borges, cidadão brasileiro, lavrador, era a que mais se harmonizara aos interesse do Distrito já quanto ao preço de um conto e setecentos, inferior aos de cada um , já quanto as condições . Pelo que foi ela aceita em todas as suas partes o rematante Geraldo José Borges que se acha presente. Effectua-se com o presente o Geraldo José Borges o presente contrato sob as bases e condições seguintes que o mesmo obriga-se a cumprir - a ponte composta dos materiais seguintes - quatro vigas, de ipê de quarenta palmos (mais de oito metros) de cumprimento um e meio de face digo, uma polegada e meia de face, três dúzias de planchois de dezesseis palmos de comprimento(três metros e meio) e de 3 polegadas de espessura um palmo e polegada de largo – para os corrimões, 6 paus direitos de seis palmos de comprimento e cinco polegadas de largura duas vigas de 40 palmos de comprimento por 5 polegadas de face, 6 corrimãos de comprimento relativos a ponte , dois paredões de pedra para descanso das vigas sendo cada uma de um metro de grossura e vinte palmos de comprimento ficando finalmente a ponte com dois palmos e meio de altura com aterro que segue da mesma ponte para o lado de do Sr. Joaquim Luiz ser de 55 metros de comprimento levando de cada lado um paredão de pedras com leito cheio de cascalho. Fica estipulado de noventa dias a partir de hoje para as obras promptas. A contratante pagará oito contos de reis adiantadamente. Na falta de cumprimento do presente contrato fica o contratante e seu fiador sujeito a uma multa de trezentos mil reis pagos amigavelmente.

O presente contrato vai assinado pelo Agente Executivo Distrital pelo arrematante, fiador, e pelas testemunhas Frederico Gomes de Macedo e Francisco de Paula Martins Vargas Eu, José Nunes de Oliveira secretario escrevi

José da Silva Campos
Geraldo José Borges
Manoel Marques

Nota - É uma ata interessante que mostra a tecnologia da época, em que uma ponte era totalmente construída de madeira, onde nem foi mencionada a presença de cimento e as medidas feitas com palmos.

Forma de juramento de Secretario do Concelho Sr. Venâncio José de Castro

Aos 15 dias do mês de Maio de 1901 neste Distrito de São Gotardo, em casa do Revmo. Pe. Vigilato Pinto Fiuza, digno presidente do Concelho Distrital em presença dos dignos Conselheiros Pacifico José Pimenta, e José Alves Franco ali também presentes Frederico José de Castro nomeado Secretario do mesmo Concelho pela respectiva Congregação pelo dito presidente, foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos pelos quais o encarregam de servir bem e fielmente o cargo de Secretario do mesmo Concelho.

Nota - Presente no Concelho o Sr. José Alves Franco, pai de Juca Franco, Baiano Franco, João Franco (que era pai do futuro prefeito Cyro Franco).

Ata da reunião do Concelho

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 1901, nesse Distrito de São Gothardo, Comarca de Carmo do Paranaíba em casa do Reverendíssimo Padre Vigilato Pinto Fiuza e dos demais membros do Concelho Distrital, os Conselheiros Pacifico José Pimentas, José Alves Franco. Foram pelo presidente apresentadas três cartas de propostas para os serviços de paredões de pedras desde a extremidade da ponte até o muro de Venâncio José de Castro na Rua que vai ao cemitério visto estar a rua quase intransitável.

Alfredo Lima propõe a fazer a obra de acordo com os editais por duzentos e sessenta mil reis, Manoel José Fermandes Palmello (pai do sr. Mario Palmello, escritor) por duzentos e cinqüenta e oito mil reis, Absalão dias Ferreira por duzentos e cinqüenta mil reis.

O Concelho deliberou ficar com a proposta de Absalão Dias Ferreira. O presidente mandou que se fizesses o contrato com o Sr. Absalão. E também que impusesse nos contrato penalidades.

Em seguida entraram os seguintes projetos - Projeto nº 2 de dezembro de 1901 – ato adicional aos estatutos do Concelho de 15 de março de 1893 (sobre criações nas povoações desse Distrito).

Artigo 1º -Fica expressamente proibida a partir desta data da publicação das presente leis a criação e soltura de porcos no perímetro desta povoação. Ao infrator multa de cinco a vinte mil reis de cada suíno até o máximo permitido pela lei orgânica municipal.

Parágrafo único - Logo que forem encontrados nas ruas ou quintais alheios os referidos suínos o guarda fiscal da Câmara ou fiscal do Concelho, qual deles mais depressa puder fará encerrá-los no Curral do Concelho, ou em lugar para esse fim destinado, multando o respectivo dono, que poderá reclamá-los paga a multa competente, dentro de 24 horas; não reclamando nestes tempo serão os mesmos animais considerados bens de evento.

Artigo 2 – É proibido ter solto no perímetro urbano deste Distrito gado vacuum, ainda que sejão vacas de leite uma vez que seja danninho (peralta, desobediente, travesso) isto é, acostumadas a arrombar tapumes e penetrar nos quintais ou plantações. Multa ao infrator de dez a vinte mil reis de cada animal danninho, até o máximo legal, sendo ainda obrigado sob pena de desobediência a retirá-los da povoação.

Parágrafo único - Para ter lugar a imposição desta pena deverá ser o dono ou detentor de frutos do produto desse animal, avisado uma vez para que fique ciente da qualidade daninha do dito animal. Terão lugar a imposição de multa e pena concomitante pela mesma forma e processo do parágrafo único.

Artigo 3 – Fica em pleno vigor as disposições do Estatutos Distrital de 15 de março de 1893 que não contrariarem a presente lei.

Depois de dada a palavra a cada Conselheiro e discutida a referida lei, foi aprovada em todas as suas partes. No obstante para maior madureza ficou adiada para o primeiro dia da reunião uma ultima discussão sobre a referida lei.

Em seguida deliberou o Concelho fazer um Curral do Concelho na esquina da rua que ....vai cemitério da parte esquerda da dita rua em continuação da linha da casa em que mora o cidadão Zeferino Dias Ferreira pela parte de dentro do muro.

O Concelho orçou o serviço do dito curral que deverá ser de quatro braças de cada lado em quatro mil reis à braça, sendo o tapume feito de achas de pau formiga preta de três palmos de chão (fincado) e 8 palmos de altura (1 metro e setenta), entrelaçados de fios de arame e este o Concelho dará, assim como o portão e mais quanto a madeira colocada no lugar será a custa do arrematante. Este serviço pela urgência e pouco preço pode o Presidente do Concelho encarregar ao contratante do serviço do paredão atrás nomeado independente de .....e que o mesmo contratante traria por dez mil reis e porá no lugar do curral dois paus para esteios do portão, roliços que dê depois de lavrados vinte centímetros de face sendo os paus de ipê. A lavragem será por conta do Concelho

Nada mais havendo findou a sessão. Assinaram
Pe. Vigilato Pinto Fiuza,
Pacifico José Pimenta
José Alves Franco

Nota – O Sr. João Coelho Duarte, presidente do Conselho, foi o pai do Cel. Frederico Coelho Duarte. Parentes que tentaram reconstituir a árvore genealógica da família Duarte Coelho, descobriram que o pai, João Coelho Duarte, foi um padre no Caraça, que depois veio para São Gotardo. Eis uma das razões do Cel. Frederico ser levado a estudar no Caraça.

Ruas Frei Paulino e Padre Kerdole

Assim descreveu José Gonçalves Ferreira, ou Juquinha Carneiro, em "História de São Gotardo", alguns dados sobre *Frei Paulino*.

"Pela Lei nº 1.905, de 18 de julho de 1872, (portanto há quase de 130 anos), fica elevado à categoria de Freguesia (povoação eclesiástica, mais ou menos uma paróquia) o distrito de São Sebastião do Pouso Alegre" (o povoado, arraial de São Gotardo)". Naquele tempo do Império, como se vê, a Igreja não era independente do Estado; o Imperador podia criar bispados, paróquias e freguesias.

Talvez por influência do Bispo Dom Viçoso, do Bispado de Mariana, a população do distrito de São Gotardo reuniu esforços no sentido de ser construída uma igreja, substituindo a capela primitiva, já na carência de melhor representação à altura da exigência dos católicos que aumentavam em número na Freguesia de São Gotardo. Então, pelos anos de 1864, construiu-se a primeira Igreja Matriz no local da capela, na atual Praça São Sebastião (praça da antiga rodoviária), que depois foi insensivelmente demolida. Atrás dessa igrejinha existia um cemitério, que mais tarde foi transferido para a outra praça, onde e em cima do qual foi construída a atual Igreja Matriz.

O professor Joaquim Antônio Gomes da Silva, escritor de Pitangui, em seu livro "Escavações, Pitangui", editado em 1893, dá a lista dos filhos de Pitangui que conseguiram graus em seus estudos: "Alguns, com intuito de conquista de um pergaminho; outros, com ingresso no presbiterato." (A lista de nomes dos padres concluintes no seu livro era o dobro daqueles dedicados às ciências sociais e humanismo, como ditavam os costumes e não as vocações, nos anos 1800). Na lista dos 63 padres, filhos de Pitangui, estão os nomes de *Frei João Paulino* e do *Padre Miguel Kerdole Dias Maciel*, que em seguida vieram, dedicados ao missionismo, dar seu apoio espiritual à população de São Gotardo.

São Gotardo, como Dores do Indaiá, na ocasião, eram ambos, arraiais pertencentes ao Termo de Pitangui. Esse Termo de Pitangui vinha até o Rio Indaiá, pouco para lá dos Campos do Domingos Pereira, em São Gotardo. Fazíamos divisa; daí a influência até religiosa de Pitangui sobre São Gotardo.

Em 1873 (há 128 anos), período imperial, percorrendo o sertão mineiro na sublime missão de enaltecer a fé católica, esteve em nosso arraial o Frei Paulino, que antes estivera em Dores do Indaiá, deixando lá a obra de uma memorável praça com a legenda "Sagrado Coração de Maria", na qual foram plantados coqueiros, então regados pelas senhoras da cidade.

Era **Frei Paulino** portador de qualidades espirituais que o credenciavam a valoroso apóstolo da religião. Deixava assinalada com obras a sua passagem missionária, devido ao espírito empreendedor de que era dotado. Na Freguesia de São Gotardo foi o construtor das varandas laterais da Igreja da Confusão; foi o pioneiro batalhador na construção do antigo cemitério (na Praça dos Sagrados Corações, onde fica hoje a Igreja Matriz).

Elevou à frente da antiga igreja, na Praça São Sebastião, hoje demolida, o cruzeiro de madeira de aroeira, do qual pendem a torquês e o martelo, simbolizando os instrumentos do martírio de Jesus. Esse cruzeiro sustentava a data de 1873 e a legenda de J.N.R.J.

Bem próximos ao cruzeiro, um de cada lado, alteavam-se dois pés de coqueiros também plantados pelo missionário Frei Paulino, na aludida data. Dir-se-iam guardas silenciosos do sagrado madeiro.

Depois da construção do prédio Fórum-cadeia, a Rua Frei Paulino passou a se chamar Rua Detrás da Cadeia, porque ficava atrás daquele prédio.

Foi seu sucessor o **Padre Kerdole** Dias Maciel, que permaneceu à frente da paróquia até 1896 (há 115 anos), servindo também à paróquia de Santo Antônio dos Tiros, que era o lugar predileto de sua residência. Gozava de grande prestígio na região, pelas suas qualidades pessoais e cultura.

Assim é que se elegeu deputado provincial, sendo autor do projeto que se converteu na Lei 3300 de 23 de agosto de 1885, dando nome de São Gotardo ao lugar, como homenagem ao seu fundador, em substituição ao de São Sebastião de Pouso Alegre ou Confusão.

Segundo outras informações, o Padre Kerdole trocara Pitangui por São Gotardo por desavenças políticas no partido liberal de sua cidade.

Não temos dados concretos para explicar como esses padres bateram com os costados em São Gotardo.

Poderiam ser provisionados por alguma Ordem, melhor Irmandade, a que pertencessem; Frei Paulino poderia ser da Irmandade dos Franciscanos como frei. Como poderiam também ser provisionados pelo Bispo de Mariana, D. Viçoso.

Outra possibilidade seria que eles poderiam ter vindo como missionários nômades, à semelhança de outros que percorriam as capelas e freguesias com o espírito de apostolização, de espalhar a cristianização e o Evangelho. Com freqüência eles faziam em determinadas freguesias os seus

pés de estribos; fixavam-se nelas. As paróquias já estabelecidas, até históricas, como a de Pitangui, já tinham padres em excesso; poderia haver padres ociosos. Vimos na lista dos pitanguienses que se formavam que mais da metade era de padres.

Não se sabe se esses nossos religiosos pertenciam a alguma congregação ou se eram seculares; apenas como hipótese, na ausência de provas, poderiam, pelo menos Paulino, como Frei, pertencer à Irmandade de São Francisco, e Kerdole à classe de padre diocesano, secular. Frei sempre pertencia a alguma Ordem.

Não vieram somente nos períodos das *desobrigas* (compromissos que a Igreja impunha ao povo), periodicamente, porque se fixaram na freguesia. O patrimônio (área) para a construção da Vila de São Gotardo foi, em parte, doado pelo Padre Kerdole que tinha propriedades rurais na região.

A Construção da Igreja Matriz

Ata da Segunda reunião da diretoria encarregada da construção da Capela de N. Senhora do Rosário.

Aos três dias do mês de maio do ano de mil novecentos e trinta e cinco, na Igreja Matriz desta cidade de São Gothardo, Estado de Minas Gerais, achando-se presentes todos os membros da diretoria foi pelo Senhor Presidente Revmdº Pe. José Baptista dos Santos, vigário desta freguesia declarada aberta a sessão. Em seguida usando da palavra o Sr. Vigário levou ao conhecimento da Diretoria que o Exmº Sr. Bispo D. Manoel Nunes Coelho, concedeu licença para a construção da capela de Nossa Senhora do Rosário, uma vez que esse serviço não prejudicasse a construção da nova Matriz, encarregando a presente diretoria de sua construção, aprovando também as respectivas plantas que lhe foram apresentadas.

Em virtude da recomendação do Exmo. Sr. Bispo, consultada a diretoria sobre a conveniência de se iniciarem ambas as obras ao mesmo tempo, ficando resolvido por unanimidade de votos, que se desse o começo primeiramente do serviço da nova matriz. Por proposta do Presidente Sr. Bento Ferreira dos Santos deliberou-se aumentar o número dos membros da diretoria tendo sido escolhidos os seguintes; Srs. Randolpho da Silva Prados, Lino Francisco Soares, Joaquim Ferreira Vaz, João Alves Franco e João Lopes Fonte Boa.

Ata da 3º reunião da diretoria encarregada da construção da nova matriz de S. Gothardo. (resumo)

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de 1935, ás 5 horas da tarde, na igreja matriz desta cidade de S. Gothardo, Estado de Minas Gerais, estando presentes os membros da diretoria foi, pelo Presidente Sr. Bento Ferreira dos Santos aberta a sessão.

Pelo Sr. Dr. Jair Pinto dos Reis foram relatados os resultados dos trabalhos iniciais pela comissão nomeada na sessão anterior para colher assinaturas das pessoas desta cidade que se comprometem fazer o donativo de um conto de reis em prestações de 200.000 por ano durante cinco anos, sendo até agora o seguinte resultado do trabalho da comissão;

assinaram o compromisso o Sr. Leonidas Nunes Bicalho , Dr. Erival Ladeira, Randolpho da Silva Prados, José Vicente de Souza, Dr. Jair Pinto dos Reis, José Nunes Maciel, Dr. Alderico Andrade, José Nunes Bicalho, João Lopes Fonteboa, Joaquim Ferreira Vaz, João Caldas Filho, Bento Ferreira dos Santos, Francisco Resende Filho, Pe. José Batista dos Santos, Ignácio Borges, João Alves Franco, Sigefredo Ferreira de Araújo, Dr. Evaristo Ferreira de Souza. O Sr. Sebastião Leopoldino de Souza comprometeu-se a fazer o donativo de 1:000.000 de uma só vez, pago no dia do lançamento da pedra fundamental da obra. Deixaram de assinar o compromisso, estando prontos a auxiliarem a construção os Srs. Gerson Duarte Coelho, Miguel Rosa, Raul José de Araujo, Lino Francisco Soares, Venâncio José de Castro e José Maria de Araújo.

Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada será por todos, assinada.

Assinaram a ata:

- *Bento Ferreira dos Santos* - prefeito no tempo da ditadura.
- *Pedro Fonseca* - coletor estadual.
- *José Montuori* - farmacêutico, vindo do Gordura.
- *Ignácio Borges* - pai de D. Maria Borges e Juquinha Borges.
- *Jair Pinto dos Reis* - advogado atuante em S. Gotardo.
- *José Nunes Maciel.*
- *Sebastião Gomes.*
- *Sigefredo Ferreira de Araújo* – pai de José Maria de Araújo, avô de Dr. José Dalmo, da Construtora Arcos, em Belo Horizonte.
- *Vig° Pe. José Batista dos Santos* – vigário da época, vulgo Padre Ziquinha.
- *Lázaro Francisco Alves* - Lázaro Rochael.
- *João Alves Franco* - pai do Dr. Zé Franco, dentista.
- *Francisco Tobias de Oliveira* - Chico Tobias, pai do Paulo Bueno.
- *José Bernardes da Silva* - Zé da Chica, construtor, calçador de ruas.
- *José Vicente de Souza* - comerciante, Juquinha Leopoldino.
- *Dr. Evaristo Ferreira de Souza* - advogado em São Gotardo.

Nota – A caracterização, após os nomes dos assinantes, foi feita por nós, na tentativa de identificação dos personagens para os leitores.

Ata da 4ª reunião da diretória encarregada da construção da nova Matriz de S. Gothardo (resumo)

Aos 23 dias do mês de maio de 1935 às 5 horas da tarde, na Igreja Matriz desta cidade de S. Gothardo, Estado de Minas Gerais, achando-se presentes os membros da diretoria foi pelo Presidente Bento Ferreira dos Santos aberta a sessão. Relatados os trabalhos de arrecadação de donativos estipulados em 1 conto de reis, pagando-se 200 mil reis por ano assinaram compromisso mais as seguintes pessoas – Srs. Antonio de Oliveira Franco, Lazaro Francisco Alves, Antonio Go mês de Camargos, Domingos Tocafundo, Francisco Joaquim de Araújo, Rivalino de Mello Franco, João Franco, Dr. João Pinto dos Reis, Olimpio Alves Franco, Oscar da Silva Prados, Gerson Duarte Coelho,

Ficou deliberado que a pedra fundamental da obra será lançada no dia 20 do mês de junho próximo, dia em que será celebrada a festa de São Sebastião, padroeiro desta freguesia.

Nota - *Identificação dos personagens:*

- *Antônio de Oliveira Franco* - o Baiano, da indústria de manteiga.
- *Lázaro Francisco Alves* – Lázaro Rochael.
- *Antônio Gomês de Carvalho* – do IBGE, conhecido por Sr. Antônio, da Estatística.
- *Domingos Tocafundo* – um italiano, construtor, avô do Julinho Morato; de Arinos, filho do Juju, que era genro do Sr. Tocafundo. Levado pelo Pedro Ludovico, ditador de Goiás, para ajudar a construir Goiânia.
- *Rivalino de Melo Franco*, casado com minha tia. Pai do Paulo Pessoa, do Rivalino, Ester Pessoa, do falecido Ary Pessoa, etc.
- *Jair Pinto dos Reis* – advogado.,
- *Olímpio Alves Franco* – Major Olímpio Franco, chefe político.
- *Oscar da Silva Prados* – pai do Íris Prados, Dr. Olendino, e Tim do Oscar.
- *Gérson Coelho Duarte* que deu nome à rua, citado em outro local.

Ata da 5ª reunião da diretoria encarregada de construção da nova matriz de São Gothardo. (resumo)

Aos trinta dias do mês de maio de 1935 ás 5 horas na Igreja Matriz desta cidade de S. Gothardo, foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente, Bento Ferreira dos Santos. O Sr. Secretário leu o desempenho da comissão nomeada para a arrecadação de fundos para a obra dividida em zonas

A comissão da cidade conseguiu mais as assinaturas dos Srs. Hermenegildo de Assis Ladeira, Mansueto Ladeira, Octaviano Ordones de Castro, Romualdo da Silva Prados, Dr. Carlos Resende, João Lopes, Vigilato Brasileiro, Raul José de Araujo, Appolinario Honorio de Souza.

Notas de identificação:

- *Hermenegildo Ladeira* - pai de Dr. Erival Ladeira.
- *Mansueto* – irmão do citado.
- *Otaviano Ordones de Castro*, dentista, pai do Sr. José Ordones, Leandro Ordones, avô da Rute Ordones do Eydher.
- *Dr. Carlos Resende* – advogado.
- *Romualdo Prados* – funcionário municipal.
- *João Lopes* – importado de Perobas, titular do Cartório, pai do Baixinho do Cartório.
- *Raul José de Araújo* – dentista, irmão de José Maria de Araújo. Tio do Dr. Zé Dalmo.

Ata 6 ª reunião da diretoria encarregada da construção da nova Matriz de São Gothardo (resumo)

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de 1935, as 5 horas na matriz desta cidade de S. Gothardo, achando-se presentes os membros da diretoria abriu a sessão o Sr. Presidente Bento Ferreira dos Santos. Assinaram compromisso de 1 conto de réis para auxiliar a obra os seguintes senhores: Francisco Gonçalves de Resende Sobrinho, Raimundo Rosa, Antonio José Borges, Antonio Amaro de Resende, José Francisco Camargos Sobrinho, José Jesuino Pereira, Joaquim Pires de Camargos, José Eduardo Barbosa, Candido Lopes das Silva, José Luiz de Souza, José de Almeida Medeiros, Lafayette Barbosa de Oliveira, Elisiario Resende, José Alves Franco, Divino Lopes da Silva e Ewerton Romeiro.

No dia 20 do corrente celebrou-se a festa de São Sebastião e aproveitando-se deste ato, foi feita solenemente a benção da pedra fundamental da obra no local já escolhido, no antigo Cemitério, com a assistência de grande numero de pessoas, falando sobre o assunto o Rvem° Sr. Vigário Pe. José Batista dos Santos e em nome da comissão encarregada da obra o Dr. Jair Pinto dos Reis, usando também da palavra o Sr. José Fonteboa Netto. Nada mais havendo a assinalar lavrou-se esta ata.

Nota - Diz o Rafael pedreiro que as roupas dos demarcadores do prédio da igreja ficaram escuras de tanto picão. O lote da igreja era cercado por cerca do arame.

- *Francisco Gonçalves de Resende* – pai do Sr. Chico Resende, avô do Sr. Alaor Resende.
- *Raimundo Rosa* – do Capão do Caçador.
- *Antônio José Borges* - Tonico Borges, pai do Zé Prefeito, José Luiz Borges.

- *Lafayete Barbosa* – fazendeiro em Matutina, Água Limpa. Pai do Lazinho Barbosa; este, sogro do Otávio, do Banco do Brasil.
- *Elisiário Resende* – fazendeiro.
- *José Alves Franco*, fabricante da "Francana", pinga famosa; pai do Juca Franco.
- *Divino Lopes da Silva* - pai do João Lopes, sogro do Lazinho do Posto.
- *Ewerton Romeiro* - irmão de Pedro Romeiro, sogro do Sizenando Luiz.
- *Cândido Lopes* - pai do Oliveira, do bar.

Ata da 8ª reunião da diretoria encarregada da construção da nova matriz de São Gothardo (resumo)

Aos onze dias do mês de julho do ano de 1935, presentes os membros da diretoria da construção da nova matriz de São Gothardo, o Sr. Presidente, Bento Ferreira dos Santos, abriu a sessão e passou a relatar em viagem que fez á cidade de Patrocínio visitou as obras da Igreja em construção na referida localidade a qual se acha respaldada, podendo-se por isso fazer apreciação do prédio que é na verdade um monumento e é copia fiel da planta da que se pretende construir aqui, cuja realização será uma gloria para o povo desta terra.

Nada mais havendo a relatar fez-se esta ata assinada pela comissão.

Ata da 21ª reunião da diretoria encarregada de construção da nova matriz de S. Gothardo. (resumo)

Aos sete dias do mês de Maio do ano de 1936 ás 5 horas da tarde na matriz da desta cidade de São Gothardo, presentes os membros da diretoria foi aberta a sessão sob a Presidência do Sr. Revm° Pe. José Batista dos Santos. Estando marcada para o dia 11 de junho a festa de São Sebastião ficou deliberado nomear uma comissão de senhoras para o fim de promover barraquinhas e outras diversões, sendo designadas as seguintes:

D. Maria Guiomar dos Santos, D. Maria de Lourdes Leopoldino Ladeira, D. Maria Montandon Pereira, D. Maria Vitória Franco, D. Maria Fonseca de Oliveira, D. Elisa Ordones Franco, D. Maristella Santos Dumont, D. Herondina Reis, D. Murilla Reis, D. Olivia Alves de Carvalho, que serão convidadas pela diretoria para o fim indicado.

O movimento do caixa é o seguinte; saldo anterior 15: 595, 120, esmolas recebidas 2 627.000.

Notas de identificação:

• *D. Maria Guiomar dos Santos* – esposa do prefeito Bento Ferreira dos Santos.

• *D. Maria de Lourdes Ladeira* - esposa de Dr. Erival Ladeira.

• *D. Maria Montandon Pereira Franco* - esposa do Sr. Juca Franco, mãe da Hebe Franco.

• *D. Maria Vitória Franco* - Esposa de Enock Amorim, cunhada do Baiano. Juca Franco é pai da Hebe Franco.

• *D. Maria Fonseca de Oliveira* - esposa de Chico Tobias, mãe do Paulo Bueno.

• *D. Elisa Ordones Franco* - esposa de Dr. Otaviano Ordones, dentista.

• *D. Maristella Santos Dumont* - esposa de Alberto Santos Dumont.

• *D. Herondina Reis* - esposa de Dr. Jair Reis.

• *D. Murilla Reis* - irmã de Dr. Jair Reis.

• *D. Olívia Alves de Carvalho* - esposa de Sebastião. Foi diretora do Grupo Afonso Pena.

Acta da 22ª reunião da diretoria encarregada da construção da nova matriz de S. Gothardo

Aos 21 dias do mês de junho de 1936, ás 5 horas da tarde na Igreja Matriz desta cidade de São Gothardo, reuniu-se a comissão sob a presidência do Revmdº Pe. José Baptista dos Santos, que abriu a sessão.

Foi relatado estar no fim os serviços de alicerces e, por conseguinte vai iniciar-se os serviços de tijolos, ficou deliberado montar uma olaria por conta da igreja, com posterior escolha de um local apropriado.

Ata da 24ª reunião da diretoria encarregada da construção da nova matriz de S. Gothardo. (resumo)

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de 1938, reuniu-se na Igreja Matriz a comissão sob a presidencia do Revmº Pe. Vigario José Baptista dos Santos, que abriu a sessão.

Para o fim de ficar marcada a data da celebração da primeira missa na nova matriz de S. Gothardo, em construção, registrou-se nessa ata a ocorrência e para conhecimento da geração relata-se o estado da igreja no dia vinte de janeiro de 1940 em que foi pelo Rvmº Pe. José Batista dos Santos celebrada a referida missa sendo acolitado pelo seminarista Sr. Ovídio de Araújo, auxiliado pelo Sr. Vicente Teixeira do Carmo, José Rosalino de Souza, e o sacristão Antonio Lucio.

Estava o prédio coberto, rebocado do lado externo e sua torre na metade de sua altura definitiva; do lado interno tinha a capela-mór forrada e caiada, sendo improvisado o altar para a celebração do ato. Existia ainda andai mês e madeiras no seu interior, cuja parte estava sem reboco, sem ladrilhos, sem portas e vidros. Para se conseguir levar a obra no estado escrito houve muito esforço da comissão construtora e boa vontade da parte do povo concorrendo com suas esmolas. É digno de menção o concurso prestado pelo Sr. Luiz Losano Sanches, construtor que com habilidade executou a planta iniciando o serviço e levando a obra até quase na altura de receber engradamento, serviço feito com perfeição e solidez, sob a direção do Sr. Bento Ferreira dos Santos.

Notas:

• Seminarista *Ovídio de Araújo* era cunhado do Íris Prados. Não chegou a padre.

• *Vicente Teixeira do Carmo* foi vereador mais de uma vez. Era padre da reserva.

• *Luiz Losano Sanches*. Diz o Rafael pedreiro que era um espanhol que o Bento trouxe para construir a Igreja. Morou na casa do pai do Rafael e não tinha família, pelo menos aqui. Foi quem iniciou o Rafael na arte da construção civil, levado para Ibiá para fazer uma construção por lá.

Ata da última reunião da diretoria encarregada da construção da matriz de São Gotardo

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1944, ás duas horas da tarde em residência do Sr. Pedro Fonseca à Rua Delfim Moreira desta cidade, ali presente o Rvm º Sr. Vigário Padre Omar Nunes Coelho e demais membros da diretoria da Comissão Construtora, Bento Ferreira dos Santos, Pedro Fonseca, João Alves Franco, Oscar da Silva Prados, Raul José de Araújo, Francisco Tobias de Oliveira, e Dr. Jair Pinto dos Reis foi aberta a sessão pelo Rvmº Pe. Vigário da Freguesia. Procedeu-se em seguida a leitura da ata anterior, aprovada por todos.

Pelo Sr. Tesoureiro foi lido o relatório do movimento financeiro da referida construção a partir de abril de 1938, portanto 6 anos.

A comissão considerando que já se acham completamente acabadas as sacristias e a capela-mór, isto é, o fundo da Igreja todos envidraçados exceto as janelas das capelas laterais, fechadas com as respectivas portas ladrilhado de tijolos, coberta de telhas com passeios e sarjetas e esgoto para as águas pluviais, considerando mais ainda que todos os atos religiosos já estão se realizando na referida igreja resolve entregar de ago-

ra em diante o acabamento do serviços ao Revmº Vigário exonerando-se dos encargos e compromissos assumidos até a presente data.

Ficou também deliberado que se extraísse uma copia da presente ata para ser enviada a S. Excia. Revmº Dnr. D. Manoel Nunes Coelho nosso amado Bispo Diocesano. Terminando o Sr. Vigário agradeceu à comissão nomeada pelo Sr. Bispo os serviços prestados durante 9 anos em construção da mesma igreja como também pela perfeição na execução da respectiva planta com economia e solidez da obra.

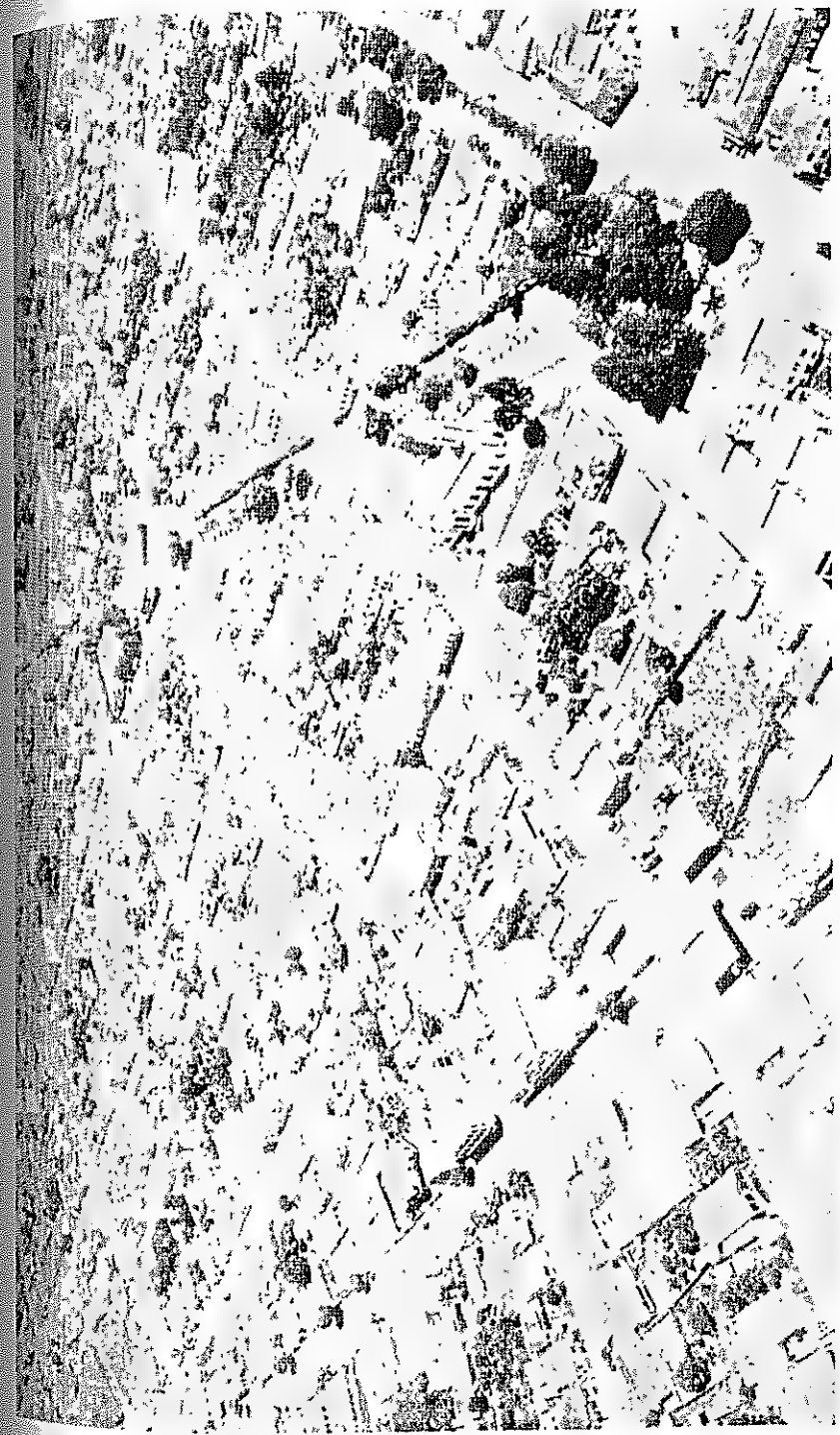
Nada mais haendo a tratar encerrou-se a presente sessão com a leitura desta, que por todos foi aprovada e assinada.

Vigário - Omar Nunes Coelho
Pedro Fonseca
Raul José de Araújo
Jair Pinto dos Reis Bento Ferreira dos santos
Oscar da Silva Prados
João Alves Franco
Francisco Tobias de Oliveira

Nota - Todos os componentes da comissão de construção da Matriz já faleceram, infelizmente. Essa construção custou-lhes muito tempo e dinheiro, além de perturbar um pouco aqueles de menor poder aquisitivo, a maioria, forçando-os a contribuições.

Também, esclarecemos que foi feita a transcrição das atas como estava escrito nos documentos originais.

A primeira matriz de São Gotardo, construída em 1873, sob supervisão de D. Viçoso, Bispo de Mariana. As laterais foram construídas pelo Frei Paulino. Situava-se na Praça São Sebastião, local da antiga rodoviá-



Vista parcial do centro de São Gotardo

O Quilombo do Ambrósio

Nenhum homem nasceu para ser escravo. A escravidão é um condicionamento, uma criação social; é a aquisição de um poder antinatural de opressão de alguns homens sobre outros.

Alguém poderá alegar que seria uma conseqüência da existência de seres, raças e indivíduos superiores. Existirão raças ou indivíduos naturalmente superiores? Estudos antropológicos dizem que não. Poderiam existir indivíduos dotados de número diferentes de neurônios cerebrais ou as ligações entre os neurônios (sinapses) também em números maiores. Nessas diferenças anatômicas cerebrais poderiam residir as diferenças entre indivíduos ou grupos, mas não de raça. Pode haver indivíduo superior, mas raça não.

O fato de indivíduos ou países se considerarem superiores a ponto de se julgarem com direito de escravizar os outros, dependerá de vários outros fatores evolutivos, principalmente predominância econômica. São fatores artificiais criados pelo homem, que não estão escritos nas estrelas nem nos legados da natureza e, se criados pelo homem, poderão da mesma maneira ser modificados por ele.

A raça negra - A raça negra foi a grande vítima da escravidão nos tempos modernos. Fatores vários influíram, como já dissemos, para que isso acontecesse. Não falaremos aqui.

A raça negra não foi feita para ser escrava, ela foi condicionada à escravidão. Tanto é que ela não veio; ela foi *trazida* para ser escravizada.

Aristóteles dizia que o escravo é escravo por natureza; que por natureza não se pertencia, mas pertencia a outra pessoa. Veio predestinado a ser escravo e pronto, seria escravo. Era marcado. Na realidade o que ele queria dizer é que existem pessoas que a natureza destinou a serem livres e outras que foram destinadas a serem escravos por força de condições históricas específicas, feitas pelos homens e que se desenvolveram através da história. Então, a que Aristóteles queria se referir era sobre a historicidade da escravidão. Mas que falou, falou; não há defesa.

Faltava-lhes organização - A raça negra não foi criada para ser escrava. Tanto é que, através da história do período da escravidão, os negros sempre foram revoltados com a situação de serem tratados como animais e manipulados como mercadorias. Os senhores não escondiam o

temor de uma revolta dos negros, o que deixa bem claro que não se tratava de um rebanho cordato, uma massa humana amorfa e submissa por natureza, mas seres humanos orgulhosos, que cultivavam o germe da rebelião.

As diferentes tribos negras, no entanto tinham origens, línguas, religiões e costumes muito diversos, não se identificando entre si. Perdidas suas raízes na África, sentiam-se perdidos. Não conseguiam entender bem sua situação, não conseguindo formar lideranças; portanto não tinham potencial de rebelião. Desprotegidos, longe de sua terra de origem ou já nascidos cativos, perdidos em um mundo que eles nem sabiam onde era. Sem protetores, ficavam sujeitos às explosões de gênio de feitores e senhores, às suas taras e aos sadismos, além de verem qualquer ato de protesto originados deles, ser reprimido com violência até à morte.

A esperança seria a fuga - Aparentemente dócil e resignada, a raça negra suportou até certo ponto os maus tratos de seus senhores. Aos escravos não existia outra alternativa para saírem daquela situação senão a fuga. Ou a morte. Há registros de fugas de escravos de 1600 até às vésperas da Abolição.

Por que fugiam? - Para alguns autores, fugiam porque não se conformavam com os maus tratos. Para outros, porque queriam simplesmente voltar à liberdade, que conheceram na África, por algum tempo. Mas não se pode negar que a revolta de escravos poderia ser interpretada como um ato de dignidade humana. Grande número era recapturado, pois se comportavam como pássaros criados na gaiola, que livres, não sabiam voar e se defender por não conhecerem meios de defesa, em terreno desconhecido. Mas quando em grupos numerosos, se refugiavam em quilombos quase inexpugnáveis.

O mais famoso foi *Palmares*, o quilombo do açúcar.

Uma história de barbaridades - A história desses negros é a história da desumanidade como eram tratados pelos seus senhores. Difícil entender por que eram tão maltratados, se eles eram as únicas máquinas usadas na extração dessa enorme riqueza colonial; riqueza inacessível, impossível sem eles. Além disso, eram máquinas que custavam dinheiro, porque os negros eram peças caras no comércio; estar-se-iam desgastando as máquinas que deveriam ser conservadas fortes para produzirem. Na realidade eram tremendamente maltratadas.

Impossível explicar a esdrúxula dureza de coração e falta de sensibilidade humanitária e moral dos seus senhores, que os tratavam como animais. Como disse o Padre Deputado Pedro Maciel Vidigal: "– Os escravos eram marcados a ferro como os burros e os bois – presos a correntes como cachorros - vendidos nas praças como cavalos, porcos e cabritos - submetidos a trabalhos forçados como jumentos - perseguidos, feridos ou mortos como feras."

Sua história era a comparação com os brutos e irracionais.

Eles não tiveram nem o direito de fazer sua história; não tinham como contá-la ou registrá-la. Não possuíam nada, pois nada lhes pertencia, nem seu descanso, porque o trabalho não podia parar. Não possuíam sossego porque não sabiam o amanhã; não tinham esperanças, só desespero. Nem seus filhos, produtos biológicos de seus sêmenes e do ventre de suas mulheres, lhes pertenciam. Só possuíam mesmo o trabalho, cujo produto não era deles; a tortura, e no fundo de suas almas, suas revoltas, que nunca poderiam ser exteriorizadas, porque podiam custar-lhes enormes sofrimentos ou as próprias vidas.

Os escravos eram o nada - Eles não eram nada; eram, por uma criação de seus senhores, a negação do ser humano. Eles não eram humanos, não eram nada. O que é nada? Nada é o que não tem massa, o imponderal, que não tem matéria nem forma, que não ocupa espaço social, que não tem qualidades que o especifiquem. O espelho da vida não reflete a sua imagem, que não existe. O *nada* é muito semelhante ao *ser* do escravo, porque ser escravo é o mesmo que não ser homem, é o mesmo que não ser nada.

Não tinham alma - Os senhores na sua ignorância, não sabiam que os escravos tinham uma alma. Pela interpretação da teoria da reencarnação, o espírito às vezes aguarda até milhares de anos para uma oportunidade de reencarnação, para voltar à vida material, para reparar erros que cometera em vidas anteriores. Aplicada essa oportunidade de reencarnação, teriam os espíritos um período para reparar seus erros na vida material. Se essa vida material for interrompida por morte induzida, aquele que a induziu ficará em débito com as entidades espirituais e pagará pelos males que fez aos seus semelhantes que poderiam ter aguardado, às vezes, longo tempo para essa nova oportunidade de reparação moral que os senhores interromperam.

Todos os vestígios e privilégios inerentes ao ser humano lhes foram arrancados. Não tinham licença para ficar doentes. Remédio para suas doenças era o chicote. Ou vai para o eito ou agüenta o bacalhau.

Quantos milhares morreram pelos maus tratos dos feitores e capatazes que obedeciam às ordens de seus senhores embrutecidos! Os senhores não sabiam, também, que segundo a filosofia cristã, todo ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus, que o homicídio seria também um deicídio. Quem seriam mais brutos: esses senhores desalmados ou as leis que autorizavam esse estado de coisas?

A formação dos quilombos - Por fim, revoltados, desesperados, não suportando mais os maus tratos, os negros começaram a fugir. Refugiaram-se em lugares longe das fazendas de café e das minas de ouro, onde pudessem levar uma vida mais saudável, com liberdade. Onde houvesse plantações de canas, engenhos, minerações de ouro e de diamantes, entradas e bandeiras, haveria negros fugindo à menor oportunidade.

Se os fujões fossem em número reduzido ficariam vagando, escondendo-se em cada período em um local, esquivando-se dos capitães do mato, que eram irmãos de cor pagos pelos donos dos escravos fugidos para recuperá-los. Quando alcançavam um número considerável, construíam aldeamento onde passavam a residir em tribos, formando uma proteção grupal.

Procuravam se instalar em aldeamentos, em lugares estratégicos para se defenderem, no caso de serem atacados. Esses lugares, povoamentos de negros fugidos, se chamavam *quilombos* e os negros que neles passassem a residir se chamavam *quilombolas*.

Nos quilombos descobriram-se humanos e sociais - Nesse novo convívio social, costumavam reavivar, trazer de volta seus costumes africanos, elegiam um rei e distribuíam os serviços. Procuravam não viver isoladamente ou em grupos muito pequenos, porque reunidos, teriam mais forças de resistência aos seus captores.

As versões e narrativas sobre a formação, duração e fim dos quilombos por forças oficiais divergem entre os historiadores, porque a dizimação dos negros fugidos não deixava documentos nem marcas, porque, derrotados, teriam seus quilombos incendiados com destruição de qualquer vestígio que pudesse permanecer para a História. As versões são, assim, inúmeras, variáveis e confrontantes e as lendas, os mitos, vão se impondo como fontes de informações. No fim, as lendas passam a superar os fatos reais, em sua dinâmica, mas não sobre suas existências.

O maior quilombo no Brasil foi o de Palmares, chamado *República dos Palmares*, no Estado de Alagoas, que durou 65 anos, a partir de 1630; portanto, há mais de 300 anos. Era um quilombo da cana-de-açúcar. O outro quilombo, abaixo de Palmares em importância, foi o *Quilombo do Ambrósio,* o quilombo do ouro e do diamante. Durou 40 anos, tendo início em 1720; cem anos, portanto, depois do *Quilombo de Palmares.*

O império de Ambrósio - O *Quilombo do Ambrósio*, ao contrário de Palmares, em vez de se reunir numa aldeia, num espaço delimitado, era formado por unidades dispersas, distando quilômetros ou léguas uns grupos dos outros. Sua população podia ter chegado a cerca de 3000 negros, sendo que Palmares chegou a ter 20 mil.

A histórica sede do Quilombo do Ambrósio fica a 28 quilômetros de São Gotardo, 26 de Ibiá e outros 20 de Campos Altos, numa confluência desses três municípios. Topograficamente ele se situa no município de Ibiá. Mas havia vários outros quilombos, diríamos, filiados, súditos do Quilombo do Ambrósio, como aquele situado no alto da Serra da Saudade, o chamado *Quilombo das Macaúbas*, talvez o mais antigo e ou-

tros menores, nas cabeceiras do Rio São Francisco. Seria a federação dos Quilombos do Ambrósio.

Segundo o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, fora do domínio do Quilombo do Ambrósio, deviam ter existido nas Minas Gerais cerca de 1500 quilombos. Os bandeirantes paulistas que saíam com bandeiras à pesquisa de ouro ou diamante encontravam freqüentemente vestígios e sinais de suas existências.

A importância do Quilombo das Macaúbas, na Serra da Marcela (Serra da Saudade), nas vertentes do Rio Indaiá, próximo também ao Rio Abaeté, era sua estratégica situação econômica para a sustentação material da República de Ambrósio, pela captação de diamantes nesses rios, que trocados por ouro em Pitangui, permitia que tivessem dinheiro para comprar suas necessidades.

Os quilombos, repúblicas dos negros, como qualquer sociedade organizada, tinham necessidade de eleger um chefe e este chefe, no caso em evidência, foi o negro Ambrósio.

Chega o Rei Ambrósio ao Rio de Janeiro - Ambrósio pertencera, na África, a uma raça de reis africanos núbios ou etíopes do sul do Egito. Essa região foi invadida pelos muçulmanos que fizeram aquelas tribos prisioneiras, entre eles Ambrósio, que juntamente com seus companheiros, foram levados para a Costa do Marfim, ou Guiné, onde existiam feitorias para depósito de negros para serem escambados com os traficantes portugueses em troca de tecidos, trigo, tabaco, cachaça e cavalos. Um cavalo valeria vinte negros.

Os missionários portugueses, inicialmente, na África, estiveram interessados em cristianizar os infiéis. Conseguiram converter ao catolicismo vários reis e respectivas famílias, principalmente na região do Rio Congo. Pelo fato de ser católico o negro Ambrósio, foi arrematado no Rio de Janeiro por dois jesuítas, que haviam deixado as missões às margens do Rio Paraná e o levaram para Farinha Podre (hoje Triângulo Mineiro) para ajudar na catequese dos caiapós. Foi essa a recepção ao Rei.

Eu o batizo, Ambrósio - Os padres o batizaram como Ambrósio. Deram-lhe liberdade e o incumbiram de tomar conta daquela catequese onde se fixaram os caiapós, que fugiam dos brancos das margens do Rio São Francisco em direção ao Triângulo Mineiro (Farinha Podre, hoje Uberaba) e Mato Grosso. Há historiadores que afirmam que Ambrósio nunca fora um escravo no Brasil.

No Tengo-Tengo - O Campo Grande era uma imensa área de chapadões, que tinha início à esquerda do Rio Indaiá até os sertões de Goiás, numa faixa que incluía a região de Paracatu até o Rio Grande, à esquerda. O posto de catequese para onde Ambrósio foi levado chamava-se Tengo-Tengo, próximo ao Rio Misericórdia, afluente do Quebra-Anzol, no município de Ibiá, portanto na região de São Gotardo.

Esse posto de Tengo-Tengo, que era destinado à catequese dos caiapós, com o tempo, com a chegada de novos padres e levas de negros fugidos, que lá seriam sempre bem recebidos, acabou se transformando em um quilombo, um arraial de refúgio para os negros fugidos inicialmente das minerações de ouro de Pitangui e depois dos garimpos do Indaiá /Abaeté.

No local da história - Num domingo, para fazer hora para o almoço em nossa casa, fui convidado por um ex-dono daquelas terras, que sabia de nosso interesse pelo assunto, para visitar o Círculo do Ambrósio. Afinal, meia hora de automóvel, 28 km de distância.

Para concretizar a presença do local histórico à beira da rodovia que liga São Gotardo a Ibiá, existe uma placa onde está gravado o nome "Quilombo", colocada pelo DER, num vilarejo com este mesmo nome. Deixando o asfalto e percorrendo cerca de seis quilômetros à esquerda, chega-se ao Quilombo do Ambrósio, por estrada de terra de boa qualidade.

Fica no município de Ibiá. Zona de mata virgem, onde nem o nosso companheiro, que era daquela zona, sabia identificar ou delimitar as divisas dos municípios de São Gotardo, Ibiá ou Campos Altos. A cidade de Campos Altos fica logo ali, pertinho, pois víamos de onde estávamos, os carros passarem na Rodovia 262, próxima àquela cidade.

Rodados cerca de 4 km na estrada de terra, começamos a descer para o Círculo do Ambrósio. Todos os habitantes da região chamam o local daquele ex-aldeamento, de Círculo do Ambrósio, porque há muitos anos ainda se notava a presença de uma coroa de árvores mais baixas, formando um círculo circunscrito dentro da mata, onde era o "Palácio de Ambrósio".

É uma planície ondulada de imensa extensão, com centenas de quilômetros quadrados em que o alcance visual não é impedido por nenhum acidente de importância.

Mais ou menos no centro daquela planície, ficam dois morros, redondos, de escarpas muito disfarçadas, por onde o acesso a pé é fácil. Um deles é o chamado Morro do Espia. No alto desse morro, um buraco onde se escondiam os espias, atalaias do acampamento dos negros, que de lá poderiam avistar a longas distâncias, qualquer aproximação de pessoas ou grupos estranhos, sem serem vistos.

Observei com atenção e vi que esses avisos, pela longa distância do local do acampamento, só poderiam ser dados por toque de tambores, trazendo de volta mais uma tradição africana, de se comunicarem, transmitirem mensagens pelo som de tambores, mesmo com distâncias às vezes muito grandes (*Roots* – Alex Haley).

Os vigias poderiam surpreender forças policiais, capitães do

Os vigias poderiam surpreender forças policiais, capitães do mato, boiadeiros tangendo seus gados, ou qualquer passante, mas todos teriam que ser conferidos e, conforme suas intenções, seriam dizimados.

Relatam historiadores que os negros de Ambrósio eram assaltantes, coisa pouco provável, porque eles tinham de tudo, produziam de tudo, tinham centenas de alqueires de terras à sua disposição. Além disso, seus postos avançados, filiais do Império, às beiras do Indaiá, colhiam fortunas em diamantes, que davam para comprar tudo de que precisassem e ainda alforriar negros escravizados. Eles podiam assaltar, sim, caravanas, como vingança contra os portugueses, mas seria uma atitude pouco inteligente, porque estas agressões poderiam despertar a ira da Coroa e seria um motivo a mais para que fossem localizados, atacados e dizimados. Eles atuavam com crueldade, como defesa.

O Círculo do Ambrósio é assim chamado até hoje porque ele é delimitado por um vale largo e profundo, de forma circular, como se fosse uma ferradura. Chamavam à atenção das pessoas mais antigas os vestígios daquelas construções, em cujo interior a vegetação era mais baixa ou ausente, por causa da população ali encerrada e onde eram construídas as moradas de pau-a-pique com coberturas de sapé. Era uma coroa de vegetação mais baixa, assim mantida, por ser habitada e nela construídas moradias.

Hoje, à distância, não se nota nenhum vestígio do aldeamento porque tudo foi envolvido pela mata, que se igualou em desenvolvimento e não mais fora podada; um círculo hoje povoado por árvores centenárias, frondosas. Só se o visitante for ao interior da mata e observar de perto, para ver os resquícios do vale que delimitavam o círculo e que servia de forte, de proteção ao acampamento. Por uma foto antiga tirada de muito longe não se vê com precisão, ao fundo, o Morro do Vigia, mas ela mostra nitidamente o Círculo do Ambrósio. As fotos atuais não mostram mais nada do Círculo do Ambrósio, pelos motivos expostos acima.

A fortaleza do Ambrósio - O Quilombo do Ambrósio era cercado por um vale profundo e largo, cujos vestígios podem ainda ser vistos. Era cheio de paus de pontas afiladas e toda espécie de vegetações espinhentas na periferia, e do lado de dentro paliçadas de madeira, cuja finalidade seria constituir obstáculos para invasores chegarem ao interior do Círculo transpondo o vale. O acesso normal ao interior do quilombo seria por um pranchão de madeira, móvel, sobre o vale, como nos castelos medievais, que eram cercados por um poço e cujo acesso seria também por uma ponte móvel.

O Córrego do Quilombo nasce nas vizinhanças do Morro do Espia, corre na divisa de São Gotardo com Ibiá. Historiadores mais exagerados dramatizavam ao dizer que correu sangue pelo córrego abaixo no dia da luta entre as milícias de Antônio José de Oliveira e os negros, quando o quilombo foi destruído, em 1760.

Nós ficamos pensando, ao ver aquele notável acidente histórico, como os negros outrora tão maltratados ou tratados como animais, espancados por mínimas faltas, se sentiam, quando passavam a viver livres, em paz com a vida, com suas esposas, filhos, pais, embora saudosos de sua pátria.

Como vimos, esse aldeamento de negros fugidos durou cerca de 40 anos, e nele moravam mais de mil negros. O total de habitantes da Confederação do Rei Ambrósio, incluindo-se a Serra da Saudade, Córrego dos Porcos, às margens do Rio São Francisco, seria em torno de três mil negros. Todos esses quilombos prestavam obediência irrestrita ao Rei Ambrósio. Além desses, Ambrósio tinha ainda um exército da reserva, representado pelos índios caiapós, seus aliados, morando por perto.

Vários outros arraiais foram fundados, mas com duração efêmera, por falta de comunicação e de proteção dos outros mais bem organizados. Os negros fugidos eram facilmente recapturados pelos capitães do mato ou pelas milícias provincianas, assim como pelos donos de sesmarias obtidas na região.

Organização social - Segundo o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, o Quilombo do Ambrósio era muito bem organizado. Ninguém ficava ocioso. Todos tinham obrigações de trabalhos, de produção, com tarefas distribuídas em especialidades; campeiros tomando conta do rebanho; caçadores e pescadores; roceiros na produção de canaviais, plantando cereais para a produção de alimentos; "engenheiros" responsáveis pela produção de rapadura e cachaça. As mulheres se dedicavam ao fabrico de azeite e farinha. Tinham terras imensas para serem usadas, sem serem perturbados. A comunidade negra trabalhava e distribuía seus víveres segundo o regime comunista. Ninguém era dono de nada. A produção seria recolhida em departamentos comunitários, para o uso comum de todos. Aqueles, entre os quais, velhos ou crianças que não pudessem trabalhar, teriam também seu sustento garantido.

Os intermediários - Existiam no litoral da Colônia, judeus que funcionavam como intermediários de Ambrósio na exportação de pedras preciosas ou ouro. Esses judeus, expulsos e espoliados pela Inquisição em Portugal, odiavam os portugueses e viam em Ambrósio um forte aliado, em potencial, para uma futura destruição dos inimigos. Tudo indica que muitos "padres" fossem, na realidade, judeus travestidos de padres, com ligações com seus comparsas no litoral, para o tráfico e contrabando de diamantes.

A destruição do Quilombo de Ambrósio - Toda má ação tem que ser precedida de outra, às vezes, pior. Getúlio Vargas em 1935 inventou e divulgou intensamente um movimento comunista que seria um

significativo perigo para a pátria. Por isso, instituiu uma ditadura, com o apoio das classes produtoras, que perdurou até 1945, quando foi deposto.

O Governador Gomes Freire, em Vila Rica, inventou que os quilombolas estariam planejando um assalto conjuntamente com o exército de negros escravizados, com ajuda dos índios caiapós, para destruir a população branca em Vila Rica nas portas da Igreja, onde seria realizada uma grande festa religiosa na Semana Santa. Ninguém, naquela população colonial, acreditava naquilo. Só as autoridades e somente elas, por que precisavam criar um pretexto para destruir o Quilombo de Ambrósio. Assim ficou decidido pelo sanguinário Gomes Freire.

Com uma milícia numerosa, portando armas de fogo, inclusive uma novidade de guerra, *a granada*, o Quilombo do Ambrósio foi destruído e ele foi morto durante o combate.

Corriam notícias de que Ambrósio tinha um grande tesouro, que seria representado pelos diamantes dos Rios Indaiá e Abaeté, conjuntamente, com grande quantidade de ouro, que vinha sendo trocado por diamantes em Pitangui. Antônio João de Oliveira, comandante da destruição do Quilombo de Ambrósio, enquanto punha sua milícia para matar os negros e destruir o quilombo, ficava fora do Círculo, imaginando onde aquele tesouro estaria enterrado, dentro de um tacho, naquele local. Por mais que procurasse, após a dizimação do quilombo, nada foi encontrado.

Ambrósio já percebera que seu quilombo estaria na iminência de ser destruído. Ele resolveu esconder seu tesouro e diz a lenda que esse tesouro era o *Diamante do Abaeté*. Ambrósio e um companheiro foram escondê-lo numa cisterna bem longe do seu quilombo, à margem esquerda do Rio Indaiá, ao lado do Morro Nau de Guerra, ali no nosso familiar Arraial da Fragata, proto-célula da cidade de Tiros, terra de meus antepassados, criados às sombras do Morro Nau de Guerra, próximo ao Rio Pirapetinga, afluente do Rio Indaiá.

Diziam que era o maior diamante do mundo. Seu companheiro, participante daquela façanha e conhecedor do segredo, nunca mais foi visto no quilombo; desaparecera. Isso nos faz pensar que Ambrósio foi o inventor desse moderno processo tão freqüentemente usado no mundo das drogas, chamado "queima de arquivo".

A história dos negros tem uma base lendária muito grande, porque qualquer sinal de sua história fora queimado e salgado, para nada restar. Continua apenas o mito; nada foi documentado.

Diz a lenda que na comitiva que saiu à procura daquele tesouro, estava um "padre" (Zabelinha) que certo dia fora dar confissão a um doente lá pelos sertões de Pompéu. Este lhe revelou ser possuidor de um mapa do esconderijo do *Diamante do Abaeté,* um tesouro incalculável.

O "padre" Zabelinha ficara tão perturbado com a informação do moribundo que se esqueceu de lhe dar a bênção e ele morreu sem o sacramento da extrema-unção, tão apressado em se apossar do tal mapa, indicador do segredo do esconderijo onde Ambrósio teria escondido o tal diamante. O diamante foi encontrado. Judeu perde pista de algum tesouro?

Descobriu-se que o "padre" Zabelinha não era padre e sim um judeu, travestido de padre. Por isso, o padre titular de Pompéu, já doente e velho, mas sabedor de muitos segredos, comunicara aos seus superiores que não aceitaria o "padre" Zabelinha como seu sucessor na Paróquia e que antes de passá-la, o velho pároco disse que queria assistir ao sepultamento de Zabelinha. Conseqüência de diálogos entre eles, às escondidas.

Um *Chevrolet* "Gigante", lotado de história

O transporte sempre foi para toda a humanidade um modo de produção muito importante.

O acontecimento mais marcante na vida da sociedade caipira era o transporte por carros de bois, que desempenhava nela uma importância econômica muito grande. Nesse sistema de transportes, todo o complexo usado teria que ser feito no local: o carro de bois, os bois e os carreiros. A energia usada era a muscular: a dos bois e dos carreiros.

Nos anos de 1920 e 1930, todas as mercadorias do nosso comércio teriam que ser buscadas em Ibiá, onde era o terminal ferroviário mais próximo de nós. Toda essa região do Alto Paranaíba, zona de Paracatu e Oeste de Minas teria que ir buscar as mercadorias para o comércio nos armazéns de Ibiá. Logicamente seriam materiais industrializados que não podiam ser feitos aqui, como querosene, gasolina, arame, medicamentos, ferragens, bacalhau, cimento etc.

Os carros faziam fila daqui para Ibiá numa seqüência contínua. Como me disse o Sr. Geraldo Pires, às vezes um carreiro aproveitava o fogo do que estava na frente. Mas o importante é que se gastavam quatro dias de ida e quatro de volta. Um carro levava ou trazia, em média, mil quilos de mercadorias.

Podiam, às vezes, ser vistos 200 a 300 bois de carro soltos naqueles chapadões entre São Gotardo e Ibiá, nos pontos de pousos, bois que vinham de regiões muito diversas, não só de São Gotardo.

Eram viagens permanentes, havendo necessidade de se ter uma boiada pronta e outra na reserva, porque os bois nessas viagens muito longas, com freqüência, feriam o pescoço com a canga, precisando alguns dias de repouso. Um candeeiro deveria estar sempre de prontidão. Em resumo, dava emprego para muita gente.

Muitas coisas são produtos do destino, mas dizem os adeptos da doutrina espírita que nada acontece por acaso. Na nossa cidade vizinha, Rio Paranaíba, havia uma seita protestante constituída de pessoas ilustres e importantes no lugar. O padre local, ainda com idéias medievais, não tolerava aquela dissidência e entrou em franco atrito com os protestantes, onde predominavam Rochas e Borges. Houve, numa tarde, um incidente muito desagradável, quando uma procissão organizada pelo padre atacou o templo onde se realizava um

culto protestante, com foguetes e tiroteios em cima dos participantes. Segundo depoimentos, produzindo ferimentos em alguns, principalmente em pessoas idosas e proeminentes do lugar. A esses ânimos acirrados, sucedeu-se a morte do Padre Goulart, abatido a tiros dias depois.

Desgostosos com esses acontecimentos e com o direcionamento que estava tomando aquele litígio religioso, que se apresentava cada vez mais acirrado, os componentes da firma *Borges e Pacheco* resolveram mudar-se para Ibiá. Lá se estabeleceram com um armazém mais vultoso. Foi quando o Sr. Orozimbo Borges, residente em Ibiá, relacionado na família, comprou um caminhão *Chevrolet* "Gigante", colocando-o quase que exclusivamente a serviço daquela firma. Sua rota principal seria São Gotardo, Tiros e Matutina. Essa mesma região que se servia unicamente de serviços de carro de bois para aqueles transportes, há tantos anos.

A firma *Borges e Pacheco,* anos mais tarde, mudou-se para Belo Horizonte onde adquiriu a firma de louças *Cândido Gonçalves,* transformando-a em *Borges e Pacheco Materiais de Construção,* na Avenida Santos Dumont, ao lado do Hotel Imperador do nosso Tiririca, na Praça da ex - Feira de Amostras e Rádio Inconfidência. Seus componentes eram os senhores Ciro, Libânio, Cedro e Abner Borges, nomes ainda vivos na memória do povo daquelas cidades nossas vizinhas. Quando recebia cheques de meu pai, mensalmente, para pagar a pensão e meus estudos, por exigência dos bancos, eles, como conhecidos de meu pai, eram meus avalistas.

Enquanto um carro de boi transportava em média mil quilos de mercadorias, esse caminhão levava dois mil quilos, portanto uma carga correspondente a dois carros de bois. Um carro de boi gastava em média oito dias para sair de São Gotardo, ir a Ibiá e voltar. O caminhão que transportava a carga de dois carros de bois podia fazer esse percurso e as entregas folgadamente em um dia.

Esse caminhão, com duas rodas atrás, foi posteriormente substituído por outro de quatro rodas, que transportava mais peso. Foi pioneiro nessa inovação. Foi importado da Chevrolet, em Detroit, nos Estados Unidos, no ano de 1937, colocado em uso em 1938; então contando atualmente 63 anos.

O Sr. Orozimbo, já idoso, quando chegou à fase de não mais conseguir fazer transportes, doou-o ao Sr. Acrísio Rocha, casado com sua sobrinha, morador no Rio Paranaíba, por julgá-lo mais capacitado para conservar o caminhão e não vendê-lo. Sua mente de pioneiro iluminado já sabia que aquele caminhão seria uma relíquia.

O Bastião Franco e seu violão, numa festa de moçambique em homenagem a N.S. do Rosário, comemorada em 7 de setembro, na cidade de Serra do Salitre, reconheceu o caminhão no barracão da empresa de transportes do Sr. Acrísio Rocha.

Eu não poderia deixar de rever aquela peça histórica que tanto impressionara a mente desse menino caipira, quando o via fazer profundos sulcos na rua-estrada no Arraial da Espinha, fazendo entregas, tamanho o seu peso. Foi, portanto, meu ídolo em 1938. A Espinha tinha um comércio ativo e era muito habitada. O lojista mais importante era o Sr. Antônio Primo Lagares, hoje em Tiros, onde foi prefeito.

Serra do Salitre é uma simpática cidade com 9500 habitantes (censo 2000 mostrou diminuição da população). Situa-se no alto de uma serra a 1300 m de altitude, próxima a Patrocínio. Terra natal de meu colega, Dr. Júlio Cota Pacheco, cardiologista em São Paulo, com família numerosa naquela cidade. Contava-me passagens de sua meninice por lá, inclusive que a cidade era conhecida por *Ventania*, pela sua altitude e castigo permanente pelo vento, mas que é uma denominação não muito apreciada pelos habitantes locais.

O caminhão ainda está lá na garage do Sr. Acrísio Rocha, relativamente bem conservado, com exceção da carroceria, que de madeira, está desgastada e desmontada. Sua cor é a original, verde, com pará-lamas pretos, sem estragos na pintura, e sem amassados na lataria. Realmente o Sr. Acrísio está sentindo a presença e cumprindo o desejo do tio Orozimbo.

Desnecessário reafirmar que esse é o caminhão original, que conhecêramos em 1938, que acabou com o transporte comercial dos carros de bois em nossa região. Não é nenhum similar ou apenas um modelo; é aquele próprio, que transitou em nossa região nos dias que precederam a Segunda Guerra Mundial.

Ao vê-lo, voltei 63 anos na linha do tempo. Fiquei pasmo pensando ali, naquele momento, que a História é realmente escrita pelas transformações das condições humanas produzidas pelas ações do próprio homem, com conseqüentes alterações das estruturas sociais. Pensando também que não somente os homens podem ser históricos; muitos objetos também alteraram o rumo da História como esse caminhão (e seus semelhantes) alterou.

Esse caminhão que observávamos ali naquele barracão com muito carinho, que tenta resistir ao tempo e que realmente tem resistido, porque faz parte dos heróis que apresentaram resistências indômitas, que os fazem até mitológicos, que marcam suas passagens pela História e nela fixam seus nomes, desde que não fossem sobre-humanos ou metafísicos, que não fossem heróis apenas lendários, cuja existência ninguém jamais provou, *obrigou-me* a fazer uma avaliação da **transformação** que ele (caminhão) produziu naquele período na economia de São Gotardo e que, com sua passagem entre nós, escreveu uma página memorável em nossa história.

Eu, na qualidade de pretenso cronista, registro a importância daquele caminhão, que nossos descendentes e estudantes devem colocar nas suas mentes. Ao lado daquele veículo, naquele momento, passei a pensar no passado. Percebi que o progresso nos leva na direção de um mundo absolutamente imprevisível, que uma criança nunca pensara existir em 1938. Nós nem sabíamos que havia um futuro; achávamos que o mundo seria igualzinho àquele em que vivíamos, que não mudaria. O menino não via nenhuma mudança ou pelo menos novidades naquela sociedade. Então não imaginaria que um caminhão poderia mudar o modo de viver de uma sociedade, como aquele mudou. Comparei 1938 com 2000. Nem jeito haveria.

Novos e inconcebíveis meios de vida apareceram e ali, ao meu lado, estava uma das sementes que transformaram o mundo. A semente de um novo mundo. Essa semente se chamava *Chevrolet* "Gigante", só que nossas mentes, analfabetas, naqueles tempos idos, não conseguiriam compreender nem prever nenhuma mudança no mundo.

Aquele caminhão começou a mostrar as transformações que traria pelas conseqüências que se deram. Significou a morte do transporte intermunicipal por carros de bois em nossa região; ofereceu-nos um fio de vantagem para liberar para sempre os usuários dos lentos e primitivos processos de transportes, inscrevendo-os num período de transição, criando condições antagônicas, que somente podem se desenvolver pela ruptura e desmantelamento das formas daqueles sistemas primitivos de condução. Começou a substituí-los por máquinas novas, modernas, o caminhão. Substituiu um período letárgico por outro, de ação. Foi um grande transformador naquele período de nossa história. Inscreveu-se nela.

Produziu, também, obrigatoriamente, alterações econômicas e sociais importantes, conseqüentes, como o desemprego de dezenas de carreiros e candeeiros, ou pelo menos, suas transferências para transportes mais domésticos, mais limitados, embora com sensível diminuição de serviços. Significou também a ociosidade para os fabricantes de carros de bois, aqueles carpinteiros especializados naquele atuante artesanato. A tenda de ferreiro do Josino teve suas encomendas diminuídas no setor da metalurgia dos acessórios e os seleiros diminuíram sua produção de correias.

A consequência de maior importância, na economia rural, foi o abate em massa dos bois carreiros, que se tornaram repentinamente ociosos. Apareceram boiadeiros, filhos daquele período econômico, que se especializaram em comprar "boiadas carreiras pesadas" às centenas, batendo argolas, como sinal de um destino inglório e jogá-las nos

corredores de boiadeiros rumo a Barretos, para o corte. Isso tudo devido ao maldito (bendito) caminhão do Sr. Orozimbo Borges.

O capô desse caminhão é duplo. São duas partes presas por um eixo longitudinal central, podendo-se abrir somente uma lateral ou as duas simultaneamente; fica parecendo um morcego. Em uma dessas partes laterais ele porta o emblema *Chevrolet* "Gigante", sem nenhuma mancha de ferrugem. Emblema muito justificável para a época, quando era realmente um gigante.

O Sr. Orozimbo tivera anteriormente um caminhão de menor capacidade de transporte, que tinha somente duas rodas na traseira e com capacidade apenas para mil quilos. Vendeu-o e passou para esse com quatro rodas, por sinal, o primeiro caminhão a aparecer no Brasil com essa novidade, quatro rodas na traseira. Sua capacidade agora seria para três mil quilos. Sabe-se que essas *mercedinhas ¾* de hoje transportam quatro mil quilos.

Os faróis do caminhão são pregados em cima dos pará-lamas, redondos, grandes. A bateria com seis volts serve praticamente só para a iluminação porque é insuficiente para girar o motor, o que é feito por uma manícula, como se vê na foto da página seguinte. Uma manivela longa com um cabo perpendicular para ser manipulado e fazer girar o motor. Tem que ser transportada dentro do caminhão, porque é de uso constante, muitas vezes por dia.

Suas portas são de madeira, revestidas por duas lâminas de aço finas para não sofrerem avarias ou estragos. Não tem vidros nas portas. Carregam-se atrás dos bancos umas cortinas de lona que, nos momentos de chuva, seriam colocadas para evitar a entrada de água na cabine. É um quadro de lona com pés de ferro que eram introduzidos em buracos feitos nas portas para protegerem o motorista pelos menos da chuva, porque do frio, não. Cessada a chuva, seriam retirados e guardados.

Seu motor é de seis cilindros, a gasolina. Muitos perguntam, porque não sabem que não existia óleo diesel, que só apareceu depois de 1945, depois da guerra mundial. No período da Segunda Guerra Mundial, devido ao racionamento de gasolina, esse caminhão chegou a rodar algum tempo movido a gasogeno, que era uma energia alternativa, produzida por carvão.

Qualquer peça de reposição necessária só poderia ser conseguida em Belo Horizonte, mas nem todas eram encontradas. Certa vez trincou o bloco; não existia no Brasil, precisava ser importado dos Estados Unidos. Ovos quebrados e jogados na água fervendo do radiador poderiam permitir um funcionamento precário, em pequena escala, porque tapava mais ou menos o trinco. O certo mesmo seria esperar seis meses no cavalete, até o bloco chegar de Detroit.

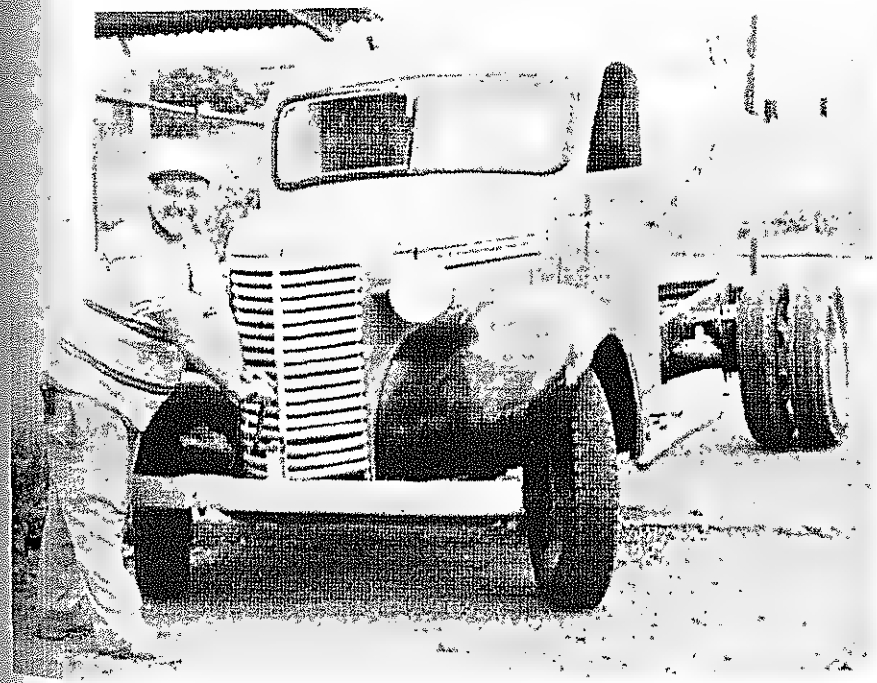
O pára-brisa se compõe de dois vidros unidos no meio, móveis, para entrada de ar. Com ele, levantava-se o limpador de pará-brisas que é movido a vácuo; tem uma torneirinha que controla o ar. Estou usando o verbo no presente, porque aquela máquina ainda funciona. É só por gasolina.

O Sr. Orozimbo ia muito a São Paulo naquele caminhão levando mercadorias nossas, trazendo querosene e gasolina enlatados, em caixotes.

As mães, na roça, usavam esses caixotes para pajear as crianças próximas a elas enquanto trabalhavam, como berço ambulante, acessório, porque o berço verdadeiro estava lá dentro do quarto com outra criança. Usos da época, que sofreram influência com a chegada do caminhão, que passaria também a alterar as estruturas sociais. Uma questão de tempo.

O Sr. Orozimbo faleceu em 1974, quando o caminhão foi encaminhado ao Sr. Acrísio. É de se notar que o caminhão não foi transformado em peça de museu no barracão da garage do Sr. Acrísio; pelo contrário, ele o usou bastante no transporte de carvão e lenha.

Nossas homenagens ao Sr. Acrísio Rocha, pelo seu compromisso com a história do transporte em nossa região.



Esse é o herói que em 1938 acabou com as farras de carros de bois como transporte intermunicipal. Não é sósia, é ele mesmo. Tocando a manícula o Sr. Acrísio Rocha, seu atual proprietário, que tem uma grande responsabilidade perante a história do transporte ao conservá-lo.

Tiros já foi a Capital dos Diamantes

Estive em Tiros para ouvir um pouco sobre a história dos diamantes, a atividade econômica por excelência daquela cidade a partir do início do século XX até seu fim. Concluí que toda a população, atualmente velha, garimpou e, até hoje, enquanto suas condições físicas o permitirem, continuará garimpando.

Diamante mata a fome, mas pode matar o homem - Uma visita superficial a um garimpo atual, leva-nos aos anos 1700 que vemos nos livros. Naquele tempo o garimpo era primitivo. Hoje essa atividade não se afasta muito daqueles modos antigos, com exceção de algumas máquinas, para acelerar o serviço.

Os garimpeiros são muito vigiados pelos responsáveis pela conservação do meio ambiente, do ecossistema, que é o IBAMA. Por exemplo, o cascalho retirado das margens do rio não pode ser lavado diretamente na sua água corrente . Tem-se que fazer um poço acessório para decantação da argila, para que as águas sujas pela peneiragem não voltem diretamente para o rio. Elas devem sofrer uma decantação onde fica a argila e voltam somente águas mais limpas, com pouca suspensão de argila para o leito do rio.

A água com muita argila em suspensão terá sua capacidade de transporte de oxigênio diminuída, com conseqüente agressão e diminuição dos bons níveis vitais para a fauna e flora beira-rios. A água do rio poluída irá alterar o ecossistema; será nociva à flora e à fauna que dependem dela, inclusive o homem.

Recordemos Albert Jacquart, em *Filosofia para não filósofos*: "Quanto aos nossos deveres para com a natureza, de fato, não passam dos deveres para com os nossos descendentes; se somos eternos prisioneiros desse pequeno e espremido planeta Terra, onde vivem bilhões de pessoas, não se trata de respeitar a natureza, mas de respeitar os homens que nele vivem, a quem iremos transmitir essa natureza. Devemos deixar a natureza em bom estado àqueles que nos hão de suceder. Estragá-la irremediavelmente ou destruir suas riquezas não-renováveis será uma falta em relação a eles e não em relação à natureza que não é uma pessoa. Não se trata de respeitar a natureza, mas de respeitar os homens a quem iremos transmitir essa natureza.

transmitir essa natureza. O contato nosso não é entre o homem e a natureza, mas entre o homem de hoje e o homem de amanhã, pois ninguém ignora que o homem faz parte desta natureza como todos os seus companheiros que nela habitam. Sua diferença foi porque sofreu uma metamorfose que lhe foi oferecida pela cultura."

Como pode uma peneira enfrentar a Revolução Industrial ? - A partir dos meados de 1700, sem precisão cronológica, nascia na Europa uma transformação econômica tão profunda, que passou a revolucionar até as mentalidades dos povos do mundo, tudo em conseqüência das modificações do novo modo de produzir.

Começou a aparecer uma progressiva alteração nas condições de vida do homem moderno, com o aparecimento das máquinas. O ritmo do trabalho não mais depende do trabalhador, mas da máquina. Surgem as indústrias com máquinas fantásticas, cada vez mais aprimoradas.

Por outro lado, verificou-se uma verdadeira degradação e desvalorização da habilidade profissional produzida com as mãos, a *manufatura*. Mas enquanto o mundo industrializado sofria aquela convulsão no modo de produção no além-mar, a colônia Brasil dispunha somente de uma peneira de fabricação inglesa, sede da Revolução Industrial, para participar daquela corrida em que as nações ricas e evoluídas tinham que pôr a língua para fora para não perderem seus mercados.

Era a tecnologia da peneira contra a tecnologia altamente industrializada de máquinas. Só anos mais tarde veio em nosso apoio o café, mas também manipulado pela teimosa e persistente peneira.

Já que estamos em Tiros, teremos que aceitar o que nos relata a história da sua economia. Tiros, em plena Revolução Industrial mundial, continuava com sua economia baseada na peneira, na lavagem de cascalho, por homens descalços e dorsos nus, nos Rios Abaeté, Indaiá e Borrachudos. Com esse modo de produção, Tiros e o Brasil colonial enfrentavam a competição da revolução industrial de além-mar. Com uma peneira.

A extração do ouro pode ser calculada e planejada, porque é uma produção previsível, certa, de paciência, dependendo do conhecimento e da riqueza da mina. Pelo contrário, o garimpo do diamante depende exclusivamente da sorte, de um acidente: pode achar e pode não achar.

A economia de Tiros, assim como do Brasil-Colônia, era dependente do diamante; portanto uma economia que dependia da sorte. Mas uma cidade não pode depender da sorte para seu suporte econômico, para manter atualizados seus compromissos inadiáveis. Em plena Economia Industrial, a Economia da Peneira não poderia perdurar.

O município de Tiros, como todos os seus vizinhos, constituído em sua grande maioria de terras que não são boas para cultura, vivia de

algumas plantações de cana para a fabricação de rapadura ou açúcar mascavo, que eram levados para Abaeté ou Abadia ou de alguma plantação limitada de milho, apenas para consumo, com uma tecnologia herdada dos aborígines. Gado era muito pouco, algumas reses para leite, para fabricar queijos e com o seu subproduto, o soro, engordar porcos (chamados capados), o maior suporte econômico de então.

O toucinho era levado de carros de bois para Ibiá, Martinho Campos ou Bom Despacho, afinal onde houvesse terminais de estrada de ferro. Posteriormente (1950), com o aparecimento do transporte rodoviário, o porco gordo passou a ser levado para Belo Horizonte, quando tiveram importância nesse novo intercâmbio econômico os senhores Dico Dias (UDN) e Dimas Bontempo (PSD).

A conseqüência dessa baixa rentabilidade, em que não havia outras opções de trabalho, foi *a migração dessas populações para as beiras dos rios*, à cata do diamante, em que alguns poderiam e realmente ficavam ricos de um momento para o outro.Tudo iria depender da sorte.

Em diálogo com um agente do IBAMA, Cedro do Abaeté, (pequena cidade situada às margens do Indaiá, do outro lado da Fragata, trans-Indaiá, nascida nos primórdios de 1800), ele nos disse que aquela cidade tem no diamante praticamente sua única fonte de renda.

O choque cultural em Tiros - A evolução, o progresso, é um processo. Um processo que não pode ser estático; a ele tem-se que adicionar fatores numa seqüência interminável. O fator principal para dinamizar o processo do progresso é a cultura. Não existirá progresso onde não houver cultura.

Foi justamente ao respirar esses novos ares de cultura que a população jovem de Tiros resolveu aderir e se apegar a um novo modo de produção de economia, porque não se dizer, toda a região, em substituição à economia do garimpo. Ou melhor, substituindo a peneira. Novo modo de produção para uma população jovem que se desligaria daqueles laços da incultura.

Novo modo de produção, embora uma atividade reflexa, é assumida por uma população, que diferentemente de seus pais e avós, ergueu-se, levantou os olhos do fundo dos Rios Indaiá-Abaeté, visualizou novos horizontes, singrados pelos *Boeings* que passavam todos os dias por cima de suas cabeças, cruzando a região do Indaiá, deixando uma rota marcada por uma seta de fumaça, indicando-lhes os rumos da civilização e de um futuro melhor.

Eles, descalços, de calças arregaçadas peneirando o cascalho como autômatos, admiravam desavertidos o risco da fumaça da aeronave que insistentemente lhes indicava o rumo do progresso.

ousaram enfrentar a vida num país estrangeiro (quem já pensara naquilo?), aqueles jovens beira-rios jogaram fora a peneira, embarcaram num daqueles monstros de aço e partiram para os Estados Unidos. "Adeus, meu pai, minha mãe, adeus Rio Indaiá", plagiando Dorival Caimi, que em suas cantigas contava o drama dos nordestinos embarcando num ita, à procura de novo modo de produção no Rio de Janeiro.

Eles sabem que o diamante é coisa rara, que só cai nas mãos de poucos, que é uma economia sazonal e marginalizada, superada e principalmente, uma monoprodução da qual poucos participam, principalmente os jovens, que não tendo outros meios de produção, seriam eternos dependentes econômicos de heranças de seus pais.

Essa população jovem independentizou-se, partiu para novas possibilidades econômicas, para novos horizontes; percebeu que havia necessidade de participar da democratização da economia global, que envolveria maior número de pessoas. Adeus, Indaiá de nossas tradições ! Mandou-se para os Estados Unidos!

A população jovem percebeu que aquela época, com seu espírito de garimpo, já estava superada. Eram metas que já não correspondiam às outras necessidades, que são exigidas pelos novos rumos da humanidade. Novos valores se interpunham entre a população velha e a atual, que não se coadunavam com os sistemas de vida passados. Estabeleceu-se um inevitável choque , com triunfo, naturalmente, dos modernos valores.

Deu-se uma renovação de valores, de sistemas, enfim, uma renovação cultural. Aconteceu uma metamorfose nessa população jovem dentro da complexidade social inevitável. Uma revolução em que todos os métodos sociais foram progressivamente sendo substituídos. Surgiu, agora, um novo tipo de diálogo, aberto, espontâneo, em níveis iguais entre ascendentes e descendentes, que não havia antes, entre os jovens, seus pais e avós.

Os velhos desviaram o Indaiá; os novos estão desviando Tiros - Com o êxodo rural, as populações acumularam-se nas cidades. As cidades em vias de superpovoamento teriam que fornecer empregos e atividades econômicas para essas populações; caso contrário, elas teriam que sair, procurar novos locais onde lhes fosse oferecido trabalho.

A debilidade econômica do Brasil, alimentada pela corrupção dos poderes instituídos, não está dando oportunidade de trabalho aos jovens. Desestabilizou-se nossa economia, levando a classe média celeremente para a pobreza.

Nas cidades, com a melhoria dos processos de educação, a população jovem apresentou considerável evolução cultural que, em pouco tempo, produziu um desvio na história de Tiros. Tiros acordou: não é mais a cidade do diamante, de fortunas individuais. E agora a cidade do dólar,

moeda democratizante para povos que a ela tiverem acesso.

São milhares de jovens que, de dependentes, incapazes financeiramente, passaram a dominar a economia da sua cidade. Inverteram-se os valores. Eles estão fazendo a revolução econômico-social e comercial da cidade. Mas, fato importante, não se desvencilharam dos laços de afetividade de sua terra natal e de maneira patriótica lá aplicam suas economias.

Essa população jovem, sem diamantes, é que irá fazer a substituição da velha e tradicional sociedade garimpeira por outra, mais atualizada e mais culta, mais sociabilizada, através desses novos meios de produção e principalmente culturais; novos modos de encarar a vida.

Uma população jovem que não aceitou aquela vida ribeirinha de seus antecessores, que não tinham conhecimento de nenhuma realidade fora do leito daqueles rios. O aspecto de Tiros já está mudado, talvez pelo fato de nem terem conhecido o Rio Indaiá.

O diamante, apesar de seu valor econômico, fizera de Tiros uma cidade conhecida até no exterior, mas não foi capaz de produzir uma virada nos processos sociais e econômicos daquela cidade, porque faltava o fator cultural. É explicável, pois esse processo de produção, o garimpo, é um processo em que a inteligência e a cultura podem ser supérfluas; em que a energia utilizada na produção ainda é exclusivamente a muscular, primitiva e quase instintiva; onde se produz individualmente, sem divisão social do trabalho; onde se trabalha em posição de subjugado, tronco fletido, olhos em direção ao chão, sem visualizar ou perceber os horizontes ao redor.

O garimpeiro, mesmo milionário, dentro da história, se resume a um "homem", a um "indivíduo", inculto e anti-social, que, assim, não expressa uma classe social evoluída ou dela participa.

Na história das riquezas da época das minerações, o brasileiro, sem cultura, sem visão do futuro, deixou o pombo da fortuna voar de suas mãos, para nunca mais pegá-lo. Lamentavelmente trocamos fortunas por tradição, desde a Colônia. Tradição é um entrave social ao progresso. Construir cidades fabulosas, igrejas com custosos estilos artísticos ricamente ornamentadas e revesti-las de ouro. Cidades outrora fantásticas, como Diamantina, Ouro Preto, permanecem até hoje com as mesmas estruturas históricas e construções arquitetônicas daqueles tempos coloniais. Vivem apenas da história, da tradição, de arte estacionária; na verdade, inigualáveis no mundo. Viraram cidades de "tradição", de lembranças, de turismo, mas são cidades que não vislumbram nenhum futuro, vivendo de tradições. São visitadas, como se visitam doentes sem possibilidades de recuperação.

Curioso é como a falta de compreensão ou como aquelas pessoas que sempre lidaram e ainda lidam com diamantes, mas com uma cultura um tanto limitada, não sabiam nem interpretar a terminologia usual. Todo mundo diz que os grandes diamantes encontrados por aqui "estão na Coroa da Rainha da Inglaterra". Ouviram o galo cantar, só que não sabiam onde estava o galo. O diamante era da Coroa, pertencia à Coroa, ia para a Coroa. Apenas se enganaram com o endereço da Coroa, porque ela era a nossa madrasta. Coroa era Portugal. Na realidade nossos diamantes não iam para Portugal e sim para a Inglaterra e Holanda. Pagávamos dívidas. D. João V, já viram como sua cara, nas pinturas, era de um debilóide? A Inglaterra mandava pirulito para ele e ele entregava nosso ouro para ela.

Os titãs do diamante tinham pés de barro - Em Tiros, os Antônio Felício, os Gouveia, Tatus, Pimenta, Ezequiel, Adélio e outros garimpeiros bamburraram em dinheiro com os diamantes. Mas foram fortunas individuais, acidentais, por um golpe de sorte, que primaram pela inutilidade social, que deixaram vestígios apenas históricos. Mais lendários que históricos.

Foram fortunas sem nenhum proveito ou utilidade social, que em nada contribuíram para o desenvolvimento comercial ou econômico de sua cidade. Só serviram para eles, individualmente, no seu conceito particular de modo de vida. Incultos, nesse estado de riqueza, passaram a desvios de comportamentos, até contravencionando as normas sociais estabelecidas.

Nem suas famílias receberam benefícios de suas fortunas e em nada contribuíram para o progresso de Tiros. Fortunas que serviriam mais para desestruturar do que estruturar as famílias.

Eles não tinham conhecimento do mundo nem sabiam se posicionar dentro dele. Não tinham condições culturais para compreender as excepcionais oportunidades que lhes foram esporadicamente oferecidas, propostas para modificar seu modo de vida, de cuidar do futuro de seus familiares. Não vamos dizer da sua comunidade, da qual não participavam, porque não tinham condições mentais, muito menos culturais, para uma inserção social.

Seu mundo eram eles, individualmente. Não contribuíram; portanto, não participaram da história de sua cidade. Foram apenas ricos inúteis. Achavam que todo rico era obrigado a deixar a família e levar uma vida perdulária. Isso é realmente histórico.

É bem conhecido que toda riqueza advinda do acaso, da sorte, do jogo, de heranças, desaparecerá sem maior esforço. O que não custou suor, não tem valor. A fortuna inesperada leva à excitação do jogo, a um clima de agitação febril, à procura de prazeres, principalmente de luxo; é uma excitação só explicável na concepção mental do *nouveau riche*, que não estava preparado para este choque psicológico. Assusta-se e quer obter tudo que lhe fora negado pela sociedade, de uma só vez.

O Brasil poderia ter se transformado em um país rico, bem estruturado economicamente no concerto das nações; um país respeitado,

entrando na competição com os países europeus na Revolução Industrial, apoiado em suas riquezas minerais.

Aconteceu, porém, que nossas riquezas foram levadas para a Europa, passaram para as mãos dos judeus e do capitalismo europeu, culturalmente adaptados e preparados para a transformação da economia mercantil em industrial, com o dinheiro do ouro e do diamante do Brasil.

O que a água dá, a água leva - Procurei saber, em Tiros, um pouco sobre a história desses diamantes famosos. Dos mais antigos garimpeiros não obtive praticamente nenhuma informação, pois a esclerose apagou a mente daquela população velha. Sem arquivos ou qualquer espécie de registros, tive, para obter dados, contato com o maior número possível de pessoas, sempre idosas. Mas, a maior quantidade de informações me foram dadas pelos elementos mais jovens das famílias, que tinham ouvido histórias fantásticas sobre os garimpos de seus pais ou avós.

Os mais idosos, sempre cima de 80 anos, respondiam: "Não me lembro mais" ou "Não sei de mais nada ". Os mais jovens que nos acompanhavam, iam reconstruindo com dados que já sabiam ou obtinham naqueles momentos. Uma história cheia de fantasias mirabolantes, de saudades e, principalmente, de melancolias.

O *boom* do diamante em Tiros, segundo o comerciante de diamantes Dico Dias, foi na faixa dos anos 30 e 40. A cidade teve um movimento extraordinário, com gente vinda de fora, de automóvel, até aviões sobrevoavam a cidade, um fato raro nos anos 40. Por lá apareciam compradores de diamantes e também os capangueiros.

Havia diferença entre compradores e capangueiros. Logicamente os primeiros eram os capitalistas e os segundos compradores, com menores possibilidades, que vigiavam os garimpeiros, que podiam até viver nos barrancos dos rios. Funcionavam com freqüência como intermediários. Os mais famosos compradores de diamantes em Tiros foram: Antônio Campos (Toinzinho Campos), Irineu José de Almeida e Sebastião Dias, até 1938; depois desta data Dico Dias (o rei do tango), Jafé de Faria, Joãozinho Faria e numerosos outros.

Disse-me o Dico Dias que as qualidades dos diamantes dos Rios Indaiá e Abaeté são as mesmas; o Borrachudos dá menos, mas de modo geral são pedras maiores.

Era riqueza demais em Tiros - Em quantidade, foi o Sr. Antônio Felício quem tirou mais diamantes em Tiros. Não o conheci, mas informaram-me de que tinha uma tenda de ferreiro e era um artesão de mão cheia, pois fazia praticamente toda ferramenta agrícola, sempre de difícil obtenção na época. Uma tenda de ferreiro era uma manufatura, uma micro-indústria de importância fundamental para qualquer cidade interiorana. Haja

vista que os parafusos não eram comprados em lojas, mas encomendados nas tendas. Foices, machados, alavancas, ferragens de carros de bois, tudo era feito nas tendas.

No período das secas, o Sr. Antônio Felício ia para o rio garimpar. Garimpou durante quase toda sua vida, mais de 40 anos. Não achou pedras de grande pureza, de boas águas, mas encontrou grandes diamantes, que perfizeram muito dinheiro. Sua pedra maior foi de 364 quilates, encontrada no Rio Abaeté, como todas as outras; outra de 180, além de numerosas várias. A pedra maior era do tamanho de uma binga de gasolina, ou de uma caixa de fósforo, como dizem outros, maior que um ovo de galinha. Sua fortuna ultrapassou a cifra de 1 milhão, algo fabuloso para a época não industrial.

Disse-me o Geraldo Ambrosino (Geraldo Gurgel do Amaral) que ele parecia possuir um detector de diamantes, pois só numa grupiara tirou cerca de 30 pedras de peneira grossa (pedra de peneira grossa quer dizer pedra grande, que não passava nos buracos maiores das primeiras peneiras de garimpo). Que ele, Geraldo, remexendo em um cascalho por ele abandonado, ainda encontrou uma pedra de 12 quilates. O homem tropeçava em diamantes. Corre um zunzum em Tiros que um parente disse que "só fogo conseguiria acabar com o dinheiro dele".

Informaram-me de que a pedra menor foi vendida por 135 contos de réis; a maior por 700 contos. Para se ter uma idéia, para nós que não conhecíamos aquele sistema monetário, essa quantia daria para comprar na época milhares de alqueires de terras de boa qualidade, cheias de gado. Seu sogro, Sr. Ernesto Bontempo, disse-lhe para comprar a Mata dos Fernandes, aquela região extraordinária do império do Martinho Carijó; poderia comprá-la com uma pequena fração do dinheiro que tinha. Disse que não, porque tinha certeza que ganharia mais dinheiro com pedras mais valiosas, que certamente iria encontrar.

Informam que não soube aplicar com eficiência o seu dinheiro, gastou demais em garimpo, com excessivos gastos com turmas muito grandes; mas era um obcecado por garimpo. Construiu algumas casas, perto da antiga prefeitura, onde hoje mora o Zé Frederico, Zé Facte; outras já demolidas, que na época pouco valiam. Uma péssima aplicação de capital, mesmo quando se pensasse no futuro. Dizem que na inauguração das casas teve festas com castelos (exibição pirotécnica). Contribuiu em obras filantrópicas, de caridade, aplicou no social, praticamente construiu a Santa Casa de Tiros, a velha; mobiliou a Igreja, onde eu fui batizado e crismado, com bancos e vitrôs. Fui também informado de que tinha muita visão e perspicácia política e, com sua influência pessoal, teve grande participação na campanha política do Sr. Sebastião Pais de Almeida, o Tião Medonho, o das vidraças. Mais tarde, mudando-se para Patos de Minas, lá educou e formou os filhos. Portanto, a Prefeitura e a Câmara de Tiros estão lhe devendo um nome de rua, apesar de por lá já terem passado parentes muito próximos, uma injustiça que ainda pode e deve ser sanada.

Fui informado também que outro genro do Sr. Ernesto Bontempo, o "sogro dos diamantes", concunhado do Antônio Felício, o "Sô Quin", achou uma pedra também muito grande e de boa qualidade. Vendeu-a por preço muito elevado. Fazia pito enrolando fumo com papel moeda. Disse para o sogro que desejava se mudar para um lugar maior, onde houvesse mais praça para gastar sua dinheirama. Apesar do conselho do sogro, mudou-se para Araxá, e lá morreu muito pobre.

Faleceu o Sr. Antônio Felício em 1988, conforme dizem, pobre, cumprindo a sina de todo garimpeiro.

Outro diamante de importância, que não teve registro e deixou poucas informações, foi o do Grota, com 80 quilates.

Sobre o diamante do Ventura, com 82 quilates, só ficou para a história dos diamantes o registro de seu tamanho.

O diamante do Francisco Izaías, com 118 quilates, não tem reportagem; caiu no esquecimento como o dono.

Os diamantes do Pereira foram dois; um de 120 e outro de 39 quilates. O Sr. Geraldo Ambrosino comprou o de 39 quilates por 80 contos de réis. Para comprar o de 120 quilates foi preciso reunir 16 sócios; o preço seria 640 contos de réis, "dinheiro para sapecar porco". Disse-me o Geraldo que sua parte lhe deu um lucro de 144 contos de réis. Ficou rico, podia com aquele dinheiro comprar 500 vacas paridas. O Pereira por sua vez, como dono do diamante, aderiu à bebida, chegou a perambular pelas ruas, conforme fui informado, em delírio alcoólico, e que um filho levava mulheres bonitas para temporadas em Araxá, no auge da temporada do cassino, nos anos 40, ponto da granfinagem, de gente fina e rica. Não demorou a pobreza vir bater às portas do Pereira.

Augusto Pimenta achou uma pedra perto da Ponte do Capão Preto, sobre o Rio Borrachudos, na fazenda de sua propriedade, com 250 quilates.De cor excelente, rósea; os garimpeiros, em conjunto, batizaram-na como tendo somente 180 quilates. Vendeu-a para o Sr. Irineu de Almeida por 200 contos de réis, que depois de curto tempo, vendeu-a por 800 contos. Sr. Irineu ficou muito rico, mas por pouco prazo, porque também quebrou. Satisfez-se, daí para frente, com o cargo de Delegado de Tiros, um cargo de favor político, cuja função levou-o à morte, assassinado. Dizem que o Pimenta, apaixonado com esse prejuízo, bebeu uma garrafa de cachaça inteira e morreu em coma.

Mais recentemente o Orlando Gouveia, em sociedade com Tatu, acharam uma extraordinária pedra rubi (avermelhada) de 14 quilates; valorizadíssima por causa da cor e raridade de beleza; foi vendida por 2 milhões de reais (dinheiro de hoje). Orlando construiu um posto de gasolina perto de Uberlândia; no fim "foi tudo por água abaixo". Água que dá, água que leva. Quebrou.

O Cazeca achou vários diamantes, o mais importante de 150 quilates. Ele era pobre, tinha umas terrinhas sem futuro na beira do Abaeté. Sua história, como a maioria das histórias dos diamantes, foi pitoresca. Ele arrancou cascalho, amontoou-o e guardou para lavar na seca. Chegado o período, para dar início à lavagem do cascalho acumulado, contratou dois peões para fazerem uma limpeza no local, para possibilitar o serviço. Um dos peões achou, como disse, "um cristal muito bonito", maior que um ovo de pombo e foi mostrá-lo para o Cazeca. Dizem que o peão era tão "inocente", que nem maldade teve para esperar o início dos serviços, como qualquer um faria, simulando pegar o tal "cristal"na peneira para ganhar a porcentagem usual. Realmente ele não conhecia diamante. Era uma pedra de 150 quilates. Além desse, o Cazeca pegou vários diamantes, ficando rico, mas morreu pobre, da mesma maneira dos outros garimpeiros.

Adélio Ludovico, ou Adélio José Queiroz, achou uma pedra de 32 quilates de extraordinária beleza. Foi vendida por 80 mil cruzeiros novos. Foi dinheiro demais. Segundo o garimpeiro Geraldo Ambrosino foi o melhor diamante que ele já viu. Conheci-o; morou muito tempo em São Gotardo bebendo pinga e rodeado de mulheres; morreu com delírio alcoólico. Só lhe faltou um fuscão preto.

Tem a história da pedra do Mudinho, de 58 quilates, muito boa. Houve um desentendimento entre os proprietários dessa pedra, quando um deles, o Zé Londe, matou Zé Aleixo.

A pedra do Pedro Atanásio, no Córrego dos Tiros, com 50 quilates, lhe deu muito dinheiro, mas morreu também muito pobre.

O diamante do Ezequiel tinha 144 quilates, bem maior que uma azeitona das grandes. Tirado na fazenda do Geraldo Ambrosino chamada Diamante Azul. De boa qualidade, foi comprada pelo Sr. Geraldo por 720 contos de réis. Com a metade desse dinheiro, sua porcentagem, Ezequiel comprou a Fazenda do Estreito, de 300 alqueires, com muito gado. Ainda sobrou muito dinheiro. Comprou um carro mais antigo e foi trocando por outros mais novos, sempre em dois. Se um carro novo dava defeito, trocava-o por outro, desde que fosse novo. Comprou trator de esteiras e vários implementos. Perdeu muito dinheiro no gado e no maquinário, que foi para o ferro velho junto com o Ezequiel.

Conheci-o morando numa casinha de desnatadeira, misturado com um maquinário de laticínios, na Fazenda do Zé Moreira, em São Gotardo. Meu peão da Boa Vista do Selado, Gordura, é casado com uma filha dele. Ela ainda se lembra da riqueza do pai.

O Dico Dias foi e ainda é o maior comprador de diamantes em Tiros. Como bom comprador fez uma fortuna imensa. Os judeus de Amsterdã, New York e Antuérpia vêm ao Brasil negociar e comprar diamantes com ele. Cita casos pitorescos, dentre eles o diamante do Zeca Romualdo, que era uma pedra azul (excepcional) , que todos os capangueiros diziam que não era diamante e ele ficou com ela encalhada por muito tempo. Zé Noronha pediu para examiná-la, tirou um canto e mandou lapidá-lo, dando um brilhante de 4 quilates. Mostrou-o ao Dico que ofereceu pelo resto da pedra, sem ver, 100 contos. Era um diamante azul, extraordinário, principalmente pela cor.

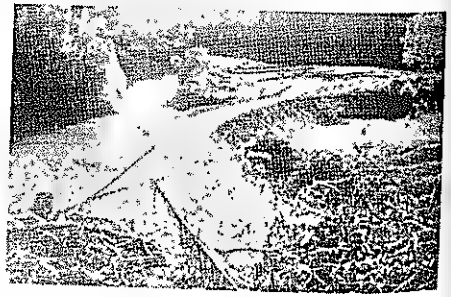
Outra passagem foi quando o Zé Caria fez uma festa e matou muitas galinhas e na moela de uma delas encontrou um diamante redondo de 16 quilates que o Dico comprou por 16 contos. Foi a desgraça para a galinhada da região, que foi dizimada por aquela nova técnica de garimpo: a moela de galinhas. Nunca mais se encontrou diamante em moelas. É, como diria o papagaio, se presente: – "Comigo, só no raios X, oh! meu..."

É preciso ainda lembrar que, na mesma época aconteceu o *boom* do zebu, quando o dinheiro corria solto, numa época de ilusões e de parcos conhecimentos de economia. De qualquer maneira, zebu e diamante fizeram de Tiros um centro financeiro de muita importância na época.

O Sr. Antônio Felício e seus dois companheiros de garimpo.
Esta foto mostra os esteios da economia do Brasil nos anos 30-40. Eram garimpeiros descalços, portando peneiras. Como distintivos de poder portavam revólveres e facas. Notar o trinta e oitão sendo exibido na cintura com exultância pelo Antônio Felício, o mais à esquerda, que exibe seu notável diamante de 364 quilates que "não descia até o fundo de um copo", de tão grande. Enquanto isso Alemanha, Inglaterra e França levantavam as fumaças da Revolução Industrial em suas fábricas.

Diamante "Rainha do Abaeté" pesando 364 quilates
Tirado em 12 de fevereiro de 1934 no Rio Abaeté

Desvio do Rio Indaiá, na seca.
Aberto um canal em linha reta, fecha-se o curso do rio, que era para a direita. Vai-se garimpar nesse leito agora sem água. Vê-se nitidamente o aterro que desviou o rio.



Garimpando apressadamente no leito seco pois quando chove, ele rompe a barragem e volta ao seu curso normal, acabando com o garimpo.

Os Baianos

Baiano é um termo muito vago desde os tempos coloniais. Tão vago, que nem sempre quer dizer *habitante da Bahia*. Por tradição, até nos tempos atuais, ainda se chama de baiano a qualquer pessoa com sotaque nordestino, que pode vir de qualquer estado daquela região.

Com o intenso movimento de gente, provocado pela interiorização das populações mineradoras, deu-se a necessidade de abertura de estradas e caminhos, ligando os centros de abastecimentos litorâneos já existentes, principalmente as regiões da pecuária do Nordeste, próximas ao Rio São Francisco, às zonas de carência alimentar, que caracterizavam as minerações.

No Nordeste não havia ouro, o que levou os nordestinos a subirem o Rio São Francisco para as minerações em Minas Gerais e aqueles nordestinos que tinham gado, viam nelas uma oportunidade de venderem melhor seus produtos da pecuária, como carnes e couros. Esses eram os baianos.

Na agitada região das minerações, o desejo de enriquecimento levava, com freqüência, a atos violentos, por causa do contrabando e razões particulares, causados pela ânsia da obtenção do ouro. Um conflito constante, mais violento e de maiores dimensões, foi a *Guerra dos Emboabas*.

Chegavam do Portugal pobre, levas de reinóis, atraídos pelas notícias de riquezas fáceis. Esses reinóis que subiam do porto do Rio de Janeiro se reuniam aos baianos, que chegavam do Nordeste e dessa fusão formou-se uma classe nova, que os bandeirantes chamavam de *emboabas*. Eram, portanto, uma fusão de nordestinos e portugueses, que se uniam e faziam uma nova frente mineradora.

Os bandeirantes paulistas (na realidade, portugueses eram chamados paulistas porque foram movimentos iniciados em São Paulo com as bandeiras), descobridores das minas de ouro no Rio das Mortes (São João Del Rei) e Rio das Velhas (Sabará, Caetés), se viram intimidados por esses bandos de indivíduos que, na ânsia da riqueza fácil, ameaçavam invadir e tomar suas minas em produção. Consideravam-nos concorrentes desleais.

Estabeleceu-se um estado de tensão entre os que já estavam e os que chegavam ameaçando apossar-se de suas minas. Baianos, na realidade, não eram habitantes somente da Bahia; eram de todo o Nordeste, como Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Maranhão etc. Esses "baianos" podiam ser pecuaristas, mascates ou somente aventureiros, até maus

elementos. Os mascates, comerciantes baianos, tornaram-se, também uma presença constante nas minas de ouro. Por esse motivo chegaram a formar um grupo poderoso na Villa Nova da Rainha (Caetés), onde se formou o grupo emboaba mais forte.

Apareceu, certa vez, na Villa Nova da Rainha (Caetés), um mascate baiano, forasteiro rico, muito inteligente, sagaz e envolvente chamado Manoel Nunes Viana. Estabeleceu-se como comerciante, ou melhor, como mascate. Rico, ajudara muita gente em suas dificuldades. Inteligente, logo começou a estruturar sua liderança naquela mineração do Rio das Velhas, contrariando de imediato o Capitão-Mor, Borba Gato.

Os baianos na Villa, já em grande número, passaram a obedecer à liderança hábil e enérgica de Manoel Nunes. Em 1708, homem maneiroso, que ajudava e era acolhido por todos, foi aclamado Governador das Minas Gerais. Com o apoio maciço dos *emboabas*, principalmente baianos e pernambucanos correligionários. Naturalmente que essa forma de governar só poderia acontecer em uma capitania onde não houvesse leis, tribunais, câmaras ou qualquer outra espécie de normas de Governo. Terra inculta, semibárbara, merecia um governador assim.

Foi, então, aclamado como o primeiro governador das Minas Gerais, o primeiro ditador da América (1707). Depois dele é que viria Antônio de Albuquerque, o primeiro legítimo governador nomeado pelo Rei de Portugal para governar as Minas Gerais. Aquela "governança" de Manoel Nunes Viana estava muito esquisita.

Manoel Nunes Viana foi aclamado Ministro com poder divino, na Igreja de Nazaré, em Cachoeira do Campo. Ele formou um governo constituído, praticamente, por auxiliares baianos. Poderíamos chamar isso de um *Império Baiano*.

Pelos anos de 1600, a criação de gado concentrara-se em vários estados do Nordeste, não somente na Bahia. As fazendas de gado ocuparam rapidamente o interior da Colônia através da principal via, que foi o Rio São Francisco e seus afluentes, chegando ao Rio Paranaíba, nas Minas Gerais, passando inicialmente pelo Sul da Bahia. Com o surgimento das atividades urbanas (surgimento das vilas nas minerações), houve, como já foi dito, necessidade de abrir comunicações com os centros abastecedores de gado, que seriam no Nordeste. Caminhos e estradas foram abertos, mesmo as que haviam sido anteriormente fechadas por ordem da Coroa, para evitar o contrabando do ouro.

Logo, desde os princípios das minerações (primeiras décadas de 1700), os baianos já se disseminavam pelas Minas Gerais.

Na adolescência da cafeicultura em São Gotardo, mais de um

século após o término do ciclo das minerações (cerca de 1808), surgiu em nosso meio, um povo diferente, com outro sotaque, fixando residência às margens do Rio Indaiá. Era um grupo de baianos, vindos da Bahia.

Passou a acontecer nas zonas de mineração das Minas Gerais uma miscigenação de tipos brasileiros, com biótipos diferentes, pelas suas diversas formações regionais.

Terminadas as minerações do ouro, em Pitangui, esses faiscadores vieram estabelecer-se no Rio Indaiá à procura de um novo mineral, o diamante. Formou-se um núcleo de indivíduos com tonalidade de voz diferente, alta, cantada, ao lado de grupos de mineiros tipicamente caipiras, de voz lenta e baixa. Esses baianos ficaram às beiras dos nossos rios, por não quererem acompanhar os mineradores que se mudaram para outras regiões mais ricas em diamantes ou ouro.

Grande número de dados sobre os "baianos" do século XX nos foram fornecidos por Adilon Corrêa da Costa, que muito se orgulha de ser um deles e interessado também em pesquisas, em evidenciar e perpetuar os conhecimentos sobre as raízes de seu povo. Atualmente, empresário bem sucedido em Brasília, deu continuidade à sua sina de pioneiro, viu e participou das primeiras fumaças que subiram pelas chaminés de Brasília.

Disse então, que no princípio do século XX, 1912, já existiam, como dissemos, alguns baianos em nossa região, vindos das minerações de Pitangui. Em seguida vieram da Bahia vários grupos fugindo de uma seca impiedosa (ficou cinco anos sem chover), fixando residência, entre outros, no Município de São Gotardo, mais precisamente nos lugares denominados Córrego Fundo e Boa Vista, às margens do Rio Indaiá.

O sertanejo baiano, desesperado, viu-se na obrigação de migrar à procura de melhores condições de vida, procura de uma vida pelo menos mais humana para sua sobrevivência. Rumavam para o Sul em busca de uma Terra Prometida, uma Canaã, não interessando saber se às margens do Rio Jordão ou do Indaiá, que poderiam ser guiados agora pelo "Padim Pade Ciço", porque Moisés já fora dispensado como dirigente que não estava mais ganhando.

Ao que tudo indica, as circunstâncias que propiciaram suas vindas para nosso meio, foram pela influência de alguns parentes aqui já radicados, nos fins dos anos 1800. Há longo tempo já havia baianos esparramados pelo interior da Colônia.

Disse-nos o Sr. Melquíades, um "baiano" remanescente, com 87 de idade, que, como não havia meios de transportes rodoviários nem ferroviários, eles vinham com tropas de burros: alguns montados, a maioria a pé. A maior utilidade dos burros era para o transporte de seus minguados pertences, indispensáveis, para uma viagem possivelmente longa. As cri-

anças, que não conseguissem andar, vinham dentro das bruacas nos lombos dos burros. Se fossem duas, viria uma de cada lado, contrabalançando seus pesos e, se somente uma, ela viria de um lado numa bruaca e uma carga com peso correspondente, para contrabalançar, no lado oposto.

A maioria dos baianos veio de Caetité, Lençóis e Juazeiro. Disse-me, também, que a família do Sr. Lélis Baiano, irmão do Melquíades de Souza França, pai do Melquíades, atual, do Gordura, já viera de vapor, pelo Rio São Francisco, até Pirapora.

A vinda desses baianos foi, como na imigração européia para o Brasil, para ser mão-de-obra para a lavoura do café. Havia às beiras do Indaiá muita terra disponível, mas eles não podiam comprar porque não traziam dinheiro. Eram paus-de-arara, uma classe flagelada pela seca, como os denominaria a imprensa anos mais tarde, na ocasião do acme do flagelo nordestino.

Aqui, iniciando suas vidas, assalariados, ganhavam muito pouco; porém, levando uma vida muito humilde, conseguiram economizar algum dinheiro e não demorou muito para que começassem a plantar pequenas lavouras por conta própria. Pequenas lavouras davam dinheiro. O café é produto exportável.

O Sr. Lecíndio Lélis (o Sr. Lélis), juntamente com Waldemário, seu filho, ganharam algum dinheiro com transporte de tropas levando café para Martinho Campos. Muitos se reuniam na fabricação de farinha de mandioca e polvilho, em maior escala, na engorda de capados e com isso fizeram algum dinheiro que lhes propiciou a compra de pequenas glebas de terras. Todos garimparam, o que possibilitou a entrada de mais um pouquinho de dinheiro.

Os fazendeiros locais, donos de muitos matos, não davam muita importância e cediam facilmente pedaços para aqueles baianos que se sobressaíam ou tivessem mais interesse nos serviços. A posse de terras também não seria novidade, pela presença de terras devolutas, restos das sesmarias. De posse ou não dos títulos da terra, por pequenas que fossem, as famílias se reuniam, roçavam o mato e plantavam o café. Em pouco tempo já tinham guardado um dinheirinho num "pé de meia".

Esses baianos, já com lavoura de café, em certa ocasião, compraram um caminhão fechado de paus-de-arara. Já estavam em suas atividades precisando de mão-de-obra em maior quantidade. É como diz aquela expressão: "Quem te viu, quem te vê...".

O fim do clã - Esses baianos nunca mais voltaram à sua terra natal. Seu clã rural, entre nós, também acabou. Foram morrendo os mais velhos, as lavouras sem adubo e sem qualquer tecnologia foram diminuindo a produção. O programa de erradicação das lavouras, estimulado pelo governo, puxou o tapete deles. O governo deu dinheiro e estimulou a erradicação

dos cafezais, mas depois negou ajuda para refazê-los. Ele acabou com a economia deles.

Muitos dos mais jovens se mandaram para Goiás, vendendo seus pequenos pedaços para os que ficassem. Afinal, nenhum baiano ficou rico com o café, segundo me informou o Sr. Melquíades. Apenas viviam com algum dinheiro a mais, com o dinheiro das colheitas anuais do café. Mas, de qualquer maneira, uma quantidade razoável de dinheiro. Dava para viver bem melhor do que nas condições anteriores em seu estado natal, ou como paus-de-arara. Era um clã sem maiores aspirações na vida.

Não havia despesas com adubos; a mão-de-obra era eles. Produziam para sua subsistência praticamente de tudo. Feijão, carne de porco, mandioca, e aos domingos, arroz, até o frango. Sr. Melquíades diz que chegou a ter mais de 30 alqueires de terra, que dividiu com os filhos após a morte da esposa.

As famílias - Vieram grandes famílias da Bahia:

- *Sr. Porfírio,* pitador de cachimbo, foi o mais antigo, o primeiro a chegar.
- *Sr. Trazíbulo Corrêa da Costa*

Pai de Quinca Corrêa de Oliveira, sogro da Cota Baiana.

- *Sr. Joaquim Corrêa de Oliveira* (Quinca Oliveira).

Filho de Trazíbulo, casado com D. Cota Baiana.

- *Sr. Joaquim Corrêa da Costa* (Quinca Corrêa).
- *Sr. Melquíades de Souza França* (irmão do Lecíndio Lélis de Souza França), e outros que se instalaram na região do Córrego Fundo.
- Outra família grande foi do *Sr. Lecíndio Lélis de Souza França*, originária de Juazeiro, na Bahia, que conforme o Sr. Manoel Melquíades, subiu o São Francisco pelo vapor até Pirapora.

Vamos transcrever algumas genealogias, incompletas, sujeitas a erros pela confusão de nomes parecidos, citando apenas os mais conhecidos entre nós:

- *Lecíndio Lélis de Souza França.*

Filhos:

- Waldemário de Souza França.
- Lecíndio Lélis Souza Neto (industrial de artefatos de cimento, cochos, em São Gotardo).
- Waldemário de Souza França Filho, por duas vezes vereador em São Gotardo, e Presidente da Câmara. Além de outros.
- *Serapião*

Sogro do Fortunato Couto.

- *Clementinho Ribeiro,* o Clemente baiano.

Filhos:

Dico do Clemente (pai do Zé Pinto e do Teotônio)

Euclides do Clemente, pai do Luquinha.

• *Timóteo Pereira da Costa,* um baiano preto que, dizem, casou-se com a irmã que viera em outra turma e não se conheciam.

• *Chico Baiano* - Não há citação de sua descendência ou ascendência. Nós o conhecemos.

Avidamente esperavam por eles os barbeiros, que morariam com eles nos mesmos ranchos. Praticamente todos morreram por Doença de Chagas.

Em resumo, vieram os grandes troncos familiares:

• *Joaquim Corrêa de Oliveira - Quinca Oliveira*, residente no Córrego Fundo.

Esposa – D. Ana Ferreira Domingues.

Filhos:

Maria de Oliveira, conhecida por Cota Baiana.

Teodorico, pai do Adilon Rocha e Zé Rocha, de Matutina.

Sebastião.

Geraldina - esposa do Sr. Joaquim Rocha, fundadores dos Rocha de Matutina e São Gotardo.

José Carlos (Deca).

Lidoneta.

• *O Quinca Baiano (Joaquim Corrêa da Costa),* permaneceu no Córrego Fundo, tendo se casado com D. Cota Baiana (filha do Joaquim Corrêa de Oliveira), e lá criaram os seguintes filhos;

Abel, o manco, já falecido, por acidente.

Abílio, já falecido, por acidente.

Afonso.

Adilon, o nosso arquivista baiano.

Adília, viúva do Manoelão do Zuis, residente em Unaí.

Ari, genro do Luytprant.

Adélia, casada, residente em Brasília.

É preciso esclarecer, para diminuir a confusão de nomes e personagens, que ambos os patriarcas desses clãs tinham o mesmo apelido, Quinca; só que o primeiro era Quinca de Oliveira e o segundo Quinca Corrêa.

À medida que os filhos iam se casando, recebiam quinhões de terras onde passavam também a cultivar o café. Assim foi fundada a comunidade dos baianos que viria ter tanta importância social e econômica em nosso meio e em todo o Brasil Central.

Os descendentes perscrutam novos horizontes - Com o aumento das famílias no Córrego Fundo, muitos descendentes se sentiram espremidos, sem espaço e se mudaram, principalmente para Goiás, que era a moda na época. Vendiam seus pequenos terrenos aos que ficavam. Os velhos foram morrendo.

As lavouras eram plantadas em terrenos muito íngremes, onde a capina era muito difícil de ser realizada. No ato da colheita, o trabalhador teria que ser amarrado ao pé de café com um cinto de couro cru, porque não conseguia ficar de pé colhendo o café. Se caísse poderia, se machucar, pois não conseguiria se equilibrar no morro.

As lavouras eram plantadas sem nenhuma tecnologia. Ninguém conhecia adubo, como também não conheciam doenças do café. O grande inimigo oculto das lavouras esconsas era a erosão. E foi essa que acabou com as lavouras da beira do Indaiá. Afinal, a economia foi se afunilando, a vida ficando cada vez mais difícil na cultura sem tecnologia e os mais jovens passaram a se dedicar a outras atividades.

A "raça" dos baianos velhos acabou, segundo Sr. Melquíades. Todas essas famílias, no entanto, deixaram descendentes, que passaram a se projetar nas sociedades que lhes ofereceram motivações e oportunidades. Lentamente passaram a se integrarem em sociedades urbanas, num moroso processo de mobilização social.

A explicação da História – Os baianos tiveram uma importância capital no povoamento do interior do país. Nós fomos apenas beneficiados com pequena parcela. Por que a importância dos baianos na história de São Gotardo? Como e por que os primeiros baianos vieram para cá?

Não existe nenhuma informação entre os descendentes. Eles desconhecem totalmente os fatos relacionados com a chegada e instalação dos primeiros baianos às margens do Rio Indaiá. Nenhum dos que ficaram está vivo para fornecer explicações. Repetem: "Apenas sabemos por ouvir dizer."

Algum velho remanescente, diz, sem maiores conhecimentos, que ouvia seus ascendentes contarem, que foi por influência de antecessores que aqui já estavam radicados e que, com o movimento de diamantes e início da cafeicultura, foram noticiados e convidados pelos "velhos" a tentarem uma vida nova às margens do Rio Indaiá. Os jovens nada têm a dizer. Há desinteresse pela genealogia; seria deselegante dizer esquiva ou negação das origens humildes.

Digam aos mineradores que nós ficaremos – Quando as minas de ouro ou diamantes se esgotavam, os mineradores partiam para outras paragens; atrás deles iam os baianos criadores de gado. Mas nem todos

os criadores ou garimpeiros iam com a turba de mineradores. Alguns já haviam construído fazendas e instalações; preferiam ficar nos locais. Foram os criadores de gado, aquela mistura de "baianos", os principais povoadores de nossos sertões mineiros e não os mineradores, que não se fixavam; eram verdadeiros nômades.

Naquela época, a única atividade comercial eram os diamantes. Esgotados, com o êxodo dos garimpeiros, a única atividade passaria a ser a criação de gado. Continuaram-na, através dos tempos, às margens dos nossos rios. Entre eles o Rio Indaiá. Futuro berço de cafezais no Império e na República.

O café foi mandado por Deus – Veio o café nos 1800 e esses baianos, que ficaram de arribada nas minerações, lançaram-se à cultura da rubiácea, melhorando sensivelmente seus níveis de vida. Seus antecessores na Bahia, vivendo em extrema pobreza, vitimados pelas secas que os assolavam nos fins de 1800, tiveram oportunidade para uma vida melhor na pobreza de Minas Gerais, de qualquer maneira melhor. Miséria baiana por miséria mineira, o café daria muito mais oportunidades para uma vida mais condigna. Escreveram para eles. Uma carta gastava de quatro a seis meses para ir à Bahia e trazer respostas.

Vieram baianos em quantidade. Famílias grandes como do Sr. Trazíbulo Corrêa da Costa, que foi sogro de D. Cota; Manoel Antônio de Oliveira; Joaquim Alves de Oliveira (avô da Cota Baiana); o Quinca Corrêa Oliveira; Quinca Corrêa da Costa; Timóteo Pereira da Costa; Clemente Ribeiro; Lecíndio Lélis de Souza França, o Chico Baiano.

Eles compraram pequenas glebas de terra do Sr. Nico Londe, o patriarca da família Londe, de Matutina. Os Quincas, pioneiros, ainda pegaram alguns diamantes no Rio Indaiá; embora pequenos, muito ajudaram para a compra progressiva de glebas de terra, que reunidas com glebas compradas daqueles que se mudaram para Goiás, em seu conjunto formaram a Fazenda das Aroeiras. D. Cota Baiana, anos depois, vendeu essa fazenda ao Sr. José Ordones. Os últimos a chegarem compraram muitos pedaços de terras do Sr. Olímpio Londe, proprietário de terras com matas virgens nas vertentes do Rio Indaiá, próprias para o cultivo do café.

Seria temerário fazer citações de nomes porque não se pode omitir ou injustiçar valores construídos dura e dignamente, durante quase um século de lutas. Citaremos apenas que todas essas famílias vindas do Nordeste deixaram descendentes que passaram a se projetar no nosso meio, constituindo famílias exemplares, modelares; projetando-se nos meios sociais; na política; na educação; chefes bancários; eruditos; influência nas ciências médicas, jurídicas e congêneres; contabilidade; agronomia, exercendo lideranças onde passassem a atuar, seja em Matutina, São Gotardo, Brasília, Belo Horizonte ou outros lugares para onde se mudaram. Foi uma migração feliz.

Estádio *Olavo Bilac de Resende*

Difícil conceber um Esparta entrando em campo sem Dezinho, Zé de Castro e Zé Baiano.

Situa-se numa área que fica entre as ruas Prof. Maria Coeli Franco de Lima, pela frente e por cima a Rua Randolfo da Silva Prados e Dr. Joaquim dos Santos Siqueira por trás. Por baixo, aproxima-se do Córrego da Confusão, com limites imprecisos.

Esse estádio foi construído sob a direção do Sr. Olavo Bilac de Resende, comerciante em São Gotardo, juntamente com outros líderes e amantes do esporte amador. Naquela época, cercou-se a área, sendo as partes laterais e superior com muro de tijolos e a parte de baixo com cerca de bambu.

Sua inauguração foi no início da década de 60. Construiu-se apenas o campo gramado, por sinal muito mal gramado, com alambrados de 1m e 50 cm. Para acomodação do público foi construído um "toco de arquibancadas", com capacidade apenas para os mais ardorosos torcedores, como Samaria, Baiano, Juca Franco, Joanico Resende e outros.

Tinha como vestiário um cômodo em comum para uso dos atletas, locais e visitantes, com um chuveiro e uma torneira, que forneciam água da rua a todos os atletas estafados. Na parte externa, um aparelho sanitário.

No governo do Zé Moreira, que não sendo esportista, pouco valor dava às coisas do esporte, o estádio ficou meio abandonado, disso se aproveitando os precisados ou não, para carregarem os tijolos do muro para suas construções vizinhas.

Zé Luiz prefeito, mais ou menos em 75, vendo o abandono em que estava o estádio, resolveu reformá-lo. O Vicente Teixeira, vereador, não concordou, porque não sendo o estádio pertencente à Prefeitura, não poderia injetar dinheiro público nele. O Zé Luiz prometeu ao Vicente Teixeira que se assim fossem as exigências, ele municipalizaria o estádio. Estabeleceu-se um contato e acordo com a diretoria do Esparta. Deu-se andamento da papelada para essa transferência.

Enquanto a papelada transitava, o Zé Luiz, irreverente como sempre, começou a reforma. Ainda não terminara o trâmite dos papéis por causa da sonolência e má vontade da Justiça e a reforma já estava pronta.

Ficou caro para a Prefeitura, que murou todo o estádio, construiu arquibancadas, alambrados e instalações sanitárias masculinas e femininas para o público, captação de água do córrego para aguar o gramado, vestiários com exigências modernas. Comprou até um terreno de D. Zela Lopes para perfazer uma área que permitisse construir nova entrada para o público. A reforma do gramado e aumento de sua área foi sob minha administração, obedecendo-se às medidas do Estádio Mineirão.

O vereador Vicente Teixeira, que conforme o Zé Moreira, era faca de dois gumes, não usava a caridade para o próximo, em se tratando de coisas públicas, nem se apresentava como zeloso guardião do erário. Já de posse dos papéis de desapropriação do Esparta Futebol Clube pela Prefeitura, satisfeito, apresentou-os ao Zé Prefeito.

O Zé Luiz mandou que ele fosse... passear, porque a glória do Esparta não poderia ficar à mercê de uma municipalidade que, para o futuro pudesse ser dirigida, quem sabe, por pessoas nem sempre condizentes com o bom senso, em relação ao bom uso das coisas públicas. A heráldica do Esparta não poderia ser blasfemada ou usada por quem não tivesse aquele sentimento de verdadeiro são-gotardense. Temia, demonstrando um grande senso administrativo, que pudessem mais tarde transformar o estádio em uma entidade municipal, como matadouro, creche ou até numa Copasa dirigida por insanos. O Esparta, já com numerosas glórias penduradas nas paredes, não poderia ficar vulnerável a dirigentes predadores que vêem na coisa pública um inimigo, que precisa ser destruído.

O Vicente Teixeira, frustrado, não concordou. Não se sabe porque, o Zé Luiz, um dia, foi chamado ao S.N.I. (Serviço Nacional de Inteligência). Usava-se, na década de 70, levar cidadãos públicos ou não, ao S.N.I. por denúncias, que poderiam ser vazias, nem precisavam ser assinadas. Tempo do "dedo-duro".

Lá, explicou a um meganha que a reforma do estádio era uma obra de grande interesse público. Tudo terminou bem. O Esparta continuou sendo o Esparta, uma entidade independente e o Zé Luiz deixou de ser prefeito. Mas o Esparta, quem se lembra disso? Continua em dívidas com o Zé Luiz.

É, por isso, e para isso, que eu insisto na História e nos arquivos. Eles são honestos; basta saber interpretá-los. A inauguração do novo estádio foi no dia 26 de novembro de 1976. Tenho ainda uma flâmula verdinha, dada no dia da inauguração. Verde como o Esparta.

Fui visitar o estádio, hoje grande e moderno. Assentei solitário em um degrau da arquibancada (o sol continua quente do mesmo jeito) e deixei que minha mente voltasse ao passado do esporte. Eram lembranças

que, por si só, seriam suficientes para escrever um livro. Eu mesmo tive momentos de glórias pelo Esparta naquele gramado. É difícil segurar a emoção ao me lembrar de um Dezinho, o maior craque que já vestiu a camisa verde do Esparta; de um Zé de Castro também extraordinário, que até tinha a alma verde como a camisa do time; o teimoso Botões; o canhão da Confusão; o vigor do Ladinho; a perícia do Aduta; a agilidade do Zé Baiano, o maior goleador da camisa verde; das enroladas do Fernando Resende, que se embolava no meio do campo e nunca pensou em rolar uma bola para trás, durante 15 anos de futebol, pelo menos para se aliviar. Difícil falar de todos; só consigo falar dos que eram verdes. Recordei-me, por exemplo, da raiva que o Iracy nos fez em Lagoa da Prata, que nos obrigou a trazê-lo na "embaixada", definitivamente para o Esparta, onde se adaptou. Nós também tivemos momentos de glória naquele time e naquele estádio.

Naquele dia, assentado naquela arquibancada, fiquei cismando: o que levaria um torcedor a ser atleticano, americano e até cruzeirense? Quais os motivos que o levariam a tomar tal decisão?

Eu, pelo menos sei e posso explicar, por que sou atleticano. Ninguém me influenciou ou me obrigou a isso. Decisão tomada quando morava em Belo Horizonte, ainda adolescente, estudante solitário, sem influências externas.

No auge da Segunda Guerra Mundial, de 1942 para frente, o mundo se viu duramente ameaçado pelo nazi-fascismo, regime ditatorial instituído pela Itália e Alemanha, em que o cidadão seria apenas uma peça que obedecesse às determinações dos ditadores, sem nenhum direito humano; que nunca mais ouviria falar de cidadania.

Além do massacres que faziam nos campos de batalha e sobre as populações civis, nos campos de concentração, começaram os italianos e alemães a cometerem bárbaros crimes. Inventaram uma nova modalidade de crimes, que tanto influenciou no resultado do julgamento de seus líderes em Nuremberg - *os crimes contra a humanidade.*

Instituiu-se um verdadeiro vandalismo, com rotina de queimar vivas milhões de pessoas. Genocídio, exterminação de povos e de raças que fossem julgadas inferiores. Nós, latinos, fazíamos parte daquela classificação de raça inferior. Italianos e alemães se transformaram em monstros humanos.

A humanidade passou a temer pelo seu destino. As famílias se encolhiam. O mundo inferior, de raças inferiores, estava ameaçado de extinção. Seríamos simplesmente dizimados. Você já os imaginou chegando ao Brasil? O que seria de nós? Seríamos primariamente massacrados e queimados vivos.

As notícias de Europa nos chegavam pelas ondas do "Repórter Esso" da Rádio Nacional. Na ausência de tv, as imagens dos horrores da

guerra eram fornecidas por uma revista chamada "A Voz da América" e pelo "jornal", que era um noticiário que se passava antes dos filmes nos cinemas. O mundo apavorado com a vitória inicial e rápida daqueles dois ditadores na Europa. Ele assistia a cenas de vandalismo de arrepiar.

Eu, um estudante ainda revestido de uma essência bastante rural, não conseguia conceber aqueles quadros. As fotos, comuns após a guerra, puderam mostrar milhões de judeus, caquéticos, sem ouro; eslavos, latinos, esperando na fila por vagas nos fornos crematórios. Eu não conseguia aceitar aquela fumaça saindo pelas chaminés dos fornos. Não, isso não! Essas fotos, documentos da insanidade daqueles monstros humanos, deveriam ser proibidas de serem mostradas ao mundo.

Nos fins de 1944, os brasileiros começaram a ser convocados para a guerra. Combater os italianos, nossos inimigos, aliás, inimigos da humanidade. Monstros! Gelava de medo ao pensar em um parente naquela lista. Ir para a guerra! Morrer abandonado pela família, nunca se ter notícias de onde, como. Se sepultos? Ninguém saberia. Deixados ao relento para a putrefação? Jogados numa valeta comum e tapados por um trator da Fiat italiana? O destino de nossos pracinhas seria a Itália. Será que os italianos iriam matar ou simplesmente queimar nossos pracinhas? Notícias de suas mortes e desaparecimentos saíam todos os dias.

Como no resto do mundo, também no Brasil, as colônias italianas e alemãs começaram a sofrer represálias, perseguições pelo povo. Lojas, instalações e indústrias daquelas colônias começaram a ser depredadas ou tomadas dos italianos e alemães. O povo começava a replicar aqui, dentro de nossas fronteiras. O país era nosso e precisava pelo menos ser respeitado.

Eu, na ocasião um adolescente, estudante em Belo Horizonte, assistia àquele movimento aterrorizado. Tremia de medo. No meu subconsciente certamente estavam sendo acumuladas aquelas notícias e cenas dantescas. Mas para júbilo mundial, italianos e alemães foram derrotados em 1945. Mas o sangue de nossos irmãos correu na Itália; mais de vinte mil não voltaram. De qualquer maneira o mundo começou respirar livremente e livres ficamos daquelas terríveis ameaças.

O fascismo italiano era a pregação de um nacionalismo irracional, com culto de superioridade racial, que iria constituir uma comunidade étnica, lingüística e cultural, independente e superior. As outras raças, como a nossa, seriam dizimadas, por inferiores. E eles entre nós, em São Paulo ou Belo Horizonte ou onde estivessem, em território brasileiro, ainda jogavam em nossas caras que como latinos, éramos uma raça inferior. Diziam isso aqui dentro do Brasil.

Em São Paulo e em Belo Horizonte nos anos 40, em plena guerra, foram fundados dois clubes de futebol, da colônia italiana. Ambos

com o mesmo nome – "Palestra Itália", ambos dirigidos por italianos, dando-se preferência a atletas italianos, considerados superiores aos brasileiros. Era o transplante transatlântico de uma célula terrorista e, logicamente, ditatorial. Seria uma lembrança para a enorme colônia italiana no Brasil de que o fascismo crescia e continuava vivo e que as atividades esportivas seriam uma lembrança de que o esporte é a melhor maneira de se formar atletas e esportistas de grande vigor físico, representantes de uma raça nova, dominadora, que deveria ser também cultivada no Brasil, uma vez implantado o regime, que deveria acontecer em curto prazo. Guerreiros de uma nova raça humana. Assim diriam aos tupiniquins desconfiados, do lado de fora da cerca do estádio.

O *Palestra Itália,* um clube ali do Barro Preto, Belo Horizonte, tinha um uniforme com camisa mostrando faixas verdes e vermelhas horizontais; separando-as, listras brancas mais estreitas. Cores tiradas da bandeira da Itália fascista. Calções brancos. Seus dirigentes, todos italianos, não admitiam, como não se poderia, a presença de brasileiros.

Mas com o recrudescer daquelas atrocidades no solo europeu contra a humanidade, agora dirigidas também contra os pracinhas brasileiros, começaram esses italianos a ficar com medo do povo brasileiro, mineiro, que já tinha demonstrado certa intolerância por eles. Como medida de precaução resolveram mudar o nome do time. O *Palestra Itália* dos italianos passou a ser chamado Cruzeiro (primariamente Cruzeiro do Sul). Jogaram fora, ou guardaram aquela camisa verde e vermelha e passaram a usar uma camisa azul ferrete, com um distintivo mostrando o Cruzeiro do Sul, uma constelação só visível na América do Sul. Ou um time que é só do Brasil e não da Itália. Eles queriam dizer assim para os "indígenas" do Brasil.

Mudaram o nome e o uniforme, mas o time, por coincidência, passou a vestir a camisa da seleção italiana. Mudaram só o rótulo e as cores, mas continuava a mesma obediência à ideologia fascista. Passou-se a adotar a cor azul, camisa igualzinha à da seleção italiana, a "azurra". "Azurro" quer dizer "azul". Camisas azuis com calções brancos, azuis de uma única tonalidade.

Em São Paulo, o *Palestra Itália* deles (italianos), passou a ser chamado *Palmeiras*, uma planta brasileira onde canta o sabiá, mas desde que cantasse em italiano. A camisa do Palmeiras, para não fugir à ideologia, passou a ser verde, cor da bandeira deles. Um grande financiador do "Palestra" foi, por coincidência, a Parmalat, poderosa multinacional italiana.

Os dirigentes italianos eram principalmente fabricantes de macarrão, uma das características do povo italiano. É, por isso, que a massa atleticana grita no Mineirão "italianada", "macarronada". Os próprios dirigentes italianos criaram o terrível *slogan*: "Máfia Azul". Todos sabem que a Máfia é uma organização criminosa de origem italiana com

irradiação para o mundo e para o Brasil. Obedecer e lutar era o lema do fascismo. Uma falta de respeito às nossas tradições e ética política.

Eu, como já disse, era um adolescente temeroso daquela situação, que via nossos irmãos serem massacrados e oprimidos. Eu, um adolescente que viveu aquele drama por completo, crescia presenciando toda aquela situação de terrorismo. Jamais poderia torcer por aquela agremiação, pois a julgava entre nós, a audácia de uma célula inimiga, não para nós, mas para Minas Gerais, para o Brasil e para o Mundo.

Por uma questão política, de ideologia, de lógica, de ética, de moral, de medo, eu, como as pessoas de minha geração, que presenciaram e conviveram, ou melhor, que foram torturados à distância, por aqueles acontecimentos político-militares, não poderia torcer para esse Cruzeiro, que ostentava uma bandeira italiana, na época, a de nossos inimigos. Deixe que a juventude, que não conheceu aqueles acontecimentos, forme a torcida nova do Cruzeiro. Que me perdoem, meus amigos cruzeirenses, eu que pertenço à História, continuo sendo um patriota, apesar de tudo o que está acontecendo nesse Brasil.

Meus caros cruzeirenses, vocês acham que expliquei com suficiente razão os motivos que não permitiram que eu aderisse à sua torcida? Acham que expliquei satisfatoriamente o porquê de estar do outro lado?

Se vocês tivessem estudado História, vocês estariam todos do nosso lado, seriam atleticanos. Como eu, como a maioria de minha geração. É por isso que o Estado e o Estádio explodem quando o Atlético, por acaso, consegue algum feito, o que não é tão freqüente. Isso pode ser interpretado mais como a explosão de um patriotismo reprimido, que vem sendo guardado no recôndito da alma atleticana, por mais de meio século, a partir dos anos 40 e que deve ser esporadicamente libertado, quando lhe for dada uma oportunidade, que não são tantas, mas ela precisa ser libertada.

Sigmund Freud, um razoável conhecedor da mente humana, aconselhou que os atleticanos devessem explodir de vez em quando, porque libertando-se de suas repressões acumuladas há 54 anos, poderiam continuar a ter uma vida mais saudável, mais leve, sem ódio. Libertarem-se de emoções e sensações oriundas da História Universal e não desse mixuruco Campeonato Brasileiro, achincalhado por interesses comerciais. Não seria uma explosão de ódio, como a maioria dos cruzeirenses têm quando vêem algum sucesso do Atlético. É pura explosão de amor, de grande significado psicológico e político, pois ao que tudo indica esse subconsciente atleticano ainda traz acumulado algum amor pela pátria, sentimento comum aos brasileiros do passado. Daqueles de meio século atrás.

Vamos ligar para o *Jung*, companheiro do Freud. Vamos ver o que ele tem a dizer e explicar a respeito de tudo isso. Assistiremos, certamente, à valorização da massa atleticana. Ela é, sem dúvida, um caso de psicologia de massas.

Portanto, amigos cruzeirenses, apresentei meu álibi, pelo que, espero ser perdoado. Não me queiram mal, mas se não me perdoarem, que condenem a co-autora de meu crime, a História. Considerem-me uma vítima dela e um amigo de vocês todos.

Estádio Olavo Bilac de Rezende – suas glórias ficaram no passado.

O Futebol e a Bola de Futebol

O futebol e a bola de futebol – Hoje, não se pode conceber um Brasil sem futebol nem samba. São as duas instituições que realmente integram os brasileiros no mesmo ambiente social, em que se misturam líderes, intelectuais, analfabetos, bandidos, assassinos e traficantes. Os últimos, comuns nas diretorias das entidades. É nesse ambiente de aconchego que muitos políticos corruptos conseguem apoio para suas campanhas eleitorais.

Escritores e políticos sociais têm chamado o Brasil de "país das chuteiras" ou "país do samba". De modo geral, dando mais valor aos pés do que às cabeças. Esse Brasil, tetracampeão do mundo, a maior fonte de jogadores para o mundo, nunca conquistou um Prêmio Nobel, e seus jogadores lamentável e raramente passam pelas universidades.

Nossos colonizadores portugueses nunca se interessaram pelo desenvolvimento das cidades na Colônia, a não ser quando elas passassem a representar centros administrativos imprescindíveis. O importante seria ocupar o espaço rural, plantar cana, que dava rendimentos muito bons; depois a mineração do ouro e do diamante, o café e, por último, a pecuária.

Após a Independência, 1822, a vida na zona rural, principalmente com o *boom* do café, se expandiu mais ainda. As cidades só existiam para prestação de serviços e principalmente para fornecimento comercial à zona rural. Era um país essencialmente rural.

O poder político (os coronéis) e econômico se encontravam dispersos nas mãos dos grandes proprietários rurais, que habitavam suas vastas propriedades e que se uniam uns aos outros ou se afastavam por divergências sociais ou políticas.

Quem viveu em torno dos anos 40 pode afirmar que no Brasil, toda vila, vilarejo ou arraial tinha uma pracinha de terra, empoeirada; uma igrejinha modesta com um sino pequeno e, nas redondezas, um campinho de futebol de tamanho reduzido e de construção precaríssima, porque neles nunca se passou um trator.

Esses lugarejos eram os locais de reuniões do povo, que era demograficamente muito superior na zona rural, porque nela estava o trabalho. Era onde estava a produção e os empregos: as cidades não tinham nem comércio nem indústrias para dar empregos. Todos moravam, portanto, na zona rural e pela cabeça daquelas famílias nunca passava a idéia de um dia se mudarem para a cidade.

Essas pracinhas eram espaços importantes para socialização dos arraiais, pois ali aconteciam as paqueras, negócios e encontros de amigos e até alguns crimes. Em alguns domingos, nem todos, o padre da cidade próxima viria "rezar a missa" e deixar uma mensagem de ameaça do inferno para quem não seguisse ou cumprisse rigorosamente os preceitos católicos.

Esses dias eram uma festa para o arraial. Roupas novas e vistosas. A família era vestida com o mesmo corte de pano para confeccionar camisas para os homens e vestidos para as mulheres. Era dia dos pés das mulheres sofrerem com os sapatos novos, que eram usados só nos dias de missas. Os homens não ligavam para calçados; iam de pé no chão.

As reuniões seriam nos arraiais, porque ninguém pensava em ir para a cidade, mesmo aos domingos, porque ninguém tinha carro. A condução era o cavalo, em si, um problema na cidade. Afinal, fazer o que na cidade que não oferecia nada a eles?

Todo arraial tinha seu campo de futebol. Escolhia-se o local mais plano para o campo e não se conheciam máquinas niveladoras. O grande problema èram os cupins, que seriam arrancados com enxadão. Os campos de futebol eram sempre de tamanho muito reduzido, porque nossa região, muito acidentada, dificilmente tinha nas periferias dos arraiais condições de oferecer uma área expandida para se fazer um campo de futebol com boa extensão. Um terreno mais ou menos plano, onde seriam fincadas traves de bambu.

Os campos de futebol não poderiam ser em local de mato, porque impossível seria arrancar tocos ou mesmo retirar as árvores à mão, se presentes. O campo tinha que ser, em uma zona "pelada", sem árvores; daí o nome das disputas de "peladas". Outra expressão que a gente ouve na televisão em tom de brincadeira é "jogar a bola no mato", quando a coisa estiver apertada. Lá seria fácil, porque o mato estava ali, depois da estrada que passa beirando o campo.

Os campos sempre eram muito irregulares, sem grama; a vegetação natural seria seu piso, que, aliás, seria sempre de terra. Os campos de terra, não cobertos por vegetação, seriam melhores. Até a presença de algum cupim muito duro, seria respeitada, desde que fosse daqueles "chatos". Os campos eram tão desnivelados que na escolha do lado de distribuir as equipes, uma deveria chutar para baixo, a outra, para riba. Nos arraiais só existia um time, porque poucos se dedicavam a esse esporte-novidade.

É interessante notar que em nossa região não havia arraiais nas beiras dos rios. Eram sempre mais longe, porque a população mineradora era sempre muito inconstante; mudava freqüentemente e apenas os remanescentes formariam arraiais onde as atividades agropastoris fossem mais fáceis de serem manejadas, em terrenos também de melhor qualidade.

Eu tive contato com o futebol pela primeira vez na Espinha (cuidado para não ler Espanha e se assustar), onde "estudava". Foi em torno de 1939, 1940, época em que esse esporte passaria a ocupar uma posição importante nas reuniões, confraternizações, e por que não dizer também, em brigas nos arraiais. A Espinha foi um arraial fincado em terreno doado por meu avô, José Fidélis de Mello, que depois foi distinguido com seu nome no Grupo Escolar do arraial. Até mudar o prefeito.

Paralelamente ao aparecimento da "bola de capotão", como era denominada aquela fantástica bola de couro, deu-se a partida para que o Brasil se transformasse no mundo do futebol. Quando tomei contato com esse esporte a bola já era de couro, chamada "bola de capotão". Só não sei por que *capotão*.

Diz a história do futebol que a primeira bola de couro no Brasil foi fabricada por um padre espanhol num colégio de Petrópolis. Antes dessa, Charles Miller trouxera duas da Inglaterra, nos fins de 1800 e com a chegada delas, o futebol foi iniciado no Brasil. A bola era feita de vários segmentos de couro curtido, recortados, bem costurados, iguais, emendados, com costuras internas. Esses segmentos de couro eram chamados *gomos*. Por dentro desse invólucro de couro colocava-se a câmara de ar, esférica, com um bico para ser enchida, muito parecida com os balões nos aniversários de hoje.

Enchia-se a câmara de ar, amarrava-se o bico com um cordão e ele era embutido naquele invólucro de couro. Costurava-se a abertura com uma tira de couro bem trabalhada; geralmente usava-se um arame dobrado, que passado pelos buracos, arrastava a tira de couro. Às vezes, essa costura não era feita com muito cuidado e ficava muito saliente, machucando com freqüência a testa dos jogadores, quando "descabeceavam" (arremessavam com a cabeça).

Usava-se muito jogar com um lenço amarrado na cabeça com dupla função: diminuir a poeira nos cabelos e defender a testa da saliência da " bola de capotão".

Sempre acompanhando a bola vinha uma bomba semelhante à de encher pneus de bicicletas, pois com freqüência durante o jogo tinha-se que pôr um pouco de ar na câmara, que não era lá aquela perfeição, pois sempre se esvaziava um pouco, lentamente. Essa bola, quando cheia, podia apresentar algumas modificações na sua forma, isto é, nem sempre era bem esférica, redondinha; às vezes ficava com forma ovalada ou torta. Amiúde tinha-se que mandar remendar a câmara de ar.

Era uma bola muito deficiente e quantas vezes os times ficavam decepcionados, porque viajavam horas a cavalo para um jogo e a bola furava, poucos minutos depois de iniciada a partida. Só haveria uma alternativa: voltar para casa. Chegavam os atletas, a cavalo, pela madrugada, duros de frio.

No início dessas atividades esportivas, muitos "atletas" jogavam descalços, de pé no chão; outros de botinas, até que aparecessem as chuteiras. Entre nós as primeiras chuteiras que apareceram eram de bico bem duro, resistente, até com revestimento metálico no bico. Eram da marca Ranière, de uma indústria da família Ranière, em Belo Horizonte, que tinha também a Casa Ranière.

As traves das chuteiras, de sola, eram pregadas com aquelas tachinhas comuns dos carpinteiros e funileiros, e com freqüência se arrancavam durante o jogo. Alguns mandavam pregar nessas traves uns pregos chamados *cravos*, que eram usados para ferrar animais, que funcionariam como armas de agressão nos pés.

A bola tinha vários tamanhos, indicados por números um, dois, três, ou quatro. Alguns arraiais se vangloriavam de ter uma bola maior que seus rivais numa partida. O poder de compra dos jovens jogadores na época era muito pequeno. Na realidade aquela população dos arraiais se caracterizava pela pobreza generalizada. Os pais, de modo geral, não viam o futebol com bons olhos, não gostavam do interesse dos filhos por aquele esporte, do qual não tinham a menor noção. Logo, não entenderiam ou poderiam interpretar mal sua função e se negavam a dar dinheiro para os filhos participarem daquelas atividades, muito menos para comprar essa tal bola. Os filhos precisavam era trabalhar e não ficar perdendo tempo com essa história de todos os domingos irem para o jogo de futebol.

O diálogo entre pais e filhos era muito curto, porque não havia réplica ao que pai falava; pai falou, tá falado. A dependência econômica dos pais na zona rural era completa, o que levava muitos a não compartilharem do caixa para a compra de uma bola, impedindo assim sua "parte da bola", isto é, quem tivesse ajudado a comprá-la. Daí a origem da tradicional expressão "dono da bola". Quem comprou ou ajudou a comprar a bola não ficaria de fora nos jogos, não interessava suas qualidades técnicas; o que valia já era o econômico. Daí o sucesso do Raimundo Teófilo, em Matutina, atleta econômico.

Não existiam calções para serem vendidos nas lojas. Comprava-se o brim, um carretel de linha e levava-se para a costureira confeccioná-los.

Não havia também meias de futebol, nem como confeccioná-las. O leitor poderá imaginar a técnica desses jogadores, pois não havia ninguém para ensiná-los, nem um intercâmbio esportivo com localidades mais civilizadas, que usassem melhor técnica para ser assimilada.

Em São Gotardo, nos anos 40, o primeiro campo de futebol urbano ficava no alto da cidade. Aproveitou-se um campo de aviação ali improvisado, que servia à cidade em casos de urgência, principalmente pelo Mundinho Mendes, comerciante de café, que tinha um teco-teco. O campo

situava-se naquela região onde hoje é a Rua Pedro Bougleaux, Rua Prefeito João Lopes Fonte Boa, Posto de Saúde, Agrimen etc. Campo de terra, sempre muito varridinho pelo ventos dos altos da cidade. Os paus dos *gols* eram retirados após os jogos, pois aquele campo era para aviação. Posteriormente, com a construção do Estádio *Olavo Bilac de Resende*, as atividades esportivas naquele local foram encerradas.

Atualmente o futebol nas cidades pequenas, nas vilas e nos arraiais está praticamente desaparecido. Não existem mais times no Gordura, Três Capões, Cruzeiro, Guarda dos Ferreiros; porque não se consegue número suficiente de jogadores para formar um time, muito menos treinos. Os jovens não ficam em seus lugares de origem. Faz dó os políticos ficarem doidos para fazerem campos de futebol nas vilas, agora munidos de máquinas niveladoras possantes. Chegaram tarde!

Naqueles tempos, como já disse, os jogadores teriam que viajar dezenas de quilômetros de arraial para arraial, a cavalo, sempre a cavalo; chegavam de volta às fazendas pelas madrugadas. Não chegavam com fome, porque nenhum arraial deixava os visitantes saírem sem um arroz com galinha.

Perguntei a um amigo por que ele não se colocava à frente de um movimento para se formar um time de futebol em São Gotardo, ele, que tivera um conhecido e respeitado passado esportivo. Respondeu-me que só se fizesse um time com idade acima de 40 anos, porque os mais jovens não têm nenhum interesse pelo esporte.

Os jogadores dos arraiais mudaram-se para as cidades próximas através do movimento chamado *êxodo rural*. Aqueles das cidades emigraram-se para cidades maiores ou mesmo para os Estados Unidos, atrás de mercado de trabalho. Aqueles que ficaram, estão mais propensos a outras atividades, não esportivas; às vezes até condenáveis.

Não se consegue hoje, em cidades pequenas, reunir trinta jovens para fazer uma seleção para estruturar uma equipe de futebol, como se fazia antigamente. Não há nenhum interesse pelo esporte coletivo. Pensem nos jovens de hoje andarem vinte quilômetros a cavalo para jogar em outro arraial, viajando à noite, debaixo de um frio intenso! Nem pensar! "Me tira dessa!...".

Escola Estadual José Caetano Ribeiro

José Caetano nasceu em 14 de dezembro de 1918, quando terminava a Grande Guerra Mundial. Morreu em 1985, com 68 anos de idade, sozinho, na companhia de seu afilhado Zé Laurindo, na Santa Casa, onde o Vicente Teixeira arrumou para que ele não pagasse as despesas, porque não podia.

Foi criado em Melo Viana, antigo nome de Serra da Saudade. Era de uma grande família, dos Caetano. Conheci toda essa família: Olímpio Caetano, o mais velho; depois Antônio Caetano; Sebastião Caetano, farmacêutico; João Caetano (João Laurinda), pai do Zé Laurinda e os mais novos Alberto e Geraldo que se suicidaram. A única mulher era a Sinhá, casada com Tão Magro. José Caetano casou-se por duas vezes, mas não deixou filhos.

Era deficiente visual, usava óculos grossos e verdes. Enxergava mal durante o dia, melhor à noite. Valente, montava em burros. Um dia, quando ia atravessar o Indaiá num burro, com má visão, não viu que o rio tinha muita água e rodou com burro e tudo, mas conseguiu, segurando-se ao arreio, arrumar um meio de sair da água.

De Melo Viana, Zé Caetano, atraído pelos negócios de café mudou-se para o Cruzeiro, distrito de São Gotardo, grande produtor de café e onde negociou também com arroz. Montou uma loja grande em Cruzeiro, porque o distrito era muito populoso e tinha também um comércio muito ativo. Cruzeiro produzia muito arroz. O Zé Caetano comprava toda a produção de arroz (e de café), que levava para Bom Despacho. O transporte para Belo Horizonte era feito de trem. Ele requisitava um vagão inteiro na R.M.V. (Rede Mineira de Viação) e vendia seu arroz em Bom Despacho, onde comprava mercadorias para sua loja. Não existia ponte sobre o Rio Indaiá, na região do Cruzeiro, acima da Barra do Funchal. No tempo das secas podia-se até atravessar de vau, mas no tempo de enchentes teria que ser de canoa. A distância entre o Cruzeiro e Barra do Funchal é de 12 km. A viagem era feita de carro de bois até ao rio, atravessava-o de canoa e outro carro de boi, do outro lado, pegava as mercadorias e as transportava para estação do trem. Davino era o empresário daqueles transportes.

Além da loja do Zé Caetano, havia várias vendas que vendiam artigos, tipo as mercearias de hoje. Havia uma farmácia do Bastião Caetano, irmão do Zé Caetano; um Posto de Saúde; um Grupo Escolar, naturalmente

levando o nome de Grupo Escolar *José Caetano Ribeiro*; um dentista, que era o Ubirajara, irmão do Tão Magro, mais tarde substituído pelo Natã. O Zé Caetano tinha também uma máquina de beneficiar café.

Hoje não há mais nada naquele distrito: farmácia, loja, Grupo Escolar, Posto de Saúde, dentista. Tinha quase 200 eleitores; hoje não se sabe se serão 30. O Cruzeiro portou-se como um doente que melhorara consideravelmente, mas como tinham colocado uma vela em sua mão, ele achou melhor morrer; como puseram energia elétrica no Cruzeiro, ele resolveu morrer. A energia ficou para apreciação das mariposas.

A Secretaria de Estado da Educação, pelo Decreto nº 398 / 85, criou em São Gotardo uma Escola Estadual, que por sugestão do vereador Tarcísio de Melo, tomou o nome de "José Caetano Ribeiro".

Essa escola foi criada em 29 de março de 1985, ano do falecimento do ilustre personagem José Caetano Ribeiro. A escola foi criada, mas não tinha nenhum estrutura para seu funcionamento; simplesmente foi criada. Não tinha um local físico para funcionar e nem terreno ou recursos havia para a construção da escola. Passou a funcionar precariamente, para não ser fechada, em instalações sumamente deficientes, em um espaço anexo ao Colégio Estadual S. Pio X, em um cômodo único, onde não haveria separação de classes, no mesmo local em que funcionava o Mobral, onde tinha até uma cozinha. Chegou a funcionar até naquele prédio que a Prefeitura adquiriu do Padre Geraldino. Havia 48 alunos, mas no registro constavam 88. Enfim, fazia-se de tudo para não deixar a escola morrer, ser desativada pela Secretaria de Educação.

Finalmente, aquele terreno onde hoje funciona a escola, foi doado em parte pelo Sr. João Batista e mais dois outros lotes adquiridos de seus netos. Desde o momento em que a Prefeitura apresentou o terreno, a Secretaria mandou 6 milhões (qual dinheiro?) para a construção, suficientes para a obra completa. Foram feitas apenas duas salas, inacabadas e o prédio envolto por cerca de arame com um portão. A administração da escola, juntamente com a Inspetoria Escolar, ficaram animadas com os fundos para a construção da escola. O dinheiro do Estado, no entanto, pediu licença para ir ao banheiro e nunca mais voltou. Disse uma diretora que o material era mandado e armazenado num barracão grande que lá havia, mas que à tarde era retirado. Ia à escola só para ser carimbado e constar que andou por lá.

O prefeito Seije Sekita terminou a escola com outro dinheiro, agora municipal. Disse estar reparando um desmando cometido contra a escola. Construiu a escola. Hoje ela atende cerca de 700 alunos, até à oitava série do Ensino Fundamental.

Em fevereiro de 1958, a "Folha de São Gotardo" anunciava:

"O PSD já tem candidatos à Prefeitura de São Gotardo. Ontem foi homologada a chapa José Caetano Ribeiro, para prefeito, pelo PSD

e o Sr. Josa Ribeiro para vice-prefeito, pelo PTB, com a presença do Deputado Maurício de Andrade".

O Sr. José Caetano Ribeiro foi prefeito no período de 1958 a 1962. Falaremos, com justificativa, mais de sua história do que dos feitos e realizações públicas como prefeito, porque Prefeitura naquele tempo não tinha dinheiro para nada e os prefeitos funcionavam como cargos decorativos. Não se usava nem de corrupção ou enriquecimento ilícito por meio do erário naqueles tempos. O Zé Caetano quando entrou para a Prefeitura era um dos homens mais ricos de São Gotardo e quando saiu, saiu quebrado. Para nós, uma coisa inédita. Nunca ouvimos dizer de atos de desonestidades por parte dele; já morávamos aqui. Como a Prefeitura não tinha dinheiro, ele viajava para fazer convênios com órgãos públicos e mesmo para realizar coisas para o povo. A Prefeitura passou a ser devedora dele. Uma professora daquele educandário nos disse que o que ela sabe do Sr. José Caetano é que foi um prefeito que nada fez enquanto na Prefeitura, o que é uma grande injustiça.

Zé Caetano cuidava muito da Educação, tanto que esses grupos escolares rurais, a grande maioria já desativados, foram feitos por ele. O Grupo do Cruzeiro era o que tinha mais alunos na zona rural. Construído pelo Zé Caetano, levou o nome do Sr. Otaviano Ordones. Hoje está fechado por falta de alunos. O grupo que ele construiu nos Três Capões chamava-se *Virgílio Couto*, em homenagem ao Sr. Virgílio, que era pai da Nenega. Hoje ainda funciona até o quarto ano, A professora era D. Julieta Duarte, esposa do Zé Laurinda, hoje residentes na cidade. Não havia estradas do Cruzeiro para Três Capões, cuja distância é de 6 km. Os moradores da região com arado, enxadões e outros instrumentos, como alavanca, segundo a tecnologia da época, fizeram uma estrada até Três Capões. Vinham e lá pegavam a jardineira para São Gotardo. Até então uma professora como D. Julieta Duarte, para vir a uma reunião em São Gotardo, teria que fazer aquele percurso de atravessar o Indaiá de canoa, ir à Barra do Funchal onde havia uma jardineira que fazia trânsito de passageiros que pegavam o trem para Belo Horizonte.

Na época os grupos eram estaduais, mas Zé Caetano firmou um convênio com o Estado passando os grupos todos para o município. O Prefeito posterior, Dr. Erival Ladeira, municipalizou todos os grupos novamente, sobrecarregando a Prefeitura.

Tempos depois Zé Caetano muda-se para São Gotardo. Sua mudança veio num carro de bois; gastaram-se dois dias de viagem do Cruzeiro até aqui. Cerca de 40 quilômetros. Passou a residir e morar na Avenida Nossa Senhora da Abadia, no Papagaio, logo que ela chega àquela pracinha do Papagaio. Ali montou uma loja. Depois vendeu-a para o Sr. Farnese, lá da Baixada.

Adquiriu um caminhão *International* para comprar arroz e mudar gente para Goiás, tão usado na época. Seu chofer era o Vicente Lúcio que bebia muita pinga, mas era bom chofer e mecânico. Não resistiu à pinga por muito tempo.

O Zé Caetano era da zona rural e para lá voltou. Comprou a loja do Zé do Quinca Novato, nos Campos, e a máquina de beneficiar café do Sr. Altino Ferreira. Passou a residir nos Campos. Ao mesmo tempo compra a Fazenda do Guarda-Mor, do Zé Arão. Era uma região também muito movimentada pelas culturas de café. Vendeu tudo e comprou uma loja em Dores do Indaiá, a Loja Seleta, na Av. Francisco Campos, antiga Rua 15.

De lá se transferiu para São Gotardo, onde se candidataria a prefeito, tendo como vice o Sr. Josa Ribeiro.

Quebrou na Prefeitura, mas ainda conseguiu comprar uma fazenda de má qualidade em Rubiataba, Goiás. Pouco sobrou da fazenda para ele.

Morreu em 1985, como dissemos anteriormente.

Quis o destino que continuasse, depois de morto, ao lado de seu vice-prefeito, o Sr. Josa Ribeiro, tanto é que levam seus nomes dois estabelecimentos de ensino que ficam lado a lado e se situam no Bairro Campestre, depois do asfalto da Avenida Erotides Batista: a Escola Estadual *José Caetano Ribeiro* e a Creche *Josa Ribeiro*.

Costumava-se, não sabemos se ainda, pendurar retratos dos presidentes nas paredes de repartições públicas, isto na época em que eles mereciam respeito. É bem possível que os políticos profissionais, que vigiam o erário, aqueles que propositadamente induziram o apagão para tornarem "claras" suas ações, pendurem uma efígie do Zé Caetano naqueles locais, para que sirva de Judas ou de zombaria.

— Vejam bem, esse palhaço lá da vila da Confusão quis bancar o honesto e morreu mais pobre que Jó. Vamos continuar roubando o tanto que pudermos, nesta escuridão; aproveitar o resto de tempo que nos resta. Que social, que saúde, que miséria, que fome do povo, que nada. Precisamos cuidar é do pessoal. Foi por isso que gastamos milhões em nossas eleições; foi para isso que compramos o direito ao roubo e à impunidade. Atenção, companheiros, vamos congregar e meter a mão no bolso do povo! Oh, Lalau.

Praça 14 de julho

Quatorze de julho, no calendário político brasileiro, refere-se à promulgação da Constituição de 1934. Seria natural que cada mudança de regime político fosse seguida de uma Constituição correspondente. A primeira Constituição brasileira foi após a Independência, outorgada por D. Pedro I, em 24 de fevereiro de 1824. A segunda foi após a proclamação da República, em 1891. Mudava-se o regime político, mudava-se a Constituição. Só que, com Getúlio Vargas, as coisas foram diferentes. Ele não deu continuidade ao regime constitucional, pelo contrário, acabou com a Constituição. Ela seria um freio,ao regime forte que ele desejava implantar no Brasil. Ele "rasgou" a Constituição vigente. Como não existia Constituição ditatorial, ele ia governando sem ela. Governo anticonstitucional. Getúlio Vargas estava no poder desde 1930, governando sob regime forte, instituído por ele. Mas prometia para breve uma Constituição. Mas esse brevemente nunca aparecia. São Paulo não se conformava com esse governo sem Constituição que obstruía seus interesses econômicos. O grosso da oligarquia rural situava-se em São Paulo. Levantou a Revolução de 1932, revolução constitucionalista, mas a luta pela volta da Constituição foi prontamente abafada pelo ditador. Dar-se-ia continuidade a um governo sem Constituição.

Mas Getúlio, em face da insatisfação de alguns Estados, convocou uma Assembléia Constituinte constituída por 254 membros. Os trabalhos eleitorais resultaram na promulgação da Nova Carta Constitucional do Brasil, em 14 de julho de 1934. Foi a segunda Constituição no período republicano. Ela teria a finalidade de promover a volta de um governo democrático no Brasil.

Alegando, no entanto, alterações na normalidade política do país, falta de segurança nacional, com as revoltas de partidos de esquerda, ele exigiu que aquela própria Assembléia Constituinte, que votara aquela Constituição democrática, votasse agora um governo provisório, que seria um governo forte que pudesse pôr ordem no país. Assim governou de 1934 a 1937 com esse regime, que deveria ser constitucional, mas que, na realidade, a Constituição foi guardada numa gaveta e a ditadura continuou a ser a norma de seu governo, culminando com a instalação real de uma ditadura inclemente em 1937, com um golpe de estado.

A partir, portanto, de 1934, no governo provisório, a única fonte de poder passou a ser o Presidente. Fechou o Congresso, que era constituído por aquela Assembléia que fora instituída para votar a Constituição de 1934. Foi despachada. Governadores para os Estados e intendentes para os municípios seriam por nomeações, nesse período constitucional (sem Constituição). Para imortalizar essa data, que tanto aliviava a consciência política brasileira, motivo até de orgulho nacional, São Gotardo batizou uma praça com o nome de *14 de julho*. A Constituição de 1934 seria um entrave às pretensões ditatoriais dele. Como ele tinha a presidência garantida até 1938, não se perturbou; pôs a Constituição numa gaveta.

O Congresso, em face a movimentos de agitação comunista em 1935, temendo o perigo deles, aprovou um *Estado de Sítio*, que foi prorrogado até 1937, devolvendo todo o poder totalitário a Vargas. Ninguém se lembrava mais de Constituição, aquela promulgada em 1934; quer dizer, Getúlio continuou governando, ditatorialmente, de 1930 a 1937.

Usando como pretexto o golpe comunista de 1935 e o perigo daquele regime totalitário, que era uma grande ameaça aos empresários da indústria e aos grandes cafeicultores, Getúlio conseguiu do Congresso a aprovação do *Estado de Sítio* que deveria perdurar até 1937, para salvar o país de desordens sociais e do perigo do comunismo.

Chegando 1937, que deveria ser o fim legal do *Estado de Sítio*, quando se deveria tirar a Constituição de 1934 da gaveta para governar o país democraticamente, Vargas, alegando continuidade do perigo comunista, dá um golpe de estado e instaura o *Estado Novo*.

Fechou o Congresso, a Assembléia Constituinte, que fora eleita em 1933, suspendeu as eleições e passou a governar como verdadeiro ditador. Vargas se asseguraria no poder, copiando os mesmos sistemas dos regimes totalitários de Mussolini e Hitler, com o fascismo e o nazismo. O povo teria que "*crer, obedecer e lutar*". Ele ensinaria; era bom professor. A ditadura agora era para valer, tinha o apoio dos partidos de direita.

Acabou de vez o valor da Constituição de 34; não mais haveria eleições. A Carta Constitucional de 14 de julho de 1934 continuaria na gaveta, por mais oito anos. Quando ele foi deposto, acharam-na em sua gaveta já amarelada, cheia de anotações várias, resultados de jogos de futebol e datas de *shows* das irmãs cantoras, Linda e Isaura Batista e o nome de um tal Gregório.

A Constituição foi como uma mentira, ou foi ela realmente uma mentirinha? O dia *14 de julho*, que está numa placa em nossa praça do Correio, é uma data que comemora uma coisa que não existiu. Seria

o *Dia da Constituição*, diretriz de um governo democrático no Brasil. O Departamento de Correios e Telégrafos, situado em nossa praça, deveria se chamar e foi, *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP), que serviu para instituir e propagar uma ideologia ditatorial pelo período de 15 anos. Ninguém botaria reparo se aquela Praça do Correio tivesse seu nome mudado para "Praça 1º de abril". Dia da Mentira!!!

A falta de conhecimento da história de São Gotardo leva algumas pessoas a acharem que "14 de julho" refere-se à Tomada da Bastilha. Têm mais notícia de história da França do que da de São Gotardo. Isso, somente para alguns porque, para a maioria, "14 de julho" não significa nada...

Praça Cyro Franco

A Praça Cyro Franco fica na zona comercial, no alto da cidade. Nela termina a Avenida Rui Barbosa, que tem início ao lado da Matriz. Essa praça é praticamente formada pela confluência da Avenida Prefeito Erotides Batista, Avenida Brasil, Avenida Rui Barbosa, Rua Pref. Sebastião Fonte Boa e Rua Pedro Bougleaux.

É uma praça estritamente comercial: nela se situam inúmeros estabelecimentos comerciais como o *Autopeças Fusca, Serralheria Abaeté, Autoelétrica São Gotardo, Dipel, Escritório do Rubão, Gráfica do Tio Orlando, Líder Autopeças, Contato Elétrico, Bolsa de Insumos, Linhauto, KVA Refrigerações, Oficina Center, Agromen e outras.*

Cyro Franco foi o prefeito de São Gotardo no período de 1954 a 1958, eleito pela coligação PSD-UDN, sendo seu substituto Zé Caetano Ribeiro, eleito em 1958.

Cyro Franco nasceu em 4 de dezembro de 1922. Pertenceu a uma das mais antigas e tradicionais famílias de São Gotardo, dos Franco. Faleceu em 1978, de enfisema (cigarro). Deixou três irmãs: D. Maria Aparecida Franco (Cidinha), residente em São Gotardo; D. Albanita Franco, falecida, residia em Uberaba, foi casada com o Sr. Hélio Pinheiro Costa e D. Aracy Franco Ordones, falecida, viúva de José Ordones.

Casado com D. Santa (Conceição Cardoso Franco), teve 11 filhos. Era filho de João Franco, que era irmão do Baiano Franco, do Juca Franco. Seu pai era fazendeiro na Espinha, e famoso comprador de bois de carro, depois da derrota dos carros de bois para o caminhão do Sr. Orozimbo Borges. Boiada erada, que juntada às centenas, era tocada para o Frigorífico Anglo, em Barretos.

Cyro Franco iniciou sua vida comercial com negócios de gado, depois passou para café, até 1965, quando o café e o povo brasileiro passaram a não valer nada. A desvalorização levou à erradicação dos cafezais estimulada pelo governo. Houve uma grande quebradeira na zona rural.

Em 1958 fundou, juntamente com o Sr. Milton Barroco, a firma *"Franco e Barroco"* para revenda de caminhões da Mercedes-Benz. Desorganização comercial fez com que a firma fosse fechada.

Foi para Tiros onde fundou o *Laticínio Franco* para fabricar queijo da marca *Mineirão*. Quando faleceu, a firma ficou com João do

Ciro, seu filho, que passou a fabricar o queijo *Tirolez*. "Tirolês", ao contrário do que se possa pensar, refere-se a uma região da Europa, o Tirol, nada relacionada com Tiros.

Foi um dos protagonistas da instalação da usina hidroelétrica do Rio Abaeté, a primeira fonte de energia para São Gotardo, insuficiente, mas que supriu, por algum tempo a grande carência energética da cidade.

Notícia da *Folha de São Gotardo,* em novembro de 1957:

"A Prefeitura Municipal de São Gotardo, na pessoa do seu Prefeito, Sr. Cyro Franco, devidamente autorizado pelo Legislativo local, acaba de obter da Caixa Econômica Estadual um empréstimo de 2. 616. 812 00 de cruzeiros novos, para dar início à rede elétrica da cidade a se iniciar em janeiro de 1958".

Outra notícia pelo mesmo jornal:

"Cidade Iluminada:

Vive hoje São Gotardo um de seus melhores dias, pois esse importante melhoramento e novos rumos no progresso iniciado na gestão do Sr. Cyro Franco, têm agora seu término."

Notícia na *Folha de São Gotardo*, em novembro de 1957:

"Cidade Iluminada:

Vive hoje São Gotardo um dos melhores dias. A construção da usina hidroelétrica iniciada na gestão do Sr. Cyro Franco têm agora seu término e novos rumos no progresso aguardam nossa cidade. Consignar aqui nossos agradecimentos ao Dr. Bill, engenheiro da Companhia do Vale do São Francisco (C.V.S.F.) que foi, no nosso pensar, o fator principal desse acontecimento, dado seu cavalheirismo e dinamismo em se colocar ao lado de nosso prefeito orientando-o na execução dos trabalhos para satisfação geral."

Em fevereiro de 1958:

"Franco e Barroco (Cyro Franco e Milton Barroco) concessionários da Mercedes-Benz, nessa cidade, comunicam à praça e a todos os interessados na aquisição de caminhões, peças e acessórios, assistência técnica e mecânica para seus veículos que seu escritório acha-se instalado à Rua Cel. Frederico Coelho 49 e suas oficinas à Praça São Sebastião, 47".

Em 6 de abril de 1958:

"Acha-se em visita à nossa cidade o Sr. Alfredo Soares, construtor, que aqui vem ultimar os entendimentos com o Sr. Prefeito Cyro Franco para o início do calçamento de várias ruas."

Era o progresso de São Gotardo, anunciando iniciativas públicas.

Naqueles tempos, as prefeituras eram órgãos de muito pouco significado, pois não havia verbas para nenhuma realização. A única coisa que os prefeitos faziam e que caracterizava sua boa ou má atuação, era calçar

ruas com pedras recortadas, chamadas *pés-de-moleque*. As prefeituras tinham suas equipes de calçadores de rua, funcionários municipais especializados para esse fim. Hoje uma classe extinta. Não se falava em asfaltar ruas. Como se pode ver no anúncio acima, existiam empresas especializadas em calçamento de ruas, com contratos firmados com os prefeitos.

Lembro-me de que no governo estadual de Juscelino, ele convocou todos os prefeitos para financiar caminhões, tratores de esteiras e outras máquinas para as prefeituras, com financiamentos muito longos. Eram máquinas importadas da França e da Itália. Cada prefeitura compraria de acordo com suas possibilidades de pagamento. Chamado a firmar o contrato, o Sr. Cyro Franco mandou que o funcionário do governador copiasse toda a lista das máquinas para São Gotardo. Eles se entreolharam, por duvidarem das possibilidades financeiras da Prefeitura de São Gotardo, ao que o Sr. Cyro respondeu que eles não iriam mandar máquinas coisa nenhuma, então não iria perder tempo em selecionar lista. Não veio nem uma máquina. Continuava o município sem estradas, por falta delas.

Rua Antônio de Oliveira Campos

A Rua Antônio de Oliveira Campos tem seu início na Avenida Brasil, em cuja esquina fica o *Posto Boiadeiro*. Toma a direção da APAE, cruzando inicialmente com a Rua José Maria de Melo, em cuja esquina fica a *Retífica de Motores do Zé Gordo*. Cruza em seguida a Rua José Alves Franco, Avenida N.S. de Fátima, terminando na Rua João Alves Franco em cuja esquina fica a APAE.

Na Rua Antônio de Oliveira Campos situam-se o *Posto Boiadeiro*, na esquina com Avenida Brasil, a *Mercearia Gabriel, Transportadora São Vicente*.

Para quem não sabe, a Rua Antônio de Oliveira Campos é em homenagem ao Antônio da Luca.

Citei-o no em meu livro *São Gotardo, sua gente, sua evolução*, quando falei sobre as personagens que participam da história de sua cidade (p. 32 a 38). Os historiadores de suas cidades não podem se deleitar apenas com citações de pessoas *tradicionalmente tidas como importantes*, em suas cidades. *Tradição* não é sinônimo de realização, nem de progresso. Isso é coisa do passado. *Tradição* é a estruturação de uma situação conservadora que procura criar e perpetuar as diferenças sociais, causa principal da Revolução Francesa, que levou, pelo combate ao tradicionalismo, a uma alteração no direcionamento histórico da humanidade.

Uma personalidade histórica, isto é, que tenha entrado para a história de sua cidade, não precisa ter sido "gente importante". Terá apenas que ter feito alguma coisa, mesmo dentro de suas limitações, para entrar para a história de sua cidade. Mas que tenha agido, tenha realizado, ou quando não, ter participado e não ter se marginalizado.

Os historiadores devem voltar sua atenção também para o menor, o oprimido, o homem do cotidiano. Tanto os homens opressores, como os oprimidos, podem ser igualmente agentes da História. O Antônio da Luca, pobre e analfabeto, passou para a história de São Gotardo. Deram a uma rua até de certa importância o seu nome - *Rua Antônio de Oliveira Campos*.

Sempre elogio o prefeito Zé Moreira e exteriorizo minha satisfação pela nobreza e sensibilidade por esse ato executivo em dar a uma rua de São Gotardo o nome do "Comandante" Antônio de Oliveira Campos.

Era um esquizofrênico, que se dizia milionário, de importância até nos meios reais de Europa. Puxava da faca, dizia que matava, que esfaqueava, mas inteligente, só se exibia quando tivesse platéia. Era um preto estimado. Como se diz popularmente ele "entrava na conversa de todo o mundo". Ninguém o recusava; pelo contrário, aceitava sua presença.

Sempre que tivesse oportunidade, gostava de montar em mulas bonitas dos fregueses rurais, estacionadas no armazém do Sr. Clarimundo Soares e tinha por costume dar voltas pela ruas, exibindo suas qualidades e elegância de bom cavaleiro, e as tinha.

Certo dia parou em frente à minha casa, montado em um belo exemplar, como sempre, exibindo-se. Corri, peguei uma *kodak*, bati uma fotografia. Mostrei ao Mauro do Bar e ele se propôs a colocá-la na vitrine do bar. Em frente à vitrine, todos riam com satisfação e comentavam sobre o "Coronel" Antônio da Luca, montado numa bela mula e por baixo escrito: "Procura-se o dono da mula; paga-se bem a quem der notícias".

Não foi nada. Dias depois chega um Oficial de Justiça em casa. Assinei uma intimação para depor, acusado que estava de crime contra a dignidade do cidadão Antônio de Oliveira Campos. Foi um Deus nos acuda para eu e o Mauro nos livrarmos daquela. Gente entrou no meio, até o xerife Gabrielinho, "não sabe?", para contornar a situação.

O Juiz, recém-instalado em São Gotardo, solitário e possivelmente cheio de problemas, enquanto tomava um cafezinho no bar do Mauro, olhava de lado a foto daquele elegante cavaleiro na vitrine. Manjou o momento de mostrar a presença de seu mau humor, de pôr gente ao seu redor, quando na realidade demonstrou foi seu despreparo profissional entre nós.

– Embora ele seja pobre, merece respeito: vamos abrir um processo. Foi a alegação do infeliz togado.

Eu interpretei aquele ato do Juiz, cujo nome nunca soube (para que saber nome de imbecis se precisamos deixar lugar vago em nossa mente para coisas mais úteis), como uma demonstração de despreparo social e porque não, profissional, dando demonstrações de que possivelmente não tenha passado por um teste psicotécnico, para medir sua capacidade de socialização. O Juiz tinha razão profissional, mas esqueceu-se do social, que é a estrutura e base para uma profissão que visa à normatização das sociedades.

A função da Justiça é explicitamente a organização social e sua razão, o bom senso, que muitas vezes tem que falar mais alto que as próprias leis e que pode passar a ser um grande direcionador das ações e decisões judiciais. Naturalmente para quem souber usá-la com inteligência.

Desconhecedor de História, não sabe das diferenciações internas e as características íntimas de cada sociedade. Deveria saber, para julgar que, em determinadas sociedades, alguns atos que são elegantes, são absolutamente condenados em outras e vice-versa. Talvez nem tenha ouvido falar que desde Roma existe a máxima *Lex rei sitae*, isto é, seu "magistra", cada lugar com seus usos e seus costumes. Em determinados países do Oriente, a mulher não pode expor partes de seu corpo: pés, mãos, rosto e condenadas serão se o fizerem. Nas sociedades ocidentais, a mulher tem que mostrar, às vezes excessivamente, seus atributos físicos, sem nenhuma condenação ou mesmo censura, exibindo-se como se fosse objeto de consumo. Não pode ser condenada, porque aquela sociedade rasurou a censura garantida pela democracia. As entidades feministas cada vez mais perdem sua razão de existência.

Ele nem devia saber a razão do seu local de trabalho, que é o tribunal, uma entidade, limitada muitas vezes a pequenas salas, mas responsável pela liberdade da humanidade e pelos direitos dos homens. Ali, a palavra *crime* tem que ser analisada, julgada e decidida; de cuja análise se tiram e se extraem tantas surpresas e tantas lógicas que poderão surpreender os expectadores, pelas interpretações tão diferentes, justas ou não, para os mesmos crimes, mas cuja meta é a justiça social. Julgar e analisar normas sociais é exigência dos regimes democráticos, onde o bom senso é muitas vezes o norteador das ações. Infeliz do povo que *uma autoridade* desfizer aquelas salas.

Os "sós" têm idiossincrasia e ojeriza pelas sociedades. Introspectivos, isolam-se do seu meio. Chegam em momentos extremos ao suicídio, para livrar sua mente patalógica do convívio social, quando não tiverem possibilidade ou oportunidades para agredi-las.

Aquele Juiz, recente em São Gotardo, naturalmente não sabia que o nome do cidadão que pôs na citação, não era Sr. Antônio de Oliveira Campos, era "Coronel" Antônio de Luca. De grande influência no julgamento de uma sociedade ou de seus componentes é o conhecimento de seu passado, de sua história.

O "pijama" com freqüência abafa a mente e o bom senso de um cidadão. Como disse o João do Cartório: "Os advogados fazem concurso para juízes e tomam posse; os de Direito, julgando-se deuses; os trabalhistas com certeza". Vamos deixar o julgamento desse Juiz, considerando-o como vítima da patologia dos isolados. Afinal, Sociologia é aprendida pelo convívio com a sociedade. Talvez hoje, onde estiver, se ainda não tiver sido contemplado por um aposentadoria compulsória, já deve atuar de maneira diferente, porque já deve ter se acostumado com vários "coronéis" Antônio de Luca em andanças e até batido continência para eles.

Os beira-rios, pescadores, caçadores e os sertanejos, de modo geral, que andam trilhando as margens dos rios, quando encontram fezes de

animais nos trilhos sabem seguramente de que animal se trata, até mesmo o dia em que ele passou por ali. Segundo o filósofo rural Luytprant de Melo, os animais irracionais com exceção de vaca, cagam redondo e fazia um analogismo dizendo que um indivíduo (citando seu nome) só faltava cagar redondo para atestar sua bobice ou ignorância. Seria o caso de se pedir judicialmente um exame macroscópico dos excrementos do tal doutor.

Eu e Antônio da Luca sempre fomos amigos e eu sempre o considerei desse modo. Foi um grande protetor meu, assim dizia. Era papo na porta do hospital. Ele morreu no meu hospital, em um apartamento, com toda assistência médica nos últimos momentos de sua vida, como sempre teve.

Minha continência, "Coronel" , onde estiver!

Rua Bento Ferreira dos Santos

A Rua Bento Ferreira dos Santos antigamente se chamava Rua Benedito Valadares. Tanto um como o outro eram da ditadura.

É a rua mais importante de São Gotardo, embora tenha somente dois quarteirões. Inicia-se na Praça São Sebastião e termina na Praça dos Sagrados Corações. Nela situa-se o forte do comércio de São Gotardo.

Nela situam-se a *Loja Marshmellow, Alternativa Discos, Vest Bem, Casa Pequena, Nacional, Boutique São Geraldo, Strass, Arca de Noé, Relojoaria França, Janaina Modas, Lanchonete Ponto Certo, Sapataria Santos, Júlio Caetano, Farmácia Nossa Senhora, A Boa Compra, Sapataria Souza, Liège Modas, Nossa Casa, Roka Confecções, Kamel Magazine, Perfumaria Martins, Casa Fiel, Pingo de Gente, Peg Modas, Drogaria São Gotardo, Eletrofrança, Cartório do 1º Ofício, Márcio Tecidos, Coletoria Estadual, Escr. Leônidas Bueno da Silva, Supermercado Nissei, Duck Modas, Mariana Tecidos, Casa das Alianças, Center Discos, Loja Sagrados Corações, Farmácia Nossa Senhora, Farmácia do Ênio* e vários outros estabelecimentos comerciais.

Antes de 1930 formava-se no Rio Grande do Sul uma elite que desejava instituir no Brasil um governo central forte, para substituir a política do café com leite, de Minas Gerais e São Paulo, que monopolizou a Presidência da República, não dando chances a outros Estados da Federação.

Formou-se a Aliança Liberal que indicara Getúlio Dorneles Vargas como candidato à Presidência da República, pela oposição, para fazer o substituto de Washington Luís, presidente que estava saindo.

Getúlio perdeu a eleição, mas através de uma revolução, tomou o poder e instalou uma ditadura no país.

Na ausência de uma Constituição, para ditar normas de governo, principalmente evitar as eleições, Getúlio fechou Congresso, Câmaras Estaduais e Municipais. Os Estados e Municípios seriam dirigidos por Interventores e Intendentes. Seriam homens de confiança do Getúlio, naturalmente, nomeados por ele; os Intendentes para as prefeituras seriam nomeados pelo Interventor (governador) colocado pelo ditador para governar o Estado.

Assim aconteceu em Minas Gerais, onde o interventor nomeado por Getúlio foi o Sr. Benedito Ribeiro Valadares, que assumiu em janeiro de 1931. Nomeou para a prefeitura de São Gotardo o Intendente Sr. João

Ferreira de Noronha. Substituindo esse prefeito-intendente, assumiu o cargo o Sr. João Anatólio de Lima.

Conforme diálogos que tivemos com pessoas mais antigas, seu governo não tinha nenhuma característica de ditadura. Pelo contrário, era um homem ameno, afável, de diálogo, amigo de todo mundo, que não usava de seu poder excepcional para ações de violência contra ninguém.

A primeira Câmara Municipal, após a ditadura, foi instalada em 1948, com Sr. Randolfo Prados na Presidência. O povo iria aprender a votar.

O Sr. Oscar Prados foi eleito prefeito pelo Colegiado local, em 1948, assumindo e conforme dizem, propositadamente deixou o cargo de Prefeito para Dr. Erival Ladeira, que ficou até 1949.

Dr. Erival, cuja família era ferrenha inimiga política do Sr. Bento, não confiando em sua honestidade, exigiu, antes de tomar posse, uma auditoria para levantar possíveis erros administrativos ou má conduta do Sr. Bento.

Na ocasião havia um órgão de Assistência aos Municípios chamado DAM (Departamento de Assistência aos Municípios), que teria a função de fazer auditorias nas prefeituras, desde que requeridas por outros prefeitos. Dr. Erival requereu uma auditoria para a gestão dos 15 anos de ditadura do Sr. Bento.

Vieram, enviados por aquele órgão, os irmãos auditores Alcindo Rego e Beder Rego. Após prolongada pesquisa acharam por bem elogiar o Sr. Bento por um governo honesto que realizara. Aproveitando a viagem, ambos os auditores se casaram aqui. O Sr.Alcindo Rego casou-se com a filha do Sr. João Flávio e o Sr. Beder, casou-se com a irmã do Lázaro de Souza (Lazito). Aqui constituíram família.

Nós não conhecemos o Sr. Bento Ferreira dos Santos, mas segundo informações de antigos moradores, soubemos que terminou seu mandato muito pobre. Ficava devendo no Armazém do Clarimundo até um ano, por não poder pagar. Durante toda a sua administração instalou também, para ajudar a se manter, uma farmácia na Praça São Sebastião, modesta como a época exigia. Quem tomava conta da farmácia era o Zé Pulastrinho, um negrinho.

Na ocasião da guerra de 39-45, com o racionamento da gasolina, o Sr. Bento alugou a fazenda do Zé Pedro de Morais, ali na venda, onde passou a fabricar álcool para motor. Seu maior freguês era o Mundinho Mendes, grande comerciante de café na época, para não deixar seu caminhão parar. O Sr. Bento, alegando dificuldades financeiras, mudou-se para a venda, onde as despesas seriam menores. Os tempos mudaram as mentes dos executivos...

Foi o Sr. Bento que formou o Gordura, juntamente com os Srs. Pedro Bueno e José Pereira do Nascimento. Mandou inclusive fazer uma planta racional para a Vila Funchal.

Terminada sua missão em São Gotardo, o Sr. Bento Ferreira do Santos muda-se para Belo Horizonte e mais tarde para o Rio de Janeiro, levado pelo cunhado Zé Guiomar, interventor do território do Acre, no tempo da ditadura.

Em Santo Antônio do Monte moram filhos do Sr. Bento, industriais do foguete. Esses foguetes que se ouvem com freqüência todas as vezes que o Atlético ganha do Cruzeiro. Naqueles tempos nem os ditadores regionais punham a mão no dinheiro do povo. Poderiam pôr e não dar satisfação a ninguém, principalmente aos eleitores, que não existiam. Hoje a ordem é roubar o mais que puder.

Entre nós, o filho mais conhecido é o Cel. Gualter Ferreira dos Santos, que aqui se casou com D. Zizinha, filha do Sr. Chico Tobias.

O Padre Ziquinha (aquele Padre José, de São Gotardo, página 153) que residia em Santo Antônio do Monte, teve três mulheres. Vários filhos com todas elas. Dentre eles, com a primeira, teve D. Guiomar, que por lá se tornara noiva de um jovem chamado Bento. Com a segunda mulher teve Dr. Geraldo, conceituado advogado em São Gotardo, depois Patos de Minas, onde faleceu recentemente. Cita-se uma passagem em um júri em São Gotardo que, durante os debates o outro advogado, querendo humilhar e se engraçar à custa do Dr. Geraldo, lançou-lhe, com deselegância típica dos incapazes, na face, perante a assembléia, que era de origem duvidosa, ao que ele retomando a palavra, perguntou qual seria esta dúvida, se ele era sabidamente, por todos os presentes, ser filho do Padre Ziquinha! A tréplica não veio.

O Padre Ziquinha foi transferido para São Gotardo, e acompanhando a mudança e a noiva veio o jovem Bento Fereira dos Santos , que aqui se revelou muito inteligente. Posteriormente ele foi nomeado Intendente pelo Sr. Benedito Valadares, Governador do Estado. Nem um de nossos informantes soube explicar o motivo.

Rua Cel. Fonte Boa

A Rua Cel. Fonte Boa tem início na Rua D. Silvério, no Alto da Bela Vista (Papagaio), bem em frente à Escola Estadual Oscar Prados.

Desce em direção ao centro da cidade, cruza a Rua Dom Bosco, em seguida Rua Horácio de Lacerda; passa sobre a ponte do Papagaio; cruza a Avenida 30 de Setembro; faz esquina com Rua Olímpio Franco e Nico Germano; cruza a Rua Professora Maria Coeli Franco e vai à Praça São Sebastião.

Nela situam-se o *Supermercado Faria, Supermercado Lima, Nestlé, Bioterapia* (fisioterapia), *Hospital Pio XII, Laboratório Pio XII, Pensão Pio XII, Farmácia São Pedro* e *Farmácia Santa Teresinha*. Acima da Praça São Sebastião fica a *Free Way*, escola de línguas.

O Cel. Antônio Lopes Fonte Boa nasceu em 21 de março de 1879, em São José das Perobas. Filho de José Manoel Fonte Boa e Clementina Laurinda Rodrigues da Silva, conhecida por Dona, que tinham uma grande fazenda nos arredores de Perobas. Aos 12 anos mudou-se para Dores do Indaiá levado pelo irmão mais velho, José Lopes Fonte Boa (Juca), para com ele trabalhar numa casa comercial. Mesmo trabalhando, cursava o colégio Municipal de Dores do Indaiá, sendo colega de Chico Campos, futuro Ministro da Justiça e de José Oswaldo de Araújo, das Finanças de Belo Horizonte.

Depois mudou-se para Belo Horizonte. Passou a estudar Farmácia, financiado pelo irmão José Lopes Fonte Boa, que continuava em Dores do Indaiá. Foi terminar seus estudos superiores em Ouro Preto, obtendo lá a carta para o exercício de Farmácia.

Casou-se em 1902. Abriu uma farmácia em São José das Perobas, ficando lá somente dois anos, quando se mudou para o arraial e paróquia de São Gotardo. Montou uma farmácia, ao lado do Hotel São Gotardo, na Praça São Sebastião.

Em 1911, por lei provincial, foi criado o Município de São Gotardo, cuja instalação só se deu em 1915. Indicado pelo Cel. Frederico Coelho, Antônio Lopes Fonte Boa compôs a Câmara nova, quando obteve votação total. A Câmara foi transferida de São Francisco das Chagas (Rio Paranaíba), que passou a pertencer a São Gotardo. Em face de sua votação, foi levado a presidente da Câmara e, portanto, Agente Executivo (hoje Prefeito).

Promoveu com grande entusiasmo o desenvolvimento da sede do novo município. Construiu a Cadeia, o Fórum, o Grupo Escolar "Afonso Pena" (1920), que era outro prédio e não o atual. Construiu redes de água e esgotos, captação de água potável das fontes próximas. Levou-a em tubulação até um reservatório coberto, no centro da cidade. Daí a vários logradouros públicos, onde se instalaram chafarizes populares.

Com a aproximação das eleições de 1918 para o quatriênio seguinte, Antônio Lopes Fonte Boa pretendeu afastar-se, para se dedicar à profissão, passando o múnus administrativo a outro correligionário.

Por eleições, previamente escolhido para agente executivo, o Cel. José Alves Franco, renunciou após alguns meses de governo. O Cel. Fonte Boa que fora escolhido vereador "extra-chapa", voltou às lides políticas ao lado de seus companheiros.

Inaugurou a luz elétrica, realização e empreendimento por iniciativa do industrial residente na cidade, Sr. Gérson Coelho Duarte. A Câmara autorizou a compra da usina, por cinqüenta contos de réis. Considerado um grande empreendimento para a época, serviu para pretexto de insinuações malévolas de adversários incompetentes e invejosos de suas realizações.

Ele morreu pobre, em junho de 1933. A Prefeitura mandou erigir um túmulo no cemitério local com solene epitáfio : "Ao Cel. Fonte Boa, o Município de São Gotardo agradecido."

O Cel. Antônio Lopes Fonte Boa, ou Tonico Fonte Boa, segundo dados de Juquinha Carneiro, no livro *História de São Gotardo,* fez uma dupla muito importante com o Cel. Frederico Coelho, para os primeiros passos da vila de São Gotardo. Esse início de São Gotardo fica, conforme a história, muito a dever a essa dupla.

Em 1915, quando foi instalado o Município de São Gotardo, transferida que foi a sede de Rio Paranaíba para São Gotardo, o Cel. Antônio Fonte Boa era vice-presidente da Câmara, sendo presidente seu companheiro Cel. Frederico Duarte Coelho, então agente executivo (prefeito) do Município recém-instalado.

Reafirmando a importância do arraial das Perobas, o leitor deve notar que foram os indivíduos que de lá vieram, que passaram a ocupar importantes cargos administrativos e burocráticos na cidade de São Gotardo.

Rua Cel. Frederico Coelho

O Cel. Frederico Coelho era filho de João Duarte Coelho, que foi Presidente do Concelho (com c) Distrital de São Gotardo, quando pertencíamos ao Termo de Carmo do Paranaíba. Era um indivíduo culto, que adquiriu conhecimentos humanísticos no Colégio Caraça, um dos motivos, entre outros, que o levaram a assumir postos de liderança em lugares diversos onde residiu. Sempre foi um líder.

Foi casado com D. Andrezina Gomes Ulhoa, de Paracatu. Seus parentes, residentes em São Gotardo, divergem de suas origens, mas ele nasceu em São Gotardo. Mas a história não se preocupa em saber de onde veio o homem e sim o que ele faz ou fez, como participou e produziu, como agente de história na sua sociedade.

Após vários anos vivendo e negociando com café em São Gotardo, mudou-se para Patrocínio onde chegou a Prefeito. No "Anuário de Patrocínio", 2000, está registrado: os agentes executivos administraram a cidade até 1930. Daí para frente foram nomeados prefeitos pela intervenção estadual (com Getúlio). Em 1931 o Prefeito era Frederico Coelho Duarte, aliás, o segundo prefeito e o terceiro, Oscar Barreira. No Carmo do Paranaíba, onde também residiu, chegou a Adjunto de Promotor. Alguém acha que seu pai, João Coelho Duarte, veio do Caraça para São Gotardo. Ele seria padre; fazia parte da diretoria do Concelho Distrital de São Gotardo.

O Cel. Frederico Coelho freqüentou o Caraça, o que motivou sua formação intelectual, moral e cívica, como líder político e comercial na Vila de São Gotardo. Imagine um ex-aluno do Caraça, único manancial de intelectualidade da época, no meio de um povo inculto como era o do Arraial de São Sebastião do Pouso Alegre? Teria que se sobressair social e culturalmente, além da capacidade de manter diálogo, intercâmbio e talvez, somente ele, com a cúpula política do Estado.

O Cel. Frederico Coelho, além da liderança econômica no comércio do café, teve muita importância na direção política do Arraial e Vila de São Gotardo. Esteve à frente de todos os grandes acontecimentos políticos que marcaram os passos iniciais de nosso município.

O povo do Arraial de São Gotardo desejava emancipação política, que fosse transferida do Município do Rio Paranaíba a jurisdição

para nossa sede, então Vila de São Gotardo. Coube ao Cel. Frederico Coelho iniciar esse movimento.

Seu relacionamento com Delfim Moreira, Presidente do Estado e Bernardo Monteiro possibilitou aquela transferência, que aconteceu em 18 de setembro de 1914. A instalação da Vila se deu em 30 de setembro de 1915. Estava assim instalada a Vila de São Gotardo.

O nome da Avenida que margeia o Córrego da Confusão, recém-construída, passou a ser *Avenida 30 de Setembro*, como marca de "nossa independência", de nossa emancipação política, e o Cel. Frederico Coelho foi o nosso D. Pedro I. Na festa da instalação da Vila, os nomes mais badalados foram do Cel. Frederico Coelho e do Presidente do Estado, Delfim Moreira.

Cel. Frederico Coelho e o Caraça – Quando se fala de História, é necessário coordenar fatos e dados em série, às vezes buscados em tempos longínquos, principalmente nos arquivos históricos, para uma boa compreensão dos fatos em estudo. História não pode ser o momento, porque aí seria somente um fato ou um acontecimento insólito, sem seqüência.

Por essa razão fomos visitar o Caraça onde o nosso líder do passado foi assimilar cultura e se tornou bacharel. Conforme o Professor José Carrão: "O forte dos ex-alunos do Caraça é o bacharelismo, uma sólida formação humanística, constante do melhor domínio da arte de falar e escrever bem, fundamentada em estudos intensivos de retórica, do latim e do português. O resultado dessa mentalidade será um indivíduo profundamente convicto de suas crenças, severo na defesa da moral, mas com uma bonomia em que não falta o respeito às convicções alheias".

Nos colégios dos Lazaristas, dentre os quais predominava o Caraça, estudaram:

- Cinco presidentes da República do Brasil.
- Três vice-presidentes da República.
- Vinte e cinco governadores de Estados.
- Sete vice-presidentes ou governadores de Minas Gerais.
- Cento e onze deputados ou senadores.
- Dois mil sacerdotes.
- Cento e vinte e cinco bispos.

Orgulhosos de suas formações de humanismo e de bacharéis, os vicentinos da Congregação da Missão se vangloriam em dizer que "quando você estiver andando em uma avenida de Belo Horizonte (cuidando-se para se defender dos assaltantes!) e quiser se lembrar do nome de algum ex-aluno do Caraça é só ler a placa com o nome daquela Avenida: Avenida Afonso Pena, Av. Olegário Maciel, João Pinheiro, Grupo Escolar Delfim Moreira, e assim por diante". Em São Gotardo, citaremos Cel. Frederico Coelho.

O Caraça foi produto do despotismo de Pombal – Quando D. João V morreu, em 1750, foi substituído pelo seu filho D. José I, que contratou para seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o Marquês de Pombal, que se tornou o homem forte de Portugal, ofuscando mesmo a figura de D. José I, que, aliás, se preocupava mais era com suas farrinhas. A influência do despotismo de Pombal durou cerca de vinte e sete anos.

Em 1756, o Rei D. José I, o conquistador (de mulheres), se engraçou com uma dama de uma família nobre, os Távora. Esses, feridos em seu orgulho, numa noite, quando o Rei voltava ao palácio, foi atacado a tiros por elementos da família Távora, que queriam lavar sua honra atingida. Em face do ocorrido, Pombal promoveu a maior devassa na Península para apurar aquele deicídio e mostrar o seu poder. Imediatamente foram justiçados o Marquês de Távora, antigo vice-rei na Índia, o chefe da conjura; sua esposa, D. Leonor; o Conde José de Távora; o segundo Marquês de Távora e outros da família. Alguns tiveram braços e pernas quebrados a malho e outros queimados em fogueira. A Marquesa, ex-vice-rainha da Índia, foi degolada. Pombal não era moleza, não!

O jovem Carlos Mendonça de Távora, filho do Marquês justiçado, conseguiu fugir para o Brasil, dizem, escondido dentro de um barril de vinho vazio, embarcando portanto, clandestinamente, para a Colônia como vinho, no porto de Lisboa. Por isso, os agentes de Pombal não o encontraram em Lisboa.

Chegando ao Brasil, Carlos Mendonça de Távora teve notícia dos garimpos nos chapadões do Tejuco, bem longe do litoral, onde poderia ficar bem afastado das buscas de Pombal. Uniu-se, portanto, a um bando de garimpeiros que estava de partida para o Tejuco, para um refúgio garantido. Seria apenas um garimpeiro a mais naquele bando.

Dizem que no Tejuco entrou em contato com o milionário desviador de diamantes, João Fernandes de Oliveira, o lendário amante de Chica da Silva, contratador de garimpos da Colônia, funcionário de Pombal. Mas Carlos, sem deixar transparecer sua identidade, fez parceria, dizem, com João Fernandes.

Para melhor encobrir sua identidade, não se deixar percebido como fugitivo, necessitando continuar incógnito, decidiu entrar para a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, onde, sem revelar seu nome, recebeu o título de Irmão Lourenço de Nossa Senhora e passou a usar o hábito. Desse modo ficaria bem disfarçado e subconscientemente segurou o cordão de São Francisco na cintura, com medo que ele subisse para o pescoço, tão apavorado estava com a perseguição de Pombal.

O certo é que, junto de João Fernandes, ganhou dinheiro no Tejuco. Anos depois, já idoso, resolveu levar a sério sua integração na Ordem da Penitência e cumprir seu voto; dedicar-se-ia daí para frente à

penitência. Dirigindo-se à Capital, Ouro Preto, o Irmão Lourenço finalmente foi dar na Serra da Piedade, depois Serra do Caraça.

Ali, como tinha dinheiro, resolveu erguer uma ermida, uma casa de oração, isolada, um *hospício*, como eram chamadas estas construções no ciclo do ouro. Aquelas construções religiosas solitárias com finalidade de retiros espirituais, clausuras, eram permitidas e mesmo estimuladas pela Igreja. Em 1768 estava pronta a Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, com duas alas de dois andares nas laterais, curtas na construção inicial, que serviriam de abrigo, hospício, para os irmãos que pregavam pelos sertões ou seus escravos, que por lá passassem ou residissem.

Na Colônia ou mesmo no início do Império, quem se dedicasse aquele sistema de vida, de retiro da vida material, uma expansão de hábitos da Idade Média, mostrando o espírito de uma época, estaria imune às perseguições militares ou políticas (o Irmão ainda via a sombra de Pombal perto dele). Esses costumes foram abolidos na República. Como me disse o Padre Célio Dell'Amore, atual Diretor do Caraça (ano 2000), se o Dep. Sérgio Naia ou o Juiz Lalau, autores de tantas falcatruas e gatunagens na política ou no Legislativo da República, com assentos nas Assembléias e nos altos cargos da Justiça, fossem se esconder naqueles hospícios, não poderiam ser presos ou molestados, como realmente não foram, embora no ano 2000.

Em seu testamento, o Irmão Lourenço doou todo aquele acervo ao Rei D. João VI. Fez as pazes com a dominação. Só que no testamento demonstrou seu desejo de que aquela instituição fosse transformada em uma Casa de Cultura, para a formação intelectual e moral dos jovens, isto é, um colégio e seminário.

O colégio - Aquela instituição religiosa foi transformada em Colégio em 1820, portanto ainda na Colônia, um ano após a morte do Irmão Lourenço. Um colégio que se tornaria o suporte intelectual de Minas e do Brasil. Se os jesuítas fundaram vários colégios no Brasil, traduzidos em um grande bem para nossa educação, essa rede de colégios jesuítas, no entanto, limitou-se ao litoral, não penetrando para o interior. Os lazaristas (vicentinos, do Caraça) com a proteção da Virgem Mãe dos Homens, levaram adiante este fenômeno cultural para bem dentro de Minas Gerais, para o coração do Brasil.

Mariana antecedeu-se ao Caraça e já estava produzindo plêiades de jovens religiosos e leigos intelectuais para o Brasil, que usavam as prerrogativas de terem estudado em Mariana, depois no Caraça.

Os pais, até em estados longínquos, mesmo do Nordeste, mandavam seus filhos, apesar de todas as dificuldades de transportes, a cavalo, para o Caraça, onde certamente seriam recompensados pela aquisição de

ensinamentos sábios e indispensáveis, com freqüência os primeiros passos para as universidades européias. Outros enviavam os filhos para o presbítero, tão em voga na época da Colônia e do Império.

O incêndio – Foi-me mostrado o causador do incêndio no Colégio do Caraça. A energia elétrica do Colégio era proveniente de uma usina particular pertencente ao Colégio. Um aquecedor, de louça, de má qualidade, com resistência em espiral, esquecido ligado, provocou um incêndio no colégio, destruindo-o praticamente.

Lembrei-me na hora, do acontecido com Newton, o da gravidade. Escrevia suas teorias, nos meados de 1600, à luz de lampião. Tinha um monte de escritos sobre a mesa. Por descuido do cientista, Diamante, seu cão de estima, derrubou o lampião sobre os papéis, queimando-os. O cientista vira-se para o cão e diz: "Diamante, você não imagina o mal que fez para a humanidade". O mesmo poderia ser dito para aquele aquecedor que desarticulou o Caraça, levando-o até a findar suas atividades.

Esse incêndio destruiu grande parte da biblioteca, uma perda irreparável. Mas ainda se salvaram as *Cartas Chilenas* dos Inconfidentes Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, sementes da Inconfidência Mineira, onde satirizavam, nessas publicações poéticas, em Ouro Preto, as autoridades que governavam a Colônia, principalmente o Governador. Naturalmente apócrifas, porque teriam seus pescoços cortados se descobertos. Também se salvaram quadros do Mestre Ataíde, inclusive um retrato do Irmão Lourenço.

Os guarás - Em horas mais ou menos previstas, à noite, geralmente depois das 21 horas, o visitante é brindado com um fato inédito, da natureza, que não se via desde São Francisco de Assis. Nesse acontecimento o homem pressente-se capaz de poder novamente conviver com a natureza e ser aceito entre os animais irracionais. Nesse sentido vem trazer incessantemente essa mensagem aos homens, um casal de lobos-guarás, todas as noites, no átrio da Capela.

Esses animais foram induzidos por um reflexo pavloviano a vir buscar todas as noites, no átrio da igreja, das mãos do padre diretor, Dell'Amore, pedaços de carnes, desfilando com elegância e garbo perante uma assistência emocionada e emudecida de dezenas de turistas. Medrosos e sensíveis, apresentam contrações clônicas em seu corpo aos *flashes* ininterruptos de máquinas fotográficas, pelo desusado do acontecimento.

Aqueles lobos, naquele "país" ecológico do Caraça, que só herdam conhecimentos da Natureza, instintos, vêm mostrar aos inúmeros turistas presentes, que o homem ainda tem condições de voltar a ser bom, de voltar ao seu estado natural, fazer as pazes e voltar a conviver com a natureza. Deixar de ser o *homo lupus homini* (homem, lobo do próprio homem).

Os lobos-guarás não vivem em alcatéias; cada território é habitado por um casal. O casal adulto cria os filhos e quando estes atingem a idade adulta há uma reunião da família, para se decidir quem vai morar naquele território dos pais. Ou um ou o outro, mas os quatro não. Não havendo acordo, haverá disputa no tapa. Quem ganhar fica; quem perder procurará outro território, desabitado, naturalmente.

Pergunta-se: como podem os filhotes, criados com tanto carinho expulsar os pais de seu território? Falta de amor? De socialização?

É um fenômeno de grande significado ontológico. Os bichos, os irracionais, não se amam. Eles vivem em função dos instintos. Se algumas espécies vivem em grupo é apenas pelo instinto de conservação. Estão se defendendo. Há os grupos de defesa, como há os de ataque. Já imaginou um elefante vivendo sozinho? uma corça? um veado? A espécie seria trucidada em pouco tempo. Podem viver isolados os leões, leopardos, que são bichos ferozes, de ataque. A espécie humana, por ser racional, ter consciência, criar cultura, evoluiu para o amor, deixando os instintos. Amor é criação cultural, racional, consciente.

Os animais não amam; seguem determinadas secreções hormonais secretadas em épocas determinadas. O touro não dá nenhuma bola para as vacas do rebanho, mas se torna atraído, possessivo, agressivo, segregando a vaca quando ela secreta hormônios na ovulação, o cio. Passado esse período, cada um para o seu lado. Não haverá nenhuma atração. Quando nasce um filhote, as mães, irracionais, são dominadas por secreções hormonais e viram feras em defesa dos filhotes. Com o passar dos meses, quando os filhotes são desmamados, cada um para seu canto. A vaca nem conhece mais seu filho, mesmo se ficarem no mesmo pasto. Não existe amor; existem instintos de proteção aos filhos, um fenômeno puramente hormonal, instintivo e irracional. Os seres humanos têm amor familiar durante toda a vida. É questão racional, consciente e cultural. Como disse Descartes, é *res extensa*.

O santuário ecológico do Caraça é visitado com muita freqüência por biólogos estrangeiros. Portando escadas, aqueles branquelões, compridos, *shorts*, pernas muito brancas, com lentes de todo tipo, perambulam pelos bosques, morros e matas, estudando tudo. Natureza pródiga e rica que eles não têm.

Vendo e respirando o ambiente do Caraça, embora sobre o seu passado, percebe-se por que o nosso Frederico Coelho sobressaiu-se e foi o grande líder de nossa estruturação política. Também, por que, ao se transferir para Patrocínio e Carmo do Paranaíba, logo chegou a liderar aquelas

sociedades. Foi pela aquisição de uma bagagem cultural e moral adquiridas no Caraça.

Liderança tem que ser construída. De nascença, não!

Frederico Coelho foi realmente um homem histórico. Transformou vários períodos de nossa história; transformou arraial em vila, proclamou nossa independência política.

Em conversa com um vendeiro nas vizinhanças do Colégio Caraça, soubemos um fato pitoresco. Como era costume, as crianças da roça no Brasil só usariam calças compridas e botinas, ao saírem da adolescência, quando virassem homens; então nunca mais usariam aquele tipo de vestimenta. Ele estava estranhando aqueles gringos branquelões, velhos, usando calças curtas (bermudas).

Um dia, um deles chegou na sua venda e pediu uma caixa de "fosfóro" (note o acento europeu). Depois de algum tempo ele notou que aqueles europeus eram muito burros, porque depois de um ano eles não tinham aprendido a falar nem *fosque*.

Seu irmão Jacob foi pai do Cel. Oscar Prado, o patriarca dos Prados em São Gotardo. O Jacob do Oscar era, portanto, seu neto.

Quando prefeito em Patrocínio, contratou um engenheiro italiano, chamado Marujo, para construir a primeira usina hidroelétrica, o Fórum e a cadeia.

Frederico viveu rico; morreu pobre. Com grande estoque de café no porto do Rio de Janeiro, teve-os queimados por ordem de Getúlio. Não recebeu indenização; quebrou.

Rua D. Silvério

Essa rua situa-se no Bairro Alto da Bela Vista ou Papagaio. Tem seu início na Rua João Gonçalves Filho; percorre toda a parte média do bairro em sentido horizontal, terminando no mata-burro que entra para o pasto do Sr. José Domingos.

D. Silvério Gomes Pimenta nasceu em Congonhas, em torno de 1840. De origem humilde, era descendente de escravos, portanto de pele muito escura. Ficou órfão muito cedo, uma criança desvalida. Quem conheceu, em São Gotardo, o Jaburu, um negro esmoler, deve ter ouvido dele que era parente de D. Silvério. O Jaburu veio daquelas bandas para São Gotardo.

Estudou até na adolescência em Congonhas. D. Viçoso, Bispo de Mariana, em viagem a cavalo a Congonhas, como era mister na época, teve contato com aquele crioulinho chamado Silvério e soube de seu grande interesse em estudar, mas que não tinha recursos para isto. Nessa mesma viagem, D. Silvério o trouxe para o Seminário de Mariana com dupla intenção – primeiro para ser seu fâmulo (criado que ganha o suficiente apenas para o sustento) e também para proporcionar-lhe estudos, pois notara seu interesse pelo aprendizado.

Silvério tomaria conta da cavalariça do Bispo D. Viçoso no Seminário de Mariana. Todas as vezes que ele precisasse sair a cavalo, principalmente para o serviço episcopal, única condução da época, este deveria estar prontamente arrumado por Silvério, que se mostrava muito eficiente. Sua eficiência aparecia também nos estudos, que D. Viçoso lhe proporcionava. Afinal, conseguiu em 20 de julho de 1862, ser ordenado padre, em Sabará.

Fez o Seminário Menor e Maior em Mariana. Passou depois, de aluno a professor do Seminário. Poliglota, era dotado de grande cultura. Grego, latim, hebraico eram com ele mesmo. Dizem que numa reunião de alta cúpula da Igreja em Roma com o Papa, foi chamado à atenção pelos participantes por ficar muito quieto sem nada dizer, ao que ele respondeu que estava esperando para saber em que língua deveria se dirigir ao Papa.

Foi o nono bispo de Mariana e o primeiro arcebispo de Minas Gerais. Realmente um acontecimento de grande importância histórica, dentro da Igreja Católica e mesmo para a história de Minas Gerais. Sua elevação a níveis eclesiásticos tão altos foi, na época, uma revelação do caráter demo-

crático da Igreja Católica e também da sociedade brasileira, pois isto se deu nos anos seguintes à Lei Áurea. Afinal, estava ali um escravo fantasiado de bispo! Existia muita gente torcendo o nariz, em face à excepcionalidade daquele acontecimento.

Ganhou cedo a reputação de ser o mais ilustre sacerdote de Minas Gerais, de grande prestígio intelectual e de excepcionais qualidades morais e religiosas. Sua reputação ultrapassou as esferas eclesiásticas, pois, ainda na mocidade, o Governo Imperial lhe conferiu as distinções de Comendador da Ordem de Cristo, em 1881, e da Ordem da Rosa em 1889.

Em 1891(três anos após a Lei Áurea) foi elevado ao episcopado, numa região de mineração de ouro (Mariana), em que a escravidão e suas leis eram deveras rudes. Certamente, deveria ser um espetáculo edificante ver senhoras ex-donas de escravos, de nariz empinado, como dizem propriamente os americanos, *nose up*, ainda mal refeitas dos ressentimentos provocados pela Lei Áurea (Abolição da Escravatura em 1888), beijando, com o joelho em terra, o anel pastoral no dedo de um homem de uma raça para elas desprezível, a raça africana. Possivelmente, ninguém lhe negou as honras devidas, pois, afinal, era o "Sr. Bispo" e a sagração episcopal fazia cair por terra as barreiras da cor.

Fê-lo bispo Leão XIII. Estaria aquele Papa sabendo a extensão de seu ato numa sociedade escravocrata em transição? Saberia ele que estavam acontecendo sérias reconsiderações do problema racial no Brasil naqueles tempos, ao nomear um crioulo, a tão alto grau dignitário? Saberia que estava fazendo uma consagração divina da "democracia racial?".

Em 1906 vai a arcebispo; em 1920 é recebido na Academia Brasileira de Letras e em 30 de agosto de 1922, terminaria sua laboriosa existência.

D. Silvério, o lavador de cavalos de D. Viçoso, sucedeu-o no bispado e foi substituído por D. Helvécio Gomes de Oliveira e este por D. Oscar.

Teve grande importância o Seminário São José, de Mariana, tendo à frente o Bispo D. Silvério, na formação da família mineira. Os padres ali ordenados, sempre em grande número, se espalharam pelo território de Minas Gerais, educando os jovens, implantando ermidas, pregando a pureza dos costumes e estabelecendo a fé cristã. Lá se educou D. José Lima.

Tivemos notícias pelo Prof. Leopoldino de Lima, lente em cultura religiosa, que foi D. Silvério quem ordenou o Padre Torquato da Rocha, que era tio do também Padre Zé Rocha, todos dali da Fragata, do município de Tiros. Essa sagração se deu em uma velha igreja ainda existente no Areado, município de Patos.

Esteve D. Silvério algumas vezes em atividades pastorais em nossa região, não muitas, porque teria que enfrentar enormes dificuldades de transportes, em estradas primitivas, que dariam passagem, no máximo, a carros de bois, se tanto.

No Museu Diocesano de Mariana, contemplei por tempo prolongado, o retrato a óleo de D. Silvério, porque ali estava a representação

de um monumento histórico de transcendental importância na reorganização social e na estruturação da instável libertação dos escravos no Império. Ali eu via o modelo ímpar da consciência do homem – vontade, resolução, motivação, ação e consecução de seus objetivos e que não é a cor que determina os destinos do homem de consciência elevada. O barrete permitia ver daquela figura morena os cabelos brancos, "em mola de binga". Confesso-me, dentro de pouca cultura litúrgica, se um grande admirador ou se um devoto dessa dignidade histórica.

Aqueles cabelos são testemunhas de uma história que durou séculos, desde a trazida de seus ascendentes de Angola ou outra nação africana, até sua ascensão às altas dignidades eclesiásticas e sociais, classes ditas altas, mostrando que é a vontade de realizações que dinamizam os potenciais da inteligência e os valores humanos.

Importante é a observação que D. Silvério nunca saíra de Mariana e lá se tornou um erudito e poliglota. Lá, dentro daquele seminário, obteve notáveis riquezas morais e intelectuais. De lá não saiu, para se dizer que tivesse tido diferenciação de oportunidades em relação aos seus colegas, possibilidade de ter, por exemplo, freqüentado centros mais evoluídos de além-mar.

Para o Caraça, a Casa da Congregação da Missão da Mãe dos Homens trazia da Europa, por intermédio daquela Congregação multinacional, professores de altos níveis culturais, de grande erudição e conhecimentos de Humanismo, Filosofia, Teologia, e Lingüística. Sempre estrangeiros vindos de diversos logradouros, da Europa ou da Ásia, destinados ao ensino.

Vieram da Europa, a pedido do Caraça e mandados pela Congregação, padres portugueses, franceses, italianos, belgas, holandeses, gregos, alemães, tchecos, húngaros, suíços, todos daquela congregação. Foi um monte de cultura do qual se podiam extrair e foram, realmente, montes de conhecimentos. É de se perceber a notável introdução de elevados conhecimentos humanísticos, filosóficos e teológicos trazidos por esses padres-professores de tão diferentes países de origem, com grandes e diferenciados cabedais de cultura. Era um *pool* cultural enquistado ali nas serras do Caraça.

A Congregação da Missão do Caraça fizera um contrato com a Arquidiocese de Mariana, pelo qual forneceria professores para seu Seminário Maior e Menor, fato que perdurou por cerca de cem anos. Foram cem anos de injeção cultural. Então, os professores de Caraça eram enviados para Mariana, como poderiam ser requisitados de volta, de acordo com as necessidades docentes.

Seria um intercâmbio cultural permanente. Essa a razão de um intercâmbio entre tão altos níveis culturais evidenciados pelas duas casas de educação, na formação do sustentáculo moral e intelectual no centro de Minas Gerais e do Brasil. O próprio D. Viçoso, diretor-professor do Caraça, foi sagrado Bispo e enviado para dirigir o Seminário São José, de Mariana.

O Papa Leão XIII, pelas mãos de Deus, lançou mão desse "negão" para mostrar a igualdade das raças, igualdade de seus potenciais intelectuais, morais e sociais. Não é como querem os racistas, atribuir às diferenças raciais, principalmente a inferioridade, a fatores genéticos ou biológicos, portanto irrefutáveis. Na realidade não existem dados que demonstrem a superioridade intelectual de algumas raças sobre as outras, desde que seja um julgamento embasado em dados honestos. Fatores outros, principalmente econômicos, é que devem ser considerados como diferenciadores.

As investigações têm mostrado que tanto na área biológica como na psicológica, as propaladas causas da inferioridade de certas raças, principalmente da negra, ou grupos sociais, são apenas condições históricas diferentes de vida, que cada grupo, isoladamente possa levar, principalmente os fatores sócio-econômicos.

Há pessoas diferentes, mas se superiores ou inferiores, as causas devem ser procuradas nas criações sociais. Todas as raças têm o mesmo potencial, só que as contingências sociais, nem sempre, permitem que algumas raças possam manifestá-lo, obstruídas ou desmotivadas por construções sociais artificiais, propositadas, criadas pelo próprio homem.

Poder-se-ia, então, perguntar por que os grandes vultos da ciência e da tecnologia, os grandes inventores, os indivíduos repetidamente contemplados com o Prêmio Nobel são sempre os louros do Hemisfério Norte, vultos que não se manifestam no Terceiro Mundo, no Hemisfério Sul.

Esses fatores de "desníveis de inteligência", que se poderiam evocar a princípio, são explicados por um maior ou menor desenvolvimento econômico e, por conseqüência cultural, dessas nações, motivados pelas riquezas que propiciam o desenvolvimento diferenciado daqueles potenciais. Nações ricas têm possibilidades e motivação para seu desenvolvimento, enquanto nações pobres, do Terceiro Mundo, lutando por sua sobrevivência biológica, nunca as tiveram. A "diferença de inteligências", ou como queiram os racistas, pode, assim, ser medida em dólares.

Para demonstrar e dizer aos povos sobre a inexistência desses conceitos antropológicos, D. Silvério foi escolhido e mandado por Deus em uma época de periodização e mudança de mentalidade histórica tão importante para o Brasil, como foi a metade do século XIX. D. Silvério foi o protótipo para essa época.

A importância da importância de D. Silvério – O homem no mundo é uma página em branco, onde deve escrever a sua história. Sua própria consciência está a lhe dizer que todos têm história. Deus dotou o homem de consciência, mas deu-lhe livre-arbítrio; pode comportar-se até como os irracionais, sem consciência.

A cada acontecimento na vida, em que determinado indivíduo é agente, é um capítulo em sua história; é a soma de todos esses atos que vão constituir a sua experiência e escrever sua história na página do caderno da vida; que dificilmente será igual à de seu amigo. Alguns somam valores positivos durante toda a vida, outros meiam suas atitudes e outros somam somente atitudes negativas. Mas todos têm livre-arbítrio em suas atribuições.

Sempre tivemos impressões, ao ler a vida de D. Silvério, que ele foi um somador de valores positivos, naturalmente. Motivado por sua vontade, numa simples sugestão de D. Viçoso, tomou uma atitude positiva na vida, de ação. Não se limitando em somente lavar e arrear os cavalos para D. Viçoso, partiu ao mesmo tempo para os estudos. Dos estudos para ações e atitudes intelectuais; logo Padre, em seguida Bispo e em seguida a um posto inédito que foi de Arcebispo. Com os grilhões da escravidão que lhe cerceavam até a mente, não poderia somar conhecimentos e cultura. Livre, expandem-se sua consciência e sua mente, percebe e capta as oportunidades de conhecer a intelectualidade ao ser motivado inconscientemente por D. Viçoso. D. Viçoso tinha destino de santo. Portadores de cabelos enrolados também têm possibilidade de ser gênios, como os cabelos amarelos!

Quando Leão XIII o chamou para Bispo, serviu-se dele para mostrar a igualdade das raças e se isto não fosse bastante, fê-lo o primeiro Arcebispo de Minas Gerais. O próprio Imperador foi reconhecedor de suas qualidades morais e intelectuais; por isso, foi premiado pelas autoridades políticas. A sociedade intelectual, reconhecendo seus valores, levou-o à Academia de Letras. O crioulo não parava de subir em todas as escalas.

Porém, esperava-o uma missão mais espinhosa. Saído de uma sociedade vigiada, dos negros, passou ele por contingências especiais - a *vigilante* de outra sociedade, que se julgava com direitos escusos; era a deformada sociedade dos religiosos vinda de uma desorganizada formação colonial.

Bem antes dele, em 1690, já Antonil, historiador brasileiro, jesuíta, descreveu sobre o *rush* do ouro para as Minas Gerais – "A mistura dessa gente é de todas as condições de pessoas, homens e mulheres, moços e velhos, nobres portugueses e plebeus, ricos e pobres, religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tinham no Brasil nem conventos nem casas". Como disse Diogo de Vasconcelos: "Fácil imaginar a confusão e desordem provenientes de tal influência de povos tão diferentes, formando agora uma sociedade heterogênea pela confluência de povos, sem leis, sem

autoridade alguma, que se lançaram sobre as Minas Gerais".

No Brasil, por intermédio do poder das atribuições que o Rei de Portugal adquiriu do Papa, por influência política no período colonial, havia o direito do Padroado, em que os dirigentes leigos adquiriam o direito de indicar pessoas para exercerem cargos eclesiásticos, até bispos. O clero na Colônia estava acéfalo e se constituía num vexame para a sociedade, principalmente no período pombalino.

É de se notar que os bispos de Mariana, antes de D. Silvério, eram indicados por Pombal. Muitos nem se dignaram a vir a Minas Gerais, tomar posse. Recebiam as côngruas no seu conforto clerical, oferecido pelas autoridades reais lá em Portugal mesmo, sem precisarem se expor aos perigos de intempéries de um clima tropical agressivo.

Essas indicações políticas colocavam os eclesiásticos em condições de meros funcionários públicos, dependentes de seus indicadores políticos. Além disso, o Padroado fazia da Igreja um órgão dependente do Estado, pela intromissão estatal em sua organização eclesiástica.

Nas Minas Gerais sem leis, sem documentos, sem justiça, sem tribunais, sem hierarquia religiosa, muitos frades tornavam-se insubmissos às normas de suas congregações; passavam a usar a cultura, que sempre seria acima da média daquele povo e o tradicional prestígio religioso, para produzir agitação entre os mineiros. Constituíam-se aqueles religiosos em fatores de desagregação e de desordens com seus escândalos, comportamentos irregulares, incorretos. Mas havia, naturalmente, ao mesmo tempo, um clero modelar, de comportamento correto.

Na tentativa de se construir instituições que procurassem melhorar essas incorreções do clero, que fossem um fator de congregação, de orientação, afinal de moralização do clero, D. João V, embora um devasso, de vida moral irregular, consegue de Roma em 1745, a criação de bispados em terras brasileiras, em Mariana, S. Paulo e Goiás. Prelazia de Goiás, na Vila Boa, primeira capital da província de Goiás, hoje Goiás Velha.

Para primeiro bispo de Mariana foi D. Manoel da Cruz escolhido por D. João V, em 1748 (veja a influência do Estado sobre a Igreja). Veio a cavalo do Maranhão para assumir o Bispado de Mariana, gastando 14 meses de viagem, mas chegou vivo, escapando dos índios e da maleita, cobras etc. Uma odisséia.

Depois de sua morte, o Bispado de Mariana ficou sete anos sem bispo. Pombal, vejam, até Pombal, depois desse período passou a nomear bispos para Mariana. Chegou a nomear quatro deles que, como já foi dito, nem chegaram a vir ao Brasil. Onde ficariam a ética e a moral religiosa da Igreja?

O Bispado de Mariana estava "degringolado" (degrongolado), na linguagem popular. Havia bispo que preferia morar em Ouro Preto para

não se submeter ao ambiente político maléfico da religiosidade do cabido de Mariana. Essa desorganização se transpôs para o século XIX. Século do aparecimento das figuras memoráveis de D. Viçoso e Silvério.

Afinal, os bispos poderiam ser funcionários dos reis, portanto, tinham uma posição política, exerciam atribuições civis. Para manterem sua influência, precisavam formar inúmeros padres, que podiam ser criminosos, desejosos de se imunizar pela autoridade e dignidade eclesiásticas que adquirissem, ou para se livrarem de processos já em andamento na Corte. Quem assumisse uma batina se livraria de processos, mesmo em andamento.

Nas Minas, o clérigo não obedecia a ninguém, nem aos bispos, pois, muitos apóstatas não reconheciam os bispos como seu prelado superior eclesiástico. Entregavam-se à libertinagem, ao luxo e aos prazeres como donos de engenhos, comerciantes, mineradores, contrabandistas de ouro, chefes de rebeliões etc.

O clero era um elemento perturbador e corrosivo, principalmente os frades. Numerosos, instruídos, mas fugidos dos conventos e apóstatas, viviam entregues à turbulência e a desregramentos condenáveis. Bispos e Prelados se viam desobedecidos e sem autoridade. O Bispado, no início das minerações, ficava no Rio de Janeiro.

Os eclesiásticos mais perturbadores eram os que vinham da Bahia e Pernambuco, como foi o caso do escândalo comercial do estanco dos açougues pelo Frei Francisco Menezes, que em conjunto com outros baianos, tomaram conta do suprimento da carne nas minerações, ditando os preços que entendessem. Tinham contrato com o Rei de Portugal, para o estanco (monopólio).

D. João V chegou a comunicar-se com o Governador D. Antônio de Albuquerque – sabedor que o Bispo do Rio de Janeiro não estaria executando as ordens reais (o Bispo era um funcionário do Rei), "para que Antônio de Albuquerque não deixasse ir às Minas eclesiásticos sem empregos (do governo) ou com funções de missionários, por serem muitos deles frades e clérigos de ruins procedimentos, revoltosos, cúmplices nas revoltas dos reinóis com os paulistas e que se ordenaram para se livrarem da justiça e que fossem lançados fora das Minas pela força ou violência, se por outro modo se não quisessem sair".

Logicamente que ainda sobraria muita coisa daquela desorganização clerical colonial para D. Silvério resolver. Ele foi um gigante nessa reorganização e formação de um novo clero, que passaria agora a ser orientado para as funções de Deus, para os homens.

Rua Dr. Joaquim dos Santos Siqueira

A Rua Dr. Joaquim dos Santos Siqueira é uma rua muito importante em São Gotardo.Tem início na Avenida 30 de setembro, toma direção ascendente, passa em frente ao campo de *football*, cruza as ruas: *Rua Randolfo da Silva Prados; Avenida Rio Branco; Avenida Rui Barbosa; Rua João Alves Franco; Tabelião Antônio Melgaço; Rua Minas Gerais; Avenida N.S. de Fátima; Rua José Domingos; Rua Joaquim Figueira da Rocha; Rua Olavo Ferreira Camargos; Rua Gameleira.* Termina na *Avenida Erotides Batista.*

O Dr. Joaquim dos Santos Siqueira nasceu em Bocaiúva, Norte de Minas Gerais, em 19 de fevereiro de 1912. Fez seus estudos em Belo Horizonte, onde morou com o tio J. Trajano dos Santos, do qual herdou o gosto de apurar exímia pontaria em tiro ao alvo. O tio era campeão; participava de campeonatos, até no exterior. Por isso, em São Gotardo dedicava-se muito às caçadas. Ainda não existia o IBAMA.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da UFMG em 1941, quando foi paraninfo de sua formatura o nosso querido mestre Professor Clóvis Salgado. Veio para São Gotardo por indicação do Dr. Araújo (Dr. J. Batista de Araújo), que era um advogado de muita atuação em nosso fórum. Instalou-se aqui 1942.

Casou-se em 19 de fevereiro de 1943 (seu aniversário) com uma bela e simpática jovem, Maria Borges. Tiveram três filhos: o Dr. Vitor, odontólogo; Cléa e Déa, de cuja geração a mãe, em cima do toco, insiste em dizer que foi a mais bela da época. Existem razões de ordem estética para que não seja contestada.

Dr. Joaquim dos Santos Siqueira exerceu a profissão médica em São Gotardo por 27 anos, falecendo em abril de 1968. Tinha um estabelecimento hospitalar chamado "Casa de Saúde São José". Foi o pioneiro, o introdutor da cirurgia em São Gotardo, trabalhando dentro de normas e tecnologias muito limitadas, concordes com a época.

Seria interessante fazer algumas considerações sobre a tecnologia médica, melhor dizendo, sobre a evolução da Medicina, participante que também fui, de um longo período, durante o qual testemunhei e participei, de várias alterações históricas e evolutivas.

Não estou tomando o Dr. Joaquim Siqueira como referência, estou tomando como referência um período que conheci junto com ele, do qual também participei ativamente e fui também um ponto de referência.

Em Sociologia é sabido que o homem é, pelo que faz e como faz, assim como as sociedades. O médico é classificado profissionalmente pelo modo como ele faz ou fez sua profissão, durante seu exercício profissional.

O médico, como os outros profissionais nas sociedades, sendo consciente, terá por objetivo procurar melhorar sempre os níveis de vida, portanto, da saúde de sua sociedade. Isso o distingue dos seres irracionais, inconscientes que não se preocupam em melhorar seus níveis e sistema de vida, assim como de seus bandos. Eles não têm consciência, não sabem que poderiam ter uma vida melhorada. Como disse *Whitemann*, eles têm uma vida bem melhor que a nossa, porque não usam dinheiro nem relógio, dormem tranqüilamente durante o dia e não suam à noite, presas que não são de tensões.

Sem capacidade física, o homem teve que se aparelhar - A evolução do homem não é uma evolução unilateral ou que acontece só em determinados setores. A evolução das sociedades é antes de tudo, um processo em que todos os componentes devem ser considerados juntos, arrastados no complexo evolutivo. Como poderia haver uma evolução das ciências médicas, se não houvesse um paralelo ou mesmo anterior desenvolvimento da tecnologia industrial em seus múltiplos aspectos? Da tecnologia da NASA, instituição criada para enviar naves espaciais à Lua, muitas coisas foram aproveitadas e aplicadas à área da ciência médica, dos computadores. Afinal dali saiu o protótipo de toda a aparelhagem médica eletrônica.

Surgiu daí um complexo industrial tecnológico dirigido explicitamente à evolução da aparelhagem médica com a eletrônica e suas múltiplas aplicações.

Por exemplo, o médico auscultava um paciente e notava a presença de um sopro cardíaco. Aquele que se formou em 1940, 1950, sempre soube daquele sopro, só não sabia sua causa, como era produzido e só ficou sabendo depois de 1980, com a introdução dos equipamentos eletrônicos. Dessa data para cá, foram inventados aparelhos que permitiriam saber e ver qual o tipo de lesão orgânica do coração que produzia vários tipos de sopros. Em resumo, a cirurgia, mesmo com o auxilio da tecnologia eletrônica, gastou mais de 2000 anos para atravessar estes dois cm de costela para chegar ao coração.

O médico pode ver, por exemplo, defeitos de comunicações congênitas do coração até o sangue arterial e venoso, de cores diferentes, misturando-se através de um orifício anormal de comunicação no coração, pela ultrassonografia. Permite também a ultrassonografia dirigir sondas e

pinças especiais em direção a cálculos renais e biliares, orientar como pegá-los, destruí-los, sem operações agressivas ao organismo.

Cito somente esses exemplos, para mostrar que em nossa época, 1950, a Medicina não dispunha de nenhum recurso dessa natureza. Era uma tecnologia primitiva. Os diagnósticos eram insuficientes e a terapêutica também, mas era o que existia.

O homem é um deficiente físico – A Natureza dotou o homem de consciência que lhe permite a evolução mental, mas cortou-lhe a capacidade de evolução física. Tornou-se dentro da Natureza um deficiente físico, incapaz de competir com seus companheiros de selvas.

Para sobreviver começou então a fabricar aparelhos. A maior preocupação do homem é aperfeiçoar sua aparelhagem de defesa. Vejam a preocupação da tecnologia em desenvolver uma aparelhagem de defesa ainda no ano 2000, para se defender dos companheiros de espécie, os *ladrões*.

Por isso e muito mais, o homem é chamado de *homo faber*, isto é, um fabricante de aparelhos. E só o homem, consciente, fabrica aparelhos. Os animais não, porque eles não têm capacidade física. *Aparelho* é um instrumento que serve para substituir ou aumentar as capacidades físicas ou sensitivas do homem. No exemplo médico, permite ver as lesões dos órgãos internos, como as lesões cardíacas que levam à produção de sons alterados, os chamados *sopros* e aumentar a visão com o microscópio.

A evolução do homem é tecnológica, é de aparelhos, mas para acompanhar esta evolução tecnológica, ele tem que apresentar uma paralela evolução mental. De nada adianta tecnologia sem mente, ou mente sem tecnologia. A evolução do homem é fora de seu corpo. Seu físico não evolui. O homem de 300 anos atrás tem o mesmo físico de hoje, mas suas criações mentais são fantásticas. Tudo fora de seu corpo. É a *res extensa* de Descartes.

Com a invenção dos aparelhos o homem, após experiências sucessivas, começou a mudar seu modo de pensar. Passou a ser o homem produto de suas experiências.

Ao nascer, se abandonado, morrerá de fome, incapaz até de sobreviver sozinho, incapaz mesmo de andar sobre os membros traseiros, de se comunicar; morreria sem os cuidados maternos. Por isso, é um incansável inventor de aparelhos para sua sobrevivência. Tanto foi que, quando inventou o primeiro machado de pedra, iria começar a quebrar o ciclo que o ligava à natureza, ligando-o mais à humanização, pelos aparelhos inventada pela sua cultura.

O homem é um ser de "muletas" - O homem inventou aparelhos para potencializar seus órgãos da sensibilidade, como as lentes para binóculos, telescópios, para poder se colocar entre as estrelas e astros, para enxergar a longas distâncias, para identificar bactérias (impossível a olho nu) que poderiam estar causando uma epidemia etc. Inventou canoas para atravessar os rios, o navio, o automóvel e o avião para se transportar com eficiência e rapidez a longas distâncias e em pouco tempo, capacidades que seu corpo não tem. Inventou o ultra-som que lhe permite visualizar, ver as funções e suas alterações nos órgãos internos e milhões de etcetera.

O certo é que o homem sempre fabricou aparelhos; inicialmente para sua sobrevivência, para se defender de seus companheiros na natureza e hoje, para viver melhor e, principalmente, para promover sua evolução tecnológica e superar seus concorrentes.

O homem trabalha, fabrica aparelhos para melhoria de suas condições de vida e para se defender. O *homo faber* passou a *homo technicus* e ultimamente a *homo habilis*.

Claro que, com essa evolução industrial paralelamente com a evolução médica, elevam-se, sobremaneira, os níveis de duração de vida das populações. Com a assistência médica melhorada, os níveis de vida de 50 anos, em média, na década de 50, passaram aos 70, 80, em boas condições, na virada para o terceiro milênio.

As cirurgias abdominais, desde nosso tempo, até hoje, passaram por evoluções importantíssimas. Quando falo a colegas que estão imbuídos da tecnologia esmerada dos fins do século XX que fiz milhares de cirurgias sem *curare* (um relaxante dos músculos abdominais que facilita sobremaneira o ato cirúrgico), eles custam a acreditar. É preciso que lhes diga que somos produto de uma época em que não concebíamos que a tecnologia fosse chegar a níveis tão altos.

De passo em passo, a cirurgia abdominal chegou à cirurgia laparoscópica, que se opera sem abrir a cavidade abdominal, a não ser pequenos buracos para se introduzir aparelhos especializadíssimos. Cirurgia que torna necessária a presença de quatro médicos, além de um cinegrafista. Fazem-se quatro buracos pequenos no abdome do paciente por onde são introduzidos aparelhos cirúrgicos, cada um com um cm de diâmetro, inclusive um deles tem a função de levar até ao abdome do paciente uma microcâmara de televisão que levará as imagens de dentro da cavidade abdominal para um aparelho de tv colocado alhures. O médico opera de costas para o paciente; nem o vê.

A laparoscopia é uma técnica nova. A primeira foi feita na França há cerca de quinze anos e no Brasil, somente há oito anos. É uma técnica que se pretende abrangedora e está evoluindo rapidamente. Mas já há uma tendência para a Medicina robotizada, em que um médico na Cochinchina pode operar um paciente em Matutina. Fica para outra época falar disso. É só para aproveitar a rima.

Deixe que eu explico - Agora, para não deixar má impressão sobre nossos colegas pioneiros, dos anos 40, vamos em sua defesa. Em nosso primeiro livro, *São Gotardo, sua gente, sua evolução*, quando falamos sobre a evolução da Medicina de São Gotardo, dissemos que os médicos de então, não ofereciam vantagens sobre as parteiras e que os clínicos trabalhavam nos mesmos níveis dos curandeiros.

Não se diferenciavam muito em eficiência. Disse também que hoje o público leigo pode apresentar mais conhecimentos sobre Medicina que muitos de nossos colegas da primeira metade do século XX. Confirmamos o que dissemos nesse novo trabalho.

A peneira tecnológica - A tecnologia foi que fez a diferenciação entre médicos, parteiras e curandeiros, porque estes não podiam ter acesso a ela, somente os médicos. Foi, portanto, a tecnologia o fator de diferenciação entre os médicos e curandeiros, a causa da evolução. As leis proíbem o uso da tecnologia pelas parteiras e benzedores. *Ad majorem gloriam medici*. As parteiras tiveram seu fim com a implantação de hospitais com atendimento aos partos e com a introdução da cesariana, a grande aspiração das parturientes. Desapareceram em muito as mortes por parto, que em 1940 aterrorizavam as parturientes. Os curandeiros, após a fabricação de alguns aparelhos médicos oferecidos pela tecnologia, foram derrotados por não ser permitido seu acesso a eles. É por isso que se diz que o homem é, porque fabrica aparelhos.

O médico tem que correr atrás da tecnologia - A tecnologia atualmente anda acelerada e é como dizia um companheiro a respeito do Garrincha, "ele já arranca de quinta". E não olha para trás. Ela é essencialmente multinacional e como tal tem seus preços e é cara. Caríssima. Abrange toda a humanidade em todos os seus setores; por isso, inevitável. A cada dia apresenta novos aparelhos, mais caros ainda, porém superando em muito seus predecessores, que se ontem custaram caro, hoje se destinam inexoravelmente ao lixo.

É elitista: só trabalha com quem tiver condições econômicas de segui-la. É o grande problema para a classe médica, que em maioria é operária, recebendo aviltantes salários.

Mas voltemos aos médicos de 1940 que nem sabiam o que era tecnologia. Baixos níveis profissionais? Sim. Culpa deles? Como homem, como profissional? Existiram na verdade aqueles que se preocupavam em se manter ligados mesmo à ínfima tecnologia de sua época e que bem ou mal se sobressaíram. Existiram também aqueles que, como hoje, saídos das faculdades nunca mais abriram um livro, como naturalmente

não abriram lá na escola e que não se interessavam em fazer reciclagens, em centros mais evoluídos. Esses não tiveram o mínimo acesso à tecnologia e tiveram morte tecnológica precoce.

Qual era o grau científico de nossos professores universitários? - As faculdades daquela época não apresentavam nenhuma estrutura tecnológica para transmitir para os alunos. Os professores, como podemos julgá-los hoje, por conhecimento de causa, atuavam em níveis técnicos lamentavelmente baixos. Em primeiro lugar, ganhando a cadeira que dirigiam, por concurso, teriam daí para frente um cargo vitalício e podiam "dormir em berço esplêndido". As escolas de Medicina não tinham nenhuma programação ou produção científica. A conseqüência é que os alunos daquela época, 1940-1950, saíam tão ineficientes como em 2000.

Portanto, os médicos de 1940 não eram culpados por apresentarem um exercício profissional de níveis tão deploráveis. O culpado, que deveria ser julgado no banco dos réus, era a tecnologia de sua época. Nós, dos anos 50, usávamos a tecnologia disponível na época; não podíamos ir além, porque seria cair no vácuo.

Hospital das Clínicas dos anos 50 - Em meus tempos dos avançados anos 50, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, que freqüentamos assiduamente e onde aprendi a ciência médica, era pouco maior que o Hospital Pio XII, de São Gotardo. Chamava-se Hospital São Vicente, e pertencia àquela sociedade. Aparelhagem científica nenhuma; tecnologia nenhuma. Naquela época a Medicina em Belo Horizonte apresentava níveis muito inferiores à feita em muitas cidades do interior de Minas Gerais, nas proximidades do ano 2000.

Em Belo Horizonte de meus tempos de estudante, ainda não se operavam fraturas de colo de fêmur. Os idosos que a tivessem seriam condenados a uma cama, para o resto da vida, embora por curto período.Os mais jovens teriam suas fraturas consolidadas, mas ficavam mancos, com sérias dificuldades de locomoção.

Os antibióticos - A aplicação dos antibióticos teve início nos anos 40, com o advento das sulfas e das penicilinas. Acreditava-se na época que as terríveis infecções, verdadeiros monstros a ameaçarem a humanidade, que durante séculos dizimaram populações inteiras, tinham sido eliminadas para sempre. Entretanto, as bactérias estão contra-atacando e alcançando impressionantes vitórias sobre esses medicamentos antes considerados milagrosos; tudo

em conseqüência das chamadas resistências. Mas o aparecimento dos antibióticos causou uma verdadeira revolução no campo da Medicina, verdadeiros milagres nos feridos da Segunda Guerra Mundial.

Imaginar como nosso colega Dr. Cunha Lima aqui trabalhou na época da transição da Villa para a cidade de São Gotardo? Antes de 1930! Nem seria bom falar. Seria melhor procurar um curandeiro, que pelo menos não cobrava a consulta.

"Penso; logo, existo" - Alguém perguntará: "Como os médicos podiam até apresentar, como apresentavam, bons serviços?" O médico que tivesse interesse em apresentar bons serviços teria que ir buscar conhecimentos mais avançados no exterior. Isso se as condições econômicas o permitissem. Mas mesmo no Brasil, havia centros médicos mais adiantados, como em São Paulo.

São Paulo fora bastante beneficiado culturalmente, com as migrações européias, mormente em Medicina. Com as populações européias, vieram numerosos médicos com bagagem científica bastante superior às existentes no Brasil, fazendo de São Paulo um centro médico precoce, que se sobressaiu sobre os demais Estados; já era muito mais evoluído tecnologicamente.

Em meu livro - *São Gotardo, sua gente e sua evolução* - dizia quando aqui dei os primeiros passos, que não concordaria em dar continuidade àquela Medicina que aqui encontrei; que eu era um "médico moderno dos anos 50". Eu transformei aquele período médico. Hoje eu já digo que os colegas não podem mais aceitar aquela medicina moderna dos anos 50, que introduzi em São Gotardo. Eles já a transformaram em um novo período ou melhor, mudaram do humanismo para o maquinismo computadorizado.

Tem-se que temer, no entanto, que todo esse maquinismo na Medicina possa levar o médico para a desumanização, ou melhor, pode-se chegar a um momento em que o médico perca a humanidade. Hoje já se opera de costas para o paciente. O médico chega na sala e o cinegrafista diz para ele –"Ação" ! Ele nem vê a cara do paciente, nem sabe se é homem ou mulher. Tira-lhe a vesícula. Ele não sabe que o cliente tem alma, tem afetividade, tem amor, tem carência emocional.

O cliente humano precisa de um médico humano também.

O doente é o fulano de tal e não o número tal. O médico tem que saber, enfim, que seu cliente não é um saco de órgãos, porque ele tem alma, tem sentimentos, tem moral. E esses valores psíquicos adoecem tanto ou mais do que os orgânicos.

Não podemos cortar aquele relacionamento emocional médico-paciente. Terminado aquele tratamento ou cirurgia, não se vêem mais! Não há mais troca de afetos, não se estabelece uma amizade. O paciente já não tem

aquele ombro amigo do médico, que curava a alma doente de seus clientes ou completava o tratamento. Isso as máquinas não fazem; elas não completam.

O paciente tem que ser olhado nos olhos, tem que ter sua alma lida, perscrutada. O ambiente do médico não pode se transformar naquele amontoado de dados de máquinas computadorizadas, de mapas, de réguas. Réguas não têm graduações para medir os sentimentos transviados da alma, que, na maioria dos casos, é que está doente.

As máquinas não falam com a alma, não sabem lê-la. O médico, em sua relação com o paciente, jamais poderá ser substituído pelas máquinas desumanizadas. O homem é ser de consciência, de socialização, de fraternidade, de amor.

O médico precisa reumanizar-se, mesmo estes plantoneiros que vivem correndo de cidade em cidade, a semana toda, desligados de qualquer humanidade ou afetividade para com os clientes.

Rua Gérson Duarte Coelho

A Rua Gérson Duarte Coelho tem seu início na Praça São Sebastião, no seu ângulo mais inferior, tomando direção à Praça dos Sagrados Corações, ou Praça da Matriz, cruzando antes a Rua Cel. Frederico Coelho e, em seguida, fazendo esquina com a Rua Olympio Gonçalves de Resende.

O nome de Gérson Duarte Coelho foi dado àquela rua em substituição a Delfim Moreira. Nela situam-se:

Proavet Agropecuária, do Dr. João Expedito.

Hotel São Gotardo, uma célula da história de São Gotardo, que vítima da insensibilidade pública, foi impiedosamente destruído.

Escritório de Contabilidade ABM.

O Sr. Gérson veio lá dos lados de Nova Serrana. Nascido em 1889, portanto da era do Império. Casou-se em Bambuí, com D. Maria Ferreira Batista (D. Cota). Transferiu-se em seguida para São Gotardo. Que ventos o trouxeram, ninguém sabe.

Comprou uma fazenda no Sapecado, a 12 quilômetros de São Gotardo, cuja sede era ali na casa da venda de hoje. Os currais eram do lado direito da estrada, para quem vai. Sua fazenda tinha início ali na venda e ia até onde hoje é do Maurílio de Carvalho, no Chalé.

Grande criador de zebu, criava seu gado com muito carinho. Comprou também outra fazenda, às margens do Rio Funchal, no Cruzeiro, distrito de São Gotardo, cultivando café. Essa fazenda foi mais tarde vendida ao Sr. Paulo de Aguiar, de Araxá, que expandiu as plantações de café. Hoje pertence a um senhor conhecido como Robertão, proprietário de um banco em Belo horizonte, um latifundiário que está comprando toda aquela região do Rio Funchal.

Foi o Sr. Gérson quem construiu a primeira usina hidroelétrica, que forneceu energia para São Gotardo, usando as águas do Córrego da Confusão, ali perto do Matadouro Municipal. Avô do Gérson Maia, aposentado pela Minas Caixa, era pai de sua mãe. Tio do Tiorlando, da gráfica.

Com a quebradeira do zebu, em 1944, Getúlio Vargas decretou uma moratória beneficiando quem devesse ao Banco do Brasil, dando um prazo longo para pagamento da dívida contraída com o zebu. O Sr. Gérson Duarte Coelho, homem de fibra, achava que seria uma humilhação aceitar a moratória. Vendeu gado, terras, afinal, tudo que tinha, pagou suas dívidas e avais. Quebrou, ficou zerado em finanças, mas com moral elevado, dizia ele. Afinal, esse costuma ser o fim de quem quer ser honesto.

Dedicou-se então a uma torrefação de café e moer milho para fubá, na casa onde residia aqui na cidade, na Avenida Presidente Vargas, próximo ao Banco do Brasil, hoje residência do Sr. Darcy, casado na família dos Rabelos. Depois morou num casarão onde hoje é o Banco Real.

Era pai do Geny, apreciador de uma pinga, que passou a cultivar pimenta. O Sr. Gérson Duarte Coelho acolhia os amigos à noite, para rodadas de pôquer, de pouco uso em São Gotardo.

Morreu de enfarte aos 88 anos, mais ou menos em 1970. Gabava-se de nunca ter tomado uma injeção.

Rua João Alves Franco

A Rua João Alves Franco tem seu início na praça do Correio (Praça 14 de julho), na sua parte inferior. Após longo percurso vai terminar na APAE. É uma das ruas mais longas de São Gotardo.

Inicialmente cruza com Avenida Tabelião João Lopes; depois Rua Antônio José de Castro, Dr. Joaquim dos Santos Siqueira, Pinheiro Machado. Avenida Rui Barbosa, Rua São Pio X, Rua Naitheres de Resende, Rua José Ferreira de Souza, Rua Sebastião Leopoldino de Souza; passa ao lado da APAE e termina na Rua Antônio de Oliveira Campos.

O Sr. João Alves Franco era conhecido e tratado por João Flávio. Segundo Juquinha Carneiro, de maneira não muito clara, ele foi nomeado prefeito em 1947, com a instalação da primeira Câmara Municipal, quando terminou a ditadura. As Câmaras Municipais estavam dissolvidas por Getúlio Vargas até fins de 1945, só voltando em 1947.

Terminado o período da ditadura, em 1945, o prefeito Bento Ferreira dos Santos deixou o cargo em 1946. As correntes partidárias, após a posse do Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1946, trocaram de nomes, pois de "curiangos e tesouras" levavam agora os nomes de UDN, PSD, PRM, PTB e outros e passaram a não se entender mais, digladiando-se com acusações recíprocas.

Com a demissão do Prefeito Sr. Bento Ferreira dos Santos, agora em período democrático, o Sr. João Alves Franco, do PRM, foi indicado pela UDN para substituí-lo. Tão logo foi nomeado, foi também exonerado, sendo nomeado o Sr. Sebastião Lopes Fonte Boa para prefeito. Deu-lhe posse o Dr. Juiz de Direito, Gérson de Abreu e Silva.

O Sr. João Franco deixou numerosa descendência. Entre nós, ficaram Dr. José Franco, odontólogo e Zico Flávio, ruralista e vereador pela União Democrática Nacional, a partir de 1949, tendo falecido em torno de 1990. Os outros moram todos em Belo Horizonte e são mulheres.

O Sr. João Alves Franco foi um dos primeiros fabricantes de manteiga na região, a famosa manteiga *Vasco*.

Nasceu em 30 de abril de 1888 e faleceu em fevereiro de 1960, aos 70 anos de idade. Lembro-me de que foi operado duas vezes de catarata pelo Zé Arigó, que naquela época, 1950, 1960, estava no auge da sua produção "científica", sendo seu fraco as cirurgias oftalmológicas, principalmente de cataratas, que ele tirava com um canivete, sem anestesia. Os resultados se desvaneciam na viagem de volta.

O Sr. João Alves Franco faleceu com problemas hepáticos. Operei-o, sem resultados.

Rua Joaquim Rocha Filgueiras

A Rua Joaquim Rocha tem início na Avenida Tabelião João Lopes, próximo ao Clube Campestre. Cruza a Rua Dr. Joaquim dos Santos Siqueira e termina na Rua Pinheiro Machado.

De modo geral, as pessoas dotadas de grandes qualidades espirituais procuram escondê-las, ao contrário daquelas que, dotadas de qualidades somente materiais, procuram expô-las. Joaquim Rocha não punha suas qualidades na vitrina; precisávamos descobri-las, o que era fácil. Foi um grande amigo e uma presença sempre muito agradável.

Estudou no Seminário de Mariana, sendo colega de sala de D. Oscar, o 11° bispo de Mariana, falecido recentemente. Trilhou, portanto, os caminhos de D. Silvério, notável figura religiosa e intelectual.

Joaquim Rocha Filgueiras foi um chefe de família exemplar. Digo-o por conhecer e lidar com seus descendentes e por ter vivido em sua companhia por muitos anos. Nascido na Fragata em 30 de julho de 1915, filho do Bem Rocha, casou-se com D. Geraldina de Oliveira, filha do Sr. Quinca de Oliveira (Baiano), portanto, irmã da Cota Baiana.

O casal teve 20 filhos, naturalmente que 50% fadados a enriquecer a estatística da mortalidade infantil, naquela época. Dotado, como já dissemos, de grandes qualidades morais, foi líder espiritual e social em sua cidade.

Continuou na Fragata aquela vida dura, sem abandonar os ditames da religião, modelo em que criou toda sua família. Era um sacristão de plantão para missas, principalmente na Fragata, em períodos de missas pré-marcadas ou festejos religiosos, quando ajudava missa ainda em latim, com aquela bagagem que trouxera de Mariana. Quem estudou lá teria um diferencial cultural e religioso em relação a outros educandários.

Dentre seus filhos:

- D. Hilda, casada com o Sr. Mário Eloy, também filho de um homem de grandes qualidades na Fragata, o Sr. Eloy Pinto de Araújo.
- João Rocha, que trouxe da Fragata a Doença de Chagas.
- D. Perciliana, casada com o Sr. João Eloy Araújo.
- D. Isaura, esposa do Sr. Antônio de Pádua Araújo (Antônio Roxinho).
- Zé Rocha, do comércio de material de construção.
- Maria Helena, viúva do Maninho, que demorou mas morreu por pinga.
- Humberto, que lida na área de Saúde, com laboratório de pesquisas clínicas.

Joaquim Rocha Filho, um adolescente com passagem notória para mim, porque quando meninote aspirou um cartucho de "flaubert" e que fez uma terrível viagem da Fragata até aqui, asfixiado e quase morrendo na estrada. Tirei-lhe o cartucho em um minuto.

O pai do Sr. Joaquim Rocha, o Bem Rocha, outra figura querida para nós, deixou quatro filhos notáveis, que foram além de Joaquim Rocha, de quem falamos, o Fiaquinho (Amado Rocha Filgueiras), D. Ana Rocha e o Padre Rocha, ex-diretor do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, todos falecidos.

Pessoa de muito realce para nós foi o Fiaquinho, irmão do Sr. Joaquim Rocha, residente em Matutina, também vítima da Doença de Chagas trazida da Fragata. Era portador de inúmeras qualidades. Lembro-me de que certa vez haveria um comício da UDN, do Antônio Lopes, na Matutina. O Fiaco, como funcionário municipal, com muito zelo e interesse pelas coisas matutinenses, tendo, portanto acesso à subestação da luz, desligou-a e se esqueceu de ligar novamente, coincidindo com o horário do comício que, por este motivo, feito no escuro, foi um fracasso. A única coisa que os promotores do comício puderam fazer para clarear um pouco o ambiente foi colocar fogo em umas bananeiras próximas ao caminhão-palanque, que poderia até produzir um acidente. Até hoje a UDN procura pelo autor daquele apagão.

O irmão do Joaquim Rocha, o Padre Zé Rocha, culto e humilde, se não trouxe da Fragata a Doença de Chagas (não sei), trouxe, no entanto, uma elefantíase de membros inferiores, proveniente de algum mosquito protestante lá da beira do Rio Indaiá. Teve calafrios de febre terríveis, em períodos durante toda a vida. Chegou a ser Diretor do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, instalado em um casarão de um milionário, chamado *Casa das 100 janelas*. Era residência de minerador rico e era tão grande que deu para ser sede de um colégio. A igreja da residência da família do minerador era tão grande que não foi preciso ser aumentada para uso dos estudantes do internato do colégio.O Padre Zé Rocha foi um representante da cultura indaiaense no monumento da cultura mundial, Ouro Preto. O Padre nunca se desligou, continuando com muita afeição à família, em Matutina e São Gotardo.

Sua irmã, D. Ana Rocha, era casada com o folclórico Otávio Resende, ultimamente residentes em Matutina, ambos lá falecidos. Grande número de adultos hoje tem uma dívida imorredoura com D. Ana Rocha, por causa de sua atuação na alfabetização deles, única meta da pedagogia nos anos 30, 40, quando jovem professora em Perobas, Gordura e Matutina, tamanha foi sua influência e importância neste setor.

Seu pai foi o nosso querido Bem Rocha. Ficou viúvo e casou-se com uma negra, a Dorvina, que cuidou dele com muito carinho, assim como ele tinha por ela. Ele se vangloriava dela lavar-lhe os pés (uso da época pelo pouco uso de calçados) à noite e entremeando uma risada muito

característica principalmente por não ter dentes, dizia que ela ainda o chamava de "Bem". Aqui, vendia lingüiças numa gamela, as famosas lingüiças do Bem Rocha, que tanto apreciávamos.

Um dia atendia a uma criança que levara uma pedrada na cabeça. Cabelo e cara que eram sangue puro. Entra o Bem Rocha na sala de curativos e diz para os nervosos parentes em volta: "Sangue o doutor arruma, gente. O pior seria se isso fosse baba". Até hoje fico emocionado ao lembrar dessa frase. Continuo um grande admirador da filosofia rural.

Joaquim Rocha mudou-se para São Gotardo em 1964. Apesar de não dispor de muitos recursos financeiros, não teve dificuldades para orientar sua família nos estudos, no exercício profissional, nas trilhas da moral e da religiosidade.

Quando eu construía o hospital, levantava de madrugada e ia para a serraria do Zé Rocha, filho do Joaquim, onde madrugada adentro, serrávamos "barrigudas" até o dia amanhecer para fazer escoramento de laje. Não havia lajes pré-fabricadas.

Acometido de neoplasia gástrica, faleceu o Joaquim Rocha em São Gotardo, em 1974, aos 59 anos de idade. Deve ter obrigação de zelar por nós lá na espiritualidade, onde deve estar ocupando lugar de destaque no *ranking* espiritual.

Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto - Rua Alvarenga Peixoto. Foi residência de rico minerador. Era chamada "Casa dos cem quartos". O poder do ciclo do ouro.

Seminário S. José, em Mariana. Tradição da cultura religiosa mineira.

Rua José Maria de Melo

Essa rua tem início na Avenida N.S. de Fátima, e termina na Rua Antônio de Oliveira Campos. Logo no primeiro quarteirão abriga o movimento da "luz vermelha" da cidade; depois cruza as Ruas Dr. Jair Pinto dos Reis, José Alves Franco, Pedro Romeiro, Lino Soares e termina na Rua Antônio de Oliveira Campos.

Seus pontos de importância são: *zona boêmia; comércios do prédio de Waldemar França; Posto Avenida, fundos; Posto Boiadeiro, fundos; Sparta Diesel; Retífica do Zé Gordo; Mercearia Gabriela.*

José Maria de Melo foi delegado municipal por muito tempo, depois funcionário da Prefeitura, na gestão do Zé Moreira, como responsável pelo fraco departamento de máquinas. Era da família Cabral de Melo.

O Zé Maria, embora de fala mansa, era metido a bravo. Quando delegado, ficou bravo comigo porque dei fuga, propositadamente, a um cliente por mim operado e que era seu prisioneiro, preso em flagrante por uma briga na zona boêmia de Carmo. O preso era gente boa.

Quando funcionário da prefeitura, propôs ao Prefeito Zé Moreira "amaciar" um vendedor nervoso que queria, na marra, receber uma conta esquisita que não fora feita pelo Zé Moreira. "Nóis amacia ele ali debaixo daquele pé de jabuticaba". Não precisou, ou melhor, foi bom não precisar.

Morreu vítima de queimaduras ocorridas num fogo de pasto, um episódio até hoje não explicado. Provavelmente como epilético, deve ter sofrido um desmaio e foi atingido pelo fogo em um pasto que se queimava. Estava sozinho. Foi por nós enviado para tratamento especializado em queimadura no Hospital Santa Rita, onde faleceu.

Rua José Ribeiro de Souza

A Rua José Ribeiro de Souza é uma rua muito importante, pelos estabelecimentos comerciais que nela se situam. Tem início no Córrego da Confusão, em local recentemente urbanizado, próximo à Estação Rodoviária. Toma direção ascendente e vai até à Avenida Erotides Batista.

Situam-se nela os seguintes estabelecimentos comerciais: *Eletricidade do Roberto; Alvorada Turismo; Kumon Matemática; Gráfica Triângulo; Ferreira e Dias, material de construção; Mini Mercado Galvão; Papelaria Triângulo; Só Pedras; Dias Ind. Comércio – Dicol.*

O Sr. José Ribeiro de Souza, conhecido por Josa Ribeiro, escreveu uma página na história comercial, política e social de São Gotardo, ali em baixo, às margens do Córrego da Confusão. Foi um genuíno são-gotardense, que imprimiu uma das páginas mais interessantes e importantes na história de São Gotardo.

Ele escreveu tanto na página da economia como na social e familiar, porque portador de elevado potencial destes valores, foi um dos expoentes na formação moral e cívica, um dos plasmadores da estruturação rigorosamente familiar de nossa cidade. Isso se deu na década de 20, talvez no seu entardecer.

O Sr. Josa Ribeiro possuía um terreno de mais ou menos um hectare de área, na parte mais baixa da cidade, na região do antigo Matadouro Municipal. O Córrego da Confusão passava dentro do seu terreno, dividindo-o em duas partes. Lá ficavam as pedreiras e a usina hidroelétrica construída pelo "Capitão" Gérson Coelho Duarte.

Para fazer comunicação entre as duas áreas, existia a "Ponte do Josa Ribeiro", sobre o Córrego da Confusão. Dizem que era muito mal feita e mal conservada, forrada de tábuas, esburacada, por onde passavam somente pedestres, algumas carroças de lenha ou de mantimentos, vindos da zona rural. Os carros de bois, bois soltos ou boiadas passariam de vau, logo abaixo da ponte, já que ela não oferecia nenhuma segurança.

Dizem que àquela época o córrego tinha muita água, tanto que numa noite de S. José, a ponte foi levada por uma enchente que se repetiu no próximo São José. Existiam dois pescadores costumeiros, o Tacilão e o Antônio Romualdo ou Antônio do Posto (Posto de Saúde). Os peixes eram piabas e douradinhos.

Certo dia, o Sidalino descia com uma carroça de lenha para passar na ponte. Égua sestrosa, mal acostumada com o "movimento de cidade grande", por ainda estar mal adestrada para aquela função, disparou com carroça e carroceiro morro abaixo. Ele não conseguiu se equilibrar na carroça com aquele movimento desusado e ficou todo empoeirado, estirado no meio da estrada. A égua, que não estava acostumada a passar em ponte tão mal adequada, com tantos buracos no assoalho, assustou-se. Carroça de lenha e égua foram parar, após um vôo cinematográfico, desastrado, dentro do córrego. A égua, com poli-traumatismos, não resistiu aos ferimentos, e como não havia assistência veterinária, teve morte induzida por uma garrucha quarenta e quatro.

O Sr. Josa Ribeiro construiu uma casa de comércio grande na banda de lá do Confusão, bem perto da água. Casa comprida, com numerosos cômodos, com tendência a aumentar por causa dos constantes puxados e aumento do volume do comércio. Era um comércio intenso; vendia-se de tudo para os roceiros; comprava-se de tudo dos roceiros. Era uma catira sem fim, característica de uma época. Um "passeio" largo, alto, de pedras; na frente do comércio, numerosas estacas para se amarrar os cavalos. A iluminação era feita por lampiões e lamparinas a querosene. O largo espaço em frente ao estabelecimento era um sarandi, rasgado por trilhos e estradas de carros de bois muito mal arrumadas, erosadas por fortes enxurradas passando por aquele lobeiral. Um pequena idéia do comércio *country* do velho- oeste americano.

A casa comercial tinha dois tanques grandes de ferro para armazenagem de cachaça; um com 20.000 litros e outro menor, com capacidade de 4000 litros para engarrafamento de vinho, além de um imunizador de feijão, pois ali era um ponto de compra de cereais. O Sr. Josa já possuía um caminhão, pequeno, bastante usado.

Dizem nossos informantes de cabelos brancos, que o Sr. Josa era um "capitalista" (possivelmente interpretassem como capitalista aquele que tinha dinheiro para comerciar). Era, sem dúvida, o ponto comercial mais importante de São Gotardo. À noite transformava-se em ponto de reuniões para conversas, mentiras, cachacinhas; afinal um ponto de encontro rural, às vezes, alguma briga, sem conseqüências. Mortes, não relatadas. Em frente ao comércio havia uma área muito grande, com alguns ou vários centímetros de poeira ou de barro, chamada "espraiado". Era um fim de linha rural, com área suficiente para estacionar cavalos e virar carros de bois para seu retorno às fazendas.

A via de acesso à cidade para o comércio do Josa Ribeiro era pela Avenida Presidente Vargas, acesso muito dificultado por grandes e fundas valetas causadas por enxurradas, que desciam a avenida sem calçamento. Do lado de lá a mesma coisa, tanto é que o João de Souza e seu carreiro, Geraldo Adão, tinham que pôr 12 bois no seu carro e ficar desviando das valetas na subida da avenida, quando faziam entregas na rua. O João de Souza acabou ficando doido e assim morreu, de tanto pelejar nessa lida.

O Sr. Josa tinha sua residência no lado de cá, na cidade, numa área grande, mais ou menos ali onde hoje é o escritório do Dr. Breno de Mello ou Banco do Brasil. Tinha também uma loja na esquina, onde hoje é o Banco do Brasil.

Com o passar dos tempos, a esquina foi transformada em uma oficina mecânica, onde, por muito tempo trabalhou o Noé Prados. Noé sempre me dizia que ali, ele iria montar um posto de venda de carros importados (eu era um estranho na cidade, importado também justo naqueles tempos), carros que nunca vi chegarem, que nunca chegaram, desde 1954. Foi detentor do famoso "canivete" (símbolo da mentira), taça-símbolo daqueles que "distraíam nas informações" por muitos anos.

O Sr. Josa foi casado com D. Gelcira, que ainda lhe sobrevive, morando com todos os filhos em Apucarana e Curitiba, no Paraná.

Quando eu morava em Ibiá, em 1956, conheci lá um simpático irmão do Sr. Josa, o Joãozinho Ribeiro, muito prosa, sorridente, contador de casos e acontecimentos, muito religioso. Naquela ocasião eu comprei um aparelho de Raios-X em Belo Horizonte, e foi o Sr. Joãozinho que foi buscá-lo para mim no seu caminhão, acho que um Chevrolet 51. Conheci em São Gotardo, o Dede Ribeiro e o Diógenes, este, um agiota irreverente, irmãos do Sr. Josa.

O Sr. Josa Ribeiro, espírito cristão e caridoso, foi uma pessoa muito estimada em São Gotardo. Por vários anos presidiu a Conferência de São Vicente de Paula, de assistência aos pobres e foi um dos fundadores do asilo de velhos. Disseram-me que, quando os volumes, ou melhor, as embalagens (só as embalagens) de alimentos estragavam, ele as depositava num local próximo à porta da loja para que os mais necessitados pegassem para seu uso.

O Sr. Josa, embora fosse uma pessoa de muita importância no comércio e na política, era muito simples, comunicativo e alegre. Tinha que ser alegre e feliz com sua família. A filosofia diz que só os simples conhecem a alegria. As pessoas que se julgam muito importantes, acham que não devem sorrir em suas atuações comerciais. Seria sinal de fraqueza, de igualdade com o seu em frente. Nunca freqüentam lugares populares, onde todos riem. Soltam adrenalinas continuamente e se enfartam precocemente. Não têm companheiros, não desfrutam nem do volante de seus super carros, porque são obrigados a ter chofer. Suas mulheres compram as roupas mais caras e jóias mais exuberantes, não propriamente para se

embelezarem, porém para oprimir as outras, que porventura e esporadicamente participam de suas rodas. E no lar? A alegria fica fora do lar. Deve ser procurada na infidelidade, às vezes, com pessoas mais simples que irradiam e transmitem a eles um pouco de alegria de que necessitam e que não têm em casa; só no convívio com pessoas mais simples.

Na política de São Gotardo, foi vereador por várias vezes e foi eleito vice-prefeito na chapa do Sr. José Caetano, em 1958.

As eleições, àquela época, eram pelo sistema da "marmita"; colocavam-se cédulas individuais com os nomes dos candidatos impressos, todos reunidos em um envelope e depositados na urna.

Os vice-prefeitos podiam ser votados em qualquer chapa para prefeito, quer dizer, podia-se colocar o vice da UDN no lugar do vice do PSD, e vice-versa. No resultado poderiam tomar posse o prefeito da UDN com o vice do PSD, ou prefeito do PSD com vice da UDN. O certo é que nessa história, o Sr. Josa Ribeiro ultrapassou os votos dos dois candidatos para prefeito. O homem tinha muito peso, não como político, mas como líder social.

D. Gelcira, viúva do Sr. Josa e os filhos Gilson e Nilson, não abandonando e dando continuidade ao espírito de religiosidade do marido e pai, deram uma grande contribuição financeira para a construção do Lar das Crianças, depois denominado Creche Josa Ribeiro. D. Zita, diretora daquele estabelecimento, disse que a família do Sr. Josa Ribeiro contribuiu com uma carreta de móveis na inauguração da Creche, mandada de Apucarana; móveis e utensílios de todos os tipos, como camas, armários, móveis de cozinha, cadeiras, todos os vasilhames, rouparia completa. Afinal mobiliaram a instituição. A família ainda contribui com a creche, em datas notáveis como Semana da Criança, Natal etc.

Moram na creche Josa Ribeiro nove crianças órfãs ou em situação de risco, quer dizer meninos sem família ou abandonados; afinal de risco social. São crianças normais. Lá não são aceitos infratores e se algum por lá infringir as normas será entregue ao Ministério Público, que o envia a órgãos competentes. Lá estão 120 crianças em regime de creche: chegam de manhã e se vão à tarde. Todos estudam nos grupos escolares da vizinhança e muitos já trabalham no comércio ou onde necessário. São preparados para atuarem na sociedade em tempo útil.

Com muita justiça, o nome da mãe do Sr. Josa, D. Galvínia, foi dado à rua onde se situava seu estabelecimento comercial inicial, no Baixo Papagaio.

Em fevereiro de 1958, a "Folha de São Gotardo" anunciava:

"O PSD já tem candidatos à Prefeitura de São Gotardo. Ontem foi homologada a chapa José Caetano Ribeiro, para prefeito, pelo PSD e o Sr. Josa Ribeiro para vice-prefeito, pelo PTB, com a presença do Deputado Maurício de Andrade".

Não será um nome em rua que irá perpetuar a memória do Sr. Josa Ribeiro em São Gotardo. Nada superará a memória de sua personalidade, que soube cultivar tantas amizades, prestígio social e exemplos dignificantes para a sociedade a que pertenceu e ajudou a formar.

Faleceu muito novo, aos 54 anos de idade.

Os filhos do Sr. Josa, quando eu fiquei em Curitiba uma temporada, para tratamento de um filho, deram-me grande apoio moral, denotando continuidade de seus atos de amor ao próximo.

Rua Lino Francisco Soares

É uma rua situada no Bairro São Vicente de Paula. Tem início na Avenida N. S. de Fátima e termina na Avenida Brasil.

Nela situam-se, nas esquinas com Av. Brasil, o *Posto Sérgio Boiadeiro*, de um lado e a *Ressolar Pneus* do outro. Também o escritório da *Carmaq*, a *Retífica Esparta*, do Zé Gordo.

O Sr. Lino Francisco Soares nasceu lá pelos lados de Dores do Indaiá ou Itaúna, em torno de 1883. Veio para São Gotardo como trabalhador comum, mas especializou-se em construção, e assim trabalhou vários anos.

Mais tarde, estabeleceu-se como comerciante de tecidos na esquina, hoje pertencente aos herdeiros do Sr. Clarimundo Soares (onde fica o cinema), sendo aqueles terrenos da Rua Bento Ferreira dos Santos até Córrego Bicame de sua propriedade. Esses terrenos dividiam pelo lado de cima com o Sr. Juquinha Carneiro, que depois vendeu ao Sr. João Franco, hoje pertencente à sua filha, D. Cidinha Franco.

Portanto toda aquela zona comercial central da Rua Bento Ferreira dos Santos e Cel. Frederico Coelho pertencia a ele.Os terrenos da Vazante, hoje pertencentes ao Zé da Tina, também foram de sua propriedade. Lá trabalhou seu retireiro, pai do Chico Alfaiate, seu vizinho, ali perto da Ponte do Papagaio, onde residiam.

Quando faleceu, o quarteirão daquela zona comercial foi dividido entre os herdeiros e o Sr. Clarimundo, seu filho mais velho, comprou as partes que couberam aos outros herdeiros, ficando com toda a área.

Levava muito a sério sua religiosidade e se ligava muito a movimentos religiosos, como festejos de N. S. do Rosário e outros. Fazia parte do corpo de jurados da Comarca de São Gotardo. Certa feita o Sr. João Londe pediu ao seu advogado Dr. Jair Reis, que fosse com ele até à residência do Sr. Lino pretendendo pedir-lhe que votasse favoravelmente à absolvição de seu filho (Joãozinho), que havia assassinado uma mulher lá na Mata (Matutina). Ele disse que votaria de acordo com sua consciência, após analisar as atitudes do réu. Ao que o Sr. João Londe, nervoso, comentou com o seu advogado: "Dr., esse não serve".

Deixou vários filhos, todos bem sucedidos na vida. O Sr. Clarimundo Soares veio para São Gotardo com dois anos de idade; os outros nasceram aqui. D. Altiva, casada com o Sr. Farnese Resende, é mãe do

Ênio da farmácia; o Sr. Raimundo, que se mudou para o Rio de Janeiro, como bancário (Banco Hipotecário); José Alves Soares (Zé do Lino), tão importante no mundo comercial das drogas e das finanças como na história de São Gotardo.

Viúvo, o Sr. Lino casou-se pela segunda vez na família Araújo, deixando os filhos: D. Maria Soares, proeminente figura na Educação em São Gotardo, hoje residente em Belo Horizonte; Álvaro Soares, que faleceu como general, no estado do Espírito Santo e D. Alice, funcionária do Bancomércio, em Belo Horizonte.

Faleceu em 2 de novembro de 1945, aos 63 anos de idade.

Rua Luytprant de Mello

Fica a Rua Luytprant de Mello na saída para o Gordura, no Bairro São Lucas, da organização *Imobiliária Lazito de Souza.*

Mozart dizia sobre sua música: "É um arbítrio, com falta de elementos conscientes na sua criação". Ele atuava para criar sua música acima dos elementos conscientes. Inventava; não seguia rigorosamente o consciente. Então, em vez de ser uma atuação da consciência pura, passa a ser atividade psíquica de um dom, que deve se situar na área da para-consciência, onde habitam as paixões, as alucinações, os delírios e os devaneios.

É por causa dessa concessão cerebral que existem os repentistas, isto é, os "inventadores", aqueles que têm "queda" para isso. Consciência todo mundo tem, mas os dons, capacidades excepcionais da mente, são particulares. Cada um com o seu e não se os transfere.

Todo fenômeno psíquico da imaginação é um ato de criação. O cérebro não pode se limitar a refletir as sensações que recebe do mundo exterior, como um espelho, porque deste modo não se pode explicar como esses reflexos variam tanto de indivíduo para indivíduo. Deve existir um mexedor, um liquidificador lá dentro da consciência, para amalgamar as sensações recebidas, fazer delas novas idéias antes de devolvê-las ao meio, agora transformadas em idéias próprias, particulares. Por isso muita gente não devia expor suas idéias: podem causar mau cheiro!

Os cérebros armazenam, mas só em certos cérebros os conhecimentos armazenados se transformam em conceitos reais, filosóficos, abstratos, em criações intelectuais de toda ordem, algumas, extraordinárias. São resultados de uma elaboração mental. Como dizia aquela empregada doméstica – "Isso não é para qualquer..." Foi, por isso, que a natureza dotou o Luytprant de Mello com capacidade de inventador de versos.

O Sr. Augusto Vetti, o progenitor dos Mello, morava no Selado, onde hoje mora D. Auta. Tinha lavoura no espigão da Boa Vista do Funchal, um filete da Serra da Mata da Corda. Pecuarista e cafeicultor.

Certo dia o Sr. Augusto Vetti mandou um portador ao Sr. Zico Morato, competente farmacêutico no próspero e animado Arraial de S. José das Perobas, no outro lado do espigão, pedindo-lhe que fosse até a sua fazenda aplicar-lhe uma vacina, não sei qual. Aproveitando a visita do "cirurgião" pediu-lhe, também, que capasse um cavalo para ele. O jovem boticário fez os dois serviços: aplicou a vacina no "Seu" Augusto e capou o cavalo. Três dias depois voltou ao local para ver seus clientes.

"Seu" Vetti teve uma reação imunológica muito grande à vacina e enrolado em uma coberta tecida no tear, batia queixo de febre em cima do rabo de um fogão à lenha, daqueles feitos de barro moldado com casqueiros tirados na serra, ou tábuas velhas.

– Essa reação passa até amanhã, Augusto. Estou mais preocupado é com o cavalo, por causa do "teto", porque esse não passa.

– Preferia que tivesse me capado e dado a vacina no cavalo, Deus me livre dessa...

"Seu" Augusto Vetti teve um feliz casamento com D. Genuína Cândido de Mello. Tiveram no total 7 filhos, entre eles, Zezé, Itagiba, Totonho, Luytprant, e algumas mulheres, todos já falecidos. Luytprant nasceu em 1919, 18 de novembro, quando a gripe espanhola arrasava o mundo, como se não bastasse, para isto, a Primeira Grande Guerra Mundial.

Passou sua infância ali no meio de cafezais do pai. Por brinquedos conheceu o " trole", que ele mesmo teria que fazer, se quisesse, desde que conseguisse arranjar um "par de rodeiras", que fossem mais ou menos arredondadas na enxó. Porém, para melhor diversão e gosto, o "Seu" Augusto lhe reservava uma perobinha bem ferrada para que na frente do "Brazão" e "Coração", junta de curraleiros bem argolada, singrasse aqueles espigões do Córrego Fundo transportando o ouro verde do Brasil.

Revelou-se esportista na defesa do Ouro Verde F.C., quando atuava de beque de espera no estádio do Gordura, bem na praça. Deve ter conquistado alguns prêmios nos chutes em altura. Só.

Como era de costume, no nosso meio rural, casou-se muito jovem com D. Delfina, filha do Major Leopoldino Pereira, também do Gordura, por sinal sua prima em primeiro grau. Tiveram oito filhos: Luytprant Jr., Carlinhos, Tarcísio, Marco Túlio, Marcinho, Goretti, Lídice e Ana. Uma ninhada de gente de cabeça muito boa.

D. Delfina foi criada na casa do pai, o Major Leopoldino Pereira, que morava no Grotão, ali perto do Zé do Marico. O ponto de referência da moradia para pegar estrada rumo à cidade era o histórico pau-de-óleo, que ainda resiste ao tempo, morto, mas de pé. Suas lavouras de café eram no espigão da Boa Vista. Vendeu-as ao Sr. Zé Maria Araújo, este ao Mundinho, depois Dr. César de Mesquita, e há vinte e cinco anos, Dr. José Augusto é o atual proprietário.

Meteu-se a comerciante, com uma loja no Gordura, mas nem para nós seria fácil concebê-lo atrás de um balcão. Aquilo não seria para seu caráter agitado, que hoje chamam estressado.

Atraía-o, muito mais, a sanfona de 8 baixos, a famosa "pé de bode". Ele "esticava ela" tanto que chegava a puxar poeira do chão nos

momentos de entusiasmo. Deram-se muito bem, ele e o pé-de- bode, através da vida. Animou festas, tocou em pagodes, deu alegria a muita gente. Ele era um poço de alegria e bom humor; fez e desmanchou namoros; viajou mundos, conheceu até a "capital dos argentino". Cantava tantos versos como "as letras no jorná", e assinava seus versos " É assim mesmo que me chamo e assino, Luytprant de Mello".

Dizia que ultrapassaria um século de existência, porque "emendava noites e dias". Gostava de "prefiar" num desafio. "Ninguém me güenta num desafio; tá pra nascer" e não deixava por menos. Sempre portador de muita auto-estima.

Largando o comércio, foi plantar café nas descaídas do Indaiá. Enricou em pouco tempo e comprou uma bela fazenda, do Zé Bueno, seu cunhado, na periferia do Gordura. Conheci em sua propriedade um belo lote de gado chita. Gir, muito bom para a época. Não foi para frente por causa do Getúlio que, no Uberaba, com intenções de fazer propaganda para o sabão "Vale Quanto Pesa", foi bem interpretado e causou uma quebradeira nacional nos zebuzeiros. O pior é que "o baixinho" era visionário e tinha razão.

Foi vereador em São Gotardo e ajudou na emancipação de Matutina.

Um dos primeiros possuidores dos famosos Jeep Willys (ano 56), que derrotaram os cavalos no nosso meio, que, ao que parece, não foi bem "quebrado", causando-lhe alguns desastres. Operei-o três vezes em São Gotardo, uma vez com muita solenidade, à luz de vela. De outra chegou ao Hospital Pio XII ajudando a carregar alguns pacientes acidentados, ele, inclusive, participara daquele desastre. Olhei-o fazendo força e disse para um de seus filhos:

– Vou operá-lo daqui a pouco.

– O quê!... Alguma comunicação espírita?

– Ele está com rutura de baço.

Operamos, com êxito.

Cantamos juntos, juntos comemos muita galinha com arroz, e bebemos muita pinga, sempre juntos através da vida, e junto morreu comigo, num dia de São João, em 1992, porque não poderia deixar de ser nesta data, por exigência de São João, que vendo lá de cima nossa luta contra seu tumor na medula, já preparara uma tachada de galinha com arroz e mandara varrer o terreiro.

Chegou e disse (o São João) para nós: "Podem deixar disso. Vocês médicos ainda estão engatinhando na direção desse tratamento. Pega teu pé-de-bode, Lipran, vamo simbora". Na partida deles, alguns foguetes foram ouvidos. Eram de alegria, os dois, eles mesmos, soltavam, enquanto juntos, subiam, sumiam para as nuvens, sorridentes e felizes.

Lamentavelmente, enquanto formulávamos essas páginas, sua esposa, D. Delfina faleceu, causando pesar a toda população de São Gotardo.

Rua Major Olympio Franco

É uma rua curta, com pouco mais de um quarteirão de extensão. Tem início na Rua Olympio Gonçalves de Resende, cruza a Rua Cel. Frederico Coelho e termina na Rua Cel. Fonte Boa.

É a chamada *Rua da Nestlé*, porque paralelamente a ela, mais abaixo, separando-a do Córrego da Confusão, ficavam as instalações de recebimento de leite da Nestlé, que ocupavam quase toda a extensão daquele terreno. Na esquina com a Rua Olímpio Gonçalves de Resende, fica o prédio da *Associação Comercial e Industrial de São Gotardo (ACISG).*

Embora tivesse sido uma figura respeitável, numerosos são os fatos engraçados contados a seu respeito, que fazem sua personalidade aproximar-se das narrações folclóricas, mas sempre evidenciando revelações de bom caráter.

Deve ter nascido em torno de 1880. Não conseguimos registrar a data de seu nascimento, porque não conseguimos registros, nem arquivos. Não tem parentes e os informantes vivos não souberam precisar.

Seu túmulo, parcialmente destruído pelo tempo, está no mais completo abandono no cemitério da cidade, não havendo ninguém para dele cuidar, embora tenha sido um líder político e um dos propulsores do desenvolvimento inicial de São Gotardo. Não tem parentes próximos por aqui. Sua memória se desvaneceu rapidamente.

O Major Olympio Franco casou-se com D. Elysa Assunção Franco, mas dessa união não advieram descendentes. Dizem que teve alguns filhos lá pelas bandas de Matutina, no Campinho.

É lamentável como as cabeças idosas se perdem no tempo e no espaço, pois pessoas que viveram com ele quase nada souberam me informar a seu respeito, "porque não se lembram mais dessas coisas passadas", confundem tudo.

Como já disse no livro *São Gotardo, sua gente, sua evolução*, a História não é feita pela inteligência, mas pela memória. É pela memória que o homem volta ao passado, vive o presente, constrói e viaja para o futuro das indagações. Se o homem perde a memória, perdendo a capacidade de se lembrar das coisas e de se colocar no tempo, torna-se um ser *ahistórico*, permitam-me o neologismo. E São Gotardo está perdendo celeremente sua memória.

O que não se registra, vira fumaça - Se você for uma pessoa culta, erudita, ou for um mestre em Literatura, Retórica ou qualquer outra atividade cultural, mas se limitar a falar e nunca escrever, você brevemente será um homem "morto". Ninguém, mesmo a História, irá se lembrar de sua atuação intelectual. Você simplesmente desaparecerá, deixará de existir como uma pessoa brilhante e útil para sua comunidade. Seu espírito, sua memória passará a ser estranha à gente nova, aos novos meios e novos ambientes. Esse homem culto desaparecerá e com ele sua história.

O monumento histórico, que toda sociedade deve construir, terá a função de registrar e perpetuar as ações do homem, quaisquer que forem. Caso contrário, elas serão simbolicamente sepultadas, mesmo em vida; é o chamado sepultamento por efígie.

Continuo afirmando a necessidade *urgente* de se escrever a história de São Gotardo, para se aproveitar os "restos" dos informantes vivos. Digo "restos" porque estamos no fim da safra dos informantes, daqueles que viveram um grande período do nosso passado, para que nossas gerações futuras tenham conhecimento de coisas históricas ocorridas naqueles tempos.

Quem me deu informações sobre o Major Olympio Franco foram pessoas mais jovens, como Sebastião Franco, descendente mais de longe, que tivera contato com ele ainda rapazinho, porque os velhos de hoje, com os quais conversei, que tiveram convivência com o Major Olympio Franco, que comerciaram ou viajaram com ele, viveram com ele, trabalharam com ele, como Sr. Nadinho de Castro e outros, a quem consultei, não conseguem mais se relembrar desses acontecimentos do passado. E nós que registramos fatos históricos, ficaremos sem as fontes desses dados, já que não existem documentos escritos.

Nada sendo escrito, tudo ficará perdido como no caso do Major Olympio Franco, que sabemos ser uma figura histórica para São Gotardo. Pegamos alguns fragmentos de informações, dados vagos, que tentamos relacionar e construir parágrafos de cada informante.

Eu falei com um amigo sobre essas dificuldades ou impossibilidades de se obter informações de alguns personagens históricos. Ele me respondeu que não seria bem essa a verdade, porque, afinal, "todo cachorro tem dono e que eu procurasse mais, que encontraria".

O Major Olympio Franco foi uma figura muito querida em São Gotardo. Todas as referências que ouvi de meus informantes a seu respeito foram lisonjeiras, agradáveis, embora tenha exercido o cargo de chefe político por tempo prolongado; um espaço suficiente para fazer muitas inimizades, nem que fossem gratuitas, por inveja ou por sombra. Costumo dizer que a sombra de determinadas pessoas incomoda os incapazes ou derrotados, porque sombra só é feita por árvores grandes, de copas largas, bem vegetadas, que vivem em terreno fértil e que ocupam espaço no seu ambiente.

Possuidor de grandes extensões de terras, o Major Olympio Franco era um verdadeiro coronel. Sua sede rural, próxima à Matutina, recebeu-a por herança de seu pai, Sr. Antônio Alves de Oliveira Franco. Posteriormente foi comprada pelo Sr. Juca Londe, que lá viveu também longo período de sua vida, até sua morte. O Sr. Juca Londe respeitou o nome de "Fazenda Matutina", dado pelo Major. Nome que deu, também, origem ao topônimo "Cidade de Matutina", em homenagem a ele.

Lá na fazenda Matutina, onde residia o Major, reuniam-se com freqüência figuras expressivas da pecuária, que vinham de afastados municípios, às vezes, longínquos, para estarem com ele, em papo e reuniões que duravam até dias. Era uma confraternização daqueles maiorais, que tinham tempo disponível, permitido naquele período histórico.

A Fazenda Floresta, enorme espaço de terra que passou a pertencer ao Sr. Chico Resende, próxima da Guarda, pertenceu a ele; também a do Sr. Chico Lopes no município de Matutina, além de outras, às margens do Pirapetinga para os lados da Fragata.

Morou à Rua Gérson Coelho Duarte, casa hoje pertencente a D. Eponina Franco, viúva de Antônio Franco, o "Baiano".

Os eleitores de cabresto - Como chefe político e como Major, ou Coronel, afinal, poderia usar qualquer título, porque havia pagado, fazia de sua residência, na atual Rua Gérson Coelho Duarte, o curral eleitoral do PSD. Todos os seus eleitores eram devidamente vigiados, desde suas origens e deslocamentos das zonas rurais até às urnas, nos dias das eleições.

Chegados à cidade eram os eleitores confinados no quintal de sua casa, um quintal enorme, ou melhor, um pastinho, onde eles eram regiamente alimentados, vigiados e isolados dos cabos eleitorais dos candidatos dos outros partidos e de lá eram levados aos locais de votação, sob vigilância contínua, até depositarem seus votos nos candidatos do PSD.

Não se usava naquela época, a partir da queda da ditadura em 1945, riscar ou escrever o nome do candidato numa cédula eleitoral única, escondido atrás de uma cabine, como se faz hoje. Para cada candidato a diversos postos havia uma cédula impressa, individual, mais ou menos 10 x 8 cm de tamanho, com o nome do candidato nela impresso. Às vezes se depositavam dez cédulas, fossem dez os cargos a serem preenchidos. Essas cédulas, juntas, eram colocadas em um envelope. Esse envelope recheado de cédulas se chamava *marmita*.

O perigo de uma abordagem por cabos eleitorais de outros partidos, seria a troca das marmitas, às vezes, disfarçadamente, enquanto conversavam, como fazem os ladrões peritos. Havia especialista para essa função. Seria uma troca total. Daí a necessidade de uma permanente vigilância, durante todo o percurso até às urnas.

Aprendendo a votar novamente para desgraça da ética e da moral - O nome importante no PSD, em 1945, para o Major Olympio Franco era o do General Eurico Gaspar Dutra, que disputava com o Brigadeiro Eduardo Gomes o posto de Presidente da República, este pela UDN. Foi a primeira eleição após a queda da ditadura Vargas. O povo já desconhecia as eleições; a maioria nunca havia votado, estava aprendendo de novo, em 2/1/1945.

Hoje, o eleitor, no ato de escolher nossos legisladores, terá que se esconder atrás de uma cabine e ser prudente, para que ninguém perceba o local onde vai riscar o nome de seu candidato escolhido (ou comprado), para não se revelar e passar pela vergonha de mostrar seu voto dado a determinados indivíduos. Porque hoje, quando se vota em deputados e em outros cargos, com muita freqüência, são votos conscientes, mas um grande número ou maioria foram votos comprados por assaltantes, torturadores, ladrões da nação e do povo, traficantes de drogas ou bandidos de toda natureza.

Conforme reportagem de uma conceituada revista nacional, na eleição para prefeitos e vereadores que aconteceu no ano 2000, a metade dos candidatos, pelo menos, tinha processos rodando pelos fóruns, sendo que um cartório estava sem direção naqueles dias porque o proprietário estava foragido por desfalque no erário.

Mas a história precisa registrar esses fatos. Quem sabe daqui a duzentos anos nossos descendentes possam tirar proveito desses escritos. Quem sabe o Brasil ainda poderá tomar jeito, se seus dirigentes o permitirem.

Tiros: uma eleição ganha no "peito" - Devemos registrar que no Brasil sempre houve maracutaias nas eleições. É certo, politicamente, o ditado que "Em eleições a única coisa que não é permitida, é perdê-las". Como não tivemos registrada alguma boa tramóia eleitoral acontecida em São Gotardo (até 2000), vamos citar uma acontecida em nossa co-irmã, cidade de Tiros, bem pertinho de nós.

Foi em 1954. Aconteceria a eleição para prefeito, governador e deputados. Para Governador, José Francisco Bias Fortes, pelo PSD e para Vice, Artur Bernardes Filho, do PR.

O Sr. Antônio do Servo (Antônio Augusto de Lima, na cédula eleitoral), dos Augusto de Lima, do distrito de Espia, à beira do Abaeté, no município de Tiros, candidatou-se a vereador pela UDN. Gente de excepcional simpatia e pleno de qualidades morais, sobressaindo-se a humildade; seria seguramente eleito com grande margem de votos. Garimpeiro teimoso, impertinente, no Rio Abaeté, possivelmente nunca tenha achado um diamante com uma água igual à dele (água é a qualidade, principalmente pureza e cor do diamante, que lhe dá valor comercial, para quem não sabe). Foi sogro do Capitão Édimo, do Banco do Brasil.

Após esse merecido preito eleitoral, ele se candidatou, como já afirmei, a vereador pelo Espia fazendo parceria, isto é, levando na garupa o adversário de Bias, de cujo nome não nos lembramos. Pelas suas qualidades, o Sr. Antônio não teria concorrente eleitoral para o posto de vereador.

Como candidatos a Prefeito de Tiros, concorriam Mané Neca, pela UDN e Marcondes Gontijo, pelo PSD. Alguém poderá perguntar: "E daí? O que é que eu tenho com eleições nos Tiros?" Espere...

As eleições correram na maior normalidade. Juquinha Capetinga, homem de muito prestígio, trabalhava afincamente pelo Mané Neca, seu candidato pela UDN, que seria seu sucessor.

O Juiz da Comarca de Tiros era o Dr. Avelino Secundo Peito, um moreninho muito magro, que como bom hipocondríaco tinha mania de receitar remédios para todos os males. Lembro-me dele receitando para meu pai. Era um pessedista do saco roxo, que costumava dar acessos de raiva quando ouvia a palavra "u-dê-ene".

Iniciadas as apurações, o Mané Neca, candidato pela UDN, arrancou na frente, abrindo grande diferença com o progredir da contagem de votos. "Juquinha não perde eleições em Tiros!" Era a voz geral na cidade, em face aos primeiros resultados; ainda mais naquela época em que sua mula estava em grande forma pelo demorado e esmerado preparo físico. O Dr. Avelino estava gravemente traumatizado e deprimido, com aqueles resultados iniciais. A UDN já pensava em preparar a festa.

Com uma estrutura esquizofrênica (se alguém fizesse barulho na sua rua, partiria para o desacato), muito nervoso, irrequieto e inacessível, como sempre, Dr. Avelino, visivelmente alucinado, levanta-se de sua mesa de apurações e aos gritos, corre para uma sala vizinha dizendo-se ameaçado por algum fantasma, seguramente pela visão fantasmagórica do Deputado Estadual, Simão da Cunha, da UDN. Só que ninguém viu ninguém, mas se o doutor juiz viu, tá visto.

Autoritariamente, mandou que fossem encerradas as apurações naquele momento, por falta de segurança. Ninguém conseguia entender sua atitude ou os delegados percebiam que havia algum fator de insegurança no recinto.

Afirmando as ameaças, falta de segurança, decidiu que pediria reforço policial, porque o destacamento local poderia estar comprometido politicamente. Mandou, sem explicações, que seus mesários fossem à igreja e chamassem o padre com urgência. Pesquisei bastante e não consegui saber ao certo qual o padre que atendera ao pedido do Juiz. Mas tudo indica que tenha sido o coadjutor Pe. Hildeu Lara, hoje Juiz Federal em São Paulo, porque o Pe. Coelho, udenista ferrenho, talvez não se prestasse aos caprichos daquele juiz pessedista.

Lá se foram o Zé Bontempo e a Licota do Antônio Primo à procura do padre. Ambos, também, pessedistas de quatro costados, como o chefe, Juiz, estavam visivelmente deprimidos com aqueles resultados iniciais, impossíveis de serem virados, eles sabiam, pela experiência do andamento em eleições anteriores e pela geografia política e eleitoral de Tiros.

Chega o São Benedito - Presente ao chamado, ou ordem, o Padre conversou rapidamente com o Juiz e voltou célere para a igreja, mal conseguindo segurar a batina com as mãos, para andar aos pulos. Ainda ofegante, anunciou pelo alto-falante da igreja, que dentro de trinta minutos sairia uma procissão em honra de São Benedito. Avisou também que, por determinação do Juiz de Direito a apuração das eleições, por causa da procissão, somente seria reiniciada no dia seguinte, após a chegada da garantia policial e também, porque o Juiz, devoto do São Benedito, não prosseguiria com seu trabalho para cumprir seus imperativos deveres religiosos, comparecendo à procissão.

Os fiéis não se fazendo de rogados e não contrariando as tradições religiosas, correram para acompanhar o Ditinho que sairia pelas ruas encimando um andor. Diziam os fiéis, "São Benedito na rua, chuva na terra". Engraçado era que muitos se alertaram durante a procissão e dialogavam, entreolhando-se, exclamando: "As chuvas não estão fazendo falta ainda; ninguém estava se queixando disso".

O Mané Neca carregava o andor, com antecipado agradecimento espiritual pela sua vitória.

–"Esturde, né, compadre Zico". Mas vamos, santo é santo e ordens do Juiz não podiam ser discutidas. E cadê o Juiz que tanta questão fazia de acompanhar essa procissão?

Ninguém o via; nada de Juiz! No dia seguinte, iniciadas as apurações, ninguém dava notícias da tal garantia policial pedida e tão exigida, sem a qual não se poderia prosseguir as apurações dos votos, embora todos aguardassem e estivessem ansiosos para ver um batalhão com metralhadoras nas mãos e cães sem fuzis.

Reiniciadas as apurações, para surpresa geral, houve uma surpreendente reviravolta nos resultados. Para o Mané Neca, que ganhava disparado na apuração do dia anterior, praticamente não apareceram mais votos; o Marcondes deixou-o longe na rabeira, a perder de vista nas apurações.

Todo mundo embasbacado, menos o Juiz, o Padre, o Zé Bontempo e a Licota. Mudaram de humor os mesários, desde o reinício da contagem, contando os votos com rostos sorridentes; via-se facilmente que alguns usavam dentaduras. É aquele ditado: "Ontem foi ontem; hoje é hoje".

Para surpresa geral dos apostadores, o Antônio Servo, dono absoluto dos votos do Espia, não foi votado lá. O udenista opositor de Bias Fortes também não. Tudo inexplicável, tudo virou mistério, menos para o Juiz e para os mesários Zé Bontempo e Licota, que com grande contrição carregavam seus pecados.

O que aconteceu foi que na calada da noite, enquanto o São Benedito distraía o povo, que com olhar fixo no céu, não se preocupava ou desconfiava de nada do que estivesse acontecendo no fórum, o Dr. Avelino Secundo Peito, em conluio com os citados mesários, trocou os votos das urnas, garantindo "de lavada" a vitória do PSD do Marcondes.

Tudo bem, explicando inclusive o inexplicável, o porquê do Antônio Servo e o candidato a governador da UDN ficarem sem votos no Espia. A votação lá seria 100% a favor deles. Inexplicável! Um mistério que nem o São Benedito, que fez a festa, saberia explicar. Diz o povo que São Benedito com freqüência leva surras, porque raramente atende aos pedidos de seus fiéis. Mas é um santo forte. Impossível um altar de uma Igreja do Rosário sem sua imagem, nem que seja nas laterais. Ele, negro, é por natureza humilde.

Dizem que o Mané Neca morreu sem tirar o pijama, nem para dormir, e que nunca fez as pazes com o São Benedito, chamando-o desrespeitosamente de "neguinho safado, roubador de eleição". Mas ele carregou o andor...

Relembramos esse acontecido com o Sr. Antônio Pessoa, porque como bons tirenses, eu e ele conhecíamos o caso. O Antônio gentilmente, como sempre, mandou-me um jornal que era editado em Belo Horizonte – "Correio do Dia", do dia 13 de setembro de 1954.

Via-se que era um jornal da UDN, porque dirigido pelo Sr. João Franzen de Lima, um dos líderes e fundadores da UDN em Minas Gerais. Mostrava propagandas políticas só de candidatos pela UDN: Dr. Milton Campos, para Dep. Federal (um depositário de moral, de dignidade, hombridade e honestidade, de que ninguém discorda, pois errou só uma vez, ao assinar, como Ministro da Justiça a cassação de JK, na vigência do AI-5); Arthur Bernardes, para Dep. Federal; Jacinto Ferreira, para Dep. Federal; Bilac Pinto, Dep. Federal. Propaganda de vários médicos, todos meus conhecidos; de alfaiates como J. Barulli e Aquino, muito solicitados à época em que se usava fazer ternos artesanais. Um jornal que traz saudades.

O Deputado Simão da Cunha, cuspindo marimbondo (expressão com grafia correta), vestido de linho branco, chique na época, como sempre, na redação do Jornal "Correio do Dia", denunciava a composição de uma verdadeira *gang* eleitoral no interior de Minas Gerais, agindo impunemente, especialmente na Comarca de Tiros. Importante é que essas declarações do Deputado Simão da Cunha foram feitas um mês antes das eleições gerais, como as de Tiros. Simão, raposa política, sabia das coisas. Acompanhado estava do Juiz de Paz de Canastrão, Sr. Antônio Maia do Amaral (talvez fosse o pai do Waldiiiiiiiiir.....Amaral), cronista esportivo da Rádio Nacional. Quem nunca o ouviu? Pois só tínhamos rádio! Ele era do Canastrão.

Nesse jornal amarelado e estragado pelo tempo (guardado há 50 anos pelo arqueólogo Antônio Pessoa), junto com uma foto do Deputado, agitando os braços, estava escrito que "o Deputado Estadual Dr. Simão da Cunha, retrata em seu depoimento, coisas verdadeiramente alarmantes, como a imoralidade político-eleitoral do baixo pessedismo". Relata a ação criminosa de autoridades judiciárias, policiais, e administrativas de Minas Gerais. Foi essa a única eleição perdida por Simão da Cunha, e ele disse estar sendo esbulhado em Tiros.

O vereador Samuel Vasconcelos, presidente da Câmara Municipal de Tiros – declarou o Deputado Simão da Cunha – há mais de 20 dias se encontra na Capital, foragido das violências e ameaças de morte feitas pelo indivíduo chamado Jairão (militar aposentado em São Gotardo. Tratamos dele, de uma epilepsia, com alterações de comportamento, muito perigosas), jagunço do Juiz Avelino Secundo Peito e do Delegado Major Humberto de Mello. O fazendeiro Darcy Pessoa, também ameaçado de pressão e espancamento, está na Capital pedindo garantias de vida às autoridades estaduais.

Referindo-se ainda ao Magistrado Dr. Avelino Secundo Peito, o Deputado disse que ele mantém como segurança em frente à sua residência o Divino de Tal, condenado a 19 anos de cadeia, por ter matado a mulher, porque não se conformara com os "chifres". Também virou sua empregada doméstica, Maria Campos, que também matou o marido e chegou fogo nele, lá pelos lados de São Gonçalo. Na ocasião, a filha dela era minha enfermeira. O Dr. Avelino tirou esse casal da cadeia e pô-lo como seus serviçais. Esse casal, recém-saído da cadeia, teve um filho, Taquinho, feito, como dizia o povo, na cama do Juiz. Quando ele foi para Belo Horizonte, transferido, dispensou a Maria Campos e "entregou" o Divino para se livrar dele. Voltaram para a cadeia.

Mas aceitando o princípio de que não se pode perder eleição sob pretexto nenhum, tudo acabou em paz. Mais tarde o Mané Neca resolveu candidatar-se, desta vez pelo PSD, achando que estava garantido com a transferência do Juiz; perdeu novamente. Achou melhor não se candidatar mais. Alegou que seu novo insucesso fora novamente por conta de São Benedito que continuava na igreja de Tiros, perto de sua casa, que ninguém ousou transferi-lo. A única vez que o Mané Neca entrou na igreja, após as eleições, foi levado passivamente, para a missa de corpo presente.

A *gang* eleitoral do PSD em Tiros: Juiz, Delegado e Coletor - "Existe uma *gang* eleitoral em plena ação na Comarca de Tiros, compreendendo Tiros e São Gonçalo do Abaeté. Compõe-se do Juiz de Direito, Dr. Avelino Secundo Peito; do Delegado Major Humberto de Mello, primo do referido magistrado; do Coletor Estadual, Sr. Antônio Augusto Leão e os destacamentos policiais de Tiros e Canastrão". Afirmava o Deputado Simão da Cunha.

A posição político-partidária do Juiz de Tiros - "O Juiz Avelino Secundo Peito anda com o livro de atas do PSD debaixo do braço, de fazenda em fazenda, procurando apoio para o aludido partido em troca de sentenças judiciais". Mais, que o Juiz, "após suas libações alcoólicas diz para quem quiser ouvir, que acabará com esse partido dos cretinos Milton Campos e Pedro Aleixo e que ele só entregava títulos eleitorais na sua sala de jantar, para fazer a catequese do baixo pessedismo individualmente". Todos os candidatos a deputado pelo PSD, que vão a Tiros, à caça de votos, são hóspedes do Juiz Dr. Avelino.

"É preciso que se diga que São Gonçalo do Abaeté é o único município onde até hoje não tem prefeito, porque o eleito, empossado pela Justiça Eleitoral, não assumiu o cargo por falta de garantias (era o Gil Morato, filho do Claudiano, que foi farmacêutico nas Perobas, prócer da UDN local, ambos já falecidos); o outro era um simples cidadão que foi nomeado pelo Pe. João de Matos, presidente do PSD. Continuava o Deputado a vociferar que o destacamento policial, que foi enviado para aquela cidade, fez da casa de residência do pároco, presidente do PSD, o seu quartel".

Diz ainda o Deputado Estadual Simão da Cunha, que o Corregedor de Justiça, Sr. Arnaldo Araripe, falou que a melhor e talvez a única solução, em face da ineficiência da Justiça Eleitoral, seria matar o Juiz Avelino Secundo Peito, quando o Corregedor visitou São Gonçalo do Abaeté. Afirmou-o calma e refletidamente, disse o Deputado Simão da Cunha. O Deputado pedirá intervenção Federal para Minas Gerais como única solução, em vez de matar o Juiz. Essas expressões eram amenas para aquele Deputado.

Nota - Cá entre nós, para quem o conheceu, eram coisas típicas do Deputado Simão da Cunha, dado a valentias políticas, ele que não dispensava uma carabina nos seus comícios. Para se comunicar nessas ocasiões usava mais a violência verbal que a retórica. Vejam, no entanto, como já dissemos, esses depoimentos dele foram feitos um mês antes das eleições e seu relato teve uma grande coincidência com a atuação daquele Juiz nos dias das eleições.

Há dias comentava esse fato com o Dr. Dé Franco, quando ele disse ter vontade de ver um elemento da estirpe do Dr. Simão da Cunha dentro do PSD. Se nós do lado de cá (PSD) exteriorizávamos tantos defeitos do Dep. Simão da Cunha, era porque ele estava do lado de lá, continuou o Dr. Dé.

Rua Naitheres de Resende

Naitheres de Resende era filha de Olegário Resende e de D. Maria dos Santos Resende. Nasceu em São Gotardo, mais ou menos em 1910.

Irmãos: Dr. Carlos Resende, Juiz de Direito já falecido; D. Eny Maria; D.Maria Eny; D.Olímpia; D. Nelita; D. Diva; D.Elisa e D.Leila. Somente sobrevivem as três últimas.

Fez o curso de normalista em São João Del Rei e deve ter se formado mais ou menos em 1925. Depois se formou em Administração Escolar em Belo Horizonte, na Escola de Aperfeiçoamento fundada por Helena Antipoff, na Fazenda do Rosário, que abrira também um curso para cuidados de crianças excepcionais.

Foi membro do SOSP, que era um curso de nivelamento mental, uma espécie de avaliação de QI, usado para selecionar professores e outras atividades profissionais.

Foi tradutora de livros estrangeiros. Formou-se em Psicologia. Obteve uma bolsa de estudos na França, mas foi impedida por doença da mãe.

A Rua Naitheres de Resende tem seu início na Avenida Rio Branco; cruza em seguida a Rua Dr. Moacyr Franco, Rua João Alves Franco, Tabelião Antônio Melgaço, Rua Minas Gerais, Avenida Nossa Senhora de Fátima, Rua José Alves Franco, e termina na Rua Pedro Bougleaux, defronte ao quartel da Polícia Militar.

Situam-se na Rua Naitheres de Resende o *Mini-Mercado São João, Mercearia Nova Esperança, Casa de Construções Irmãos Cândido, Serralheria Santos, Vidraçaria Santos,* e outros estabelecimentos comerciais.

Rua Papa João XXIII

A Rua Papa João XXIII tem seu início na Av. N.S. da Abadia, toma direção ascendente, atravessa a Rua Cândido Lopes da Silva e vai até a uma zona de pastagem, na periferia do bairro, pertencente ao Sr. Joaquim Neto. Tem cerca de 200 metros de extensão. Não tem estabelecimentos comerciais ou instituições.

O Papa João XXIII, filho de trabalhador rural, nasceu em 1881 em Bergamo, na Itália; faleceu em 1963, com 82 anos. Foi Papa somente por cinco anos. Foi capelão militar na Primeira Guerra Mundial. Substituindo Pio XII, foi eleito Papa em outubro de 1958, dia da inauguração do Hospital Pio XII, em São Gotardo. O nome foi em homenagem ao Papa do mesmo nome, que havia falecido naqueles dias.

Seu nome secular é Ângelo José Roncalli.

O jornalista Kurt Klinger chamou-o de "Papa Sorriso", o Papa do bom humor. O único animal que sorri é o homem, que, como ser consciente, pelo sorriso participa e se comunica com seus semelhantes, demonstrando serenidade, bom relacionamento, bem estar e amor pela vida.

Rir é uma manifestação exclusivamente humana. Os irracionais não sorriem ou não percebemos esse modo de comunicação entre eles. Sorrir quer dizer comunicar-se. Ninguém ri sozinho; só esporadicamente. O riso exige a presença de mais de uma pessoa; é comunicação, é congregar. O riso solitário, afastado do ambiente normal, significa demência. É como diz aquele popular, é coisa de " mental". É uma manifestação comum em sanatórios para doentes mentais.

Quem sorri, está de bem com a vida. Mas em um mundo neurótico e angustiado como o nosso, ainda há lugar para o sorriso? A amostra humana hoje se apresenta geralmente de sobrancelhas cerradas, rostos fechados, gestos preocupados; somando tudo, ausência de sorriso. O sorriso está se limitando às propagandas comerciais da mídia, sugerindo paz apenas com o consumismo.

Comuns escritas nas mesas de atendimento público – "Sorria pelo menos por economia, porque para chorar gasta-se muito mais músculos faciais". Parece que para o homem importante o riso é um sinal de fraqueza.

O sorriso parece fazer parte da constituição humana e se manifesta de maneiras diferentes nas diversas fases da vida. Na infância e ado-

lescência o sorriso é fácil, tornando-se mais dramático na idade madura e parece que na velhice acaba mesmo banido da existência do homem. Não há nada mais belo que o sorriso de uma criança. O velho perde a alegria, o encanto com o meio ambiente e entra facilmente em estado de depressão mais profunda, porque superficialmente já vem manifestando sinais, às vezes imperceptíveis, de depressão.

O Papa João XXIII, segundo aquele jornalista, provocou um choque no mundo com seu sorriso. Sorrir e fazer sorrir é uma forma de amar, uma forma de pôr o homem em contato com Deus; leva a uma leveza da alma. Ele, o Papa João XXIII, foi capaz de atrair o coração do mundo justamente porque soube sorrir.

Nada punha tão em evidência a grande humanidade do Papa Roncalli quanto seus discursos improvisados, espontâneos, suas tiradas e seus aforismos de pessoa alegre. Quando se afastava de suas alocuções e dos discursos oficiais, quando erguia os olhos sobre seus óculos, podia-se esperar que palavras cheias de humor, mas também de humildade e magnanimidade estavam para sair de seus lábios. Eram tiradas divertidas e alegres, às vezes cheias de espirituosas ironias, com faiscantes alegrias.

João XXIII abriu, assim, no cerimonial rigoroso do Vaticano, uma brecha que nenhum outro sucessor poderá facilmente tornar a fechar e, por isso, aquele jornalista disse pelo jornal "Época", que "fundia-se um calor e uma simpatia humana como há muito tempo não se havia constatado no trono de Pedro".

Ângelo Roncalli, Papa, tinha conservado aquela sua simplicidade natural que lhe permitiu trazer de volta espíritos orgulhosos ao caminho da fé e reunir católicos e não-católicos para fecundas discussões teológicas.

Nunca assumiu atitudes autoritárias, justamente porque suas exortações e seus ensinamentos foram muito eficazes. O seu tom e seu estilo fizeram dele "o pároco do mundo", o pai espiritual do Universo.

A Igreja Católica, disse João, prefere hoje usar mais misericórdia que severidade. Ela quer remediar os males do mundo moderno demonstrando o valor de seus ensinamentos e falando menos de condenações. De caráter popular, com suas alocuções improvisadas com as quais conduzia mais homens a Cristo e à oração, do que havia conseguido Abraão de Santa Clara com suas ameaças das penalidades no inferno.

O que nenhum sucessor do Papa Roncalli poderá fazer e nem imitar, são os dotes tão pessoais, aquele tom, aquele estilo, aquela alegria contagiante, como se expressou o "Daily Express", em 1959, analisando seu primeiro ano de papado: "O Papa deve sentir profunda satisfação perante o balanço de seu primeiro ano de papado; seu prestígio junto aos fiéis é imenso e sua influência sobre os irmãos separados,

os que pertencem às Igrejas cristãs não-católicas é maior do que aquela que outros papas jamais tiveram".

Ironizava a si mesmo, dentro de sua humildade, quando em 1959 apareceu nas livrarias sua quinta biografia: "São todas belas e interessantes, mas assemelham-se todas em um ponto: têm pouco ou nada a ver comigo".

Foi considerado mentor por excelência da paz. Sua atuação também foi muito importante ao lançar idéias em prol da modernização da Igreja, e divulgou idéias segundo as quais a Igreja deveria intervir construtivamente em assuntos políticos, econômicos e sobretudo sociais, idéias reveladas nas Encíclicas *Mater et Magistra e Pacem in terra*, que tiveram imensa repercussão.

"Como uma nobre estátua repousa sobre um pedestal de pedra, também o Papa João XXIII esbanjou sorrisos sobre o trono de pedra da Igreja de Pedro".

Rua Pedro Romeiro

A Rua Pedro Romeiro tem início na Avenida Brasil; cruza as Ruas José Maria de Melo, José Alves Franco, Avenida Nossa Senhora de Fátima, Rua Minas Gerais, Tabelião Antônio Melgaço e termina na Rua João Alves Franco, em frente ao Asilo São Vicente de Paula.

O Sr. Pedro Romeiro era natural de Andrelândia, Sul de Minas e foi casado com D. Rita Mafra de Andrade, natural de São João Del Rei. Tiveram cinco filhos:

- Maria José, falecida, foi casada com Sebastião Brasileiro; deixou 12 filhos.
- Geraldo, falecido, conhecido como Geraldinho Romeiro, foi um dos pioneiros na introdução do automóvel e dos transportes coletivos em São Gotardo, principalmente na rota São Gotardo-Tiros. Foi também um dos introdutores da oficina mecânica para automóveis em nossa cidade. Foi casado com D. Yolanda Luciano, filha do Simundo de Deus Vieira e de D. Maricota Luciano. Deixou cinco filhos.
- João, falecido em Ibiá. Era especializado em motores a diesel. Foi casado com D. Marta Batista Romeiro, que ainda reside em São Gotardo. Deixou quatro filhos.
- Pedro, o Pedrinho, casado com D. Stella, filha do Sr. Juvenal Resende. Residia em Brasília; deixou quatro filhos.
- Vítor, que foi meu colega de turma; formamo-nos em Medicina em dezembro de 1953. Muito pirracento, foi um dos maiores amigos que tive na nossa turma de médicos. Trabalhou algum tempo em Campos Altos, onde nasceram seus três filhos. Profissional de muita competência ao se transferir para Pouso Alegre, no Sul de Minas, logo assumiu a Cadeira de Ortopedia da Faculdade de Medicina de Pouso Alegre. Seu filho, Vítor Júnior, seguiu-lhe o caminho universitário, tornando-se Professor de Medicina Legal da mesma Faculdade e também da Faculdade de Direito naquela cidade.

O Sr. Pedro Romeiro era muito católico. Sereno, transmitia a nós, jovens, muita tranqüilidade. Eu participei de momentos de sua vida. Em 1936, quando São Gotardo assumiu a Comarca, como primeiro Juiz de Direito veio o Dr. João Justiniano das Chagas, primo do Dr. Carlos Chagas, o descobridor da Doença de Chagas. Vendo no Sr. Pedro Romeiro muitas qualidades morais e humanísticas, fez com que ele funcionasse como Adjunto-Promotor da Comarca de São Gotardo. Como não tinha ímpeto de acusar ou ofender alguém com palavras, nem como profissional, a Justiça achou melhor colocar outro no lugar, porque ninguém em julgamento ficava preso. Eu, particularmente, imagino-me assentado na Assembléia de um júri, vendo o senhor Pedro Romeiro levantando a voz e atacando um réu com palavras ásperas, como deviam merecer. Seria uma cena inacreditável. Melhor seria afastá-lo. O Sr. Pedro era mais um pacificador.

Participou com serenidade da política de São Gotardo, a princípio acompanhando seu amigo Dr. Otaviano Ordones de Castro (pai do Zé Ordones), dentista em São Gotardo, no Partido Republicano, o PR. Com a mudança do Dr. Otaviano para Belo Horizonte, passou a acompanhar o Dr. Erival Ladeira, na UDN, um partido primo do PR. Mas seu maior amigo em São Gotardo era o Sr. Antônio Biel, presidente do PSD.

D. Rita, sua esposa, que era professora em Andrelândia, foi transferida para Dores do Indaiá, na época a cidade mais intelectualizada do Alto São Francisco. Naquela cidade o Sr. Pedro Romeiro estudou a possibilidade de abrir uma indústria de laticínios. Num hotel em Dores do Indaiá, ficou conhecendo o Sr. Antônio Luciano Pereira, fazendeiro latifundiário, cafeicultor e chefe político em São Gotardo. O Coronel Antônio Luciano tirou-o da idéia de fundar o laticínio em Dores, dizendo-lhe que "Dores produz pouco leite. Vamos para São Gotardo que só o leite de minha fazenda dá para fazer um laticínio funcionar e eu ainda consigo transferir sua esposa como professora para São Gotardo".

Prometeu e cumpriu. Surgiu desse ato uma sólida amizade com o casal Cel. Luciano e D. Olímpia Resende, enquanto viveram. O Sr. Pedro Romeiro era um convicto militante dentro de seu partido político, a UDN, porque seus maiores amigos eram potentados dentro do PSD, partido oposto ao seu.

O Sr. Pedro Romeiro montou o primeiro laticínio em São Gotardo em 1923, conforme narrou o Sr. Juquinha Carneiro no seu livro *História de São Gotardo*. Inicialmente foi sócio do Baiano Franco (Antônio de Oliveira Franco) quando produziam a manteiga "Sumé", com instalações onde funcionava o "Laticínio São Gotardo", atualmente desativado.

Naquele tempo os fazendeiros não forneciam o leite. Desnatavam-no e vendiam o creme para os laticínios. Dois litros por tostão. O soro era um subproduto do leite, usado na engorda de porcos, uma atividade importante para a época. Todo fazendeiro era obrigado a ter uma desnatadeira em sua fazenda. Esse creme era buscado nas fazendas em lombo de burros, em latas atreladas em cangalhas, o que constituía um terror para os cavaleiros nas estradas, principalmente nas cavas, comuns na época, produzidas pelos

carros de bois, produzindo sérias lesões nas canelas dos transeuntes. "Lá vem os burros do Zé Adelaide, com ele junto". As horas eram contadas para se evitar esses cruzamentos. Zé Adelaide era um negro, "pau de dar em doido", mas estimado por todo o mundo. Ele entrou para a história de São Gotardo, por sua atuação insólita e produtiva para a sociedade de vários municípios vizinhos. Enquanto existiram os burros, o Zé Adelaide existiu. Depois o creme passou a ser transportado por caminhões, os chamados "gigantes".

Separando a sociedade industrial com o Baiano Franco, esse ficou com a manteiga "Come II" e o Sr. Pedro fundou a firma "Romeiro e Filhos", situada na Av. Presidente Vargas, próxima ao Córrego da Confusão, onde mais tarde se instalaram várias e sucessivas oficinas mecânicas.

As principais linhas de creme com seus fornecedores eram:

Matutina: Chico Lopes; Evérton Romeiro (irmão do Sr. Pedro); Chico Olaia (Eulálio), com seus filhos João e Adolfo e o genro Zé Mosquito, Zequinha Olaia e Totonho Flávio; a família dos Londe, Nico, João Londe e filhos; Chico Bueno; Flávio Rodrigues (Flavinho).

Espinha: Cristalino Pessoa (meu pai); José Fidélis (meu avô); Teófilo Dimas (pai do Raimundo Teófilo e avô do Dr. Jair); Sebastião Cesário; Levindo Manoel; Isaac Carneiro (pai do Zé Carneiro, Logró); Cruz Rodrigues e a família Borba; Juca Resende; Antônio Pedrinho e outros.

Mata e Fragata: Leonardo Pessoa (meu tio); Lafaiete Barbosa.

Arapuá, Pouso Alegre: Mário Honório; Olímpio Lico (pai do João do Lico); Hermógenes Luciano (irmão do Cel. Antônio Luciano e sogro do Zé Veloso); Miguel Veloso, chefe do clã dos Veloso.

Gordura: Cel. Leopoldino Pereira e seu filho Sadock.

Venda: José Pedro, pai do Juca do Zé Pedro e Elisiário Resende.

Bateia: Antônio Luiz dos Passos, que depois comprou a fazenda do Benedito Valadares, no Pará de Minas. Esse "capitalista" um dia apareceu em BH e foi dormir na pensão de estudantes onde morávamos. Era amigo do dono da casa. Dormíamos em um barracão nos fundos da casa. À noite enrolava a roupa e escondia debaixo do travesseiro com medo de ser roubado por nós. O filho do casal foi levá-lo à Rádio Guarani para ver um programa de rádio. Queria que o jovem pagasse a passagem de bonde dele com cupom de estudante.

Areias: Diógenes Ribeiro, que abalou espalhando em Ibiá uma neurose de fobia à trombose dos membros inferiores, causa de sua morte.

Guaritas: Dr. Erival Ladeira e Cel. Antônio Luciano Pereira.

Todos esses personagens citados acima já faleceram.

O Sr. Pedro Romeiro tinha vários empregados. Como o Sebastião Tibelo, Juca Argentino, Pedro Vieira, João da Mata, Lázaro Balbino e outros. Costumavam fazer farras para valer, o que obrigava o advogado Dr. Evaristo Ferreira, nas segundas-feiras, correr à cadeia para liberá-los

porque o creme estava chegando e não podia ser trabalhado por falta de funcionários. O Sr. Lázaro Rochael, o delegado, amigo de todos, não criava caso para soltar os presos.

O Sr. Pedro Romeiro mais tarde vendeu a fábrica "Romeiro e Filhos" para a firma "Soares Nogueira", gerenciada pelo Sr. José Carvalho, pai do Macaúba. Comprou lavoura de café nos Campos. O Sr. Pedro, muito ordeiro, não gostava das festas de fim de panhas. Mas o João, seu filho, queria; era chegado a uma cangibrina e um pagode; não dispensaria a oportunidade para uma festa. Aproveitando-se da ausência do pai foi à venda do Quinca Novato, nos Campos, fez um sortimento de cerveja e pinga. A sanfona chorou e a turma "pisou" a noite inteira. Mas para esconder as tampinhas de cervejas para o "velho" Pedro não perceber o movimento foi o maior drama; quanto mais catavam tampinhas, mais apareciam. Dentro de casa, no quintal, atrás das moitas de pés de café.. O "velho" chegou no outro dia da festa, viu e não comentou.

O Sr. Pedro Romeiro, cabelos grisalhos, usava-os cortados muito curtos, tipo "escovinha". Conversava de acordo com sua personalidade, com muita serenidade. Tinha como característica um balanço de cabeça ao conversar, que lembrava, mas não era Doença de Parkinson. Assisti-o nos momentos finais de sua vida, ou melhor, durante toda minha atividade profissional.

Ainda embevece os moradores de São Gotardo a maravilha em que se transforma todos os anos uma paineira no fundo do quintal que foi do Sr. Pedro Romeiro. Todas as vezes que a vejo, sua imagem vem à minha memória. É ele...

Rua Pinheiro Machado

A Rua Pinheiro Machado tem seu início na Rua Randolfo da Silva Prados, bem próximo à Estação Rodoviária. Toma direção ascendente até à Avenida Erotides Batista. Tem os seguintes cruzamentos: esquina com Rua Borges; Avenida R io Branco; Rua Moacyr Franco; Avenida Rui Barbosa; Rua João Alves Franco; Rua Minas Gerais; Avenida N.S. de Fátima; esquina com Rua Pedro Bougleaux, que segue à direita; esquina com José Cândido Domingos, que segue à esquerda; esquina com Joaquim Gonçalves Domingos, que segue à direita; esquina com Joaquim Rocha, que segue à esquerda; esquina com Pref. Sebastião Fonte Boa, que segue à direita; esquina com Olavo Ferreira de Camargos, que segue à esquerda; esquina com Antônio de Oliveira Braga, que segue transversalmente à direita. Termina na Avenida Erotides Batista.

Na Rua Pinheiro Machado situam-se numerosos estabelecimentos, situados acima do cruzamento com Avenida Rui Barbosa: *Escola Estadual Professor Balena; Armazém Faria; Comercial J.V.C; Bar Brasil; Sorveteria S. João; Açougue Galvão; Madeireira Lopes ; Mini-Mercado Marajoara; Casa da Construção; Comercial Selado; Floricultura do Marcelo; Mercearia Colorado;* e outros.

Afirmei no prólogo dessa crônica, que, às vezes, são colocados em nossas ruas, nomes de indivíduos que nada tiveram a ver com nossa história. Alguém poderá alegar, que pelo menos tiveram com a história política do país, como um ditador, cujas volúpias de autoritarismo poderiam ser amainadas com atos de submissão de nossas autoridades políticas regionais, agradando-os ao colocar seus nomes em uma rua ou avenida bem badalada, fingindo que os temos como benfeitores do nosso município.

Alguns prefeitos, por motivos escusos, às vezes até impublicáveis, punham e põem nomes de políticos em ruas por imposição, para valerem-se politicamente desses atos. Esse não foi, evidentemente, o caso em relação ao Sr. Pinheiro Machado, que nunca esteve em contato com nenhum político em São Gotardo, por ser anterior a qualquer um deles. São Gotardo ainda era arraial no seu tempo.

Eu nunca vi ou ouvi referências a esse indivíduo. Não existe transmissão mitológica ou escrita de seu nome em nosso meio, a não ser quando se lê (e não se dá atenção) o seu nome colocado em uma de nossas

ruas. Sem curiosidade, como todos os moradores daquela rua, nunca pensei em averiguar ou fazer alguma pesquisa sobre aquele personagem. Resolvi, então, conversar com algumas pessoas, que julguei terem possibilidades de me auxiliar a desvendar esse assunto. Verifiquei que o assunto se transformara em mistério. De todas as pessoas inquiridas, as respostas eram as mesmas: "Nunca ouvi falar sobre esse cara". Sem exceções. As respostas dos habitantes da citada rua eram as mesmas – "Nunca ouvi falar...".

Muitos disseram, sem convicção, que deveria ter sido um antigo presidente ou governador de nosso Estado; outros, que poderia ter sido um Secretário de Educação ou de outras pastas, pois tem um nome apropriado para exercer esses cargos administrativos.

Para aumentar o número de incertezas e dar mais validade à pesquisa, passei a telefonar para numerosas outras pessoas que seleciono, por julgá-las de bons conhecimentos literários ou políticos; perguntei até a professores de História em nossos educandários. Ninguém soube dar a mínima informação sobre o ilustre Sr. Pinheiro Machado, este desconhecido que "emplacou" seu nome rua de São Gotardo, que, para melhor especificar, a principal rua de São Gotardo.

A tragédia do desconhecimento continuava a mesma. Ninguém consultado em São Gotardo soube dizer pelo menos que ele tivesse sido um mineiro, sulista, nordestino, diretor de produção do programa do Ratinho, um importante traficante de drogas, ou um peão apanhador de café do João Lona, lá na Londônia, Matutina. Poderia ter sido amigo ou parente de algum vereador da zona rural, que houvera por bem homenageá-lo, colocando seu nome em uma rua. Afinal temos uma grande família de Machados em nosso meio social.

Pensei até em Sherlock Holmes. Quem sabe? Afinal estávamos pesquisando a principal rua de São Gotardo. Numa Enciclopédia, encontrei um verbete "Pinheiro Machado": José Gomes Pinheiro Machado. Descreve-o a BARSA como uma figura política dominante da República Velha, no Rio Grande do Sul. Não há citações de que esse gaúcho pudesse ter ultrapassado as barreiras do Sul do país em direção a Minas Gerais. Nada teria que fazer em São Gotardo, em 1911.

Nasceu em Cruz Alta, RS, em maio de 1851, ainda no período Imperial. Aos quinze anos, adolescente ainda, aliou-se voluntariamente às forças brasileiras que combatiam os paraguaios. Saiu daquela luta, porque contraiu maleita, como quase todos os combatentes brasileiros nos charcos mato-grossenses. Um gaúcho metido a herói, esse. Lutou arduamente pelo fim do regime imperial, que se deu em 1889.

Gozava de enorme prestígio político, lá nos pampas do Rio Grande do Sul. Eleito Rodrigues Alves (1902-1906) para Presidente, negociou Pinheiro Machado um acordo em favor da eleição de Borges de

Medeiros para Presidente do Rio Grande do Sul. Em 1906, apoiou Afonso Pena para presidente. Eleito, Afonso Pena pôs em cheque sua liderança no RS, ao dizer que "quem faz a política sou eu". Mineiro é isso.

Fundou o efêmero Partido Republicano Conservador e se enfeitou como candidato à Presidência, mas não obteve apoio de Minas e São Paulo, os estados mais populosos e que dominavam politicamente o país, com a política do "café com leite", pela alternância dos presidentes. Esses estados, em face dessa maracutaia política, não poderiam apoiá-lo. Essa famosa panela não dava colher de chá para ninguém. O prestígio de Pinheiro Machado declinou. Morreu assassinado no Rio de Janeiro, em setembro de 1915, sem menção de motivos. Aliás, ele teria que continuar enigmático.

Então, estranhamente, esse gaúcho, que nada teve com a vida política de Minas Gerais, muito menos com a de São Gotardo, teve seu nome colocado em uma rua daqui. Talvez, se tivessem colocado Picorréia, Cabo de Aço, Farnesinho ou Antônio da Luca, seria muito mais patriótico, mais mineiro, mais são-gotardense. Pelo menos todo mundo saberia quem foi o herói que deu o nome a uma das ruas mais importantes de São Gotardo, e nos livraria de ter que aceitar sem conhecer, o nome desse ilustre e desconhecido "Che" gaúcho.

Seria o caso de se mandar um emissário a Cruz Alta, RS, e verificar se lá ele deu seu nome a alguma rua e contar a eles que em São Gotardo seu nome está emplacado em uma via pública muito importante. Seria o caso deles perguntarem – onde e por quê?

A ele, se necessário, mandaríamos uma mensagem de Natal, apenas, como civilizados que somos. Não procuramos, para evitar constrangimentos, saber quem foi o dono dessa rica imaginação na área administrativa de São Gotardo. Uma idéia realmente infeliz, porque, afinal, quem não cultiva um senso de bairrismo?

Então, o que pensar quando constatamos que um Dr. Erival Ladeira, com ascendência e descendência radicadas e criadas entre nós, prefeito por duas vezes, médico da Saúde Pública, produtor rural durante toda sua vida, até sua morte em São Gotardo, que aqui pagou impostos durante toda sua vida produtiva, que colaborou com o progresso de nossa cidade, não tem seu nome em rua!

O Promotor de Justiça, Dr. Lima, são-gotardense legitimado, que nunca aceitou ser promovido, para não se desligar de nossa sociedade e continuar criando sua família em nosso meio, que honestamente levou avante a estrutura jurídica de nossa cidade, por ele e descendentes, também não tem nome em rua!

O Sr. Pedro Bueno que deu tão grande contribuição social, cultural e política à nossa sociedade, pessoalmente e por sua descendência, também não teve seu nome inscrito em uma rua. Deu, por sua ação, grande contribuição econômica, por ter sido um produtor pioneiro em nosso meio, até histórico, pois foi um dos primeiros a manipular uma máquina de limpar café a vapor, nas Perobas. Pioneiro no uso de uma energia revolucionária, o vapor, que deu oportunidade ao progresso da Revolução Industrial no mundo.

Foi, também, um dos pioneiros na fundação do Gordura, poderíamos dizer o pioneiro, porque de suas mãos saiu o terreno para a construção da vila. Dentro de um carro de bois transportou a economia das Perobas para a Vila Funchal, representada por aquela máquina de limpar café.

Foi um fato heróico, como dizem os depoentes, quando ele transportou aquela máquina, caldeira enorme, em cima de um par de rodas de carro puxado por 16 bois, tamanho o seu peso. Foi uma odisséia esse transporte. Fundou o Gordura. Teve grande contribuição para nosso setor urbanístico, implantando na cidade de São Gotardo um grande loteamento, que é hoje o importante Bairro Campestre. Fundou, portanto, o Gordura e o Bairro Campestre. Foi vereador e Presidente da Câmara de São Gotardo, durante o mandato do Prefeito, Sr. Cyro Franco.

Aqui nascido, aqui crescido, aqui conhecido, aqui se transformou por méritos em grande patriarca e um grande líder social, reconhecido e admirado por todos nós. Criou enorme família que continua trabalhando para o progresso material e intelectual de São Gotardo. Daqui nunca arredou os pés.

E tantos outros.

Não somos e nada temos contra o Sr. Pinheiro Machado, a sua família ou o Rio Grande do Sul. Somos apenas torcedores da História e do Atlético.

Rua Prefeito Sebastião Lopes Fonte Boa

Sebastião Lopes Fonte Boa nasceu no Arraial de São José das Perobas em 20 de janeiro de 1882, dia de São Sebastião. Filho de José Manoel Lopes Fonte Boa e Clementina Laurinda Lopes Rodrigues da Silva, conhecida por Dona e proprietária de uma fazenda nos arredores do Arraial das Perobas.

Desde criança, obedecendo aos princípios rígidos dos pais, normas daqueles tempos, dedicava-se juntamente com todos os outros irmãos mais velhos, às rudes tarefas da roça. Eram encarregados de todos o serviços da propriedade. Todo o serviço bruto daquela lida era feito por aqueles irmãos, numa labuta árdua e constante.

Enquanto aguardava mais idade para estudar, Sebastião seguiu esse ritmo até aos 12 anos. O irmão mais velho, José Lopes Fonte Boa (Juca) tinha uma casa comercial em Dores do Indaiá, onde já trabalhava o Antônio Fonte Boa (Tonico). Sebastião já fora escalado pela mãe, agora viúva, para também juntar-se aos irmãos em Dores. E Sebastião para lá se foi.

Começou também a estudar no Colégio Municipal Dorense. Trabalhava, estudava e como diversão freqüentava a banda de música de Dores, manipulando instrumentos de sopro.

Sua mãe, viúva, precisava dele na direção dos negócios da roça e trouxe-o de volta para Perobas. Montou uma casa de comércio, juntamente com o irmão João (o futuro tabelião). Sebastião lança-se ao cultivo de café, a única esperança de todos nas Perobas e os seus lucros passaram a ser atrativos. Passou também a negociar café.

O irmão João o deixara e fora para São Gotardo, para estudar com o Professor Venâncio.

Casou-se Sebastião com sua prima Firmina Alves Fonte Boa. Ele continuava próspero nos negócios de café.

Em 1911, ainda residente em Perobas, viu a criação do Município de São Gotardo.

Na ocasião aquele perobense, já desfrutando de prosperidade dada pelo café, foi convidado a assinar um título da Guarda Nacional. Seria portador de um título honorífico, conferido aos ditos e afamados "coronéis da Guarda Nacional". Ele subscreveu a patente de Capitão, após pagar taxas correlatas aos oficiais da comissão do Exército, que visitava os municípios recém-criados. Lembra-me muito a venda das indulgências pelos Papas. Muitas pessoas se referem a esse episódio como "vendas de fardas" corretamente.

Três anos depois viajava a Patos de Minas, onde recebeu o título subscrito, devidamente assinado, agora, pelo Presidente da República. Houve solenidade na Câmara Municipal da cidade, na entrega aos subscritores. Esse fato levou-o a pensar em sua mudança para São Gotardo, cuja instalação do município devia se dar em setembro do ano próximo. Mudou-se.

Foi a Dores e contratou o engenheiro e arquiteto Walter Ude, para a construção de uma casa comercial, que seria a matriz daquela que tinha em Perobas. Poderia assim administrar com mais facilidade os negócios do café, inclusive a remessa para as exportações.

O irmão João Lopes Fonte Boa (o futuro tabelião) deixara-o nos negócios. Foi submeter-se às provas de habilitação a titular do Cartório de 2º Ofício e Notas, realizado em Carmo do Paranaíba. Aprovado, João Lopes Fonte Boa tornou-se tabelião.

Sebastião Lopes Fonte Boa terminara sua casa de comércio, com residência anexa, situada à Rua Senador Levindo Ferreira Lopes, hoje Rua Bento Ferreira dos Santos. Fundava-se assim a "Casa Boa Vista"; a de Perobas passaria a filial dessa, em São Gotardo. Negócios de secos e molhados.

Foi eleito vereador pelo distrito de Perobas, sem vencimentos. Ficou rico por uns trinta anos. Porém com o estouro da Bolsa de Nova York, os negócios de café, assim como todos os outros, entraram em rápido declínio. Uma saca de café (60 quilos) que valia duzentos mil réis, passou a valer vinte e um mil réis.

Estourara a Revolução de 30. O Presidente Washington Luís foi preso e Getúlio teve sua posse garantida pelo Exército, como ditador. O café sem comprador começou a ser lançado ao mar ou queimado. Não havia para quem vender, e os estoques incomodavam. O governo não indenizou a produção de ninguém; o prejuízo foi de todo o povo, empregadores e conseqüentemente dos empregados, além do reflexo no comércio em geral. Quebradeira geral.

Sebastião Fonte Boa requereu concordata, mas pagou a todos os seus credores até o último vintém. Ficou com um terreno na Rua Tiradentes, adquirido ao Sr. Olímpio Gonçalves de Resende, onde construiu uma casa para morar. O Prefeito da cidade era o Sr. Bento Ferreira dos Santos, indicado em 1932, período da ditadura, ao Sr. Governador Olegário Dias Maciel.

Em 1933 falecia um dos irmãos, Antônio Lopes Fonte Boa e o outro irmão, Sr. Sebastião, já bastante abalado e enfraquecido fisicamente, afastou-se da política e dos negócios, limitando-se a uma vida familiar.

Entregou a representação do distrito de Perobas ao diretório municipal (PSD, curiango), que chamou o Sr. Adolfo Ribeiro Xavier, suplente de

Sebastião. Posteriormente com a mudança do Sr. Adolfo para Goiás, foi eleito o Sr. Pedro Bueno de Oliveira.

O Sr. Bento só foi demitido em 1946. As correntes partidárias agora com o Mal. Eurico Gaspar Dutra deixaram as antigas denominações de "curiangos e tesouras", e se puseram em campo sob as faixas a UDN, PSD, PRM, e outros. Como sucessor do Sr. Bento Ferreira dos Santos, o Sr. João Alves Franco, do PRM, foi indicado pela UDN local. Tão logo empossado foi exonerado, sendo nomeado agente executivo, prefeito, **o Sr. Sebastião Lopes Fonte Boa,** que foi empossado pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de São Gotardo, Dr. Gérson de Abreu e Silva, em meados de 1947.

A sua nomeação foi recebida por ele com grande surpresa, pois se achava afastado das lides partidárias há muitos anos. Além disso, com estado de saúde agravado. Como o ambiente era de luta, ele se fez pragmático, dentro dos princípios da verdade e tolerância. Trabalhou pela paz partidária, paz social.

Depois da posse do candidato eleito à Presidência da República, Mal. Eurico Gaspar Dutra, Sebastião Fonte Boa escreveu-lhe pedindo a construção de casas populares na cidade, bem como outras reivindicações, como prefeito apartidário, nomeado transitoriamente por um governo de exceção. O Governador Milton Campos duas vezes recusara-lhe o pedido de exoneração.

Faleceu em junho de 1949. Só assim terminaria sua vida política.

Rua Prof. Maria Coeli Franco de Lima

Esta rua tem início na Avenida Presidente Vargas; cruza as Ruas Cel. Fonte Boa, Cel. Frederico Coelho e Olympio Gonçalves de Resende; faz duas curvas muito fortes para contornar o Estádio Olavo Bilac de Resende e termina na Rua Randolfo da Silva Prados, que vai em direção à Estação Rodoviária.

Nela situa-se o antigo *Hospital Municipal*, desativado, além de *vários outros departamentos municipais*, variados e inconstantes; o *Estacionamento Erotides Batista*, *Cartório de Notas do Zé Isaac*, o *IEF* e o *Estádio Olavo Bilac de Resende*.

A palavra Coeli vem do latim *coelum* que significa céu. Coeli é caso genitivo, de coelum, e quer dizer "*do céu*". É como se ouve na igreja e nas rezas, em se referindo a Nossa Senhora. Dizer *Regina Coeli,* isto é, *Rainha do Céu.*

Já que estamos abordando cultura popular, a pronúncia correta da palavra *Coeli* é como se pronuncia Tcheco-Eslováquia (tcheco), e não Coeli, como se estivesse lendo e pronunciando "coelho", muito menos Coelí, oxítona. Não fica bem e é simplesmente horrível e agressivo ao ouvido ouvir, de uma pessoa de certo nível cultural, esta pronúncia aportuguesada, de muito mau gosto. São as alterações do currículo escolar. Aceitável, no entanto como último recurso a pronúncia *ce-li,* como se lê a palavra *cela.*

A verdade é que o latim fugiu até da Igreja, onde não se ouve nem citações em latim. O esquecimento e o desinteresse literário vão, por negligência, tomando conta de conhecimento.

A Professora Maria Coeli Franco de Lima nasceu em 26 de março de 1924 e faleceu em junho de 1966, aos 42 anos de idade. Filha de José da Cruz Franco (Juca Franco), já falecido e de D. Maria Montandon, com seus 96 anos, que ainda é viva e lúcida. Foi irmã do Bastião Franco, cancioneiro famoso, do Dr. Dé Franco e Teresinha Franco, residentes em Belo Horizonte e de Hebe Franco, também uma líder do ensino em São Gotardo, fundadora e construtora da "Escola da Hebe", à Avenida Erotides Batista. O nome dessa escola foi depois mudado para Escola Estadual José Caetano Ribeiro.

Casou-se com Dr. José Vieira Lima, já falecido, que veio de Eugenópolis, MG. Ele exerceu a promotoria em São Gotardo durante toda

sua vida profissional. Nunca aceitou promoções que lhe fossem oferecidas, preferindo passar toda sua vida em São Gotardo, de onde realmente nunca se afastou.

Tiveram dois filhos: José Eduardo Franco de Lima, que também exerceu a promotoria entre nós, falecendo prematuramente aos 48 anos, em 1997 e Manoel Antônio Franco de Lima, o Pito.

A Professora Maria Coeli Franco, durante toda sua vida profissional, dedicou-se ao ensino primário, como professora em São Gotardo e faleceu antes de se aposentar.

Como era uma pessoa de grande penetração social, de excepcionais aptidões no relacionamento e, principalmente, de muito conceito social, tinha por característica aumentar, sempre, a roda de amigos e era incapaz de criar animosidades com suas amizades.

Durante alguns dias exerceu o cargo de Diretora do Grupo Escolar Conselheiro Afonso Pena. Com sua maneira de ser, primando por uma conduta de bondade e nobreza de caráter, tinha naturalmente propensão a fazer sempre novas amizades e não colocá-las em jogo, mesmo se tirasse vantagens monetárias com promoções a que tivesse direito e não exigidas por ela.

Desistiu de uma promoção a que tinha direito, preferindo que pusessem outra funcionária diretora no seu lugar, procurando evitar, deste modo, a possibilidade de criar atritos com as subalternas, suas amigas.

Em conseqüência de sua grande bagagem cultural e para nós de bondade, sentimos-nos orgulhosos de ver o seu nome, também, em um estabelecimento de ensino, Escola Supletiva Maria Coeli Franco, situada à Praça São Sebastião, nos fundos do Prédio Amarelo e numa placa de uma rua importante.

Rua Rio Paraná

Se alguém, ao passar pela Rua Rio Paraná, perguntar aos seus moradores alguma coisa sobre este rio, possivelmente receberá a resposta comum a todos os moradores de outras ruas de São Gotardo; "Nada sei a respeito", ou é "Um rio lá pelas bandas do Estado do Paraná". Isso não seria nenhuma novidade. Certamente, também, nenhum morador daquela rua citará a importância hidrográfica, econômica ou histórica daquele rio.

Grandeza mineira – Seria justo falar em grandeza mineira para o Rio Paraná ou muita pretensão? Não; porque o Rio Paraná tem suas origens em Minas Gerais, por que não dizer, aqui bem pertinho de São Gotardo com o Rio Paranaíba, seu principal componente. Nossa cidade está situada na região geográfica oficialmente chamada Alto Paranaíba, que, como seu próprio nome indica, é a região da nascente do Rio Paranaíba. Portanto, temos uma parte naquele complexo formando o Rio Paraná. Outro importante componente do Rio Paraná também é um rio mineiro, o Rio Grande.

O Rio Paraná tem grande importância geográfica, porque quem já cumpriu a obrigação de ir lá no nariz de Minas Gerais e ver o encontro dos dois rios mineiros, o Paranaíba e o Grande, não poderá deixar de ficar fascinado com a beleza panorâmica e o significado econômico, para não dizer histórico, daquele fenômeno geográfico: o encontro daqueles dois rios que correrão dali para frente com um novo nome, Rio Paraná, um dos maiores e mais importantes rios do mundo.

O Rio Paraná, naquele local de encontro dos Rios Grande e Paranaíba, já está represado, poderíamos dizer que ele já nasce represado. É a represa de Ilha Solteira, que forma um fantástico potencial de reserva hídrica para ser transformado em elétrico, na usina hidroelétrica de Ilha Solteira, da CESP. O encontro desses dois rios mineiros forma algo parecido com um grande lago, que a gente somente sabe o sentido para onde correm as águas por dedução.

Cerca de 500 metros abaixo do encontro desses dois rios, portanto, por cima do lago, foi construída uma ponte ligando os Estados

de São Paulo e Mato Grosso. De cima dessa ponte pode-se vislumbrar um acidente geográfico muito bonito e importante, que é o visual do encontro de três Estados, separados pelos Rios Paranaíba e Grande: Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo. Lá tudo é grandioso; quando não emocionalmente, o é pela amplidão.

Essa ponte mede 3800 metros de comprimento. Para se ter uma noção de sua extensão, ligue-se mentalmente por uma ponte que vá do alto de São Gotardo até as instalações da subestação da Cemig, indo para Matutina. Muito maior que a Ponte da Amizade, ligando o Paraná ao Paraguai, também sobre o Rio Paraná, em Foz do Iguaçu.

A engenharia, usando uma tecnologia moderna, construiu sobre os mesmos pilares através do Rio Paraná, uma ponte de dois pavimentos, em que o piso superior é destinado ao transporte rodoviário e o outro, inferior, ao ferroviário. Ela liga o Estado de Mato Grosso ao de São Paulo. Aquela ferrovia é chamada *Ferronorte* e tem a finalidade precípua de trazer soja do Mato Grosso para as indústrias de óleo em São Paulo.

Dirigindo-se ao Sul, chega-se à cidade de Foz do Iguaçu, talvez a uns quinhentos quilômetros rio abaixo. Uma cidade brasileira separada da cidade paraguaia Ciudad Del Este, pelo mesmo Rio Paraná. Juscelino Kubistchek construiu a Ponte da Amizade, ligando as duas cidades. Ambas têm cerca de 400 mil habitantes.

É essa Ciudad Del Este, que tem um grande intercâmbio comercial com o Brasil, de onde vêm os chamados artigos "do Paraguai", que são comercializados em todo o país; artigos de qualidades discutíveis. Só se deve transpor aquela ponte com destino ao Paraguai, por necessidades comerciais, porque como turismo só se vai uma vez, a primeira.

Maravilha para o mundo ver – Uma Babel no Brasil – Nos arredores da cidade de Foz do Iguaçu, ainda nos seus subúrbios, fica a Usina de Itaipu. A Usina de Itaipu é a maior geradora em kilowatts em todo o mundo, atualmente, com 12,6 milhões de kilowatts, mas, a partir de 2001, passou a gerar 14 milhões, em cumprimento a um projeto de instalação de duas novas unidades geradoras.

O lago de Itaipu, à montante da barragem, não é notável pela sua extensão, mas o seu volume de água é grandioso, sustentado que é, pelas águas de rios enormes que nele caem, que são o Rio Paranaíba, Grande, Paranapanema, Tietê, Tibagi, Ivaí, Piquiri e tantos outros. Há lugares em que o lago apresenta 150 metros de profundidade, profundidade de mar!

A Usina é binacional, construída em parceria do Brasil com o Paraguai. O Paraguai consome apenas 5% da energia produzida em Itaipu; o excedente é comprado pelo Brasil, e representa 25% do consumo do mercado brasileiro. Cerca de 1.500 turistas de 16 diferentes nações do mundo visitam *diariamente* a usina. A língua menos falada lá, proporcionalmente, é o português. É uma Babel no Brasil.

Há certas visões no Brasil, que incitam dentro da gente, um sentimento patriótico, de brasilidade, de orgulho de nossa cidadania; dá-nos uma sensação de soberania, de potência, vendo aquela multidão de gringos do Primeiro Mundo se curvarem perante o nosso Terceiro Mundo. Mas quando se pensa no que temos em nosso Congresso Nacional, vemos nossos sentimentos de brasilidade entrarem por tubulões semelhantes àqueles da Usina de Itaipu. Se algum estrangeiro, entusiasmado com nossas coisas, lhe perguntar sobre aquele ninho de pilantras em nosso Congresso, finja que não os conhece. Procure não se estressar durante um descontraído passeio turístico.

***Knock-down* na Ecologia** – O homem, ao transformar a natureza pela ciência e tecnologia para seu uso e bem estar, sua evolução ou necessidades, às vezes comete bárbaros crimes contra ela. É o caso das grandes barragens das usinas hidroelétricas, que podem agredir ou degradar o meio ambiente, destruir as belezas naturais, cidades, monumentos, terras de produção agrícola de alta qualidade, pastagens e outras benfeitorias; enfim, uma agressão violenta ao ecossistema.

Quando se pensa que o homem, ao aparecer na natureza, não passava de um parasita a mais, vivendo em absoluta paz com ela, um dia, para desgraça de ambos, inventou um tal machado de pedra, com o qual passou a agredir a natureza e mudou por completo suas relações amistosas.

Uma conseqüência dessa inimizade criada foi esse hediondo crime ecológico: a inundação do Salto das Sete Quedas, no Rio Paraná, com a construção da Usina de Itaipu. O inventor do machado de pedra conseguiu sufocar, matar afogado, aquele monstro de cataratas ao construir a represa no Rio Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, para a instalação da Usina de Itaipu.

Ficamos sem essa maravilha ecológica, conhecida e admirada pelo mundo inteiro. Foi uma obra do governo militar, da ditadura. Ninguém falou nada: nem a fauna nem a flora, nem a soja. Houve um protesto formal, porém, abafado, moderado e fingido de não visto, das entidades ecológicas.

De qualquer maneira, a Usina de Itaipu é uma usina de causar orgulho a qualquer brasileiro e inveja a qualquer estrangeiro. Em 1985, a Sociedade Americana de Engenharia Civil (ASCE) mandou seus técnicos ouvirem engenheiros de todo o mundo e baseada nesses depoimentos, classificou a Usina de Itaipu como uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, construídas pelo homem. É uma coisa espantosa, maravilhosa.

A gente vê de perto, 12 tubos, que levam água do reservatório para mover as turbinas. Cada tubo tem 10 m de diâmetro, suficiente para entupir uma de nossas ruas. Para se ter uma idéia, o volume de águas do Rio Iguaçu daria para encher somente um e meio daqueles tubulões.

O chuveiro dos guaranis – Vizinhas de todas essas maravilhas artificiais citadas, estão umas das coisas mais bonitas que já vi na natureza. Desculpem-nos, se desviamos um pouco do nosso objetivo histórico que é São Gotardo, mas seria acovardar-nos ao ver e não citar esses fenômenos majestosos, calarmos perante tanta exuberância da natureza brasileira. Na fisiologia filogenética, o homem aprende a falar porque ouve; caso contrário, ficaria mudo. Precisamos contar o que vemos ou o que sabemos, para que outros possam aprender e falar sobre nossa exuberante natureza e suas riquezas.

Essas belezas, às quais nos referimos, são as cataratas do Rio Iguaçu. Iguaçu que significa "água grande".

O Rio Iguaçu nasce no Estado do Paraná e corre para Oeste, em direção ao Rio Paraná. No seu curso ele divide o Estado do Paraná com a Argentina, numa extensão de 70 quilômetros. Cerca de 15 quilômetros antes de desembocar no Rio Paraná, ele apresenta ao mundo as maravilhas chamadas *Cataratas do Iguaçu*. O Rio Iguaçu não cai no lago de Itaipu; deságua para baixo, cerca de 15 quilômetros.

É um dos centros turísticos naturais mais freqüentados do mundo. Lá dificilmente se ouve um diálogo em português entre os turistas; só dá estrangeiro. Em ordem decrescente, segundo fui informado, os turistas, pela freqüência e pela vizinhança, são argentinos; depois alemães e americanos.

O sistema de saltos das Cataratas do Iguaçu se compõe de 270 cascatas (duzentas e setenta!), com altura média de 82 metros e com cerca de 4 quilômetros de largura. Sim, quatro quilômetros de cachoeiras. É uma coisa fenomenal!!! Uns americanos nos disseram que as Cataratas de Niágara, no Rio Niágara, nas fronteiras com o Canadá, nada significam frente à majestade das Cataratas do Iguaçu.

Na história do Rio Paraná sempre correu sangue – O Rio Paraná tem que ser abordado também pelo seu valor histórico. Para muitos dos geógrafos, a maioria dos rios são apenas veículos transportadores de sedimentos para formar aluviões e riquezas, cenários de guerras ou meros limites mudos entre nações. Mas na visão dos historiadores eles são veículos de cultura, e quantas vezes, testemunhas de grandes acontecimentos históricos.

Comumente existem rios cujas margens urbanas sempre foram locais de encontros de cientistas, artistas, poetas, políticos, muitas vezes, berços de erudições e de acontecimentos que mudaram ou que podem mudar o sentido da humanidade, com idéias que brotaram dos seus leitos ou de suas margens. Podem ser edificadores da própria vida ou destruidores.

Imaginem o cenário nos barrancos do Rio Danúbio, com príncipes, poetas, artistas, políticos, cientistas, músicos, entre eles Beethoven, Einstein, Goethe, Gutemberg, Keppler, Lutero, Sigmund Freud, Adolf Hitler. Todos eles conheceram sobejamente o Rio Danúbio, em Viena, cujas margens foram um terreno fértil para a criação de idéias, um museu da cultura européia, que para o bem ou para o mal (Hitler) testemunharam um mundo moderno, assim como os Rios Sena, Volga, etc, etc.

O Rio Paraná foi um palco importante para fatos históricos na vida de todos os brasis: colonial, imperial e republicano. Participou da história colonial porque lá se estabeleceram as importantes missões jesuíticas visando à catequese dos índios guaranis, nos séculos XVI e XVII, numa faixa de terras onde não se sabia bem o que era Brasil ou Espanha, e foram levando para bem longe as fronteiras do Brasil.

Em conseqüência dessas missões, também chamadas *reduções*, os bandeirantes para lá se dirigiam, a partir do litoral paulista, para prear índios. Os jesuítas, involuntariamente, juntavam e amansavam esses índios para os bandeirantes prenderem e trazerem para trabalhar como mão-de-obra escrava, nas lavouras do litoral paulista.

Nessa atividade de interiorização, os bandeirantes também levaram mais para o oeste as fronteiras do Brasil, mal limitadas na época, empurrando para trás a colonização espanhola no Centro-Sul da América do Sul. Indiretamente, para isso, contribuíram os jesuítas em suas missões que, mais tarde, custaram-lhes o pescoço.

Palco de heróis - O Rio Paraná foi um palco de lutas de enorme importância histórica no período imperial, quando o Brasil, em guerra com o Paraguai, teve que usá-lo para alcançar o Rio Paraguai por onde subiram as tropas e frotas brasileiras para destruir as fortificações militares paraguaias em Humaitá. No leito do Rio Paraná, naquela guer-

ra, aconteceu a Batalha de Riachuelo, em 1865, comandada pelo Almirante Barroso, quando a esquadra brasileira heroicamente aniquilou a armada paraguaia e seu ditador Solano Lopez.

No período republicano, sua grande importância econômica e histórica foi a construção das grandes usinas hidroelétricas de Ilha Solteira e Itaipu.

Acalmai-vos, irmãos – Vamos traçar um quadrilátero no Oeste do Estado do Paraná, que corresponda a mais ou menos 2/3 de sua área atual e que tenha um de seus lados representado pelo nosso Rio Paraná. Esse quadrilátero terá por borda superior o Rio Paranapanema, numa extensão de mais ou menos 400 quilômetros, que divide os Estados do Paraná e São Paulo. No seu bordo inferior o Rio Iguaçu, com uma extensão de mais ou menos 400 quilômetros em direção ao Rio Paraná. O bordo esquerdo é representado pelo Rio Paraná numa extensão de mais ou menos 500 quilômetros, que, mais ou menos em sua metade, próximo à foz do Rio Piquiri, apresentava os Saltos das Sete Quedas. E para fechar o quadrilátero, o seu bordo direito é formado pelo Rio Tibagi, o mais importante afluente do Rio Paranapanema. Todos esses rios são afluentes do Rio Paraná.

A "capital" desse quadrilátero foi Guaira, um povoado habitado pelos índios guaranis, de cujas malocas se ouviam as sete sinfonias dos Saltos das Sete Quedas. Possivelmente os índios diferenciassem o som de cada uma, como o violeiro distingue e harmoniza os sons de cada corda de seu violão.

Era uma natureza virgem, como Deus entregara ao homem, sem represas, sem usinas, sem pontes, sem plantações e sem o MST. Esse quadrilátero é composto de terras ubérrimas, onde hoje se pode viajar 500 quilômetros adentrando plantações de soja e milho. Lá viviam centenas de milhares de índios guaranis, caçando às margens dos rios, fazendo suas fogueiras um pouco afastados das cataratas, para que os respingos não prejudicassem o fogo. Assentados ou deitados, após as refeições, certamente dormiriam embalados pelo cântico das cataratas, rios e cachoeiras, guinchos, uivos e urros de seus companheiros de selva. Tudo era natureza dada por Deus.

Os jesuítas já haviam iniciado um processo de aldeamento e missões dos índios na região, de catequese, em ambas as margens do Rio Paraná.

Eles não procuravam outra coisa, senão a catequese e cristianização dos índios. Não se preocupavam com minas de prata do lado espanhol, as culturas de cana-de-açúcar e as minerações do lado português. Estabelecendo-se às margens do Rio Paraná, achavam que estivessem longe da cobiça material daquelas duas nações.

Ocupavam os jesuítas uma imensa região no interior do continente, com territórios do Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. Lá, eles catequizaram cerca de 50 mil índios nos princípios dos 1600. Os jesuítas tinham como objetivo construir uma grande nação indígena, controlada pela Companhia de Jesus, que fosse desde a Região Amazônica até o sul da Argentina. Foi um sonho jesuítico, que durou somente dois séculos.

Lá, viviam e trabalhavam tranqüilos... Até que certo dia apareceram por lá alguns indivíduos vestidos com roupas de couro, chapéus de abas largas, com armas nas mãos, acompanhados por centenas de outros, cujo tipo os guaranis e jesuítas chegaram a identificar como os tupis, seus inimigos, também portando armas.

Estavam esses indivíduos à procura de índios, para escravizar. Aprisionavam tribos inteiras, que eram barbaramente castigadas para que reconhecessem sua inferioridade bélica e eram levados para onde eles nem sabiam. Essas cenas se repetiam cada vez com mais freqüência; era o início da dizimação dos índios das margens do Rio Paraná, pelos bandeirantes. Todo aquele trabalho jesuítico foi destruído pelos bandeirantes, cuja personagem central foi Raposo Tavares, o cruel preador de índios.

"Che", para presidente – Aquela região Oeste do Paraná, hoje, é de enorme importância na produção de cereais para o Brasil. Viajando pelas margens do Paranapanema e pensando nas missões e reduções indígenas, feitas pelos jesuítas naquela região, destruídas pelos bandeirantes, ali, nas margens de todos aqueles rios, que fluem para o Rio Paraná, sentíamos e comentávamos com nossos companheiros, sobre a pujança da região e de seus altos níveis tecnológicos, usados para a produção de cereais. Ali estava o celeiro do Brasil.

De repente, numa curva, deparamos-nos com um enorme pôster da cara de um indivíduo barbudo. De relance achei que conhecia aquele personagem; aquela cara não era estranha para mim. Depois do susto, vi que conhecia, realmente, pois era Che Guevara, encimando um letreiro com caracteres de cimento, com mais de um metro de altura, onde se lia *"Assentamento Che Guevara"* . Chocou-me, profundamente, aquela intromissão alienígena. Por que o Che e não um brasileiro?

Em toda a região tremulavam bandeiras vermelhas, que inicialmente achei que fossem para espantar pássaros-pretos das roças, mas não vi ninguém trabalhando, muito menos roças. A realidade era outra; o pôster era do "*Che*", representante de Fidel Castro na América Latina, cabeça de ponte de um plano para a instalação do comunismo entre nós, um sistema político já implodido, nos países avançados do Primeiro Mundo. Aquelas bandeiras vermelhas ali fincadas eram as bandeiras de Cuba e da Rússia,

em território brasileiro; não eram para espantar pássaros-pretos. Era a lamentável presença dos Sem-Terra.

O MST consegue virar a filosofia de cabeça para baixo – A filosofia do trabalho diz que o homem é, pelo que faz e principalmente, como faz. Existe a lei do progresso; ou o povo persegue, institui e adota a tecnologia ou cai no subdesenvolvimento. Ficar fora da tecnologia é marginalizar-se. Prova o materialismo histórico, que alguns povos evoluíram e continuaram liderando e dominando os outros, porque investiram alto na tecnologia, instituindo um modo de produção de altos níveis, como única maneira de levar o homem a realizar suas grandes metas.

No Brasil, o MST está virando essa filosofia da produção de cabeça para baixo. Estão, sob pressão, exigindo do governo brasileiro a retirada da produção com alta tecnologia agrícola das mãos de empresários e técnicos para entregar para eles que nunca tiveram notícias de agricultura. Sempre soubemos que, para se produzir alimentos em grande escala, é necessário adotar uma tecnologia avançada.

Como então poderá o Governo aceitar tirar a produção agrícola, produzida com alta tecnologia, portanto, produzindo em grande escala e entregá-la a esses baderneiros do MST, ex-campeões da maratona sobre a Ponte da Amizade, que viviam de vender produtos do Paraguai ou até fugitivos da Justiça? Vejam as fotos dos Sem-Terra, quando obstados e presos, sempre tapando a cara. Para que? Temendo ser reconhecidos por algum agente policial, que poderia estar no seu encalço?

Inúmeros de seus componentes dizem que participam daqueles bandos porque não arranjam emprego, quando, na realidade estão é fugindo do trabalho, financiados que são, para formar um exército de desordem a serviço de ideologias de esquerda.

Com martelos e foices, símbolos dessa ideologia, desajeitadamente, invadem, destroem, matam, incendeiam, exigindo terras para trabalhar e produzir! Eles nunca plantaram um pé de couve. Não conhecem terra, não sabem para que serve esta ou aquela qualidade de terra. E a tecnologia?

Afinal, o MST não quer terras. Seria um paradoxo se quisesse, porque estaria contradizendo sua filosofia terrorista. Sua luta dá nítida idéia de uma luta por terra para trabalhar; mas é apenas acobertada por esse lema: "Movimento dos Sem-Terra". Na realidade, sua luta não é por terra; é uma luta ideológica, cuja meta é a tomada do Palácio do Planalto, seguindo as orientações e experiências de Fidel Castro, que promoveu esse movimento a partir da zona rural para a urbana; fez isso em Cuba, exatamente a mesma rota que traçou para se fazer no Brasil...

Nunca achamos que eles estivessem fazendo uma manifestação democrática, de direito de expressão, de cidadania, como querem alguns teóricos do movimento e que estivessem arbitrariamente sendo rechaçados à bala. A atuação deles é de agitação terrorista.

Digam aos companheiros que eu fico – O MST não quer nada com terra. A invasão de fazendas é apenas uma demonstração do poder de guerrilha, de política ideológica. Estão cansados de saber, em sociologia política, que a aquisição de terras pode ser prejudicial ao movimento, porque uma vez estabilizado, o camarada recém-assentado, agora proprietário, que tomou de alguém um pedaço de terra, irá abandonar o movimento. "Digam aos companheiros que eu, agora, fico". É uma ação contraditória e prejudicial à filosofia do MST. Poderá, paradoxalmente, minar a sua ação ideológica.

Quem gosta de terra é tatu – A atuação rural é apenas um aviso de que estão levando em avalanche sua ação revolucionária em direção às zonas urbanas. A fase rural já está cumprida, conforme a mídia. Não querem terra. Afinal, fazer o que com ela? Quem gosta de terra é tatu. Avisam ao governo, submisso e incompetente para contê-los, que sua meta é a tomada de Brasília e, por isso, estão indo em sua direção, passando antes, por outras capitais.

Com exceção das cúpulas, com pós - graduação em Economia Política e outras ciências sociais, até Teologia, que estudaram o treinamento de guerrilhas internacionais, o grosso do movimento deve ser composto de gente de toda classe, desde que assimilem as teorias da ideologia, para os quais não será exigida uma carteira de agricultor.

É evidentemente fantástica a organização militar, guerrilheira que possuem. Se no século XIX tinham Marx e Lenin como filósofos teóricos do movimento comunista, hoje eles têm também vários filósofos para orientar sua organização, com um organograma de invasões cuja sistemática, digna de admiração, nunca poderia partir daquela massa informe, heterogênea e ignorante dos Sem-Terra. Eles são apenas mercenários financiados.

Deus e o Estado precisam ser destruídos – Se o MST, que segue rigorosamente a teoria marxista, não aceita o Estado como um órgão de organização política e mantenedor das normas sociais, não poderá aceitar ou obedecer às leis que são promulgadas por ele. Situa-se em plena faixa de desobediência civil.

Sob os olhares complacentes de presidentes e governadores, invadem, desrespeitam e depredam as instituições públicas ou privadas, cientes

de sua imunidade; nem tomam conhecimento da Constituição, que protege a propriedade privada no regime político republicano, democrático e constitucional, em que vivemos e trabalhamos.

Se não acreditam em Deus e também consideram a religião apenas como um ópio do povo, segundo a teoria marxista, também não podem acreditar ou obedecer às leis divinas. O ópio do povo para eles é a catequese ideológica, calcada a cada momento na cabeça deles. Se seus chefes são ateus, eles têm que seguir seus dogmas.

Quem banca o MST? – "Deus e o Estado", alguém disse. Cremos, no entanto, que Deus não tem nada com isso. Embora alguns segmentos da Igreja estejam comprometidos com esse movimento ateu, não são todos, dentro dessa distorção da Igreja.

Se, para eles, Deus e o Estado precisam ser destruídos, como podem as autoridades eclesiásticas ampará-los? Logicamente, além desses, eles são financiados por organizações internacionais das quais faz parte o Movimento dos Sem-Terra, no Brasil, que recebe uma ordenação ideológica, guerrilheira e financeira para a luta armada.

Mas aqui dentro, no Brasil, têm um apoio indispensável de duas entidades. Uma delas, os Bispos e Padres da Igreja Católica petista, da ala progressista, que de repente, passaram a dar total apoio à instalação de uma república socialista comunista no Brasil, com destruição da burguesia, embora saibam (supõe-se que devam ter estudado Teologia e Humanismo) que a doutrina comunista nega e não aceita a intervenção de Deus em sua atuação. Puseram Deus de lado e trocaram-no por uma ideologia atéia.

Mesmo assim, apesar das declarações de algumas lideranças do MST, de terem participado de um passado de assaltos à mão armada, assassinatos, assaltos a bancos, seqüestros, lá estão *alguns* Bispos nos seus acampamentos, abonando suas marchas. Lá, onde ninguém quer saber de missas ou sacramentos. Alguns Bispos e Padres chamados progressistas, logicamente nem todos são agitadores, estão lá dando um apoio incondicional ao Movimento Sem-Terra, inimigo de Deus e da Pátria.

Evidente que as ideologias do MST e da Igreja de Cristo são conflitantes; elas não podem andar de mãos dadas. Cristo pregou o amor, a paz e condenou o ódio: "Ama ao teu próximo com a ti mesmo". O MST prega o ódio, a violência, a destruição: "Operários de todo o mundo, uni-vos". Eles são convocados e claramente incitados a promover uma revolução sangrenta, para a destruição das classes diretoras. Pregam o desrespeito à vida: guerra é guerra.

A Igreja Católica, com pronunciamentos até de humildade, externou pedidos de desculpas à humanidade, através do Papa João Paulo II. Felizmente, já apresentava sinais evidentes de reparação, de curas das feridas que trazia da Idade Média, que exigiram mais de 10 séculos para serem sanadas. O Bispo Torquemada é considerado o quinto maior algoz da humanidade como chefe da Inquisição. Agora os bispos, Balduínos e Casaldaglias, querem abrir novamente aquelas feridas.

A outra entidade de apoio aos Sem-Terra é o Estado, apesar deles considerarem-no inimigo irreconciliável. São os deputados assentados no Congresso Nacional, ganhando rios de dinheiro por seus cargos e propinas. São os representantes do povo perante o Estado. São o Estado. São corruptos "fazedores"de leis, são os legisladores do Governo Democrático da República dos Estados Unidos do Brasil. São os responsáveis pelas legislações que nos dão direito a uma soberania internacional, para a manutenção de uma nação livre, forte, soberana e independente!!! Mas,,eles, os deputados comunistas, são na realidade, os chefes subreptícios daquele movimento desestabilizador do Estado.

Foram eleitos pelo povo, estão no Congresso Nacional Brasileiro e, no entanto, lutam com unhas e dentes para a implantação de uma ideologia estranha aos nossos costumes, ao nosso regime político, a nossa soberania, que nega até nossa formação cristã. Como agentes internacionais da ideologia do MST, apoiam e buscam apoio financeiro para esses invasores modernos, para promoverem desordens pelo interior e para fazer uma revolução "que tem que ser sangrenta (com muito sangue), como único meio de tomar o Estado da burguesia brasileira e instalar um governo de ditadura comunista", conforme o catecismo que esse deputados pregam até pela mídia. É só ler, ver e ouvir. Não têm pudor nem respeito cívico em suas declarações.

Sua meta é destruir o Estado como instituição política, cuja finalidade, segundo eles, é servir de arma aos dominantes para dominarem os oprimidos. Estado que eles querem um dia em suas mãos para se tornarem dominantes. Para fazerem como fizeram na Rússia, China, Coréia do Norte e Cuba, onde instalaram as mais terríveis ditaduras conhecidas na História em nome da igualdade e, que, apesar disso, continuam pregando uma democracia operária ideal. Ainda acham quem acredite e aceite isso.

Alguém do meio deles estará vigiando aqueles que são pagos para fazerem aquelas pontas de filmes, que engrossam o movimento dos Sem- Terra, aqueles que desajeitadamente carregam as foices e enxadas, como símbolos de sua cúpula; mas podem eles estar certos de que só servirão enquanto puderem servir de instrumentos para tomada de poder. Os altos dirigentes comunistas

sabem como persuadir aquela arraia miúda amealhada em sua composição, para que adquiram e continuem com fé nas aspirações políticas congregantes do movimento. Para não haver desagregação.

Deputados catequizadores, que pregam a ideologia comunista das tribunas de nosso Congresso e pela mídia, defendem perante o público a nossa submissão ao comunismo cubano. Deputados portando bandeiras vermelhas, que certamente não são as bandeiras de nossa soberania, da nossa independência, da democracia. Mas se é um Congresso que abriga facínoras, traficantes de drogas, assaltantes, assassinos e torturadores (vide a mídia), chefes de *gangs* formadas para assaltos, roubos e assassinatos, porque este Congresso não poderá abrigar também os apátridas que formam tal movimento, cheio de maus caracteres?

Todo bandeirante tem catinga de sangue - São esses os novos bandeirantes do século XX, às margens do Rio Paraná. Os bandeirantes dos séculos anteriores visavam, embora, também de maneira desumana, mas consciente, à construção de uma pátria. Não pensavam em destruí-la.

Brasileiros de chapéus de abas largas, que fincaram plantações, construíram cidades e com as matrizes indígenas que aprisionavam fizeram uma miscigenação, construíram uma nova raça, afinal, construíram uma pátria, uma etnia. Asseguraram a soberania da Colônia brasileira, e expandiram nossas fronteiras. Um Brasil feito por brasileiros, que embora submissos como colonos, já planejavam sua soberania. Não uma submissão a Cuba ou Rússia, como pregam esses atuais bandeirantes, que usam boinas em vez de chapéus, porque não precisam de proteção contra o sol.

Há que se temer pelo futuro político e social de nosso país. Antevê-se uma guerra civil abertamente planejada e propagada, já em execução. Uma revolução de grandes proporções, se nossos governantes continuarem insensíveis, apáticos, displicentes ou medrosos perante um problema social de tamanha gravidade, que preocupa todo o país e que mostra tendências a aumentar. É preciso impedir o rolar dessa bola de neve. Alguém disse com muita propriedade: "Ou o Brasil acaba com os Sem-Terra ou os Sem-Terra acabam com o Brasil".

Rua Rochael Francisco Alves

O Sr. Rochael nasceu em fevereiro de 1873. Conheceu até a 4ª geração. Casou-se aos 28 anos com D. Verônica Maria de Jesus. Tiveram 12 filhos.

Morava nos Coqueiros, onde tinha pequena propriedade.

Seu modo de ganhar a vida foi carreando. Ia sempre com seu carro de bois até Abadia, hoje chamada Martinho Campos, que fica entre Pompéu e Bom Despacho. Lá pelos 1920 não havia transporte rodoviário, nem estradas.

Os materiais básicos como sal, querosene (vinha em latas de 20 litros, duas latas em cada caixote; era o querosene *Jacaré*), arames, tecidos, ferragens, bacalhau, medicamentos para farmácias, etc, vinham pela estrada de ferro, Rede Mineira de Viação Oeste de Minas, em que um dos pontos finais era em Bom Despacho.

Na viagem de ida, levava-se toucinho, rapaduras, café em grãos, cachaça do Zé Franco (Sr. José Alves Franco) e outros produtos de nossa região.

De nossa região, ia-se para Martinho Campos pela Fragata ou Gordura, atravessava-se o Indaiá, de vau. Partindo-se de nossa região, Abadia fica a uns 30 quilômetros, depois da cidade de Abaeté, a 140 quilômetros de São Gotardo, portanto, cerca de 25 léguas.

Poder-se-ia também buscar esses materiais em Ibiá, outro ponto terminal de estrada de ferro que servia nossa região. Posteriormente também passou-se a buscar na Barra do Funchal, quando a estrada de ferro chegou até lá. Isso em torno de 1928, uns 10 anos depois de Abadia e de Ibiá.

Com o surgimento dos caminhões de transporte, que chegavam a transportar cerca de 2000 quilos, esse movimento de carro de bois ficou superado. Vejam a tecnologia. Desempregou milhares de pessoas, mandou milhares de bois para o frigorífico de Barretos e os carros de bois ficaram desvalorizados.

O Sr. Rochael morreu com cerca de 100 anos, e morou ultimamente com seu filho Sebastião Rochael. A ele São Gotardo deve um pedaço de sua história. Ele viveu períodos diversos de nossa história, participou de tecnologias diferentes pelas quais continuamos a passar, que foram

transformadoras de nossas realidades. Foi um homem-história, dentro da sua, ao que nos parece, humildade.

A Rua Rochael Francisco Alves fica no Alto da Bela Vista, Papagaio, no seu ponto mais extremo; depois dele é um pasto. Rua pequena, de um quarteirão, que liga Rua Padre Ziquinha à Rua Papa Pio I.

Rua São Pio X

A Rua São Pio X tem início às margens do Córrego da Confusão, região ainda não urbanizada, portanto não construída. Toma direção ascendente, terminando na Avenida Erotides Batista.

No seu percurso cruza, de baixo para cima com: Rua Borges, Avenida Rio Branco; Moacyr Franco; João Alves Franco; Tab. Antônio Melgaço; Avenida Ruy Barbosa; Av. N.S de Fátima; José Alves Franco; Pedro Bougleaux; José Gonzaga Muniz; Prefeito Sebastião Fonte Boa. Termina na Avenida Prefeito Erotides Batista.

. É uma rua com numerosos estabelecimentos comerciais de naturezas diversas. Nela situam-se a *Escola Estadual São Pio X*, *Magazine Souza, Farmácia Saúde e Vida*, a firma *Papel e Cia*, *Açougue e Mercado do Zé Niquinha* (Bueno), *Varejão 33*, de Mr. Tetsuo e outros estabelecimentos comerciais.

São Pio X, o Papa Giuseppe Melchior Sarto, nasceu na Itália em 1835. Foi eleito Papa em agosto de 1903. Um dos papas mais conservadores, ao tomar posse não deu satisfações às reformas sociais iniciadas pelo seu predecessor. Dedicou-se somente aos problemas apostólicos e à defesa do catolicismo romano.

Atuou com grande repressão ao Modernismo, que era um movimento intelectual visando a evolução social, que buscava reinterpretar a tradição católica em discussões filosóficas e históricas do século XVIII, século do Iluminismo, o século da razão; da busca das verdades na ciência do século XIX, na realidade que punha em cheque os dogmas da Igreja Católica Romana.

Interessou-se mais pelas reformas litúrgicas. Instituiu os cantos gregorianos e proibiu os cantos leigos nos serviços religiosos. Nada poderia se modernizar.

Interrompeu as reformas sociais iniciadas por seu antecessor, tornando-se um Papa essencialmente conservador, como a maioria deles.

Foi considerado o Papa da Eucaristia, porque, entre outras coisas, permitiu que as crianças, ao atingir o uso da razão, pudessem participar mais plenamente da celebração da Eucaristia, recebendo a Comunhão Sacramental, desde que devidamente preparadas para tal ato.

Morreu em 20 de agosto de 1914 e foi canonizado em maio de 1954.

Rua Tabelião Antônio Melgaço

A Rua Tabelião Antônio Melgaço tem início na Avenida Tabelião João Lopes, em frente a um campo de futebol de areia. Toma direção ascendente cruzando as seguintes ruas, nessa seqüência: Rua Antônio José Castro; Rua Dr. Joaquim dos Santos Siqueira; Rua Pinheiro Machado; Av. Rui Barbosa; Rua São Pio X; Rua Naitheres de Resende; Rua José Ferreira de Souza; Rua Dr. Jair Pinto dos Reis; Rua Sebastião Leopoldino de Souza; que delimita os terrenos da APAE em relação à cidade.

O Sr. Antônio Melgaço Ferreira Guimarães, figura muito simpática, respeitada, era o titular do Cartório de Segundo Ofício em São Gotardo. Cartório, esse, que após sua morte, passou a pertencer ao Sr. Isaac Ribeiro.

O Sr. Antônio Melgaço nasceu em 28 de dezembro de 1912, no distrito de Areado, Patos de Minas. Passou sua infância em São Gotardo, transferindo-se ainda muito jovem para Luz, depois para Bom Despacho, onde trabalhou em farmácias.

Casou-se com D. Alice Fernandes, em janeiro de 1938. Tiveram seis filhos: Lenir, Teresinha, Wagner, Marília, Hebe e Hamilton.

Fixou residência em Tiros, onde voltou a trabalhar em cartório. Voltou para São Gotardo continuando na mesma atividade, agora como escrivão do crime.

Foi nomeado Tabelião de Segundo Ofício Judicial e Notas em 13 de maio de 1950 pelo então Governador de Minas, Dr. Milton Campos. Permaneceu no cartório até seu falecimento, por enfarte agudo, em 11 de março de 1969, às 9 horas da manhã. Dei-lhe assistência nos últimos momentos de vida. Deixou 6 filhos e 16 netos. Aqui, morava na Av. Presidente Vargas, próximo ao Fórum.

Apreciador de música clássica, conhecia a biografia dos grandes compositores clássicos. Tocava vários instrumentos de banda musical e deixou algumas composições. Foi um dos amantes da fotografia em São Gotardo.

O Fórum de São Gotardo, com muita justiça, leva seu nome.

Rua Tabelião João Lopes Fonte Boa

A Rua Tabelião João Lopes Fonte Boa tem início na Praça do Correio, vai em direção ao Clube Campestre onde termina exatamente na lateral do campo de futebol. Nela situam-se os *Correios* e o *Instituto de Saúde São Gotardo*. Cruza somente a Rua Antônio Teixeira do Carmo.

Esse nome foi dado em substituição ao antigo, Rua Benjamin Constant.

De São José das Perobas veio o Sr. João Lopes Fonte Boa, como seus irmãos, ajudar a promover o desenvolvimento do São Gotardo, vila-cidade.

Era filho de José Manoel Fonte Boa e D. Clementina Lopes Rodrigues (Dona), tendo nascido em 12 de setembro de 1886, na Fazenda "Perobas", de propriedade do Sr. José Manoel, seu progenitor.

Viveu sua infância em Perobas. Já na adolescência e algum tempo após ter perdido o pai, João estabeleceu-se comercialmente com uma sociedade com seu irmão, Sebastião Lopes Fonte Boa, no Arraial de São José das Perobas. Exerceu o comércio naquela localidade no período de 1903 a 1911, quando desfez a sociedade comercial para mudar-se para o Arraial de São Gotardo, recentemente passado a Município.

Em 1911 já era criada por lei a cidade de São Gotardo, que só tomou foro de cidade em 1926.

Em 1911 iniciou, em São Gotardo, seus estudos com o conceituado e culto Professor Venâncio José de Castro. A essa altura ele procurava preparar-se para se submeter às provas de habilitação a titular do Cartório do 2º Ofício e Notas, concurso este que se realizou na Comarca de Carmo do Paranaíba, no ano de 1915, antes da instalação da cidade de São Gotardo (em 1925). Até então, São Gotardo era subordinada a Carmo do Paranaíba, sendo considerada um Termo anexo à Comarca daquela cidade.

João submeteu-se ao concurso, no qual foi aprovado, tendo sido nomeado e assumido o cargo de titular do Cartório do 2º Ofício e Notas de São Gotardo, ainda no ano de 1915.

Permaneceu como titular do cartório até sua morte, que ocorreu em Belo Horizonte, no mês de maio de 1949.

Foi casado com D. Beraldina Nunes Bicalho.

Avenida 30 de Setembro

O Córrego da Confusão divide a cidade em duas partes, sendo que na parte lá, como se diz popularmente, portanto em sua margem esquerda, ficam os bairros Alto da Bela Vista, Taquaril, Tancredo Neves, Lírio I e II e Boa Esperança, os bairros mais populares.

Como um corolário ao antigo nome da cidade, que nasceu ao seu lado, leva esse córrego o nome de *Confusão*. É, na cidade, o início do Rio Confusão, da bacia do Rio Abaeté. Muita gente faz confusão até com o destino desse rio, porque ao contrário do que muita gente pensa, nossas águas não fluem para a Represa de Três Marias, porque o Abaeté deságüa no Rio São Francisco, abaixo daquela represa.

Outra confusão antiga é que na política, vários prefeitos canalizaram esse córrego, mas ele nunca apareceu canalizado. Deu brigas e confusões de Legislativo contra Executivo. Na realidade, não canalizado, apesar de ter consumido verbas, o Córrego da Confusão continuava sendo um brejo pútrido, em péssimas condições sanitárias, para confusão dos habitantes, que pagaram, mas não viram as obras anunciadas como terminadas. Assim cantam jubilantes os pernilongos nos ouvidos dos habitantes ribeirinhos.

As margens desse córrego eram cobertas por vegetação intransponível, chamada paláceo, uma planta de brejo, que impedia o fluxo livre das águas do córrego, provocando na época de pouca vazão a emanação de um mau cheiro terrível, como recebedor que é dos esgotos da cidade. Suas margens contêm inúmeras minas de água, que pela dificuldade de fluírem para o leito do córrego, transformavam a região num pantanal pútrido, muito propício à reprodução de mosquitos transmissores de doenças tropicais e viveiros dos botrópicos. Os jararacuçus viviam tranqüilamente.

Finalmente o Prefeito Gilberto de Oliveira (Ganga), em 1999, canalizou o córrego e urbanizou suas margens com pavimentação asfáltica, embora não tenha posto iluminação. A primeira etapa da obra foi sobre o trecho delimitado pela Estação Rodoviária para cima e a ponte do Papagaio, antiga ponte do Josa Ribeiro, para baixo, hoje fazendo esquina com a Av. N.S. da Abadia. Posteriormente seria dada a continuidade ao trecho acima da Estação Rodoviária, não se realizando, no entanto, por sua substituição por nova administração.

O córrego canalizado ficou com águas correntes e as margens foram muito bem drenadas, desaparecendo felizmente aquela imundície no centro da cidade. Intencionalmente foi uma grande obra e ficou até muito bonita. Nós, não engenheiros, apenas palpiteiros e muito, achamos que aquelas obras não resistirão por muito tempo ao ímpeto das águas do córrego. Tecnicamente aquela obra não satisfaz, porque nos dias de enchentes, o canal mal comporta todo aquele volume de água, que fluindo com grande velocidade, provavelmente provocará desmoronamentos, com destruição progressiva das paredes laterais da canalização.

Avenida 30 de Setembro

Finalmente canalizada, vai dos fundos da cidade até à Estação Rodoviária, à direita. Na sua margem direita, o Estádio Olavo Bilac de Rezende.

Realizada a canalização, foi sugerido que se escolhesse o nome da avenida por uma enquete popular, com participação principalmente dos estabelecimentos de ensino. Sua inauguração seria no dia do aniversário da cidade, juntamente com outras obras, 30 de setembro.

Vários nomes de personalidades ilustres, já falecidas, foram proferidos, com intenção de homenageá-las. Uma aluno propôs que se pusesse o nome *Trinta de Setembro,* enfatizando a data de aniversário da cidade. Foi imediatamente homologado o nome pelas autoridades responsáveis.

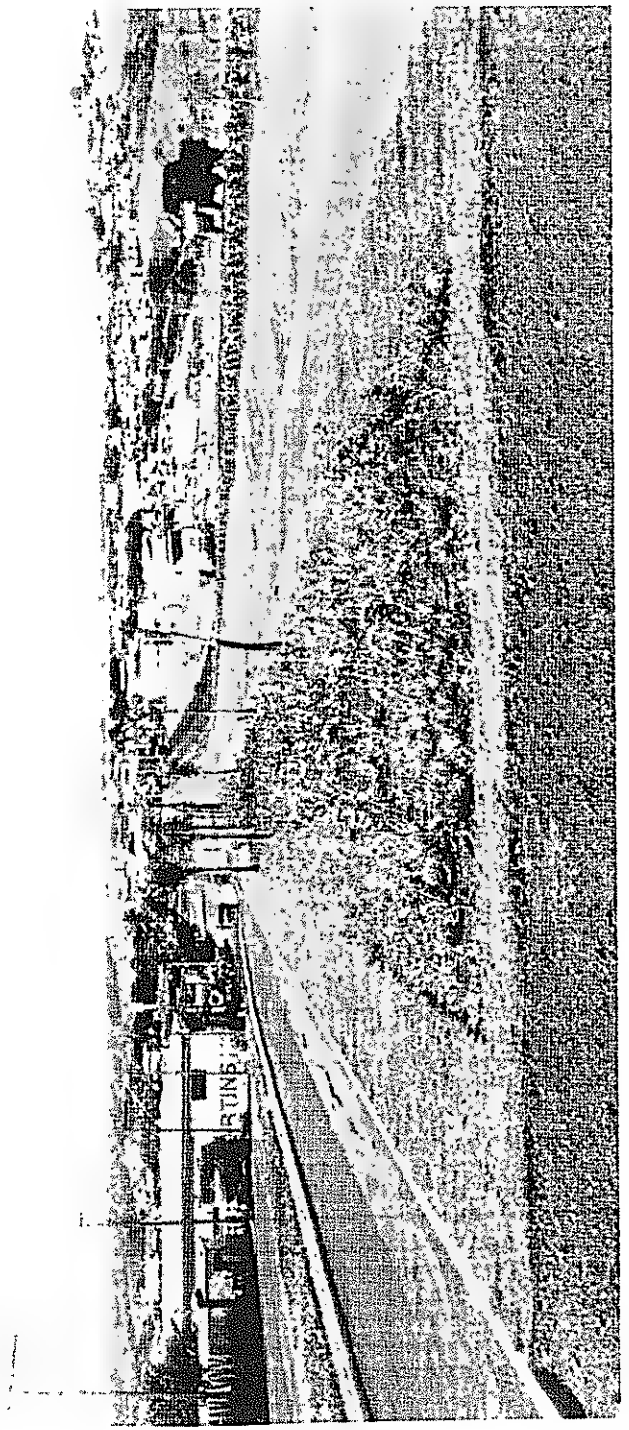
Avenida Brasil

A Avenida Brasil tem seu início na Praça Cyro Franco, segue em direção à saída da cidade para Belo Horizonte.

É quase que exclusivamente comercial. Cruza inicialmente com: Rua Tupã; Caetés; Guarany; Carijós; Tupinambás; Antônio de Oliveira Campos; Rua A; Rua B.

Nela estão os estabelecimentos comerciais: *Sacolão Rodrigues III; Contacto Elétrica; Aguilar Marques e Silva; Restaurante Sirva-se Ltda; Marreco Automóveis; Nayara Modas Ltda ; Auto Peças Silva Ltda; Escritório da CEMIG; Bolsa de Insumos de Patrocínio Ltda; Auto Elétrica Paranaíba Ltda; Lubrap Comércio de Diesel e Lubrificações Ltda; Torneamento Goiano; Oficina Mecânica Dorinato; Betel-oficina de tratores; Bar do Tomate; Gráfica do Tio Orlando; Contabilidade Rubão; Serralheria Abaeté; Bar do Trevo; Auto Peças Fusca; Rei dos Acessórios; Posto Avenida; Gotardo Material de Construção Ltda; Tófolis Corretora de Seguros; Açougue Boi Manso; Panificadora; Escritório da Faz. Shimada; Transportadora São Gotardo Ltda; Nitrosolo Ltda; Ressolar Pneus Ltda; Comercial Silva; Posto Sérgio Boiadeiro; Divema Ltda; Comercial Lopes Materiais de Construção; Casa das Tintas; Agrotécnica Patense e Pinheiro; Mercearia Santa Teresinha; Central de Seguros; Rent a Car; Belchior Nunes; Casa da Borracha; Auto Elétrica Patrícia Ltda; Tramaq Peças de Tratores; Associação de Apoio ao Produtor Rural da Região de S. Gotardo; Cab Speed Auto Serviços; Renovadora de Pneus Mineira Ltda; Rabelo e Martins Ferro e Aço; Molas Barbosa; Juliato Diesel Ltda; Madeireira São Gotardo Ltda; Bar Vô Felício;* futuras instalações *da Retífica Sparta Diesel.*

É a avenida de chegada para São Gotardo, atualmente bastante modernizada com uma bela urbanização, com requintes de paisagismo e ornamentação de bom gosto.



Avenida Brasil
Entrada da cidade para quem vem do Triângulo Mineiro ou Belo Horizonte. Duas pistas de *cooper* especialmente construídas. À direita, pistas de rolamento.

Avenida Prefeito Erotides Batista

A Avenida Prefeito Erotides Batista tem seu início na Praça Cyro Franco e dirige-se em direção à saída para Matutina. É na realidade a via escoadoura para Matutina. Nela situam-se a *Godiva*, revendedora da Volkswagen; *Tapeçaria do Valdevino*; *Supermercado São Gotardo; Marcenaria do Gérson*; *Posto de Gasolina Alpa Dois*. Termina onde se inicia a rodovia para Matutina e tem mais de 1 km de extensão.

O Sr. Erotides era natural de Sacramento, tendo nascido em 9 de março de 1919. Passou sua vida de infância e adolescência em Patrocínio. Cursou o Ginásio no Colégio Arnaldo (BH).

Ainda em Belo Horizonte, ingressou como funcionário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Transferiu-se para Formiga onde se casou com D. Maria José Ferreira, conhecida por D. Marica. Tiveram três filhos.

Transferiu-se para São Gotardo como gerente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, que dirigiu por vinte anos, a partir dos anos 50. Faleceu em 24 de janeiro de 1989.

Em 1968, como candidato de conciliação entre PSD e a UDN foi eleito prefeito de São Gotardo. Foi o primeiro prefeito a pensar em mecanizar a Prefeitura, quando adquiriu algumas máquinas essenciais. Fez uma magnífica gestão frente à Prefeitura, nos moldes das décadas de 60 e 70.

Ainda como Prefeito, teve uma atuação muito importante para a construção do *Clube Campestre São Gotardo*, uma obra arrojada para a época, para a concepção e tamanho de São Gotardo. Mandou um trator de esteira fazer os serviços básicos de terraplanagem. O Lico, da Anunciação, foi o dedicado tratorista, a quem o Clube deve um preito de louvor.

Foi um homem de idéias avançadas para o seu tempo, de uma mentalidade progressista. Ele comprou do Srs. Pedro Bueno e Pedro Isolina uma grande área na parte superior da cidade, hoje chamada Bairro Campestre. Abriu e calçou a Avenida Tabelião João Lopes, ou Avenida do Clube. O preço dos lotes por ele comprados foi de 100 cada um. Cem não sei o quê, pois não sei a moeda de plantão naquele período inflacionário. Falei-lhe que foi muito caro. Ele nos disse que se um caminhão de cascalho lavado (não havia brita para se fazer concreto, que era feito com cascalho lavado) custava 100, por que um lote não deveria valer isso? Tinha razão.

Foi um dos pioneiros na instalação do telefone em São Gotardo.

Quando construía o Hospital Pio XII, deu-nos um grande apoio financeiro, através do Banco Comércio. Ele acreditava e apoiava as realizações nas quais visse futuro.

Avenida Presidente Vargas

A Revolução de 1930 representou o fim do monopólio do poder em mãos da oligarquia rural do café e o arranco para a industrialização do país.

São Gotardo, inicialmente, ficava mais ou menos limitado àquela rua mal arrumada que tinha início no Córrego da Confusão e que tomava direção ascendente a uma zona campestre, situada na parte superior da cidade. Afirmam os antigos que a primeira rua naquela região foi a Rua Frei Paulino que, após a construção do Fórum-Cadeia, passou a se chamar Rua Detrás da Cadeia.

Na Avenida Presidente Vargas se situavam as casas mais importantes do arraial, da vila e posteriormente da cidade. Eram construções residenciais, geralmente compridas, rés-do-chão, onde moravam, também, os proprietários que adaptavam alguns cômodos destas construções para atividades comerciais, as chamadas "vendas e negócios".

Mais ou menos na metade dessa avenida, fez-se a Praça da Matriz, onde se localizava a igreja com dois coqueiros e um cruzeiro em sua frente, marcando a presença espiritual na comunidade. Mais tarde, foi construído o Fórum, uma exigência para que fosse instalado o Município, em 1915. Existiam mais algumas casas "pingadas" no alto do Cargueiro e Papagaio. Assim, se arrastou preguiçosamente a Vila de São Gotardo por muitos anos.

É preciso notar que a Vila recebeu foro de cidade em 1926. Quatro anos depois, 1930, outubro, teria início o período ditatorial de Vargas, quando o verbo "obedecer" deveria ser bem conjugado ou seria anunciado como uma sugestão muito importante até para a sobrevivência.

Cada Estado passou a ter um interventor e cada município um intendente, homens de confiança do ditador, por ele colocados, para governar os Estados e os Municípios. Tudo então seria manipulado por ele. Não seria nada extraordinário se esses régulos estaduais e municipais colocassem nas ruas principais o nome do chefe supremo da nação, Getúlio Vargas, a serviço de quem estavam e cuja permanência nos cargos dependeria totalmente de sua obediência e vontade dele. Seria uma verdade política que

uma dose de bajulação não custaria nada para amainar possível mau humor do ditador. Assim, muitas ruas das cidades de Minas Gerais passaram a exibir os nomes do Presidente e do Governador de Estado, portanto, Benedito Valadares ou Getúlio Vargas, os ditadores. Com freqüência eram as próprias cidades que levavam o nome do Governador, como a importante cidade de Governador Valadares.

Em São Gotardo, a Rua Benedito Valadares tem hoje o nome de Bento Ferreira dos Santos, um nome também ligado à ditadura Vargas, porque era o prefeito da cidade naquela época, mas conforme os habitantes mais antigos da cidade, seu nome foi indicado para patrono de uma de nossas ruas por merecimentos e não por imposição política ditatorial.

Todo o mundo sabe da existência de Getúlio Vargas, mas poucos sabem de sua origem e atuação naquele importante período político. Era gaúcho, nascido em São Borja em 1883. Getúlio Vargas foi bacharel em Direito, eleito deputado em 1912. Voltou à deputança em 1925. Logo em seguida deputado federal, todos esses cargos pelo Rio Grande do Sul. Em 1927, foi Ministro da Fazenda do Pres. Washington Luís. Em 1928, foi eleito Presidente do Rio Grande do Sul.

No início do período republicano, antes de Getúlio Vargas aparecer na política nacional, portanto nos anos 20, os Estados mais populosos do Brasil eram São Paulo e Minas Gerais, como hoje. Coligados politicamente, os nomes para presidentes da República só saíam desses Estados, alternadamente, um de Minas, outro de São Paulo. Da zona cafeeira de São Paulo ou da produção leiteira de Minas Gerais. Era a chamada política café-com-leite. São Paulo e Minas Gerais não davam oportunidade para os outros estados. Foi um período em que politicamente predominava a oligarquia rural, do café, na República Velha.

Apesar da mudança do regime, trocado que foi do imperial pelo republicano, o regime oligárquico Minas-São Paulo continuou predominando política e economicamente.

Mas nada é eterno, principalmente os acontecimentos sociais.

Os novos tempos, com o novo regime político, o republicano, exigiam um Brasil voltado para o mundo europeu e americano do norte, que se atrelaram à Revolução Industrial. Tivera início, no Brasil, um tímido período de industrialização, que poderia ser uma ameaça para substituir o regime agrário. Para a estruturação desse embrião industrial, haveria necessidade de apoio a esse novo regime econômico, abafado pelas oligarquias rurais; um regime econômico que desse seqüência ao processo de industrialização em escala nacional, que se iniciava e que tendia a substituir aquele, imposto pelas oligarquias rurais, acompanhando os países em evolução.

O Brasil precisava entrar na era industrial que o mundo abraçara. A oligarquia rural do café, dominando fortemente a política nacional, não permitia essa industrialização do país e para isto tinha poderes, porque os Estados mais populosos eram Minas Gerais e São Paulo e os presidentes só saíam desses fornos, onde se torrava café e fervia leite, com implementos industriais importados.

Essas novas bases políticas e industriais, que poderiam reformar o Brasil, tirá-lo de sua economia estritamente rural, da monoprodução agrícola para a industrial, seria realizada pela emergente "república gaúcha". Sem Minas e São Paulo, estavam catucando a fera com vara curta.

Visando a essa transformação, formava-se uma elite política poderosa no Rio Grande do Sul, apoiada no Partido Republicano do Rio Grande do Sul. O líder dessa formação política chamava-se Getúlio Dorneles Vargas e essa elite política estava pronta para formar um aparelho de Estado politicamente centralizado (com programação ditatorial), em oposição ao sistema político estabelecido pela República Velha (política do café-com-leite), cujos chefes, alheios aos embates programáticos e ideológicos, permitiam um alto grau de autonomia aos Estados da federação, conquanto que satisfizessem suas ambições fisiológicas. Isto é, um regime de liberdade aos Estados, desde que se mantivessem atados ao sistema de fisiologismo na República Política do "toma lá, dá cá", essa da oligarquia rural.

Em 1928, inspirando-se na grande corrente política que se formara no Estado do Rio Grande do Sul, decidiu-se lançar a candidatura de Vargas à Presidência da República, pela Aliança Liberal, que era um partido político nacional e não só do RS, em oposição à candidatura oficial, da situação oligárquica, que deveria substituir Washington Luís, em fim de mandato.

Seria uma tentativa para desbancar o poder político do centro, Minas e São Paulo, de tirar o poder das mãos da oligarquia rural, dos barões do café. Essa elite perdeu a eleição para Júlio Prestes, candidato da situação, do Pres. Washington Luís, cujo programa seria dar continuidade ao sistema econômico de produção unicamente agrário, liderado pelas oligarquias rurais, pelos barões do café, de Minas Gerais e de São Paulo.

Eleições com Getúlio Vargas: sem café e sem leite? - A eleição foi em março de 1930. Getúlio Vargas perdeu para a oligarquia café–com-leite. Os companheiros de partido alegaram que fora de maneira irregular, que teria havido fraude nas eleições. As coisas foram tomando vulto, até que foi deflagrada a Revolução de outubro de 1930, e Vargas se pôs à frente das Forças Armadas do Rio Grande do Sul. Através dessa Revolução de 1930, ele chegou ao poder, representando a Aliança Liberal. Então, Júlio Prestes, o eleito, não chegou a tomar posse na presidência.

No dia 24 de outubro de 1930, Washington Luís, o presidente em exercício legal, foi deposto da Presidência. As forças revolucionárias, dirigidas por Getúlio Vargas, entraram no Rio de Janeiro, capital da República. Vargas hospedou-se no Palácio do Catete, sendo-lhe entregue em novembro, dias depois, o governo do País.

Sua plataforma incluía reformas significativas, como *voto secreto, voto feminino, criação das leis trabalhistas*, o que lhe garantiu uma adesão maciça da população. Foram reformas importantes, levando o Brasil ao rumo das reformas sociais. Para isso criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, copiado da *Carta del Lavoro* do terrível ditador italiano Mussolini, nos anos 20 e 30.

Para implementar suas decisões, superar as pressões regionais dos insatisfeitos, que eram numerosos, pois atingira uma classe poderosa, a do café-com-leite, a oligarquia rural, iniciou a montagem de um aparato burocrático-administrativo, nomeando interventores estaduais arbitrariamente, mas que fossem homens de sua confiança, escolhidos para os estados e municípios, para governarem conforme suas instruções ditatoriais. Assim amordaçou todo o país e principalmente a oligarquia rural.

Deu-se, então, o início de uma nova fase na história da política brasileira, em que um sistema político autoritário iria transformar a industrialização em arma política patriótica. Criou um conselho técnico para estudar e racionalizar a modernização de nosso método produtivo. Tudo, no entanto, copiado de Mussolini, na Itália e de Hitler, na Alemanha.

Mas essa concentração de poderes pelo governo central, federal, acabou descontentando a muitos estados da federação, especialmente São Paulo, capital da oligarquia rural, onde começou a surgir um movimento exigindo a reconstitucionalização do país e que, pelo menos o interventor de lá fosse um paulista.

Para contornar esse impasse, Vargas nomeou Pedro de Toledo como Interventor em São Paulo e praticamente às vésperas de sua nomeação, Vargas mandou publicar o novo código eleitoral (1932), com introdução do voto secreto e do feminino. Ao mesmo tempo a eleição para a Assembléia Constituinte foi marcada para maio de 1933.

Vargas fora proclamado por aquela Assembléia presidente do *Governo Provisório* (não eleito), logo que se apossou do poder. Foi eleito pela Assembléia, com início, portanto, em 1930. Esse Governo Provisório assumira o poder com promessa de uma nova Constituição. Não havia no Governo Provisório uma Constituição que legislasse. Vargas transformou esse governo provisório em um governo especial; destituiu as Câmaras Municipais e acabou com as eleições, passando a nomear governadores para os Estados e interventores para os Municípios.

Para São Gotardo foi nomeado um prefeito interventor, o Sr. João Ferreira de Noronha, que assumiu em 1931. Substituindo o primeiro prefeito interventor, João Noronha, assumiu o Sr. João Anatólio de Lima (cujo filho seria o administrador da Rádio Inconfidência) que exerceu esta função até que o farmacêutico Bento Ferreira dos Santos assumisse o mandato de **primeiro prefeito constitucional,** em agosto de 1934. Notar que a Constituição foi promulgada em 14 de julho de 1934. Bento Ferreira já foi então prefeito no período da Constituição; era constitucional.

O Sr. Bento Ferreira dos Santos, portanto, entrou ainda durante o governo provisório de Vargas. Aconteceu que em novembro de 1937, com o golpe do Estado Novo dado por Getúlio, instituindo uma ditadura clara, o Sr. Bento Ferreira dos Santos passou a exercer a função de prefeito ditatorial em novembro de 1937 (a Constituição já fora esquecida) e seu governo foi até 1946, após a queda da ditadura de Getúlio e do Estado Novo.

Em julho de 1932, estourou o movimento revolucionário em prol da Constituição em São Paulo, porque o Governo Provisório protelava a nova Constituição. Era a Revolução Constitucionalista, que foi facilmente abafada por Getúlio Vargas.

Em 1934 foi convocada uma Assembléia Constituinte, para satisfazer São Paulo e ela elaborou uma nova Constituição para a República. Seria a segunda Constituição na República; a primeira vigorara desde maio de 1891, quando o regime foi mudado. Essa mesma Assembléia Constituinte aclamou Getúlio Vargas para Presidente até 1938. A Assembléia via nele poderes para combater os agitadores extremistas que ameaçavam os empresários. Vargas foi, então, eleito pelo Congresso Constituinte presidente para o quadriênio 1934-1938. Deveria, no entanto governar não como queria, ditatorialmente, mas teria que obedecer à Constituição recém-promulgada naquele mesmo 1934.

Getúlio Vargas, no entanto, apoiado pelas Forças Armadas do país, desfechou um golpe de Estado, fundando o *Estado Novo*, em novembro de 1937.

Em 1937, portanto, Vargas dissolveu o Congresso, outorgou (com Chico Campos no Ministério do Trabalho) uma Constituinte de caráter totalitário (logicamente, não houve instalação de uma Assembléia Constituinte para votá-la; foi obra de Chico Campos). Dizia-se que a cada ato do Ministro Chico Campos, aquele daqui de Dores do Indaiá, haveria um curto-circuito na democracia. Getúlio aboliu os partidos políticos e inaugurou o regime chamado *Estado Novo.*

Vargas conseguiu assim uma Constituição ainda mais forte, na qual ficava regularizada sua posição de ditador num estado corporativo.

Durante esse período ditatorial aconteceram algumas revoluções internas no país. Os comunistas, sublevados em 1935, foram massacrados. Os integralistas idealizaram uma revolta em 1938, que foi facilmente reprimida. Foram movimentos radicais da classe média: a Ação Integralista Brasileira, fundada em 32 por Plínio Salgado, espelhada no fascismo italiano, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) baseada nos movimentos comunistas internacionais, criada em 1935, que tinha como Presidente de Honra, Luiz Carlos Prestes, que pregava o comunismo contra todas as oligarquias dominantes.

Em 1944, Vargas, com muito desgosto, declararia guerra à Alemanha e à Itália, forçado estratégica e economicamente por Roosevelt, numa conferência em 1943. Os Estados Unidos precisavam construir uma base naval em Natal (RN), para ocupar uma posição estratégica de combate aos nazistas.

Getúlio não titubeou e permitiu a construção da base americana. Além disso, o Brasil teria que mandar uma divisão de infantaria (FEB) e uma força aérea com caças a jato (FAB), para os campos de batalha na Itália.

Ele fora autorizado pelo Congresso a exercer o poder até 1938 (de 1934 a 1938). Aquela Constituição de 1934 tinha um cunho liberal em seu conteúdo e se constituía num impedimento para a centralização do poder, a meta de Vargas. Ela seria um empecilho para suas pretensões autoritárias. Ele guardou a Constituição na gaveta.

Com a Lei de Segurança Nacional, em 1935, ele fortaleceu sua posição de concentração de poder. Em 1935, apesar de já estar na ilegalidade, a ANL estruturou a Intentona Comunista, que foi esmagada; seu presidente Carlos Prestes foi preso e a ANL esfacelada. A Ação Integralista Brasileira encetou um movimento de rebeldia em 1938, sendo, também, completamente dominada e seu chefe exilado.

Com a decretação do *estado de sítio*, aprovado pelo Congresso com prorrogação até 1937, Getúlio, fortalecido, dominou as classes proprietárias, colocando-as livres das reivindicações populares de integralistas e comunistas. Houve satisfação das classes proprietárias – *porque antes um governo autoritário do que a ameaça representada pelas reivindicações populares.*

Exatamente uma cópia de como Hitler e Mussolini estruturaram o nazismo e o fascismo na Europa, alegando a necessidade de um domínio sobre o comunismo na Europa. Com essa ação política, Vargas sentia-se cada vez mais forte.

O Estado Novo — Chegado a 10 de novembro de 1937, quando terminaria o Estado de Sítio, aprovado pelo Congresso, Vargas não se dispunha a democratizar o país. Usando agora, como pretexto, o constante perigo de uma suposta conspiração comunista – o Plano Cohen –plano de um judeu comunista internacional, "heroicamente" desbaratado pelo governo, dá um golpe de Estado instaurando um regime totalitário – **o Estado Novo.**

Uma nova Constituição foi elaborada por Francisco Campos, que continuava de plantão, estudando planos para dar rasteiras na Democracia. Por coincidência estava pronta na véspera do dia do golpe, na gaveta do Chico Campos. Essa Constituição dava *plenos poderes* a Vargas, afastando de vez qualquer tentativa regional (dos estados) de participação no poder. *O poder sou eu*, diria. Tirou, da participação das decisões, qualquer interferência de outros poderes. O governo passou a ser o Presidente.

Ressurgiram os interventores estaduais e municipais. O Congresso foi dissolvido e as atribuições do Legislativo foram assumidas por ele, que passou a governar por decretos-leis. Sob o estado autoritário, a sociedade civil também ficou afastada das participações no poder; não haveria mais eleições.

O governo ditatorial de Getúlio se encerraria no final da guerra mundial. Assim, a grita geral pela democratização do país, escudada no fato inelutável de que os brasileiros haviam combatido e morrido na Europa, portanto, pelo ideal de acabar com os governos totalitários, do fascismo e nazismo, fez com que Getúlio procurasse afrouxar as fortes amarras impostas à sociedade brasileira.

Em abril de 1945 foi decretada ampla anistia e liberdade de organização partidária. Publicado novo código eleitoral, as eleições foram marcadas para dezembro, para presidente e parlamentares. Mas atitudes dúbias de Vargas levantaram dúvidas, se ele realmente permitiria a realização das eleições.

Assim, em 29 de outubro de 1945, pressionado pelo governo norte-americano e pelo Exército, Vargas foi obrigado a ceder e deixar o governo. Chegara ao fim o Estado Novo, em 29 de Outubro de 1945. Chegara ao fim a **Era Vargas**.

Democracia - Em dezembro de 1945 foi eleito para Presidente da República o General Eurico Gaspar Dutra, que governou até 1950. Nessa data Getúlio se apresentaria novamente como candidato à presidência. Foi reeleito em 1951 com 50% dos votos, com forte apoio dos trabalhadores. Mas, agora, sem o aparato repressivo, ficou sujeito às mais ardorosas pressões políticas.

Em agosto de 1954, sua guarda pessoal foi acusada de uma tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda e do Major da Aeronáutica Rubens Vaz (este foi assassinado). A Aeronáutica, em contraponto, apoiando seu oficial, exigiu sua renúncia, a que se recusou. O Marechal

Mascarenhas de Morais foi incumbido de levar ao Presidente o resultado da solução tomada pelas Forças Armadas para demiti-lo. Sua resposta foi que só sairia do palácio depois de morto.

Após conferência de alta cúpula fora decidido que ele se afastaria temporariamente e que para salvar as aparências, Café Filho assumiria a presidência. Após a conferência retirou-se para seus aposentos e suicidou-se.

Encerrava-se de forma dramática um tempo marcante na vida política brasileira, a chamada **Era Vargas**. Ela oprimiu muito o povo brasileiro, prendeu, exilou e matou, mas trouxe muitos benefícios sociais básicos que vigoram até hoje.

Avenida Presidente Vargas

A primeira da esquerda para a direita. Uma visão do centro da cidade.

Avenida Rui Barbosa

No seu início, fica o famoso *Armazém do Clarimundo*, ou *Mercearia Avenida*. Há também várias lojas de roupas, fotografias, artigos esportivos; *Farmácia Real Drogas; Farmácia do Povo; Armazém Globo; Açougue do João Lopes; Posto Pantera; Amintas Eletrônica; Purina; Gráfica Triângulo; Mercado Lavrador; Drogaria São Gotardo; Escritórios de Contabilidade; Casa do Ruralista; Brasilva Veículos Chevrolet; Casa Grande-materiais de construção; Tapeçaria do Olavo; Automaq; Lanches da Cidinha* e tantas outras.

Rui Barbosa foi o maior estadista brasileiro. Nasceu na Bahia em 1849.

Iniciou seus estudos jurídicos na Bahia, depois transferiu-se para São Paulo. De sua turma participavam Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco, Castro Alves. Dois presidentes da República, dois grandes pensadores políticos e o maior poeta brasileiro. Uma turma da pesada.

Figura de relevo na República Velha (1889-930), ganhou fama internacional durante a Conferência de Paz, em Haia, em 1907, quando foi cognominado o "Águia de Haya". Discursando em francês ou inglês, foi considerado o porta-voz dos pequenos países, ao defender o direito de igualdade das nações.

Rui Barbosa foi o primeiro a se candidatar em oposição a um candidato do governo na República, da oligarquia rural. Tinha excesso de ousadias, reveladas nesse ato de intrepidez ou de pretensões democráticas. Na época, a base do poder era o acordo entre os grupos que dominavam os estados e o governo federal.

Teve, desde o início, grande influência no estabelecimento das eleições diretas e abolição da escravatura. "A escravidão é o opróbio da América; nossa pátria sente o rubor desse opróbio e não quer merecê-lo". Deve ter sofrido influência de seu colega de faculdade, Castro Alves, o poeta dos escravos ou ambos tinham pontos de vista em comum.

Foi candidato duas vezes à Presidência da República, e foi derrotado em ambas. Uma contra Hermes da Fonseca, quando obteve somente a metade dos votos; a outra contra Epitácio Pessoa.

Combateu ativamente o Império, a escravidão e na República que se seguiu, foi posto na direção da Fazenda.

Foi um grande herói, não dos campos de batalha, mas das

bancas de advogado, da Tribuna do Parlamento tendo por armas a inteligência e o saber. Foi defensor irrevogável da liberdade.

Sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras, sucedeu a Machado de Assis na presidência da Casa. Sua casa, no Rio de Janeiro, foi adquirida pelo governo brasileiro e transformada na " Fundação Casa de Rui Barbosa", encarregada de pesquisas e da publicação de suas obras completas. Tinha uma biblioteca com mais de 50.000 volumes.

Após tanto brilho, tantas vitórias políticas em favor da humanidade, da liberdade e dos oprimidos, faleceu na Bahia em 1930. Deixou como herança 210 volumes de diversas obras e muitas dívidas. Ainda vivo, sua mulher fazia doces para vender, para a sobrevivência do casal.

Anos depois, seus ossos foram recolhidos do Cemitério São João Batista e num vaso de guerra, levados para a Bahia e colocados no belo Palácio da Justiça que, por este motivo, passou a ser chamado "Fórum Rui Barbosa".

Rui Barbosa, todo mundo sabe, foi um repositório de inteligência e cultura notáveis. Todos conhecem sobejamente sua biografia e história.

Mas seu colega, Castro Alves, é para nós, uma personalidade excepcional. Quando leio as poesias daquele jovem de 20 anos, mormente relacionadas à escravidão, não cremos que elas tivessem sido feitas por um poeta de inteligência normal. Deve ter sido um enviado da inteligência universal; devia fazer aqueles versos somente em momentos de aguçamento e ligação de sua fagulha intelectual com a universal, situada em planos superiores, porque aqueles versos não são de um poeta dentro de sua razão. Seriam momentos de êxtase e de transfiguração, não são, repetimos, versos de um poeta normal. Não há registros mais emocionantes que suas poesias.

Castro Alves deve ter sido dotado com aqueles dons excepcionais para versejar, com finalidade de, com seus versos, poder motivar e comover as sociedades coloniais e imperiais, para que se unissem para a abolição daquele sistema social desumano. Não poderia haver motivação maior que aqueles versos, de cuja beleza excepcional transpareciam sangue, lágrimas, terror, desumanidade, tragédias e catástrofe humanas. Afinal, uma das maiores tragédias da Era Moderna.

Avenida Tabelião João Lopes

Para evitar confusão, esse João Lopes é o Joãozinho Lopes do Cartório, que não é Fonte Boa. É o "Sô" Joãozinho do Cartório ou Joãozinho da Duta, para alguns mais íntimos, porque pode haver confusão com Tabelião João Lopes Fonte Boa, que era outro, mas ambos oriundos das Perobas, ambos com funções em cartórios.

Essa avenida tem início no *Posto Alvorada*, do Lazinho, no cruzamento da Rua Tiradentes e vai até à Av. Erotides Batista, a antiga estrada de terra para Belo Horizonte, que se situa nos altos de São Gotardo.

Ela tem mais de 1 km de extensão. Nela situam-se, como principais pontos de referência, a *Oficina São Pedro*, fundada pelo Sr. Ary Barreto; o *Dinho's Hotel*; *Fábrica de Roupas La Prates*; a *Fábrica de Calças do João Pessoa*; o *Clube Campestre São Gotardo* e outros estabelecimentos.

Popularmente conhecida como *Avenida do Clube*, recebeu o topônimo de Tabelião João Lopes em homenagem ao Sr. João Lopes, que entre os amigos era conhecido por Joãozinho Lopes. Fez por merecer essa homenagem, por ser uma pessoa muito importante e respeitada pela nossa sociedade. Gozava de muito prestígio social, pela seriedade, responsabilidade e como modelar chefe de família. Foi uma pessoa importante para São Gotardo.

Nasceu no Arraial de São José das Perobas, em 3 de novembro de 1909. Filho do Sr. José Lopes Rodrigues, este, eleitor federal alistado nas Perobas sob número 440, em 1898 e neto do Sr. Francisco Lopes Ribeiro.

Aprendeu as primeiras letras com o Mestre Domingos, que veio de Nova Lima. Comprou um pequeno terreno nas Perobas e lá plantava alguma coisa. Para impor a disciplina, esse professor usava a palmatória, antigo instrumento de tortura usado pelos professores daquele século. Conheci-a quando estudava na Espinha do Peixe, na Escola do Mário Campos. Muita gente por aí, se está alfabetizada, recebeu esta instrução pela palmatória, um método pedagógico que transmitia saber através das palmas das mãos, porque, às vezes, a mente não assimilava bem. Foi um método de ensino bem divulgado na época. Dizia o Sr. Joãozinho que a palmatória tinha muito valor moral. Se ainda fosse usada, acreditamos, melhoraria muito o nível disciplinar e mesmo de estudos da garotada de hoje. A gente não pode é publicar isso. Mas ela teve seu valor como método pedagógico de sua época. Cada época com suas tecnologias, pedagogias, produtos e valores. A tecnologia que cuidasse de modificá-los.

Naquele tempo os professores rurais ensinavam somente a tabuada, as 4 operações e contas de juros. Ainda não consegui saber até onde ia a utilidade das contas de juros.

Estudou só um ano, porque teve que deixar os estudos para auxiliar seu cunhado Sebastião Lopes Fonte Boa, que possuía uma casa de negócios no Arraial das Perobas. Lá trabalhava com o Sr. Divino Lopes, seu irmão.

Com intenções de continuar os estudos, para abrir-lhe possibilidades de um bom emprego, mudou-se para São Gotardo, para fazer o curso primário. Depois do aprendizado de Perobas, matriculou-se no Grupo Escolar Afonso Pena, em 1921. Ainda lhe sobrava tempo para trabalhar na Casa Boa Vista e à noite, estudar música com o Sr. José Ferreira de Souza (Juquinha Batista). Participou da *Lira Sangotardense* como clarinetista.

Como a "Casa Boa Vista" faliu em conseqüência da queda do preço do café, em 1930, ele foi trabalhar com o primo e padrinho Tabelião João Lopes Fonte Boa, que tinha um cartório.

O Dr. Juiz Municipal, Raimundo Leonardo Pereira Brandão, alertou-o no sentido de juramentar-se no Fórum. Aprovado, passou a exercer o cargo de escrevente juramentado no Cartório do 2º Ofício de Notas e Registros.

Como estudava e lidava muito com matérias de Direito Forense, Criminal, Administrativo e Funcional de cartórios, assimilou muitos conhecimentos técnicos específicos, sendo muito respeitado na prática do Direito até pelos profissionais. Muitos advogados iniciantes procuravam-no para uma orientação em processos. Exerceu o ofício no Cartório do Crime por quatro anos, – no Cartório Eleitoral, onde era titular e, por último, no Cartório de 1º Ofício, para onde fora nomeado pelo Governador Juscelino Kubistchek, até falecer.

Foi casado com D. Maria de Castro Lopes (D. Mariinha). Tiveram sete filhos: *Marilene*, viúva do Sr. Wagner Resende; *Marilma*; casada como Sr. Vavá; *Hugo*, gente boa, figura popular em São Gotardo pelo modo alegre de ser e de se comportar. Espírito sagaz, era um crítico mordaz em nossa sociedade, fazia comentários e críticas alegres, sem maldades, por sinal muito apreciadas; *Joãozinho*, advogado, já falecido, residia em Itaúna; *Maria Bernardete*, casada com o Sr. José Alberto Néri, residentes em Belo Horizonte; *Eustáquio*, o "Baixinho do Cartório", figura proeminente em nossa sociedade. Dirige o cartório na difícil missão de substituir o Sr. Joãozinho Lopes, seu pai e ainda *Fátima*, a caçula.

Com a instalação do Termo Judiciário em São Gotardo em 14 de julho de 1917, o Sr. João Lopes Fonte Boa, por sinal, primo do Sr. Joãozinho Lopes (que não era Fonte Boa), foi empossado como tabelião do 2º Ofício.

Tempos depois o Sr. Joãozinho Lopes fez concurso para escrivão e tabelião para a Comarca de Rio Paranaíba, por lá residindo até 1952.

Nesse ano permutou o cargo com o 1º Tabelião de São Gotardo, Sr. Leônidas Nunes Bicalho (Nonô, cunhado do Zé Franco dentista), que foi para o Rio Paranaíba.

O Sr. Joãozinho Lopes nunca participou de política. Filiado, no entanto, ao PSD, dele nunca saiu. Foi tesoureiro da Companhia Telefônica de São Gotardo.

Ficaram famosas suas caminhadas vespertinas, até ao Córrego da Venda ou ao Capão. Isso no tempo em que ainda não estavam em moda as caminhadas. Sistemática e intransigentemente pitava três pitos por dia, pitos de palha, com fumo de primeira qualidade, famoso pelo aroma de sua fumaça, fabricado pelo Sr. Nico Pereira, no Paredão; um após o café, outro após o almoço e outro à noite. Nada além desses três.

Protetor do Antônio da Luca, uma das figuras mais populares de nossa cidade e do Picorréia, que todas as tardes ia ao cartório e com gestos indicativos dos dedos lhe perguntava: "Tem pilope"? Isto é, se tinha dinheiro. Tinha. O Sr. Joãozinho, como bom conterrâneo do Picorréia, fornecia-lhe botinas, roupas e comida.

O Sr. Joãozinho Lopes foi uma das vítimas de nosso atraso econômico e social, que caracterizou um triste período de nossa história, porque ao se mudar das Perobas, talvez o maior foco de Doença de Chagas em nossa região, trouxe a doença consigo para São Gotardo, sem saber e por causa dela veio a falecer em 13 de março de 1971. Dei-lhe assistência até nos últimos momentos. Deus tem hora que não pensa bem para fazer as coisas.

Uma visão interna do *Clube Campestre São Gotardo*, vendo-se em primeiro plano a luz e, em segundo plano, um moderno Estádio Poliesportivo. Note que o prédio leva no frontispício o mesmo nome, motivo de muito orgulho.

Avenida Tabelião João Lopes

Avenida bem arborizada. À esquerda de quem sobe, fica o *Clube Campestre*, com belas e moder nas instalações, fundado em 1971.

Avenida Vereador Antônio Inácio da Silva

A Avenida Vereador Antônio Inácio tem seu início na ponte em frente à Estação Rodoviária, que faz ligação ao Bairro do Taquaril. Toma direção ascendente, para este bairro; termina quando inicia a estrada que vai para a Vila Capela de Cima. Era um antiga estrada de carros de bois, sempre muito erosada por enxurradas, e nas suas beiras iam surgindo inúmeros barracões, sem nenhuma poesia.

Interessante é que é uma avenida longa, de duas pistas, com mais de 1 km de extensão e não é atravessada por nenhuma rua. Todas as ruas dó Bairro Taquaril nascem dela, como se fosse ela uma coluna vertebral de onde saem as costelas, para os dois lados.

Logo ao seu início para a direita temos: Rua Evaristo Belarmino; Rua 7; Rua 6; Rua 5; Rua 4; Rua Chico Jacinto; Rua João Belarmino; Rua José Joaquim; Rua Jovelino C. de Oliveira; Beco da Estiva.

Para a esquerda: Avenida Paulo Shimada; Rua das Magnólias; Rua Expedicionário Divino Cabral; Rua Lázaro Barbosa; Rua das Graviolas; Rua das Pitangueiras; Rua das Mangabeiras; Rua dos Pessegueiros; Rua dos Abacateiros; Rua das Jabuticabeiras; Rua das Mangueiras; Rua das Laranjeiras; Rua dos Limoeiros; Rua das Violetas; Rua dos Girassóis; Rua das Hortências; Rua das Orquídeas; Rua das Margaridas.

O Sr. Antônio Inácio de Oliveira nasceu em 1939 e faleceu em 21 de junho de 1992, em lamentável acidente automobilístico. Faleceram no momento do acidente ele e seu filho Elício, com 22 anos. D. Teresinha Maria da Silva, sua esposa, gravemente ferida, nunca mais andou e faleceu 5 anos depois em conseqüência de seqüelas das lesões no acidente.

O Sr. Antônio morreu na vigência de seu cargo de vereador, eleito pelo PDC, no último ano de exercício. Deixou seis filhos.

Nasceu em Três Capões, filho do Sr. João Inácio de Oliveira, já falecido. Eram 18 irmãos, um deles exercendo com muito brilho atividades no setor imobiliário de São Gotardo, contribuindo para nosso progresso neste setor: o Sr. Julinho, corretor.

O Censo demográfico de São Gotardo no Terceiro Milênio

Um censo demográfico não teria sentido se limitasse a contar friamente a população de um município e simplesmente a publicasse, num processo pré-determinado, bitolado, rigidamente dirigido e orientado pela burocracia.

Pelo contrário, Estatística é uma ciência que descreve em números os fatos sociais, nada podendo ter de rigidez numérica.

O mundo é guiado pelas estatísticas. O leitor menos afeito a exames demográficos não notará que eles podem contar a vida social, econômica, financeira e até emocional de um povo, porque as estatísticas são a história escrita de um povo.

Todos os processos sociais são dirigidos por elas, que dizem se um país está evoluindo ou não, se se deve alterar os direcionamentos dos sistemas de saúde, se até uma indicação cirúrgica consagrada pelo tempo deve ser substituída por exigência da Bioestatística. Por isso, as estatísticas são de grande interesse e necessidade, para os governos e lideranças dos países.

O julgamento de uma nação, estado ou município é feito com base nos dados estatísticos. Eles condenam, por exemplo, perante as autoridades internacionais, os países cujas doenças endêmicas são transmitidas por insetos, aqueles que apresentam altos índices de analfabetismo e de inflação monetária. São as estatísticas os indicadores das transformações das massas. É, por isso, que elas classificam os países como pertencentes ao primeiro, segundo ou ao terceiro mundo.

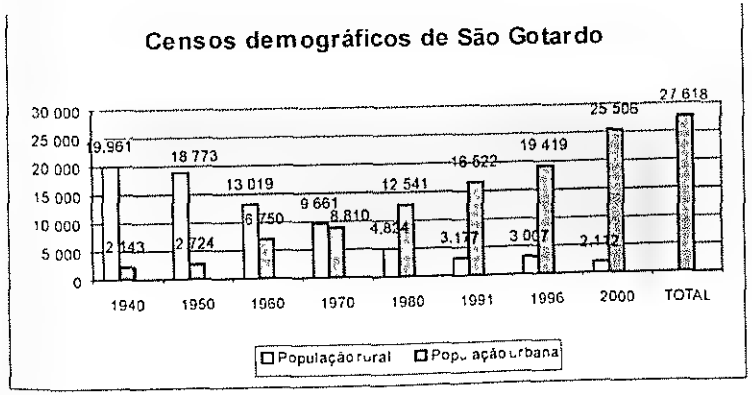
As estatísticas têm que "conversar" *quantitativamente* com o leitor; por isso, são representadas em gráficos com mostra de valores. Os dados estatísticos de todos os municípios do Brasil foram publicados em uma grande obra, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,* uma obra histórica, composta de 30 volumes, mandada imprimir pelo então diretor do IBGE, Dr. Jurandir Pires Ferreira, em 1959.

O IBGE em São Gotardo é dirigido pelo Sr. Hélio Soares Pereira, chefe da Agência local e pelos Agentes de Pesquisas, Sr. Roberto Mauro de Oliveira e o Sr. Celso Rodrigo de Almeida. Foram eles que gentilmente nos forneceram os dados estatísticos publicados nesse capítulo. Esses funcionários extrapolam as exigências daquela instituição pelo prazer científico de continuar por conta própria, extra-oficialmente, sem alterar naturalmente os dados oficiais, a manipular e transformar os dados obtidos no censo, dando oportunidade, a quem se interessar pelo assunto, de um melhor conhecimento da realidade do meio onde vivemos, inteirando-nos das transformações de nossas realidades sociais. Velejam rumo à História em um barco carregado de material muito precioso para quem tem interesse pelas ciências sociais.

Daquela histórica obra, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,* relativos ao município de São Gotardo, retiramos alguns dados de estatística demográfica. Deixemos que eles, agora ao lado dos dados obtidos pelo recenseamento de 2000, contem a história econômica e social do município.

RECENSEAMENTOS DEMOGRÁFICOS DE SÃO GOTARDO

DATA	Pop. urbana	Pop. rural	Total
1940	2. 143	19. 961	22. 760
1950	2. 724	18. 773	22. 609
1960	-------	---------	19. 769
1970	8.810	9. 661	18. 471
1980	12.541	4. 824	17. 365
1990	16.522	3. 177	19. 699
1996	19.419	3. 007	22. 426



Iniciaremos a história de São Gotardo através dos gráficos estatísticos, apresentando os censos demográficos de 1940 até o ano 2000.

Examinando a tabela mais de cima, que foi retirada daquele livro e o gráfico, feito por nós, notamos que a população registrada pelo primeiro censo de São Gotardo, em 1940, era em números redondos 22 mil habitantes e que havia uma desproporção gigantesca, com amplo predomínio da população rural sobre a urbana, na base de 19 por 2 mil (veja coluna 1940 no gráfico). A população de São Gotardo era essencialmente rural.

Em 1950 continuavam as mesmas proporções, com amplo predomínio da população rural, de 18 mil para 2 mil habitantes.

Em 1960, o IBGE não fez diferenciação entre as populações, fornecendo somente o total.

Em 1970, a contagem revelou quase o mesmo número de pessoas morando na zona rural e urbana. Houve um equilíbrio entre a população rural e urbana.

Em 1980, a população urbana apresentava números muito superiores à rural, na proporção de 3:1, uma inversão fantástica.

Em 1990, a proporção da superioridade da população urbana sobre a rural passou a ser de 5:1; praticamente não havia habitantes na zona rural.

Finalmente no ano 2000, início do terceiro milênio, houve uma esterilização da zona rural. Pouquíssimos habitantes ficaram nela. A proporção passou a ser de 13:1. Notar que em 1940 a proporção era de 10:1 a favor dos habitantes da zona rural.

Para termos uma idéia do despovoamento da zona rural, mostramos um gráfico da povoação do Gordura. Na página 335 há o gráfico que serve de modelo a todas as zonas rurais do município de São Gotardo, porque os processos sociais se dão igualmente em todas as regiões dos municípios, não diferenciando o Gordura dos Três Capões, dos Campos, do Cruzeiro ou de Guarda dos Ferreiros.

Vemos nele, "População do Gordura", que sua população era de cerca de 2800 a 3000 habitantes em 1940, e passou a 145 (cento e quarenta e cinco) no ano 2000.

Vamos interpretar esses gráficos, porque eles contam a história de São Gotardo. Antes de procurar fazer uma explanação dos fatos, devemos partir da premissa de que *onde existem riquezas, existe gente* e inversamente, *não existe gente onde não existem riquezas*. Riqueza é uma formação cultural; é ação e criação do homem, seguindo alguma motivação, exigindo, portanto a presença do homem. *O homem é um ser de desejos.*

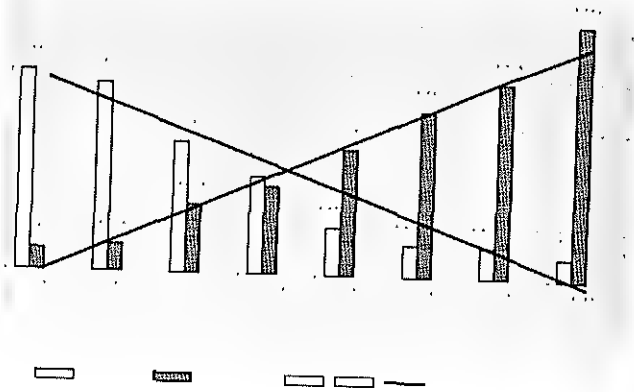
A partir do princípio de 1800, com o fim das minerações, estabeleceu-se um período de quase cem anos de muita pobreza, até que o café salvador entrasse em nossa vida. A economia do Brasil passou a ser o café, nos períodos colonial e monárquico. Só seria eleito Presidente da República, a partir de 1900, quem fosse cafeicultor ou tivesse apoio da oligarquia rural. O Brasil era só café.

Isso fez que a população se concentrasse na zona rural. As cidades nada significavam. Todo o mundo morava na zona rural. Apareceram construções fantásticas dos barões do café, residentes unicamente na zona rural, embora São Gotardo não chegasse a ter barões; somente alguns subtenentes.

Não existiam estatísticas no início da República, mas a população, podemos dizer, era exclusivamente rural. Pelo gráfico acima mostrado, constatamos isso. As cidades não tinham nenhuma expressão até o meio do século XX, até mais ou menos em 1960.

A partir dos fins de 1960 veio a crise do café, e daí para frente a população rural caiu drasticamente em números (ver linha descendente no gráfico), enquanto que a população da cidade aumentava nas mesmas proporções, drasticamente (ver linha ascendente no gráfico). As linhas de tendência no gráfico, na página seguinte, mostram uma queda contínua da população rural e tendência a uma subida contínua da população urbana.

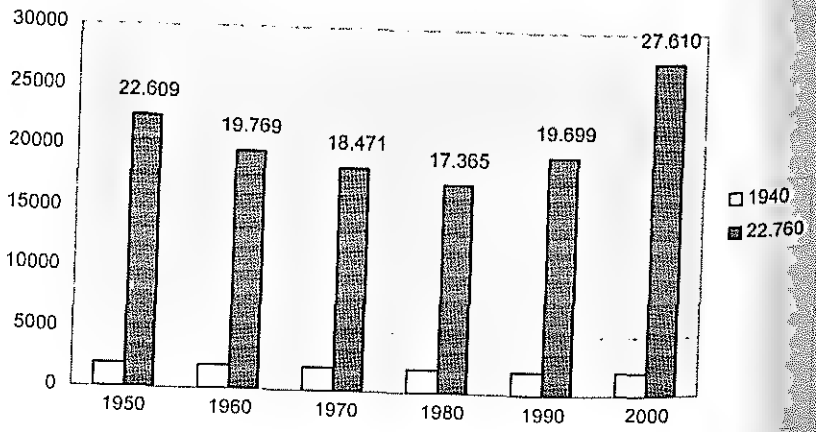
Linhas tendentes dos índices demográficos



Em 1970 foi o auge da diminuição da população rural e naturalmente o início da elevação dos números da população urbana. Foi o ano em que os números da população rural mais se aproximaram da população urbana (ver gráfico acima).

A expressão numérica desses fenômenos sociais se deu em conseqüência do desastre da economia rural. Se não existia mais café, riqueza rural, não havia mais razão para que aquele povo continuasse morando na zona rural. Como disse antes, *onde não há riqueza, não há gente.* Ficaram essas populações sem emprego; então correram para as cidades.

Gráfico dos TOTAIS



Vejamos agora o que aconteceu com o total da população de 10 em 10 anos. É a coluna que mostra o gráfico TOTAL para cada 10 anos, isto é, cada coluna representa um censo de 10 anos.

Como vemos, nesse gráfico, a população de São Gotardo, cidade, mostrou uma diminuição nos decênios de 1960, 1970, 1980, apesar da grande importação de população rural. Não encontrando emprego na cidade, que não tinha estrutura comercial ou industrial para absorver a mão-de-obra migrada da zona rural, essa população começou a migrar à procura de empregos, onde os houvesse.

Não encontrando emprego em São Gotardo, em 1960, 1970 e 1980, a população passou a migrar para outros estados, principalmente para os industrializados, que absorviam essa mão-de-obra rural, ou para zonas onde estivessem havendo aberturas de novos serviços rurais como acontecia em Goiás, Mato Grosso ou Paraná. Na curva dos TOTAIS (pág. 336, abaixo) vê-se uma diminuição progressiva da população do município de São Gotardo até 1980, quando houve uma intensa migração para o Estado de São Paulo ou para cidades do interior como Franca, Pedregulho, Uberaba etc.

Minas Gerais transformou-se, naquele período, no grande fornecedor de mão-de-obra para outros estados, pela desestabilização da economia do café.

Observando o gráfico, notamos que em 1990 a zona rural estava vazia; cessaram suas atividades. A população rural concentrou-se na cidade.

Com o aquecimento da economia agrícola, iniciada nos meados de 1980, a curva demográfica, que estava no nível mais baixo dos decênios, começou a subir novamente, atingindo seu máximo no ano 2000.

Essa curva ascendente indica que houve um aquecimento de nossa economia, e conseqüente aumento da população. Isso aconteceu com o início das atividades agrícolas da *Cooperativa de Cotia*. Havia nessas atividades grande quantidade de café também, mas a diferença era a tecnologia. A baixa tecnologia acabou com as lavouras artesanais à beira do Indaiá; a alta tecnologia ressuscitou o café do cerrado, com uma produção espetacular, dando emprego à população local que, insuficiente, teve que ser reforçada com migração de outros municípios. Houve uma inversão de valores da economia. De exportador de mão-de-obra, São Gotardo passou a ser importador, em grande quantidade. Efeito da nova tecnologia.

Para efeito comparativo, mostraremos uma tabela com as variações dos índices populacionais de alguns municípios do Alto São Francisco, região a que pertence São Gotardo, segundo o censo de 2000 (ver na página seguinte).

Variações dos Índices Demográficos de Alguns Municípios;

Abaeté	+0.28
Arapuá	- 0.76
Araxá	+1.53
Bambuí	+0.58
Campos Altos	+2.21
Carmo do Paranaíba	- 0.83
Dores do Indaiá	- 0.59
Ibiá	+1.50
Luz	+0.24
Matutina	- 0.78
Patos de Minas	+2.35
Santa Rosa	+1.78
Tiros	- 7.50
São Gotardo	**+5. 00**

Insisto em repetir que todos os valores fornecidos para esse capítulo foram fornecidos pela Agência do IBGE, em São Gotardo.

Hoje, quando se viaja em nossa região rural, por grandes extensões e em qualquer direção, zonas rurais anteriormente fervilhantes de habitantes em intensa atividade com o café, não se encontra nenhum habitante para dar pelo menos uma informação ao viajante. É como se diz popularmente na roça, "Se uma vaca atolar, ela morrerá", porque o peão sempre solitário nas fazendas, não arranjará nenhuma pessoa para ajudá-lo a tirá-la do atoleiro.

Quando fui visitar a Passagem dos Pintores, local de atuação da Real Extração de Diamantes, que se deu na virada do ano 1800, no Rio Indaiá, a 80 quilômetros de São Gotardo, notei um fenômeno muito interessante. Desde que deixei um trecho de 30 km de ligação asfáltica entre São Gotardo e Tiros, e entrei na estrada de terra em direção ao Rio Indaiá, não encontrei, num trecho de mais de 50 km, nenhum habitante ou transeunte, cavaleiro, pedestre ou residente, que pudesse tirar dúvidas sobre nosso direcionamento.

Passei por dois melancólicos núcleos de agrupamentos de casas, um na beira do Rio Borrachudos chamado Água Limpa (só que não vi ninguém por lá no momento) e Fragata, próximo ao Rio Indaiá; em seguida cidade de Cedro do Abaeté, na outra vertente do Indaiá.

Atravessados esses núcleos habitacionais, não se vê mais ninguém.

Casas rurais, antigas fazendas em ruínas, ausência de gado, única atividade rural. Se a cidade de Cedro do Abaeté ainda existe é por causa do Rio Indaiá que dá diamantes para alguns. É um município com terras boas, mas de uma solidão atualmente aterrorizante, em relação a um passado ativo para quem o conheceu.

A cidade de Cedro do Abaeté, sede municipal, emancipou-se de Abaeté em 1963. Tem atualmente 1297 habitantes, o segundo menor colégio eleitoral do Estado, com 970 eleitores. Não tem serviços de abastecimento de combustíveis. É preciso levar gasolina de reserva no carro ou ir a Abaeté, a 30 quilômetros para abastecer o carro. Também não há restaurantes nem hotel, embora seja sede de município.

Cerca de 40 quilômetros a montante no Rio Indaiá fica o Município de Serra da Saudade (antigo Melo Viana), com 834 habitantes e mais de 600 eleitores, o menor colégio eleitoral de Minas Gerais. Os dois menores são, portanto, vizinhos e banhados pelo Rio Indaiá. Não há também fornecimento de combustíveis nem restaurantes ou hotel. Tudo denota êxodo das populações para as cidades e municípios mais evoluídos.

Os arraiais, outrora numerosos (nos municípios que vão até ao rio) havia igrejas, postos policiais, postos de Saúde, dentistas práticos de grande utilidade social, grupos escolares, lojas, vendas (mini-mercados), farmácias, até cartórios, hoje tudo desativado. Mas têm energia elétrica e televisão para os poucos remanescentes como novidades, para satisfazer suas necessidades políticas. A luz elétrica foi como colocar vela na mão de um moribundo: chegou no momento da morte dos arraiais.

Os jovens não conheceram esses aglomerados rurais; só sabem que lá nasceram, de lá vieram e para lá nunca mais voltarão.

Ainda sobre o censo de 2000 - No censo de 2000 nota-se que São Gotardo teve um crescimento muito grande, comparando-se as estatística de 1996 com as de 2000. Ultrapassou quase todos os municípios vizinhos.

Mesmo com essa alta produção rural, a população do município de São Gotardo passou a ter 92% de residentes nas cidades e apenas 8% permanecem na zona rural. As sedes dos distritos são consideradas zonas urbanas, como Guarda dos Ferreiros.

Os recenseadores dividiram o município e a cidade de São Gotardo em setores, e assim apresentaram os resultados do censo 2000:

População total de São Gotardo: 27. 618 habitantes

População masculina ..... 14.184 pessoas
População feminina ..... 13. 483 pessoas
População urbana ..... 25. 506 pessoas (92%)
População rural ..... 2. 112 pessoas (8%)
Eleitores ..... 18. 800 eleitores
População analfabeta 10%

Distribuição da população de São Gotardo por zonas:

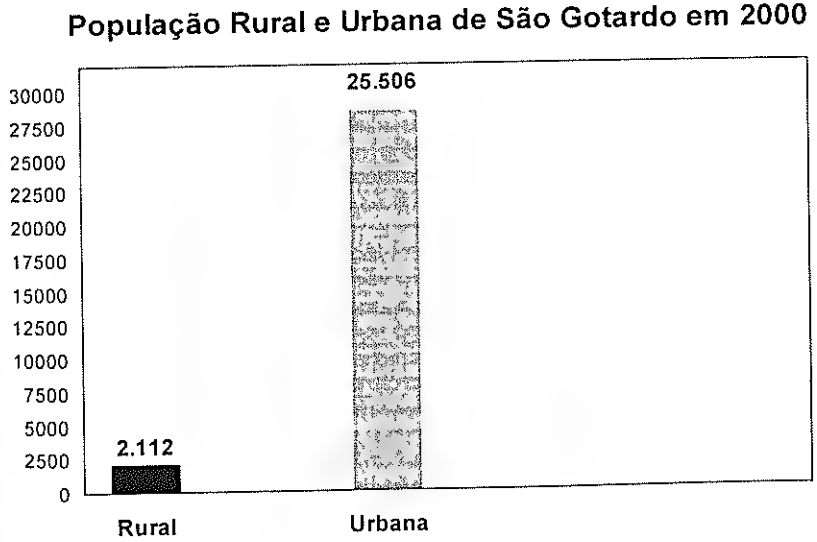
BAIRROS	HABITANTES
Centro	3.587
São Geraldo	1.893
Sol Nascente	762
Campestre	891
N.S. de Fátima	3.198
Santa Terezinha	818
São Vicente	3.000
Jardim das Flores	495
Boa Esperança	1.767
Taquaril	2.987
Alto da Bela Vista	3.236
Área Não-Urbanizada	121
Bairro Agrovila	338
Abaeté dos Venâncios	423
Vila Funchal	145
Guarda dos Ferreiros	2.551
São José da Bela Vista	38

Vamos auxiliar, pois muitas pessoas não sabem localizar os bairros pelos nomes:

- Bairro São Geraldo: é a Capelinha, na saída para Matutina.
- Bairro Sol Nascente: bairro novo, à direita da saída para Matutina, região do Matadouro Municipal.
- Bairro Campestre: é o bairro da região do Clube Campestre São Gotardo.
- Bairro Nossa Senhora de Fátima: é o Cargueiro antigo, hoje o bairro mais populoso e que mais se desenvolve em São Gotardo.
- Bairro Santa Teresinha: região das casas populares.
- Bairro São Vicente: vizinho da APAE e Asilo.

- Bairro das Flores, à direita da saída para Belo Horizonte, próximo ao açude.
- Bairro Boa Esperança: bairro novo, à esquerda do Papagaio.
- Bairro Taquaril: que continua o Papagaio para esquerda, região da igrejinha de N.S. do Rosário.
- Bairro Alto da Bela Vista: é o Papagaio de longas atividades são-gotardenses.
- Área não-urbanizada: seria a periferia da cidade. Residências e sítios beirando a cidade, mas afastados dos bairros.
- São José da Bela Vista: é a antiga Cerca Velha, outrora manancial de eleitores da UDN (mais de 400 eleitores), hoje com apenas 38.

Gráfico mostrando a população total de São Gotardo no ano 2000:



As Zonas Produtoras de Café e o Censo 2000

A Mata - A região da Mata já pertenceu a São Gotardo, hoje pertence ao Município de Matutina, por sua emancipação em 1954.

Em torno de 1950 era uma das regiões rurais mais habitadas que conhecemos, embora de péssimas condições sanitárias, que não poderiam ser melhoradas por causa do índice cultural muito baixo, onde imperavam e competiam a Doença de Chagas e a lepra, ambas em caráter endêmico.

O Rio Pirapetinga separa a região da Mata do município de São Gotardo. O grande produtor no município de São Gotardo (Gordura) é a região do Córrego Fundo, que fica na outra margem, direita, daquele rio. A Mata tinha grandes e numerosas plantações de café; pode-se até dizer que foi a região pioneira na cafeicultura, com o folclórico João Londe, ou João Lona, de saudosas e hilariantes rememorações. Substituindo o Sr. João Londe, veio mais tarde o Sr. Milton Barroco, que juntamente com o Sr. Olímpio Londe, eram os maiores "lavoristas" da região.

Havia amontoados de casas por toda a região, campo de futebol com campeonatos entre times locais ou regionais. Nas vizinhanças das sedes organizavam-se verdadeiros arraiais, com grande movimentação popular e vida social à sua maneira. Todos os sábados havia um forró animadíssimo.

O Zé Neto, gerente do Sr. Milton Barroco, era um vereador permanente, perpetuando-se na Câmara só com a votação das fazendas vizinhas, na região da Mata. Todo fazendeiro matava vacas e porcos semanalmente, para fornecer a seus armazéns, utilizados também pela população de trabalhadores de outras fazendas e da região.

Tão populosa era a região, que nos dias de eleições, para lá eram levadas duas urnas, uma para a fazenda do Sr. Olímpio Londe e outra para a do Sr. Milton Barroco. Seria muito mais fácil transportar duas urnas do que aquele povão para votar na cidade.

O recenseamento do ano 2000 mostrou uma região impiedosamente atingida pela recessão da cafeicultura. Essa região da Mata, hoje, tem 2 (dois) habitantes, dois peões de duas fazendas de pecuária. Por lá ficarão enquanto os filhos menores não precisarem de escola. As escolas rurais foram abandonadas e destruídas por falta de alunos. A Mata, hoje, não tem atividades econômicas a não ser pastoreio de gado por alguns pecuaristas residentes nas cidades. Como dizem por lá, jogaram BHC no povo da Mata, que fugiu maciçamente para as cidades.

O distrito do Gordura - Quem nos informou muito bem sobre o Gordura, como sempre, foi o Sr. Lazito de Souza, um gordurense da velha guarda, com 78 anos, que participou do processo histórico daquele distrito, sua evolução e involução econômica e social.

Para iniciar, devemos frisar que o censo de 2000 forneceu números frios, deprimentes, para o Gordura. Registrou somente 145 (cento e quarenta e cinco) residentes, número que engloba a população da vila e da roça. O mesmo distrito do Gordura que, em 1947, tinha mais de mil eleitores registrados. Podemos dizer que aqueles 145 já não estão lá.

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder ditatorialmente em 1930, proibiu que se realizassem eleições no Brasil, para presidência, governadores dos estados, prefeitos e câmaras. Após a guerra, quando o mundo passou a exigir a substituição dos regimes ditatoriais, causadores daquela guerra, lutando por governos democráticos, Getúlio, como um dos ditadores, foi deposto pelas Forças Armadas, em 1945.

Em 1947, foram convocadas eleições para todos essas instituições. Para presidentes apresentaram-se como candidatos Gal. Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, e o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN. Para Governador, foi eleito Dr. Milton Soares Campos. Para aquela eleição alistaram-se no Gordura cerca de 1.200 eleitores, excluindo os analfabetos, os menores e os incapazes. Votaram mais de mil eleitores.

Conforme o censo de 1940, o analfabetismo na zona rural era de 73 %; portanto para se fazer 1000 eleitores numa população analfabeta teria que haver cerca de 3000 habitantes ou mais. No censo 2000, Guarda dos Ferreiros registrou 2500 habitantes, sendo 1500 eleitores. Por isso podemos afirmar que o Gordura devia ter mais de 3000 habitantes. Vamos então repetir: no Gordura alistaram-se mais de mil eleitores, em 1947.

Monocultura do café - A economia rural do município de São Gotardo era uma monocultura, o café. Era cultivado em toda a zona rural. A cidade era um pólo sem nenhum significado econômico; nada representava em relação à zona rural onde o povo vivia.

O forte da plantação do café no distrito de Gordura era o famoso "Corgo Fundo", que com o contínuo aumento do cultivo do café, passou a apresentar um progressivo aumento numérico de sua população desde o princípio dos anos 1800 até 1940. Cremos que essa população não aumentou muito mais, porque a Doença de Chagas não deixava: ela dizimava grande parte da população. Até hoje, na boca do povo, são famosos os barbeiros do "Corgo Fundo". Ainda pegamos parte dessa população; talvez nenhum de seus componentes permanecesse indene àquela doença.

As lavouras de café eram nas vertentes do Rio Indaiá, iniciando-se no Arraial do Gordura, hoje Vila Funchal. O Córrego Fundo é um

córrego que, nascendo próximo ao Arraial do Gordura, desce e deságüa no Indaiá, com uma extensão talvez de 18 quilômetros.

Esse córrego fica entre dois espigões, que também se iniciam no Gordura e descem em direção ao Rio Indaiá. O Córrego Fundo separa os dois espigões; por isso é topograficamente tido como *fundo*.

Um daqueles espigões toma a direção esquerda do Gordura e é mais ou menos paralelo ao Rio Pirapetinga, o mais importante afluente do Indaiá, que nasce também nas Perobas, próximo ao Gordura. Eis porque esse espigão se denomina Córrego Fundo - Pirapetinga. Fica, portanto à esquerda do Córrego Fundo, entre ele e o Rio Pirapetinga. É nesse espigão que fica nossa propriedade, nas proximidades do Campo Grande.

O outro espigão, que forma a margem direita do Córrego Fundo, inicia-se no Gordura e vai direto ao Rio Indaiá. Chama-se Córrego Fundo Boa Vista. As vertentes desses dois espigões, assim como ambas as margens do Córrego Fundo, eram atapetadas por lavouras de café. Ali estava a economia de São Gotardo.

Contribuindo para aumentar o povoamento do Córrego Fundo desceu da Bahia uma baianada, às centenas, que compraram lotes no Córrego Fundo, de um tal Jorge, de Dores do Indaiá; cada lote medindo cerca de 30 alqueires de terra. Com a chegada de novos bandos de baianos, sem dinheiro, começaram a se apossear de terras devolutas, sem donos. Cercaram, cultivaram e plantaram café em grande quantidade, ajudando a povoar o distrito do Gordura. Mais tarde, conseguiram legalizar essas terras em seus nomes. Assim chegavam e estacionavam em qualquer lugar.

Essa zona do "Corgo Fundo" era densamente povoada, em função do cultivo do ouro verde, o café. Como Portugal, que no tempo colonial dependia do diamante do Tejuco para manter de pé a sua economia combalida, da mesma maneira São Gotardo dependia do Córrego Fundo para sua sobrevivência econômica.

O gráfico 2 (pág. 335) - "População do Gordura" - mostra em números traumatizantes que a zona rural virou ermo, e sua população veio aquecer a economia das cidades. O gráfico 1 - "Os índices demográficos contam a história do Gordura" é só para mostrar que aquela população de cerca de 3000 habitantes nos anos 40, foi praticamente varrida de seu *habitat* no ano 2000.

O arraial do Gordura - *No Arraial do Gordura*, aos domingos, era difícil arranjar um lugar para estacionar cavalos, único meio de condução na época. Todas as estacas estariam já ocupadas para quem chegasse mais tarde. Se alguém chegasse de égua teria que amarrá-la mais longe; caso contrário, seria um aranzel no arraial.

O movimento no arraial era intenso: cavaleiros exibindo suas montarias e perícias, jogos de futebol em campo no centro do arraial, em frente à igreja. No gramado em frente à igreja, alguns mais alcoolizados dormiam "narcotizados" (cachaça, porque naquele tempo ninguém conhecia drogas). Intensificavam-se esses movimentos aos domingos de missa rezadas pelo Padre Cirilo, um crioulo intrépido, atrevido, arrancado das margens do Rio São Francisco, sem muito polimento, muito apropriado para a época, mas de um coração enorme em bondade, amigo de todos nós. Se levava um crucifixo ao pescoço, levava também uma garrucha na cintura.

Violou as normas do Legislativo de Matutina, que mandou fixar seu nome numa placa de rua daquela cidade, ainda vivo. Houvesse nome de ruas no Gordura, Campos, Cruzeiro, poderia estar lá também o seu. Como ribeirinho (Rio São Francisco), não tinha medo de enfrentar os Rios Indaiá, Funchal, Borrachudos ou Pirapetinga nos tempos de vaus, usando o meio de condução da época, o cavalo. Passou a ser, além de religioso, uma pessoa folclórica, a pertencer à história de uma região. Duvidamos que nos momentos de aperto, em lugares suspeitos, durante suas viagens, ele passasse a mão no Cristo pendurado no pescoço. Seu reflexo seria passar a mão na cintura, à procura da *Laporte* trochada de dois canos, 44. Nem a Doença de Chagas conseguiu desequilibrá-lo nas suas 8 décadas bem vividas. "A sua bença, Padre Cirilo!" Certo dia, soube de comentários desairosos e sem fundamentos feitos pelo Sinhozinho a seu respeito. Não titubeou; convidou-o para, na praça, tirarem as diferenças. Afinal, teve muita dificuldade para decidir entre ser padre ou jagunço. Optaram por ele - seria padre!

O Arraial do Gordura ficava pequeno para tanto movimento. As vendas cheias; a cachaça rolava; cerveja quente, espumando em cima dos balcões de madeira, sobre os quais todos se assentavam, pois não havia geladeiras. Crimes, com alguma freqüência. O Zé Maria Pereira estava lá, chefiando o departamento dos crimes.

Nos dias de semana o movimento era mais de carros de bois e cavaleiros em serviços. Com freqüência havia 20 a 30 carros de bois transportando café para a máquina de beneficiar no arraial, onde a boiada e cavalos soltos no pasto bebiam água em volta da máquina de beneficiar café. Era um ambiente febril, bonito.

Havia na cidade duas lojas completas para a época, a do Vicente Mascate onde o Lazito foi balconista do João Goulart e mais dez vendas, que eram o que se chama hoje mini-mercados. Nelas vendiam cachaça; fumo; pregos; brochas para cercas; víveres de toda qualidade, como macarrão, sal, querosene, farinha, arroz, bacalhau, feijão, pólvora, chumbo e balas.

Espalhadas na zona rural havia mais 4 vendas, uma mais próxima ao Indaiá, no Córrego Fundo-Pirapetinga, do Abílio da Cota e outra mais para cima, no Campo Grande, do Zé Levindo no espigão da esquerda. No espigão da direita, ou "Corgo Fundo"– Boa Vista, as vendas do Pedro Isolina Clemente e Jair do Clemente.

Com muita gente transitando pelas estradas a pé ou a cavalo, o movimento nas vendas de beira de estradas era constante. Sol quente, estrada de terra branca, refletindo ainda mais o calor. Era necessário uma parada nas vendas para uma água, antes de chegar ao arraial ou de volta, uma pinga e uma prosa sobre o preço da arroba de café.

Portanto, o comércio se espalhava também para a zona rural, mais distante da vila, onde as noites com muita gente eram quentes e divertidas. Havia na vila uma farmácia, a do Freitas, um baiano, que depois passou para o Montuori e depois para o Itagiba de Melo. Havia um Cartório de Paz, do Sinhozinho, que morreu com uma facada (operamo-lo; tinha uma grande lesão no fígado). Nesse cartório se passavam escrituras (hoje um prédio em ruínas), casamentos, batizados etc. Muito divertidos os noivados ("norvados") para os casamentos no cartório. Um bando alegre e zoeirento de cavaleiros acompanhando os noivos, também a cavalo. Tiros de garruchas e carabinas "sarvavam" os casamenteiros durante o cortejo. Numa dessas, o João Nuta disparou um tiro na nuca de seu cavalo matando-o. Foi por acidente.

Havia uma padaria: fazia-se pão no Gordura. Luiz Rosa era um famoso seleiro, fabricava arreios de primeira categoria. Havia duas ferrarias: a do Antônio Frederico que fazia carros de bois completos com as ferragens; a outra do Zé Vito Frutuoso, que só ferrava.

Automóvel ninguém tinha nos anos 40. Só apareceram por lá depois da guerra de 1945. O primeiro caminhão foi do Sr. José Mendes, pai do Mundinho Mendes, parece que um *Chevrolet Gigante*, que transportava só 40 sacos de café. Tinha também um *Fordinho* 29.

No espigão da esquerda do Córrego Fundo, situado entre ele e o Rio Pirapetinga, portanto o Córrego Fundo-Pirapetinga, havia mais de cem lavouras de café. Certamente teria cerca de oitocentos a mil habitantes. Hoje deve haver uns quatro. Citaremos alguns dos "lavoristas" de então, no espigão Córrego Fundo-Pirapetinga:

▶ Zé Pereira, o chefe político da antiga Perobas e posteriormente do Gordura, mantinha um grupo escolar dentro do terreno que hoje me pertence. Professora era D.Ana, esposa do Otávio Resende, o carapina.

▶ Lau Pereira, também dentro de nossa propriedade, onde resistem ao tempo frondosas mangueiras, jabuticabeiras e jambeiros, tudo ainda produzindo. Naquele local, o velho Lau Pereira, já esclerosado, achando que sua mulher, bem mais jovem do que ele, estivesse olhando demais para a estrada movimentada que passava em frente à casa, resolveu atirá-la

dentro da cisterna e jogou, mas não morreu. Tratei de seus traumatismos.

▶ Joaquim Correa de Oliveira, Carolino, Zé Delfino, Cassiano Delfino eram baianos com várias lavouras naquele espigão do Campo Grande. João Morais, Zé Messias, mais para baixo em direção ao rio. Zé Inacinho, Levindo Inácio, Zé Gama (sede de nossa fazenda), Zé Bueno, Zé Tonho, Alcebíades, os Malaguetas e a família dos Paulinos: Alfredo Paulino, Júlio Paulino, Lino Paulino, Antenor Paulino e Juca Paulino.

▶ O Zé Jacinto era atirado a "farmacête"; tinha uma minibotica naquela região rural.

▶ Zé Pedro Dimas; Sergipe Pimenta; Quinca Correa, marido da Cota Baiana e seus filhos Sebastião, Teodorico, e Zé do Quinca. Dico Inácio, Joaquim Rocha e depois o Zé Prata.

▶ A família do Chico Ferreira, marido de D. Benvinda, que eu operei, conseguia uma grande produção. Jucão dos Santos, da família dos Santos, João, Vicente, Braz, Sinfrônio e Geraldo Santos: todos produtores e todos chagásicos registrados em nosso arquivo.

▶ Zé Claro, sogro do João Nuta, que numa comemoração de noivado matou dois cavalos: um com um tiro disparado na nuca e o outro por traumatismo. Conhecemos o João Nuta, jogador inveterado.

Essa lista nos foi dada em um momento curto de conversa pelo Sr. Lazito de Souza. Ele mesmo disse que faltava muita gente para ser citada. Muitos desses habitantes do Córrego Fundo ainda foram clientes nos anos 50, e todos sem exceção, tinham Doença de Chagas.

Alguns "lavoristas" do espigão da direita, ou Córrego Fundo Boa Vista:

▶ Augusto Vetti, pai dos Melo: Luytprant, Antônio, Itagiba, Zé de Melo.

▶ Pedro Isolina, que tinha lavoura e uma venda naquele espigão. Antônio da Isolina.

▶ A baianada: Clemente Ribeiro Guimarães, pai do Dico do Clemente, por sua vez pai do Teotônio e Zé Pinto. Lecíndio Lélis (hoje pertencente ao Gumercindo), Serapião, Zeca do Lélis, Mário do Lélis, Tico do Lélis ou Elmano, Manoel Merquia e ainda Zé Merquia; Oscar do Merquia; Anísio, genro do Clemente.

▶ Manoel Antônio de Oliveira, este tinha uma família muito grande, 18 filhos, todos labutando na produção do café. Já veio velho da Bahia.

▶ Adolfo Ribeiro, que depois foi associar-se com meu pai em pecuária.

▶ Major Leopoldino Pereira, onde hoje é do Dr. Zé Augusto, era sogro e tio do Luytprant de Melo.

▶ Zeca Pinto, Isaías Mélia (irmão do Zé Mélia, da Matutina), com seu filho Ageu e o genro Zé Luís.

▶ Waldar Benício, baiano do qual eu cortei uma perna, por causa de um tiro disparado; Bafail baiano; Ofri, genro do Zé Malica.

▶ Luytprant de Melo, grande produtor e repentista, também no espigão da Boa Vista.

▶ João Garcia; Amadorzinho; Teto Maricota; Emídio Maricota, pai do Lazo do Emídio; Toinzinho do Cride; Amador Ribeiro; Luquinha Baiano, com Zé Luquinha e Tito Luquinha.

▶ Outro baiano, o Timóteo Pereira da Costa, pertinho da confluência do Córrego Fundo com o Indaiá. Matias Velho; Antenor Velentino, no pontal do Córrego Fundo com o Indaiá, abaixo 8 km da ponte do João Garcia, onde se atravessava a cavalo para se ir a Quartel Geral e Abaeté.

A quebradeira do café - Informou-nos a esse respeito o Zé Laurindo, assim como outros "lavouristas" ("lavourista" ainda é um termo específico e exclusivo para quem plantasse café) de café, que viveram naqueles movimentos toda sua vida, desde suas infâncias, tempo em que o café era a mola-mestra daquelas regiões: Cruzeiro, Três Capões, Gordura, afinal em todo o município.

Nos fins de 1960, surgiu uma doença no café chamada "ferrugem". A lida das lavouras de café na época era feita por cafeicultores praticamente analfabetos, cujos conhecimentos não iam além daquela fruta de café que, vindo da flor, ia até à máquina de beneficiar e dela faria dinheiro.

Aliás, para se ter uma idéia do nível daqueles que produziam o sustentáculo da economia de São Gotardo, ninguém usava adubo, ou mesmo conhecia este produto. O adubo chegou à nossa região somente na década de 60, como uma novidade, tanto que o pioneiro que tentou vender adubo e calcário para os cafeicultores na região, praticamente em sacolas, passou a ser chamado de "doutor adubo". Deveria ser chamado de Colombo, o do ovo.

Seus produtos ficaram desacreditados depois de certo tempo. Ele também, porque o calcário era colocado exclusivamente na cova do café, empelotado. Depois de certo tempo, na capina da lavoura, verificaram que o calcário estava lá como foi colocado. Então aquilo "não valia de nada". Afinal, aquela geração cinqüentenária de cafeicultores não sabia nem a utilidade do calcário. Conhecimentos sobre defesa sanitária eram também, como a cultura geral, zero à esquerda. O "Dr. Adubo casou e mudou" e dele não se teve mais notícias.

A "ferrugem" é um fungo que ataca as folhas do café e que se não for pronta e eficientemente combatido, acaba destruindo toda a lavoura. Sem nenhum conhecimento tecnológico ou conhecimentos gerais, principalmente sem suporte econômico, os cultivadores de café, apavorados, viam a cada dia suas lavouras serem destruídas pela doença. De onde veio essa doença que se alastrava tão rapidamente? Até hoje ninguém sabe. Alguns diziam que teria vindo nos sacos vazios comprados para embalar o café.

Mas o certo é que as lavouras acabaram; a economia rural sofreu seriíssimo golpe. O Banco do Brasil passou a estimular, dar dinheiro para a erradicação das lavouras combalidas. Até lavouras produtivas foram erradicadas. Acabou a produção do café. Veio a devastação, a quebradeira na zona rural.

As conseqüências sociais e econômicas foram desastrosas. Até hoje elas são notadas por todos. A mídia teve, a partir daquela época, matéria constante para noticiar as desordens sociais que se estabeleceram em conseqüência da superpopulação urbana causada pelo êxodo rural, entre elas o banditismo.

Vinte pessoas são assassinadas por dia em São Paulo; outras tantas no Rio de Janeiro. E nas outras capitais? Um dia desses, pela madrugada, ouvindo pelo rádio essas chacinas humanas, perguntei ao meu travesseiro se os cemitérios nesses grandes centros teriam área suficiente para tantos sepultamentos, ou como deveriam ser feitos. No meu tempo de estudante havia deficiência de cadáveres para estudos na faculdade... Haverá excesso hoje?

Alguém, no entanto, dirá que todos esses acontecimentos estarrecedores nas grandes cidades são conseqüentes de drogas. Aceitando-se essa premissa devemos pesquisar e aceitar quantos descendentes desses lavradores se entregaram ao comércio das drogas, bastante rentável, como única opção de vida.

Apesar de toda essa baixa tecnologia, contando apenas com a ajuda da natureza, os proprietários das lavouras, que enxergavam apenas alguns metros à frente de seus narizes, com uma tecnologia que não ia além de uma capina entre duas colheitas, as lavouras, graças a Deus, antes do aparecimento da ferrugem, ainda produziam durante 50, 60 anos; algumas já se aproximavam de 80 anos.

Os índices de produção dessas lavouras sem uso de tecnologias eram muito baixos. Elas produziam como Deus mandasse; não chegavam, às vezes, a produzir 10% do que as lavouras bem tratadas produzem. A verdade é que os produtores nem sabiam que a produção pudesse ser muito mais alta. Nunca tinham visto uma lavoura tratada, obedecendo à tecnologia.

Esses índices de baixa produtividade determinavam o padrão de vida que os produtores deviam levar. Porém sempre muito modestos, não tinham maiores despesas. Quando muito ousavam comprar um jipe, a condução que desbancou o cavalo.

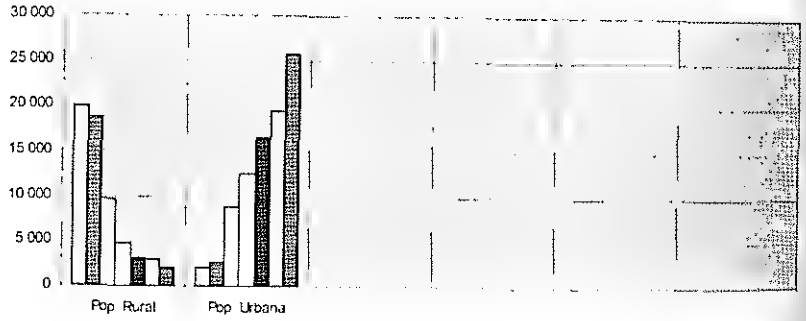
Descobriu-se, então, que as lavouras teriam que ser tratadas com defensivos agrícolas e que o terreno teria que ser corrigido; que as lavouras deveriam ser adubadas, afinal, cuidadas, para que continuassem como sempre foram, a única fonte de renda dos ruralistas, como em tempos anteriores foram em nossa região os garimpos.

Esses novos acontecimentos levaram os cafeicultores ao pânico e ao desespero. Com a baixíssima produção de suas lavouras, com tecnologia pouco à frente da indígena, não tinham condições financeiras para enfrentar essas novas exigências. As lavouras eram, no entanto, suas galinhas de ovos de ouro.

Sem condições para enfrentar essa nova e terrível eventualidade, os "lavouristas" abandonaram as lavouras à ferrugem e elas começaram a morrer. Até o Banco do Brasil começou a dar dinheiro para erradicar essas lavouras decadentes para que em seu lugar fossem cultivadas outras modalidades de produção como a pecuária, fruticultura, etc. Seria uma produção alternativa. Os terrenos de café, todavia, com sua péssima topografia, erosados, não se prestavam a essas alternativas; sem adubação só serviam para a cafeicultura. Muitas lavouras eram financiadas e foram entregues ao banco como pagamento pelos lavradores em desespero.

O povo desempregado passou a procurar as cidades. Começou o êxodo rural. O último censo mostrou que essas zonas altamente produtivas e, conseqüentemente muito povoadas, viraram um ermo, um sertão abandonado.

Dados comparativos das populações



Apresentamos agora um gráfico que mostra dois blocos com sete colunas: um à direita, outro à esquerda. Os blocos representam quantos censos já foram feitos. São oito: 1940, 1950,1060, 1970, 1980, 1990 e 2000. Cada bloco representa os valores de todos os recenseamentos já realizados; o da esquerda para a população rural e o da direita para a população urbana.

O bloco que representa a população rural, da esquerda, mostra a queda vertiginosa dela. À direita a ascensão também rápida, e conseqüente da diminuição da rural, à esquerda. É a chamada *imagem em espelho*, em que o bloco da direita é completamente inverso da esquerda, como se fossem vistos individualmente por um espelho, colocado naquela linha vertical, separando os dois blocos de colunas.

Lavoura saudosista - Zé Laurindo diz que está plantando café nos Três Capões, uma região que antigamente, no tempo de seus pais, produzia muito café. Disse que outros produtores também estão plantando, comedidamente, porque há muitos fatores que impedem o desenvolvimento da produção pelos pequenos e médios lavradores.

O principal fator são as leis trabalhistas. Ninguém pode ter empregados, como antigamente, residindo nos terrenos das lavouras. Hoje, se isso acontecer, os proprietários correm o risco de se tornarem vítimas das leis e terem que entregar suas propriedades à Justiça.

A solução seria levar peões da cidade para cuidar das lavouras. Levar pela manhã e trazer à tarde, porque teriam que pagar até suas dormidas nas plantações, como horas-extraordinárias. Mas se essas novas atividades funcionassem, disse-nos ele e se algum dia houver racionamento de gasolina, seria como dar nova onda de ferrugem no café. Tudo estaria perdido. Sem contar os preços do transporte atualmente, em tempo de normalidade.

Se alguém ainda teimar em levar peões da cidade para produzir café, será multado, porque o governo achando que as leis trabalhistas são insuficientes para produzir empecilhos ou mesmo impedir a produção, manda a polícia rodoviária, numa atuação muitas vezes agressiva, à beira do asfalto, até multando aqueles que tentam produzir e bloqueando a mão-de- obra essencial para a produção de riquezas, para uma nação que tem os maiores índices de taxas de impostos do mundo. Ninguém deve condenar, com conhecimento de causa, aqueles que a cada dia se alistam abnegadamente no comércio das drogas.

É uma situação irrecuperável. O governo vigiando os produtores com as leis trabalhistas, como o gato vigia os ratos. É preciso sustentar, afinal, um Judiciário, que como disse o ex-presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, uma entidade caríssima entre nós. Um dia, esses gatos pingados, que teimosamente tentam produzir café nas terras brancas primitivas de nossa região, terão tudo tomado para pagamento das leis trabalhistas e seus executores.

No Cruzeiro, há agora um latifundiário, banqueiro, que está comprando toda a região. Inúmeras fazendas, antigas produtoras de café, que naquela região davam emprego a 200 ou mais pessoas, hoje estão totalmente dedicadas à pecuária, função que emprega um ou dois peões de gado.

Corolariamente à falta de empregos nas cidades, para todos aqueles trabalhadores que vieram dos cafezais desfeitos, vemos a formação de falanges de bandidos, assaltantes, e comerciantes de drogas, para se manterem. Bandos que já estão invadindo as pequenas cidades, antes indenes às suas atuações criminosas. Quem nos fala de tudo isso é o censo demográfico do ano 2000, este fantasma.

Ora aos poucos, ora aos montes, o povo saiu da zona rural e migrou para a cidade. A zona rural ficou deserta. Nosso espigão do Córrego Fundo, que margeia o Pirapetinga, digo nosso, porque tenho lá uma propriedade pastoril onde não mora mais ninguém. Custamos a acreditar no que ouvimos de pessoas mais antigas sobre aqueles locais, sobre o seu ontem e seu hoje. Só pensamos na solidão daqueles ermos, e a respeito daquelas numerosas cruzes nas beiras das estradas, denotando que por ali passava muita gente; bravas umas, que matavam; outras, acometidas por morte súbita, com muita freqüência, vitimadas por doenças endêmicas que se perpetuavam na região.

Às vezes, acompanhando gado até às margens do Indaiá, fico pensando nas atividades que davam vida e vigor àquela região. Haveria casas em todas aquelas grotas e ladeiras. Ouvir-se-iam tropéis de cavalos abafando as conversas, que quebravam a solidão daqueles espigões. Gente enchendo as vendas de beira das estradas naquelas noites tipicamente sertanejas. Mas aqueles foram outros tempos. Seriam bons, ruins? Não foram percebidos ou vividos? Quem sabe...Afinal, cada um vive como pode e como quer.

Aquelas pessoas citadas não existem mais, desapareceram com suas lavouras. Nessas viagens não se vê nenhum ser humano naqueles espigões, nem vestígios de plantações. O Rio Indaiá, que corta nossos pensamentos e divagações, correndo em silêncio, preguiçosamente, nega-se a declarações sobre a história do Córrego Fundo. É um arquivo mudo.

A qualquer pessoa idosa que se perguntar sobre a qualidade de vida daqueles tempos dirá, certamente, que eram tempos melhores. "Tempos que não voltam mais", dizem saudosas e sem juventude... A saudade tapa a realidade.

Aqueles dois espigões separados pelo Córrego Fundo estão mortos. Dos milhares de habitantes restam 140 pessoas, contando com os habitantes do atual arraial. Ele morreu; existem dois botecos abertos, mas sem nenhuma pretensão; as casas em ruínas, a maioria e as restantes, fechadas. Relembrar que as 140 pessoas são contadas com quem mora em alguma roça ou em fazendas. Aquele arraial e a sua zona rural nunca mais serão recuperados.

Dr. José Augusto, com fazenda no espigão da Boa Vista, negou-se acreditar nos números apresentados pelo IBGE sobre a população do Gordura. Informou-nos que naquelas encostas do Córrego Fundo, quando o pasto está muito baixo, ou após a passagem de um fogo, podem-se ver vestígios de plantações de café. As fileiras do café não eram plantadas transversalmente como deveriam, para evitar erosão; eram no sentido vertical do morro, para facilitar as capinas. Sinais de ranchos há para todo lado; restos de esteios, grupos de mangueiras, macaúbas mostrando que ali já morou alguém que não poderá voltar mais para mostrar aos atuais habitantes sua antiga residência.

Se algum pecuarista precisar de alguns peões para algum serviço nas fazendas, lá no Gordura, precisa levá-los da cidade, porque lá não existe mais mão-de-obra; só que se corre o risco de ser multado pela polícia rodoviária, por levar peões em caminhonetes.

O Cruzeiro - A região do Cruzeiro era também uma região grande produtora de café, como todo o município de São Gotardo. O Arraial do Cruzeiro tinha cerca de 40 casas habitadas, aproximadamente 200 pessoas só na "cidade". Era uma zona intensamente povoada, principalmente naqueles tempos "aquecidos" pelo café.

No tempo das colheitas, a zona rural do Cruzeiro tinha uns barracões enormes para abrigar os apanhadores de café que vinham de fora, de outros municípios. Apesar de ter muita gente na zona rural, eles não eram suficientes para atender à "panha do café" em toda a região, numa mesma época. Vinham muitos apanhadores de café do Triângulo Mineiro, Sul de Minas e outras regiões, com fazia o Sr. Paulo Aguiar que trazia muita gente de Araxá, sua terra; outros oriundos de Lavras, que iam buscar os trabalhadores na sua região de origem.

Aos domingos, a "cidade" do Cruzeiro apresentava uma grande movimentação. No mês de maio, com as festas de coroação de Nossa Senhora, juntava gente de Santa Rosa (ainda não era cidade), Três Capões, Campos, para arrematar leilões, que eram "gritados" pelo Zizi do Zuiz, conhecido como Fuzil.

No Cruzeiro havia uma loja muito bem sortida, do Zé Caetano e mais sete vendas. Tinha farmácia, dentista e grupo escolar. Hoje é um ermo solitário, naturalmente sem nenhum recurso, que vive de saudades.

Hoje moram no Cruzeiro três famílias. Não há uma venda para se tomar um copo de água, a não ser em casa residencial.

Três Capões - Era um arraial em tudo semelhante ao Cruzeiro: o mesmo comércio, o mesmo movimento de cultivo de café, um local de vida intensa. Hoje novo ermo a lamentar o passado. Devem morar cerca de cinco famílias teimosas lá, ainda.

Campos do Domingos Pereira - Era um local de grande movimento de café. Não chegando a ser um arraial, tinha uma loja muito boa, do Quinca Novato, que pertenceu ao Zé Caetano e um grupo escolar. Hoje é uma saudade, à beira da antiga estrada que ligava São Gotardo a Belo Horizonte.

Gabriel Rodrigues Ribeiro

Esse capítulo refere-se a um indivíduo do qual poucos habitantes de São Gotardo sabem de sua existência. Fiz uma pesquisa a esse respeito, que confirmou tal fato. Não tem nome em rua, na cidade. Parece, então, que estaríamos nos desviando de nosso propósito inicial: escrever sobre pessoas históricas que deram nome a uma de nossas ruas.

Mas de onde e por que fui buscar tão desconhecido personagem, para ser apresentado aos leitores, em um livro sobre a história de São Gotardo? Esse personagem foi trazido pela História, que demonstra seu valor – trazer para o presente coisas importantes do passado ou relembrar valores que já foram esquecidos.

Na realidade, estou levando em consideração, também, o nome do livro, *Raízes de São Gotardo,* que tem por meta mostrar as raízes de famílias, que em conjunto ou individualmente, contribuíram para formar a história dessa cidade.

Então passamos a apresentar esse "novo" personagem de nossa história, o **Sr. Gabriel Rodrigues Ribeiro**. Para quem não sabe (quantos sabem?), fique sabendo que ele foi uma raiz de extrema importância para a formação de nossa história, embora totalmente desconhecido pelo povo de São Gotardo, a não ser por alguns (dissemos alguns) descendentes, que guardam e transmitem aos mais novos, atos e acontecimentos de sua passagem entre nós.

Como já transcrevi em outro local, vieram para a "Confusão" (hoje São Gotardo), de origens várias e em épocas não muito diferentes, alguns pioneiros que se instalaram em nossa região, como Domingos Pereira Caldas, Joaquim Gothardo de Lima e Gabriel Rodrigues Ribeiro, entre outros. Todos, mais ou menos, nos meados do século XIX.

Domingos Pereira fixou-se numa região de terrenos de campos, hoje cognominada pela história "Campos do Domingos Pereira", onde se apossou de grandes glebas de terras, a maioria de má qualidade. Joaquim Gothardo de Lima teve uma passagem efêmera como um cometa, discutível, obscura, permanecendo na região por um período muito curto. De sua chegada à sua morte decorreram apenas nove anos, que não foram passados só em São Gotardo. Logicamente deve ter se apossado de alguma gleba de terra,

que preferiu deixar para trás, preferindo garimpar em outras regiões, atividade mais promissora do que as agrícolas ou pastoris, em São Gotardo.

Quase na mesma época chega o Sr. Gabriel Rodrigues Ribeiro, de Carmo do Cajuru, próximo de Divinópolis, acompanhado de seu genro, José Rodrigues, que mais tarde se transformaria no famigerado Capitão Zé Rodrigues. Compraram, sogro e genro, as melhores partes de terras de culturas, férteis, de Domingos Pereira Caldas que os antecedera e se lançaram ao trabalho, diferentemente de seu antecessor que não demonstrava nenhum desejo de realizações. Também Joaquim Gothardo aqui esteve, ao que tudo indica, apenas de passagem; praticamente não exerceu atividades de importância para nossa região. Participaram, na realidade, de uma frente de pioneiros, sem participarem efetivamente da História, porque *História é realização, é transformação de um período histórico vivido.*

Diferentemente de seus conterrâneos, Gabriel e Zé Rodrigues, com suas ações e feitos, começaram a lançar profundas, fortes e produtivas raízes no sentido da colonização de nossa região. Aqueles dois precursores, Domingos Caldas e Gothardo, com ações praticamente inexistentes, se esmaeceram com o tempo, não ocuparam o espaço onde se estabeleceram, porque não lançaram raízes em nosso solo e se as lançaram, foram diminutas, sem condições de criar e sustentar uma árvore genealógica que fizesse sombra e que pudesse ser interpretada como símbolo propulsor de nossa evolução. Ao que parece, não foram motivados; nem intenções cultivavam de criar uma sociedade e participar da formação de sua história.

Pelo contrário, os Srs. Gabriel e Zé Rodrigues lançaram desde o início, profundas raízes de pioneiros em nossa região, que com o tempo ganharam extensão e vigor, resultando numa árvore que se estendeu por toda a nossa região, continua vicejando e dando frutos até os dias atuais.

Daqueles outros dois precursores, a história de São Gotardo não recebeu praticamente nenhuma influência. Eles não vieram para fazer História. Fundar um time de futebol é muito simples; é só reunir uma turma e dar a cada componente um cargo. O difícil é sustentar e dar continuidade a essa agremiação, dar-lhe vida, motivá-la, para conquistas de grandes vitórias e inseri-la na história esportiva de sua região ou país.

Esses Rodrigues, pioneiros que, como já dissemos, pouco ou quase desconhecidos pelo povo atual de São Gotardo, é que foram os responsáveis pela evolução e povoamento de nossa região. Posso dizer, sem medo de ferir a sensibilidade e os costumes (*ouvir dizer* é um costume substituto de cultura) de nosso povo, com uma revolucionária afirmação, que os Rodrigues chegantes, como veremos a seguir, foram os reais fundadores de São Gotardo. Não se assustem com essa afirmação, pois ela é baseada em documentos e no bom senso.

Vamos desprezar o "por ouvir dizer": queremos provas. História pode não coordenar os acontecimentos rigorosamente dentro de uma exata cronologia, com personagens insubstituíveis, mas ela deve tentar dar uma aproximação mais exata possível dos fatos, com base no bom senso e se possível, com documentos. História encerra lendas em seu interior, é verdade, mas não pode ser mitológica; a realidade é o seu maior objetivo.

A fundação e formação dessa nossa população sertaneja é uma realidade histórica, que nos chega, porém maculada por sucessivas, diferentes e dúbias interpretações, com muitas contribuições individuais, muitas vezes até pitorescas, sem documentações, de maneira que ninguém poderá se apresentar com pretensões de demonstrar ou afirmar como realmente foi e aceitá-la como solidamente assentada.

Por ouvir dizer, não; queremos provas - A imagem final que fazemos de nossa história (de São Gotardo) que, como já dissemos, é o resultado de interpretações dúbias, do costume de *ouvir dizer*, o qual, como sempre acontece em qualquer ciência, não só a social, são afirmações que poderiam resistir se submetidas a críticas bem orientadas, podendo, até, serem corrigidas, mudadas ou até negadas. É o célebre caso da onça que comeu o menino. Todo o mundo dá notícias do fato, aqui em São Gotardo, no Carmo, Goiás, Mato Grosso, etc. com pormenores, nome da pessoa comida, dos pais, do local, da data, das testemunhas, da perícia pela polícia. Mas com o passar do tempo "tudo não passou de falsas notícias". Ninguém provou que a onça tivesse realmente atacado e comido pessoas. No "frigir dos ovos", as provas não aparecem.

As respostas são sempre as mesmas: "*Fulano me contou; com certeza, era filho do sicrano que morou aqui*". É o famoso **por ouvir dizer**, que dificilmente apresenta provas. Tenho certeza que o leitor já ouviu essas histórias, como escutou seu avô, como escutou seu pai, mas as provas concretas nunca foram apresentadas.

O Gothardo de Lima é a nossa onça. Todo mundo já ouviu dizer que foi o fundador de São Gotardo.

– Quem falou? *Ninguém sabe.*

– Quem inventou essa história? *Ninguém sabe.*

– Cadê as provas? *Ninguém têm.*

– Cadê os descendentes para deporem sobre os fatos? *Não existem.*

– Cadê os retratos? *Não existem.*

Uma neta ou bisneta de Gothardo de Lima, procurada por um interlocutor nosso, numa cidade do interior de São Paulo, com numerosos habitantes de São Gotardo, negou-se a dar declarações, porque não tinha notícias dessas coisas.

É uma continuidade de *ouvir dizer*, sem fim. Todo o mundo conhece a história do Saci, que as avós as mães e as babás contam para os meninos, mas ninguém já viu Saci, embora seja conhecido universalmente. Seria pelo folclore, duende muito amigo da crianças. É a mitologia, que em sua época, pretende sobrepor-se à filosofia, por não se submeter à ação desta que é de investigar, dar interpretações e dar razão a todos os fatos na natureza.

Eu, particularmente, nego as afirmações mitológicas (não reais) de que foi Joaquim Gothardo de Lima, o fundador de São Gotardo. Eu tenho coragem de dizer, contrariando várias gerações, por uma questão de coerência, bom senso, uso da razão e principalmente por demonstrar coragem de pretender passar o bastão do fundador ao Sr. Gabriel Rodrigues Ribeiro. Certamente não vou sofrer reprimendas ou avivar polêmicas por essas minhas afirmações, por não achar, possivelmente, opositores.

Você, meu prezado leitor, já ouviu falar desse nome? Ah... foi a primeira vez? Não sabe quem foi? Existe, porém, uma documentação enorme provando sua existência, seu pioneirismo, suas ações transformadas na origem de um enorme grupo social em São Gotardo.

Em relação ao Sr. Gabriel Rodrigues, você não precisa apelar para o "ouvi dizer"; é só ler e ver as provas. É só voltar a cabeça para o lado ou aguçar os ouvidos que você perceberá a presença dos Rodrigues. Eles estão sempre em evidência por uma característica dominante – uma pirraça que é transmitida através de gerações. Outra característica hilariante, cantada em prosas de beira de fogo, é terem a barriga das pernas pintada. Difícil alguém dizer que não tem um elemento desse clã na sua família. São as principais provas sociais das ações fundadoras do Sr. Gabriel Rodrigues Ribeiro.

Saiba, então, que ele foi, nos meados de 1800, quem lançou a mais importante raiz para a estruturação, colonização e progresso do território de São Gotardo. Falamos sobre ele, não mitologicamente, de boca-a-boca, como aconteceu com seus companheiros chegantes, Caldas e Gothardo de Lima, mas baseados em documentos. Gothardo, o pretenso fundador de nossa cidade, não deixou vestígios ou testemunhas de sua ação entre nós. Ninguém poderá citar um descendente dele.

O Gabriel matou a cobra e mostrou o pau - O Sr. Gabriel fundou um latifúndio a partir dos Campos do Domingos Pereira, indo até as Perobas e Gordura atual, atravessou o Indaiá e o Pirapetinga. Colonizou, agiu, trabalhou, cultivou e criou esse imenso território, fazendo-o produzir alimentos. Também ativou a agricultura e a pecuária.

A capital desse latifúndio foi aqui no Sapecado, a 12 quilômetros de São Gotardo, a Fazenda Gameleira, cujas sedes, hoje, pertencem aos Sr. Eurípedes Rodrigues e Zé da Fiica.

Importante foi o povoamento da região pela "Rodrigama" (população dos Rodrigues sistemáticos), nunca tentada pelos pioneiros anteriores. Essa população passou a ocupar todos os recantos do município de São Gotardo, com grande influência também em Matutina, na época, distrito desta Comarca. Teve grande contribuição pelas continuidade dessa obra de pioneiro, seu genro, Capitão Zé Rodrigues, figura hoje lendária, para quem sabe a história de São Gotardo.

No tempo de Gothardo, como no dos Rodrigues, já havia cartórios nos termos jurídicos aos quais pertencíamos. Não há neles registros de alguma coisa que Joaquim Gothardo tivesse realizado na região. Nem descendentes ele deixou entre nós! Poderia ser até um impotente; nem sabemos se trouxe família. Seria muito difícil provar, com essa deficiência, que Gothardo tivesse contribuído para o povoamento de nosso meio desabitado. Já o Sr. Gabriel veio com familiares, com obrigação de fixação, para não se falar em seu companheiro e genro, Capitão Zé Rodrigues. Documentaram em cartórios suas atividades produtivas em nosso meio social.

Esses acontecimentos fazem-nos lembrar das ações dos primeiros portugueses que chegaram ao Nordeste brasileiro. Alguns vieram para predação, para arrancar riquezas da Colônia e voltar; não traziam famílias porque suas intenções eram roubar e voltar a Portugal. Aqueles que vieram com intenções de produzir açúcar, trouxeram suas famílias, porque vieram para morar, fixarem-se.

Tenho em mãos, gentilmente fornecido pelo Sr. Hélio Resende, historiador de Carmo do Paranaíba, um importantíssimo documento sobre o que afirmei acima, sobre esses dois Rodrigues, pioneiros em São Gotardo, enaltecendo e dando como concretas e reais as suas realizações. Esse documento está no Cartório do Tabelião Edmundo Dantês Rios, em Carmo do Paranaíba. É o inventário do Sr. Gabriel Rodrigues Ribeiro, feito naquele cartório. Isso aconteceu em 1910, ano de seu falecimento. Esse documento foi passado em Carmo do Paranaíba porque àquela época pertencíamos ao Termo Jurídico daquela Comarca.

O nosso desconhecido Gabriel Rodrigues Ribeiro deixou em cartório, inclusive, uma documentação citando com pormenores, legados para seus 38 herdeiros, todos recebendo uma considerável fortuna, em dinheiro, móveis e imóveis, dando-lhes oportunidade para continuarem com suas atividades, produzirem e povoarem o município de São Gotardo.

O apoio decisivo à minha afirmação de ser o Sr. Gabriel o fundador de São Gotardo é que essa fortuna foi construída em São Gotardo, por suas ações em nosso município. Onde estão as realizações econômicas de Gothardo de Lima em São Gotardo? "O gato comeu". As atividades dos

Rodrigues, até hoje, dão sequência ao nosso desenvolvimento.

Consta o documento de 128 páginas manuscritas, em perfeitas condições materiais de serem lidas, até hoje. Nele está inserido um grande número de documentações sobre centenas de familiares do Sr. Gabriel Rodrigues: filhos, genros, netos, transações de títulos rurais realizados por ele, impostos etc, afinal documentos registrados em cartórios. Eu vi inúmeros documentos assinados pelo Sr. Gabriel em cartórios de Pitangui, Dores do Indaiá e Carmo do Paranaíba. Pelo contrário, nunca vi uma assinatura de Gothardo de Lima em um documento. Esses documentos eram obrigatoriamente selados, como se exigia nos termos imperiais. São até bonitos: páginas quase inteiras, coloridas com belos selos rubricados. O Sr. Gothardo não gastava selos, não tinha documentos. Acho que nem identidade.

Interessante é que em nenhum momento foi citada a data do nascimento do Sr. Gabriel e também fatos relacionados à sua origem. Parece mesmo que o mais importante para a família foi a data de seu óbito, que propiciaria a divisão entre eles de uma considerável fortuna, avaliada em mais de oito mil contos de réis, aqui conquistada e aqui distribuída entre a "Rodrigama".

Quando aqui chegaram, esses Rodrigues, nos meados de 1800, época do Gothardo, eles não tinham um plano ou meta definida. Sua preocupação seria sua sobrevivência; sair de suas regiões, onde a vida era muito mais difícil. Não vieram orientados, como poderia ocorrer na época ou influenciados por sentimentos de religiosidade, como acontecia com muitos bandos, principalmente nas minerações. Tanto é que não há, em sua história colonizadora, relatos sobre padres ou construções de igrejas. Eram orientados pelo espírito de colonizadores e não de missionários. Não há, também, relatos da presença de escravidão de negros entre eles.

Em conversa com Fortunato Couto, ele me disse que sua família veio de Santo Antônio do Monte no limiar do século XX. Perguntei-lhe quais os motivos os trouxeram para São Gotardo. Contou-me que procuravam a sobrevivência, a vida lá estava se tornando muito difícil; as terras eram muito ruins, de pouca produtividade, para sustentar uma família grande, como era costume. Não eram terras que tivessem as qualidades das nossas e também lá não se produzia café, o grande objetivo e oportunidade das populações rurais. Portanto, vieram por motivações econômicas, a mola propulsora da História. Disse-me, também, uma coisa muito interessante, já acontecida aqui no Córrego Fundo. O povo, o trabalhador rural, não tinha ambições, não visava a um melhoramento dos níveis de vida; a questão era somente sobreviver. E "tava muito bom". Essa era a filosofia do caipira, como abordamos em outro capítulo desse livro (**A Civilização Caipira**, pág. 113). Um modo de viver muito próximo, na escala zoológica, aos seres irracionais, que não 1

tendo consciência de vida, nem sabem que vivem; portanto não se preocupam em melhorar seus meios de viver, porque para eles, vieram programados.

Formavam, aqueles Rodrigues pioneiros e filhos, uma coletividade familiar, patriarcal e pronto. A vida se limitaria àqueles horizontes que os circundavam, sem pretensões de subirem os morros e observarem se havia algo atrás deles. Os casamentos, sempre consangüíneos, levavam à alta incidência de oligofrênicos (que eles chamavam de mentecaptos, inclusive citados no inventário) entre os descendentes, para não se dizer de outras alterações psíquicas. Tanto que muita gente afirma que "eles não são muito certos". Os suicídios incidem com alta freqüência até hoje. O celibato é uma presença característica. Formou-se, de qualquer maneira, um grande grupo social, uma grande família, trabalhando em conjunto, um verdadeiro comunismo. Nem conheciam outras vidas.

Pelo exame dos documentos do Sr. Gabriel, vemos que tinha dois filhos com mais de 60 e outro com mais de 50 anos. Deduzimos que, tendo falecido em 1910, deve ter vindo para São Gotardo no tempo de Gothardo de Lima, nos meados do século XIX. Não devem ter se encontrado ou se conhecido, embora contemporâneos, porque Gothardo ficou em nosso meio por um período muito curto e como bom garimpeiro, deve ter passado em direção às margens dos rios das proximidades, em direção ao Triângulo Mineiro, Farinha Podre, não voltando mais aqui. Nosso garimpeiro Gothardo não poderia permanecer em nossa arena, driblando ou tentando tourear a História com uma simples peneira de garimpeiro.

Eis os oito herdeiros vivos, filhos do Sr. Gabriel Rodrigues:

1 – José Lopes Ribeiro, com 62 anos de idade.
2 – Gabriel Rodrigues Ribeiro Júnior, com 60 anos.
3 – Flávio Rodrigues da Silva, com 50 anos de idade.
4 – Joaquim Rodrigues da Silva, mentecapto.
5 – Francisco Rodrigues da Silva, Tico, 21 anos de idade.
6 - Maria José, viúva.
7 – Ana Regina da Silva, casada com Acácio Lopes Fonte Boa.
8 - Antônio Gabriel, com 21 anos de idade.

Flávio Rodrigues da Silva foi o responsável pela implantação e proliferação dessa numerosa família do Flávio Rodrigues, neto do Capitão Zé Rodrigues, que passou a dominar as Pimentas, hoje Matutina.

Os herdeiros-netos do Sr. Gabriel Rodrigues Ribeiro:

Filhos da herdeira **Maria Vitória**, falecida, filha de Gabriel, casada que foi com o **Capitão José Rodrigues;** portanto iniciando a longa dinastia de Rodrigues. São descendentes do primeiro casamento do Capitão Zé Rodrigues:

– Etelvina Maria José, casada com o Sr. José Franco, político na sua época, pai do Baiano Franco, Juca Franco, João Franco e outros, falecidos.

2 – Genuína de Lima, casada com Alfredo Lima. Mudaram-se para Araguari. Conhecemos filho deles, médico, Dr. Alfredo de Lima.

3 – Geraldina Maria José, casada com um baiano sem eira nem beira, sumiu.

4 – Adaucto de Paula Ribeiro, o Tio Dau.

5 – Artelina, casada com o Major Leopoldino Pereira dos Santos, pai do Nenzico Pereira.

6 – Geraldino de Paula Rodrigues. Casou-se com uma irmã do João Londe, sogro do Zé Prata, avó do Zé Pratinha, nosso vereador.

7 – Francisco de Paula Rodrigues - o famoso Chico Paorra.

8 – José de Paula Rodrigues - Juca Rodrigues.

9 – Domingos Vioti Rodrigues, o Tio Mingote, representante máximo da pirraça dos Rodrigues. Folclórico na região pelas criações e atitudes hilariantes.

10 – Maria Vitória dos Reis - solteira.

11 – Maria José dos Reis, gêmea da anterior.

Herdeiros - netos de Carmelina Regina da Silva, falecida, filha de Gabriel, casada que foi com **Antônio Rodrigues Ribeiro:**

1 – Maria Regina da Silva, casada com João Affonso de Oliveira.

2 – Rivalino Rodrigues Ribeiro.

3 – João Rodrigues Ribeiro, casado.

4 – José Cupertino Ribeiro, do clã de nossos vizinhos, no Sapecado, falecidos.

5 – Silvina Regina da Silva, também foi nossa vizinha; mentecapta.

6 – Antônio Rodrigues Ribeiro Júnior.

7 – Francisca Regina, 12 anos.

8 – Rebeldino Rodrigues Ribeiro, 11 anos. É o Revala, mais tarde foi sogro do Nenzico Pereira, pai do Gaspar da Revala, portanto avô do Ronaldo, meu genro; pai da Zózima etc. O Sr. Rebeldino era portanto sobrinho torto do Capitão Zé Rodrigues.

9 – Divino Rodrigues Ribeiro, com 9 anos.

10 – Geraldino Rodrigues Ribeiro, com 6 anos.

Herdeiros-filhos da falecida **Clementina Regina da Silva,** filha de Gabriel, casada que foi com **Antônio Alves de Carvalho** (casou-se com Chiquinha do Brejão, irmã do Antônio Biel):

1 – Antônio Alves de Carvalho Júnior ou Toniquinho do Grotão; rico, dado à agiotagem.

2 – João Alves de Carvalho.

3 – Maria Deolina de Carvalho, que veio ser a segunda esposa do viúvo Capitão José Rodrigues. Era sobrinha da viúva e comadre do Capitão.

4 – Maria Luíza do Espírito Santo.

5 – Francisca Alves de Carvalho.

6 – José Alves de Carvalho.

7 – Silvino Alves de Carvalho, foi morto pelo irmão. Eram donos da fazenda hoje dos herdeiros de Gabriel Ferreira. O irmão assassino, ao ser preso, foi atingido pela polícia e numa situação de morre-não-morre, foi obrigado a dar a fazenda para São José. Mas os políticos, desde que São José não tivesse reclamado seus direitos, venderam-na para o Sr. Arlin Maria Ribeiro, que a vendeu ao Sr. Gabriel Ferreira, cujo espólio continua com a família de nossos vizinhos.

8 – José Alves Ribeiro.

Notas.

Consta no inventário que todos esses herdeiros eram residentes no Districto de São Gotardo. Eles, com o tempo, garantiram efetivamente o povoamento de São Gotardo. Também esclarecemos que as idades dos herdeiros, é claro, remontam à época em que foram registrados os documentos.

O Capitão José Rodrigues contraiu segundo matrimônio na mesma família, com uma sobrinha de sua ex-esposa, também sua comadre, Maria Deolina de Carvalho, filha da falecida Clementina e Antônio Alves de Carvalho. Mesmo depois de casados, ela continuava chamando-o de Tio Zé Rodrigues e ele a chamava de Comadre Maria. São coisas de Rodrigues.

Tiveram os seguintes filhos, agora não mais herdeiros do Sr. Gabriel. Citaremos seus nomes, segundo informações do Eurípedes Rodrigues, um legítimo Rodrigues, para que os descendentes possam se lembrar deles e fazer o quebra-cabeça dos parentescos, pois são pessoas que já estão no esquecimento, mesmo pelos familiares. Então, os filhos da segunda família do Capitão:

1 - Julinho Rodrigues Ribeiro, pai do Eurípedes Rodrigues, nosso informante.

2 - Mariazinha, esposa do Sr. Zé Malica.

3 - Cruz Rodrigues, fazendeiro na Espinha, que foi nosso padrinho.

4 - Marico Rodrigues, residente em São Gotardo, pai do professor "Como é que vai a vida?"

5 - Marieta, esposa do Sr. Arlin Rodrigues, autor da frase famosa: "A coisa tá dura, Ieta."

6 - Jaca, do Chico Novato: "Sistema tava ali". Dizem que apodreceu a casa de madeira, de tanto lavá-la.

7 - Rosa, em Matutina, casada com o Sr. Flavinho, mãe do Fernando, Zé do Flavinho, Maria do Tarcísio e outros.

8 - Afonso, desquitado.

Todos são falecidos, com exceção de alguns filhos.

Como vemos os Rodrigues povoaram São Gotardo com sobra. Não restam dúvidas de que foram eles, historicamente, as famílias mais importantes para o povoamento, com documentos fartos de suas atividades.

O Capitão Zé Rodrigues faleceu em 27 de janeiro de 1930 e foi sepultado nas Perobas. Foi ele quem construiu aquela casa de pau-a-pique, onde hoje mora o Sr. Nenzico, conforme foto publicada nesse livro, à página 127. Casa com mais de cem anos.

O Sr. Gabriel Rodrigues Ribeiro morreu em 1910, e seus parentes não sabem informar onde foi sepultado. Deve ter sido também em Perobas. Temos um documento que relata as compras do material para seu funeral, preços, pagamento de banda de música, mas não diz onde foi sepultado.

Os Pereiras das Perobas e Gordura.

O patriarca dos Pereiras foi *Domingos Caldas Pereira*, dele descendendo o Sr. Tonico Pereira, com seus filhos:

1 – Zé Pereira, foi o mais inteligente e importante dos Pereiras; por isso, chefe político da região. Deixou os seguintes descendentes:

Zé Maria, bravo, falecido por causa de uma hemorragia por extração dentária; Nélson, hoje residente em Ribeirão Preto; Delvarte, farmacêutico nas Perobas; Osmar; Genésio; Leopoldo e João.

2 – Além de Zé Pereira, o Sr. Tonico teve ainda uma importante descendência:

Frederico Pereira, pai do João Nuta; Major Leopoldino Pereira, pai do Nenzico; Antônio Pereira do Nascimento, pai do Antenor Pereira; Felizberto; Maria, esposa do João Londe, um dos pioneiros do café; Genuína, mãe dos Melo, esposa do Augusto Vetti; Sinhá, sogra do Gabrielinho "não sabe"; Rivalina, mãe do Edson e Lazito, o moderador desse livro e Fia, mãe do Nego Balbino.

É preciso notar que o Sr. Gabriel lançou as sementes, construiu os troncos de uma grande família, mas o sobrenome "Rodrigues", na verdade, foi um legado do Capitão Zé Rodrigues, seu prossecutor, que teve uma prole muito mais numerosa. A família Rodrigues, ainda hoje, domina numericamente a população de São Gotardo. Não tem grandes expoentes de riquezas; é de modo geral uma família pobre, mas com uma riqueza histórica insuperável entre nós. Formou-se um grupo de caráter social típico, com grande domínio biológico, não dando valor ao desenvolvimento cultural, até quatro ou cinco décadas passadas.

Pirraça dominante - O nosso desconhecido Gabriel Rodrigues Ribeiro deixou em cartório, inclusive, uma documentação citando com pormenores, legados para seus 38 herdeiros, todos recebendo uma considerável fortuna.

É interessante notar como os descendentes herdam de seus ascendentes modos de andar, os comportamentos. Além da pirraça, que já mencionamos, há outras curiosidades. O próprio Capitão Zé Rodrigues recebia suas visitas numa sala, mas não se assentava com elas, não as olhava; ficava de pé à janela, chapéu na mão, olhando para fora, isto é, de costas para as visitas e com elas conversava horas seguidas.

Depois gritava para a cozinha, para sua senhora, sua sobrinha, D. Deolinda, sem se virar;

– Comadre Maria, trais um café pro compadre Zé Mostreco.

–Estou acabando de coar um, Ti Zé Rodrigues.

É um costume ainda hoje usado por muitos componentes da família. Para não citar inúmeros outros, que se destacaram naquele grupo social. A cultura dos "Rodrigão".

A linhagem dessa família traz uma marca registrada nos anais da história folclórica de São Gotardo. As iniciais **P.O.**, que significam *puro de origem*. Raça pura.

Gente muito boa.

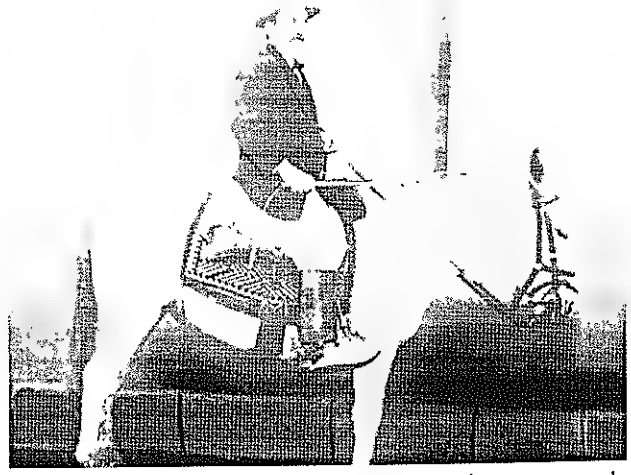


Foto do Capitão Zé Rodrigues: foto de grande valor histórico. Pode ser única.

Capitão Zé Rodrigues - Personalidade de grande importância para a formação social de São Gotardo, a partir dos meados do século XIX. Fundador da famosa família dos P.O. os Rodrigues. Família que ainda hoje continua sendo a mais numerosa de São Gotardo.

O Capitão Zé Rodrigues foi, sem dúvida, o genearca de maior importância em São Gotardo. Dele vieram os Rodrigues. Figura de pequena estatura, montado no seu burro branco chamado Tira-prosa. Pela arreta de seus apêndices, pode-se notar a antigüidade da foto.

Essa foto tem grande significado histórico para São Gotardo. Foi gentilmente cedida por seus netos, septuagenários, filhos de D. Jaca. Uma foto que deve ter aproximadamente cem anos.

O final da história

Ao fazermos no final dessa publicação, uma análise do que nos tem parecido o atraso intelectual e material, da dificuldade de vida daquela civilização caipira, concluiremos que ele foi um período obrigatório na evolução material de nossa história, todavia não foi determinado por nenhuma entidade espiritual, ou por imposições esporádicas.

Uma sociedade, que provinda de seus antecessores, os mineradores, entrou em um novo modo de produção, diferente deles, segundo as normas do materialismo histórico. Nossa evolução foi e ainda tem sido, admitamos, muito lenta, desproporcional às outras sociedades que já tinham nesse sentido, dado uma passo à frente. Afinal, convenhamos, nossa civilização caipira não foi idealizada ou dirigida por nenhum Ford, mas por líderes sertanejos, com a categoria de um Capitão Zé Rodrigues e de outros agentes de nossa história.

Tudo tem uma explicação dentro da própria História. Os homens produzem e são produtos da História, que é escrita pelo modo como eles produzem suas modalidades de vida. Nós dissemos que competíamos com peneiras com a Revolução Industrial, na Europa, que já apresentava plantas industriais de grande produtividade e evolução. Persistia nossa sociedade em peneirar cascalhos do fundo dos rios. Por que tanta diferença?

A informática é baseada numa organização, um sistema de armazenagem de arquivos. Dentro da orientação de diretórios, são guardados milhares de arquivos específicos, dirigidos e relacionados a determinados assuntos. Cabe ao técnico retirar os arquivos de dentro de cada diretório da História, abri-los, organizá-los e codificá-los, para servirem de normas para a organização e evolução de cada sociedade.

Assim como Kardec revelou o mundo espiritual, codificou a doutrina espírita, de maneira lógica e racional, coube a Marx e Engels codificarem o mundo material. Nenhum desses filósofos "fabricou", inventou ou fundou leis; eles apenas retiraram-nas da cartola da História, codificando-as e apresentando-as às sociedades, para que as tomassem como orientadoras e lhes propiciassem uma evolução mais rápida e racional. Em síntese, cada arquivo retirado do diretório da História descreve um determinado período da vida da humanidade e se organizado em série, dá conhecimentos de toda a História. Se não aberto e codificado, não haveria uma explicação racional dela.

Segundo Marx, não poderá haver evolução em uma sociedade destituída de poder econômico. Daí a razão pela qual os países pobres do Terceiro Mundo não apresentarem evolução social ou cultural e serem oprimidos pelas nações ricas do Primeiro Mundo.

O final dessa história regional (de São Gotardo), ao fazermos exame da economia da sociedade caipira, vemos que ela como descrevemos, era somente de sobrevivência. Foi gasto mais de um século para que o café viesse em seu socorro, dando-lhe um certo alívio. Na verdade, apenas passageiro.

Comparamos esse nosso período evolutivo com uma Idade Média sertaneja, mais amena.

Conforta-nos, porém, saber que também aquelas sociedades industrializadas e evoluídas, já foram bárbaras e apresentaram barbáries que jamais seríamos capazes de cometer. Conforta-nos saber que podemos nos sobrepor a esses períodos, como realmente já apresentamos alguma superação.

As instalações de grandes indústrias nas cidades brasileiras evoluídas promoveram o êxodo rural, com destruição da sociedade caipira, que se tornou urbana, mais ativa, porém, continua pobre. De qualquer maneira, deu um passo na sua evolução social, econômica e de saúde. Aos poucos vai acontecendo também a evolução cultural.

Temos esperanças no futuro. A dialética dá o direito a cada sociedade de trazer no seu interior o germe da negação, de não querer ser o que ela é, partindo para um amanhã mais humano e mais racional, com intensidades variáveis.

Até o próximo livro!

Consultas Bibliográficas

AS COISAS SÃO ASSIM - John Brochman - Cia das Letras, 1997.

BANDEIRANTES E PIONEIROS - Vianna Moog - Editorial, 2000.

CAIO PRADO JÚNIOR - Formação do Brasil Contemporâneo - Brasiliense, 1976.

CARAÇA - Pe. José Tobias Zico C. M, 1988.

CHICA QUE MANDA - Agripa Vasconcelos - Itatiaia, 1966.

CONFIDÊNCIAS DE UM INCONFIDENTE - Espírito Tomás Antônio Gonzaga.

DICIONÁRIO HISTÓRICO - GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS - Waldemar Barbosa.

ESCAVAÇÕES EM PITANGUI - Joaquim Antônio Gomes da Silva, 1995.

FILOSOFIA PARA NÃO-FILÓSOFOS - Albert Jaquart - Campus, 1998.

FORMAÇÃO DO BRASIL COLONIAL - Arno Wehling e Maria José - Fronteira, 1999.

HISTÓRIA ANTIGA DAS MINAS GERAIS - Diogo de Vasconcelos - Itatiaia, 1974.

HISTÓRIA DA RIQUEZA DO HOMEM - Leo Huberman - Zahar, 1984.

HISTÓRIA DE ABAETÉ - José Alves de Oliveira - Imprensa Oficial, 1970.

HISTÓRIA DE SÃO GOTARDO - José Gonçalves de Souza, 1977.

HISTÓRIA DO BRASIL - Jorge Caldeira - Cia das Letras.

HUMANISMOS E ANTI-HUMANISMOS - Pedro Dale Nogare - Vozes, 1981.

IGREJAS E IRMANDADES DE OURO PRETO - Furtado de Menezes, 1975.

HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA SOCIAL - Leôncio De Basbaum - Teses - Global Editora,1982.

IDEOLOGIA E APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO - Louis Althusser - Presença.

CONVITE À FILOSOFIA - Marilena Chauí - Ática, 1999.

AN OUTLINE OF AMERICAN HISTORY- Keith Oslon.

O POVO BRASILEIRO - Darcy Ribeiro - Cia das Letras, 1995.

O PRESENTE DO FAZEDOR DE MACHADO - James Burke - Bertrand.

PAULO FREIRE - Conscientização - Moraes, 1980.

ROOTS - Alex Haley - Dell Publishing.

SÃO GOTARDO, SUA GENTE E SUA EVOLUÇÃO - José Pessoa - Lutador, 1999.

SOCIOLOGIA DO MATERIALISMO - Leôncio de Basbaum - Símbolo, 1978.

CORONELISMO, ENXADA E VOTO - Victor Nunes Leal - Nova Fronteira,1986.

CEM ANOS DO CARMO DO ARRAIAL NOVO - Hélio Resende, Carmo do Paranaíba.

Alguém poderá questionar por que escrever e, principalmente, ler sobre a história de nossos antepassados, dos caipiras dos séculos XVII, XVIII, e XIX. É pelo conhecimento dessa história que nos colocaremos em evidência e perceberemos como passamos a viver dentro dessa nossa nova sociedade. É a história que dirá sobre nossa nova posição dentro dessa sociedade e como a deixaremos para nossos descendentes. Ela passará a ser o seu passado, a ser novamente analisada e transformada por eles, como seres históricos.

É pelo conhecimento da História, como citado na revista *Awake* (Despertar), que nos sentiremos participantes de uma sociedade que pretende atravessar os séculos. Precisamos conhecer o período atual dessa sociedade que vem de muito antes de nosso nascimento e que pretende se prolongar por longos tempos após nossa morte.

Viver sem história é viver sem memória. Sem história, nós, nossas famílias, nosso povo, tudo parecerá não ter raízes ou um passado, e nosso presente parecerá historicamente sem fundamento ou sem significado. A História, para nós, pode ser um vasto reservatório de lições para a vida, muitas vezes nos impedindo de cair nas mesmas e persistentes armadilhas. Como disse um filósofo: " O povo que se esquece de seu passado, está condenado a repeti-lo."

Numa rápida visão sobre nossa história caipira, da qual descendemos, veremos que não poderemos mais voltar àquele modo ignorante de viver e de produzir, afinal, a uma vida pára-indígena, inaceitável para a sociedade de hoje. Transformamos aquela sociedade caipira, atrasada, em uma sociedade melhorada do século XXI, embora obscurecida pelos apagões do subdesenvolvimento e atolada numa corrupção incorrigível. Caberá aos nossos pósteros, por sua vez, a transformação dessa sociedade indesejável em um meio mais decente para se viver.

História não é contar história; é tirar subsídios dela.

O Autor

LUIZ CARLOS ALVES

ISOL 2016